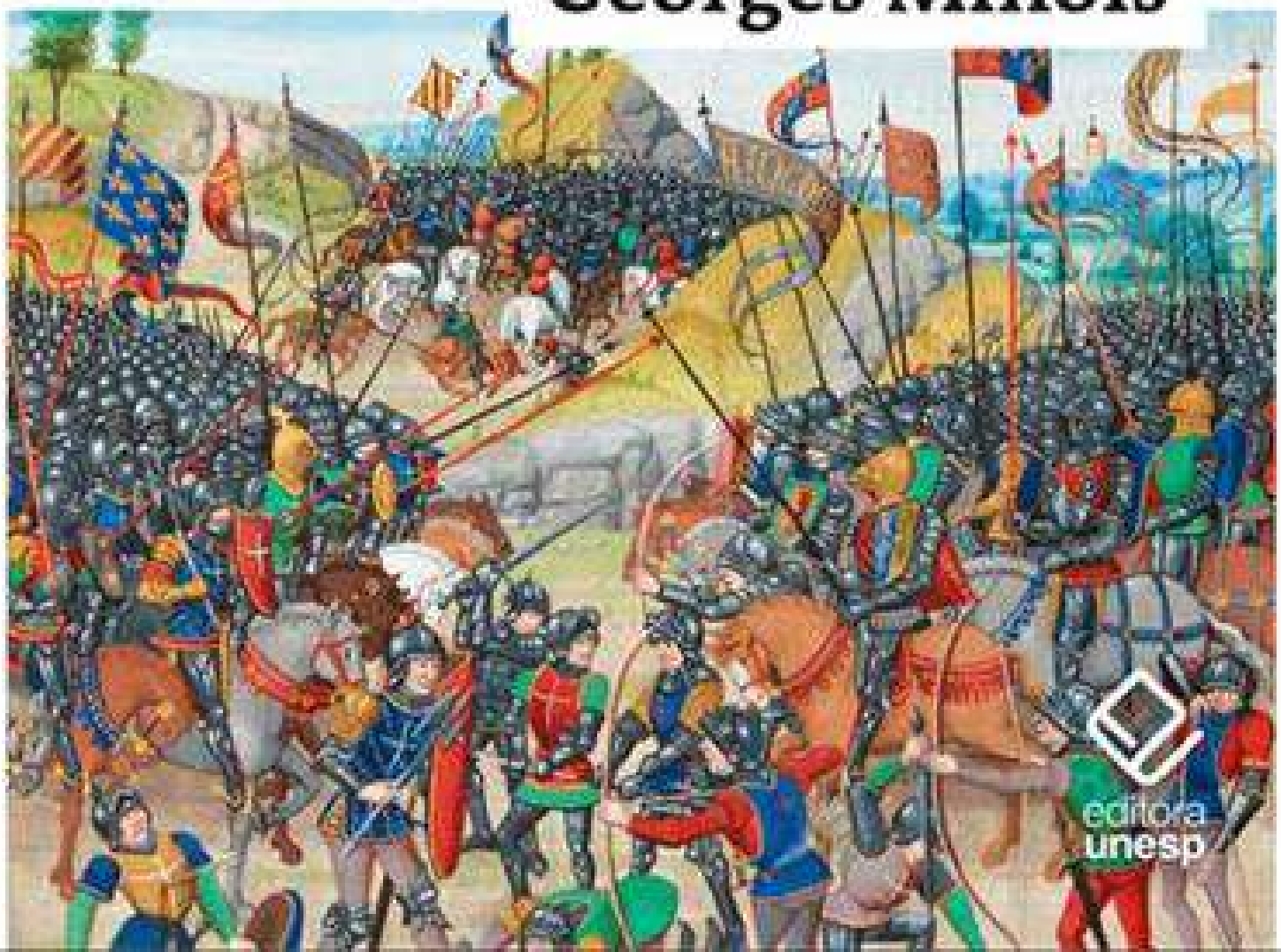
A GUERRA DOS CEM ANOS

Georges Minois



editora unesp

Coleção Tempus

Georges Minois

A GUERRA DOS CEM ANOS

Nascimento de Duas Nações

Índice

Cobertor
Título
Do mesmo autor
Direitos autorais
Resumo
Prefácio - A Guerra dos Cem Anos realmente aconteceu?
1 - Origens e natureza do conflito
- A crise monárquica inglesa (Londres, 1327)
- O Reino da Inglaterra
- O problema escocês
- O Reino da França
- A crise dinástica francesa (Paris, 1328)
- Os problemas flamengos e da Aquitânia
- As relações se deterioram (1328-1336)
- A escalada (1336)
- Eduardo III e a coligação holandesa (1337)
- A sorte está lançada (1338)

2 - Guerra e Peste
- Uma luta inconclusiva em 1338-1339
- Ghent, 26 de janeiro de 1340: Eduardo, Rei da França
- The Sluis (24 de junho de 1340): um Trafalgar medieval?
- Trégua de Espléchin e avaliação do início da guerra (setembro de 1340)
- Uma nova frente: Bretanha (1341-1343)
- A trégua de Malestroit. Novo relatório (janeiro de 1343)
- As negociações falharam (Avignon, 1344)
- Retomada da guerra (1345)
- Crécy (26 de agosto de 1346)
- 1346, Annus mirabilis para Eduardo III
- 1347: Calais
- 1348: A peste interrompe a guerra

3 - De Calais a Brétigny
- Fim do reinado (1348-1350)
- Início do reinado: João II e sua comitiva (1350-1353)
- Um novo jogador: Carlos, o Mau (1354)
- 1355: A Cavalgada do Príncipe Negro
- 1356: Os problemas do Rei João
- Poitiers (19 de setembro de 1356)
- França rumo ao caos (outubro de 1356 - outubro de 1357)
- Charles, o Mau: O Retorno
- Da guerra anglo-francesa à guerra social: a Jacquerie (maio-agosto de 1358)
- O Delfim e o Rei de Navarra (verão de 1358 - verão de 1359)
- A cavalgada de Eduardo III (outubro de 1359 - maio de 1360)
- Brétigny, 8 de maio de 1360: o desmembramento do reino

4 - Uma guerra contagiosa
Auvergne, Provença, Champagne: o início das companhias
O reinado das grandes companhias (1360-1364)
Uma paz estranha e um segundo fim para o seu reinado (1360-1364)
Os primórdios da associação entre Carlos V e Du Guesclin: Cocherel (16 de maio de 1364)
A solução para o problema bretão: Auray e Guérande (1364-1365)
Empresas na Espanha (1366)
Najera (3 de abril de 1367) e Montiel (14 de março de 1368)
Da falsa paz à verdadeira guerra (1368-1369)
5 - Reconquista e revoltas
Primeiros sinais do declínio inglês
Du Guesclin, Condestável da França (2 de outubro de 1370)
A nova estratégia. Pontvallain (4 de dezembro de 1370)
A reconquista de Poitou (1371-1372)
Chizé, a cavalgada de Lancaster e os assuntos bretões (1373-1375)
Trégua de Bruges e difícil fim de reinado na Inglaterra (junho de 1375 - junho de 1377)
Sucessos finais de Carlos V e Du Guesclin (1377-1380)
O Cisma e a Guerra dos Cem Anos
De Carlos V a Carlos VI (1380)
Os Problemas de Duas Minorias (1380-1382)
6 - A natureza mutável do conflito
Problemas ingleses. Ricardo II e a reaproximação com a França (1382-1399)
A ascensão dos Lancaster (1399)
França paralisada por conflitos internos e pela loucura do rei (1382-1399)
Entre a guerra e a paz: as dificuldades de Henrique IV (1400-1409)
Armagnacs e Borgonhas: Gênese da ruptura (1404-1409)
As duas facções e o auxílio inglês (1410-1412)
O episódio Cabochien (1413)
Henrique V, árbitro das facções francesas (1413-1415)
7 - A vitória incompleta dos Lancaster
Agincourt (25 de outubro de 1415)
Um interlúdio diplomático (1416)
Conquista da Normandia e assassinato de João Sem Medo (1417-1419)
Tratado de Troyes (21 de maio de 1420)
Uma implementação difícil (1420-1422)
A Morte dos Reis e a França Inglesa (1422-1423)
Bedford, Filipe o Bom e João V
O Reino dos Bourges
Em direção a uma guerra patriótica?
8 - Equilíbrio
O conflito fica atolado (1424-1428)
A ofensiva inglesa de 1428: Orléans
A coroação de Carlos VII (1429)
De uma coroação a outra (1429-1431)
O conflito está perdendo força (1432-1435)

Congresso e Tratado de Arras (julho-setembro de 1435)
Captura de Paris (1436); os ingleses na defensiva (1436-1439)
Os curtidores e a Praguerie (1439-1440)
A retirada dos ingleses (1440-1443)
A Trégua de Tours (1444)
9 - O fim de uma guerra sem fim
A recriação de Nancy e Châlons (1444-1445)
Exército e reformas fiscais na França
A desordem e as fraquezas da Inglaterra
Tréguas e negociações (1444-1449)
A reconquista da Normandia (1449-1450)
A primeira conquista da Aquitânia (1451)
Filipe, o Bom, e o Delfim Luís
A segunda conquista da Aquitânia (1453)
10 - A Guerra dos Cem Anos
Demografia: Perdas humanas e migrações
Insegurança e militarização do espaço
Desorganização da rede urbana francesa
Declínio de Paris, ascensão de Londres
A guerra, geradora de políticas econômicas: privatizações, nacionalizações, intervenção estatal.
A guerra, um fator de tributação permanente e agitação social.
A guerra e a crise do solar
Nobreza, da realidade ao sonho
11 - A Guerra dos Cem Anos
Colapso e distorção da ideia de cruzada
Uma diplomacia da desconfiança
O Rei da França: Rumo ao Direito Divino
A Guerra dos Cem Anos: um fator de centralização ou descentralização?
O imposto permanente, uma consequência direta da guerra.
O poder real inglês preso num impasse entre o Parlamento e a aristocracia.
A eficácia do exército inglês no século XIV: O grande arco, uma arma mítica.
O exército francês, do cavaleiro ao canhão.
Prática e teoria da guerra
Os mercenários
Uma deficiência: a marinha
12 - A Guerra dos Cem Anos
A normalização da violência e a inevitabilidade da guerra
Guerra justa, um tema de propaganda
O clero e a guerra: uma participação ativa
A Guerra dos Cem Anos: um declínio da cristandade em favor das igrejas nacionais.
Xenofobia e sentimento nacional: França
O nascimento do orgulho nacional inglês
A guerra linguística
O nascimento da identidade cultural

A guerra, um catalisador para a história e a profecia.
Guerra, medo e irracionalidade.
Epílogo - Da Cristandade a uma Europa de Nações
Marcos cronológicos
Genealogias
Bibliografia selecionada
Mapas

Perrin, 2008
e 2010 para esta edição
A Travessia do Sena. Miniatura das "Crônicas da França ou de Saint-Denis", 1325-1350. The British Library Institution, Royal 20 C. VII, f.136v.
© The British Library Board/Leemage
EAN: 978-2-262-06648-2

"Esta obra está protegida por direitos autorais e estritamente reservada para uso privado do cliente. Qualquer reprodução ou distribuição a terceiros, seja gratuita ou paga, da totalidade ou de parte desta obra, é estritamente proibida e constitui uma infração punível nos termos dos artigos L 335-2 e seguintes do Código de Propriedade Intelectual francês. A editora reserva-se o direito de processar qualquer violação dos seus direitos de propriedade intelectual perante os tribunais cíveis ou criminais."

Tempus é uma coleção da editora Perrin.
Este documento digital foi produzido pela Nord Compo .

Vão, senhores, cada um corra para o seu posto…
Nossos braços fortes são nossa consciência; nossas espadas, nossa lei.
Avancemos, juntemo-nos bravamente! Vamos lá, desordenadamente!
Se não for para o céu, então que seja de mãos dadas para o inferno.

William S. Hakespeare
Ricardo III , V, 6

Vamos lá, senhores, todos aos seus postos…
Com nossas armas pela consciência e nossas espadas pela lei.
Vamos em frente, vamos nos unir! Vamos seguir em frente de forma desordenada!
Se não for no céu, então que esteja todo junto no inferno.

Resumo

Título

Do mesmo autor

Direitos autorais

Prefácio - A Guerra dos Cem Anos realmente aconteceu?

1 - Origens e natureza do conflito

A crise monárquica inglesa (Londres, 1327)

O Reino da Inglaterra

O problema escocês

O Reino da França

A crise dinástica francesa (Paris, 1328)

Os problemas flamengos e da Aquitânia

As relações se deterioram (1328-1336)

A escalada (1336)

Eduardo III e a coligação holandesa (1337)

A sorte está lançada (1338)

2 - Guerra e Peste

Uma luta inconclusiva em 1338-1339

Ghent, 26 de janeiro de 1340: Eduardo, Rei da França

The Sluis (24 de junho de 1340): um Trafalgar medieval?

Trégua de Espléchin e avaliação do início da guerra (setembro de 1340)

Uma nova frente: Bretanha (1341-1343)

A trégua de Malestroit. Novo relatório (janeiro de 1343)

As negociações falharam (Avignon, 1344)

Retomada da guerra (1345)

Crécy (26 de agosto de 1346)

1346, Annus mirabilis para Eduardo III

1347: Calais

1348: A peste interrompe a guerra

3 - De Calais a Brétigny

Fim do reinado (1348-1350)

Início do reinado: João II e sua comitiva (1350-1353)

Um novo jogador: Carlos, o Mau (1354)

1355: A Cavalgada do Príncipe Negro

1356: Os problemas do Rei João

Poitiers (19 de setembro de 1356)

França rumo ao caos (outubro de 1356 - outubro de 1357)

Charles, o Mau: O Retorno

Da guerra anglo-francesa à guerra social: a Jacquerie (maio-agosto de 1358)

O Delfim e o Rei de Navarra (verão de 1358 - verão de 1359)

A cavalgada de Eduardo III (outubro de 1359 - maio de 1360)

Brétigny, 8 de maio de 1360: o desmembramento do reino

4 - Uma guerra contagiosa

Auvergne, Provença, Champagne: o início das companhias

O reinado das grandes companhias (1360-1364)

Uma paz estranha e um segundo fim para o seu reinado (1360-1364)

Os primórdios da associação entre Carlos V e Du Guesclin: Cocherel (16 de maio de 1364)

A solução para o problema bretão: Auray e Guérande (1364-1365)

Empresas na Espanha (1366)

Najera (3 de abril de 1367) e Montiel (14 de março de 1368)

Da falsa paz à verdadeira guerra (1368-1369)

5 - Reconquista e revoltas

Primeiros sinais do declínio inglês

Du Guesclin, Condestável da França (2 de outubro de 1370)

A nova estratégia. Pontvallain (4 de dezembro de 1370)

A reconquista de Poitou (1371-1372)

Chizé, a cavalgada de Lancaster e os assuntos bretões (1373-1375)

Trégua de Bruges e difícil fim de reinado na Inglaterra (junho de 1375 - junho de 1377)

Sucessos finais de Carlos V e Du Guesclin (1377-1380)

O Cisma e a Guerra dos Cem Anos

De Carlos V a Carlos VI (1380)

Os Problemas de Duas Minorias (1380-1382)

6 - A natureza mutável do conflito

Problemas ingleses. Ricardo II e a reaproximação com a França (1382-1399)

A ascensão dos Lancaster (1399)

França paralisada por conflitos internos e pela loucura do rei (1382-1399)

Entre a guerra e a paz: as dificuldades de Henrique IV (1400-1409)

Armagnacs e Borgonhas: Gênese da ruptura (1404-1409)

As duas facções e o auxílio inglês (1410-1412)

O episódio Cabochien (1413)

Henrique V, árbitro das facções francesas (1413-1415)

7 - A vitória incompleta dos Lancaster

Agincourt (25 de outubro de 1415)

Um interlúdio diplomático (1416)

Conquista da Normandia e assassinato de João Sem Medo (1417-1419)

Tratado de Troyes (21 de maio de 1420)

Uma implementação difícil (1420-1422)

A Morte dos Reis e a França Inglesa (1422-1423)

Bedford, Filipe o Bom e João V

O Reino dos Bourges

Em direção a uma guerra patriótica?

8 - Equilíbrio

O conflito fica atolado (1424-1428)

A ofensiva inglesa de 1428: Orléans

A coroação de Carlos VII (1429)

De uma coroação a outra (1429-1431)

O conflito está perdendo força (1432-1435)

Congresso e Tratado de Arras (julho-setembro de 1435)

Captura de Paris (1436); os ingleses na defensiva (1436-1439)

Os curtidores e a Praguerie (1439-1440)

A retirada dos ingleses (1440-1443)

A Trégua de Tours (1444)

9 - O fim de uma guerra sem fim

A recriação de Nancy e Châlons (1444-1445)

Exército e reformas fiscais na França

A desordem e as fraquezas da Inglaterra

Tréguas e negociações (1444-1449)

A reconquista da Normandia (1449-1450)

A primeira conquista da Aquitânia (1451)

Filipe, o Bom, e o Delfim Luís

A segunda conquista da Aquitânia (1453)

10 - A Guerra dos Cem Anos

Demografia: Perdas humanas e migrações

Insegurança e militarização do espaço

Desorganização da rede urbana francesa

Declínio de Paris, ascensão de Londres

A guerra, geradora de políticas econômicas: privatizações, nacionalizações, intervenção estatal.

A guerra, um fator de tributação permanente e agitação social.

A guerra e a crise do solar

Nobreza, da realidade ao sonho

11 - A Guerra dos Cem Anos

Colapso e distorção da ideia de cruzada

Uma diplomacia da desconfiança

O Rei da França: Rumo ao Direito Divino

A Guerra dos Cem Anos: um fator de centralização ou descentralização?

O imposto permanente, uma consequência direta da guerra.

O poder real inglês preso num impasse entre o Parlamento e a aristocracia.

A eficácia do exército inglês no século XIV: O grande arco, uma arma mítica.

O exército francês, do cavaleiro ao canhão.

Prática e teoria da guerra

Os mercenários

Uma deficiência: a marinha

12 - A Guerra dos Cem Anos

A normalização da violência e a inevitabilidade da guerra

Guerra justa, um tema de propaganda

O clero e a guerra: uma participação ativa

A Guerra dos Cem Anos: um declínio da cristandade em favor das igrejas nacionais.

Xenofobia e sentimento nacional: França

O nascimento do orgulho nacional inglês

A guerra linguística

O nascimento da identidade cultural

A guerra, um catalisador para a história e a profecia.

Guerra, medo e irracionalidade.

Epílogo - Da Cristandade a uma Europa de Nações

Marcos cronológicos

Genealogias

Bibliografia selecionada

Mapas

PREFÁCIO

A Guerra dos Cem Anos realmente aconteceu?

Uma questão puramente formal, claro, mas que precisa ser feita ao discutir um termo tão consagrado, que às vezes mascara falsas suposições. A Guerra dos Cem Anos é uma invenção de historiadores em busca de sensacionalismo e frases impactantes, ou ela realmente aconteceu? Apenas cem anos de guerra — é quase bom demais para ser verdade! O uso de um termo de duração para designar um conflito visa enfatizar sua brevidade — a Guerra dos Seis Dias — ou sua duração incomum — a Guerra dos Sete Anos, a Guerra dos Trinta Anos. Aqui, teríamos um registro absoluto, e um tão extraordinário que desperta suspeitas.

Essas suspeitas são confirmadas pelo fato de nenhum contemporâneo ter usado o termo. Em 1453, ninguém tinha consciência de que estavam saindo de uma Guerra dos Cem Anos. Não só nenhum tratado havia sido finalizado, como nem sequer se sabia exatamente quando ela havia começado. É verdade que, em 1389, Eustache Deschamps escreveu:

Ai de mim! Quem veria isso cinquenta e dois anos depois?
Os mortos, o grande massacre
Cavaleiros, mulheres, crianças…

Isso sugere que o caso começou em 1337. Mas outros autores se contentam em apresentar as razões para o conflito, como Hugues de Lannoy, que em 1436 declara que "guerras estão sendo travadas entre o Rei da França e o Rei Eduardo da Inglaterra pela coroa da França"; em 1438, Henrique VI, na fundação do colégio *All Souls* em Oxford, convida à oração por aqueles que "caíram nas guerras pela coroa da França".

Certamente temos consciência de estarmos envolvidos num conflito interminável entre os reis da França e da Inglaterra, mas esse conflito é tão pontuado por tréguas e tratados, cada um aparentemente definitivo, como Brétigny e Troyes, que já não sabemos ao certo se se trata de uma série de guerras ou de um único conflito. O fim é ainda mais problemático que o início, visto que nenhum documento oficial é assinado, nenhum armistício, nenhum tratado de paz, nada.

Foi apenas no início do século XVI que J. Meyer teve a intuição de uma guerra que duraria séculos, escrevendo em seu *Commentaria sive Annales Rerum Flandicarum* que "a guerra inglesa... foi a mais longa e cruel de todas; em certos intervalos, ultrapassou cem anos". Em 1600, Jean de Serres, em seu *Inventaire général de l'histoire de France* , menciona uma "guerra interna de cem anos", mas ele se refere a uma guerra civil, cujos contornos são, além disso, difíceis de definir.

Por fim, foram necessários quase quatro séculos para que a "Guerra dos Cem Anos" fosse oficialmente reconhecida, visto que o termo foi usado pela primeira vez em 1823 em um livro de história de C. Desmichels, *Tableau chronologique de l'histoire du Moyen Age (Tabela Cronológica da História Medieval)* . O autor — ou "inventor" — usou-o como uma expressão conveniente para resumir os conflitos confusos entre franceses e ingleses nos séculos XIV e XV . M. Boreau o adotou em 1839 em sua *Histoire de France (História da França),* e em 1852 foi publicado o primeiro livro intitulado *La Guerre de Cent Ans (A Guerra dos Cem Anos)* . Desde então, adquiriu o status de verdade histórica inquestionável, em grande parte devido à sua simplicidade e praticidade. Na memória coletiva, o século XIX acrescentou ramos a esse tronco, ostentando os nomes de Joana d'Arc, Du Guesclin, Talbot, Étienne Marcel, Carlos, o Mau, Pedro,

o Cruel, o Príncipe Negro, Crécy, Poitiers, Agincourt e uma cena medieval em miniatura de castelos fortificados e cavaleiros em armadura. E a partir daí, a árvore da "Guerra dos Cem Anos" ficou tão firmemente enraizada quanto o carvalho de Saint Louis. Os ingleses levaram algum tempo para adotar essa invenção francesa. Foi somente em 1869 que E. Freeman os aconselhou a adotá-la. Desde então, a *Guerra dos Cem Anos* tornou-se um clássico, dando origem a inúmeras publicações.

O fato de a Guerra dos Cem Anos ser uma convenção da historiografia não significa que seja um mito. A pesquisa histórica precisa de pontos de referência e marcos, e embora termos como Antiguidade, Guerra do Peloponeso, Alta e Baixa Idade Média, Renascimento e tantos outros possam ser qualificados, eles não são arbitrários. Estabelecidos por gerações de historiadores, eles acabam por se mostrar sólidos e justificados. No que diz respeito à Guerra dos Cem Anos, as datas podem ser debatidas indefinidamente, já que não existem datas oficiais. Dado que foi uma guerra anglo-francesa e que os dois países foram inimigos por quase oito séculos, por que não falar da Guerra dos 750 Anos, de Hastings (1066) a Waterloo (1815)? Ou, mais modestamente, da Guerra dos 180 Anos, da primeira confiscação de Guyenne (1294) ao Tratado de Picquigny (1475)?

As datas que se estabeleceram são 1337-1453, exatamente 116 anos, pois foi durante esse período que o conflito atingiu sua máxima intensidade e, apesar das tréguas, os dois países viveram em estado de guerra. Isso podia ser uma guerra aberta, com cercos, batalhas e destruição, ou uma guerra fria, particularmente durante os reinados de Ricardo II e Henrique IV, nas décadas de 1390 e 1400.

O que une esta guerra é a estabilidade dos protagonistas e seus objetivos: o Rei da França contra o Rei da Inglaterra, centrados na reivindicação deste último à posse de todo ou parte do Reino da França em plena soberania. Tal é a aposta declarada de um século de massacres. Isso pode parecer trivial diante da devastação causada pelo conflito: seja um Valois, um Plantageneta ou um Lancaster o Rei da França, que diferença faz? Mas, como sempre, por trás dos objetivos declarados, escondem-se realidades mais profundas, e o que gostaríamos de mostrar é que esta guerra vai muito além do quadro de um choque entre duas monarquias.

A história já foi contada tantas vezes que todos os episódios principais são bem conhecidos, e repeti-los mais uma vez não revelará nenhum segredo sobre os eventos. No entanto, o que devemos tentar fazer é desvendar o significado desse grande conflito para a civilização europeia. Nenhuma região saiu ilesa de cem anos de guerra total. Pois foi, de fato, uma guerra total, na qual todos os meios foram empregados: o aprimoramento das técnicas militares, a espionagem, a propaganda, a guerra econômica e as armas religiosas e ideológicas. A Guerra dos Cem Anos é mais do que uma guerra; é uma mudança civilizacional, marcando a transição da cristandade feudal para uma Europa de nações, através do despertar da identidade nacional na França e na Inglaterra. A guerra, que começou como um conflito feudal, terminou como um confronto nacional. Longe de ser um epifenômeno político que se dissiparia nas estruturas profundas da Idade Média, foi um cataclismo que transformou a política, a economia, a sociedade, as crenças e a cultura.

A Guerra dos Cem Anos não se limitou geograficamente à França e à Inglaterra. Embora a França estivesse certamente no centro do conflito, inúmeros conflitos secundários ramificaram-se da luta principal, estendendo seu alcance até o sul da Espanha e da Itália, da Suíça e dos Países Baixos, e às fronteiras do Sacro Império Romano-Germânico. Foi uma guerra verdadeiramente europeia, moldada por alianças, e a Europa que emergiu em 1453 era bastante diferente daquela de 1337. Esta última ainda se definia em termos de Cristandade, com uma aparência de unidade

em torno do Papa e do Imperador. A nova Europa já era uma Europa de nações, identidades culturais e particularidades.

Portanto, após relembrar os eventos e contextualizá-los, será necessário, nos três últimos capítulos, tentar uma avaliação abrangente das transformações socioeconômicas, político-militares, religiosas e culturais provocadas por um século de selvageria desenfreada e sem precedentes. Sim, a Guerra dos Cem Anos de fato ocorreu e marca uma grande transição na civilização europeia.

1
Origens e natureza do conflito

Uma disputa feudal que degenera
(1327-1338)

No início do século XIV , tudo na Europa apontava para crises graves e um futuro muito turbulento. A Europa daquela época era a Cristandade, ou seja, uma entidade fundada numa religião comum, em que os estados, politicamente baseados em laços dinásticos e relações feudais entre indivíduos, mantinham relações — por vezes conflituosas, por vezes amistosas — em que a dimensão espiritual estava sempre presente. A Igreja havia gradualmente imposto códigos de conduta e um quadro jurídico e canônico que regiam as relações humanas, tanto individuais quanto internacionais.

Essa bela construção teórica começou a ruir no início do século XIV. A própria sede foi afetada: Roma, entregue às lutas entre facções rivais, deixou de ser a sede do papado, que teve de se refugiar em Avignon a partir de 1309. Lá, a autoridade do papa recuou diante da dos soberanos, que afirmavam sua independência em assuntos temporais: o terrível confronto entre Bonifácio VIII e Filipe IV, o Belo, foi a revelação dessa crise, que também colocou o papa em conflito com o imperador.

Este último, um soberano eleito, seguindo regras ainda mal definidas, estava à frente de um vasto conglomerado de cerca de 350 principados e cidades independentes de língua alemã; ostentava um título prestigioso, porém vazio, e seu poder real residia essencialmente nas posses de sua família. De 1314 a 1347, foi um bávaro, Luís de Wittelsbach, ou Luís da Baviera. Encorajado por pensadores como Marsílio de Pádua e Guilherme de Ockham, entrou em conflito com o Papa João XXII, que sustentava que a aprovação papal era necessária para a eleição do imperador. A luta continuou com o Papa Bento XII, e em 1338 os eleitores do Sacro Império Romano-Germânico, reunidos em Rhens, às margens do Reno, proclamaram que o Rei dos Romanos — título daquele destinado a se tornar imperador — não precisava de confirmação papal para exercer seu poder.

Enquanto as duas principais potências da cristandade disputavam e perdiam parte de seu prestígio no conflito, os turcos otomanos se tornavam uma ameaça crescente. As Cruzadas haviam perdido ímpeto, e a jornada para o Oriente já não despertava muito interesse nos governantes cristãos, que agora estavam mais preocupados em consolidar seu poder internamente. O Império Bizantino, um frágil baluarte contra os muçulmanos, estava mergulhado em conflitos internos. Na Europa Oriental, Sérvia, Hungria, Polônia e Lituânia formavam entidades territoriais impressionantes, apesar de sua vasta extensão, mas suas vidas políticas eram profundamente conturbadas. Guerras assolavam a Polônia, a Lituânia e os territórios prussianos da Ordem Teutônica. Esta ainda era uma fronteira pioneira. Além, estendia-se o Principado de Moscou, a República de Novgorod, a terra da madeira, do alcatrão e das peles, frequentada apenas por mercadores intrépidos. No norte, Dinamarca, Suécia e Noruega estavam presas entre conflitos e tentativas de união para controlar o comércio báltico contra a Liga Hanseática.

No sul, reinava a fragmentação. Na Itália, Milão, Veneza, Florença, Pisa e Gênova viviam em constante conflito, mas isso não impedia os bancos florentinos de dominarem o mercado

monetário ocidental. Os Estados Papais estavam em completa anarquia. Quanto ao Reino de Nápoles, foi governado de 1309 a 1343 por Roberto de Angevin, que frequentemente intervinha até os Alpes, onde as ambições do rei da Boêmia também se faziam sentir: em 1331, João de Luxemburgo lançou uma incursão na Itália. A Península Ibérica, entretanto, estava dividida entre quatro reinos cristãos: Navarra, Aragão, Castela e Portugal. Os muçulmanos ainda estavam presentes no sul, no Reino de Granada.

Nessa cristandade politicamente fragmentada, com seus líderes disputados, o centro de gravidade residia no noroeste, com os únicos dois estados verdadeiramente poderosos e estáveis: os reinos da França e da Inglaterra. Desde o século XII , o equilíbrio feudal europeu, a dimensão temporal da cristandade, repousava sobre eles. Somente os reis da França e da Inglaterra possuíam a capacidade política e militar para garantir a estabilidade do sistema político medieval tradicional. É verdade que, desde 1066, eles haviam sido, em sua maioria, inimigos. As guerras entre Luís VII e Henrique II, Filipe Augusto e Ricardo Coração de Leão, São Luís e Henrique III, e Filipe IV e Eduardo I alimentaram a epopeia da guerra medieval. Mas essas guerras obedeciam a uma certa lógica interna do sistema feudal e, de fato, serviam como reguladoras, desde que o equilíbrio de poder fosse mantido. Além disso, essas guerras coincidiram com a grande aventura das Cruzadas e, ao contrário do que o papado acreditava, as duas séries de conflitos eram complementares, não opostas. A cruzada obrigou ambos os soberanos a serem cautelosos um com o outro. Como alguns de seus vassalos estavam constantemente no Oriente, suas guerras eram de intensidade limitada, o que ajudava a manter o equilíbrio de poder entre eles. No entanto, a última grande cruzada, que exigiu a mobilização de recursos consideráveis, data de 1293, com o projeto de Eduardo I. Desde então, os reis haviam abandonado o sonho da reconquista no Oriente e, portanto, podiam dedicar todas as suas forças a lutar uns contra os outros. Isso é o que fará a diferença entre a Guerra dos Cem Anos e as guerras anteriores: a nova guerra será total, implacável e muito mais devastadora. Não foi a Guerra dos Cem Anos que impediu a continuação das cruzadas; foi o fim das cruzadas que tornou possível a Guerra dos Cem Anos. E, ao mesmo tempo, essa guerra fratricida entre as duas grandes monarquias europeias levará à queda da Cristandade, porque esta se baseava sobretudo na força estabilizadora que esses dois grandes reinos constituíam.

O conflito entre eles era inevitável, devido às contradições internas do sistema feudal. No início do século XIV , o feudalismo estava em crise. Diante do crescimento do poder monárquico, vivenciava uma dupla crise: uma interna em cada reino, com o confronto entre o poder real e a grande nobreza, e uma externa, já que ambos os soberanos estavam presos na teia de obrigações feudais, o que os levava a se confrontar no âmbito das relações entre senhores e vassalos. A Guerra dos Cem Anos foi inicialmente um conflito feudal. Suas origens estão ligadas à crise entre o sistema feudal e a ascensão do poder monárquico. Coincidentemente, ambos os reinos vivenciaram uma crise dinástica quase simultaneamente, em 1327 e 1328, revelando o mal-estar subjacente.

A crise monárquica inglesa (Londres, 1327)

Reino da Inglaterra, 1327. Em 13 de janeiro, em Londres, uma assembleia de representantes do povo, que os historiadores hesitam em chamar de parlamento, decidiu depor o rei Eduardo II por incompetência, por ser responsável pela perda de territórios na Escócia, Irlanda e Aquitânia, por ser cruel, fraco e incapaz de reformas. Ele também foi acusado de violar seu juramento de coroação, de não acatar conselhos sábios e de despojar nobres e clérigos. Foi aprisionado no Castelo de Berkeley, perto de Gloucester, onde foi assassinado pouco depois. A coroa passou para seu filho de quatorze anos, Eduardo III.

O evento é, sem dúvida, excepcional. Juristas encontrarão excelentes razões para justificá-lo, mas trata-se, na verdade, de uma revolução palaciana. Eduardo II teve um reinado desastroso. Sua impopularidade era ainda maior porque ele devia favores indignos, os irmãos Despenser, a quem havia agraciado com riquezas e que eram seus amantes. A oposição da nobreza e de grande parte do alto clero se uniu em torno da rainha Isabel, irmã do rei Carlos IV da França e filha de Filipe IV, o Belo. Aproveitando-se de uma missão à França, onde acompanhava seu filho, ela planejou a queda do marido. Tendo se instalado em Valenciennes com o conde Guilherme I de Hainaut · juntamente com seu amante Roger Mortimer, ela recrutou 700 mercenários, que desembarcaram em 24 de setembro de 1326 em Orwell, na costa de Suffolk. Eduardo II, abandonado por todos, fugiu, foi recapturado e aprisionado em Kenilworth até sua deposição. Seus favoritos, os Despensers, foram torturados na roda, enforcados e esquartejados. Os novos governantes são Isabella e Mortimer, que mantêm o novo rei, o jovem Eduardo, sob sua tutela.

A nova família governante, com seu apetite insaciável por títulos e riquezas, rapidamente despertou a hostilidade da alta nobreza, incluindo os condes de Lancaster, Kent e Norfolk. O jovem rei foi completamente excluído dos assuntos de Estado e vigiado de perto, uma situação que se tornou cada vez mais difícil de suportar. Mesmo assim, ele conseguiu reunir ao seu redor um grupo de jovens ambiciosos e, na noite de 19 de outubro de 1330, mandou prender sua mãe e Mortimer no Castelo de Nottingham. Mortimer foi executado em 29 de novembro de 1330. Isabel foi obrigada a devolver todos os bens que havia confiscado e foi colocada em prisão domiciliar em suas propriedades de Hertford e Castle Rising, onde morreu em 1358, aos sessenta e seis anos.

Assim, aos dezoito anos, em 1330, Eduardo III tornou-se o soberano de facto. Sua personalidade é pouco compreendida, apesar de, ou talvez por causa de, sua fama. Os cronistas, de fato, aplicam a ele os estereótipos do governante cavalheiresco ideal. Froissart fala do "poderoso e valente Rei Eduardo, que viveu e reinou com tanta nobreza e bravura", o que nos diz pouco. Em 1330, Eduardo era um jovem vivaz, atlético e um tanto inculto, com uma alta opinião de si mesmo. Imerso desde a infância em intrigas e conspirações da corte, cúmplice de sua mãe na deposição e assassinato de seu pai, ele adquiriu muito cedo experiência da violência implacável desse mundo de figuras poderosas que cercavam os governantes. A isso, acrescentava um certo grau de crueldade pessoal, da qual daria muitos exemplos durante suas guerras. Impulsivo, inicialmente carecia de visão e embarcava impetuosamente em aventuras sem considerar as consequências. Para ele, a força era a solução para os problemas. Seu maior trunfo era a capacidade intuitiva de se comportar de acordo com as expectativas. Instintivamente, ele possuía os gestos de um rei guerreiro cavalheiresco, o que agradava sua nobre comitiva, que via nele um soberano que inspirava respeito, temor e admiração. Essa comitiva era jovem e mais inclinada à ação do que à reflexão. No grupo que levou Eduardo ao poder em 1330, Humphrey Bohun, o futuro Conde de Hereford, tinha vinte e um anos; seus irmãos Eduardo e Guilherme ainda não tinham vinte; John Moleyns tinha vinte e cinco; William Montagu, o futuro Conde de Salisbury, vinte e oito; John de Nevill, trinta; e o mais velho, Robert Ufford, mais tarde Conde de Suffolk, tinha trinta e dois. A partir de 1330, a Inglaterra foi governada por esse grupo de jovens impetuosos. O rei casou-se aos dezesseis anos com Filipa de Hainaut, filha do Conde de Hainaut, que desempenhou um papel moderador, porém muito limitado.

O Reino da Inglaterra

O Reino da Inglaterra era relativamente pequeno: 130.000 km² · e com uma população de menos de cinco milhões de habitantes, concentrados principalmente no Sudeste e na Ânglia

Oriental, as regiões mais férteis. Isso resultou em um alto grau de homogeneidade, além dos dialetos e sotaques locais. Um relativo senso de identidade nacional já unia os ingleses, reforçado pela natureza insular do país. Estrangeiros, mercadores e clérigos eram vistos com suspeita, vigiados e até mesmo presos e roubados em tempos de guerra. O glorioso reinado de Eduardo I (1272-1307), avô de Eduardo III, com suas vitórias sobre os galeses e os escoceses, fortaleceu o orgulho nacional, e o soberano incentivou deliberadamente a disseminação de mitos de origem, que remontavam a fundação da antiga Grã-Bretanha à chegada dos troianos. As antigas lendas, narradas no século XII por Geoffrey de Monmouth, foram transformadas em fatos históricos: em 1278, Eduardo mandou abrir o túmulo de Arthur e Guinevere em Glastonbury. Outro catalisador para a coesão social e nacional foi o desenvolvimento da língua inglesa, que vinha ganhando terreno entre a aristocracia desde o final do século XIII , enquanto que até então, desde a invasão normanda, a nobreza e o alto clero se distinguiam do povo comum pelo uso do francês. Por volta de 1330, um período de transição estava em curso: o francês ainda era falado pelos nobres, mas era cada vez mais uma língua erudita, e Froissart observa que os diplomatas ingleses tinham o hábito de se esquivar de perguntas difíceis em negociações, alegando não entender seus interlocutores. A mentalidade insular estava se desenvolvendo, os nomes próprios com sonoridade francesa estavam em declínio e os casamentos principescos e reais com mulheres francesas não eram populares.

O país é relativamente próspero, mas exclusivamente rural. Londres, que supera em muito todos os outros centros urbanos, não chega nem a 50.000 habitantes. Os grandes senhorios do Centro, Sul e Sudeste são administrados com eficiência, e a produção agrícola é normalmente suficiente para alimentar a população. No entanto, desde o início do século, os limites foram atingidos, e até mesmo ultrapassados: em 1315-1316, uma terrível fome assolou o país, que já havia ultrapassado o limiar da superpopulação. A área cultivada atingiu sua extensão máxima, as florestas recuaram consideravelmente e as colheitas estagnaram. O equilíbrio entre produção e consumo é agora precário. Mesmo assim, em 1327, o cronista Jean le Bel, viajando pelo país, declara que "nunca deixa de se maravilhar com tamanha abundância".

A Inglaterra possui uma grande fonte de riqueza: a lã, cujo papel na economia nacional pode ser comparado ao do petróleo bruto no mundo atual. O país é o principal fornecedor de matéria-prima para a indústria têxtil flamenga. Isso oferece uma tripla vantagem: primeiro, esse comércio enriquece a população, especialmente os agricultores e comerciantes, que constituem uma classe próspera e poderosa. Organizados em empresas que podem ser descritas como capitalistas, eles compram licenças de exportação do rei, e sua riqueza lhes permite desempenhar um papel social e político cada vez mais importante: compram terras e propriedades rurais, tornam-se credores da monarquia e podem influenciar suas decisões. Assim, o comerciante de tecidos John Pulteney, filho de um pequeno senhor feudal de Sussex, acumulou uma fortuna com o comércio de lã a ponto de se tornar uma das figuras mais importantes de Londres, eleito prefeito quatro vezes, proprietário de vinte e três propriedades rurais em cinco condados e dois palácios em Londres. Ele mandou construir para si o magnífico castelo de Penshurst Place em Kent, adiantou dinheiro ao rei para as suas guerras e foi enobrecido em 1337.

Uma segunda vantagem das exportações de lã era que elas proporcionavam uma fonte inesgotável de receita para a Coroa. O comércio dessa mercadoria volumosa era fácil de monitorar e, portanto, fácil de tributar. Era rigorosamente regulamentado. As exportações eram feitas por meio de diversos portos, sob licenças vendidas pelo rei, e os comerciantes pagavam impostos cujo valor podia ser facilmente revisado. Além disso, magnatas da lã, como John Pulteney, podiam adiantar fundos ao rei: eles atuavam como banqueiros.

Uma terceira vantagem: a lã inglesa, essencial para os artesãos flamengos, era uma arma política formidável para pressionar os príncipes continentais, fossem eles vassalos do Rei da França ou membros do Sacro Império Romano-Germânico: Condes de Flandres, Artois, Hainaut e o Duque de Brabante. A ameaça de um embargo às exportações de lã colocava em risco toda a economia de Bruges, Ypres, Ghent e Lille, e poderia provocar o caos revolucionário, reduzindo o proletariado urbano à miséria.

A monarquia inglesa também desenvolveu uma eficiente máquina administrativa. No nível central, a Chancelaria, onde os decretos reais eram redigidos e enviados, era composta por uma equipe de funcionários altamente competentes, ainda mais unidos por frequentemente fazerem parte da própria casa do Chanceler. Outro órgão administrativo vital era o Tesouro, onde todas as receitas e despesas eram examinadas nas famosas mesas com suas toalhas de mesa xadrez em preto e branco. Sob a direção do Tesoureiro, este órgão se estabilizou por volta de 1330 no distrito administrativo de Westminster, ainda separado da Cidade de Londres por uma área semi-rural. A era da administração nômade chegou ao fim após uma última experiência na década de 1330: Eduardo III, para guerrear na Escócia, transferiu o Tesouro para York, o que exigiu mais de cinquenta carroças para transportar os arquivos.

O rei governa com a equipe reduzida de sua casa: algumas dezenas de escrivães e cavaleiros que são seus confidentes mais próximos. No centro de tudo está o Guarda-Roupa, de onde as decisões são emitidas sob o selo privado, acompanhando o rei em todas as suas viagens. Para Froissart, a Inglaterra é "o país mais bem governado do mundo". A implementação dos decretos reais é facilitada pelo pequeno tamanho e homogeneidade do país, onde o direito consuetudinário *se aplica* em todos os lugares e onde os homens livres podem recorrer a juízes de paz itinerantes.

Nas províncias, a eficiência da administração dependia do equilíbrio entre os interesses locais e as exigências do governo central. Um homem personificava esse equilíbrio: o xerife, que já não era o potentado todo-poderoso da época de Robin Hood. Seus poderes haviam sido reduzidos, mas ele continuava sendo fundamental em questões de ordem pública e tributação. Era um grande proprietário de terras no condado, um homem da região, que precisava levar em consideração os interesses locais. A vantagem para a monarquia era que seus funcionários não eram percebidos como autoridades externas despóticas, como na França. A população se sentia mais envolvida no processo de tomada de decisões.

O problema crucial, do qual depende em grande parte o resultado da guerra, é o das finanças. As receitas da monarquia inglesa são notoriamente insuficientes para sustentar um esforço militar em larga escala em múltiplas frentes durante décadas. A renda ordinária, proveniente dos bens patrimoniais do rei, situa-se entre 15.000 e 20.000 libras por ano. Os direitos aduaneiros sobre as exportações de lã e peles rendem cerca de 13.000 libras no início do reinado de Eduardo III. A taxa normal é de 6 xelins e 8 pence (6 xelins e 8 pence) por saco de lã, mas pode subir para 3 libras, se necessário.

Tudo isso se mostrou insuficiente em tempos de guerra. Consequentemente, a monarquia inglesa recorreu fortemente a empréstimos, não apenas de ricos mercadores, mas também de banqueiros renanos, flamengos e, principalmente, italianos, uma medida não isenta de riscos para estes últimos. A família Frescobaldi, de Florença, havia adiantado 150.000 libras a Eduardo I e Eduardo II antes de falir em 1311. O rei era um devedor pouco confiável, pagando apenas quando lhe convinha. A família Bardi, também de Florença, se veria perigosamente envolvida nas aventuras de Eduardo III.

Mas os empréstimos em si eram apenas uma medida temporária, permitindo ao rei antecipar a receita tributária. A tributação ainda era considerada uma medida excepcional, à qual o rei só podia recorrer com o consentimento de seus súditos, e esse consentimento só podia ser dado pelos representantes da comunidade do reino, o Parlamento. Convocado pelo soberano, o Parlamento era composto pela Câmara dos Lordes, formada por aproximadamente 60 condes e barões do reino, 21 bispos e 30 abades, e pela Câmara dos Comuns, composta por dois cavaleiros para cada um dos 27 condados e representantes de cerca de 70 burgos. O Parlamento votava sobre o imposto solicitado em troca da consideração de suas petições pelo rei. Essas petições abrangiam tudo, desde questões administrativas locais até reclamações contra agentes do governo central, e até mesmo política interna e externa em geral.

A relação entre o rei e o parlamento era fundamental para o bom funcionamento do Estado. Longe de serem antagônicas, as duas entidades se viam como complementares. Os ingleses, portanto, sentiam-se envolvidos nas decisões do soberano, e o rei, fortalecido pelo apoio de seus súditos, ganhava confiança. Essa noção de interesse comum e unidade nacional ajuda a explicar os sucessos ingleses no início da guerra.

Quanto à contribuição financeira exigida, esta assumia a forma de um imposto de um décimo dos bens móveis nas cidades e um décimo quinto no campo. O termo "cobrança de um décimo e um décimo quinto" era comumente usado. Isso pressupunha uma avaliação da propriedade de cada pessoa, o que constituía a parte mais complexa da questão. Tal avaliação foi realizada em 1334, seguindo a tradição do *Domesday Book* , mas repetir a operação anualmente estava fora de questão, levando a consideráveis disputas. Havia algumas exceções ao imposto: os condados palatinos de Chester e Durham, tributados por seus proprietários; o clero, tributado com a aprovação do Papa pelas duas assembleias representativas dos arcebispados de Canterbury e York, as "Convocações"; e, finalmente, os habitantes dos Cinque Ports, na costa de Kent e Sussex, que prestavam serviço naval.

Outro elemento crucial para a eficácia da monarquia em tempos de guerra era a atitude da alta nobreza. O sucesso das operações dependia em grande parte da sua cooperação. Contudo, este foi um período de relações bastante conflituosas entre os grandes vassalos e o rei, uma época de crise para a monarquia feudal. Na Inglaterra, a situação era diferente. Em primeiro lugar, ao contrário da França, a alta nobreza não se identificava com um território específico. As possessões dos grandes barões eram dispersas; não formavam um bloco provincial que pudesse constituir uma entidade política apoiada por uma identidade cultural partilhada. Assim, entre os nove condes do reino, o Conde de Pembroke, cujo título foi detido por Aymer de Valence, que morreu em 1324, possuía senhorios espalhados por dezenove condados, desde a fronteira escocesa até ao Canal da Mancha, bem como no País de Gales e na Irlanda, e o próprio condado de Pembroke não representava sequer um décimo das suas posses. Em nenhuma circunstância os condes *e* seus condados *coincidem* com as divisões administrativas que também chamamos de condados, mas que em inglês são chamadas *de shires* . A única exceção é o Conde de Lancaster, cujo condado corresponde *aproximadamente* a Lancashire, no noroeste do reino. Com sua renda anual de 11.000 libras, Thomas de Lancaster era o barão mais poderoso do país. Mais tarde, os condados das Marcas Galesas e Escocesas, como Northumberland, também constituiriam entidades homogêneas, mas em meados do século XIV , como Froissart observou com surpresa, a regra era que "as terras e as rendas dos barões estavam dispersas por vários lugares".

Esses nove condes, juntamente com os cerca de cinquenta nobres de alta patente que os seguiam, eram, no entanto, poderosos e formidáveis. Não se identificavam com um território

específico, mas eram ricos e comandavam um grande número de seguidores. Tinham sua própria administração, uma versão em miniatura da do rei, e administravam propriedades com eficiência. Eram, como Froissart também observou, "inconstantes, perigosos, arrogantes e rebeldes". Em diversas ocasiões, impuseram sua vontade à monarquia: sob João Sem-Terra com a Magna Carta, sob Henrique III com as Constituições de Clarendon e sob Eduardo II, a quem simplesmente depuseram. Mas o aspecto singular desses movimentos era que não se dirigiam contra o poder real, mas sim a seu favor. Se Eduardo II foi deposto, foi porque era considerado incapaz e incompetente. Os barões rebeldes proclamaram sua lealdade à coroa, não a um rei em particular, "de modo que, se na condução dos assuntos do reino o rei não se guiasse pela razão, seus súditos deveriam reconduzi-lo ao caminho da razão". Esses homens poderiam, portanto, representar um perigo para o rei em caso de sérios desentendimentos políticos, mas, por outro lado, se houvesse acordo entre o rei e seus barões, estes lhe forneciam um apoio indispensável, permitindo-lhe agir com confiança e apresentar uma frente unida contra seu inimigo — algo raro no caso do rei da França. Eduardo III, totalmente alinhado com os ideais de sua nobreza, manteve-se firme ao lado deles.

No início do reinado, porém, essa nobreza era hostil a empreendimentos estrangeiros. Sua atitude poderia ser descrita como isolacionista: as aventuras continentais não lhes diziam mais respeito, visto que a Normandia havia sido perdida pelo Rei João. Os laços com a França haviam sido rompidos. Os nobres ingleses não possuíam mais propriedades para defender no continente, onde, pelo contrário, corriam o risco de perder muito com os custos de equipamentos. Sob Eduardo I · eles já haviam expressado sua relutância em lutar pela Aquitânia e, em 1311, impuseram o seguinte estatuto a Eduardo II: “Uma vez que o rei não deve guerrear contra ninguém nem deixar seu reino sem o consentimento geral de suas baronias, devido aos muitos perigos que isso acarreta para ele e seu reino, ordenamos que, doravante, o rei não deixe seu reino nem guerreie sem o consentimento geral das baronias, dado em Parlamento, e se ele agir de outra forma e convocar seu exército feudal para esse fim, as convocações serão nulas e sem efeito.” "A mentalidade da nobreza inglesa por volta de 1330 era, portanto, completamente contrária à intervenção na França."

O problema escocês

De fato, já havia guerras suficientes na própria ilha da Grã-Bretanha, onde as regiões celtas continuavam a causar problemas. O País de Gales exigiu forças enormes em 1277 e 1287; Eduardo I conseguiu subjugar essa região difícil construindo uma rede de fortalezas maciças no noroeste, em Harlech, Caernarfon, Conway, Beaumaris, Flint e Rhuddlan, mas os chefes dos clãs galeses permaneceram sob vigilância. O problema escocês era muito mais complexo. Envolvia um reino organizado e independente, com sua própria administração e soberano, mas com o qual era difícil estabelecer relações diplomáticas estáveis devido à sua fragilidade socioeconômica. "Uma terra selvagem de charnecas desoladas e grandes montanhas, desprovida de tudo, exceto animais selvagens", escreveu Jean le Bel, que viajou para lá em 1327. Na realidade, era controlada por chefes de clãs em guerra perpétua, cujos ataques de pilhagem devastavam regularmente o norte da Inglaterra, entre Berwick e Carlisle. Até mesmo o poder romano fora forçado a interromper seu avanço ali, como evidenciado pela antiga Muralha de Adriano. A frágil autoridade central dependia de coalizões instáveis entre os clãs. Durante séculos, os reis da Inglaterra tentaram em vão estabelecer controle sobre essas regiões desoladas, alternando sucessos e fracassos. A derrota mais recente foi esmagadora: em 1314, Eduardo II foi completamente derrotado em Bannockburn, e em 1328 foi assinado o humilhante Tratado de Northampton, pelo qual o rei da Inglaterra reconheceu Roberto Bruce como rei da Escócia e deu sua irmã em casamento a David, filho de Bruce.

O risco de um ataque escocês era constante e pesava muito sobre a política externa dos reis ingleses, que se viam constantemente ameaçados por uma traição quando ocupados com assuntos continentais. Isso os obrigava a dividir suas forças e limitar o recrutamento de tropas ao sul do rio Trent; ao norte, o alistamento era direcionado exclusivamente contra os escoceses. O perigo era ainda mais formidável porque, desde o século XIII , a Escócia e a França estavam unidas por tratados que estabeleciam o que era conhecido como a "Ald Alliance" (A Velha Aliança), que permaneceu uma realidade até o século XVIII . A vantagem estratégica dessa aliança era clara para os parceiros, que mantinham a Inglaterra em uma posição de pinça. É verdade que as comunicações marítimas entre os aliados eram difíceis: tempestades e interceptações por navios ingleses tornavam o envio de reforços imprevisível, mas qualquer ataque simultâneo poderia colocar o rei inglês em uma posição muito precária. O primeiro tratado franco-escocês oficial, em 1295, foi claro: se Eduardo vos atacar, declarou Filipe, o Belo, "eu vos ajudarei atraindo o dito rei para outros lugares". Se ele desembarcasse na França, prometeu o Rei da Escócia, invadiríamos o norte de seu reino, "sitiando as cidades e devastando o país". Em 1326, esse tratado foi renovado: Robert Bruce prometeu invadir a Inglaterra "com todas as suas forças" em caso de guerra franco-inglesa. A aliança franco-escocesa seria um fator estratégico crucial durante a Guerra dos Cem Anos.

As batalhas renovadas contra galeses e escoceses tiveram pelo menos um mérito para os ingleses: foi durante essas guerras que o exército inglês desenvolveu os métodos, o armamento e a estratégia que o tornariam tão formidável nos estágios iniciais da Guerra dos Cem Anos. Essa evolução foi rápida e multifacetada, ocorrendo principalmente entre 1310 e 1330. A revolução mais significativa em comparação com o exército feudal tradicional foi a redução da proporção de cavalaria, especialmente cavalaria pesada, nas forças de combate. Havia uma razão sociológica para isso: a diminuição do número de proprietários de terras ricos o suficiente para se equiparem com cavaleiros, devido à consolidação das propriedades; estima-se que havia entre 3.000 e 5.000 deles. O efetivo do exército precisava ser reforçado pelo desenvolvimento da infantaria, recrutada das classes sociais mais baixas por meio de um sistema de recrutamento obrigatório. Dependendo das necessidades da campanha, cada paróquia era responsável por fornecer um certo número de homens aptos, treinados e equipados, que só recebiam pagamento em caso de guerra no exterior, o que quase sempre acontecia. O recrutamento era realizado pelos comissários de *guerra* .

Esses soldados de infantaria pertenciam às camadas mais altas do campesinato, pois precisavam providenciar seu próprio equipamento e, alguns, até mesmo possuir um cavalo. Não o pesado e caro cavalo de guerra do cavaleiro, usado em batalha, mas um "bidet" (*mag*), usado para transporte. Isso permitia que essa infantaria montada fosse mais móvel e conservasse suas forças durante as marchas. Vestindo uma couraça de couro, um capacete e manoplas de ferro, e portando espada, faca e lança, o cavaleiro de cavalaria ligeira, ou *hobelar* , era um proprietário de terras cujas propriedades deveriam render pelo menos 15 libras por ano por volta de 1330. Em um nível de riqueza semelhante estava o arqueiro montado, figura chave nas vitórias inglesas. Sua arma, o arco longo , era um instrumento pesado de dois metros de altura, cujo manuseio, exigindo força e habilidade, necessitava de extenso treinamento. Posicionados em formações compactas nos flancos, protegidos por uma paliçada de estacas afiadas e capazes de disparar seis flechas por minuto em um arco profundo, os arqueiros desferiram uma chuva de projéteis que dizimou as cargas inimigas. Foi entre 1320 e 1330 que esse formidável corpo de arqueiros montados substituiu os besteiros no exército inglês. Os mais humildes entre eles, sem cavalos, armados apenas com arco, faca e espada, eram, no entanto, camponeses prósperos cujas terras rendiam pelo menos 2 libras.

Essa nova forma de lutar, onde até mesmo os cavaleiros desmontavam e onde a defesa era priorizada em relação ao ataque, em formações estáticas de piqueiros e arqueiros, foi herdada dos escoceses. Os ingleses aprenderam com Bannockburn, e seu exército mais disciplinado, composto por proprietários de terras, motivados e unidos pelo espírito de corpo, era um instrumento flexível e homogêneo, uma verdadeira revolução na arte da guerra.

O Reino da França

Vamos atravessar o Canal da Mancha e considerar agora o enorme reino da França, o maior e mais populoso território da Europa: 420.000 km² · 16 milhões de habitantes, ou 3,2 vezes a área e a população da Inglaterra. 1328 é o ano crucial aqui. Por um lado, um importante levantamento tributário fornece estatísticas um pouco mais precisas sobre o reino na véspera do grande conflito: 24.000 paróquias, 2.469.987 famílias contribuintes, um país que, segundo Froissart, era naquela época "próspero, feliz e forte, seu povo rico e próspero, e ninguém conhecia a guerra". Essa imagem idílica precisa ser qualificada: embora seja verdade que, com exceção da Flandres, o reino estivesse em paz há mais de um século e que as pestes tivessem desaparecido, a fome reapareceu entre 1315 e 1317. Assim como na Inglaterra, o país estava à beira da superpopulação, dados os meios de produção da época: uma má colheita significava escassez. A economia acabara de entrar num longo período de depressão. A queda dos preços agrícolas começara na década de 1320. As cidades, que cresceram mais rapidamente do que a população total, encontravam cada vez mais dificuldades em garantir o abastecimento alimentar, que tinha de ser transportado por distâncias cada vez maiores. A atividade industrial e o comércio em larga escala estavam em crise: nas cidades têxteis da Flandres, as relações entre o proletariado têxtil e a aristocracia dos grandes mercadores eram muito tensas. Ghent, com os seus 60.000 habitantes, era maior do que Londres e um foco de luta de classes. As grandes feiras de Champagne, Troyes, Bar, Lagny e Provins eram agora apenas uma sombra do que foram, porque os mercadores italianos e flamengos utilizavam cada vez mais o vale do Reno e as passagens alpinas, por um lado, e a rota marítima, por outro.

Mas esses acontecimentos negativos são recentes demais para apagar a imagem de grandeza que ainda persiste na memória dos contemporâneos desde o glorioso reinado de São Luís. A monarquia francesa é a mais importante da Europa. Desde o início do século, parece até mesmo exercer influência sobre o papado: o papa está ao seu alcance, do outro lado do Ródano, vigiado de Villeneuve-lès-Avignon pela recém-construída Torre de Filipe, o Belo. De qualquer forma, ele é francês e está cercado por cardeais, em sua maioria franceses. Para o teólogo Jean de Jandun, "o governo da Terra pertence, por direito, à augusta e soberana Casa da França".

Em Paris, o rei estava no centro de uma administração que os especialistas jurídicos de Filipe, o Belo, haviam tornado notavelmente eficiente. No coração dessa administração estava o Palácio, um complexo de edifícios na ponta da Île de la Cité, onde trabalhava uma multidão de escrivães, notários e sargentos, cujo número havia quintuplicado entre 1314 e 1343. A centralização ao estilo francês estava em curso: todas as decisões vinham de Paris, onde a chancelaria consumia uma quantidade prodigiosa de pergaminho e cera de lacre: uma tonelada e um quarto em 1326!

Decisões importantes são tomadas no âmbito do Grande Conselho, onde, em torno do rei, reúnem-se os príncipes da família real, membros da mais alta nobreza que se sentem preocupados com os assuntos do rei e uma crescente proporção de profissionais, oriundos da burguesia e da pequena nobreza, formados em faculdades de direito. Esse novo pessoal, imbuído de conhecimento do direito romano, é desprezado pela alta aristocracia, que se considera a conselheira natural do rei e cujo poder também busca equilibrar, defendendo costumes e privilégios.

Essas duas tendências contraditórias, prenúncios de uma transformação da monarquia feudal, também se encontram no âmbito da administração local. Dentro do domínio real, os bailios e senescais, cercados por oficiais menores — tenentes, juízes, sargentos — eram figuras influentes, agentes zelosos do poder real, que não hesitavam em atropelar os costumes e privilégios estabelecidos. O principal instrumento da expansão da autoridade real era a justiça: o princípio era que, em todo o reino, os súditos que tivessem uma queixa contra uma "negação de justiça" por parte dos senhores locais, fossem eles grandes ou pequenos, podiam recorrer aos tribunais reais. Por fim, os casos chegavam ao Parlamento de Paris, a suprema corte, também sediada na Île de la Cité. Por volta de 1330, o Parlamento foi inundado de recursos, à medida que os oficiais reais instavam os litigantes a buscar justiça junto ao rei.

Uma das principais limitações do poder real era a imensidão do reino, que enfraquecia e atrasava a transmissão de notícias e decisões. Manter a ordem pública era uma tarefa árdua, realizada com brutalidade, sendo a violência das execuções o meio mais rápido e prático para uma força pública com efetivos extremamente reduzidos. Esses métodos fomentavam tanto o medo quanto a impopularidade em relação ao poder real, especialmente porque as particularidades locais permaneciam muito fortes.

O ponto fraco da crescente monarquia francesa era seu sistema tributário, totalmente inadequado às suas novas necessidades. Assim como na Inglaterra, as receitas do domínio real, entre 400.000 e 600.000 libras tournois, estavam longe de ser suficientes para financiar uma administração em expansão e, sobretudo, um exército em rápida transformação. No início do século, esse exército era teoricamente impressionante, com uma força potencial de 30.000 homens, um terço dos quais eram cavaleiros. Mas o método tradicional de recrutamento, baseado no alistamento do ban, que reunia vassalos por um período limitado, já não era apropriado para o novo tipo de guerra, como demonstrado pelo desastre em Courtrai. O uso de soldados profissionais estava se tornando comum, e essas tropas eram extremamente caras. Filipe IV tentara substituir o arrière-ban por um imposto, mas a oposição fora feroz e sua cobrança apresentava muitos problemas técnicos. Embora recorrer à tributação quando necessário fosse essencial, a falta de um procedimento bem definido tornava a operação arriscada. O sucesso depende muito do prestígio pessoal do soberano e da eficácia de sua propaganda, que deve convencer os contribuintes da justiça da causa real e da necessidade de apoiá-la financeiramente.

Em todo caso, a carga tributária era tão pesada que o rei, impulsionado pela necessidade de dinheiro, recorreu a expedientes: empréstimos forçados, confiscos, espoliação de minorias impopulares, como os judeus, expulsos em 1306, os banqueiros lombardos e de Cahors, e, sobretudo, manipulação monetária, uma especialidade da monarquia francesa. O princípio básico é bem conhecido: uma portaria desmonetiza as moedas em circulação, que são então retiradas de circulação e derretidas nas casas da moeda reais; as novas moedas contêm menos metal precioso, e a diferença entre seu valor oficial e real permite a cunhagem de mais moedas, reabastecendo assim o tesouro real: este é o direito de cunhagem. Filipe IV realizou diversas desvalorizações desse tipo entre 1295 e 1306, e novamente em 1311. Em 1313, o valor real das moedas francesas era 30% menor que seu valor nominal. Isso afeta inevitavelmente as trocas econômicas, o valor dos empréstimos e os preços das mercadorias; Além disso, as boas moedas estrangeiras, que circulam livremente no reino, tendem a desaparecer, de acordo com a conhecida lei: "a moeda ruim expulsa a boa".

Assim, apesar de um reino três vezes maior e mais populoso, mais rico e mais diversificado, o Rei da França, por não possuir um sistema tributário eficaz, tinha proporcionalmente menos

recursos do que seu potencial rival. Além disso, o Reino da França carecia de coesão. Os súditos não sentiam solidariedade com seu soberano, cujas aventuras não compartilhavam nem financeira nem militarmente. Essa mentalidade, presente no domínio real, era ainda mais pronunciada nas províncias periféricas, que conservavam fortes particularidades linguísticas, culturais e institucionais, como as da Bretanha, Flandres, Aquitânia e Languedoc. O Reino da França era um mosaico de feudos que desafiava qualquer tentativa de mapeamento. E os maiores desses feudos formavam unidades territoriais que eram verdadeiros pequenos estados independentes, governados por poderosos vassalos cuja principal preocupação era limitar o poder real, não aumentá-lo.

Em 1328, o Reino da França era menor que a França atual, e suas fronteiras com o Sacro Império Romano-Germânico eram mais "naturais" do que as atuais, seguindo aproximadamente o curso de quatro rios: Escalda, Mosa, Saône e Ródano. Ao sul, o Roussillon ficava dentro de Aragão, e Navarra se estendia até os Pirenéus. Dentro desses limites, o domínio real — isto é, as regiões diretamente sujeitas ao rei — representava cerca de dois terços do território: Île-de-France, Picardia, Normandia, Maine, Anjou, Touraine, Orléanais, Poitou, Limousin, Berry e Languedoc. O restante consistia em grandes feudos e apanágios; os primeiros afirmavam sua autonomia, com seus detentores vinculados ao rei apenas por homenagem e deveres vassaladores. Os últimos eram antigas porções do domínio real, desmembradas e confiadas pelos reis a seus filhos mais novos para evitar disputas familiares. Os detentores de títulos, parentes do soberano, eram, portanto, ainda mais independentes. Essas figuras importantes, pares do reino, eram em 1328 os duques da Borgonha, Bretanha, Aquitânia e Bourbon, e os condes de Flandres, Artois, Alençon e Évreux. Territórios menores também constituíam verdadeiros estados independentes, como os condados de Foix, Armagnac, Comminges, Blois e Ponthieu, o viscondado de Béarn e vários outros.

O rei tinha que contar com a boa vontade de todos esses poderosos vassalos, uma boa vontade que oscilava e exigia algo em troca. E, de fato, entre 1314 e 1328, os vassalos não estavam dispostos a cooperar, ou pelo menos o rei teve que pagar um preço alto por isso. O descontentamento deles provinha de duas causas. Em primeiro lugar, a situação financeira estava se deteriorando: as receitas da terra estavam diminuindo enquanto as despesas disparavam devido a um estilo de vida dispendioso: carruagens, roupas extravagantes, joias, criados e a manutenção de castelos e casas na cidade; o equipamento militar necessário para manter seu status custava uma fortuna. O Conde de Flandres, Luís de Nevers, gastou 80.000 libras tournois em 1332, e suas dívidas somavam 342.000 libras. Eles foram forçados a contrair empréstimos humilhantes com banqueiros e mercadores. Ao mesmo tempo, enfrentavam intervenções cada vez mais agressivas por parte dos funcionários reais, que infringiam seus direitos e privilégios, especialmente sua jurisdição: os apelos à justiça real se multiplicavam, privando-os da receita proveniente de multas e diminuindo sua autoridade. Em 1314-1315, os nobres descontentes formaram ligas e exigiram o retorno ao bom governo da época de São Luís. Receberam apenas promessas, e em 1328 seu descontentamento persistia.

A crise dinástica francesa (Paris, 1328)

Mas naquele ano, o poder real precisava desesperadamente da cooperação deles. Pela primeira vez em mais de três séculos, a linhagem capetiana direta foi interrompida. Em fevereiro, Carlos IV, o último filho de Filipe IV, o Belo, morreu. Ele não tinha filhos e deixou a rainha Joana de Évreux grávida de sete meses. Uma situação sem precedentes. Uma reunião de crise foi realizada em Paris em meados do mês, reunindo todos os parentes próximos do rei falecido, cinco pares da França e representantes do rei da Inglaterra, sobrinho de Carlos IV. A pauta: quem serviria

como regente até que a rainha desse à luz? Uma questão crucial, pois quem fosse escolhido teria todas as chances de se tornar rei se o bebê fosse uma menina.

O problema é espinhoso, e a resposta depende do lugar atribuído às mulheres na linha de sucessão. Na maioria dos feudos, assim como em muitos reinos europeus, as mulheres tinham permissão para reinar por direito próprio. Mas entre os Capetianos, um precedente recente as havia excluído: em 1316, após a morte de Luís X, que tinha apenas uma filha, Joana, ela foi excluída da sucessão por seu irmão mais novo, Filipe, principalmente devido à força militar e à sua própria personalidade. Não havia, naquele momento, qualquer indício de uma extravagante "Lei Sálica" que excluísse as mulheres. Era um puro equilíbrio de poder que, como sempre, criava a lei. Uma vez estabelecido esse precedente, era difícil revertê-lo. Portanto, se a rainha desse à luz uma filha, ela seria excluída. Mas havia uma questão secundária: Carlos IV tinha uma irmã, Isabel, viúva de Eduardo II, e ela teve um filho, Eduardo III, Rei da Inglaterra. Ele é o parente masculino mais próximo do rei falecido. Se as mulheres não podem reinar por direito próprio, podem ao menos transmitir esse direito a seus filhos? Sim, dizem os representantes de Eduardo III. Mas eles estão sozinhos nessa opinião. Até mesmo Guilherme de Hainault, sogro de Eduardo, rejeita esse ponto de vista. Na ausência de qualquer argumento legal, é o contexto da época que motiva a decisão: um rei inglês não é desejado na França. É verdade que Eduardo III é apenas meio inglês: sua mãe, Isabel, é francesa, e como ele ainda é menor de idade, ela seria a regente. Mas ela está desacreditada por sua má conduta: não nos esqueçamos de que ela governa a Inglaterra com seu amante, Mortimer, e que acaba de mandar prender e assassinar seu marido, o rei, em sua própria prisão. De qualquer forma, os grandes vassalos franceses têm dificuldade em se imaginar prestando homenagem a um rei da Inglaterra, cujo poder seria formidável.

Nessas circunstâncias, o único candidato aceitável era Filipe de Valois, o único descendente direto de um rei francês pela linha masculina: seu pai, Carlos de Valois, que morreu em 1325, era filho de Filipe III, o Temerário. E, como tinha apenas trinta e cinco anos, estava apto a reinar imediatamente. Ele também herdou a glória do pai: Carlos de Valois, que, apesar de sua falta de perspicácia política, havia forjado uma reputação de paladino: um guerreiro generoso e profundamente endividado. Filipe, escolhido como regente em fevereiro de 1328, tornou-se rei da França, Filipe VI de Valois, em 1º de abril · quando a rainha Joana deu à luz uma filha. O novo rei era um homem no auge de sua força, mas cuja capacidade de governar era questionável. Sério e consciente de suas responsabilidades, ele era hesitante, indeciso e imprevisível. Frequentemente deprimido, este homem impulsivo estava à mercê dos conselhos de um círculo íntimo mal escolhido, "sempre pronto a aceitar o conselho de tolos", como disse Froissart. Mesmo na guerra, onde demonstrou inegável coragem pessoal, faltava-lhe o dom de liderar e motivar o exército. Além disso, acometido de obesidade desde jovem, tornou-se relutante em participar de campanhas. Não fora educado para governar; alçado ao trono da noite para o dia, carecia de experiência.

Mais grave ainda: ele deve este trono a outros, à alta nobreza que o escolheu e que agora espera uma compensação. Ele precisa levar em conta, mais do que seus antecessores, as queixas da aristocracia feudal, que espera generosidade de sua parte. Um dos primeiros atos de seu reinado é mandar executar o tesoureiro de Carlos IV, Pierre Rémi, um homem competente de origem humilde, e distribuir seus despojos entre o círculo mais próximo da coroa. Para evitar o controle excessivo dos poderosos barões, Filipe VI adota o hábito de governar em pequenos grupos, em segredo, informalmente, pegando sua própria administração de surpresa. Tal rei está mal preparado para enfrentar os grandes desafios que o aguardam.

Os problemas flamengos e da Aquitânia

Esses desafios decorriam do sistema feudal, que no século XIV revelou suas limitações e contradições, contendo, por sua vez, as sementes da Guerra dos Cem Anos. No Reino da França, em 1328, dois grandes feudos, localizados em extremidades opostas do território, representavam um problema, e essas duas questões se combinariam para colocar o rei Eduardo III da Inglaterra contra Filipe VI.

No norte, o Conde de Flandres, Luís de Nevers, estava em conflito com uma parcela da população flamenga. Seu condado era uma exceção dentro do sistema francês: sua riqueza derivava da indústria têxtil, centrada em enormes cidades dominadas por um patriciado de comerciantes e fabricantes de tecidos, cujas encomendas empregavam um proletariado urbano pobre e inquieto. Desde o início do século, as dificuldades comerciais haviam levado a uma desaceleração dos negócios, um aumento do desemprego e uma queda nos salários. A inquietação crescia entre os artesãos, tanto mestres quanto operários, contra o rico patriciado mercantil. Ao mesmo tempo, para combater as crescentes interferências da justiça real, o Conde aumentou os impostos para desenvolver uma administração mais eficiente. Ele contava com o patriciado para esse fim. Assim, o conflito de classes e o conflito político convergiram, desencadeando uma revolta em Bruges em 1323, seguida por Ypres, Furnes, Dixmude e Poperinge, contra o Conde, que era apoiado pelo patriciado e pela grande rival de Bruges, Ghent. Após cinco anos de guerra civil, o Conde Luís de Nevers, em junho de 1328, solicitou auxílio e proteção de seu suserano contra seus súditos rebeldes. Para Filipe VI, essa era uma oportunidade de demonstrar a seus vassalos que podiam confiar nele. Ele os convocou, recuperou o oriflamme de Saint-Denis e liderou seu exército para Flandres. Em 23 de agosto de 1328, em Cassel, esmagou o exército de artesãos e operários, aliados aos camponeses, liderados por Nicolas Zannequin. Foi um massacre. Os cavaleiros vingaram-se de Courtrai, onde haviam sido dizimados pelos piqueiros flamengos. Essa multidão de plebeus foi morta e decapitada sem piedade. Para Filipe VI, era um bom começo, em consonância com a lógica feudal. Mas, ao proteger seu vassalo, ele se apresenta como um opressor das classes urbanas pobres e médias das cidades de Flandres, que naturalmente se voltarão para o Rei da Inglaterra, que não está agindo em nome da lei feudal, mas usando a arma mais moderna da lógica econômica: a chegada da lã bruta depende dele, sem a qual Flandres não seria nada além de ruína e caos.

E foi Eduardo III quem Filipe VI encontrou novamente no outro extremo do reino, em um papel completamente diferente: o de Duque da Aquitânia, um vassalo da monarquia francesa. A Aquitânia era inglesa desde o século XII , com o casamento da Duquesa Leonor da Aquitânia com Henrique II Plantageneta. Mas o que era exatamente a Aquitânia? Quais eram suas fronteiras? Ninguém sabia dizer. Em 1259, o Tratado de Paris tentou esclarecer a situação: o Rei da Inglaterra reconheceu-se como suserano vassalo do Rei da França sobre o ducado, ou seja, reconheceu o soberano capetiano como seu senhor supremo, a quem devia fidelidade e homenagem contra qualquer outro senhor. Em troca, o Rei da França, São Luís, aumentou consideravelmente o tamanho do ducado, concedendo a Henrique III novos direitos sobre os bispados de Limoges, Périgueux, Cahors, Agen e parte de Saintonge. No entanto, esses direitos eram mal definidos e vinham com inúmeras ressalvas. A situação tornou-se ainda mais complicada quando, em 1271, Afonso de Poitiers, irmão de São Luís, faleceu. Seu apanágio incluía Poitou, Rouergue e parte de Saintonge; sua esposa, pertencente à Casa de Toulouse, governava Agenais e Quercy. Ela também faleceu em 1271. Isso teria sido uma oportunidade para transferir ao Rei da Inglaterra os territórios

prometidos em 1259. De fato, os termos do acordo eram tão vagos que o Rei da França protelou. Em 1279, no Tratado de Amiens, ele cedeu Agenais e, em 1286, o sul de Saintonge. Contudo, reteve Limousin. Para Périgord e Quercy, a situação era extremamente caótica: a maioria dos vassalos nessas regiões detinha um privilégio: não podiam ser obrigados a transferir sua homenagem de um senhor para outro sem o seu consentimento. Eles se aproveitaram disso para jogar dos dois lados, exigindo compensações e isenções antes de jurar homenagem ao maior licitante e sob condições que lhes permitiam mudar de ideia a qualquer momento. Foi o caso, por exemplo, do Visconde de Turenne e do Conde de Périgord.

Para assegurar o seu domínio sobre essas regiões, o Rei da Inglaterra e Duque da Aquitânia estabeleceu numerosas bastides no Agenais e no sul do Périgord, como Montpazier, Puyguilhem, Beaulieu, Lalinde, Fonroque e Molières. Estas eram essencialmente colônias, povoadas por imigrantes e com privilégios e liberdades garantidos que fomentavam a lealdade à coroa inglesa. Contudo, nas áreas fronteiriças desses territórios, os bailios e senescais do Rei da França infringiam cada vez mais os direitos do Duque, cujo poder se deteriorava constantemente. Os apelos ao Parlamento de Paris multiplicaram-se.

A situação era tão incerta que somente o uso da força poderia esclarecê-la, e, dessa perspectiva, o Rei da França tinha uma clara vantagem: ele poderia rapidamente reunir um exército na fronteira da Aquitânia — qualquer que fosse a localização dessa fronteira — e entrar no ducado, enquanto o Rei da Inglaterra levaria meses para organizar uma expedição e transportá-la por mar até Bordéus. Assim, em 1294, após confrontos entre marinheiros de Baiona e da Normandia, Filipe, o Belo, convocou Eduardo I perante o Parlamento de Paris, em sua condição de Duque da Aquitânia. Como Eduardo não compareceu, o Rei da França confiscou o ducado. Seguiram-se quatro anos de guerra, que custaram a Eduardo a enorme quantia de 400.000 libras, com pouco ganho militar. O caso foi levado ao Papa: para os juristas ingleses, a Gasconha estava livre de quaisquer obrigações feudais; o duque não tinha suserano, como demonstra toda a história anterior a 1259. O Papa, contudo, decidiu que Eduardo deveria prestar homenagem pela parte da Aquitânia que Filipe estivesse disposto a lhe devolver.

Mas foi no campo de batalha que a disputa foi resolvida. Eduardo compreendeu que a melhor maneira de defender a Aquitânia era atacar o rei da França no norte, onde ele era vulnerável e onde o envio de tropas inglesas apresentava menos problemas. E os assuntos da Aquitânia e da Flandres já estavam entrelaçados: em 1302, um exército popular de Bruges, apoiado pelos ingleses, derrotou o exército francês em Courtrai. No ano seguinte, Filipe devolveu parte da Aquitânia a Eduardo, que prometeu prestar-lhe homenagem, mas não cumpriu a sua palavra. Nessa confusão, os senhores da Aquitânia, especialmente os das regiões periféricas, seguiram uma política independente, mudando de lado conforme os seus interesses. Assim, os condes de Foix e Armagnac permaneceram no campo do rei da França.

Nos anos seguintes, os conflitos se multiplicaram. Eduardo II concordou, a contragosto, em prestar homenagem a Filipe IV em 1308 e, posteriormente, a Filipe V em 1320. Em cada ocasião, as queixas dos soberanos foram lidas em voz alta, e quando Carlos IV, em 1323, exigiu homenagem por sua vez, o rei da Inglaterra respondeu que estava ocupado demais para fazer a viagem. Em terra, os agentes dos dois reis competiam para dissuadir ou encorajar os litigantes a recorrerem ao Parlamento de Paris. Os sargentos do rei francês patrulhavam até Bordéus. O menor incidente era explorado. Em meio à poeira e à interminável sobreposição de jurisdições locais, tudo podia ser justificado ou condenado. Senhores locais acertavam suas contas sob o pretexto de lealdade a um ou outro rei. A Casa de Albret apelou ao Parlamento de Paris. O Conde de Foix,

cujos domínios foram ampliados em 1290 com a aquisição do viscondado de Béarn, possuía terras em parte sob o domínio da Aquitânia inglesa e em parte sob o domínio do Rei da França. A partir de 1323, Gastão II aliou-se aos Capetianos, representando uma ameaça constante ao sul do Ducado da Aquitânia.

Esta última, carente de recursos, também era muito mal defendida. O Senescal da Aquitânia, que governava o território em Bordéus em nome do Rei da Inglaterra, foi deixado à própria sorte. Frequentemente corrupto, procurava sobretudo enriquecer-se, e durante o reinado de Eduardo II, dezenove funcionários diferentes sucederam-se uns aos outros. As fortificações das cidades estavam negligenciadas. Por exemplo, em 1324, foi relatado que o telhado da fortaleza de Blaye, essencial para a defesa das vias de acesso a norte do estuário do Gironde, tinha desabado; ocupantes ilegais viviam no pátio. Havia escassez de soldados para manter a ordem; o banditismo florescia; em 1318, um legado papal foi assaltado perto de Valence d'Agenais. Tudo isto forneceu pretextos para a intervenção dos agentes do Rei de França.

Em 1323, um incidente menor se transformou em guerra aberta. Na vila de Saint-Sardos, na região de Agenais, havia um priorado beneditino sob a jurisdição do Duque da Aquitânia, mas dependente da Abadia de Sarlat, que por sua vez estava sob a autoridade do Rei da França. A pedido do Abade de Sarlat, o Parlamento de Paris declarou que Saint-Sardos estava sob a autoridade do rei e, em outubro, um sargento foi enviado à vila, onde simbolicamente fincou uma estaca com as armas de Carlos IV, que pretendia construir ali uma bastide. Os senhores vizinhos temiam que alguns de seus homens fossem atraídos para a vila para usufruir dos privilégios concedidos aos habitantes desses assentamentos. Raimundo-Bernard, senhor do castelo vizinho de Montpézat, incendiou a vila e enforcou o sargento francês na estaca que ele acabara de fincar. Suspeita-se que o Senescal da Aquitânia, Ralph Basset, o tenha encorajado. O caso tornou-se uma questão de Estado. Carlos IV, que se encontrava em Limoges, convocou Ralph Basset, Raymond-Bernard e seus homens a Toulouse em 23 de janeiro de 1324. Ninguém compareceu. Em Londres, Eduardo II tentou apaziguar a situação, convocando Ralph Basset de volta e enviando uma embaixada ao rei da França, liderada por seu próprio irmão, o conde de Kent. A embaixada foi recebida com frieza em Vincennes, em abril, e recebeu ordens para entregar os responsáveis pelo incidente de Saint-Sardos, bem como o Castelo de Montpezat, sem sequer ter tempo para consultar Londres. A embaixada dirigiu-se então à Aquitânia para cumprir a ordem, mas as autoridades locais recusaram-se a ceder, e o rei Eduardo declarou que os embaixadores haviam extrapolado sua autoridade ao cederem às exigências de Carlos. Em seguida, enviou outra embaixada, liderada pelo conde de Pembroke, propondo discutir o assunto diretamente, rei a rei, durante a cerimônia de homenagem, que ele solicitou ser adiada. A cerimônia foi marcada para 1º de julho em Amiens. O prazo era muito curto, disseram os ingleses. Ninguém apareceu. Carlos IV então tomou a medida decisiva: declarou a confiscação do Ducado da Aquitânia, que foi imediatamente invadido por 7.000 homens liderados por Carlos de Valois. A "Guerra de Saint-Sardos" revelou de forma contundente a fragilidade das defesas da Aquitânia. O exército francês encontrou pouca resistência. Agen rendeu-se sem lutar; o Castelo de Montpezat foi arrasado; os oficiais do ducado, encurralados em La Réole, capitularam em 22 de setembro. Tudo o que restou aos ingleses foram Saintes, Bordéus, Baiona, a costa das Landes e alguns castelos isolados. Reforços, reunidos às pressas, foram retidos nos portos do Canal da Mancha por ventos contrários.

Eduardo foi forçado a negociar por meio da Rainha Isabel, irmã do Rei da França. Um esboço de acordo foi alcançado em 1325: o Rei da Inglaterra cederia todos os territórios da Aquitânia conquistados pelos franceses e pagaria homenagem pelo que restasse, depois que o Rei da França

assumisse o controle nominal e o devolvesse a ele. O acordo foi ratificado por um tratado formal em 31 de maio de 1327.

Assim, em 1328, com a ascensão de Eduardo III e Filipe VI, a Aquitânia inglesa foi reduzida a uma faixa de território com uma largura média de 75 quilômetros, ao longo da costa atlântica, do rio Charente aos Pirenéus, de Saintes a Bayonne. Seu centro era Bordéus, onde a classe mercantil tinha fortes laços com a Inglaterra, o principal mercado para seus vinhos. Para atender à crescente demanda, os vinhedos se expandiram pelos vales adjacentes dos afluentes do rio Garona e ficaram sob o controle de mercadores de Bordéus.

Os laços com a monarquia inglesa eram principalmente econômicos. Em tudo o mais, eram muito tênues. Bordéus não via um rei da Inglaterra desde 1289, e a administração inglesa era muito pequena: um senescal, líder militar e principal representante do rei-duque; um condestável, um título enganoso, já que na verdade era ele quem cuidava das finanças do ducado; e, na maioria das vezes, um clérigo. Essas autoridades residiam no Château de l'Ombrière, em Bordéus, com uma burocracia muito pequena, composta principalmente por gascões. Em tempos de paz, o exército se limitava a algumas dezenas de homens, também gascões. A presença inglesa era, portanto, extremamente limitada: um punhado de administradores, algo semelhante à forma como os britânicos governariam a Índia muito mais tarde. As receitas, provenientes principalmente de pedágios e taxas alfandegárias, eram substanciais: 13.000 libras em 1324, mas longe de serem suficientes em tempos de guerra para financiar obras de defesa e guarnições. Para os reis da Inglaterra, a Aquitânia era mais do que uma possessão prestigiosa; Era uma herança de família, parte do patrimônio Plantageneta. Mantê-la era uma questão de honra. Em Westminster, uma seção da chancelaria lidava exclusivamente com os assuntos do ducado. No entanto, a opinião pública inglesa era bastante hostil à manutenção desse território, acusando-o de custar mais do que rendia e de desviar a atenção do governo dos assuntos internos. Os mercadores gascões eram vistos com considerável suspeita em Londres. Essa desconfiança era justificada: foi em parte a questão da Aquitânia que levaria o país a uma guerra interminável.

As relações se deterioram (1328-1336)

Até 1338, Eduardo III não tinha intenção de reivindicar a coroa francesa. E quando finalmente o fez, tratava-se, na verdade, de uma reivindicação secundária, destinada a motivar ainda mais seus aliados, um pretexto adicional para lutar em uma guerra já travada por outros motivos. Originalmente, a Guerra dos Cem Anos não era uma guerra nacional nem uma guerra de sucessão; era uma guerra feudal. Foi somente após os sucessos iniciais que os reis da Inglaterra começaram a levar a sério suas reivindicações à coroa francesa, e mesmo assim, não é certo que, em suas mentes, essa reivindicação fosse mais do que uma moeda de troca.

Quando a notícia da decisão da assembleia, em fevereiro de 1328, de escolher Filipe de Valois como regente e potencial futuro rei da França chegou a Londres, praticamente não houve reação. Apenas Isabel protestou, enviando dois bispos a Paris para reivindicar o que considerava a herança de seu filho. Eles sequer foram recebidos. Quanto ao Parlamento inglês, reunido em janeiro de 1329, declarou que Eduardo não tinha direito à coroa francesa e que devia homenagem à Aquitânia: não havia, portanto, questão de sucessão, e toda a disputa entre os dois reis girava em torno do dever feudal de prestar homenagem à Aquitânia. Mais uma vez, Isabel adotou a posição mais radical, respondendo com orgulho aos enviados franceses que Eduardo "era filho de um rei e não prestaria homenagem ao filho de um conde".

Esse extremismo não era apropriado em 1328-1329: a experiência acabara de demonstrar que a Aquitânia era indefensável em caso de confisco. A submissão era, portanto, necessária. Em 6 de junho de 1329, Eduardo III prestou homenagem a Filipe VI na Catedral de Amiens, o que demonstrou claramente seu reconhecimento do Valois como o legítimo Rei da França. Contudo, a cerimônia não transcorreu bem. Eduardo recusou-se a juntar as mãos diante de Filipe e ofereceu uma simples homenagem em vez da homenagem de suserano: ele reconheceu Filipe como seu senhor, não como seu suserano supremo, e seu porta-voz, o Bispo de Lincoln, proferiu um discurso de protesto, apresentando uma lista de argumentos legais contra a homenagem de suserano.

De 1329 a 1338, as tensões aumentaram, uma espiral de posições de princípio adotadas para salvar as aparências, uma marcha inevitável para a guerra. Filipe deu a Eduardo até o final de julho de 1330 para retornar e prestar-lhe homenagem. Os ingleses queriam pelo menos a devolução do que havia sido tomado durante a Guerra de Saint-Sardos. Isso foi categoricamente recusado, e um novo prazo foi estabelecido: 15 de dezembro de 1330. Quando o governo inglês se recusou, Filipe VI enviou seu irmão Carlos, Duque de Alençon, com um exército para tomar Saintes. A cidade foi saqueada. Este pode ter sido o início da conquista do que restava da Aquitânia.

Mas foi nesse momento que o jovem Eduardo derrubou o governo de sua mãe e de Mortimer e assumiu o controle pessoal dos assuntos. Imediatamente, encarregou um funcionário da chancelaria, John Shoreditch, especialista em Aquitânia, de preparar um relatório sobre o assunto, e em fevereiro de 1331 enviou uma embaixada a Filipe, liderada pelos bispos de Worcester e Norwich, para negociar um acordo que se assemelhava muito a uma capitulação: Eduardo explicou que havia sido mal aconselhado, mas que agora desejava que a homenagem de Amiens fosse reconhecida como homenagem de suserano. Ele chegou a visitar secretamente o rei da França em abril, em Pont-Sainte-Maxence, ao norte de Paris. Filipe mostrou-se conciliador: não exigiu que a cerimônia de homenagem fosse repetida; retirou seu exército; e prometeu compensação pelo saque de Saintes. É, portanto, a política de apaziguamento, em favor da qual trabalha o novo chanceler de Eduardo III, John Stratford, bispo de Winchester e homem experiente, que aconselha prudência ao jovem rei.

Todos esses esforços foram arruinados pelos acontecimentos na Escócia. Em 6 de agosto de 1332, uma força anglo-escocesa heterogênea, liderada por Henry Beaumont, um antigo Condestável da Escócia, e Edward Balliol, filho do antigo Rei John Balliol, desembarcou em Fife, na costa leste. Tratava-se, na verdade, de um exército particular, empreendendo uma missão particular: esses homens, que haviam perdido todas as suas posses na Escócia após o reconhecimento de Robert Bruce como rei pelo Tratado de Northampton em 1328, simplesmente vieram em busca de compensação. Eles recrutaram soldados em Yorkshire e iniciaram essa expedição. O momento era oportuno: Robert Bruce havia falecido em junho de 1329, e seu filho, David II, tinha apenas oito anos. O guardião do reino era Donald, Conde de Mar. Em 11 de agosto, Edward Balliol e suas tropas aniquilaram um exército escocês muito superior em número em Dupplin Moor. Militarmente, o evento foi crucial: foi o protótipo das grandes vitórias inglesas na Guerra dos Cem Anos. Balliol dispôs suas tropas de uma maneira que se tornaria clássica: soldados de infantaria atrás de uma barreira de estacas afiadas para fora; arqueiros nos flancos, ligeiramente à frente do corpo principal da batalha; e atrás deles, os cavalos, prontos para perseguição ou fuga. Permaneceram imóveis, aguardando o ataque escocês, dizimados por uma chuva de flechas; aqueles que não caíram sob os projéteis foram retalhados pelos soldados de infantaria. Houve milhares de mortos, incluindo Donald. Após mais um sucesso, Eduardo Balliol foi coroado Rei da Escócia em Scone, em agosto de 1332.

Eduardo III não poderia desconhecer os preparativos para esta expedição, aos quais fez vista grossa. O resultado foi extremamente favorável para ele: Edward Balliol seria um aliado valioso à frente da Escócia, permitindo-lhe dedicar toda a sua atenção aos assuntos franceses. Portanto, quando Balliol foi deposto em 16 de dezembro pelo Guardião Archibald Douglas, ele decidiu intervir diretamente para reinstaurá-lo. Estabeleceu seu quartel-general em York, para onde transferiu todos os arquivos de sua chancelaria. Em março de 1333, dois exércitos ingleses entraram na Escócia: um no oeste, liderado por Balliol, partiu de Carlisle; o outro no leste, liderado pelo rei, partiu de Newcastle. Este último sitiou Berwick-upon-Tweed, onde ele demonstrou a firmeza implacável que seria sua marca registrada durante todo o reinado: quando a guarnição não se rendeu no dia marcado, ele mandou enforcar dois reféns por dia, começando pelo filho do comandante.

Em 19 de julho, Archibald Douglas chegou perto de Berwick com um exército escocês. A batalha ocorreu em Halidon Hill, uma réplica quase exata de Dupplin Moor. Vários milhares de escoceses, incluindo Douglas e cinco condes, foram mortos. Eduardo III selou o massacre com um ato de barbárie, ordenando a execução de todos os prisioneiros. Berwick capitulou. Eduardo Balliol tornou-se rei da Escócia novamente, prestou homenagem a Eduardo III em Newcastle em junho de 1334, cedeu oito condados inteiros à Inglaterra e estabeleceu sua capital em Perth.

A notícia do triunfo do rei inglês causou consternação em Paris. De acordo com o Tratado de Corbeil, Filipe VI deveria ter vindo em auxílio de David II e seus Guardiões. Eduardo III, de fato, estava um tanto apreensivo com isso durante a campanha. Ele enviou negociadores a Paris com instruções para serem muito vagos sobre assuntos escoceses, a fim de confundir Filipe. Ele escreveu ao seu chanceler, Stratford, durante o cerco de Berwick: "Recebemos cartas do Rei da França, mas parece-nos, e aos membros do nosso conselho que estão conosco, que não é aconselhável dar uma resposta clara sobre a Escócia."

Filipe VI ficou ainda mais descontente com esses acontecimentos, pois se preparava para partir em cruzada. Os preparativos estavam bem encaminhados e a data de partida já havia sido marcada: agosto de 1336. Mas ele queria que Eduardo III o acompanhasse; deixá-lo para trás era arriscado demais. O rei da Inglaterra aproveitou-se da situação: durante três anos, permitiu que pairassem dúvidas sobre sua participação, oferecendo um acordo: "Irei em cruzada se você rever sua posição sobre a Aquitânia, particularmente devolvendo os territórios conquistados durante a Guerra de Saint-Sardos."

Para a Escócia, era tarde demais. Tudo o que Filipe VI pôde fazer foi conceder asilo a refugiados proeminentes: John Randolph, Conde de Moray, e especialmente o Rei David II, que chegou à Normandia em maio de 1334. O jovem soberano, então com dez anos, instalou-se com sua corte em Château-Gaillard, onde permaneceria por sete anos. Ao mesmo tempo, uma grande embaixada inglesa, liderada pelo próprio John Stratford, agora Arcebispo de Canterbury, tentou garantir uma solução para a questão da Aquitânia. Mas o Rei da França, em troca de concessões no Sudoeste, exigiu a reintegração de David II. As negociações fracassaram. Ao partir, o rei declarou aos embaixadores que lhe parecia que "nunca haveria amizade entre a França e a Inglaterra enquanto o mesmo homem não reinasse sobre ambas". Essas infelizes palavras, amplamente discutidas na corte de Londres, poderiam muito bem inspirar algumas pessoas.

Os assuntos da Aquitânia e da Escócia estavam agora interligados, e a situação deteriorou-se em ambas as frentes em 1334. Na Aquitânia, uma comissão franco-inglesa fora criada para tentar definir com precisão os direitos e as fronteiras territoriais de cada país. Reuniu-se em Agen, depois em Langon, ficou atolada em disputas processuais e, por fim, teve de abandonar o processo. Na

Escócia, os partidários de David revoltaram-se em julho. Edward Balliol foi mais uma vez expulso. Refugiando-se em Berwick, buscou o auxílio de Eduardo III. Após garantir a aprovação de um novo imposto pelo Parlamento e um empréstimo do banco Bardi, Eduardo III lançou uma nova campanha escocesa em novembro. Desta vez, os escoceses, liderados por dois jovens, Robert Stewart e John Randolph, haviam aprendido as lições de Dupplin Moor e Halidon Hill. Recusaram-se a lutar. O exército inglês devastou o campo, cometendo atos atrozes de destruição, mas não conseguiu obter uma vitória decisiva. A tentativa foi repetida no verão de 1335, com um exército considerável de 13.000 homens, mas sem sucesso. Desta vez, o Rei da França, aconselhado pelo enérgico Mile de Noyers, um borgonhese de sessenta e cinco anos com vasta experiência e defensor do uso da força, decidiu reagir. Uma expedição de 6.000 homens preparou-se para partir para a Escócia, enquanto uma campanha de propaganda liderada pelo Arcebispo de Rouen, Pierre Roger, denunciava a conduta do Rei da Inglaterra. No Canal da Mancha, corsários franceses e escoceses apreenderam navios ingleses com a bênção dos bailios reais da Normandia. Diversas aldeias foram incendiadas durante um ataque à costa inglesa, onde começaram os reparos nas fortificações em antecipação a um grande desembarque. Eduardo III, atolado em Perth por sua campanha infrutífera contra um inimigo invisível, desmobilizou seu exército no outono de 1335. A guerra escocesa lhe custara uma fortuna por um resultado insignificante: apenas o sul do país estava sob seu controle, enquanto no norte, os partidários de David, com o novo Guardião Andrew Murray e William Douglas, um mestre em táticas de guerrilha, dominavam. Eles alcançaram uma vitória notável sobre um partidário de Balliol em Kildrummy.

A situação estava num impasse. Foi então que o Papa tentou mediar. Bento XII, um cisterciense austero, era o menos favorável de todos os Papas de Avignon ao Rei da França, cuja falta de perspicácia política ele desprezava. Enviou dois mediadores, incluindo o bispo provençal Hugo d'Aimery, que conseguiu negociar um acordo em relação à Escócia: Eduardo Balliol, protegido de Eduardo III, permaneceria rei, e após sua morte, David II, protegido de Filipe VI, trinta anos mais jovem, o sucederia. O acordo foi rejeitado por David, sem dúvida por instigação do Rei da França. Este último foi repreendido pelo Papa em março de 1336 durante uma entrevista em Avignon, na qual Bento XII o informou que, devido à situação, a cruzada estava cancelada. Isso não agradou a nenhum dos reis: Filipe VI perdeu a oportunidade de se destacar no Oriente; Eduardo III perdeu um pretexto para chantagem e percebeu que seu rival agora poderia voltar toda a sua atenção e forças contra ele. E, de fato, apesar das advertências papais, o Rei da França está preparando uma operação em grande escala na Escócia para o verão de 1336.

A Escalada (1336)

A dimensão do projeto é impressionante: envolve o transporte de nada menos que 20.000 soldados de infantaria, 5.000 besteiros e 1.200 homens de armas em 200 navios de transporte escoltados por 30 galeras de guerra. Isso levanta enormes desafios logísticos e financeiros. Primeiro, os navios. O Reino da França na década de 1330 possuía apenas os primórdios de uma frota naval. Filipe IV, o Belo, havia estabelecido os estaleiros de Clos des Galées em Rouen, onde galeras ao estilo genovês eram construídas: navios longos com 60 remos, impulsionados por 180 remadores, com mastro e vela latina. Oito estavam disponíveis em Rouen e La Rochelle, além de cinco menores. Outras doze estavam em Marselha e Beaucaire, para onde seriam destinadas às Cruzadas. Outros navios, barcaças normandas de borda alta com castelo de proa e convés de popa e uma tripulação de 200 homens, também estavam em portos normandos. Para o transporte de tropas, a única solução era requisitar navios mercantes da Normandia, Picardia e da região de

Boulonnais. Em todo caso, a frota era insuficiente e, tradicionalmente, os reis da França recorriam à contratação de navios e tripulações genovesas como um complemento essencial. Foi o que Filipe VI fez. Mas o governo inglês tinha agentes ativos em Gênova, junto à família Fieschi: prometendo resolver todas as disputas comerciais entre mercadores ingleses e genoveses em favor destes últimos, ao custo de 8.000 marcos de prata, Eduardo III conseguiu frustrar os planos franceses. Fieschi persuadiu o governo genovês a queimar os navios contratados pelo rei da França e a bloquear os demais nos portos aragoneses. Assim, não haveria navios suficientes.

O dinheiro também não era suficiente. As receitas em 1336 foram as mais baixas do reinado: 260.000 libras tournois, enquanto o custo da expedição foi estimado em 180.000 libras, um valor muito abaixo do custo real. Uma tentativa de desvalorização fracassou. Filipe VI pediu ao Papa permissão para impor um imposto de um décimo, um decime, sobre a propriedade do clero. O pedido foi categoricamente recusado, acompanhado de uma severa carta de repreensão de Bento XII.

Navios insuficientes, dinheiro insuficiente: os reveses franceses do verão de 1336 prenunciaram as limitações persistentes enfrentadas pelos soberanos durante a Guerra dos Cem Anos: uma carência crônica de recursos para ambições desmedidas, uma receita para repetidas decepções. Nesse caso, as esperanças francesas de um grande desembarque na Escócia foram ainda mais frustradas por uma rápida ação preventiva de Eduardo III: em 11 de junho, partindo de Newcastle com uma pequena força, ele marchou até Inverness, destruindo tudo em seu caminho: gado abatido, plantações queimadas, vilarejos em chamas; Aberdeen foi completamente destruída, e o rei pessoalmente garantiu que nada restasse de pé. Essa tática de terra arrasada assegurou que os franceses, mesmo que ainda tivessem capacidade para desembarcar, não encontrariam nada para reabastecê-los. Ao mesmo tempo, ele enviou uma delegação de quatro bispos para negociar com Filipe VI, que rejeitou qualquer acordo.

Como a expedição à Escócia se tornara impossível, os navios franceses lançaram ataques direcionados à costa inglesa: um desembarque em Orford, em Suffolk, e outro na Ilha de Wight, onde vários navios ingleses foram capturados. Esses ataques espalharam o alarme nas regiões costeiras, mas facilitaram o esforço de guerra de Eduardo III, cujos súditos estavam agora convencidos da necessidade de lutar contra o rei da França. Diretamente afetados, eles aceitaram impostos, mobilização e requisições. O contraste era gritante com o interior da França, onde os camponeses se sentiam completamente alheios ao conflito.

Eduardo, retornando apressadamente a Londres, angariou os fundos necessários para formar um exército: o Parlamento votou a favor de um décimo e um décimo quinto; impôs um décimo ao clero; pediu empréstimos aos Bardi, aos Peruzzi e a mercadores locais; e confiscou os cofres onde o dinheiro havia sido acumulado para a cruzada. Mercadores franceses foram presos e seus bens confiscados. Filipe VI fez o mesmo com os mercadores ingleses: o país estava praticamente em guerra, sem qualquer declaração oficial. Para os escoceses, não havia dúvidas: milhares morreram de fome no inverno de 1336-1337, e o campo foi devastado mais uma vez no outono, por Eduardo novamente, mas também por André Murray, cada um querendo impedir o outro de viver da terra.

E então as tensões aumentaram ainda mais na Aquitânia, onde os oficiais franceses se tornaram cada vez mais assertivos. Os apelos ao Parlamento de Paris multiplicaram-se, e o governo claramente buscava um pretexto para confiscar o ducado. Em julho de 1336, Garcie Arnaud, Senhor de Navailles, entrou com uma ação judicial contra Eduardo III, a quem supostamente devia 30.000 florins. Como o Rei da Inglaterra não havia agido, Filipe VI preparou-se para ocupar a Aquitânia. Quando o Papa tentou intervir, ele respondeu que se tratava de uma questão entre senhor

e vassalo, um assunto feudal. No final de dezembro, encontrou mais um pretexto para o conflito: exigiu a extradição de seu cunhado, Roberto de Artois, que havia se refugiado na corte inglesa. Esse personagem turbulento, que fora privado de sua herança por sua tia Mahaut e depois pela Duquesa da Borgonha, teve suas reivindicações rejeitadas após apresentar documentos falsos para sustentar seu caso. Banido do reino em abril de 1332 e com seus bens confiscados, ele naturalmente buscou refúgio em Londres, onde Eduardo acreditava ter encontrado um agitador útil.

De volta da Escócia, o rei da Inglaterra estava agora convencido, e com razão, de que Filipe VI buscava um confronto. Portanto, preparou-se para enviar uma expedição à Gasconha, ciente da fragilidade das defesas do ducado. Enfrentou, então, o mesmo problema que seu rival ao lançar um ataque ultramarino: a insuficiência de sua marinha. Surpreendentemente, apesar de seu isolamento, a Inglaterra não era, naquela época, uma potência marítima. No início de 1336, o rei possuía apenas três navios de guerra: um muito antigo, o *Christopher* , e duas cocas, uma das quais havia sido comprada de mercadores em 1335. A monarquia dependia da requisição de navios da organização dos Cinque Ports, que na verdade consistia em sete portos espalhados ao longo da costa de Kent. Na realidade, o sistema funcionava muito mal. Alguns desses portos, como Hythe e Romney, estavam assoreados e praticamente não apresentavam atividade marítima. A requisição de navios levava tempo: no mínimo dois meses, e várias semanas para reunir todas as embarcações, que eram pouco adequadas para uso militar: redondas, lentas, difíceis de manobrar, frequentemente pequenas, exigiam castelo de proa e de popa, e sua capacidade de transportar cavalos e tropas era muito limitada: estimava-se que um exército de 6.000 homens necessitava de pelo menos 500 navios. O comando carecia de unidade: os Cinque Ports estavam sob a autoridade do *Warden* ; os navios de Londres eram dirigidos pela Casa Real; os dos portos ao norte do Tâmisa, pelo Almirante do Norte; e os do sul e oeste, pelo Almirante do Oeste.

Aparentemente alheio a essas deficiências, Eduardo III, em 10 de janeiro de 1337, convocou todos os navios disponíveis para Portsmouth em 15 de março, com tripulações dobradas e provisões para três meses. Uma propaganda ativa alimentou o fervor bélico em todo o país. A guerra na Escócia e os ataques navais na costa sul convenceram os ingleses da ameaça de invasão, e os agentes de Eduardo não tiveram dificuldade em manter esse clima de medo. O clima era belicoso; os ânimos estavam exaltados com a perspectiva de em breve terem que lutar, e o rei inspirava entusiasmo com sua bravura e atos cavalheirescos. Ele distribuiu generosas recompensas e nomeou seis novos condes em março: Henrique de Lancaster tornou-se Conde de Derby, Guilherme Bohun Conde de Northampton, Guilherme Montagu Conde de Salisbury; e o filho mais velho do soberano, o Príncipe Eduardo, o futuro Príncipe Negro, com apenas seis anos, foi nomeado Conde da Cornualha. O exército, endurecido pelas campanhas escocesas, domina suas táticas, tanto para batalhas quanto para incursões devastadoras, as futuras "chevauchées". Um verdadeiro espírito de corpo une os combatentes, que fazem parte da comitiva da alta nobreza e estão acostumados a lutar juntos. As tensões estão altas na Inglaterra no início de 1337, onde as mentes já estão em guerra.

A questão permanecia: onde atacar? Havia três frentes possíveis, e uma escolha precisava ser feita, já que uma ofensiva em três frentes não poderia ser financiada. A Escócia foi deixada à própria sorte; Murray e Douglas aproveitaram-se disso para retomar o controle do território. Agora, a principal ameaça vinha do continente: Filipe VI convocou o arrière-ban em 30 de abril. Seu objetivo era a invasão da Aquitânia contra seu vassalo traiçoeiro. Mas Eduardo sabia que a melhor maneira de defender a Aquitânia era atacar os Valois pelo norte. Portanto, voltou sua atenção para Flandres, esperando explorar o sentimento antifrancês nessa região complexa.

Eduardo III e a coligação holandesa (1337)

Ele certamente tem cartas fortes na manga. Estamos aqui na fronteira entre o Reino da França e o Sacro Império Romano-Germânico. Dentro do reino, o Conde de Flandres, Luís de Nevers, enfrentando a constante hostilidade do povo comum tanto nas cidades quanto no campo, só consegue manter seu poder graças ao apoio de seu suserano, o rei, que é detestado pelos artesãos das principais cidades produtoras de tecidos, a quem chama de "brutos sem cérebro" e que massacrou em Kassel. Naturalmente, o proletariado industrial se volta para Eduardo III, que, em agosto de 1336, proíbe a exportação de lã e couro para Flandres, mergulhando o país em uma nova crise revolucionária. "Expulse seu conde e eu restaurarei as exportações de lã": essa é, mais ou menos, a mensagem que Eduardo transmite. Do outro lado da fronteira, em território imperial, no Ducado de Brabante, no Condado de Hainaut e no Bispado de Cambrai, crescia a preocupação com o avanço dos interesses franceses: por meio de casamentos e compras, muitos nobres franceses adquiriam senhorios. Em fevereiro de 1337, o próprio rei da França comprou cinco castelões na região de Cambrésis para seu filho. Apesar de ter escrito aos príncipes e cidades da Renânia afirmando que respeitaria os direitos do Império e que não tinha ambições territoriais naquela área, ninguém acreditou nele. Em abril, Bento XII alertou Filipe VI de que o clima entre os líderes da região era de "irritação beirando o desespero" e que provavelmente apelariam ao rei da Inglaterra para defender os direitos do Império. Pois o imperador Luís da Baviera, governante natural dessas regiões, era totalmente incapaz de lidar com a situação. Excomungado e desafiado dentro do Império, ele tinha pouca influência nos assuntos europeus.

A ideia de formar uma coligação antifrancesa apelando ao poderio militar inglês foi proposta pelo Conde de Hainaut, Guilherme de Avesnes, um homem idoso que era sogro tanto de Eduardo III quanto de Luís da Baviera. Ele era a peça-chave de uma aliança inglesa na região, onde a ideia tinha muitos apoiadores: o Conde de Guelders era cunhado de Eduardo, o Conde de Namur lhe enviara tropas contra a Escócia, onde o próprio Marquês de Jülich lutara, assim como o irmão de Guilherme de Avesnes. Durante os três primeiros meses de 1337, intensas negociações ocorreram entre Londres e as capitais desse conjunto de territórios que poderia ser chamado de Países Baixos, e em 4 de maio, o Conde de Hainaut convocou uma conferência de todos os envolvidos em sua residência em Valenciennes. A delegação inglesa era liderada por Henrique Burghersh, Bispo de Lincoln. Ele impressionou os participantes com sua generosidade: Eduardo havia garantido uma linha de crédito de 2.000 libras da família Bardi e 1.000 libras da família Peruzzi, tanto para obter favores quanto para exibir sua riqueza distribuindo presentes. Essa era uma prática diplomática comum, e não apenas na Idade Média. Nesse clima de boa vontade, eles concordaram em enviar um ultimato de três pontos a Filipe VI: permitir que Roberto de Artois retornasse à França para apresentar sua defesa; abandonar todo o apoio aos escoceses; e submeter as disputas entre Eduardo e Filipe ao exame do Parlamento de Paris. O texto foi entregue ao rei da França em Vincennes, no final de maio, por Joana, Condessa de Hainaut, irmã do rei.

Um gesto puramente formal, é claro. O ultimato foi imediatamente rejeitado. Filipe VI já estava decidido a entrar em guerra há vários meses. Todas as tropas disponíveis foram convocadas. Dois exércitos deveriam se reunir em 8 de julho: um em Amiens, o outro em Marmande, para um ataque simultâneo no norte e na Aquitânia. O administrador de Amiens recebeu ordens para confiscar Ponthieu, um pequeno condado no estuário do Somme, pertencente ao rei da Inglaterra. Finalmente, um navio carregado de dinheiro e correspondência, transportando também alguns

soldados e conselheiros de David II, foi enviado à Escócia, onde jamais chegaria, interceptado em rota por navios ingleses vindos de Yarmouth.

Seria guerra, portanto. Ninguém duvidava. Em Valenciennes, onde o Conde de Hainaut morreu em 7 de junho, a coligação finalizou os detalhes práticos do seu acordo. Cada lado enviaria um contingente de soldados para o centro de Cambrésis até 17 de setembro. O próprio Imperador, contatado, disponibilizaria 2.000 homens; o Duque de Brabante, que se mostrara hesitante, foi persuadido por um argumento irrefutável: a promessa de 60.000 libras pagáveis ao longo de quatro anos. Nessas condições, ele enviaria 1.200 homens. No total, eram 6.946 combatentes, nem um a menos, aos quais se somaria o exército inglês, que se juntaria à coligação em 1 de outubro sob o comando do próprio Rei. O rei não hesitou em fazer promessas temerárias: os subsídios totais prometidos aos aliados ascendiam a 160.000 libras, para além dos custos da guerra, uma vez que, embora cada lado trouxesse o seu próprio equipamento, o rei pagaria pelos cavalos perdidos e pelos resgates. O salário médio seria de 2 libras e 5 xelins por mês por homem. Eduardo III estava se comprometendo além de suas possibilidades.

Para financiar sua campanha, ele contou principalmente com a lã. O subsídio aprovado pelo Parlamento em março já havia sido totalmente gasto no pagamento de dívidas. O seguinte arranjo financeiro foi então concebido: um consórcio de mercadores foi criado, liderado por financistas como William Pole e Reginald Conduit. Este último, um comerciante londrino, era o típico aproveitador de guerras que acumularia uma fortuna como fornecedor do exército. A Guerra dos Cem Anos foi uma era de ouro para os empreendedores de materiais e suprimentos estratégicos. Em resumo, esse consórcio recebeu um quase monopólio para comprar toda (na verdade, nove décimos) da produção de lã bruta da Inglaterra naquele ano a um preço muito baixo, arbitrariamente fixado. Em seguida, revenderia essa lã no continente a um preço ainda mais alto, porque o embargo em vigor desde 1336 havia tornado a matéria-prima escassa. Metade do lucro iria para o rei, a quem o consórcio também emprestaria 200.000 libras sem juros. Os participantes serão reembolsados por meio de repasses referentes aos direitos aduaneiros.

O plano é irrealista. Primeiro, porque os prazos são muito apertados. É agosto. O exército deveria estar pronto para entrar em ação até o final de setembro. Como, com as comunicações da época, todas essas operações poderiam ser realizadas em menos de dois meses? Adiado após adiado, chega-se a 30 de novembro, o que, para iniciar uma campanha militar na Flandres, é absurdamente tarde. Principalmente porque as notícias da Escócia são ruins: os partidários de David, com reforços franceses, controlam a maior parte do país; Edimburgo está sitiada; parte das tropas precisa ser desviada para o norte, sob o comando de um dos comandantes mais capazes, o Conde de Salisbury. Nessas circunstâncias, Eduardo não tem outra escolha senão adiar a campanha na Flandres para o ano seguinte. Os aliados ficam insatisfeitos e exigem o pagamento dos adiantamentos prometidos e o reembolso das despesas iniciais incorridas. O Duque de Brabante, o Conde Palatino, os Condes de Hainaut, Guelders, La Marck e Loos, os Margraves de Jülich e Brandemburgo e o Senhor de Falkenburg chegaram a entrar em contato com o Rei da França. Eduardo enviou-lhes urgentemente uma embaixada, liderada por Burghersh, que fez novas promessas em dezembro. Calculou que precisaria de 276.000 libras até março de 1338. Os líderes do consórcio da lã, convocados a Gertruidenberg, reconheceram o fracasso: o preço de revenda da lã estava longe de atingir os patamares esperados. Após todas as despesas, mal conseguiram um lucro de 41.679 libras. Em janeiro de 1338, Eduardo encontrava-se numa situação muito precária. Sua coalizão estava à beira do colapso e, ao mesmo tempo, o Papa lançou uma ofensiva diplomática em prol de uma trégua. Ele enviou cardeais mediadores à Inglaterra, Pedro Gomez de

Barroso e Bernard de Montfavence, cujos esforços pacifistas poderiam arrefecer o entusiasmo belicoso inglês, aliviar a tensão e minar a confiança dos ingleses. A propaganda real trabalhou para manter o moral: sermões patrióticos justificavam a política real; listas de concessões já feitas por Eduardo foram afixadas nas igrejas, enquanto a intransigência do rei francês era condenada; comissários foram enviados para explicar a justiça da causa real à nobreza local. Aos dois cardeais, Eduardo prometeu que adiaria o ataque até março de 1338: ele estava se apresentando sob uma luz favorável, embora não tivesse como intervir antes. Isso lhe permitiu manter as aparências até 3 de fevereiro, data da reunião do Parlamento. Este último o livra temporariamente do problema, renovando seu apoio e aceitando um novo acordo financeiro: metade da lã não vendida, ou seja, 20.000 sacos, será adquirida a um preço baixo e a crédito pelo rei, que só a pagará em dois anos; trata-se, na verdade, de um empréstimo forçado disfarçado.

Felizmente para o Rei da Inglaterra, a situação na Aquitânia era mais favorável, e Filipe VI também tinha seus próprios problemas. O Senescal da Aquitânia era um notável guerreiro e administrador na casa dos cinquenta anos, Oliver Ingham, auxiliado pelo igualmente notável Bérard d'Albret, Capitão de Blaye. Os dois homens enfrentaram a árdua tarefa de defender o que restava do Ducado da Aquitânia contra uma invasão francesa, com recursos extremamente limitados. Eles praticamente não tinham chance de receber reforços da Inglaterra, onde o Rei concentrava seus esforços em Flandres. Era impossível para eles reunir um exército de campanha, dada a falta de tropas disponíveis. As únicas forças eram as dos senhores locais, empregados para guardar as cidades e castelos em troca de um subsídio. Fortalezas capazes de resistir a um cerco adequado eram poucas e distantes entre si, e as rotas de acesso ao norte eram as mais ameaçadas: Blaye e Bourg eram as únicas defesas viáveis antes de Bordéus.

Contudo, o ataque não viria do norte, mas do leste, após as formalidades habituais: em 13 de junho de 1337, dois tenentes do Senescal de Périgord chegaram a Bordéus e apresentaram a Oliver Ingham as cartas reais anunciando a confiscação do ducado. Ele recusou-se a acatar a ordem. A invasão militar prosseguiria, portanto. Em julho, forças consideráveis, enviadas pelos Senescais de Toulouse, Beaucaire e Agen, bem como contingentes dos Condes de Foix e Armagnac, totalizando cerca de 12.000 homens, lançaram o ataque. Felizmente para Ingham, esse exército era comandado por um incompetente Condestável Raoul, Conde de Eu, que dividiu suas forças e perdeu tempo sitiando castelos isolados. A campanha, iniciada em julho, terminou em setembro com a retirada do Condestável, sem que nenhum sucesso significativo tivesse sido alcançado.

Filipe VI está cada vez mais nervoso; ignora as dificuldades que paralisam seu adversário, cujas capacidades ele exagera. Sem saber onde desferirá o golpe principal, hesita e se torna irritável; dominado por um sentimento de insegurança, teme conspirações e traições, e manda prender e esquartejar indivíduos em quem não confia. Esse comportamento errático o torna impopular e mina a confiança daqueles que o cercam. Um ataque naval à costa flamenga por Walter Mauny, um hainauta a serviço de Eduardo III, alimenta ainda mais a incerteza em torno das intenções do rei inglês.

A sorte está lançada (1338)

Durante o inverno de 1337-1338, Gastão de Foix continuou a devastar o sul da Aquitânia, conquistando Geaune, Aire-sur-l'Adour e Cazaubon, enquanto em 24 de março de 1338, o almirante francês Nicolas Béhuchet, normando de nascimento, liderou um ataque devastador a Portsmouth: a cidade foi saqueada e incendiada, e os danos foram consideráveis. Jersey sofreu o mesmo destino no dia 26. Este episódio evidenciou a fragilidade das defesas costeiras inglesas. O

sistema, desenvolvido no final do século XIII , baseava-se na mobilização da população costeira que, numa faixa de terra com cerca de trinta quilômetros de largura, estava isenta do serviço militar e de requisições, mas tinha de se reunir armada assim que as velas inimigas aparecessem, alertando os distritos vizinhos com fogueiras colocadas em locais de grande visibilidade ao longo da costa. A desvantagem é que, com todas as costas potencialmente ameaçadas, milhares de homens aptos para o serviço militar ficam imobilizados para enfrentar ataques que podem nunca ocorrer, privando assim o rei de uma força de trabalho significativa. Nicolas Béhuchet está ciente do papel estratégico crucial que uma ameaça marítima crível pode desempenhar para incapacitar o Rei da Inglaterra. Ele explica isso em um memorando ao Rei da França. Em outubro de 1337, foram estabelecidos contatos com o genovês Anton Doria para o fretamento de vinte galeras. O governo Valois parece, nessa época, compreender a importância de controlar o Canal da Mancha.

Contudo, foi na Flandres que ocorreu o evento mais significativo do inverno. O Conde Luís de Nevers, ainda aliado ao seu suserano Filipe VI, em conformidade com as suas obrigações feudais, manteve o embargo inglês à lã destinada à Flandres, causando desemprego e dificuldades para milhares de trabalhadores e ruína para os fabricantes, enquanto os seus rivais de Brabante aproveitavam a situação para desenvolver a sua indústria têxtil. Vozes se ergueram na Flandres clamando por laços mais estreitos com a Inglaterra. Entre elas, a de um cavaleiro, Sohier de Courtrai, que logo foi preso pelos homens do Conde e executado por traição. A situação explodiu em dezembro de 1337: uma revolução eclodiu em Ghent, liderada por Jacob van Artevelde. Este rico mercador, um patrício propenso à violência e à tirania, era uma figura poderosa que cativava o seu público com a sua oratória. Seu discurso, segundo as *Grandes Crônicas da França* , é claro: "Sem a boa vontade do Rei da Inglaterra, morreremos, pois Flandres vive do comércio de tecidos, e não se pode fazer tecido sem lã. Portanto, devemos ser amigos da Inglaterra."

Artevelde não era o líder de uma classe social. Era seguido tanto por trabalhadores quanto por patrões. Defendia os interesses econômicos de Ghent, aos quais as outras cidades da Flandres se uniram. Os inimigos eram o Conde e o Rei da França. Contatos foram imediatamente estabelecidos com a Inglaterra. Henrique Burghersh se reuniu com representantes do novo regime em Leuven, e um acordo foi alcançado no final de janeiro: a Flandres manteria uma neutralidade benevolente em relação à Inglaterra na guerra entre os dois reis. Os partidários do Conde foram facilmente derrotados em Biervliet, e o governo em Paris, para evitar que a Flandres se aliasse completamente aos ingleses, perdoou os rebeldes e reconheceu sua neutralidade. Todos sabiam que, na primeira oportunidade, seriam massacrados.

O ato a seguir é puramente formal e pode servir como uma data simbólica para o início da Guerra dos Cem Anos. Flandres faz parte do Reino da França; Eduardo III é, teoricamente, um vassalo do Rei da França. Se ele entrar em guerra contra o rei como vassalo, será considerado um traidor, o que poderia semear discórdia entre seus aliados. Para obter seu apoio inabalável e evitar remorsos desnecessários, a melhor estratégia seria esclarecer a situação, contestando o título de Filipe VI ao trono. E para que ninguém desconhecesse o fato, a contestação é feita publicamente e solenemente, provavelmente em maio de 1338. O Bispo de Lincoln, Henrique Burghersh, perante o rei e a corte em Paris, apresenta uma carta de Eduardo III endereçada a "Filipe de Valois"; o documento é lido em voz alta por seu secretário; acusa Filipe de ter usurpado o trono e conclui: "Por esta razão, notificamos-lhe que pretendemos conquistar nossa herança pela força das armas." "O rei da França, que não ficou realmente surpreso, respondeu calmamente ao bispo: 'Suas cartas são de tal natureza que não exigem resposta.'"

Está previsto que dure cem anos, talvez até um pouco mais. Aliás, a guerra já está em pleno andamento, como vimos. É principalmente uma guerra feudal, pela posse do feudo da Aquitânia. A reivindicação da coroa é apenas uma jogada publicitária, uma forma de simplificar a situação diplomática. É improvável que o próprio Eduardo a tenha levado a sério naquela época. Na verdade, poderíamos pensar que era apenas mais um episódio do antigo conflito entre os Plantagenetas e os Capetianos.

No entanto, a escala do confronto é sem precedentes. Os combates se alastram da Escócia aos Pirenéus, e logo até mesmo além. O conflito se espalha para o Sacro Império Romano-Germânico e a Itália; o papado está preocupado. A cruzada foi cancelada; uma propaganda ativa tenta envolver a opinião pública na disputa entre os soberanos. De certa forma, parece que Eduardo e Filipe estão sobrecarregados pelos eventos que se desenrolam, pela enorme quantidade de frentes de operação. Como se tivessem lançado precipitadamente um movimento que já está escapando ao seu controle. Estão envolvidos em uma guerra que ultrapassa suas capacidades. Não possuem marinha, nem tropas, nem, sobretudo, o dinheiro necessário para conduzir as operações. A guerra mal começou, e já estão com falta de recursos e não sabem mais para onde se voltar.

As motivações puramente feudais do conflito foram agravadas por outras disputas, tornando o resultado muito mais incerto devido à natureza sobreposta e interconectada das questões em jogo. As questões escocesa, da Aquitânia e da Flandres eram interdependentes, tornando as soluções parciais precárias. Os interesses dos aliados tinham de ser levados em consideração. Por exemplo, o rei da França não poderia simplesmente recuperar a Aquitânia se David II não fosse restaurado ao trono da Escócia e Luís de Nevers à Flandres. Os recursos técnicos e materiais disponíveis no século XIV impediam os soberanos de controlar efetivamente uma guerra tão multifacetada. Esta é uma das razões pelas quais ela duraria tanto tempo e teria consequências tão importantes.

2
Guerra e peste

Vitórias inglesas e a Peste Negra (1338-1348)

Como qualquer grande guerra travada em múltiplas frentes, a Guerra dos Cem Anos apresenta um desafio para o narrador. Aqui, o problema é agravado pela excepcional duração do conflito. Eventos que ocorrem simultaneamente em diferentes teatros de operações têm repercussões uns sobre os outros, e uma compreensão abrangente exige, portanto, uma constante alternância entre as frentes, sob o risco de uma narrativa fragmentada. Isso é particularmente verdadeiro na primeira década, quando os combates ocorrem em quatro, depois cinco, setores diferentes: Escócia, Aquitânia, Flandres, Canal da Mancha e Bretanha. É praticamente necessário fornecer uma atualização a cada ano, ou a cada dois ou três anos, para cada teatro de operações, já que a situação está em constante mudança. Após um início indeciso e confuso, a guerra claramente se inclina a favor dos ingleses a partir de 1345, com as vitórias de Eduardo III culminando nos gloriosos anos de 1346-1347, embora sem alcançar resultados decisivos. Em 1348, os dois adversários estavam exaustos e fizeram uma pausa, durante a qual viram um terço de seus súditos morrer: a peste atingiu indiscriminadamente ingleses e franceses, todos derrotados pela peste negra, cujos estragos foram incomparáveis aos massacres da guerra.

Uma luta inconclusiva em 1338-1339

O objeto original da disputa era a Aquitânia. Filipe VI estava determinado a recuperar este feudo e, na primavera de 1338, foram lançadas duas ofensivas: uma na região de Agenais e a outra através de Saintonge. O senescal inglês, Oliver Ingham, enfrentou enormes dificuldades: Londres não lhe enviou reforços e, localmente, a queda nas receitas alfandegárias impedia o pagamento regular das guarnições, algumas das quais se amotinaram; os comandantes das fortalezas tiveram de pagar as tropas do próprio bolso e o moral estava baixo. Contudo, os franceses mostraram-se incapazes de tirar proveito da situação. Tal como no ano anterior, desperdiçaram tempo e recursos sitiando castelos um a um. No rio Lot, ficaram atolados de meados de abril ao início de julho diante da fortaleza de Penne. Em Saintonge, o único resultado da campanha foi a captura de Montendre.

Tal ineficiência levou Filipe VI a recorrer a medidas drásticas. Em novembro de 1338, ele confiou a seu parente e amigo João de Luxemburgo, o extravagante e nômade Rei da Boêmia, paladino e cavaleiro andante, a liderança das operações na Gasconha. Acrescentou à sua equipe o Conde de Foix, cuja boa vontade foi reforçada por generosas doações de senhorios, e dois formidáveis profissionais da Saboia, Pierre de la Palu e Le Galois de la Baume. Havia também um corpo de mineiros alemães e até mesmo algumas bombardas, cuja aparição foi registrada pela primeira vez. É verdade que estavam longe de ser uma arma definitiva e ainda eram curiosidades experimentais. A força total chegou a 12.000 homens em abril de 1339, um número considerável para a época. A despesa era proporcional: 45.000 libras por mês. O estado-maior foi estabelecido em Marmande e, desta vez, o sucesso foi alcançado. Penne, Castelgaillard e Puyguilhem caíram; Blaye e Bourg, atacados pelas galeras do Almirante da França, são capturados e incendiados. Desta vez, a própria Bordéus parece estar ao alcance dos franceses. A cidade está repleta de sobreviventes e refugiados dos territórios perdidos; os senhores gascões apressam-se a juntar-se a Filipe VI.

No início de julho de 1339, os franceses sitiaram a capital da Aquitânia inglesa. As operações foram dirigidas pelo Conde de Foix e pelo Bispo de Beauvais, Jean de Marigny. Um dos portões da cidade foi tomado e os combates começaram nas ruas. O ataque foi repelido com dificuldade. Os sitiantes não conseguiram prolongar o cerco: faltavam-lhes equipamentos de cerco e, sobretudo, o abastecimento rápido de 12.000 homens provou-se impossível. Este é o paradoxo dos cercos durante a Guerra dos Cem Anos: foram os sitiantes que primeiro ficaram sem comida. Forçados a coletar provisões localmente, esgotaram rapidamente os recursos locais e foram afetados pela escassez muito antes dos sitiados, que eram em número muito menor. Em 19 de julho, o cerco foi levantado. A ofensiva havia chegado ao fim. O custo exorbitante da campanha e a necessidade de retirar tropas para enviá-las para o norte interromperam seu ímpeto. E em outubro-novembro, Ingham foi até capaz de liderar um ataque desde Bordéus até à vista de Toulouse.

A 1.300 quilômetros de distância, na Escócia, o desfecho da guerra era igualmente incerto. Em junho de 1339, uma pequena expedição liderada por William Douglas, e incluindo alguns soldados franceses e exilados escoceses do séquito de David II, desembarcou na costa leste. Com eles estava o corsário francês Hugues Hautpoul. Os cinco navios bloquearam o estuário do Tay, e a pequena força capturou Perth e Cupar. Esse sucesso confirmou a vantagem que os franceses haviam conquistado na guerra naval. Já em setembro de 1338, o marechal Robert Bertrand havia conseguido tomar Guernsey, e os almirantes Nicolas Béhuchet e Hugues Quiéret lideraram um ataque surpresa no estuário do Escalda. Cinco navios ingleses carregados de lã, incluindo o *Cog Edward* e o *Christopher* , duas das melhores embarcações de Eduardo, foram capturados e saqueados. Em outubro, um ataque devastador destruiu grande parte de Southampton, arruinando diversos entrepostos comerciais. O medo de um desembarque em larga escala transformou-se numa verdadeira psicose nos condados do sul da Inglaterra, onde estavam em curso esforços para reparar as fortificações.

Um grande desembarque, uma repetição de 1066, começava a ser considerado no círculo íntimo do rei da França. Os normandos eram muito favoráveis. Planos foram elaborados e tropas estavam até mesmo sendo reunidas. A operação seria confiada ao filho mais velho do rei, o duque da Normandia, como era costume. Mas Filipe VI não era Guilherme, o Conquistador, e a empreitada estava além das capacidades de uma monarquia que enfrentava inúmeros perigos. Eles se contentaram em simplesmente repetir as operações limitadas de 1338 em 1339. Mas na Inglaterra, a ameaça era levada a sério e as defesas costeiras foram reforçadas: um ataque a Harwich em março foi repelido; em maio, novas tentativas contra Plymouth, a Ilha de Wight, Dover, Folkestone e até mesmo Hastings, um local simbólico, não obtiveram mais sucesso. O único resultado foi a queima de alguns barcos de pesca e cabanas de camponeses. Os ingleses até recuperaram a iniciativa, com uma frota liderada pelo Almirante Robert Morley do Norte destruindo um comboio mercante francês escoltado por navios genoveses perto de Sluis, em abril. Em julho, um ataque aos Cinque Ports por 67 navios, incluindo 32 galeras, comandados por Béhuchet, Doria e o monegasco Carlo Grimaldi, foi um fracasso completo, após o qual a maioria dos navios genoveses retornou à Itália. Ayton Doria permaneceu, mas estava furioso: deviam-lhe 30.000 florins e ele contatou agentes ingleses.

Robert Morley aproveitou-se da situação e, em julho e agosto, devastou vários portos nas costas da Picardia e da Normandia, chegando mesmo à região de Charente, incendiando navios e aldeias. As defesas costeiras francesas mostraram-se ainda mais frágeis do que as inglesas. Pequenas guarnições estavam sob o comando de "capitães da fronteira marítima": um para o setor

a norte do Somme, outro para o setor entre o Somme e o Sena, e um terceiro para a Península de Cotentin e Calvados. Se necessário, outro era designado para a costa de Charente. Mas os serviços eram mal coordenados e lamentavelmente inadequados.

As operações marítimas, apesar de sua natureza frequentemente caótica como ataques isolados, desempenharam um papel significativo na Guerra dos Cem Anos, forçando os adversários a desviar tropas e recursos de seus objetivos principais. Alguns ataques direcionados foram suficientes para manter a ameaça e obrigar o inimigo a manter defesas substanciais. O efeito foi tanto psicológico quanto material. As frotas não eram usadas para batalhas navais — estas eram muito raras e sempre ocorriam a poucos metros da costa — mas sim para semear o terror nas costas inimigas e escoltar comboios: o controle do Canal da Mancha garantia a liberdade de atravessá-lo e transportar tropas e suprimentos. Até 1340, esse controle foi compartilhado.

O centro nevrálgico do conflito entre 1338 e 1340 foi Flandres e o norte da França, com a Aquitânia e a Escócia servindo como teatros secundários. Geograficamente, isso é natural em um conflito franco-inglês. Foi também a escolha deliberada de Eduardo III, que em 1338 estava determinado a explorar a coalizão antifrancesa, que se mostrava tão custosa para o seu tesouro. Em 22 de julho, ele desembarcou em Antuérpia, à frente da primeira grande expedição militar continental da guerra: 1.400 homens de armas, 3.000 arqueiros, com cavalos e equipamentos, transportados da costa de Suffolk por 350 navios. O comitê de boas-vindas estava presente: duques, condes e margraves, todos os líderes da coalizão, mas em vez de soldados, trouxeram seus relatórios de despesas e exigiram o pagamento das somas prometidas antes de reunir suas tropas. Em vez de liderar uma gloriosa campanha militar, com bandeiras desfraldadas, Eduardo teve que desempenhar o papel de banqueiro. E ele não tem os fundos. A lã que deveria ser vendida não chegou; eles têm que recorrer a todos os recursos disponíveis: Bardi e Peruzzi adiantam mais 70.000 libras; apelam aos banqueiros do Vale do Reno, a taxas exorbitantes; hipotecam as joias da coroa; William Pole é chamado a contribuir.

Enquanto esses fundos eram arrecadados, o Imperador repensou a situação e contatou os franceses para verificar se seria melhor remunerado no lado oposto. Eduardo III apressou-se em reacender a amizade anglo-germânica durante uma audiência pessoal com Luís da Baviera em Niederwerth, uma ilha no Reno, ao norte de Koblenz. O Rei da Inglaterra deslumbrou seu convidado com sua magnificência e generosidade, distribuindo presentes suntuosos aos conselheiros imperiais. Tranquilizado por essa demonstração de estabilidade financeira, o Imperador confirmou sua aliança e concedeu a Eduardo o título simbólico de Vigário Imperial. O Rei da Inglaterra retornou a Antuérpia, mas já era tarde demais para iniciar a campanha. Ela foi adiada para o ano seguinte, e quartéis de inverno tiveram que ser encontrados em Brabante para abrigar o exército.

Em contrapartida, Filipe VI chegou a Amiens em 24 de agosto com o navio Oriflamme. Comandava um exército considerável e outro em Tournai sob o comando do Condestável Raul d'Eu. Mesmo assim, não fez qualquer tentativa. Para o distrair, Eduardo III enviou o Arcebispo da Cantuária e o Bispo de Durham a Arras com o objetivo declarado de negociar. Tratava-se apenas de uma tática para ganhar tempo, e o Rei da França deixou-se enganar até o inverno, quando também foi forçado a retirar o seu exército.

De ambos os lados do Canal da Mancha, a opinião pública estava cada vez mais impaciente. Esperava-se uma boa batalha; o dinheiro já havia sido pago para isso, e, no entanto, nada acontecia. Longe de retribuir, os reis exigiam cada vez mais. Isso era especialmente verdade na Inglaterra, onde as requisições de carne, grãos, peixe e transporte aumentaram durante todo o inverno para

abastecer um exército que não lutava, mas continuava a se alimentar. A resistência surgia, protestos eram ouvidos e alguns começavam a duvidar da justificativa da guerra. Um cavaleiro, Thomas Gray, declarou que o rei, em Antuérpia, "não fazia nada além de participar de justas e se divertir". Os primeiros escândalos de corrupção e tráfico de mercadorias por aproveitadores da guerra vieram à tona: William Dunstable, um dos principais fornecedores do exército, foi condenado por peculato em larga escala. A agitação se instaurou. O rei, que passava todo o inverno em Brabante, nomeou seu filho de oito anos, Eduardo, Guardião do Reino, cercado por uma equipe bastante medíocre, incapaz de controlar a situação. A melhor maneira de acalmar a agitação é evocar o espectro da França: comissários percorrem o país discursando para as comunidades, lembrando-as da ameaça de uma invasão francesa.

Quanto mais o tempo passava, mais a situação financeira de Eduardo III se deteriorava. Novas dívidas surgiram: 33.000 libras ao Duque de Brabante em 1º de janeiro · 30.000 libras ao Imperador no dia 6, e assim por diante. O crédito estava esgotado; a arrecadação de impostos não estava sendo feita, pois era gasta antes mesmo de ser recebida; a renda era comprometida com vários meses de antecedência, e o pagamento de dívidas era destinado a diversos impostos alfandegários. O mesmo acontecia com a lã. Corriam rumores de falência envolvendo as famílias Bardi e Peruzzi. William Pole já havia emprestado 110.000 libras e esperava ser pago com terras: ele cobiçava a mansão real de Holderness, perto de Hull. O rei se viu obrigado a negociar com sindicatos de mercadores holandeses a taxas exorbitantes que podiam chegar a 50%. Ele hipotecou seus cavalos de guerra e entregou bispos e condes como reféns para garantir o pagamento de suas dívidas. Em sua cegueira, ele culpa os contribuintes por essa situação, alegando má vontade.

Filipe VI não teve melhor sorte. Em março de 1339, a Câmara de Contas estimou que as despesas militares do ano chegariam a 252.000 libras tournois por mês, quatro vezes mais do que as receitas. As assembleias provinciais foram solicitadas a conceder novos impostos e empréstimos. E tudo isso enquanto nenhuma batalha ocorria, apenas para manter o exército no local. Em junho, Eduardo foi a Bruxelas para apresentar sua defesa aos aliados e, em agosto, teve que admitir que não seria capaz de pagá-los: "Nossos recursos estão tão esgotados pelo custo de nossos próprios homens que não podemos entrar em campo contra o inimigo", declarou ao Marquês de Jülich. Para não perder as aparências, alegou que, mesmo assim, tentaria algo, apenas com o contingente inglês. Como esperava, os aliados fizeram um gesto e concordaram em segui-lo, em troca da garantia de pagamento dos atrasos relativos às propriedades de quatro condes, seis barões e três bispos.

O exército partiu, portanto, na segunda quinzena de setembro de 1339. Seu objetivo era Cambrai, em território imperial, mas cujo bispo havia se aliado a Filipe VI. O verdadeiro propósito do cerco à cidade era atrair o exército francês, que vivia nas proximidades, para uma batalha campal. A manobra fracassou. Apesar da devastação da região por Eduardo III, Filipe VI, com seus 25.000 homens, permaneceu estacionado a 50 quilômetros de distância, logo após a fronteira. Em 9 de outubro, Eduardo decidiu enfrentá-lo, pois seus 12.000 homens haviam esgotado todos os recursos locais e um avanço era necessário. Ele cruzou a região de Cambrésis em direção sudoeste, incendiando e matando tudo em seu caminho. Cinquenta e cinco aldeias na diocese de Noyon foram arrasadas. Apenas cidades e castelos resistiram, pois não havia tempo nem recursos para atacá-los. Na primeira vez, os dois exércitos chegaram a ficar a menos de uma légua um do outro, perto de Péronne, mas Eduardo julgou o terreno desfavorável e recuou. Filipe enviou-lhe um desafio em espírito de cavalheirismo: encontrar-se no dia 21 ou 22, num "local adequado, não obstruído por rios, muralhas ou diques", para uma bela batalha campal cujo resultado seria o

julgamento de Deus. Com 25.000 contra 12.000, o Rei da França acreditava, sem dúvida, que a justiça da sua causa inclinaria a balança divina a seu favor. Eduardo, por sua vez, procurou um terreno favorável. Encontrou-o a 21 de outubro, perto da aldeia de La Capelle, em Thiérache. Ali, posicionou as suas tropas, exatamente segundo o modelo de Dupplin Moor e Halidon Hill: arqueiros nos flancos, ligeiramente avançados e num ângulo em relação ao corpo principal da batalha, dispostos em três linhas de soldados de infantaria entrincheirados atrás de estacas e fossos; na linha da frente, o rei e os condes de Derby, Suffolk, Northampton, Salisbury e Pembroke; Na segunda linha, os alemães dos margraves de Brandemburgo e Jülich; na terceira linha, o duque de Brabante.

Essa situação esfriou o entusiasmo no acampamento francês, que estava bem ciente da armadilha: uma carga de cavalaria seria suicida. Após horas de debate, decidiram recuar e se entrincheirar, deixando aos ingleses a honra de atacar primeiro. Nessas circunstâncias, a Batalha de La Capelle não ocorreria. Nada ilustra melhor a primazia da defesa sobre o ataque durante a Guerra dos Cem Anos do que esses dois exércitos entrincheirados, frente a frente, nenhum dos dois disposto a dar o primeiro passo. No dia 23, todos arrumaram suas coisas e voltaram para casa. Eduardo se considerou moralmente vitorioso. Do lado francês, Filipe foi acusado de "insensatez" por ter preferido o bom senso tático à imprudência cavalheiresca. Alguns nobres, em tom de deboche, vestiram chapéus de pele de raposa. As esperanças de glória e lucro foram frustradas.

Ghent, 26 de janeiro de 1340: Eduardo, Rei da França

Eduardo III retornou a Bruxelas no final de outubro de 1339. Em 12 de novembro, organizou uma importante conferência em Antuérpia com seus aliados, para a qual representantes das cidades flamengas foram convidados. A situação no Condado de Flandres era, naquele momento, incerta. O Conde Luís de Nevers havia se refugiado na corte francesa, e o governante de fato da região era Jacob van Artevelde. Artevelde havia permanecido neutro no recente conflito franco-inglês, mas simpatizava com a Inglaterra, que havia reativado as exportações de lã, e na medida em que o Conde era vassalo e aliado do Rei da França. O Rei da Inglaterra, por sua vez, estava agora convencido da necessidade de atrair Flandres para a coalizão antifrancesa. Durante vários meses, ele havia empregado pregadores para promover sua causa em toda a região; tomava cuidado para não infringir os interesses flamengos e coletava informações sobre os sentimentos do público em relação a ele. Em Antuérpia, ele fez promessas abrangentes a Artevelde, formalizadas em um tratado: Bruges seria a escala obrigatória para a exportação de lã inglesa; os mercadores flamengos se beneficiariam de vantagens fiscais; o comércio marítimo com a Inglaterra seria protegido por navios armados às custas dos ingleses; Londres não faria as pazes com Filipe VI sem o consentimento dos flamengos; os castelos valões de Lille, Douai e Orchies, e até mesmo a região de Tournaisis, seriam devolvidos à Flandres; e, finalmente, "todos os antigos privilégios, liberdades e imunidades de que gozavam em nosso tempo e no de nossos ancestrais, os reis da França e da Inglaterra". A redação era clara: Eduardo III assinou este tratado como Rei da França. Esta era a condição exigida por Van Artevelde, que tinha muito a perder. A Flandres era um feudo do Reino da França, e somente o Rei da França poderia conceder aos flamengos o que este tratado prometia. Para lhe conferir validade legal, era, portanto, necessário que Eduardo fosse oficialmente Rei da França. Foi a pedido expresso dos flamengos que Eduardo III tomou essa medida, conforme confirmado pela crônica de João, o Belo: sabendo que não poderia alcançar seus objetivos sem a ajuda flamenga, "ele adotou as armas da França combinadas com as da Inglaterra, intitulou-se Rei da França e da Inglaterra e fez o que os flamengos esperavam dele".

Em 22 de janeiro de 1340, ele desfraldou seus novos estandartes esquartelados, ostentando os brasões da França e da Inglaterra — a flor-de-lis e os leões — pela primeira vez em Antuérpia. Em seguida, no dia 26, em uma plataforma erguida na praça do mercado de Ghent, após consultar formalmente a multidão, proclamou-se Rei da França por aclamação popular. O gesto foi teatral, até mesmo "infantil", como escreveu um mercador florentino que testemunhou a cena, mas refletia um cálculo político cuidadosamente elaborado. Durante dez anos, de 1328 a 1337, Eduardo III não havia levantado objeções à coroação de Filipe VI. Além disso, como seu suposto direito se baseava no poder da linhagem feminina de transmitir a coroa, ele não se encontrava em melhor posição sob essa perspectiva, pois em 1332 a filha de Luís X, Joana, Rainha de Navarra, deu à luz um filho, Carlos, o futuro Rei de Navarra e, sob o pseudônimo de Carlos, o Mau, o futuro protagonista do drama. Seus direitos à coroa são superiores aos de Eduardo. Além disso, Eduardo reconheceu repetidamente ser vassalo de Filipe, prestando-lhe juramento de homenagem e até mesmo reconhecendo que essa homenagem era de suserano. Seu gesto dramático de 1340 é, portanto, bastante tardio e pouco convincente.

É verdade que a ideia já havia sido levantada, talvez inicialmente por Roberto de Artois. Além disso, desde 1337, a chancelaria imperial passou a se referir a Filipe VI como o "suposto Rei da França". E em outubro de 1337, Burghersh, Bispo de Lincoln, em sua viagem de negociações pela Europa, levava consigo documentos, para serem usados conforme necessário, alguns dos quais se referiam a Filipe VI como "ilustre Rei da França" e outros como "Eduardo, pela graça de Deus, Rei da Inglaterra e da França". Em maio de 1338, como vimos, Burghersh declarou claramente que Filipe VI era um usurpador, e nas negociações em Arras, em 1338 e 1339, Filipe é mencionado em documentos ingleses apenas como "nosso primo da França" ou "suposto Rei da França". Essas hesitações comprovam suficientemente que a reivindicação de Eduardo era meramente uma manobra política, uma moeda de troca. Após a cerimônia teatral em Ghent, em janeiro de 1340, a questão tornou-se um princípio, o que complicou consideravelmente a busca por um acordo. A guerra não era mais meramente feudal; era dinástica e, em teoria, deveria continuar até a eliminação ou abdicação de um dos dois pretendentes.

Em todo caso, as reações foram rápidas e intensas. Filipe VI declarou que qualquer pessoa encontrada em posse da declaração que Eduardo estava distribuindo na França, na qual se dirigia aos seus novos "súditos" e lhes prometia o retorno à era de ouro de "nosso predecessor, São Luís", seria executada. As dívidas com os mercadores flamengos foram congeladas. Recompensas foram prometidas àqueles que se juntassem ao Conde, o que alguns nobres fizeram. Quanto ao Papa, ele disse estar "estupefato e atônito" ao saber da notícia. Ele colocou Flandres sob interdito, o que significava que, teoricamente, os sacramentos não seriam mais administrados ali, os serviços religiosos foram suspensos e as igrejas foram fechadas. O dinheiro depositado pelas cidades flamengas nos cofres papais foi confiscado.

Na Inglaterra, o entusiasmo também era escasso, pois o provável custo desse empreitada tornava-se evidente: o prolongamento indefinido de uma guerra já fadada ao fracasso; impostos; e a concorrência francesa. O Parlamento de janeiro de 1340 demonstrou seu desagrado multiplicando petições e concedendo apenas uma contribuição irrisória. Para Eduardo, era hora de retomar o controle do país. Ele estivera ausente por quase dezoito meses. Em 21 de fevereiro, embarcou em Sluis, mas teve que deixar para trás sua esposa, seu filho mais novo e os Condes de Salisbury e Suffolk como fiadores de seu iminente retorno com dinheiro e soldados. De volta a Londres, convocou um novo Parlamento no final de março, perante o qual pintou um quadro apocalíptico dos males que se abateriam sobre a Inglaterra se um novo imposto não fosse instituído.

Dessa forma, ele obteve um subsídio de um nono sobre grãos, lã e cordeiros, e de um décimo sobre os bens móveis dos habitantes urbanos, em troca da promessa de que a Inglaterra jamais estaria sujeita ao outro reino no âmbito da monarquia dual.

The Sluis (24 de junho de 1340): um Trafalgar medieval?

Para o ano de 1340, ambos os lados definiram seus objetivos. Filipe VI planejou um ataque a Hainaut para se vingar do Conde e, a partir daí, pretendia atacar Brabante, o principal membro da coalizão no continente. Em oposição a eles, as forças da coalizão se reuniram em Ghent em torno da Rainha da Inglaterra, Guilherme de Hainaut e o Conde de Salisbury, Guilherme Montagu. Decidiram lançar uma ofensiva contra Tournai para desviar os franceses de Hainaut. Mas o plano fracassou completamente. Dependia da cooperação de três exércitos. O primeiro, liderado por Guilherme de Hainaut, partiu de Mons e simplesmente devastou a região de Thiérache, cometendo as atrocidades de costume: a população da vila de Aubenton, por exemplo, foi queimada viva na igreja. O segundo exército, liderado por Salisbury e Suffolk, não avançou além de Lille, tendo os dois condes sido feitos prisioneiros durante um reconhecimento imprudente. O terceiro exército, liderado por Van Artevelde, chegou sozinho diante de Tournai, mas teve que retornar devido à insuficiência de efetivos.

Com a coligação tendo arruinado a sua campanha em abril, chegou a vez dos franceses lançarem a sua em maio. Filipe VI confiou o comando ao seu filho João, um jovem hesitante de vinte e um anos, que coordenou mal a marcha do seu exército: a vanguarda deixou os transportes de suprimentos e equipamentos muito para trás. Chegando antes de Valenciennes, foi derrotada por uma investida da guarnição e recuou em direção a Cambrai. A captura de Escaudœuvres e Thun-l'Évêque trouxe algum consolo. Filipe VI estava a caminho para se juntar às suas tropas quando chegaram notícias, a 22 de junho, de que Eduardo III se aproximava com uma frota formidável.

Era esperado. No estuário do Escalda, 213 navios, tripulados por 20.000 marinheiros e soldados, sob o comando dos almirantes Quiéret e Béhuchet, estavam ancorados entre a ilha de Cadzand e a vila de Termuiden, no continente, em frente ao porto de Sluys (L'Écluse). Reunir esse "Grande Exército do Mar", como Filipe VI o chamava, havia sido um desafio considerável. De fato, os genoveses haviam abandonado a causa francesa após uma revolução local que levou Simon Boccanegra ao poder. Apenas o corsário Pietro Barbavera estava presente, com duas galeras. Além disso, em janeiro e fevereiro, ataques ingleses a Boulogne, Le Tréport, Dieppe e Mers destruíram 18 galeras e 24 navios mercantes. Portanto, foi necessário requisitar todos os navios normandos e picardos disponíveis, a um custo altíssimo, uma operação financiada por um imposto cobrado na Normandia. A frota reunida era composta por 6 galeras, 22 barcaças a remo, 7 navios reais, 167 navios mercantes, além de alguns auxiliares espanhóis e flamengos. Dos 20.000 homens, apenas 500 eram besteiros e 150 homens de armas; o restante eram recrutas inexperientes.

Mas o problema mais grave foi o enorme erro tático cometido pelos almirantes. Apesar do conselho de Barbavera, que queria que enfrentassem a frota inglesa em alto mar, Quiéret e Béhuchet decidiram ancorar seus navios em três linhas, proa a popa, no estreito canal entre Cadzand e o continente. Imobilizados, sem qualquer possibilidade de manobra, foram ainda mais impelidos uns contra os outros pela maré e pelo vento noroeste. Uma aglomeração de 213 navios em um espaço tão confinado foi precisamente o que levou à derrota dos persas em Salamina, 1830 anos antes. Mas Quiéret e Béhuchet claramente não haviam lido Heródoto. De qualquer forma, é uma constante na guerra naval: qualquer frota que se arrisca a batalha ancorada, privando-se da

possibilidade de manobra, está fadada à destruição. De Salamina a Aboukir, não houve exceções. E a Batalha de L'Ecluse confirma a regra.

A frota inglesa era composta por entre 120 e 160 veleiros, navios dos Cinque Ports e dos dois almirantados. Partiu de Orwell, na costa de Suffolk, em 22 de junho. Sua inferioridade numérica era compensada pelo grande número de arqueiros a bordo e pela liberdade de manobra, navegando a favor do vento. Eduardo III estava a bordo do *cog Thomas* . O chanceler Stratford, que havia desejado cancelar a operação, por considerá-la arriscada demais, preferiu renunciar. A batalha, a maior batalha naval da Idade Média, começou às três horas da tarde do dia 24 de junho. Os ingleses abordaram a primeira linha francesa; escolhendo suas posições, crivaram os conveses dos navios inimigos com flechas e, ao abordar, finalizaram o serviço com espadas. Os navios franceses da segunda e terceira linhas, imobilizados, só puderam observar a carnificina se desenrolar, aguardando sua vez. Era o solstício de verão, os dias eram muito longos, o que permitiu que a carnificina continuasse até as dez horas da noite. A frota francesa foi literalmente aniquilada: 190 navios capturados de um total de 213; entre 16.000 e 18.000 mortos, incluindo Quiéret, morto no ataque de abordagem, e Béhuchet, enforcado por ordem de Eduardo III. Durante vários dias, as marés depositaram centenas de cadáveres na costa.

A Batalha de Sluys é uma das vitórias mais completas da história, um Trafalgar medieval. Os ingleses, senhores do mar, podiam agora cruzar o Canal da Mancha quando quisessem para levar a guerra ao continente, e não precisavam mais temer uma invasão. Na verdade, as consequências foram menos significativas do que se poderia imaginar: um mês depois, em 26 de julho, um novo almirante, Robert Houdetot, um normando, apreendeu um comboio carregado de lã no Canal da Mancha, liderou um ataque devastador à Ilha de Wight e destruiu o porto de Teignmouth. Isso porque, numa época em que os navios de guerra, com exceção das galeras, eram simplesmente barcos de pesca ou mercantes transportando alguns soldados, nada era mais fácil do que reconstruir uma frota. Sluys, portanto, não foi uma batalha decisiva. Seu principal efeito foi psicológico. Do lado francês, houve lutas internas sobre quem era o responsável. Barbavera, que conseguiu retirar suas galeras da batalha, é suspeito de traição por não ter morrido como os outros. A cavalaria francesa abandona completamente a guerra naval.

Trégua de Espléchin e avaliação do início da guerra (setembro de 1340)

Eduardo III, por sua vez, desembarcou seu exército. Ferido na coxa por uma flecha, finalizou o plano de campanha com Van Artevelde. Os anglo-flamengos formariam dois exércitos. O maior, sob o comando do rei, teria como alvo Tournai. O segundo, confiado a Roberto de Artois, sitiaria Saint-Omer. Eduardo acreditava que o turbulento Roberto tinha considerável apoio na região. Na verdade, isso estava longe de ser verdade. Além disso, Roberto era velho, desorganizado e militarmente incompetente. Sofreu uma derrota esmagadora em 26 de julho diante de Saint-Omer, onde mais de 8.000 flamengos foram mortos pelos homens do Duque da Borgonha e do Conde de Armagnac, que vieram reforçar as defesas da cidade. Indisciplina e impetuosidade foram as responsáveis pelo desastre, pois os flamengos avançaram temerariamente de suas trincheiras.

O exército principal não teve melhor sorte. O objetivo foi mal escolhido: Tournai tinha pouca importância estratégica e, além disso, a cidade era muito bem defendida: cinco quilômetros de muralhas, flanqueadas por 74 torres recém-construídas e bem conservadas; 5.800 soldados de alta qualidade sob o comando do Condestável da França, Godemar du Fay, dos dois marechais e do Conde de Foix. Enormes perdas foram, portanto, arriscadas por um objetivo completamente secundário. Eduardo III, que se considerava invencível desde a Batalha de Sluys, chegou como

Rei da França e desafiou "Filipe de Valois" para resolver a questão em combate singular. Ele tinha 33 anos, Filipe 47 e estava consideravelmente acima do peso, o que tornaria a luta muito desigual, mas esse tipo de desafio, nunca aceito, fazia parte das formalidades habituais do grande jogo de cavalaria. O rei da França – o outro – sai impune ironicamente: ele diz ter recebido uma carta endereçada a um certo "Filipe de Valois", mas ele, Filipe VI, rei da França, não reconhece a quem se refere; sem dúvida, houve um erro por parte do remetente.

A verdadeira batalha começou no início de agosto. O primeiro problema foi assegurar a área circundante, o que não foi fácil dado o tamanho da cidade. Eduardo estabeleceu seu acampamento a oeste, o Duque de Brabante a sudeste, com os príncipes alemães e o Conde de Hainaut preenchendo as lacunas. Catapultas foram posicionadas em alguns locais favoráveis, mas sua eficácia foi praticamente nula. Como de costume, a zona rural circundante foi devastada na esperança de atrair o exército de Filipe VI; as pequenas cidades de Orchies e Saint-Amand, e a abadia beneditina de Marchiennes, foram destruídas. A defesa foi vigorosa. Investidas da guarnição atacaram os acampamentos dos sitiantes; as catapultas dos sitiantes causaram menos danos do que as da cidade, cujas balas de canhão de pedra caíram aleatoriamente sobre as tendas; uma delas decepou a cabeça do engenheiro-chefe do Conde de Hainaut. Para conservar alimentos, aqueles considerados desnecessários — os idosos, os enfermos, as mulheres e as crianças — foram expulsos. Em 26 de agosto, foi lançado um ataque contra o portão de Sainte-Fontaine, ao norte; foi repelido, assim como o de 2 de setembro. O cerco de Tournai é um exemplo perfeito das técnicas de cerco medievais. Todos os métodos clássicos foram empregados: escalada dos portões, incêndio com feixes de gravetos em chamas empilhados em frente e minas. Também ilustra a superioridade da defesa sobre o ataque no caso de grandes cidades com fortificações bem conservadas. Os repetidos fracassos dos ataques desanimaram os sitiantes, que começaram a discutir; os brabantinos foram acusados de não fazerem sua parte do trabalho e começaram a surgir queixas sobre o atraso em seus pagamentos.

Foi então que Filipe VI chegou e, em 7 de setembro, com um exército considerável, acampou a 15 quilômetros a oeste de Tournai, em Bouvines. Um local histórico, onde a memória de Filipe Augusto ainda persistia. Eduardo III veio ao seu encontro. Mas não haveria uma segunda Batalha de Bouvines. Ambos os lados haviam perdido a confiança e preferiram discutir o assunto em uma pequena capela, a meio caminho entre Bouvines e Tournai, em Espléchin. Em 24 de setembro, as duas delegações chegaram a um acordo: foi proclamada uma trégua de nove meses, até 24 de junho de 1341, para permitir tempo para reagrupar as tropas antes de retomar as hostilidades. Até então, todos os combates deveriam cessar: na Flandres, em Artois, mas também na Escócia, na Aquitânia e no mar. Cada lado manteria suas posições e conservaria os territórios conquistados; os prisioneiros seriam libertados sob palavra e retornariam ao cativeiro assim que as hostilidades fossem retomadas. A Trégua de Espléchin, ratificada e proclamada no dia seguinte, exemplifica perfeitamente os compromissos entre realismo e idealismo cavalheiresco que caracterizaram esse período de transição nas relações internacionais. De um lado, o que fora conquistado pela força foi ratificado; do outro, depositou-se a confiança na palavra dada. Ambos os exércitos foram desmobilizados e retornaram para casa. Não houve vencedor, mas dois vencidos. Pois, para ambos os lados, esse primeiro ato da guerra deixou um gosto amargo.

Filipe VI tinha pouco a comemorar. Sua imagem pessoal estava gravemente manchada por sua conduta tímida e por suas duas recusas em entrar em batalha, apesar de possuir forças muito superiores. Essa queda de prestígio foi acompanhada por uma crescente relutância entre seus súditos em pagar impostos, cuja principal justificativa era a defesa do reino: por que pagar por

exércitos que nem sequer estavam sendo usados? Além disso, seu reino começava a se fragmentar, e os particularismos locais cresciam, pois em muitas regiões — o Centro, o Leste, o Sudeste — as pessoas não se sentiam conectadas à guerra e relutavam em demonstrar solidariedade aos picardos e aos normandos. Longe de fomentar a unidade nacional, a guerra inicialmente exacerbou as divisões.

Todos os combates, com exceção da Escócia, estão ocorrendo em território francês, que já sofreu sérios danos. As campanhas anglo-flamengas de devastação sistemática, em uma escala sem precedentes, arruinaram permanentemente vastas áreas. As atividades marítimas estão gravemente prejudicadas, e as 18.000 mortes em Sluys representam uma perda significativa para a população masculina adulta da Normandia e da Picardia. Em todo o Norte e Nordeste, a percepção da ameaça inglesa está forçando as cidades a repararem suas defesas a um custo altíssimo, incluindo a destruição de bairros inteiros, como em Lille. E o trabalho, realizado às pressas, muitas vezes se mostra ineficaz. As finanças urbanas estão completamente desequilibradas: em Arras, um imposto local de 25% sobre toda a renda gera apenas metade das 1.900 libras tournois gastas no reparo de sete portões e um trecho das muralhas. Reims gastou 10.000 libras entre 1337 e 1340 em suas muralhas. Territorialmente, enquanto a reconquista da Aquitânia estava bem encaminhada, Flandres estava perdida. Filipe VI esperava negociar com os flamengos, acenando com a possibilidade de revogar o interdito. Contudo, a postura intransigente de Bento XII sobre o assunto privou-o dessa moeda de troca. Por fim, quanto à moeda propriamente dita, desvalorizada em fevereiro de 1337, dezembro de 1338 e três vezes em 1340, havia perdido 60% do seu valor nominal em moedas de prata, visto que a manipulação monetária fora a principal fonte de financiamento da guerra. O rei da França, portanto, tinha poucos motivos para comemorar.

Seu rival, porém, estava absolutamente furioso. Sua promissora campanha, que começara tão bem em Sluis, terminara em confusão e humilhação. Apesar de sua arrogância, Tournai não havia caído; sua situação financeira era pior do que nunca. Ao retornar, descarregou sua raiva e atacou sua comitiva, acusando-os de incompetência. De setembro a novembro de 1340, esteve em Ghent, onde esbanjou ainda mais do pouco dinheiro que possuía em torneios e festividades, retornando à Inglaterra em 30 de novembro e mandando prender seus principais ministros: os financistas William e Richard Pole, John Pulteney, juízes e o *Juiz-Chefe* . O Arcebispo de Canterbury, John Stratford, foi forçado a buscar refúgio em sua catedral.

A fúria de Eduardo III provinha de suas frustrações. Ele sonhava com conquistas gloriosas, mas foi subjugado pelos banqueiros. Ainda não havia compreendido que a essência da guerra não residia no grande arco nem na grande estratégia, mas sim no dinheiro. E o dinheiro não chegava, ou chegava em quantidades insuficientes. O subsídio em espécie aprovado pelo Parlamento em abril de 1340 era oneroso: as mercadorias tinham que ser coletadas e revendidas, o que gerava desperdício e perda de tempo. Outro Parlamento, em julho, votou por um empréstimo forçado de 20.000 sacos de lã, mas a resistência foi feroz. No final de agosto, apenas 854 sacos haviam sido coletados. Era com a receita dessa lã que as famílias Bardi e Peruzzi deveriam pagar as dívidas reais aos sindicatos bancários de Leuven e Mechelen, que tinham três condes como fiadores. Sem lã, sem dinheiro, e assim os condes permaneceram reféns. A coroa é penhorada ao Arcebispo de Trier, que ameaça cortá-la em pedaços se não for pago. Os aliados exigem suas contribuições. Prometem-lhes lã: querem dinheiro vivo. Em novembro, Eduardo está desesperado; um agiota lhe empresta 6.600 libras mediante garantias oferecidas por vários condes; Henrique de Lancaster empresta 2.100 libras, penhorando suas próprias joias. Essas são quantias irrisórias em comparação

com as despesas: os custos das campanhas militares de 1339 e 1340 são estimados em um total de 500.000 libras.

Foi um desastre. A coligação desintegrou-se, pois os seus membros não receberam as somas prometidas. O imperador anunciou a revogação dos poderes de Vigário Imperial que havia conferido a Eduardo III; os príncipes da Renânia recuperaram a sua liberdade. O rei de Inglaterra levaria vários anos a resolver os seus problemas financeiros, não sem causar prejuízos: as dívidas para com as famílias Bardi e Peruzzi foram simplesmente repudiadas, levando à falência dos dois famosos bancos em 1343 e 1346. William Pole só recuperaria uma parte dos seus créditos. Os Condes de Derby e Warwick permaneceram reféns dos banqueiros de Mechelen até maio de 1343. E durante todo este período, Eduardo III esteve militarmente paralisado; já não dispunha dos meios para financiar uma grande expedição ao continente.

Além disso, na Escócia e na Aquitânia, o ano de 1340 não foi muito favorável aos ingleses. Na Escócia, a guerra de guerrilha travada pelos partidários de David estava em ascensão. Eles chegaram a realizar diversos ataques bem-sucedidos em Northumberland. William Douglas capturaria Edimburgo em abril de 1341, e David II retornaria do exílio em junho. Controlar a Escócia era uma tarefa hercúlea para os ingleses. Tudo precisava ser reconstruído do zero. Na Aquitânia, as rivalidades entre os senhores locais tornavam a situação extremamente instável. O Conde de Foix, Gastão II, estava perpetuamente em guerra com seu vizinho, o Conde de Armagnac, embora ambos estivessem do lado francês. No final de 1339, o senescal de Bordéus, Ingham, conseguiu atrair Bernardo-Aiz d'Albret, cujos territórios se estendiam pelo vale inferior do Adour e que também havia herdado recentemente direitos sobre senhorios na região de Bergerac, para o campo inglês. Isso se opunha aos domínios do Conde de Périgord, um apoiador ativo de Filipe VI. Em janeiro de 1340, Eduardo III nomeou Bernardo-Aiz d'Albret como seu tenente na Aquitânia. Ele trouxe consigo numerosos senhores e um formidável líder saboiano, Hugo de Genebra, um exemplo típico dos mercenários que logo se tornariam tão numerosos. Seus parentes, os Condes de Genebra e Saboia, lutaram ao lado de Filipe VI. A partir de março, Alberto e Hugo de Genebra, com tropas exclusivamente gascãs, lançaram ataques em Condomois, Gabardan, Agenais e no vale do Lot. Cidades como Sainte-Bazeille, no rio Garona, foram capturadas e saqueadas; Guilherme-Raimão, Senhor de Caumont, foi um dos líderes mais ativos da ofensiva. Simultaneamente, um ataque foi lançado no sul de Périgord por Raimundo de Montaut, Senhor de Mussidan. O avanço anglo-gascon para o leste atingiu seu ápice no início de setembro. Em seguida, o senescal de Toulouse, outro saboiano, Pierre de La Palu, liderou uma contraofensiva eficaz, forçando os anglo-gascões a levantar o cerco de Condom e retomando a maioria das cidades conquistadas. Tal como na Escócia, Eduardo III havia perdido a iniciativa na Aquitânia. Depois de se acreditar prestes a alcançar o sucesso, viu-se arruinado e numa desconfortável posição defensiva. Daí a sua reação irada, dirigida contra o seu séquito, escrevendo em outubro de 1340 ao seu governo em Inglaterra: “Se tivéssemos recebido ao menos um pequeno reforço no momento certo, teríamos concluído com sucesso a nossa grande empreitada e alcançado uma fama superior à de todos os outros príncipes”. Na verdade, a culpa é exclusivamente dele, por ter sobrestimado as suas capacidades, lançado empreendimentos para além dos seus recursos financeiros e humanos e feito escolhas estratégicas deficientes. A trégua em Espléchin foi bem-vinda para ele, pois sem dúvida precisava dela mais do que o seu adversário.

Uma nova frente: Bretanha (1341-1343)

Durante o inverno de 1340-1341, contudo, ele se acalmou. Em abril-maio, tendo recuperado a compostura e revogado as prisões e decisões de dezembro, considerou retomar a guerra, quando dois eventos complicaram ainda mais uma situação já complexa. Filipe VI tinha um problema com outro vassalo: o rei de Maiorca, Jaime II, que detinha Montpellier como feudo e rejeitava a suserania do rei da França. Imediatamente, aproveitando-se da situação, os ingleses tomaram Bourg, violando a trégua que acabara de ser prorrogada até o final de agosto. Os franceses reagiram; o conde de Valentinois recapturou Bourg em 25 de agosto, mas foi derrotado em Guitres por um pequeno exército sob o comando de Hugo de Genebra, e Bourg foi reocupada pelos ingleses.

E enquanto a guerra recomeçava no Sudoeste, irrompeu numa nova região, até então intocada, criando uma nova frente: a Bretanha. O Duque da Bretanha, João III, sempre agira como um vassalo leal do Rei da França, participando de campanhas recentes com seu contingente feudal, mas seu ducado permanecera neutro. A prolongação da guerra tornou essa neutralidade cada vez mais precária, visto que a península ocupava uma posição estratégica entre a Inglaterra e a Gasconha. Foi mais uma vez uma questão dinástica que mergulhou a Bretanha na guerra. O destino parecia determinado, naquele momento, a criar situações sem precedentes, imprevistas pela lei feudal. Em 30 de abril de 1341, o Duque João III morreu sem filhos. Ele tinha uma sobrinha, Joana de Penthièvre, filha de seu irmão mais novo, Guy. Joana havia se casado com Carlos de Blois em 1337, membro da poderosa Casa de Châtillon, intimamente ligada aos Valois. Mas João III também tinha um meio-irmão, João de Montfort, do segundo casamento de seu pai, Artur II. Quem deveria herdar: Joana, a sobrinha, ou João, o meio-irmão? O caso encantou os especialistas em direito. De fato, segundo o direito consuetudinário bretão, Joana tinha prioridade; mas como a Bretanha era um ducado de nobreza, aplicava-se a lei de sucessão do reino, que excluía as mulheres. Essa lei acabara de ser aplicada em favor de Filipe VI. Além disso, João III mudara de ideia diversas vezes durante seu reinado. Por odiar seu meio-irmão, declarara-se repetidamente a favor de Joana, antes de dar uma guinada dramática em seu testamento. Quando morreu, ambos os lados tinham, portanto, argumentos igualmente válidos e, como sempre nesses casos, a espada decidiria.

Foi Jean de Montfort quem marcou os primeiros pontos. O próprio homem, porém, era bastante comum. Na Bretanha, ele era apoiado principalmente pela parte bretã do ducado no oeste, por uma parcela da pequena nobreza e pelo povo comum. Ele também possuía feudos em Artois, no Vale do Loire, e no Condado de Montfort-l'Amaury, perto de Paris. Mas sua principal força residia em sua esposa, Joana de Flandres, irmã do Conde de Flandres, uma mulher ambiciosa, enérgica, autoritária e determinada. Ela era a força motriz por trás do partido de Montfort. Foi ela quem instou o marido a se estabelecer na capital ducal, Nantes, já em maio de 1341, e a se apoderar do tesouro ducal, que ficava em Limoges, no coração do reino. Jean de Montfort então convocou os grandes vassalos bretões a Nantes para lhe prestarem homenagem. A grande maioria não compareceu.

A alta nobreza local, especialmente na parte francófona do ducado a leste, apoiava Joana de Penthièvre e Carlos de Blois. Esses nobres possuíam terras tanto na Bretanha quanto no Reino da França. Temiam perder seus territórios franceses caso se opusessem a Carlos de Blois, parente do rei da França. Dentro desse grupo, a esposa era também a figura mais influente. Carlos era um jovem de vinte e um anos, morbidamente piedoso. Cavaleiro corajoso, hábil em angariar lealdades,

carecia, contudo, de perspicácia política e capacidade de decisão. O conflito que se seguiu foi, em muitos aspectos, uma guerra entre duas Joanas.

Em junho de 1341, João de Montfort, aproveitando-se de sua vantagem, tomou à força o controle das principais cidades do ducado — Rennes, Dinan, Vannes, Hennebont e Brest. O lado oposto, pego de surpresa no campo de batalha, apelou ao Parlamento de Paris, cuja opinião favorável era praticamente garantida, dados os laços estreitos entre Carlos de Blois e Filipe VI. Vale ressaltar a situação paradoxal deste último, que era rei da França devido à exclusão das mulheres, e, no entanto, defendia o direito das mulheres de governar, mesmo que devesse estar aplicando a lei francesa. No mundo feudal, como em outros lugares, os princípios só prevaleciam quando se alinhavam aos interesses imediatos.

Contudo, o rei, constrangido, temia principalmente que João de Montfort se voltasse para Eduardo III. Por isso, convocou-o a Paris, aguardando o julgamento do Parlamento, que, em 7 de setembro, decidiu a favor de Joana de Penthièvre e Carlos de Blois. João de Montfort escapuliu secretamente e retornou à Bretanha, enquanto Filipe VI convocava seu exército para Angers em 26 de setembro, com o objetivo de invadir o ducado. Naturalmente, João de Montfort recorreu ao rei da Inglaterra, a quem solicitou auxílio militar, prometendo em troca prestar homenagem pela Bretanha. Infelizmente para ele, Eduardo III, com base em relatos desfavoráveis de seus enviados na Flandres, havia acabado de prorrogar a Trégua de Espléchin até 24 de junho de 1342. O rei da França, portanto, tinha carta branca para decidir o destino de João de Montfort nesse ínterim. Confiou a operação a seu filho João, Duque da Normandia, aconselhando-o a agir com cautela e designando Miles de Noyer e o Duque da Borgonha como seus aliados. Carlos de Blois fazia parte da expedição, com 7.000 homens, que partiu de Angers no início de outubro de 1341. João de Montfort, derrotado na Batalha de L'Humeau, na fronteira do ducado, refugiou-se em Nantes. A cidade sitiada capitulou em menos de uma semana, no início de novembro. João de Montfort recebeu salvo-conduto para defender sua causa em Paris, onde o rei o prendeu e o encarcerou no Louvre.

Foi então que Joana de Flandres, sua esposa, demonstrou toda a sua determinação. Ela estava em Rennes com seu filho pequeno, João, de dois anos. Sentindo-se insegura, mudou-se no final do ano para a Baixa Bretanha, onde se concentrava a maior parte das forças de Montfort, juntamente com Tanneguy du Châtel, capitão de Brest, e Geoffrey de Malestroit. Ela se estabeleceu em Hennebont, uma pequena cidade notavelmente fortificada perto da costa sul do ducado. De lá, enviou seu filho para a Inglaterra, sob a tutela de Amaury de Clisson, a quem incumbiu de concluir um tratado de aliança com Eduardo III em janeiro de 1342.

O acordo estipulava o envio para a Bretanha de um contingente inglês liderado por Walter Mauny, seguido em abril por forças maiores, incluindo o Conde de Northampton e Roberto de Artois. Os ingleses assumiriam o controle das fortalezas montfortistas. Mas quem pagaria? Eduardo estava sem um tostão, como vimos. Então Joana ofereceu-lhe o tesouro ducal bretão. Amaury de Clisson trouxera um baú contendo 1.000 libras em ouro, prata e joias como prévia. Pelo restante, foram prometidas 68.000 libras tournois, ou aproximadamente 13.600 libras. Eduardo enviou imediatamente uma equipe para inspecionar o tesouro, que estava em Brest, para preparar a fundição e cunhagem do ouro e da prata. Tranquilizado pela solvência dos bretões, ele então convocou tropas e navios para os portos de Hampshire. A operação demora, e só em abril Walter Mauny consegue atravessar o Canal da Mancha, com forças ridiculamente pequenas: 34 homens de armas e 200 arqueiros.

Entretanto, os franceses capturaram Rennes e chegaram a Hennebont em maio. Carlos de Blois estava no comando; com ele estavam seu irmão mais velho, Luís, Conde de Blois, e um espanhol exilado, Luís da Espanha, cujo pai havia sido deposto do trono de Castela e que desde então levava uma vida de aventuras pela Europa. Havia também genoveses e monegascos presentes. Em Hennebont, Joana d'Arc organizou a defesa, e o exército cosmopolita de Carlos de Blois não conseguiu tomar a cidade, nem Vannes ou Auray. Contudo, a região circundante foi sistematicamente devastada.

A situação melhorou em julho com a chegada de consideráveis reforços franceses. A situação em Hennebont tornou-se insustentável. Joana de Flandres então escapou para Brest, onde se viu sitiada novamente pelo exército de Carlos de Blois em terra e pela frota genovesa no mar, em meados de agosto. Tudo dependia então da chegada dos ingleses, atrasada por problemas de organização e ventos contrários. O plano de Eduardo III não levou em conta essas contingências. Previa nada menos que três exércitos: o primeiro, com o Conde de Northampton, William Bohun, nomeado tenente do rei na Bretanha, partiria de Southampton e Portsmouth em 8 de julho; assim que o desembarque fosse concluído, os navios retornariam imediatamente a Sandwich e Winchelsea para embarcar a segunda expedição em agosto, com o próprio rei e o Conde de Warwick. Em setembro, uma terceira expedição, com os Condes de Gloucester e Pembroke, partiria de Plymouth. Em 1342, Eduardo III decidiu concentrar todos os seus esforços na Bretanha. No entanto, suas manobras através do Canal da Mancha exigiam logística e controle dos ventos que estavam além de seu alcance. Os atrasos se acumularam. Em vez de 8 de julho, foi somente em 15 de agosto que Northampton zarpou, com 260 navios e 1.350 homens, logo após um ataque francês ter devastado Portsmouth. Foi um sucesso: as galeras genovesas que bloqueavam o porto de Brest, as Penfeld, foram destruídas, e o exército francês rapidamente levantou o cerco; Carlos de Blois recuou em direção a Morlaix, Luís de Espanha e Ayton Doria em direção ao Loire. Northampton, reforçado por 800 homens que chegaram com Roberto de Artois, sitiaria Morlaix, abrindo assim mais um porto para os ingleses na costa norte da Bretanha. Em 30 de setembro, ele infligiu sérias perdas ao exército de Carlos de Blois perto de Lanmeur.

A segunda onda inglesa, com o próprio Eduardo III, só chegou à Bretanha em 26 de outubro, após uma série de atrasos devido a motins e tempestades. O rei, tendo partido de Sandwich a bordo do *George* , navegou até Brest. O objetivo era a captura de Vannes, uma das principais cidades do ducado. A operação foi tanto terrestre quanto naval: o rei avançou com o exército para sudeste, enquanto a frota, comandada por Roberto de Artois, seguiu a costa em direção ao Golfo de Morbihan. Mas as coisas correram mal: Roberto de Artois navegou até a Baía de Bourgneuf, onde foi derrotado por um esquadrão hispano-genovês; voltou para o Golfo de Morbihan, tentou tomar Vannes de surpresa, foi repelido, ferido durante o ataque e morreu de disenteria alguns dias depois. Eduardo III chegou por sua vez, com o exército terrestre, lançou um ataque em 29 de novembro, mas foi repelido. Apesar de tudo, os anglo-bretões avançaram: Redon, Malestroit e Ploërmel caíram; os condes de Northampton e Warwick tomaram Pontivy e Rohan, e apareceram diante de Nantes. O conde de Salisbury devastou o nordeste, as áreas ao redor de Dinan, Dol, Pontorson e Mont-Saint-Michel. Em todos os lugares, os danos foram consideráveis. Assim, mesmo que a terceira onda inglesa, a dos condes de Gloucester e Pembroke, não tenha alcançado seu destino, Eduardo III estava em uma posição vantajosa no início de dezembro de 1342.

A trégua de Malestroit. Novo relatório (janeiro de 1343)

Contudo, Filipe VI e o Duque da Normandia contra-atacaram no final do ano: Nantes foi libertada e Redon, Ploërmel e Malestroit foram retomadas em janeiro de 1343. Por volta do dia 10, Filipe e Eduardo voltaram a encontrar-se; perto de Ploërmel, estavam separados por apenas 25 quilómetros. Mais uma vez, não ousaram arriscar uma batalha. Lembraram-se então da presença de dois cardeais, enviados pelo Papa para tentar reconciliar os dois reis, que acompanhavam os acontecimentos a partir de Avranches, na fronteira entre a Bretanha e a Normandia. Subitamente abertos a propostas de paz, por não se sentirem em condições de vencer a guerra, aceitaram a mediação dos prelados.

Essas figuras representam o novo papa, Bento XII, que faleceu em 25 de abril de 1342. Seu sucessor, Pierre Roger de Corrèze, educado pelos beneditinos de La Chaise-Dieu, que se tornou arcebispo de Rouen e conselheiro de Filipe VI, adotou o nome de Clemente VI. Mais político do que religioso, ele tinha gostos principescos e empreendeu a construção do novo palácio papal em Avignon. Completamente leal ao rei da França, conseguiu separar Hainaut e Brabante do rei da Inglaterra e, ao suspender o interdito sobre Flandres, apaziguou a hostilidade dos flamengos em relação aos franceses. Em junho de 1342, enviou dois cardeais com a missão de reconciliar os dois reis. Eles foram bem recebidos na corte francesa, é claro, mas Eduardo III os advertiu de que era inútil viajarem para a Inglaterra: "Em breve estaremos em 'nosso reino da França'", escreveu ele ironicamente, "e, portanto, poderemos encontrá-los lá". Na verdade, enquanto as operações militares estivessem a seu favor, ele não tinha intenção de vê-los. Foi apenas na segunda semana de janeiro de 1343, quando seus negócios estavam se deteriorando, que ele concordou com a intervenção deles.

As discussões ocorreram em Malestroit, culminando em 19 de janeiro com a assinatura de uma trégua, que durou mais de três anos e meio e tinha como objetivo se estender até 29 de setembro de 1346. Durante esse longo período, ambos os governos foram obrigados a enviar representantes a Avignon para negociar uma paz definitiva, e as operações militares foram suspensas. Cada lado manteve seu território. Isso proporcionou uma oportunidade para uma reavaliação. Os resultados não foram favoráveis para nenhum dos lados.

A reputação de Filipe VI continua a despencar. Pela terceira vez, ele se recusa a lutar. Seu reino está severamente enfraquecido: Flandres permanece praticamente fora de seu alcance; na Aquitânia, ele é forçado a abandonar a reconquista, apesar de ter acabado de reunir um grande exército para esse fim; e mais da metade da Bretanha está sob controle inimigo. Muitos nobres estão desertando para o lado de Eduardo III. Alguns casos são particularmente graves, dois em especial. Primeiro, o de Olivier de Clisson, chefe de uma proeminente família bretã cujas propriedades se estendem pela Bretanha e pelo noroeste de Poitou. Até então, ele havia lutado nos exércitos do Rei da França, mas seu irmão mais novo, Amaury, estava do lado inglês. Foi em novembro que Olivier deu o passo decisivo, arrastando consigo muitos clientes e vassalos. Filipe VI fica furioso e reage com ferocidade. Olivier de Clisson foi preso em Paris em julho de 1343 e executado em 2 de agosto com um grande espetáculo público: arrastado em uma grade, decapitado na Place des Halles, esquartejado, sua cabeça enviada para Nantes e empalada em uma lança na entrada da cidade. Sua esposa foi banida e seus bens confiscados. Tal tratamento ignominioso de um nobre de alta posição pouco contribuiu para aumentar a popularidade do rei. Outro exemplo é o de Geoffroy d'Harcourt, senhor de Saint-Sauveur-le-Vicomte, na península de Cotentin, que

travou uma guerra particular contra o rei e saqueou as propriedades do bispo de Bayeux. Seu castelo foi capturado e arrasado, e ele fugiu para Brabante.

Esses acontecimentos são sintomáticos da crise de confiança que assola a monarquia Valois. O rei é criticado pela sua condução da guerra que, ao recusar confrontos diretos, priva a nobreza dos lucros habituais provenientes de pilhagens e resgates, para não mencionar a glória, enquanto o equipamento é caro e o aumento dos gastos extravagantes leva a dívidas crescentes. O próprio Condestável, Raoul de Brienne, Conde de Eu, morre falido. As vendas de propriedades nobres para pagar dívidas são tão maciças que os próprios compradores temem a possibilidade de que "o rei ou seus sucessores possam graciosamente permitir que os nobres do seu reino recuperem as suas heranças e posses vendidas a plebeus devido ao peso das guerras", como afirma uma carta obtida pelo secretário particular do rei, que recebe garantias antecipadas para proteger as suas aquisições. Para ajudar a nobreza, Filipe aumentou as pensões, doações e isenções, à custa das receitas da coroa.

As finanças reais encontravam-se em situação crítica em 1343. Em agosto, os Estados Gerais, reunidos em Paris, concederam uma prorrogação dos subsídios votados em 1340 e 1342, em troca da suspensão da desvalorização da moeda e do retorno a uma moeda forte — medida que provocou deflação e queda de preços. A resistência ao pagamento dos subsídios aumentou.

Filipe também era impopular devido aos seus métodos, considerados demasiado secretos. Foi precisamente em 1342 que surgiu pela primeira vez a expressão "o conselho secreto do rei". Os nobres de alta patente, que se consideravam os conselheiros naturais da monarquia, ressentiam-se de serem excluídos do pequeno círculo onde as decisões eram tomadas, um círculo limitado aos parentes próximos do rei: os duques da Borgonha, Bourbon e Normandia, o bispo de Beauvais, Jean de Marigny e Miles de Noyer. A rainha, "uma mulher vingativa, cheia de ódio", como a descreveu Froissart, exercia uma influência considerável, o que era malvisto. Apesar da promessa do rei, em 1343, de consultas mais amplas, a sua reputação ficou gravemente prejudicada.

Eduardo III, por sua vez, gozava de considerável prestígio pessoal como rei guerreiro, empreendedor e corajoso, envolvido pessoalmente em campanhas na Escócia, Flandres e Bretanha. Ele personificava o ideal aristocrático do soberano cavalheiresco e liberal, e a alta nobreza lhe jurava lealdade inabalável. Mas, embora sua imagem fosse imaculada, ele enfrentava significativas dificuldades estratégicas e financeiras. Na época da Trégua de Malestroit, ele já não conseguia controlar os quatro teatros de operações. Tinha menos recursos do que nunca para levar adiante suas políticas. A Aquitânia estava vulnerável a uma nova ofensiva francesa, e o senescal Ingham estava praticamente abandonado à própria sorte. Ele teve que se virar com o que tinha, explorando as rivalidades entre os gascões. Nos Países Baixos, a coalizão havia sido derrotada, Flandres estava instável e o poder de Van Artevelde era precário. Na Escócia, os partidários de David recapturaram Roxburgh e Stirling em 1342. Eduardo III fez uma aparição lá no inverno de 1341-1342, mas isso não mudou nada; ele declarou-se desgostoso com a guerra, "meio melancólico", segundo Thomas Grey, o que era bastante incomum para seu temperamento. Quanto à Bretanha, que ele deixou após a Trégua de Malestroit, sua situação era incerta. João de Montfort ainda estava preso no Louvre, apesar das promessas de Filipe VI; Joana de Flandres, sua enérgica esposa, juntou-se ao filho na Inglaterra e enlouqueceu. Em terra, Eduardo estabeleceu uma administração para supervisionar os territórios controlados pelos ingleses. O tenente do rei ali era um cavaleiro, John Hardeshull. Em Brest, um lugar de grande importância estratégica, o rei nomeou John Gatesden como capitão. Essas figuras, oriundas da pequena nobreza inglesa, representam uma nova categoria socioprofissional que emergiu durante a Guerra dos Cem Anos: soldados profissionais de origem

relativamente humilde, cuja principal motivação era a busca pelo lucro, que se aproveitaram das necessidades militares dos soberanos para garantir posições que lhes permitissem enriquecer-se vivendo da terra. Eduardo III não dispunha de recursos para financiar a guerra na Bretanha. Ela precisava ser autossustentável. Para administrar as receitas, o rei nomeou um tesoureiro-geral, conhecido pelo nome pouco lisonjeiro de Cutthroat (Caçador de Gargantas), que até então era responsável pelas finanças do Condado de Richmond, em Yorkshire, possessão dos Duques da Bretanha na Inglaterra desde a Conquista Normanda de 1066. Paralisado pela falta de fundos, o Rei da Inglaterra, de janeiro de 1343 a junho de 1345, teve que refrear suas ambições bélicas. Ele dedicou esses dois anos e meio ao pagamento de parte de suas dívidas. Por necessidade, a trégua de Malestroit foi mais ou menos respeitada.

As negociações falharam (Avignon, 1344)

Isso, contudo, não significou um retorno à calma. A Aquitânia afundava cada vez mais numa situação anárquica, que a administração inglesa, renovada em julho-agosto de 1343, já não conseguia controlar. O antigo senescal Oliver Ingham foi substituído por Nicolas Beche, e o condestável, após a sua morte, por John Walwain, duas figuras sem autoridade nem prestígio. As guerras privadas entre os senhores gascões multiplicaram-se, e em cada uma delas um dos dois adversários mudava de lado para o campo francês. Foi o caso, por exemplo, de Guilhem-Raymond, senhor de Caumont, devido a uma disputa com Bernard-Aiz d'Albret. Este último exigiu pagamento pela sua lealdade, apesar do princípio de que a Aquitânia deveria financiar a sua própria manutenção; Londres foi obrigada a enviar 20.000 libras em junho de 1344 para pagar salários em atraso.

Do lado francês, a situação não era melhor. Em março de 1343, João, duque da Normandia e filho mais velho do rei, foi nomeado "Senhor das Conquistas", encarregado de governar os territórios da Aquitânia reconquistados dos ingleses. Mas o jovem de vinte e quatro anos não tinha experiência nem autoridade; além disso, nem sequer residia lá. A população local rapidamente percebeu que o novo governante não era páreo para o antigo: os impostos aumentaram, especialmente com a introdução de taxas, algo sem precedentes. Paradoxalmente, a proporção de estrangeiros na administração francesa era maior do que durante o período inglês. Os funcionários gascões foram substituídos por provençais, saboianos e auvergnatos. A agitação se agravou, as guerras particulares se multiplicaram e o descontentamento cresceu em todo o Languedoc, onde a cessação temporária das hostilidades lançou milhares de soldados desempregados no campo, onde se voltaram para o banditismo. Isso marca o início dos primeiros bandos de bandidos, grupos armados de homens com um líder e uma estrutura, que viviam da terra e aterrorizavam a população entre as campanhas militares. Um desses bandos era a Sociedade da Loucura, que operava na região de Nîmes. A guerra prolongada e as dificuldades financeiras dos soberanos levaram a um aumento na proporção de párias nos exércitos: fugitivos, refugiados, cadetes sem dinheiro, aventureiros e aqueles destinados à forca, os instáveis mentais, os maníacos, os rebeldes e dissidentes, e os mendigos. Para essa escória da sociedade, o caos gerado pela guerra proporcionou uma oportunidade para se envolver em banditismo, declarando lealdade a Filipe ou Eduardo e mudando de lado num piscar de olhos.

A Bretanha mergulhou na mesma anarquia. Bandos ingleses e bretões percorriam o ducado, extorquindo dinheiro da população local, que era deixada à própria sorte. O tenente de Eduardo III, John Hardeshull, não foi o último a tirar proveito da situação. Deve-se dizer que ele não recebeu nem instruções nem dinheiro, pois a facção de Montfort estava sem líder. João de Montfort,

finalmente libertado em 1º de setembro de 1343, foi proibido de retornar ao ducado. Ele fugiu para a Inglaterra em 25 de março de 1345 e, em 20 de maio, prestou homenagem a Eduardo III como Rei da França. Mas na Bretanha, ele não era popular. Sua esposa, Joana de Flandres, sofria de problemas mentais e passou trinta anos em confinamento solitário no Castelo de Tickhill, em Yorkshire. Seu filho, John, foi criado na Torre de Londres. Os nobres bretões do partido de Montfort, desorientados, como Tanneguy du Châtel e Amaury de Clisson, juntaram-se ao partido de Carlos de Blois em outubro e novembro de 1344. Em 1º de maio daquele mesmo ano, este último capturou Quimper, onde 1.400 habitantes foram massacrados. O próprio Hardeshull foi feito prisioneiro, assim como Henri de Malestroit, um dos principais aliados de João de Montfort. No início de 1345, os ingleses controlavam apenas Brest, Hennebont, Vannes e algumas cidades menores.

A Trégua de Malestroit estipulava que uma conferência fosse realizada em Avignon para concluir a paz entre os dois reis. Tal conferência tinha pouquíssimas chances de sucesso, dada a intransigência de ambos os lados. Eduardo III não estava disposto a participar. Ele não tinha confiança neste papa francês, cercado por cardeais em sua maioria franceses, todos leais a Filipe VI. Na Inglaterra, o papado foi inclusive acusado, aparentemente com razão, de usar dinheiro arrecadado do clero inglês para financiar o esforço de guerra francês — o cúmulo do absurdo. O governo de Westminster, portanto, relutava muito em submeter a disputa a um mediador tão parcial. Inicialmente, em 1343, enviou a Avignon apenas um barão desconhecido, John Grey de Ruthin, com poderes muito limitados. Discussões sérias com tal figura eram impossíveis; ele constantemente precisava solicitar instruções de Londres, o que implicava uma interrupção de pelo menos quinze dias a cada vez. A conferência propriamente dita foi, portanto, adiada para março de 1344, depois para junho, depois para o outono e, finalmente, teve início em 22 de outubro, após os ingleses terem enviado, enfim, uma delegação considerável, incluindo o bispo de Norwich, William Bateman, um advogado habilidoso, John Offord, secretário particular do rei, e alguns assistentes. Mas as instruções eram rigorosas: não havia qualquer possibilidade de ceder na questão da coroa francesa.

Contudo, a delegação francesa tinha exatamente as mesmas instruções: discussões sobre as fronteiras da Aquitânia seriam possíveis, em último caso, sob a condição expressa de que Eduardo se reconhecesse como vassalo suserano, mas quanto à coroa, era proibido ceder qualquer coisa. Nessas condições, a conferência tinha poucas chances de sucesso. Filipe VI, ao contrário de Eduardo, não poupou esforços na qualidade de sua representação: enviou a Avignon Luís de Espanha, Luís de Poitiers, Conde de Valentinois, Simon de Bucy, Primeiro Presidente do Parlamento, Pierre de Cugnières, Presidente da Câmara de Contas, e o Bispo de Clermont, porta-voz do grupo.

Para evitar confrontos diretos, Clemente VI atuou como intermediário. Ele transitava entre as duas delegações, que se reuniam em salas separadas. Tentou cativar os ingleses, mostrando-se muito afável, mas logo perdeu a paciência ao perceber que não estava obtendo concessões. Dois cardeais assumiram o controle, sem mais sucesso. As soluções mais extravagantes foram propostas aos ingleses: Eduardo renunciaria à Gasconha em troca de todas as possessões da Ordem dos Hospitalários na Inglaterra; ou receberia compensação monetária; ou prestaria homenagem não ao rei, mas a um de seus filhos; ou ainda, poderia receber a Escócia, com o Rei da Escócia recebendo compensação no continente, sem especificar onde. Em qualquer caso, a Escócia já nos pertence, responderam os ingleses.

Claramente, a situação está num impasse e as tensões aumentam. Na Inglaterra, a hostilidade pública em relação ao papado cresce, e o governo só a alimenta. Cartazes contra os cardeais são colados nas portas da Catedral de São Paulo e da Abadia de Westminster. Os protestos contra a prática das provisões papais, que concedem benefícios eclesiásticos ingleses a estrangeiros, multiplicam-se. O Papa ameaça enviar legados armados com poderes espirituais de excomunhão. Em Avignon, a delegação inglesa, num ambiente hostil, já não se sente segura: "Estou aqui em grave perigo, incapaz de alcançar qualquer um dos seus objetivos", escreve o Bispo de Norwich ao Rei. Além disso, as constantes viagens de mensageiros entre Londres e Avignon começam a custar uma fortuna. Então, um a um, os membros da delegação escaparam discretamente: Sir Hugh Neville no final de novembro de 1344, seguido pelo Bispo de Norwich, depois por Nicolino Fieschi; finalmente, em fevereiro de 1345, John Offord também conseguiu fugir. As negociações foram interrompidas por falta de negociadores.

Retomada da guerra (1345)

Eduardo III, que nunca teve a intenção de fazer a paz, não esperou pelo inevitável fracasso da diplomacia para planejar sua próxima campanha militar. Tendo usado a trégua para reabastecer suas finanças, ele garantiu antecipadamente o apoio do Parlamento, que em junho de 1344 aprovou uma moção declarando que "a guerra atual não terminará, nem um tratado de paz honroso será obtido, sem o envio de forças consideráveis contra o inimigo. Portanto, que o rei atravesse o mar assim que estiver pronto e tome posse do que Deus lhe conceder, e leve sua empreitada até o fim, independentemente das mensagens e protestos do Papa." Com esse apoio inabalável, o rei planejou romper a trégua de Malestroit no verão de 1345 e enviar duas grandes expedições ao continente: uma para a Aquitânia com o Conde de Derby, Henrique de Lancaster, e a outra, liderada por ele próprio, para o norte da França. Duas expedições menores, com recursos mais limitados, também desembarcariam: uma na Bretanha com o Conde de Northampton e João de Montfort, e a outra em Jersey com Sir Thomas Ferrers e Geoffrey de Harcourt, que finalmente se juntaram à Inglaterra. Na mente de Eduardo, 1345 seria um ano decisivo, e foi com confiança que, em 15 de junho, ele anunciou em uma proclamação aos ingleses que estava rompendo a trégua, "compelido pela necessidade, para a defesa de nosso reino inglês e a recuperação de nossos direitos legítimos". Ao mesmo tempo, ele enviou a Clemente VI um texto justificando sua ação pelas agressões de Filipe VI.

O plano era muito ambicioso e sua execução, como esperado, ficou aquém das expectativas do soberano, exceto talvez na Aquitânia. Em outros lugares, a desilusão rapidamente se instalou. Isso começou com o que seria o ponto central: o desembarque na Normandia. De fato, no último minuto, Eduardo III teve que mudar seu objetivo devido aos eventos na Flandres. Nessa região, o colapso da coalizão antifrancesa deixou Van Artevelde em uma posição precária. Seus métodos autoritários estavam perdendo força junto à opinião pública; seus apoiadores estavam divididos; em Ghent, em 2 de maio de 1345, confrontos entre guildas resultaram em centenas de mortes. Diversas cidades fizeram as pazes com o Conde Luís de Nevers. No final de junho, o Rei da Inglaterra decidiu primeiro tentar estabilizar a situação nessa região. Em 5 de julho, ele chegou a Sluys com 300 navios e 2.000 homens. Van Artevelde foi visitá-lo, mas na noite de 17 de julho, ao retornar a Ghent, foi massacrado por uma multidão liderada por outro demagogo, Gerard Denis. As cidades flamengas, no entanto, mantiveram sua aliança com Eduardo, que partiu em 22 de julho para retomar seu plano original. Mas sua frota foi dispersa por uma violenta tempestade e, no final do mês, as consequências tiveram que ser enfrentadas: a grande expedição de 1345 foi cancelada.

Entretanto, na Bretanha, o Conde de Northampton desembarcou em junho com João de Montfort. Um de seus tenentes, Thomas Dagworth, infligiu uma pequena derrota a Carlos de Blois perto de Josselin. Mas a expedição contava com apenas 500 homens, e João de Montfort, que deveria sitiar Quimper, era um líder militar fraco. Ele foi repelido, recuou para Hennebont e morreu em 26 de setembro. Seu filho, também chamado João, tinha apenas cinco anos e ainda estava na Inglaterra. Northampton continuou a campanha, com o objetivo de tomar um porto na costa norte que facilitasse os desembarques ingleses. Tudo o que conseguiu foi capturar La Roche-Derrien, uma pequena cidade rio acima de Tréguier, que só podia acomodar navios minúsculos. Ele instalou ali uma guarnição considerável, incluindo Richard Totesham. O resultado é realmente modesto e dificilmente compensado pelo massacre da guarnição de Château-Cornet, na ilha de Guernsey.

Felizmente para Eduardo, o ano foi salvo pelos sucessos de Henrique de Lancaster na Aquitânia. Esta região, há muito negligenciada por Londres, foi reorganizada já em fevereiro de 1345 com a nomeação de um novo e mais prestigiado senescal, Lorde Stafford, que lançou operações em Blaye e Langon em junho. Em Paris, havia uma sensação de expectativa, sem saber ao certo de onde viria a principal ofensiva de Eduardo: Flandres? Bretanha? Aquitânia? Filipe VI estabeleceu suas forças no vale do Loire, onde permaneceu durante a maior parte do ano.

Foi no início de agosto que a força expedicionária do Conde de Derby desembarcou em Bordéus: 500 homens de armas, 1.000 arqueiros e 500 soldados de infantaria galeses. Henrique de Lancaster, o primeiro Conde de Derby e primo do rei, detinha o título de tenente da Aquitânia e gozava de total liberdade de ação. Era um homem excepcional: inteligente, um administrador e estrategista habilidoso, generoso, um bon vivant, amante das mulheres, da boa comida e de feitos cavalheirescos, personificava as aspirações dos aristocratas daquela época extravagante. Determinado a não perder tempo em intermináveis cercos a castelos obscuros, seu primeiro objetivo foi Bergerac, a principal fortaleza francesa no sul do Périgord, de onde partiam regularmente ataques devastadores. A cidade foi tomada de assalto em agosto, e os despojos foram enormes; centenas de prisioneiros, incluindo o Senescal do Périgord, foram resgatados. Derby então se deslocou do vale do Dordogne para o vale do Isle e sitiou Périgueux. Ele agora tinha, com reforços gascões e as tropas de Stafford, um imponente exército de cerca de 2.000 homens de armas e 5.000 arqueiros e infantaria montados.

Do lado francês, a defesa da Aquitânia foi confiada a João, Duque da Normandia, que não sabia bem por onde começar. Ele se estabeleceu em Limoges e enviou Luís de Poitiers, com pelo menos 3.000 homens de armas e o dobro de infantaria, para auxiliar Périgueux. A cerca de quinze quilômetros da cidade, os franceses pararam para sitiar o Castelo de Auberoche. Foi lá que foram surpreendidos, na manhã de 21 de outubro, pelas forças de Derby, que chegaram inesperadamente durante uma marcha noturna. A batalha se transformou em um desastre para Luís de Poitiers, que foi morto no confronto. A lista de prisioneiros era impressionante: um conde, sete viscondes, três barões, doze banneretes, um sobrinho do Papa e os senescais de Toulouse e Clermont. Nunca desde o início da guerra se havia arrecadado um montante tão grande de resgates. Só Lancaster acumulou uma fortuna, parte da qual cobriu todo o custo da construção de seu magnífico Palácio de Savoy, em Londres. Seus prisioneiros de Bergerac e Auberoche lhe renderam aproximadamente 70.000 libras. Seus tenentes também lucraram bastante. Foi a partir desse momento que a Inglaterra percebeu que a guerra na França poderia ser uma fonte de considerável ganho individual, desencadeando uma onda de alistamentos de uma multidão de nobres menores atraídos pela aventura e pela promessa de dinheiro fácil.

Após sua retumbante vitória, Lancaster, deixando algumas tropas em Périgueux, retornou ao rio Garona, conquistando diversas cidades fortificadas (bastides) ao longo do caminho, expulsando as guarnições francesas da área entre os rios Dordonha e Garona e sitiando La Réole. A cidade caiu em 8 de novembro. A cidadela ofereceu mais resistência, mas suas muralhas estavam ameaçadas pelas obras de cerco inglesas. Seguindo um procedimento bastante comum, o capitão prometeu se render caso não chegassem reforços em cinco semanas. O Duque da Normandia, tendo sido avisado, nada fez. Ele já havia desmobilizado seu exército. La Réole capitulou no início de janeiro de 1346. Langon e Sainte-Bazeille seguiram o exemplo.

A inação dos líderes franceses durante essa campanha teve duas consequências. Por um lado, desencadeou-se uma onda de lealdades ao Rei da Inglaterra entre os senhores locais, que mudavam de lado conforme as vicissitudes da guerra. Assim, a poderosa família Durfort de Duras, no norte de Agenais, reconheceu Eduardo III como seu suserano. Por outro lado, as comunidades locais começaram a organizar sua própria defesa, recusando-se a pagar impostos reais, cobrando seus próprios para manter as fortificações e estabelecendo um serviço armado dedicado exclusivamente à proteção de seu território. Isso levou ao início de uma fragmentação da soberania na Aquitânia francesa, especialmente nas regiões fronteiriças, presas entre bandos franceses e ingleses, guerras particulares e banditismo, que degeneraram em anarquia. O Bispo de Rodez, por exemplo, organizou a defesa de Rouergue de forma independente.

A queda de Aiguillon durante o inverno de 1345-1346 finalmente levou Filipe VI a reagir. A primeira prioridade era encontrar dinheiro. Os Estados Gerais da região de Langue-d'Oïl, reunidos em fevereiro no convento agostiniano em Paris, mostraram-se muito relutantes em prorrogar os impostos sobre o consumo e o sal. Foi-lhes oferecido um sistema alternativo: em troca da abolição desses impostos e de vários outros abusos, cada grupo de 200 famílias financiaria um homem de armas, juntamente com sua comitiva, por seis meses. No entanto, enquanto se aguardava o resultado das consultas com as comunidades locais, os impostos sobre o consumo e o sal foram prorrogados. Ao mesmo tempo, os Estados de Languedoc, reunidos em Toulouse, concederam, a contragosto, um imposto de 10 soldos por lareira. Tudo isso se mostrou insuficiente. Portanto, recorreu-se a empréstimos, mais ou menos forçados, de bancos italianos em Paris, de membros da corte, e a vários expedientes: confisco de propriedades rebeldes e venda de cartas de indulto. Acima de tudo, o Papa prestou auxílio considerável: Clemente VI autorizou Filipe a cobrar um décimo das receitas eclesiásticas do reino e emprestou-lhe 33.000 florins, ou cerca de 50.000 libras, além de outras quantias para Carlos de Blois e o Duque de Bourbon. A partir de então, o Papa apoiou incondicionalmente a causa dos Valois e financiou o esforço de guerra do rei francês. Esses acordos eram teoricamente secretos, mas Londres não se deixou enganar.

Ao mesmo tempo, Filipe recrutou mercenários em Aragão e na Itália: besteiros, soldados de infantaria e galeras. Todos esses esforços possibilitaram reunir um exército considerável sob o comando do incompetente João, Duque da Normandia e futuro rei: pelo menos 15.000 homens, incluindo 1.400 mercenários genoveses para uma campanha em larga escala na Aquitânia, que começou em 1º de agosto com o cerco de Aiguillon.

A cidade, na confluência dos rios Lot e Garona, era estrategicamente importante e bem defendida: um grande retângulo de muralhas delimitado longitudinalmente e transversalmente pelos dois rios. Em seu interior, localizavam-se duas aldeias fortificadas, Lunac e Le Fossat. O capitão da guarnição, Ralph Stafford, comandava 600 arqueiros e 300 homens de armas. O cerco prometia ser uma tarefa árdua. Jean, imprudentemente, arriscou sua honra ao jurar publicamente que não partiria até a queda da cidade, uma decisão que o manteria preso por meses antes de sua

humilhante derrota. Mesmo assim, ele empregou medidas drásticas: trincheiras para proteger a retaguarda do exército contra possíveis reforços; comunicação entre os três corpos do exército através da construção de uma ponte sobre o Garona e da captura da ponte de Clairac sobre o Lot; uma corrente bloqueando a navegação no Garona para impedir que suprimentos enviados de Bordéus chegassem à cidade; e o emprego de máquinas de cerco. Apesar disso, o cerco estagna. Durante ousadas investidas, os sitiados apoderam-se dos suprimentos dos sitiantes, que são os primeiros a sofrer com a fome: eles têm quinze vezes mais bocas para alimentar do que os ingleses, e os impostos sobre a zona rural circundante esgotam seus recursos. A disenteria se espalha. Jean permanece obstinado. Ele ainda está lá em agosto. E, enquanto isso, seu pai enfrenta problemas muito sérios no norte do país.

Crécy (26 de agosto de 1346)

Frustrado com a campanha de 1345, Eduardo III decidiu tomar uma atitude decisiva. Planejou atravessar o Canal da Mancha com o maior exército que já reunira: de 15.000 a 20.000 homens. Para tanto, preparativos imensos foram feitos durante todo o inverno. Nada foi negligenciado; a opinião pública foi manipulada por uma campanha de propaganda sem precedentes; proclamações espalharam notícias alarmistas sobre os supostos planos agressivos de Filipe VI. Milhares de arcos pintados de branco, dezenas de milhares de flechas, pregos, correntes, cordas e todo o restante do equipamento estratégico foram estocados nos arsenais da Torre de Londres e de Greenwich. Carne, vegetais, grãos e forragem foram enviados para Portsmouth, onde centenas de navios foram requisitados. Para o recrutamento de tropas, um novo sistema foi testado: todos os proprietários de terras seculares, cujos censos haviam sido realizados no ano anterior, eram obrigados a enviar um número de homens proporcional à sua renda: um arqueiro montado para uma renda de 5 libras, um *escudeiro* (cavaleiro de cavalaria ligeira) para uma renda de 10 libras, um homem de armas para 25 libras e vinte homens de armas para 500 libras. A questão essencial permanecia: o financiamento. O Parlamento havia aprovado um imposto bienal em 1344. Além disso, como na França, empréstimos forçados foram contraídos junto às cidades e ao clero, já que a família Bardi, falida, não era mais confiável.

Organizar uma expedição anfíbia dessa magnitude com os recursos do século XIV foi, por si só, uma façanha notável, mesmo que os preparativos tenham levado mais tempo do que o esperado. A data de partida foi adiada diversas vezes, de meados de fevereiro para 1º de março · depois para 1º de maio e · finalmente, para 15 de maio. No final de junho, Eduardo ainda se encontrava em Portchester, perto de Southampton, e os auxiliares do exército continuavam a chegar: carpinteiros, pedreiros, sapadores, ferreiros, engenheiros e escriturários. Havia ali 750 navios, capazes de transportar aproximadamente 15.000 combatentes.

Tal atividade não poderia passar despercebida pelo inimigo. Era evidente que um desembarque estava sendo preparado. Mas onde? E quando? Diante dessas duas questões clássicas, Filipe VI só podia especular e, na incerteza, esboçar uma muralha atlântica medieval: estacas foram fincadas no chão nas entradas dos principais portos, uma defesa insignificante. As galeras de Grimaldi também foram convocadas com urgência, mas, tendo partido de Nice, chegariam tarde demais. O rei da França tinha ainda menos chances de saber o local e a hora, já que o próprio Eduardo não conseguia se decidir. Ele mudou de ideia várias vezes. Em um dado momento, tentado pela Aquitânia, finalmente, no último minuto, escolheu a Península de Cotentin. A costa normanda parecia ideal para desembarques. A escolha se devia à proximidade de Southampton e Portsmouth e, sem dúvida, à sugestão de Godofredo de Harcourt, que estaria em terreno familiar por lá. Para

confundir ainda mais as coisas, Eduardo espalhou um boato falso: a operação ocorreria na Flandres, onde Hugo Hastings foi encarregado de liderar uma manobra de diversão. Além disso, no início de julho, todas as partidas de navios de Londres, Dover, Sandwich e Winchelsea foram proibidas, a fim de bloquear espiões franceses. Em Paris, os nervos estavam à flor da pele. O rei chamou de volta o Condestável, que estava no cerco de Aiguillon, e enviou mensageiros pedindo a David que atacasse o norte da Inglaterra para atrair as tropas inglesas. Foi um fracasso.

Finalmente, na manhã de 12 de julho de 1346, a frota inglesa apareceu ao largo de Saint-Vaast-la-Hougue. O desembarque — homens, cavalos e equipamentos — levou cinco dias. Prosseguiu sem resistência. A população local havia fugido. O plano era marchar sobre Rouen e depois subir o vale do Sena em direção a Paris. O rei deu instruções rigorosas: ele estava em seu reino, os franceses eram seus súditos, portanto, os soldados estavam proibidos de saquear, incendiar, estuprar ou matar civis. Essas proibições nunca foram respeitadas, e o exército inglês deixou um rastro de devastação: Saint-Vaast, Cherbourg e Valognes foram destruídas, vilarejos e abadias foram incendiados ao longo de mais de vinte quilômetros. Em Saint-Lô, a população foi massacrada. Os despojos foram empilhados nos navios, que seguiram o exército ao longo da costa. O primeiro obstáculo sério foi Caen, onde o Condestável Raoul II d'Eu estava estacionado com mais de 1.000 homens. Mas a cidade foi rapidamente tomada por um ataque surpresa das tropas do Príncipe de Gales, então com dezesseis anos, e do Conde de Warwick. Seguiram-se saques e massacres: estima-se que 5.000 homens, mulheres e crianças tenham sido deixados mortos nas ruas. Uma enorme quantidade de bens foi saqueada e vários prisioneiros ricos foram resgatados: o Condestável, o Camareiro, 100 cavaleiros, 120 lordes de alta patente e numerosos burgueses abastados. Nenhuma tentativa foi feita para capturar o castelo, que foi deixado para trás sob o controle da guarnição francesa, e a marcha para o leste continuou. Os prisioneiros, que sobrecarregavam o exército, foram embarcados em Ouistreham rumo à Inglaterra. Uma carga valiosa, que traria uma fortuna aos vencedores. O Príncipe de Gales resgatará o Lorde de Tancarville, Camareiro, de Sir Thomas Daniel por 1.000 marcos e receberá 6.000 libras em resgate. O Condestável é inicialmente resgatado pelo Rei de Sir Thomas Holland por 80.000 florins, sendo libertado sob palavra após três anos para receber o resgate. Esse influxo de bens roubados e prisioneiros constitui uma poderosa ferramenta de propaganda para a guerra do Rei, que envia boletins e proclamações de vitória para serem lidos nas igrejas. Missas e procissões de ação de graças promovem ainda mais a sua causa.

Em 31 de julho, partiram novamente para Rouen. Filipe VI, que havia recuperado o essencial oriflamme de Saint-Denis no dia 22, convocou a retaguarda no dia 29 e ordenou que seu filho, ainda ocupado com o cerco de Aiguillon, a 600 quilômetros de distância, retornasse imediatamente. Ele hesitou sobre qual curso de ação tomar e tentou, sem muita esperança, chegar a um acordo por meio dos cardeais enviados por Clemente VI, que ainda acompanhavam os exércitos. Propôs a devolução de Ponthieu e da parte da Aquitânia conquistada durante a Guerra de Saint-Sardos, mas esses territórios continuariam sendo mantidos como feudos. Eduardo, que estava em uma posição muito vantajosa, recusou categoricamente.

Contudo, o rei da Inglaterra agora enfrentava um problema. Ele havia chegado ao Sena em Elbeuf e considerava retornar à Inglaterra. Não possuía equipamento de cerco suficiente para atacar Rouen, muito menos Paris. Precisava atravessar o Sena para chegar a um porto no norte da França. Mas entre Elbeuf e Paris, havia apenas quatro pontes principais, todas fortemente defendidas por cidades fortificadas durante um cerco, o que permitia a destruição das pontes: Pont-de-l'Arche, Vernon, Mantes e Meulan. Os ingleses avançaram pelo vale do Sena, ao longo da

margem esquerda, e chegaram a trinta quilômetros de Paris. Filipe VI mandou destruir a ponte de Poissy e se estabeleceu em Saint-Denis. Eduardo, chegando a Poissy em 13 de agosto, reconstruiu às pressas uma ponte de madeira utilizando os pilares da antiga, e no dia 14, seu exército começou a atravessá-la.

Pego de surpresa, Filipe, ainda em Saint-Denis, tentou ingenuamente outra manobra: propôs a Eduardo que organizassem uma batalha ao sul de Paris, entre os subúrbios de Saint-Germain e Vaugirard. Era zona rural, o terreno era plano e as poucas cabanas poderiam ser demolidas: seria um ponto de encontro ideal. Eduardo insinuou que concordava. O exército francês então cruzou Paris em 15 de agosto para se posicionar na margem sul, na planície de Vaugirard. No dia 16, os ingleses, agora na margem oposta, destruíram a ponte atrás deles e avançaram para o norte. Filipe havia sido enganado, como Eduardo lhe apontou em uma carta irônica: "Você deveria ter me atacado durante os três dias em que meu exército estava atravessando em Poissy!"

Ridicularizado, Filipe reagiu. Atravessando Paris novamente, partiu em perseguição a Eduardo, cujo exército perdia tempo saqueando pelo caminho. Após os desembarques na Normandia, era uma corrida para o mar. E os franceses foram os mais rápidos: chegando primeiro ao Somme, cruzaram e cortaram todas as pontes entre Abbeville e Amiens. Eduardo, tendo alcançado a vila de Airanes, deparou-se com o mesmo problema de Poissy: como atravessar o Somme e seu vale pantanoso, com o inimigo na outra margem? Filipe, acreditando que ele estava encurralado, partiu de Amiens em 23 de agosto e veio ao seu encontro pela margem sul. Eduardo recuou para oeste e, na noite do dia 24, seu exército, guiado por um prisioneiro de guerra, conseguiu atravessar o Somme na passagem de Blanchetaque, apesar da presença, na outra margem, de um corpo inimigo sob o comando de Godemar du Fay. Foi um feito notável, realizado na maré baixa, que impediu os franceses, que chegaram algumas horas depois, de seguirem a mesma rota. Eles retornaram a Abbeville e não retomaram sua marcha para o norte até a manhã do dia 26.

Os ingleses, após terem passado o dia 25 reabastecendo-se saqueando e incendiando Le Crotoy, encontraram um local ideal para confrontar Filipe: a suave encosta entre as aldeias de Crécy e Wadicourt. Eduardo III teve tempo suficiente para posicionar suas forças, cerca de 10.000 homens, na formação agora clássica: no centro, a infantaria, com o Príncipe de Gales, os Condes de Warwick e Northampton na primeira fila, e o próprio rei na segunda. Nos flancos, ligeiramente à frente, estavam os arqueiros, protegidos por caltrops e carroças de bagagem, sob as quais também estavam posicionados cerca de uma centena de "ribaudeaux", pequenos canhões usados pela primeira vez em batalha campal, "para assombrar" o inimigo com seu estrondo, como os descreveu Froissart.

Os franceses chegaram no final da manhã de 26 de agosto, após uma marcha de vinte quilômetros; estavam espalhados por uma distância considerável: enquanto as primeiras tropas surgiram diante de Crécy, as últimas ainda estavam em Abbeville. Alguns membros da comitiva do rei queriam esperar até que todos estivessem presentes, para então flanquear os ingleses pelo norte. Mas Filipe não podia se dar ao luxo de recusar a batalha pela quarta vez, quando tinha uma significativa superioridade numérica: aproximadamente 20.000 homens, que ele rapidamente dispôs em três linhas. Na frente estavam os besteiros genoveses, com os 300 cavaleiros alemães e checos de João de Luxemburgo; na segunda linha, a nata da cavalaria francesa; e na terceira, o rei e os cavaleiros restantes. A infantaria continuou a chegar em pequenos grupos ao longo do dia e ocupou posições nos flancos. Improvisação e desordem de um lado, uma formação defensiva impecável do outro. Tudo estava pronto para um desastre francês.

A batalha começou por volta das cinco da tarde, deixando pouco tempo para lutar. Uma tempestade irrompeu. Os besteiros genoveses avançaram, disparando seus virotes. Mas, estando muito distantes, não causaram baixas. Os arqueiros ingleses revidaram; o arco longo tinha um alcance maior que a besta e uma cadência de tiro mais rápida. Os genoveses estavam desprotegidos, pois os escudeiros, que normalmente carregavam um escudo à frente, ainda não haviam chegado. Dizimados pela chuva de flechas, recuaram em disparada. Do alto de seus destriers, os cavaleiros franceses, furiosos com esses incompetentes, esses covardes, começaram a atacar sem esperar por ordens. Encontraram milhares de soldados de infantaria correndo na direção oposta para se proteger das flechas; atropelaram-nos, mas o ímpeto foi quebrado, os cavalos ficaram desorientados e, então, milhares de flechas caíram sobre eles, enquanto as rajadas de tiros dos tumultos enfureciam as montarias. Os que caem à frente tornam-se obstáculos para os que vêm por trás, que tropeçam nos mortos e feridos; tudo está emaranhado numa desordem indescritível. Os que alcançam as primeiras fileiras inglesas lutam furiosamente; o jovem Príncipe de Gales, ao que parece, realiza feitos heroicos. João de Luxemburgo, o rei cego da Boêmia, pede para ser conduzido ao centro da batalha; arrancado do cavalo, é morto no local. Os cavaleiros ingleses da segunda linha remontam e terminam o serviço. Filipe VI, que tem dois cavalos mortos sob si, foge, deixando para trás o oriflamme e o estandarte reais. A batalha termina ao cair da noite.

No dia seguinte, 27 de agosto, arautos percorreram o campo de batalha para registrar os nomes dos nobres caídos, identificáveis por seus brasões. Do lado francês, a lista, embora longe de estar completa, incluía 1.542 nomes, entre eles os do irmão do rei, o Duque de Alençon; seu sobrinho, Luís, Conde de Blois, irmão de Carlos de Blois; Luís de Nevers, Conde de Flandres; o Duque de Lorena; e o Conde de Harcourt, irmão de Godofredo de Harcourt, que havia lutado no lado oposto. Os cadáveres dos soldados de infantaria, em número de milhares, foram empilhados em valas comuns. Do lado inglês, 42 homens de armas e várias dezenas de arqueiros foram mortos. Considerada em si mesma, a vitória em Crécy, em sua simplicidade, é uma das mais completas da Idade Média.

1346, *Annus mirabilis* para Eduardo III

Estrategicamente, suas consequências são debatidas. De fato, pode-se argumentar que a grande expedição de Eduardo III não alcançou seus objetivos. Se o rei da Inglaterra almejava conquistar seu reino da França, foi um fracasso duplo: todas as cidades e vilas capturadas desde o desembarque em Saint-Vaast foram perdidas novamente poucas semanas depois, e os ingleses não ganharam um centímetro sequer de terreno na França. Geoffroy d'Harcourt, além disso, desapontado, voltou para o lado de Filipe VI. Pior ainda: ao não fazer cumprir a proibição de pilhagem e violência, Eduardo não se apresentou como soberano do povo francês, mas como inimigo. Deixou para trás apenas um longo rastro de devastação e massacres, que ampliou ainda mais após Crécy: retomando sua marcha para o norte em 30 de agosto, contornou as cidades fortificadas, mas destruiu Étaples e Wissant, e incendiou todas as vilas.

Ao chegar à cidade de Wimille, decidiu sitiar Calais, cuja localização era ideal como cabeça de ponte para futuras expedições. Este foi, sem dúvida, o principal benefício da vitória em Crécy: Eduardo III, tendo aniquilado o exército francês, dispôs de vários meses para se concentrar num grande cerco. Filipe VI, atordoado, desonrado e humilhado, procurou bodes expiatórios para a sua derrota: os genoveses, acusados de traição, foram culpados. Ordenou a execução de todos os que sobreviveram à batalha. Para ele, 1346 foi verdadeiramente um *annus horribilis* , pois os desastres não se limitaram a Crécy. Más notícias chegaram de todos os teatros de operações.

Na Bretanha, Carlos de Blois foi mantido à distância por Thomas Dagworth que, apesar de forças muito inferiores, infligiu-lhe uma derrota perto de Saint-Pol-de-Léon, em 9 de junho. Um ano depois, a situação era muito pior: em 20 de junho de 1347, Dagworth surpreendeu o exército de Carlos de Blois ao amanhecer, enquanto este sitiava a pequena cidade de La Roche-Derrien, e a aniquilou completamente: aproximadamente 700 cavaleiros foram mortos, incluindo o Visconde de Rohan, os senhores de Châteaubriand, Laval, Malestroit e Rougé. O próprio Carlos de Blois, gravemente ferido, foi capturado. Enviado para Vannes, recebeu cuidados meticulosos, pois valia uma fortuna: Dagworth vendeu-o a Eduardo III por 25.000 écus, e ele foi aprisionado na Torre de Londres no outono de 1348, enquanto se calculava o seu resgate. Filipe VI nomeou então Amaury de Craon como seu tenente na Bretanha, mas o ducado tornou-se um campo fechado, entregue aos abusos de gangues internacionais que atuavam quase sem controle.

Do lado inglês, o sistema de Eduardo III consistia essencialmente em usar empresários militares privados que empregavam seus próprios homens e gozavam de total liberdade de ação. Eram verdadeiros corsários, não pagos pela coroa, mas vivendo da terra, tributando e roubando a população local. Isso não custava nada ao rei e, ao mesmo tempo, era uma maneira eficaz tanto de ocupar o inimigo quanto de livrar o país de arruaceiros. Voluntários acorreram à causa, atraídos pela pilhagem e por um estilo de vida que os colocava quase completamente à margem da lei. Os 300 homens de armas e 200 arqueiros que seguiam Dagworth eram um grupo heterogêneo, que ia de foras da lei a jovens nobres empobrecidos que preferiam uma vida de aventura à de clérigo. A Bretanha era seu território de caça, onde desfrutavam de riqueza e mulheres impunemente. Entre eles, havia ingleses, flamengos, bretões, italianos e espanhóis. Seu empregador, Thomas Dagworth, era um cavaleiro de Suffolk, cunhado do Conde de Northampton e um excelente soldado profissional. Ele tinha total liberdade de ação sob seu contrato com o rei, que podia ser revogado a qualquer momento. No sudeste da península, outro aventureiro, menos conhecido, Raoul de Caours, caçava. Muitos ingleses já estavam se estabelecendo na Bretanha nessa época, alguns casando-se, como Richard Totesham, capitão de La Roche-Derrien. Por meio desse sistema, a Bretanha escapou efetivamente do controle de Filipe VI.

Assim como a Escócia lhe escapou, em meados de outubro de 1346, o exército inglês, comandado pelo ferozmente belicoso Arcebispo de York, William de La Zouche, aniquilou as forças de David II na Batalha de Neville's Cross, perto de Durham. David, um líder medíocre, conduzia uma devastadora incursão no norte da Inglaterra. Na batalha, ele tentou replicar o posicionamento das tropas que havia garantido o sucesso inglês em Dupplin Moor e Halidon Hill, mas o terreno foi mal escolhido e os escoceses foram forçados a atacar primeiro. Foi outro massacre. O Condestável, o Marechal e o Camareiro da Escócia foram mortos, juntamente com centenas de outros. Para piorar a situação, David foi capturado e enviado, junto com William Douglas, para a Torre de Londres, que agora abrigava a maior concentração de figuras aristocráticas da Europa. Reis, duques, príncipes e condes disputavam posições ali, todos prisioneiros valiosos — franceses, escoceses, bretões. Eduardo já não sabia onde colocar seus prisioneiros. Ele comprou David II por um pagamento anual de 500 libras do homem que o havia capturado. O Rei da Escócia permaneceria por onze anos nessa gaiola, nada dourada.

Mas não é só isso. Na Aquitânia, Henrique de Lancaster continuou suas façanhas. Após o fracassado cerco de Aiguillon em 20 de agosto de 1346 e a partida do Duque da Normandia, João, Conde de Armagnac, tornou-se tenente do rei francês. Mas, sem tropas e enfrentando instruções contraditórias, não conseguiu resistir à formidável chevauchée do Conde de Derby (Lancaster) em setembro e outubro. Partindo de La Réole em 12 de setembro com 1.000 homens de armas e talvez

2.000 soldados de infantaria, rumou para o norte. Dois dias de marcha forçada o levaram a Saint-Jean-d'Angély, que foi tomada no primeiro ataque e imediatamente saqueada. A marcha foi retomada a um ritmo de 35 quilômetros por dia. Mal houve tempo para pilhar Lusignan no caminho, pois o objetivo era muito mais importante: Poitiers.

Situada longe dos combates, a cidade havia negligenciado suas defesas, que estavam incompletas e mal conservadas. Os anglo-gascões rapidamente encontraram uma brecha e invadiram a cidade em 4 de outubro. A trilogia usual de estupro, massacre e pilhagem se desenrolou então. A cidade tinha dezenas de igrejas, repletas de tesouros; não havia carroças suficientes para transportar tudo.

Em 12 de outubro, Lancaster retomou sua marcha em direção a Bordéus, conquistando Tonnay-Boutonne, Tonnay-Charente, Rochefort, Soubise e a Île d'Oléron ao longo do caminho. O objetivo de seu ataque não era a conquista territorial, mas sim a devastação, o saque e o terror. Esses objetivos foram plenamente alcançados, a ponto de, por exemplo, o bispo de Maillezais, a oeste de Niort, aconselhar seus paroquianos a não resistirem: não demonstravam os sucessos ingleses, perguntava ele, que Deus estava do lado de Eduardo, o verdadeiro rei da França? Lancaster deixou guarnições apenas em alguns locais, a fim de estabelecer centros de banditismo e insegurança em território francês, como Lusignan. Ele não perdeu tempo em atacar cidades capazes de resistir, como Niort e Saint-Maixent, mas, em vez disso, transformou o Vale do Boutonne, de Saint-Jean-d'Angély a Rochefort, na nova linha defensiva da Aquitânia inglesa. Simultaneamente, Gaillard de Durfort lançou incursões em Quercy, chegando até Cahors, e em Corrèze, onde capturou Tulle em novembro. No entanto, o sudoeste mergulhou na anarquia, com os senhores locais explorando o vácuo de poder nas fronteiras e nos territórios franceses para resolver suas disputas particulares sob o pretexto da guerra entre os dois reis. Mas, no final de 1346, o apoio à causa inglesa crescia. Em 3 de janeiro de 1347, Bazas rendeu-se a Eduardo III.

Ele ainda está acampado nos arredores de Calais. Sabe que o cerco será longo. Calais é uma cidade modesta, com cerca de 7.500 habitantes, mas muito bem fortificada: um grande retângulo de muralhas do século XIII , com o castelo no canto noroeste; e ao redor, pântanos e lodaçais que se estendem por vários quilômetros, o que impede a sabotagem e o uso de máquinas de cerco pesadas. Este território anfíbio só é transitável por algumas estradas elevadas. A cidade é defendida por Jean de Vienne e Jean du Fosseux. Os ingleses, talvez 15.000 homens, estão montando seus acampamentos no terreno firme além dos pântanos. Seus suprimentos vêm da Flandres, por terra. Os flamengos, ainda aliados de Eduardo, também desempenharam um papel significativo, participando de operações de diversão para impedir que quaisquer exércitos de socorro franceses interrompessem o cerco: a devastação de Artois e a captura de Thérouanne em 19 de setembro de 1346.

Filipe VI, ainda abalado pela Batalha de Crécy, não sabia como socorrer Calais. Convocou as galeras genovesas que, em 17 de setembro, interceptaram 25 navios ingleses que se preparavam para reabastecer os sitiantes. Mas em terra, o rei da França não conseguiu reunir um exército. Os recursos eram escassos; os contribuintes estavam cada vez mais relutantes em arcar com resultados tão desastrosos. Os vassalos já não respondiam às convocações: em 1º de outubro apenas um punhado de cavaleiros compareceu a Compiègne; outro exército foi convocado a Orléans para marchar até a Aquitânia, mas a convocação foi posteriormente cancelada. Durante o inverno, as exigências dos cobradores de impostos, auxílios, impostos sobre o sal, multiplicados, e expedientes tiveram que ser usados para encher os cofres: confisco da renda de clérigos ausentes, de agiotas

italianos, cobrança de um dízimo sobre a renda da Igreja, novamente autorizada pelo papa, preparação de novas manipulações monetárias.

A derrota semeou discórdia na corte real. Filipe VI responsabilizou seus servos. Figuras militares como Godemar du Fay e o Marechal Charles de Montmorency foram demitidas; financistas como Pierre des Essarts, um dos membros mais ativos da Câmara de Contas, foram presos; e expurgos foram realizados na administração financeira. As relações entre o rei e seus filhos deterioraram-se, assim como as entre o rei e seu sogro, o Duque da Borgonha. No final de 1346, Filipe VI estava impotente.

1347: Calais

O principal evento de 1347 foi o cerco de Calais. No início de janeiro, já durava quatro meses e ameaçava prolongar-se indefinidamente, pois os ingleses não conseguiam cortar as linhas de abastecimento da cidade por mar. Comboios de Dieppe e Saint-Valéry traziam alimentos repetidamente: mais 1.000 toneladas em março e abril. Enquanto isso, os sitiantes lutavam contra a lama e o frio. O moral despencou. Os ataques fracassaram, principalmente devido ao terreno. Por exemplo, em novembro de 1346, tentou-se escalar as muralhas usando longas escadas de 10 metros apoiadas em pequenos barcos de fundo chato. Foi em vão. Um ataque final foi tentado em 27 de fevereiro, novamente sem sucesso. As deserções aumentaram.

E este cerco está custando uma fortuna. Mas Eduardo III apostou sua reputação nisso. Desistir agora seria perder a face. Portanto, mais dinheiro é necessário. Após os sucessos de 1346, o crédito do rei está no auge, e a propaganda ativa mantém a população inglesa em suspense quanto ao cerco. Em março, recorre-se à solução prática de confiscar lã na forma de um empréstimo forçado: um consórcio de mercadores, liderado por Walter Chiriton, compra 20.000 sacos por 66.000 libras, com a obrigação de revendê-los. Outro consórcio, liderado pelo londrino Henry Picard, toma a coroa como garantia por 20.000 libras. Um imposto adicional é cobrado sobre as exportações. Tudo isso possibilita equipar cerca de cem navios, que em abril controlam o Estreito de Dover. Ao mesmo tempo, os ingleses tomam o banco de areia que controla a entrada do porto, Rysbank. Eles instalaram um forte e canhões ali: os comboios de suprimentos não passariam mais.

Além disso, para evitar uma possível intervenção francesa em Calais, Eduardo encorajou seus aliados flamengos a continuarem seus ataques a Artois. Com a morte de Luís de Nevers em Crécy, o novo Conde de Flandres passou a ser seu filho de dezesseis anos, Luís de Mâle. Até março de 1347, ele permaneceu em Flandres sob a vigilância atenta dos representantes da cidade, e Eduardo esperava arranjar um casamento entre ele e sua filha, Isabel. No entanto, ele fugiu para a corte francesa e, em abril e maio, eclodiram combates nas fronteiras de Flandres e Artois.

Em 18 de março de 1347, Filipe VI foi a Saint-Denis para buscar um novo oriflamme. O gesto foi ainda mais simbólico do que o habitual, pois ninguém atendera ao chamado em abril. Os nobres estavam desanimados e arruinados. Durante dez anos, a guerra os obrigara a gastos sem precedentes com equipamentos, sem mencionar a obrigação de muitos deles pagarem resgates. Um exemplo entre centenas: Pierre de Messelan, um nobre cavaleiro da região de Gâtinais, devia 14.565 libras a banqueiros italianos; ele foi morto em Crécy; sua família teve que vender todas as suas propriedades e engrossar as fileiras da nobreza empobrecida. Outros foram prisioneiros; outros ainda mudaram de lado; este foi o caso de um grande número de nobres borgonheses em 1346. O rei, portanto, teve grande dificuldade em reunir um exército, e mesmo assim, este só ficou pronto em junho. Sob a liderança de Luís de Espanha e Édouard de Beaujeu, atacou sem sucesso

Cassel, e em 23 de junho Filipe acampou em Hesdin, 80 quilômetros ao sul de Calais, com a intenção de socorrer a cidade.

É tarde demais. Eduardo III agora tem toda a força da Inglaterra sob seu comando, o maior exército já mobilizado no continente por um monarca inglês: 32.000 homens, incluindo 20.000 arqueiros, 5.300 homens de armas e 6.600 soldados de infantaria; um fluxo constante de quase 700 navios, com 15.000 tripulantes, traz comida, equipamentos e tropas frescas todos os dias. Todos os senhores da guerra estão reunidos ao redor do rei: Lancaster, de volta da Aquitânia; Northampton; Mauny; Warwick; e o Príncipe de Gales. Um pouco mais a leste, 20.000 soldados flamengos estão estacionados, juntamente com o Marquês de Jülich.

Quando Filipe VI chegou com seus 15.000 homens às alturas de Sangatte em 27 de julho, percebeu que qualquer tentativa de batalha seria uma loucura. Em Calais, tudo estava perdido. Todo o gado havia sido devorado. As bocas dos pobres haviam sido expulsas durante o inverno: 500 mulheres, crianças, idosos e enfermos, que os ingleses haviam encurralado contra as muralhas e deixado para morrer de fome nas valas. João de Vienne enviou uma mensagem de socorro a Filipe, que fez uma última tentativa de negociação, novamente por meio dos cardeais: de 27 a 30 de julho, duas delegações se encontraram, mas o rei da França não tinha nada melhor a oferecer do que toda a Aquitânia como feudo. Eduardo recusou. No dia 31, outra delegação francesa chegou: Filipe VI propôs uma batalha campal, em terreno seco e firme, em um local a ser escolhido por oito cavaleiros, quatro de cada lado. Eduardo III, apesar de seu espírito cavalheiresco, não estava disposto a arriscar o resultado de um cerco de onze meses quando detinha todas as vantagens. Em 1º de agosto o exército francês deixou Sangatte. No dia 2, Jean de Vienne exigiu as condições de Eduardo III. Elas eram implacáveis: confisco de todas as propriedades; resgate para todos os que pudessem pagar; e execução de todos os demais. Devemos ao cronista Jean le Bel o relato desses eventos finais, que parece preciso em linhas gerais: "Vocês o desafiaram por tempo demais, muito dinheiro foi gasto, muitas vidas foram perdidas", teria dito Jean de Vienne. Mas o séquito de Eduardo estava apreensivo: "Se algum dia nos encontrarmos na mesma situação, eles não terão piedade de nós", argumentou Walter Mauny ao rei, que cedeu. Todos os seus bens seriam confiscados, mas ele lhes concedeu a vida, com exceção de seis burgueses, que trariam as chaves nas mangas das camisas, com cordas em volta do pescoço. A cena tornou-se uma imagem popular, um dos símbolos da grande epopeia das guerras anglo-francesas. Os seis burgueses chegaram; Eduardo, implacável, convocou o carrasco para decapitá-los ali mesmo (então, qual era o propósito da corda que lhes haviam pedido para trazer?); protestos se seguiram; a rainha interveio e, finalmente, o rei cedeu mais uma vez. A encenação teatral lembra a rendição de Vercingetórix a César. Paradoxalmente, são os vencidos que se beneficiam a cada vez: os burgueses de Calais alimentarão a lenda negra dos ingleses na França por séculos.

O resto é mais realista. A cidade é esvaziada de seus habitantes, que são expulsos sem nada além de um pedaço de pão. Todos os bens móveis são distribuídos como espólio de guerra, e voluntários são convocados na Inglaterra para repovoar Calais com colonos. Em poucas semanas, 200 pessoas se apresentam. A cidade se torna território inglês por mais de dois séculos, "a chave e a fechadura que nos abrirão o caminho para a França", declara o rei.

A vantagem estratégica era clara: um ponto de desembarque aberto o ano todo, a 30 quilômetros da costa inglesa, oferecendo a possibilidade de estacionar tropas e suprimentos sem riscos. O território ocupado estendia-se por vários quilômetros de áreas pantanosas, protegidas por fortes, inicialmente de madeira e posteriormente de pedra. A cidade foi gradualmente repovoada por uma população cosmopolita, onde flamengos, italianos e espanhóis se misturavam com

ingleses e franceses. Mas Calais era, antes de tudo, uma cidade-guarnição: aproximadamente 1.200 homens ali estacionados permanentemente, sob a autoridade do Capitão de Calais, um soldado profissional, que tinha o Condestável do castelo sob seu comando. Toda uma administração foi estabelecida, com um tesoureiro, um recebedor, um administrador e um marechal, para organizar os armazéns e manter a ordem. Uma casa da moeda produzia moedas para pagar a guarnição. A cidade funcionava como um sistema fechado, um enclave em território inimigo, uma espécie de Gibraltar medieval e do norte. Tudo vinha da Inglaterra, principalmente de Kent e Essex. No entanto, existe um lado negativo: o custo exorbitante de manutenção deste posto avançado: 14.000 libras por ano, das quais 85% provêm do Tesouro em Londres. Quase o mesmo que toda a Aquitânia, mesmo durante períodos de trégua. Calais é uma porta de entrada para as incursões militares do rei e um fardo para o contribuinte inglês.

A cidade capitulou em 3 de agosto. No dia 7, em Hesdin, Filipe VI desmobilizou seu exército, acreditando que a campanha havia terminado. Um erro que poderia ter sido fatal. Para Eduardo III, a temporada não havia acabado: por que não aproveitar a oportunidade de ter um vasto exército à sua disposição, livre para se mover como bem entendesse, e um adversário desarmado, para conquistar "seu" reino da França? O Príncipe de Gales já estava lançando um ataque a Artois, e Lancaster havia tomado Fauquembergues, a 50 quilômetros de Calais. O pânico tomou conta de Filipe VI, que imediatamente convocou seu exército de volta para 1º de setembro.

De ambos os lados, tratava-se de pura bravata. Na realidade, ambos os adversários estavam exaustos, financeiramente falando. Estavam, portanto, dispostos a ouvir os cardeais que, em setembro, garantiram a assinatura da Trégua de Calais, com duração prevista até 7 de julho de 1348. Tal como nas tréguas anteriores, cada lado manteve os territórios conquistados, o que foi inteiramente vantajoso para Eduardo em todas as frentes. Os flamengos mantiveram a sua independência e o rei de França não deveria impedir a sua liberdade de circulação e comércio.

Do lado inglês, alguns nobres ficaram desapontados, imaginando que o rei poderia ter aproveitado sua vantagem naquele momento para alcançar uma vitória decisiva. Eduardo III parecia formidável em setembro de 1347; seu prestígio era imenso em toda a Europa. Príncipes alemães lhe ofereceram a coroa real; o rei de Castela pediu a mão de sua filha Joana em casamento para seu filho. Mas Eduardo demonstrou realismo. Ele finalmente havia compreendido as limitações financeiras de seu reino. Sabia que estava no limite de seus recursos após um cerco que lhe custara uma fortuna colossal. Um de seus credores, Walter Chiriton, havia até falido. Insistir na reivindicação da coroa francesa naquele momento seria loucura. Para ele, era apenas um meio de exercer pressão nas negociações. O que importava eram os territórios.

Filipe VI, por sua vez, encontrava-se em seu ponto mais baixo. Aos cinquenta e cinco anos, obeso, humilhado e desprezado por muitos por seus fracassos e hesitações, ele não conseguia mais escapar nem mesmo das críticas diretas dos Estados Gerais, reunidos em Paris em 30 de novembro. Os delegados exigiam sanções, reformas e uma vigorosa reafirmação do controle sobre a guerra, oferecendo para esse fim um imposto de 2.500.000 libras tournois para 1348. A oferta era proporcional às humilhações sofridas pelo reino desde 1346. Também demonstrava que a monarquia Valois ainda possuía recursos enormes, muito superiores aos dos Plantagenetas. Após dez anos de guerra, o resultado estava longe de ser certo.

1348: A peste interrompe a guerra

Mas em 1348, outro cavaleiro do Apocalipse assumiu o controle: a peste. E seus efeitos foram muito mais mortais do que os da guerra: esta matava aos milhares, a peste aos milhões. Peste

bubônica da pior espécie, transmissível pelo ar e por pulgas. Seus estragos foram rápidos e devastadores: ninguém sobrevivia mais de uma semana com os bubões e manchas negras na pele. Chegando do Oriente em pulgas de ratos em um navio genovês, já no final de 1347 na Itália, a epidemia se espalhou para a França na primavera de 1348, via Marselha, Narbona, Montpellier e subindo o Vale do Ródano; Lyon em abril, Borgonha em julho, Paris em agosto. Ao mesmo tempo, os primeiros casos foram registrados na Inglaterra, na costa de Dorset, e de lá o contágio se espalhou para o oeste, através de Somerset, e para o leste, através de Norfolk. Londres foi atingida em outubro, e a onda mortal se espalhou até a Escócia. Toda a Europa foi afetada. Após uma relativa calmaria durante o inverno, a epidemia retornou com vigor renovado na primavera de 1349 e, a partir de então, não cessou as populações ocidentais por quase 150 anos, com tréguas, como guerras, períodos de trégua e ressurgimentos brutais, localizados ou generalizados, sendo os de 1361-62, 1369, 1375 na Inglaterra, 1379-83 no continente, 1400-01, 1420, 1433-34, 1438-39, 1457-58, 1481-85 e 1490 os mais terríveis.

A primeira onda, a de 1348-49, semeou terror e pânico. Vinte a vinte e cinco por cento da população pereceu, 35% ou mais em algumas cidades, e 44% do clero nas dioceses de York e Lincoln. A população inglesa caiu para três milhões em 1350. A nobreza, melhor alimentada e vivendo em condições mais higiênicas, talvez tenha sido menos afetada em termos relativos, mas os poderosos não foram poupados: na França, o Duque da Borgonha morreu em abril de 1349, seguido pela rainha, a Duquesa da Normandia e o chanceler. O governo ficou desorganizado: o rei vagou por várias semanas pelas regiões de Gâtinais e Brie, sem chancelaria, pois o clero estava morto ou havia fugido. As repercussões financeiras foram consideráveis: uma diminuição no número de contribuintes, desorganização das comunidades, migrações populacionais, abandono de colheitas e mortes de cobradores de impostos. As receitas dos senhorios entraram em colapso e a mão de obra tornou-se escassa: a crise da nobreza aprofundou-se, enquanto os salários dispararam devido à falta de trabalhadores. As tensões sociais agravaram-se num clima de temores escatológicos exacerbados que alimentaram comportamentos irracionais: pogroms, procissões de flagelantes e profecias apocalípticas.

Será que ainda é possível travar uma guerra eficaz quando tudo está tão desorganizado? Certamente, a peste não matou todos; sobreviventes suficientes permaneceram para continuar lutando entre si com espadas. Não parece ter havido qualquer dificuldade em recrutar soldados. A mortalidade afetou desproporcionalmente os muito jovens, criando uma lacuna geracional para os recrutadores a partir de 1365, embora a alta taxa de natalidade tenha atenuado significativamente essa lacuna. Foram principalmente as consequências financeiras e a desorganização dos serviços administrativos que complicaram a situação. Esta é uma das razões pelas quais Eduardo III propôs a extensão da Trégua de Calais em maio de 1348 e por que, durante o verão, Filipe VI também teve que adiar seus planos de vingança. A peste foi a maneira mais eficaz de interromper a guerra.

Mas a peste foi menos devastadora que a guerra, e parece que essa catástrofe sem precedentes não afetou profundamente o curso da Guerra dos Cem Anos. A Peste Negra foi apenas um breve interlúdio na luta entre Filipe VI e Eduardo III.

3
De Calais a Brétigny

As desventuras do reino da França
(1348-1360)

Após os desastres de 1346-1347, a peste de 1348-1349 e, logo em seguida, a catástrofe de Poitiers (1356), a França mergulhou gradualmente na anarquia. Todas as suas estruturas — sociais, políticas e econômicas — desintegraram-se. Desmembrado, devastado, invadido, entregue às ambições de Carlos, o Mau, aos ataques do Príncipe Negro e às andanças das companhias mercenárias, abalado pela revolta dos Jacquerie e pela revolução parisiense de Étienne Marcel, o reino, sem um líder, desmoronou, e foi um milagre que tenha sobrevivido à década de 1350, sem dúvida uma das décadas mais sombrias da história do país. Eduardo III, apesar de seus espetaculares sucessos militares, foi incapaz de explorar plenamente o colapso de seu adversário. Mesmo debilitado e, ao que parece, mortalmente ferido, o reino da França era um prêmio grande demais para ele devorar. Ele teve que se contentar com um desmembramento parcial no Tratado de Brétigny.

Fim do reinado (1348-1350)

O fim do reinado de Filipe VI viu o conflito atolado num período sem paz nem guerra, marcado por tréguas quebradas, dispersão das operações sem grandes campanhas e um clima generalizado de insegurança. Ambos os governos, exaustos, já não controlavam o curso do conflito, que ficou à mercê de iniciativas locais. Assim, a Bretanha tornou-se um campo fértil para a aventura, onde qualquer um podia conquistar terras e acumular fortunas pela força das armas. Os dois lados eram agora meras fachadas: Filipe e Eduardo, para quem este setor se tornara secundário, deixaram os seus apoiantes à própria sorte. Do lado "francês", Joana de Penthièvre, lutando pelo marido, Carlos de Blois, prisioneiro em Londres, controlava Nantes, Rennes, a maior parte da Alta Bretanha e Quimper. Do lado "inglês", o jovem Duque João de Montfort fora criado na corte inglesa, e o representante de Eduardo no ducado era Walter Bentley, um cavaleiro de Yorkshire com um passado bastante duvidoso. Chegando em 1342 na companhia do Conde de Northampton, ele formou seu próprio bando, conquistou a fortaleza da Ilha de Tristão na Baía de Douarnenez e, de lá, lançou ataques piratas. Casou-se então com uma rica herdeira, Jeanne de Belleville, Senhora de Clisson. Tendo conquistado respeitabilidade, sucedeu Thomas Dagworth como tenente do Rei da Inglaterra na Bretanha. Seu sucesso ilustra as oportunidades que o ducado oferecia a aventureiros suficientemente ambiciosos e corajosos. Muitos vieram dos condados do centro-oeste da Inglaterra, como Roger David, originário de Wiltshire, que se tornou capitão de Quimperlé. Com seu pequeno bando pessoal, ele capturou Pestivien e o Castelo de Trogoff, entre Guingamp e Morlaix. Após seu casamento com Jeanne de Rostrenen, Viscondessa Viúva de Rohan, ele se tornou uma figura poderosa na região. De Cheshire vieram guerreiros como Hugh Calveley, que acumulou uma fortuna durante seus ataques particulares na Bretanha antes de se casar com uma princesa aragonesa, ou Robert Knolles, provavelmente de origem camponesa, que começou como arqueiro e rapidamente se tornou um dos capitães mais temidos das marcas bretãs, controlando vários castelos.

Esses homens, cercados por um pequeno e devotado grupo de homens heterogêneos de todas as origens geográficas e sociais, vivem da terra extorquindo pesados tributos das populações locais em troca de sua proteção, ou simplesmente para poupar suas vidas: esse é o sistema do *patis* ou *appatis* . Esses senhores da guerra são completamente independentes e respondem apenas a si mesmos, um fato do qual Bentley se queixa em um memorando ao Rei da Inglaterra em 1352. Cada um aterroriza seu próprio setor e, às vezes, imitam costumes cavalheirescos organizando duelos em campos fechados, como o famoso Combate dos Trinta, em 26 de maio de 1351, entre os trinta bretões do Senhor de Beaumanoir e os trinta "ingleses" de Roberto de Bamborough (na verdade, uma tropa heterogênea que incluía, entre outros, oito alemães e quatro bretões). Aliás, a batalha, "este grande feito de armas que não deve ser esquecido", como disse Froissart, que ocorreu a meio caminho entre Ploërmel e Josselin, foi vencida pelos bretões, com doze mortos contra três, sendo os restantes feitos prisioneiros. Mas enquanto os senhores da guerra se divertiam como podiam entre os ataques, a Bretanha mergulhava na anarquia.

A situação não era muito melhor nas fronteiras da Aquitânia, onde, como admitiam os conselheiros de Eduardo III, ninguém sabia ao certo onde se situavam as fronteiras entre os territórios "franceses" e "ingleses". O novo senescal em Bordéus era Sir John Cheverston, um administrador competente, também oriundo do oeste da Inglaterra. Ele dispunha de recursos limitados, fornecidos para operações específicas pelos senhores gascões. As maiores despesas eram as guarnições permanentes de mais de sessenta cidades e castelos: 120 homens em Mauléon, 250 em Bergerac, por exemplo, e os recursos locais estavam longe de ser suficientes para pagar os seus salários. Londres tinha de contribuir com cerca de metade.

Nas fronteiras da Aquitânia inglesa, a insegurança era constante. Bandos descontrolados de mercenários, na sua maioria gascões, baseados nos castelos da região, realizavam incursões de pilhagem sob o pretexto de guerra. Périgord, Quercy e Poitou foram particularmente afetados. Assim, Bertrand de Montferrand, entrincheirado na sua fortaleza de Lusignan com mais de 300 homens, devastou 52 paróquias e 10 mosteiros no sudeste de Poitou entre 1346 e 1350. As tréguas não alteraram a situação, apesar da nomeação de "conservadores" de ambos os lados, encarregados de registar e punir as violações. Estes não dispunham dos meios para agir eficazmente contra estes audaciosos líderes bandidos, que atacavam pequenas vilas de surpresa, geralmente escalando as muralhas, e retiravam-se com os seus despojos. Com a trégua de Calais, o flagelo alastrou-se, alimentado, como sempre, por soldados desmobilizados. O Limousin também foi afetado; Nontron era o principal reduto, e a notoriedade de certos líderes bandidos começou a ultrapassar os limites locais, como a do "Bascon de Mareuil" (Jean de Gasnoye ou Jean de Sault), que em 1348 tomou o castelo de Comborn, com vista para os desfiladeiros do Vézère, do qual fez sua fortaleza, antes de se mudar para Excideuil, uma fortaleza ainda mais formidável, de onde aterrorizou a região em nome do Rei da Inglaterra, na verdade para seu próprio proveito.

A trégua de Calais sequer foi respeitada pelas forças regulares. Em 1349, o novo senescal da Gasconha, Thomas Cook, liderou uma expedição a Poitou, onde seus gascões derrotaram os poitevinos em Limalonges, permitindo-lhe socorrer Lusignan. Na viagem de retorno, um de seus tenentes teve a audácia de capturar Taillebourg. Enquanto isso, outro capitão, Stephen Cusington, liderou um ataque ao Vale do Dordogne.

Filipe VI decidiu retaliar, incumbindo Guy de Nesle, um marechal de apenas vinte e dois anos, com o título de Capitão-General de Saintonge, de reconquistar o Vale do Charente em agosto de 1349, enquanto outro exército invadia o Baixo Poitou. Uma frota castelhana deveria coordenar suas ações com eles. Uma desvalorização cambial em larga escala, realizada por dois especialistas,

Jean Poilevillain e Nicolas Braque, financiou a operação. Ela começou em setembro de 1349. No Baixo Poitou e na Baía de Bourgneuf, os franceses exploraram a rivalidade entre as famílias Retz e Clisson. A viúva de Olivier de Clisson, Jeanne de Belleville, havia se casado com Walter Bentley; suas propriedades na região estavam ocupadas por Foulques de Laval, agindo em nome do senhor de Retz, que ainda era criança. A tarefa francesa também foi facilitada pela rivalidade na região entre os dois tenentes de Eduardo III: Walter Bentley, que defendia as propriedades de sua esposa, e Raoul de Caours, que considerava a área seu domínio exclusivo. Por despeito, ele mudou de lado e passou a apoiar os franceses, chegando inclusive a matar Thomas Dagworth em uma escaramuça no ano seguinte. Os franceses, liderados por Guilherme de La Heuse, assumiram o controle da Vendée, incluindo Belleville, enquanto os navios castelhanos controlavam a Baía de Bourgneuf e a ilha de Noirmoutier. Contudo, o outro exército, liderado por Guy de Nesle, permaneceu parado diante de Tonnay-Charente.

O contra-ataque inglês ocorreu em novembro de 1349 com o retorno de Henrique de Lancaster. Desembarcando em Bordéus com um pequeno exército, ele lançou um ataque relâmpago devastador ao longo do rio Garona até Toulouse, capturando 42 cidades e castelos, incendiando, massacrando e estuprando, semeando o terror como instrumento de subjugação. Ele retornou a Bordéus em 30 de dezembro. O Conde de Armagnac não teve tempo de reagir.

No norte do reino, também ocorreram lutas desordenadas. Em 1348, o problema flamengo foi temporariamente resolvido, de forma pragmática, em conferências em Londres, Boulogne, Dunquerque e Guînes. O jovem Conde Louis de Mâle, com dezoito anos, já demonstrava grande habilidade. Explorando as rivalidades entre as cidades flamengas, ele obteve o controle da maior parte do país e assinou um tratado com Eduardo III em novembro: ele permaneceria vassalo do Rei da França, mas viveria em paz com o Rei da Inglaterra, deixando seus súditos livres para servir a este último. Artigos secretos reafirmaram os direitos da Flandres sobre os distritos de Lille, Orchies, Douai e Artois. Louis de Mâle jogaria um jogo habilidoso entre os dois reis e, em 4 de dezembro, teve uma audiência pessoal com Eduardo III em Dunquerque. Bruges, Ypres e Ghent se alinharam.

Até o fim de seu reinado, Filipe VI esperava recapturar Calais. Como um cerco formal estava fora de questão, o plano dependia da traição. No final de 1349, uma conspiração foi tramada com o italiano Aimeric de Pavie, um mercenário que já havia mudado de lado diversas vezes e que comandava parte da guarnição inglesa em Calais. Por 20.000 écus, ele concordou em abrir um portão da cidade à noite para uma tropa francesa comandada pelo venerável cavaleiro borgonhês Geoffroy de Charny. Venerável, mas ingênuo, pois Aimeric estava jogando um jogo duplo. Ele avisou Eduardo III, que veio pessoalmente com o Príncipe de Gales para armar a armadilha. Na manhã de 2 de janeiro de 1350, enquanto ainda estava escuro, Geoffroy chegou discretamente perto de Calais. Aimeric o encontrou, recebeu metade da quantia prometida, entrou na cidade, hasteou o estandarte francês sobre um portão e o fez abrir. Encorajado, um destacamento francês entrou, foi imediatamente cercado, enquanto Eduardo III e seu filho emergiram de outros dois portões com várias centenas de arqueiros e cercaram o restante da expedição francesa, gritando "Eduardo! São Jorge!". Duzentos homens de armas franceses foram mortos, outros se afogaram fugindo pelos pântanos, e 30 foram capturados, incluindo Geoffroy de Charny, que foi enviado à Torre de Londres e resgatado pela segunda vez. A anedota é pitoresca, mas revela o contexto em que a Guerra dos Cem Anos se desenrolou: uma mistura de história grandiosa e trivial, batalhas e escaramuças terríveis, onde feitos individuais, traições, gestos cavalheirescos e assassinatos sórdidos conferiram uma dimensão muito "humana" ao conflito. Uma guerra de transição, onde a

luta mantém uma dimensão de proximidade surpreendente, de contato direto, de homem para homem, onde os próprios soberanos estão fisicamente presentes.

Na primavera de 1350, negociações ocorreram ao sul de Calais, no castelo de Guînes, um ponto de encontro popular na década anterior. Estavam presentes os núncios papais, o bispo de Norwich representando a Inglaterra e o bispo de Laon representando a França. Seguiram-se discussões difíceis, num clima de desconfiança, enquanto ambos os lados faziam preparativos militares destinados principalmente à dissuasão. Em 13 de junho, foi acordada uma nova trégua, com duração prevista até agosto de 1351. Mal assinada, foi violada por Bascon de Mareuil, que em 24 de junho tomou Loudun e se estabeleceu em Lusignan, de onde aterrorizou a região circundante antes de ser expulso de ambas as cidades no final do verão. No vale do Dordogne, os ingleses invadiram Sainte-Foy-la-Grande, Villeneuve-de-Périgord e Domme, enquanto o conde de Armagnac recapturou fortalezas no vale do Garonne. No mar, uma espetacular batalha naval ocorreu em 29 de agosto, ao largo de Winchelsea, ilustrando mais uma vez o envolvimento direto de soberanos nos combates. A bordo da frota inglesa estavam Eduardo III, Príncipe de Gales, e os Condes de Derby, Northampton e Warwick. A frota inimiga era castelhana, composta por navios maiores e mais altos, que infligiram pesadas baixas aos ingleses. Mas assim que os ingleses conseguiram arpoar seus adversários e abordá-los, recuperaram a vantagem. A frota castelhana foi destruída, mas, mais uma vez, a vitória não foi decisiva, e a travessia do Canal da Mancha continuou sendo uma empreitada perigosa para navios ingleses isolados nos anos seguintes.

Início do reinado: João II e sua comitiva (1350-1353)

Filipe VI jamais tomaria conhecimento dessa última derrota: falecera uma semana antes, em 22 de agosto, na Abadia de Coulombs, no Vale do Eure. Tal fato marcou o fim de um dos reinados mais desastrosos da história francesa. O de seu filho, João II, então com trinta e um anos, seria ainda pior. João, com o título de Duque da Normandia, já demonstrara sua incompetência. Herdou o reino em uma situação extremamente difícil, e a nobreza francesa tinha bons motivos para se preocupar com o futuro. Fisicamente imponente e inegavelmente corajoso no campo de batalha, o rei combinava duas grandes falhas políticas: a falta de visão e a obstinação, que Froissart expressou com a frase: "fácil de formar e difícil de mudar de opinião". Acrescentando-se a isso o fato de ser impulsivo e facilmente influenciável, torna-se evidente por que não era o homem certo para o cargo. Inaugurou seu reinado com a execução de seu condestável, um presságio bastante sinistro: Raoul de Brienne, Conde de Eu, fora capturado em Crécy. Libertado sob fiança em novembro de 1350 para receber seu resgate, foi preso em Paris por traição e decapitado na manhã seguinte. De que era acusado? De vender o Condado de Guînes a Eduardo III para pagar parte de seu enorme resgate. O título de condestável foi então concedido a Charles de la Cerda, mais conhecido como Carlos de Espanha, um jovem de vinte e quatro anos, não desprovido de mérito, mas possuidor de arrogância e ambição sem limites. O rei o amava com um "afeto particular", relata o cronista Matteo Villani, o que pouco contribuiu para torná-lo querido ao rei. Este lhe concedeu o Condado de Angoulême.

Os outros conselheiros eram igualmente predatórios, aproveitando-se da generosidade desenfreada do rei: Simon Bucy, presidente do Parlamento de Paris, que acumulou propriedades e residências magníficas; Robert de Lorris, o camareiro; Guillaume Flotte, o chanceler, que seria sucedido por Pierre de la Forêt, que logo se tornaria Arcebispo de Rouen; Renaud Chauvel, presidente da Câmara de Contas, futuro Bispo de Châlons; e Hugues d'Arcy, Bispo de Laon, que se tornaria Arcebispo de Reims. João "o Bom" também era um gastador compulsivo, dando festas

suntuosas e distribuindo dinheiro sem restrições. Como a guerra também precisava de financiamento, ele precisava de dinheiro, muito dinheiro, por qualquer meio necessário. As manipulações monetárias recomeçaram com renovado vigor, orquestradas pelo astuto Jean Poilevillain: uma desvalorização a cada seis meses, em média, entre 1350 e 1354, prejudicou gravemente o comércio. Em dezembro de 1350, João dirigiu-se ao seu principal mediador, Clemente VI, que concedeu permissão para a cobrança de um imposto de um décimo sobre as receitas da Igreja na França. De Avignon, o rei viajou para Montpellier, onde, em 8 de janeiro de 1351, os Estados de Languedoc reuniram-se e foram solicitados a votar a imposição de um imposto de oito denários por libra sobre as vendas e um imposto sobre lareiras de vinte soles parisienses por domicílio. Simultaneamente, os Estados de Languedoc, em Paris, aprovaram um imposto de seis denários por libra. Esses impostos provocaram uma revolta em Rouen. Em agosto, 24 contribuintes recalcitrantes foram enforcados naquela cidade.

O rei João deixou uma má reputação na história francesa, e com razão. Apesar das recentes tentativas de reabilitação, que enfatizam sua cultura e seu amor pelos livros e pela música, este homem brutal, impulsivo, imprevisível e vingativo era incapaz de governar adequadamente. Em novembro de 1351, ele fundou a Ordem da Estrela, ou "Companhia de Cavaleiros de Nossa Senhora da Casa Nobre", imitando a Ordem da Jarreteira de Eduardo III: 500 cavaleiros, pessoalmente ligados ao rei por um juramento que os obrigava, entre outras coisas, a nunca recuar em batalha, garantindo assim uma alta taxa de rotatividade. Essa foi uma tentativa utópica de estancar o declínio da vassalagem e das obrigações feudais por meio de um retorno artificial a uma era de ouro da cavalaria, uma espécie de Távola Redonda de consolo para uma nobreza aflita pelos desastres da guerra. Em 6 de janeiro de 1352, em Saint-Ouen, ocorreu a magnífica cerimônia de inauguração. E enquanto o rei brincava de Artur com seus cavaleiros de túnicas vermelhas e brancas com golas de pele, naquele mesmo dia, pouco antes do amanhecer, um comando inglês, em camuflagem preta, liderado por um nobre e aventureiro de menor importância, John Dancaster, cruzou o fosso da fortaleza de Guînes, uma posição estratégica na estrada para Calais, escalou as muralhas, massacrou os sentinelas, invadiu a torre principal, surpreendeu a guarnição adormecida e tomou a fortaleza. O capitão estava ausente; tinha coisas mais importantes a fazer: estava em Saint-Ouen participando da cerimônia de inauguração da Ordem da Estrela. Uma anedota verídica e terrivelmente reveladora do abismo entre as fantasias de João, o Bom, e o realismo inglês.

Esse realismo era ainda mais audacioso, visto que uma trégua estava em vigor desde setembro de 1351. Essa trégua havia sido assinada em Guînes, então sob controle francês. Os combates da primavera e do verão de 1351 permitiram que João II ganhasse algum terreno, particularmente em Saintonge, onde o novo Condestável, Carlos de Espanha, havia feito campanha, mais para defender seu próprio Condado de Angoulême do que como parte de uma estratégia geral. Ele sitiou Saint-Jean-d'Angély, que conseguiu capturar apesar da vitória obtida em Saintes sobre o exército francês de Guy de Nesle pelo Senescal da Gasconha, John Cheverston, em 1º de abril. No vale inferior do Dordogne, os franceses também avançaram, graças a uma ousada incursão de um pequeno senhor local destinado à fama, Arnaud de Cervole, "o Arquipreste", um dos mais formidáveis senhores da guerra da Guerra dos Cem Anos. No final de abril, ele havia conquistado a fortaleza de Montravel, perto de Castillon. Esse sucesso levou vários senhores a se unirem à causa francesa.

Na Bretanha, o Conde de Tancarville, Jean de Melun, sitiou Ploërmel, o centro das posições inglesas, mas foi forçado a levantar o cerco devido a um ataque de Walter Bentley ao Maine. Operações de diversão também foram lançadas a partir de Calais por Walter Mauny e Henrique de Lancaster, recentemente promovido a duque. Esses ataques, em abril, maio e junho de 1351,

produziram poucos resultados, e durante um deles, John Beauchamp, filho do Conde de Warwick, chegou a ser feito prisioneiro.

Foi nessa época que as negociações começaram em Guînes. Do lado inglês, o clima era bastante sombrio: más notícias se sucediam: a captura de Montravel; a reconciliação entre João II e o Conde de Flandres, Luís de Mâle, em 14 de julho, por meio de um tratado que estipulava que o Conde cumpriria todas as suas obrigações para com o Rei; e então, em 5 de agosto, a rendição incondicional de Saint-Jean-d'Angély. O próprio Rei havia ido buscar as chaves da cidade em 1º de setembro · Mas João II, com poucos recursos, não conseguiu tirar proveito da situação: em 26 de setembro, suspendeu o pagamento de todas as dívidas da monarquia. Um acordo foi então alcançado no dia 11 para uma trégua de um ano.

A captura de Guînes em janeiro de 1352 pelo comando de John Dancaster foi, portanto, um episódio embaraçoso para Eduardo III: tratava-se de uma violação flagrante da trégua. Em 15 de janeiro, uma delegação francesa foi a Westminster para reclamar. Eduardo, inicialmente hesitante, viu seu desejo de manter Guînes fortalecido pela atitude beligerante do Parlamento, que estava furioso com os franceses. Ele ordenou que seu camareiro, Bartholomew Burghersh, respondesse aos delegados franceses que seu rei era um hipócrita, que estava conspirando contra a Inglaterra "com toda a sutileza e astúcia de que ele ou seus conselheiros são capazes". Dancaster, o herói do episódio, havia sido banido da Inglaterra antes de seu feito por diversos crimes. Ele foi perdoado, elogiado e recompensado.

Ambos os lados preparavam-se para retomar a guerra, que, na verdade, só havia cessado no Norte e na Bretanha. O Duque de Lancaster aproveitara-se disso para lutar contra os pagãos na Polônia. Mas no Sudoeste, não havia trégua. Os tenentes de Carlos de Espanha tentaram em vão recapturar Sainte-Foy-la-Grande; em dezembro de 1351, uma estrela em ascensão entre os líderes de guerra, Jean de Grailly, "Captal" de Buch, de uma família nobre da região de Bordéus, genro do Senhor de Albret e leal à causa inglesa, tomou Saint-Antonin, às margens do rio Aveyron, de surpresa. Outro líder bandido, Friquet de Fricamp, da Normandia, destacou-se no sul de Angoumois, ora de um lado, ora do outro, e começaram a surgir os primeiros casos de "resgate" ou "apreensão", como em Souillac, no rio Dordonha: um grupo de bandidos apreendeu um navio e o vendeu de volta às autoridades por 5.000 écus. Esse método simples e lucrativo permitia-lhes obter rapidamente grandes somas em dinheiro, evitando o transporte de bens roubados volumosos e os problemas da revenda.

Como a guerra estava prestes a recomeçar, João II decidiu, no final de janeiro de 1352, implementar uma nova manobra monetária que lhe conferia o direito de cunhar moedas. Ele também puniu, como exemplo, o tenente do capitão de Guines, por ter sido surpreendido pelo ataque de Dancaster: o tenente foi alojado na praça do mercado de Saint-Omer. O próprio capitão não tinha nada a censurar, pois nem sequer estava presente. Em seguida, começaram os preparativos para a campanha, com ofensivas em três setores que terminaram em três fracassos.

No norte, Geoffroy de Charny recebeu a missão de retomar Guînes com 4.500 homens. O cerco durou vários meses e, em julho, um exército de socorro vindo de Calais forçou os franceses a abandoná-lo. A única consolação de Geoffroy foi a captura de Aimeric de Pavie, que o havia enganado durante a tentativa de tomada de Calais no ano anterior. Geoffroy de Charny era conhecido por sua lealdade, sendo admirado em sua época como a personificação perfeita do ideal cavalheiresco. Ele foi o primeiro proprietário do Sudário de Turim, que provavelmente havia sido confeccionado recentemente e que aparece nas crônicas por volta dessa época. Nada disso o

impediu de se vingar ferozmente de Aimeric, a quem torturou com um ferro em brasa e esquartejou com um machado de açougueiro na praça do mercado de Saint-Omer.

Na Aquitânia, os franceses atacaram tanto no norte, sitiando Taillebourg, quanto no sul, onde Amaury de Craon, nomeado tenente do rei para Languedoc, liderou uma ofensiva de Agen até o rio Garona. Na Inglaterra, uma pequena expedição foi organizada sob o comando de Ralph Stafford: não mais que 380 homens em 33 navios, que foram difíceis de requisitar e que só chegaram a Bordéus em 21 de julho. Mas Stafford não perdeu tempo. Navegando pelo Garona, derrotou as tropas de Amaury de Craon diante de Agen em 15 de agosto. Muitos prisioneiros foram feitos, incluindo sete Cavaleiros da Ordem da Estrela e Jean de Boucicaut, que Eduardo III resgatou para adicionar à sua coleção na Torre de Londres. Em seguida, Stafford retornou ao norte, capturando Blaye em 17 de setembro, enquanto o Senhor de Albret e o Condestável de Bordéus forçaram os franceses a levantar os cercos de Bergerac, Moncuq e Taillebourg. Em outubro, um pequeno grupo de independentes, provavelmente a serviço do Captal de Buch, tomou a bastide de Lafrançaise às margens do rio Tarn.

Na Bretanha, o partido pró-anglófilo de Montfort também alcançou vitórias decisivas. Primeiro, Charles de Blois, prisioneiro por quatro anos, foi libertado sob palavra no outono de 1351 para pagar seu enorme resgate de 400.000 écus. Incapaz de pagar a primeira parcela, retornou à Torre de Londres em maio. Os franceses, sob o comando de Guy de Nesle, apoiados pelos bretões do partido de Penthièvre, atacaram o castelo de Fougeray, entre Rennes e Nantes. No final de julho, Walter Bentley chegou da Inglaterra com cerca de 800 homens e, em 14 de agosto, perto de Malestroit, em Mauron, utilizando a clássica combinação de infantaria apoiada por arqueiros, infligiu uma derrota esmagadora a Guy de Nesle. Este, de vinte e cinco anos, foi morto, assim como o Visconde de Rohan e 89 cavaleiros da Ordem da Estrela, que haviam seguido o regulamento à risca: nenhuma retirada era permitida. Cento e sessenta prisioneiros experimentariam os horrores da superlotada Torre de Londres. Joana de Penthièvre aprendeu com a derrota: para salvar a coroa ducal para seu marido, ela firmou um acordo com Eduardo III: Carlos de Blois seria libertado sob palavra, deixando dois de seus filhos como reféns. Seu resgate foi reduzido para 300.000 écus, e o Rei da Inglaterra o reconheceu como Duque da Bretanha. Em troca, haveria "amor, união, paz e aliança perpétua" entre o Duque e o Rei. Eduardo abandonou a causa de Montfort e garantiu a aliança da Bretanha. O tratado foi selado em 1º de março de [1353], em Westminster.

1352 foi, portanto, um ano muito ruim para João II em todos os aspectos. Para piorar a situação, em 6 de dezembro, o Papa Clemente VI, que havia colocado todo o peso do papado de Avignon a serviço do Rei da França, faleceu. Seu sucessor, embora também francês, Étienne Aubert de Limoges, eleito em 18 de dezembro, adotou uma postura muito mais imparcial entre os dois reis. Ele escreveu ao Duque de Lancaster: “Embora tenhamos nascido na França e, por este e outros motivos, tenhamos especial afeição pelo Reino da França, deixamos de lado nossos preconceitos pessoais para trabalhar pela paz e tentar servir aos interesses de todos”. Ele conhecia bem os problemas: havia sido um dos cardeais que acompanharam os exércitos, tentando intermediar acordos. E imediatamente se pôs a trabalhar, apoiando uma iniciativa de Guy de Boulogne, Cardeal do Porto. Aproveitando-se da visita do Duque de Lancaster a Paris em dezembro de 1352, onde ele havia ido para resolver uma disputa particular com o Duque de Brunswick, ele persuadiu ambas as partes a convocar uma conferência de paz.

A conferência teve início em Guînes, no começo de março de 1353. Claramente, ambos os lados a levavam a sério: Eduardo III enviou o Arcebispo de Canterbury, Simon de Islip, o Bispo

de Norwich, William Bateman, o Guardião do Selo Privado, Michael Northburgh, e o Duque de Lancaster. João II foi representado por seu Chanceler e Arcebispo de Rouen, Pierre de la Forêt, seu Condestável, Carlos da Espanha, seu Camareiro, Robert de Lorris, e os Bispos de Laon e Beauvais, Robert Le Coq e Guilherme Bertrand. Infelizmente, a desconfiança prevalecia, e os ingleses não confiavam no Cardeal Guy de Boulogne, que liderava as discussões e que eles acreditavam ser totalmente favorável à causa francesa. Além disso, no terreno, cada lado tentava obter vantagem para se posicionar de forma mais forte nas negociações. João II havia nomeado o Conde de Armagnac, João, como seu tenente em Languedoc, concedendo-lhe considerável liberdade de ação. Mal havia sido nomeado, reuniu uma tropa em Castelsarrasin e sitiou Saint-Antonin. Contou com o apoio dos Condes de Comminges e Foix. Ao mesmo tempo, bandos anglo-gascões descontrolados tomaram Surgères de assalto, invadindo as muralhas da cidade.

Nessas circunstâncias, as negociações com Guînes fracassaram rapidamente. Decidiu-se adiá-las e, enquanto isso, concluir uma breve trégua, o que desagradou muito Armagnac, cujo cerco a Saint-Antonin estava progredindo bem. De qualquer forma, João II mudou completamente de ideia; em 8 de maio, decidiu convocar a arrière-ban (força de reserva) para a retomada da guerra. Eduardo III queixou-se ao Papa, a quem enviou seu confessor, o dominicano João Woodruff, e depois o sobrinho do Arcebispo de Canterbury, William de Whittleseye.

A Aquitânia voltou a arder em chamas, com uma série de levantes descontrolados e descoordenados. Saint-Antonin foi tomada pelo Conde de Armagnac em setembro; Surgères por Louis d'Harcourt em novembro; Nontron, Montbrun e Comborn, na região de Limousin, por Arnoul d'Audrehem; e Uzerche por um bando de "assassinos e bandidos que se autodenominavam ingleses", segundo os registos locais. Em Périgueux, o Conde de Périgord, aliado de João II, acertou contas com a cidade, cuja população caiu drasticamente de 2.500 para 800 famílias entre 1335 e 1355. A confusão atingiu o seu auge quando os plenipotenciários, reunidos mais uma vez em Guînes, decidiram, a 3 de dezembro, impor uma nova trégua até abril de 1354.

Um novo jogador: Carlos, o Mau (1354)

Foi então que um novo jogador entrou no conflito, complicando ainda mais uma situação já bastante complexa: Carlos, o Mau, Rei de Navarra. O apelido não é nada lisonjeiro e, sem dúvida, influenciou inconscientemente muitos historiadores de forma negativa. Na verdade, "o Mau" não é pior do que "o Bom" ou as outras figuras implacáveis dessa Idade do Ferro. Além disso, ele tinha bons motivos para estar insatisfeito. Sua mãe, Joana, era a única filha do Rei Luís X, o filho mais velho de Filipe IV, o Belo. Após a morte de Luís X, o irmão mais novo deste, Filipe, excluiu sua sobrinha Joana do trono, e a "Lei Sálica" foi criada para a ocasião, proibindo as mulheres de reinar e transmitir a coroa. Sem essa usurpação de poder, Carlos teria sido Rei da França, sua posição superando em muito os direitos de Filipe VI e Eduardo III.

Mas não é só isso. Embora as mulheres não pudessem herdar o trono francês, essa exclusão não se aplicava a Navarra nem ao feudo de Champagne. Joana, portanto, herdou o Reino de Navarra e o Condado de Champagne de sua mãe, Margarida da Borgonha, esposa de Luís X. Essa herança era muito substancial para Filipe VI, que, em 1336, pelo Tratado de Villeneuve-lès-Avignon, concedeu a Joana apenas Navarra, ficando com o rico Condado de Champagne, em troca dos Condados de Angoulême e Mortain, algumas terras em Poitou e uma anuidade. Como o Condado de Angoulême se mostrou decepcionantemente lucrativo, Joana o trocou por territórios na Normandia e na região da Île-de-France. Como ela havia se casado com Filipe, Conde de Évreux, seu filho Carlos herdou essencialmente Navarra e propriedades normandas. Ele se sentiu

enganado: a coroa da França e o Condado de Champagne poderiam ter sido seus. Ou pelo menos o Condado de Angoulême, já que sua mãe nunca recebeu todos os territórios pelos quais o havia trocado. E então, em outubro de 1352, João II concedeu o Condado de Angoulême ao seu favorito, o Condestável Carlos de Espanha. Para apaziguar a ira de Carlos de Navarra, o rei deu-lhe a sua irmã Joana em casamento, com um dote de 100.000 écus e a promessa de pagamento de 60.000 libras em pensões atrasadas devidas à sua mãe. Nada foi pago.

O rei tinha um inimigo formidável neste jovem de vinte anos. Dotado de um charme natural que lhe granjeou muitos apoiadores, Carlos possuía um aguçado senso político, muito superior ao do obtuso João II. Era eloquente e podia desempenhar o papel de tribuno tão bem quanto o de orador acadêmico. Tinha um irmão mais novo, Filipe, uma irmã, Branca, de grande beleza e viúva de Filipe VI, e uma tia, Joana de Évreux, viúva de Carlos IV, todos devotados à sua causa. Era genro do rei, tinha muitos seguidores e rendimentos substanciais. Seu reino de Navarra, pequeno em tamanho e com uma população de cerca de 200.000 habitantes, era fértil, produzia cobre e chumbo, possuía oficinas metalúrgicas e fornecia infantaria aguerrida. Os condados de Mortain e Évreux lhe davam uma posição estratégica perto do Vale do Sena. E Carlos estava determinado a usar todos os seus recursos para se vingar e obter uma compensação à altura de suas ambições. Uma vantagem adicional: ele não tem escrúpulos, mas essa é uma qualidade que compartilha com todas as grandes figuras, que se colocam acima da moralidade comum.

Desde o início de 1353, Carlos começou a reunir em torno de si muitas pessoas descontentes. Senhores normandos, como o Conde de Harcourt, amargurados pelas dificuldades financeiras da aristocracia, pelo declínio das rendas senhoriais e pelas crescentes exigências da monarquia; membros da administração e do alto clero, que sentiam que o país era mal governado e que reformas eram necessárias: o governador de Artois e vidame de Amiens, Jean de Picquigny, o bispo de Paris, Jean de Meulan, e seu sobrinho Amaury, o bispo de Beauvais, Guilherme Bertrand, e sobretudo o bispo de Laon, Roberto Le Coq, violento, intrigante e ambicioso. Vários deles eram membros do conselho do rei e se retiraram voluntariamente, enquanto Carlos começou a trazer tropas de Navarra para a Normandia durante o verão de 1353. Em Mantes, Meulan e Évreux, ele já contava com mais de 600 homens no final do ano, e figuras sinistras como Bascon de Mareuil e Rabigot Dury também chegavam. A presença desses líderes bandidos prenunciava problemas.

Aconteceu em 8 de janeiro de 1354: Filipe de Navarra, irmão de Carlos, juntamente com alguns mercenários, assassinou o Condestável Carlos de Espanha, cuja arrogância e rapacidade Carlos, o Mau, detestava. Ele chegou a reivindicar a autoria do crime em uma carta endereçada ao Papa, à Universidade de Paris, aos príncipes e aos conselheiros do rei, declarando que agira "para o bem comum do reino". Imediatamente, para se proteger de uma possível reação do rei e pressioná-lo, o Rei de Navarra recorreu aos ingleses. Escreveu a Henrique de Lancaster, solicitando que arqueiros ingleses fossem colocados à sua disposição em Calais, Guînes ou na Bretanha. Na verdade, ele estava tentando manipular Eduardo III para alcançar seus próprios objetivos. Lancaster informou Eduardo sobre essas propostas e, durante as discussões com os enviados de Carlos, foi levantada a possibilidade de uma campanha anglo-navarra conjunta a partir da Normandia. Eduardo seria coroado rei da França em Reims e daria a Carlos a Normandia, Champagne, Brie e todo o Sudoeste.

Contudo, nada foi oficialmente concluído; tratava-se mais de uma forma de pressionar João II, que de fato mudou completamente de atitude em 8 de fevereiro: um mês após o assassinato de seu Condestável, ele incumbiu o Cardeal de Bolonha de preparar um acordo com Carlos, acordo este concluído em 22 de fevereiro em Mantes: Carlos não só foi perdoado pelo assassinato do

Condestável, como também recebeu consideráveis territórios na Normandia, tornando-se senhor de quase toda a Península de Cotentin. A reconciliação ocorreu durante um encontro pessoal em Paris, em 4 de março, entre os Reis da França e de Navarra.

Henrique de Lancaster alegou estar "surpreso" com a indiferença de Carlos, mas, por um tempo, as consequências do Tratado de Mantes foram muito positivas: os partidários de Carlos retornaram em peso ao conselho real e, sob sua influência, as negociações em Guînes ruíram repentinamente. Dois projetos de acordo foram assinados em 6 de abril, um estabelecendo uma trégua até 1º de abril de [1355], o outro um tratado de paz definitivo, particularmente favorável a Eduardo III, que receberia, em plena soberania, a Aquitânia dentro de suas fronteiras anteriores à Guerra de Saint-Sardos, além de Poitou, Maine, Anjou e Limousin; ele manteria Calais e, em troca, renunciaria à coroa francesa. Este acordo surpreendente prenunciou o Tratado de Brétigny. Ele seria confirmado e formalizado em Avignon no outono. Para o governo inglês, este foi um resultado inesperado, e Eduardo enviou uma importante delegação a Avignon para a cerimônia: William Bateman, Bispo de Norwich, Michael Northburgh, Bispo de Londres, o Duque de Lancaster e o Conde de Arundel.

Isso sem levar em conta a natureza imprevisível de João II, que, durante o verão, mudou completamente de ideia mais uma vez. Alguns membros do conselho o convenceram de que havia sido manipulado e que o assassinato de seu condestável fazia parte de um plano meticulosamente arquitetado, no qual membros de seu círculo íntimo estavam envolvidos. Além disso, vários deles, sentindo-se ameaçados, fugiram: Roberto de Lorris refugiou-se em Avignon, seguido pouco depois, no final de agosto, por Guido de Bolonha. Roberto Le Coq desapareceu do conselho. O próprio rei de Navarra preferiu evitar o conselho e, no final de novembro, João II decretou a confiscação de todos os seus feudos na França.

Essa reviravolta não era um bom presságio para a Conferência de Avignon, que ratificaria os preliminares de Guînes. Lancaster chegou à cidade papal com grande pompa no final de dezembro de 1354, e a delegação francesa em meados de janeiro de 1355. Liderados pelo chanceler Pierre de la Forêt e pelo duque de Bourbon, declararam, para grande desgosto dos ingleses, que não havia possibilidade de deixar a Aquitânia sob plena soberania de Eduardo III, pois o rei da França não tinha o direito de desmembrar seu reino. Uma nova ruptura parecia iminente. Carlos, o Mau, que residia secretamente em Avignon durante a conferência, restabeleceu contato com Henrique de Lancaster, e ressurgiram as conversas sobre uma invasão conjunta da França. De qualquer forma, os combates não haviam cessado. Na Bretanha, o acordo entre Eduardo III e Carlos de Blois, mais uma vez liberado sob sua palavra, foi denunciado. Os senhores da guerra ingleses entrincheirados na península não tinham qualquer intenção de cessar as suas depredações, e o novo tenente do rei de Inglaterra, John Avenel, mostrou-se totalmente incapaz de fazer cumprir a trégua. Carlos de Blois, implicado no ataque à fortaleza de Bentley na ilha de Tristão da Cunha, foi reconduzido à sua prisão inglesa. As escaramuças recomeçaram com renovada ferocidade. Durante uma dessas escaramuças, em Montmuran, perto de Bécherel e Dinan, Hugh Calveley foi feito prisioneiro; um nobre local de menor importância, Bertrand Du Guesclin, distinguiu-se pela primeira vez neste confronto. Eduardo III substituiu o ineficaz John Avenel por um tenente muito mais empreendedor, Thomas Holland, que entrou em contacto com o mercenário navarro Martin Henriquez, que trabalhava para Carlos, o Mau, e juntos incendiaram os arredores de Caen e Bayeux.

O ambiente já não era mais pacífico no sudoeste, onde Jean de Clermont, que substituiu Guy de Nesle, atacou Libourne e Saint-Émilion. Em janeiro e fevereiro de 1355, João II, com seu novo

Condestável Jacques de Bourbon, o Conde de Armagnac, e os Marechais Arnoul d'Audrehem e Jean de Clermont, desenvolveram um plano ofensivo em grande escala.

Na Escócia, ele encorajou os partidários de David II a resistirem ao rei imposto por Eduardo III, Edward Balliol. Desde os primeiros meses de 1355, preparativos estavam em andamento para a retomada da guerra, apesar de um acordo recente obtido sob pressão do rei David, que ainda era prisioneiro: em troca de um resgate de 90.000 marcos, pagáveis ao longo de nove anos, David recuperaria seu reino reconhecendo-se como vassalo do rei da Inglaterra. Esse acordo foi desaprovado pela maioria dos nobres escoceses, que começaram a se reunir nas Terras Baixas, enquanto William Douglas hostilizava as guarnições inglesas de Berwick e Roxburgh. Os barões ingleses da fronteira, conhecidos como Guardiões das Marcas — as famílias Percy, Neville, Lucy, Dacre e Clifford — que governavam vastos territórios em Northumberland, Cumberland e Westmoreland, preparavam-se para intervir. David, que havia sido levado para Newcastle aguardando liberdade condicional condicionada ao pagamento de uma parte inicial do resgate, foi trazido de volta ao sul da Inglaterra. O tempo para a reconciliação havia terminado. Em Avignon, a ruptura foi definitiva: o Duque de Lancaster reafirmou categoricamente a reivindicação de Eduardo III à coroa francesa, e a delegação inglesa deixou a cidade papal em março. Inocêncio VI fez uma última tentativa de paz, enviando o Abade de Cluny, Androin de La Roche, a Westminster em abril para tentar dialogar com o rei.

1355: A Cavalgada do Príncipe Negro

Tudo foi em vão: a guerra era inevitável, já que não se podia confiar nos franceses, declarou o Rei da Inglaterra, que decidiu lançar duas grandes operações, lideradas por seus dois pesos-pesados militares: Lancaster na Normandia e o Príncipe de Gales na Aquitânia. Na Normandia, a expedição seria realizada em conjunto com Carlos de Navarra, que, ao retornar a Pamplona, reuniu tropas sob o comando de Martin Henriquez. Ele tinha consigo o camareiro do Duque de Lancaster, Simon Simeon, a quem enviou de volta ao seu mestre em maio de 1355 para explicar seus planos: desembarcaria em Cherbourg e lá uniria suas forças às de Henrique… a menos que o Rei da França lhe tivesse alguma proposta interessante. Essa reticência deveria ter deixado os ingleses desconfiados. Mesmo assim, eles continuaram seus preparativos. Trinta e oito grandes navios e aproximadamente 1.200 homens estavam reunidos no estuário do Tâmisa com Lancaster, os condes de Northampton, Stafford e Marck, e um jovem filho do rei, Lionel, de dezesseis anos. Para manter o destino em segredo, as partidas de navios de Londres para o continente foram bloqueadas em junho e início de julho.

João II, contudo, estava ciente de que algo estava se encaminhando na Normandia. No final de março, nomeou seu filho mais velho, Carlos, Delfim de Valentinois, um jovem de dezessete anos sem experiência, como seu tenente naquele setor. Também convocou o Rei de Navarra para comparecer perante o Parlamento e prestar esclarecimentos. O procedimento exigia três convocações antes que a condenação e o confisco dos feudos pudessem ser proclamados. Em 15 de maio, Carlos, o Mau, não compareceu à segunda convocação. No dia 17, o rei recuperou o oriflamme e convocou o levy e o arrière-ban. No dia 19, a irmã e a tia do Rei de Navarra, Branca e Joana, foram vê-lo e conseguiram convencê-lo: no dia 31, o rei concordou em perdoar Carlos e permitir que ele mantivesse seus bens, desde que Carlos cedesse seis fortalezas na Normandia como garantia. Mas quando a notícia chegou a Pamplona, Carlos já havia partido com seu pequeno exército. Ele embarcou em Capbreton e chegou a Cherbourg em 5 de julho. João II então enviou

o Condestável, o Conde de Tancarville, Geoffroy de Charny e Robert de Lorris para apresentar sua proposta. As discussões ocorreram em Valognes.

Entretanto, a partida de Lancaster foi adiada por um mês devido a ventos contrários. Quando finalmente se preparava para atravessar o Atlântico no final de agosto, soube que o Rei de Navarra acabara de chegar a um acordo com o Rei da França. Eduardo III cancelou a expedição à Normandia. Pela segunda vez, Carlos, o Mau, não cumpria seus compromissos. Pelo Tratado de Valognes, em 10 de setembro, o Rei de Navarra concordou em ir a Paris para receber seu perdão e a restituição de suas terras, juntamente com uma indenização pelos danos sofridos. Em 17 de setembro, ele banqueteou com o Delfim em Vaudreuil e, no dia 24, esteve no Louvre.

Eduardo III agora precisava concentrar todos os seus esforços na outra expedição, a campanha da Aquitânia, confiada a seu filho mais velho, Eduardo, Príncipe de Gales. O homem, ainda não conhecido como o Príncipe Negro, tinha vinte e quatro anos e já se destacara em diversas campanhas desde Crécy. Alto, autoconfiante, autoritário, resistente e impaciente diante dos obstáculos, era um combatente excepcional, que também possuía considerável talento estratégico. Generoso e prestativo, era o epítome de um nobre, conquistando lealdade duradoura e destinado a se tornar um herói por uma geração. Esta era a primeira vez que recebia um comando supremo. Ele seria acompanhado por guerreiros experientes: os Condes de Warwick, Oxford e Suffolk, Sir Reginald Cobham e Sir James Audley. Tropas e equipamentos foram reunidos ao longo da primavera na costa sul da Inglaterra, seguindo um sistema bem estabelecido de contratos, ou *servidão* , pelo qual empreiteiros militares recrutavam um certo número de homens por um período fixo e um salário, parte do qual era pago antecipadamente. Os termos de serviço, assim como a divisão dos espólios, eram especificados em um pergaminho, que era então cortado ao meio ao longo de uma linha irregular em forma de dente de serra, ficando cada empregador e empregado com uma metade. Os comandantes eram quase sempre nobres, servindo com seus "retentores", ou seja, um grupo de clientes pessoais ligados a eles por laços de amizade, além de dinheiro. Esses homens, acostumados a viver e lutar juntos, eram animados por um espírito de corpo, uma espécie de patriotismo corporativo, poderíamos quase dizer, que fomentava a coesão na batalha. Os comandantes recebiam um bônus de recrutamento, o "regard", que podia ser considerável.

Uma expedição desse tipo exigia somas substanciais, financiadas principalmente por direitos alfandegários. As dificuldades financeiras de Eduardo III em suas primeiras campanhas serviram de lição, e sob a direção de William Edington, Bispo de Winchester e Tesoureiro do Tesouro e Chanceler, um sistema mais adequado foi estabelecido. Para manter o apoio público à guerra, as campanhas militares passaram a depender cada vez menos da tributação direta e cada vez mais dos impostos sobre a exportação de lã, que eram facilmente arrecadados nos portos de L'Étape, onde mercadores estrangeiros vinham comprar lã em bruto. A década de 1350 foi próspera: a arrecadação alfandegária rendeu uma média de £83.000 anualmente, atingindo o pico de £113.000 em 1354, em comparação com £50.000 nos anos anteriores. As alfândegas haviam se tornado uma poderosa máquina de financiamento de guerras.

Isso não impediu que a expedição partisse com atraso, como de costume: o Príncipe Negro – vamos chamá-lo assim por conveniência – zarpou de Plymouth em 9 de setembro de 1355, em vez do planejado 1º de julho. Chegando a Bordéus no dia 20, encontrou-se imediatamente com os líderes locais, Albret, Jean de Grailly e seu filho, o Capitão de Buch. Decidiram lançar um ataque imediato contra os territórios do Conde de Armagnac antes da chegada do inverno. O Príncipe de Gales tinha aproximadamente 7.000 homens: 2.000 ingleses que o acompanharam e os gascões, senhores leais. O objetivo declarado era a devastação: três grupos avançaram em paralelo, em uma ampla

frente, destruindo sistematicamente tudo em seu caminho, matando homens e animais, queimando plantações e aldeias. Contornaram as cidades fortemente defendidas para evitar perder tempo com cercos. Essa foi uma das operações de terra arrasada mais brutais da guerra, e deixará lembranças de terror por muito tempo.

Partindo de Bordéus em 5 de outubro, o exército marchou pelo rio Garona até Langon, depois virou para sul em direção a Labastide-d'Armagnac; em seguida, rumou para leste-sudeste, passando por Armagnac e Astarac. Em 26 de outubro, encontravam-se a 25 quilómetros a sudoeste de Toulouse, cidade que não tinham intenção de atacar. Continuaram em direção à região de Lauragais e ao desfiladeiro de Naurouze. Em 3 de novembro, chegaram a Carcassonne, onde toda a população da cidade se refugiara na cidadela. A cidade foi saqueada durante três dias e depois incendiada, tendo o exército recuado para as colinas para assistir ao espetáculo. Nem sequer tentaram atacar a cidadela e as suas formidáveis muralhas, pois não tinham trazido máquinas de cerco. Retomaram a marcha para leste. Em 8 de novembro, chegaram a Narbona, onde encontraram resistência pela primeira vez por parte da guarnição que se refugiara na cidade. Era hora de retornar, especialmente porque o Conde de Armagnac e o Condestável de Bourbon finalmente haviam chegado e ameaçavam cortar sua rota de fuga. Passaram novamente por Carcassonne e, em seguida, seguiram por uma rota mais ao sul, através do Condado de Foix. Em 17 de novembro, na abadia cisterciense de Boulbonne, o Príncipe Negro encontrou-se com o jovem Conde de Foix, Gastão Febo, que tinha exatamente a mesma idade que ele e estava encantado com os danos infligidos às terras de seu rival, o Conde de Armagnac. Cunhado do Rei de Navarra, Gastão Febo buscava a independência do Rei da França, aproveitando-se do conflito anglo-francês. Adotou uma política de benevolente neutralidade em relação à poderosa figura do momento e, em troca, o Príncipe de Gales ordenou que seus territórios fossem poupados.

A viagem de regresso foi mais difícil, sob chuva e lama, e sob a ameaça constante de um ataque do Conde de Armagnac, que se esperava que carregasse uma enorme quantidade de pilhagem em mil carroças. Chegaram de volta a Bordéus no início de dezembro de 1355, após uma incursão que durou exatamente dois meses e percorreu quase 400 quilómetros em cada sentido. Os danos materiais foram impressionantes: 500 aldeias destruídas, os subúrbios de várias cidades mercantis incendiados, um rastro de devastação com 50 quilómetros de largura e 200 quilómetros de comprimento, um número desconhecido de vítimas e províncias inteiras cujas receitas fiscais foram dizimadas durante anos, e cuja renda teria de ser destinada à reconstrução. O Príncipe Negro expressou a sua satisfação numa carta ao pai: “Devastámos e destruímos esta região, o que causou grande satisfação aos súditos de Nosso Senhor, o Rei.” "Como um verdadeiro cavaleiro do Apocalipse, o Príncipe Negro chocou a opinião pública com a audácia de seu ataque. O pânico se espalhou muito além das áreas afetadas, levando à retomada urgente dos trabalhos de fortificação, como em Millau."

Eduardo III não ficou ocioso durante a grande campanha de seu filho. Para facilitar a tarefa do filho e desviar a atenção, lançou operações de diversão em dois outros setores: na fronteira da Bretanha, incorporou Martin Henriquez ao seu serviço, que se encontrara desempregado após a reconciliação entre Carlos, o Mau, e João II. Em 7 de setembro, enviou-lhe 1.200 libras, com instruções para saquear as regiões entre a Península de Cotentin e o nordeste da Bretanha. Além disso, Eduardo III decidiu desafiar pessoalmente o Rei da França, inaugurando Calais como base de desembarque. Tinha tropas prontas: os membros da expedição de Lancaster, que havia sido cancelada. Em 28 de outubro, embarcou em Sandwich. Levava consigo outros dois filhos: João e Lionel, bem como o Duque de Lancaster, os Condes de Northampton e Stafford, William Mauny

e cerca de 5.000 homens. Não tinha intenção de se demorar. Partindo de Calais, ele avançou até Hesdin, enquanto João II, que recuperara seu indispensável estandarte pela segunda vez naquele ano, em 9 de outubro, não ousou arriscar outra batalha e recuou, deixando uma brecha em suas fileiras. Os camponeses picardos suportaram o peso dessa tática, que poupou a vida dos cavaleiros. Em 12 de novembro, eles chegaram a recorrer à farsa habitual de um desafio para duelo: o Condestável de Bourbon e o Marechal d'Audrehem propuseram um duelo entre Eduardo e João; um puro exercício de propaganda: cada um inventou boas razões para se abster, enquanto acusava o outro de covardia. Eduardo, satisfeito com sua excursão, retornou à Inglaterra em meados de novembro.

Más notícias o aguardavam: enquanto ele criava uma distração na Picardia, os franceses criavam a sua na Escócia, onde uma força expedicionária, incluindo Yon de Garancières e tropas escocesas leais a David, havia acabado de capturar Berwick em 6 de novembro. O incansável Eduardo decidiu ir para lá imediatamente. Chegando a Newcastle em 24 de dezembro, reuniu tropas e recapturou Berwick em 13 de janeiro, mas uma semana depois, seu fantoche, Eduardo Balliol, velho e cansado, renunciou ao seu título vazio de Rei da Escócia. O Rei da Inglaterra queria aproveitar a situação para punir os nobres escoceses que se rebelaram contra sua autoridade. Em um ataque que o levou aos arredores de Edimburgo no início de fevereiro, ele infligiu o máximo de danos possível, espelhando os feitos de seu filho na Aquitânia. Ao longo de uma frente de 30 quilômetros, tudo foi queimado e devastado. Estrategicamente, o resultado foi nulo. O rei recuou para Carlisle; A fome e o frio dizimaram seu exército, que foi hostilizado por Douglas, o qual retomou o controle dos territórios perdidos assim que Eduardo retornou à Inglaterra em março de 1356. Em abril, o Conde de Northampton firmou uma trégua com Douglas, que então partiu para lutar na França. A questão escocesa permaneceu sem solução.

1356: Os problemas do Rei João

1356 foi outro ano desastroso para o Rei da França, dez anos após Crécy. Primeiro, houve uma crise de confiança. Os representantes dos contribuintes não queriam mais financiar campanhas inúteis ou fracassadas e criticavam duramente a gestão do governo. Em dezembro de 1355, os Estados Gerais de Languedoc concordaram com uma taxa de 3,3% sobre as transações comerciais apenas sob certas condições: o rei deveria prometer não manipular a moeda. Nicolas Oresme, professor do Colégio de Navarra, acabara de publicar seu tratado * *De Moneta** , no qual demonstrava os efeitos perniciosos das desvalorizações sobre "as melhores classes da comunidade", conscientizando assim os ricos da gravidade do problema. Além disso, os Estados exigiram que a arrecadação de impostos fosse organizada por comissões provinciais independentes, compostas por "homens bons, gentis e honestos, leais e acima de qualquer suspeita". Em Paris, uma comissão nacional de nove generais e superintendentes, três de cada estado, supervisionaria todo o sistema; Dois recebedores gerais alocariam os fundos a cada pagador do exército, ignorando os funcionários do tesouro que regularmente desviavam dinheiro para seu próprio benefício. Os Estados também planejaram se reunir novamente em 1º de março de [1356] e, em seguida, em 30 de novembro, para revisar o funcionamento do sistema.

Essas decisões revelam a extensão do descontentamento que fervilhava entre a burguesia e a nobreza contra a negligência e a corrupção dos serviços reais. Entre os mais vingativos estava o prefeito dos mercadores de Paris, Étienne Marcel. Começaram a circular rumores exigindo a deposição desse rei incompetente e sua substituição pelo Delfim, sob a tutela do Rei de Navarra. Chegou-se a tramar uma verdadeira conspiração, envolvendo Carlos, o Mau, o Conde de Harcourt,

o Conde de Foix, o Conde de Montfort e Roberto de Lorris: o objetivo era afastar o Delfim da corte, atraindo-o para o encontro com o Rei de Navarra em Mantes. Os dois Charles eram jovens que se davam bem, e não se sabe até que ponto o Delfim participou ativamente da conspiração, que, em todo caso, foi descoberta no início de dezembro de 1355. Para desarmá-la, João II tomou a iniciativa de nomear seu filho Duque da Normandia e quitar suas enormes dívidas, enquanto fingia aceitar as explicações embaraçosas dos conspiradores.

Os preparativos para a campanha de 1356 começaram em um clima tenso. Duas ofensivas inglesas eram esperadas, uma na Bretanha e outra na Aquitânia. Portanto, dois exércitos eram necessários. Na Aquitânia, o Delfim foi incumbido de enfrentar seu homólogo, o Príncipe de Gales. O Rei assumiu o comando do exército no Norte e um acordo foi firmado com o Rei de Aragão para o fornecimento de navios de guerra. Mas o dinheiro não chegava. Encorajadas pela resistência dos Estados Gerais em 1355, as comunidades contribuintes começaram a se rebelar. Em 5 de março, o povo de Arras se levantou e massacrou dezessete membros do conselho municipal que apoiavam os novos impostos. A revolta foi suprimida, mas os Estados Gerais, que se reuniram conforme o planejado em 1º de março · decidiram substituir o auxílio estatal por um imposto direto sobre toda a renda e abolir o imposto sobre o sal. Desta vez, a Igreja e a nobreza foram as mais afetadas. Além disso, a medida era completamente irrealista: um imposto de renda direto exigiria uma longa investigação preliminar para determinar a renda. Mas o dinheiro era necessário imediatamente. Os Estados de Languedoc, reunidos em Toulouse no final de março, concordaram em cobrar um imposto de 6 deniers por libra, sob a condição de que fosse usado exclusivamente para a defesa local.

No final de março, o rei recebeu novas revelações sobre os negócios entre Carlos, o Mau, e os ingleses, bem como sobre a conspiração contra ele. Decidiu livrar-se imediatamente do rei de Navarra. Este encontrava-se em Rouen, na companhia do Delfim, do Conde de Harcourt e dos principais nobres normandos. O Delfim preparava com eles a organização da província antes de partir para Languedoc. No dia 5 de abril, oferecia um banquete no grande salão do Castelo de Rouen quando o rei João irrompeu, em armadura e capacete completos, seguido pelo seu irmão, o Duque de Orléans, pelo seu filho, o Conde de Anjou, pelo Marechal d'Audrehem e por vários homens armados, com os quais viera às pressas das proximidades de Beauvais. A cena foi excepcionalmente violenta. O rei investiu contra Carlos de Navarra, agarrou-o pelo pescoço, atirou-o da cadeira e gritou: "Traidor imundo! Mereces morrer!" O escudeiro de Carlos desembainhou o punhal para defender o seu senhor; Ele foi desarmado e preso, juntamente com o Conde de Harcourt, o Senhor de Graville e Guilherme de Mainemares. Na ausência de um carrasco profissional no local, um assassino foi convocado da prisão e perdoado após se voluntariar para a execução fora da cidade, na presença do rei. Decapitar é uma arte que precisa ser aprendida. O amador fez um trabalho péssimo, e as quatro cabeças estavam em um estado deplorável quando foram empaladas em lanças na forca de Bihorel. Os corpos, pouco mais apresentáveis, foram deixados para apodrecer, pendurados em correntes. Carlos, o Mau, teve melhor sorte. Foi enviado para Paris, aprisionado no Louvre, depois no Châtelet, depois no Château-Gaillard e, finalmente, no Château d'Arleux, na região de Cambrésis.

Com a impulsiva jogada decisiva de João II, a situação tornou-se mais clara, mas não a seu favor. Todos os aliados da família Évreux passaram para o lado inglês, e foi Filipe, irmão mais novo de Carlos, quem organizou a luta. Este jovem de vinte e dois anos era um soldado feroz e capaz, que ansiava por lealdades. Estabeleceu-se em Cherbourg, de onde enviou Martín Henriquez e Pedro Ramírez para recrutar soldados em Navarra, e dirigiu-se aos ingleses, prometendo entregar

todas as fortalezas do Rei de Navarra na Normandia se enviassem um exército. E em 28 de maio, numa proclamação que soava como um desafio, denunciou a sua lealdade ao Rei de França, a quem acusou de tirania e traição. Eduardo III explorou a situação: em 4 de maio, ordenou que a expedição do Duque de Lancaster, que tinha como destino a Bretanha, fosse redirecionada para a Normandia.

Consequentemente, o Rei da França também teve que adaptar seus planos. O perigo agora residia na Normandia, onde o Delfim tinha a missão de tomar as fortalezas navarras, começando por Évreux, onde um longo cerco teve início, terminando apenas no começo de junho. Nesse momento, Lancaster chegou, desembarcando seus 1.300 homens em Saint-Vaast, onde se juntaram aos 800 homens de Robert Knolles e a cerca de 300 da Bretanha. Em 22 de junho, essa força marchou para o leste e conseguiu socorrer Pont-Audemer, que estava sitiada havia vários meses. João II veio ao seu encontro com forças significativamente superiores, mas não conseguiu impedir a captura e o saque de Verneuil, após o que Lancaster retornou à sua base em Montebourg, no norte da Península de Cotentin, em 13 de julho. Tudo o que João pôde fazer foi lançar um desafio para um duelo, uma mera formalidade. O rei decidiu então sitiar Breteuil, a única fortaleza significativa que os navarros ainda detinham no leste da Normandia. Dedicou consideráveis recursos ao cerco, tanto homens quanto máquinas de cerco. Foi, segundo Froissart, "o cerco mais magnífico, com a maior multidão de cavaleiros, escudeiros e nobres vista diante de tal lugar desde o cerco de Aiguillon". Tudo isso em vão, apesar da construção de uma enorme torre de cerco de madeira, que foi encostada nas muralhas, mas posteriormente incendiada. Isso ocorreu em agosto.

O rei da França também precisava ficar de olho no que acontecia simultaneamente no sudoeste, onde o Príncipe Negro tramava algo. As fronteiras da Aquitânia estavam em completa anarquia. Na primavera, o Senhor de Mussidan liderara um ataque anglo-gascon em Quercy; o banditismo se espalhava por Rouergue e Périgord. O rei hesitou, mudando de ideia no meio da campanha. Originalmente, o plano era enviar o Delfim para a Aquitânia; mas, dada a gravidade da situação na Normandia, João II enviou seu terceiro filho, o Conde de Poitiers, que tinha apenas quinze anos, em seu lugar. O Conde reuniu tropas em Bourges; então o rei o chamou de volta à Normandia no início de julho. Mas não havia dinheiro suficiente para pagar as tropas: como esperado, não houve tempo para arrecadar o novo imposto direto sobre a renda. Em Languedoc, havia sido acordado que a ajuda seria usada apenas para pagar o exército ali estacionado, mas ainda não havia exército, pois todas as forças estavam mobilizadas na Normandia. O caos reinava. Diante dessa emergência, e apesar das promessas feitas, uma nova desvalorização se fez necessária, resultando em uma redistribuição maciça de 54% da moeda. A decisão foi tomada em 3 de agosto, em plena campanha militar: "...E ajam com rapidez, pois precisamos receber as receitas assim que as tiverem", escreveu o rei.

O tempo era realmente essencial: o Príncipe de Gales estava em Bergerac e, em 4 de agosto, iniciaria sua marcha para o norte, com o objetivo de alcançar o Loire e se encontrar com Lancaster, que avançaria da Normandia. Esse plano, que revelava uma estratégia abrangente, havia sido concebido já no inverno anterior. Em janeiro e fevereiro, o Príncipe Negro capitalizou o sucesso de sua campanha de 1355 para lançar ataques em várias direções: o Conde de Warwick capturou Tonneins e avançou pelo Vale do Lot; John Chandos saqueou a região ao redor de Agen, tomou várias cidades e destruiu pontes; os Condes de Suffolk, Oxford e Salisbury marcharam pelo Vale do Dordogne; e o Capitão de Buch tomou Périgueux de assalto durante a noite. Esses sucessos precipitaram um retorno em massa de lordes à lealdade inglesa. Assim, Gaillard de Durfort, que

havia prestado homenagem a Eduardo III em 1345 e a João II em 1352, voltou a apoiar Eduardo em 1356. O mesmo aconteceu com os senhores de Limeuil, Caumont e muitos outros.

Poitiers (19 de setembro de 1356)

Na primavera, o Príncipe Negro reuniu entre 8.000 e 10.000 homens em La Réole. Todos esperavam mais um ataque a Languedoc. Contudo, em julho, ele marchou de volta para Bergerac, dividiu suas forças em duas, deixando 2.000 homens com o senescal para enfrentar o Conde de Armagnac no sul, e levando o restante consigo para avançar para o norte em direção ao Loire. Sua travessia do Limousin deixou o rastro de devastação habitual. João II, atolado no cerco de Breteuil, viu-se encurralado em um movimento de pinça, cujos dois braços eram o Príncipe Negro e o Duque de Lancaster. Este último, tendo retornado à Bretanha, preparava-se para navegar pelo Loire e unir forças com o Príncipe de Gales.

Como Breteuil se recusou a ceder à força, o rei comprou sua rendição e foi para Chartres, onde, para aumentar sua mobilidade, desmobilizou sua infantaria, tropas medíocres recrutadas da arrière-ban (força de reserva), e manteve apenas a cavalaria, com a qual marchou em direção ao Loire, acompanhado pelos escoceses de Douglas. De Meung, avançou em direção a Tours, cortando todas as pontes sobre o Loire. Do outro lado, o Príncipe de Gales havia chegado a Vierzon; em Romorantin, derrotou um destacamento francês liderado por Boucicaut, capturado pela terceira vez em três anos. Ele também avançou em direção a Tours, ao longo do rio Cher, enquanto Lancaster chegava da Bretanha na margem norte do Loire. Em Tours estava Jean de Clermont, o segundo filho do rei da França, de dezessete anos, com reforços. Em 11 de setembro, o Príncipe Negro, para evitar ficar preso entre as forças de João II e as de Clermont, rumou para o sul. Ele chegou ao rio Indre, em Montbazon, onde foi recebido por dois enviados papais, os cardeais Elie de Talleyrand-Périgord e Niccolò Capocci, que vieram discutir a paz com ele. Não era o momento certo nem as pessoas adequadas: Talleyrand era uma figura arrogante, detestada na Inglaterra, onde detinha inúmeros benefícios; Capocci carecia até mesmo do tato diplomático mais básico. Foram abruptamente rejeitados.

Em 13 de setembro, o Príncipe Negro chegou a La Haye, às margens do rio Creuse, onde permaneceu por três dias aguardando Lancaster, que não conseguiu atravessar o Loire devido à falta de uma ponte. Essa pausa permitiu que João II, reforçado pela chegada do Delfim, flanqueasse o exército inglês pelo leste, com o objetivo de cortar sua retirada em direção a Bordéus. Claramente, uma batalha era inevitável. O melhor era escolher um terreno favorável imediatamente.

Em 15 de setembro, o exército do Rei João estava em Chauvigny, cerca de 35 quilômetros a leste de Poitiers, e seguia em direção à cidade. O exército inglês pretendia cortar sua rota, vindo do norte através da mata. Mas, ao chegar à estrada, os franceses já haviam passado. O Príncipe Eduardo, continuando pela mata, desviou para sudoeste e emergiu em campo aberto ao longo da estrada romana de Poitiers para Limoges, surpreendendo um grande destacamento de 700 homens de armas franceses em 17 de setembro. Após um breve combate, 240 franceses foram mortos ou capturados, incluindo os Condes de Auxerre e Joigny e Jean de Châtillon. Ao amanhecer do dia 18, os dois exércitos se posicionaram para a batalha. Os franceses somavam cerca de 11.000 homens, dispostos em três linhas: na primeira linha, o Delfim e William Douglas; na segunda linha, o Duque de Orléans, irmão do rei; e na terceira linha, o próprio rei, acompanhado por Geoffroy de Charny. Todos estavam a pé. Os ingleses estavam 1.500 metros à frente, com a retaguarda flanqueada pela floresta de Nouaillé e a esquerda pelos pântanos do rio Miosson, o que

impedia qualquer manobra de flanqueamento do inimigo. Eram cerca de 6.000 homens, em formação clássica, no topo de uma ligeira encosta: arqueiros nos flancos, emoldurando os três corpos de infantaria: Warwick e Oxford à esquerda, Salisbury à direita e o Prince ao centro. À frente, uma sebe de espinheiros deixava apenas passagens estreitas, e vinhedos dispersos dificultavam ainda mais o seu avanço.

O curso da Batalha de Poitiers é complexo, mas a consulta cruzada das crônicas permite reconstruir seus contornos gerais. Inicialmente, a batalha teve dificuldades para engrenar, pois, tendo aprendido com experiências passadas, nenhum dos lados estava disposto a avançar. O impasse durou o dia todo do dia 18. Os cardeais tentaram usar isso a seu favor para chegar a um acordo *de última hora* . Eles se deslocavam entre as duas frentes, sem sucesso. Então, decidiram acampar no local, em formação de batalha. Na manhã do dia 19, a espera recomeçou e, neste jogo, os ingleses corriam o risco de perder: seus suprimentos de comida haviam se esgotado. Precisavam se mover. O Príncipe Negro decidiu por uma retirada, uma manobra muito delicada para ser executada sob o olhar atento do inimigo. Foi o corpo de Warwick, à esquerda, que recuou primeiro, rumando para o sul para atravessar o rio Miosson. Do outro lado, o Marechal d'Audrehem, ansioso por aproveitar a oportunidade, tomou a iniciativa de atacar o grupo de Warwick com 500 homens de armas a cavalo. Por alguma razão desconhecida, o Marechal de Clermont fez o mesmo no outro flanco contra o corpo de Salisbury, que, no entanto, não havia se movido. Para atacar Warwick, a cavalaria de Audrehem, e a de Douglas que o acompanhava, deixou os arqueiros à sua direita, que não perderam tal oportunidade de ouro: os cavalos estavam mal protegidos nos flancos e na retaguarda; foi um massacre; Audrehem foi capturado, Douglas foi ferido, e o emaranhado de cavalos mortos, sebes e vinhas complicou ainda mais a retirada apressada dos sobreviventes, que se depararam com a infantaria francesa que também avançava. No outro flanco, o ataque do Marechal de Clermont foi repelido da mesma maneira. Os cavaleiros não conseguiam se posicionar adequadamente entre as sebes.

A primeira linha de infantaria, a do Delfim, chegou por trás; após duas horas de combate corpo a corpo, recuaram; os oficiais do Delfim o conduziram para fora do campo de batalha para evitar sua captura. O Duque de Orléans, com a segunda linha, acreditou que deveriam seguir o Delfim e também se retirou, deixando a terceira linha, a do Rei, sozinha para enfrentar os ingleses, que agora tinham superioridade numérica, pois os arqueiros, tendo esgotado suas flechas, juntaram-se aos homens de armas, espadas em punho. Nesse momento, o Capitão de Buch tomou a iniciativa de flanquear a linha francesa pela direita com cerca de 200 cavaleiros. James Audley fez o mesmo pela esquerda. O Rei João e seus homens de armas, todos a pé, ficaram encurralados entre a força principal inglesa à frente, a cavalaria atrás deles e os homens de Warwick a oeste. Foi uma debandada. O último grupo, cercando o rei, está cercado. Todos querem capturar o soberano. Mas um rei não se rende a qualquer um: primeiro é preciso revelar a própria identidade e linhagem. Finalmente, João II entrega sua espada e uma manopla a Denis de Morbeke, um cavaleiro de Artois e, portanto, teoricamente um de seus súditos. Ele é então levado por Warwick ao Príncipe de Gales.

Mais uma vez, o saldo é impressionante. Dos 11.000 homens do Rei João, 2.500 foram mortos, incluindo o Duque de Bourbon, o Condestável Walter de Brienne, Jean de Clermont e Geoffroy de Charny. Três mil prisioneiros foram feitos, incluindo o rei, seu filho Filipe, 14 condes, 21 barões e 1.400 cavaleiros. Entre eles estavam o Marechal Arnoul d'Audrehem, Jacques de Bourbon, Jean d'Artois, Conde de Eu, o Arcebispo de Sens (que não tinha nada a ver com a batalha) e o Conde de Ventadour. O total dos resgates foi estimado em 300.000 libras, sem incluir, é claro, os do rei e de seu filho. O mercado está aberto: o Príncipe Negro compra um lote inteiro, incluindo

Jacques de Bourbon (25.000 écus), Arnoul d'Audrehem (12.000 écus) e o Conde de Eu (30.000 écus), e obterá lucros enormes revendendo suas compras no atacado no varejo. A ânsia dos combatentes em capturar prisioneiros é compreensível: um cavaleiro rico pode fazer fortuna com a vitória. Mas nem sempre é fácil manter os prêmios no calor da batalha. Assim, o Conde de Dammartin é capturado primeiro por um escudeiro gascão, que o confia a um de seus homens para proteção, mas o homem o perde de vista; ele é então capturado por outro, a quem declara em vão que já é prisioneiro; tudo em vão: o segundo predador toma seu brasão como prova de propriedade, mas por sua vez o perde de vista, então um terceiro o apreende. Podemos imaginar as disputas causadas por essas múltiplas capturas no final da batalha.

Do lado inglês, apenas quarenta homens de armas foram mortos, juntamente com um número indeterminado de arqueiros e infantaria. Esse desequilíbrio é típico das batalhas medievais, onde a maioria das perdas ocorre no final, quando um dos lados entra em colapso, sucumbindo ao pânico e transformando a derrota em uma debandada. A Batalha de Poitiers resultou em um combate corpo a corpo furioso que durou mais do que o habitual. A vitória do Príncipe Negro deveu-se, como sempre, tanto aos erros de seus adversários quanto às qualidades do vencedor. Do lado francês, isso se deveu a iniciativas inoportunas de certos comandantes, à má comunicação de ordens e sinais, ao erro de avaliação do terreno e à incapacidade de adaptar os planos durante a batalha. Do lado inglês, deveu-se ao uso judicioso de arqueiros, mas também ao melhor comando por líderes experientes e respeitados, e à disciplina mais rigorosa, que impediu que os homens se dispersassem prematuramente para saquear os mortos após a fase inicial da batalha. Essa coesão foi mantida até o fim. No início de outubro, o Príncipe Negro entrou em Bordéus em grande estilo.

França rumo ao caos (outubro de 1356 - outubro de 1357)

O reino da França está em ruínas. O poder está se desintegrando. Um rei incompetente é substituído por um delfim de dezoito anos, Carlos, hesitante e facilmente influenciável. Retornando a Paris em 29 de setembro, ele convoca urgentemente os Estados Gerais para 15 de outubro. Cercado pelo Duque de Orléans, pelos Condes de Alençon e Saint-Pol, de Bucy-la-Forêt e pelo novo Condestável Moreau de Fiennes, ele se instala no Louvre, um refúgio mais seguro do que o Palais-Royal. Para os parisienses, ele representa uma ameaça. A sucessão de catástrofes desde 1346 é, para eles, a prova da incompetência, da corrupção e até mesmo da traição daqueles que detêm o poder. A nobreza falhou em seu dever, que é derramar seu sangue em defesa do reino: 3.000 prisioneiros é indecente e suspeito; essas pessoas passam o tempo se divertindo, mas não querem mais lutar.

A indignação dos parisienses é expressa pelo Prefeito dos Mercadores, Étienne Marcel. Juntamente com quatro vereadores, ele preside a Liga Hanseática dos Mercadores das Águas, que regula o comércio no Sena. Mas, na realidade, esse órgão é praticamente uma prefeitura. Marcel, oriundo de uma família de comerciantes de tecidos e cambistas, casou-se com a filha de um banqueiro rico, o que lhe permitiu cultivar uma rede de clientes e alianças dentro da burguesia. Brutal, impulsivo e sem perspicácia política, ele é uma figura inquieta, um tanto semelhante a Artevelde, e sua posição o torna o porta-voz natural dos parisienses.

Os Estados Gerais de outubro de 1356 prometiam ser turbulentos. Os 800 delegados, reunidos no grande salão do Parlamento, ouviram o discurso do Chanceler, Pierre de la Forêt, que tentou despertar a sua simpatia pelas desgraças do reino a fim de garantir a aprovação de novos impostos. Já não estavam dispostos a ouvir tais argumentos. Sob a liderança de certos membros particularmente determinados, como Robert Le Coq, Étienne Marcel e seu primo Gilles, Jean de

Picquigny e o Arcebispo de Reims, Jean de Craon, os Estados Gerais decidiram criar uma comissão de 80 membros. Esta comissão elaborou um extenso relatório de queixas, criticando os conselheiros do rei, o seu desperdício, corrupção e métodos arbitrários, e exigindo três coisas: a prisão e o julgamento dos conselheiros incompetentes e corruptos; a nomeação de uma comissão permanente pelos Estados Gerais para aconselhar e supervisionar o governo; e a libertação do Rei de Navarra, que parecia a muitos o único capaz de retificar a situação. O relatório foi apresentado ao Delfim em 26 de outubro, que deu sua resposta em 2 de novembro: uma recusa, acompanhada de uma ordem para dispersar os Estados. No dia seguinte, o Delfim Carlos, prudentemente, refugiou-se no Castelo de Montlhéry.

O bispo de Laon, Roberto Le Coq, convocou então os deputados mais determinados no mosteiro franciscano, onde proferiu um discurso inflamado contra os conselheiros corruptos e incompetentes, a quem chamou de "caluniadores, aduladores e bajuladores". Exigiu uma reforma completa da administração central e provincial, a criação de duas comissões, uma civil e outra militar, e finalmente sugeriu que os monarcas, afinal, não eram inamovíveis. Essas declarações extremas não foram bem recebidas nas províncias, onde os deputados foram geralmente recebidos com hostilidade por seus eleitores ao retornarem. Quanto a Languedoc, que realizou sua própria assembleia em Toulouse, manteve sua posição habitual: não exigiu reformas, mas simplesmente que os impostos fossem destinados à defesa local. Somente Paris defendeu os reformistas radicais.

A divisão entre Paris e as províncias aprofundou-se em dezembro, quando, no dia 10, veio à tona a notícia de que o governo havia decidido por uma nova desvalorização da moeda, uma recunhagem completa de todas as moedas, que seria usada como pretexto para a cobrança de um imposto de 40% sobre a cunhagem. Isso permitiria contornar os Estados Gerais, o único órgão autorizado a votar sobre um novo imposto. O Delfim estava ausente, em Metz, onde se reunia com o Imperador, acompanhado por uma comitiva de 2.000 homens, oferecendo festas e banquetes suntuosos com um luxo sem precedentes, ainda mais escandalosos dada a situação financeira desesperadora. Em 12 de dezembro, Étienne Marcel, à frente de uma delegação de cidadãos burgueses, foi expressar sua indignação ao Conde de Anjou, Luís, irmão mais novo do Delfim, a quem representava. Era um jovem de dezessete anos, visivelmente constrangido. Três dias depois, Marcel retornou, desta vez seguido por uma multidão mais turbulenta e ameaçadora. Luís suspendeu a medida de desvalorização.

O Delfim retornou a Paris em 14 de janeiro. No dia 19, ocorreu uma reunião na igreja de Saint-Germain-l'Auxerrois entre representantes do governo e dos parisienses. Étienne Marcel irrompeu na igreja à frente de um grupo agitado e armado. Operários e artesãos paralisaram as atividades. Tiveram que ceder: no dia 20, o Delfim anunciou a convocação dos Estados Gerais, o abandono da reforma monetária e a prisão dos conselheiros envolvidos no Comitê dos Oitenta. Mas estes não esperaram ser intimados, e as autoridades tiveram que se contentar em ocupar suas residências.

Os novos Estados Gerais reuniram-se em 5 de fevereiro de 1357, no mosteiro franciscano. Após um mês de intensas deliberações, elaboraram uma importante ordenança de reforma, um texto ousado e decepcionante, que revelou as limitações do pensamento constitucional dos delegados. De fato, nenhuma reforma estrutural foi prevista; não havia uma visão abrangente, mas sim uma infinidade de pequenos detalhes operacionais destinados a restaurar a eficiência da máquina governamental: desde o horário de trabalho até os subsídios de cada tipo de funcionário e seu recrutamento, o método de arrecadação de impostos, supervisionado por comissários nomeados pelos Estados, cuja receita seria reservada exclusivamente para despesas militares. O

trabalho do grande conselho foi regulamentado nos mínimos detalhes, e o papel do chanceler foi reduzido ao de secretário-chefe. O foco permaneceu no prático, num espírito que poderia ser descrito como infantil, onde as árvores obscureciam a floresta. E imediatamente começamos a expurgar a administração, substituindo funcionários públicos experientes por novos nomeados, inexperientes, mas honestos, pelo menos no início.

Esta obra foi aprovada por representantes dos três estados, incluindo a nobreza, cujo porta-voz era Jean de Picquigny. Eles criticavam duramente a forma como o governo lidava com os assuntos internos e a condução da guerra, responsabilizando-o em parte pelos reveses financeiros e militares. Até mesmo Charles de Blois aderiu à ordenança. Já Robert Le Coq, falando em nome do clero, exigiu a demissão de sete ministros, incluindo o chanceler, seis funcionários do Tesouro e da Câmara de Contas, cinco juízes e funcionários do Parlamento, quatro funcionários da casa real e três da casa do Delfim. Os principais líderes do movimento encontravam-se no novo conselho que circundava o Delfim Charles.

O resultado mais impressionante dessas convulsões foi o caos. Uma monarquia em guerra, seu soberano prisioneiro, governada por um delfim de vinte anos e seus irmãos adolescentes, sob o jugo de revolucionários, com uma administração inexperiente, cofres vazios, inimigos em várias províncias e banditismo por toda parte. É difícil imaginar algo pior. Durante o verão de 1357, o delfim fingiu resistência: instalou-se na Abadia de Maubuisson, reintegrou alguns funcionários demitidos e destituiu Robert Le Coq. Mas acabou sendo forçado a se submeter: a única maneira de garantir a receita tão necessária era reconvocar os Estados Gerais. O que ele fez em 15 de outubro.

O Delfim não só é vigiado de perto por Étienne Marcel e seus comparsas, como também é constantemente contrariado por seu pai, que, de sua cela, ainda se considera o governante do reino e condena todas as medidas inspiradas pelos reformadores. Em Bordéus, o rei dispõe de amplos recursos para nomear um governo paralelo com seus companheiros prisioneiros. O Arcebispo de Sens, Guilherme de Melun, mais hábil com um machado de batalha do que com um aspersor de água benta, e que foi capturado em Poitiers — embora o direito canônico proíba expressamente membros do clero de portar armas, quanto mais usá-las — exerce considerável influência sobre João II. Este parece disposto a tudo para ser libertado. Ele solicita a mediação dos legados papais e do imperador, mas Eduardo III não está inclinado a libertar um prisioneiro tão importante tão cedo. Ele pretende explorar ao máximo sua vantagem, prolongando a situação para testar até onde o governo do Delfim está disposto a ir para resgatar o rei.

João II ficou indignado com a aparente falta de pressa da França em seu retorno. Nenhuma providência havia sido tomada para arrecadar um possível resgate. A perspectiva de ter que se exaurir novamente para libertar esse rei incompetente não era nada atraente para seus súditos. João II, contudo, estava disposto a fazer qualquer sacrifício. Negociou um tratado de paz e, em 23 de março de 1357, concluiu uma trégua de dois anos com os ingleses. Ao mesmo tempo, enviou a Paris o Arcebispo de Sens e os Condes de Tancarville e Eu, libertados sob palavra, para ordenar o cancelamento da convocação dos Estados Gerais e a proibição da cobrança de qualquer imposto para financiar a guerra. O único imposto legítimo, alegava ele, seria o de seu resgate.

Essa ordem provocou indignação em Paris, onde Étienne Marcel e Robert Le Coq forçaram o Delfim a desobedecer às instruções de seu pai. De qualquer forma, em todo o país, ninguém mais obedecia a ninguém. Alguns pagavam, outros não. Em Languedoc, onde os Estados haviam aprovado um imposto para despesas militares, o Conde de Armagnac foi atacado em 9 de maio no Château Narbonnais por uma multidão enfurecida. Os líderes dos bandidos ignoraram

completamente a trégua. Na Península de Cotentin, o Bascon de Mareuil intensificou sua destruição; em julho, um bando de 600 ingleses, gascões e navarros tomou Honfleur, que o Conde de Clermont não conseguiu retomar. O bandido Ruffin saqueava vilarejos e mosteiros à vontade entre o Sena e o Loire.

Na Bretanha, o Duque de Lancaster sitiava Rennes desde outubro de 1356. Tendo falhado em unir forças com o Príncipe Negro antes da Batalha de Poitiers, ele usou suas tropas para invadir as terras da família Penthièvre no nordeste do ducado. Carlos de Blois, mais uma vez libertado sob palavra para garantir seu resgate de 350.000 écus, foi proibido de participar dos combates. No entanto, Lancaster contava com o jovem Duque João de Montfort ao seu lado. Mas o cerco de Rennes foi interrompido, pois os sitiantes foram hostilizados por Du Guesclin. Ao longo do inverno de 1356-1357, Lancaster tentou ataques, minagem e máquinas de cerco contra muralhas que, na verdade, não eram particularmente formidáveis. Mas a guarnição estava determinada, e as ações de Du Guesclin perturbaram significativamente o cerco. Lancaster, no entanto, realizava simultaneamente incursões nas províncias vizinhas de Anjou e Maine, enquanto capitães ingleses controlavam a península da Bretanha e extorquiam dinheiro da população através do sistema de *patis* . Por exemplo, o capitão de Bécherel controlava 160 paróquias no nordeste da Bretanha e extorquia 7.400 libras anualmente para evitar a pilhagem.

Na Baixa Normandia, Filipe de Évreux, irmão do rei de Navarra, controlava a península de Cotentin, com exceção de Saint-Lô, e dali seus tenentes lideravam incursões na Alta Normandia. Foi durante uma dessas incursões que Godofredo de Harcourt foi morto em novembro de 1356. Em janeiro de 1357, um destacamento anglo-navarro chegou a Chartres e avançou até cerca de quinze quilômetros de Paris. Do outro lado, os contra-ataques dos tenentes do Delfim resultaram em derrotas sangrentas, como a de Fulque de Laval em dezembro de 1356, durante a qual Fulque foi capturado e 400 de seus homens mortos em Maine. No entanto, as relações entre Filipe de Évreux e os ingleses eram tensas. Filipe havia jurado homenagem a Eduardo III como rei da França e, em troca, fora nomeado tenente do soberano na Normandia. Sem dúvida, ele esperava poder seguir suas próprias políticas em uma região que, afinal, estava sob a jurisdição de seu irmão Carlos. Logo percebeu, porém, que para Eduardo III, ele era apenas um executor testamentário como qualquer outro. O Duque de Lancaster, cujos tenentes Thomas Fogg e Thomas Uvedale controlavam inúmeras fortalezas ao longo de uma linha que ia do rio Mayenne ao rio Orne, substituiu as guarnições navarrasas por tropas inglesas: em Domfront, Avranches e Saint-Sauveur-le-Vicomte. Filipe ficou furioso e trocou palavras acaloradas com Lancaster, que devolveu as duas primeiras tropas, mas manteve a terceira.

Quando a trégua de 23 de março de 1357 foi proclamada, Lancaster recusou-se a aceitá-la: ele sitiava Rennes havia seis meses e não queria ser privado de uma vitória esperada. Sob pressão de Eduardo, aceitou um acordo que lhe permitiu manter as aparências e, ao mesmo tempo, enriquecer-se: receberia 100.000 écus do Delfim para cobrir suas "despesas", bem como as chaves de Rennes, hastearia seu estandarte nas muralhas e devolveria as chaves ao capitão da cidade, que prometeria respeitar os termos do futuro tratado de paz. Uma curiosa mistura de realismo e comédia, típica dessa época de transição entre o tempo de São Luís e o de Maquiavel.

Em 11 de abril de 1357, o rei João II partiu de Bordéus por mar. Foi transferido para Inglaterra, onde se hospedou no sumptuoso Palácio de Savoy, em Londres, na margem norte do Tamisa. O palácio fora recentemente construído para o Duque de Lancaster com o dinheiro do resgate dos seus prisioneiros franceses — uma ironia do destino. Ali, o rei tinha os seus criados e secretários e podia comunicar livremente com a França. As negociações foram retomadas para

determinar os termos da sua libertação. Mas Eduardo III, contando com a deterioração da situação em França, não tinha pressa. Um caso semelhante, resolvido no mesmo ano, deveria ter-lhe mostrado as limitações de tal cálculo. Entre os seus prisioneiros estava outro rei, David II da Escócia, que mantivera durante onze anos e a quem finalmente libertou a 7 de outubro de 1357, em termos muito menos favoráveis do que inicialmente esperava obter: um resgate de 100.000 marcos, pagável ao longo de dez anos, período durante o qual os escoceses juraram não pegar em armas contra a Inglaterra. Um rei mantido prisioneiro por muito tempo perde seu valor: seus súditos se acostumam a viver sem ele, percebem que ele não é indispensável, sem mencionar a possibilidade de sua morte em cativeiro. Como João II, desde o início, não inspirou muita tristeza, Eduardo III não tinha interesse em mantê-lo indefinidamente: ele poderia acabar sendo esquecido.

Em novembro de 1357, o retorno inesperado do Rei de Navarra à cena política levou os soberanos francês e inglês a buscarem uma solução rápida, já que se podia confiar que Carlos, o Mau, complicaria ainda mais um jogo político já bastante intrincado.

Charles, o Mau: O Retorno

Carlos de Navarra estava preso no castelo de Arleux, no norte da França. Em 9 de novembro de 1357, um comando de cerca de trinta homens, liderado pelo Vidame de Amiens, Jean de Picquigny, um fervoroso defensor do rei navarro, escalou as muralhas antes do amanhecer. O rei foi libertado e levado para Amiens, onde reuniu uma forte escolta, principalmente esvaziando as prisões. No dia 29, entrou triunfalmente em Paris pelo Portão de Saint-Denis, saudado pelo bispo e por uma multidão entusiasmada que o via como seu salvador. No dia seguinte, proferiu um longo discurso em Pré-aux-Clercs, perto da Abadia de Saint-Germain, no qual professou sua lealdade. Ao mesmo tempo, seus amigos Robert Le Coq e Étienne Marcel intercederam por ele junto ao Delfim, que foi obrigado a concordar em recebê-lo. Em 3 de dezembro, em um conselho realizado sob terror pela presença dos capangas de Étienne Marcel, o Delfim Carlos cedeu às exigências exorbitantes do Rei Carlos: a devolução de todos os seus bens, uma indenização de 40.000 écus pelos danos sofridos e um perdão total para si próprio, bem como para os quatro homens executados durante sua prisão. Seus esqueletos deveriam ser retirados e receber um enterro digno. E isso era apenas o começo. Carlos também queria a Normandia e Champagne.

Em 13 de dezembro, ele partiu de Paris para reforçar suas forças militares na Normandia, após ter acabado de saber que João II e Eduardo III haviam concluído um acordo em Londres, sugerindo o retorno do Rei da França. De fato, nessa luta pelo poder entre três lados, cada um temia que os outros dois se unissem contra si; todas as combinações eram possíveis. Até então, o Rei da Inglaterra mantinha o Rei da França prisioneiro, que por sua vez mantinha o Rei de Navarra prisioneiro. Agora, João II estava em posição de inferioridade. Era urgente para ele recuperar seu reino, e para isso estava disposto a ceder qualquer coisa, o que foi precisamente o que fez no acordo assinado com Eduardo III: este último ficaria com um quarto da França em plena soberania, ou seja, todo o Sudoeste, mais Calais, Montreuil e Ponthieu. O resgate foi fixado na enorme quantia de 4.000.000 écus de ouro, dos quais 600.000 deveriam ser pagos antes da partida da Inglaterra; Diversos nobres de alta patente serviriam como reféns para garantir o pagamento do restante. Quatro prisioneiros foram libertados para levar a boa notícia ao Delfim, mas ficou claro que os Estados Gerais jamais aceitariam tais condições.

Já em janeiro de 1358, a Universidade, a municipalidade e o clero de Paris declararam sua oposição a este tratado. Os Estados Gerais, reunidos em 11 de fevereiro, sequer se dignaram a abordá-lo. Ignoraram-no e exigiram que o rei cessasse a interferência nos assuntos do reino

enquanto estivesse prisioneiro. Os quatro nobres enviados por João foram destituídos de seus cargos, e os Estados exigiram que o Delfim assumisse o título de regente e continuasse a expurgar a administração. Carlos tentou resistir. Já em dezembro e janeiro, com a ajuda de Jean de Conflans, Marechal de Champagne, Gérard de Thurcy, Marechal da Borgonha, e Robert de Clermont, Marechal da Normandia, ele havia convocado tropas para Paris com o objetivo de fortalecer suas forças contra o Rei de Navarra, mas não dispunha dos recursos necessários. Corajosamente, ele também tentou rivalizar com Étienne Marcel e Robert Le Coq em demagogia, dirigindo-se diretamente à multidão em 11 de janeiro em Les Halles, denunciando "aqueles que tomaram o controle do governo" como responsáveis por todos os males. No dia seguinte, interrompeu inesperadamente uma reunião pública realizada por Étienne Marcel. Este, no entanto, manteve o controle das ruas, onde seus apoiadores usavam capuzes vermelhos e azuis com o lema "para um bom fim". A tensão aumentou entre ele e o Delfim, que também estava sendo pressionado pelos representantes do Rei de Navarra a implementar os termos do acordo de 3 de dezembro.

Em 21 de fevereiro, o Delfim, que ainda não havia selado o decreto dos Estados Gerais, ordenou aos poucos soldados que havia reunido em Saint-Denis que marchassem sobre Paris. Étienne Marcel reuniu seus capangas em frente ao Palácio da Justiça, na Île de la Cité. No dia seguinte, eles invadiram os aposentos privados do Delfim e massacraram seus conselheiros, Robert de Clermont e Jean de Conflans, diante de seus olhos; um secretário, Régnault d'Acy, sofreu o mesmo destino do lado de fora. Aterrorizado, o Delfim colocou-se sob a proteção de Étienne Marcel, que o fez usar seu capuz vermelho e azul. Em seguida, o Preboste dos Mercadores justificou o assassinato dos marechais em um discurso na Place de Grève, acusando-os de serem "falsos, perversos e traidores". No dia seguinte, seu cúmplice, Robert de Corbie, delegado de Amiens, conseguiu a aprovação da ação pelo que restava dos Estados Gerais, e no dia 24, cartas foram enviadas às cidades da França para explicar os acontecimentos. O conselho do Delfim foi reestruturado, com os partidários do prefeito ganhando influência significativa. O Delfim passou a assumir o título de regente, colocando o nome do rei no rodapé dos documentos oficiais.

Enquanto Paris vivenciava esses eventos revolucionários, o Rei de Navarra estava na Normandia, onde os grupos anglo-navarros intensificavam seu avanço para o leste. Controlando toda a Baixa Normandia, eles agora subiam o Vale do Sena. O mais ativo desses grupos era liderado por um desses líderes semi-independentes, cujo status era ambíguo: o inglês James Pipe, um cavaleiro de Staffordshire que havia lutado nas guerras na Escócia, Calais, Gasconha e Bretanha, e que alegava representar tanto o Rei de Navarra quanto o Duque de Lancaster. Na realidade, ele trabalhava principalmente para si mesmo. Partindo de Harfleur, ele capturou Pont-Audemer em 9 de novembro de 1357, graças a seus mercenários alemães que atraíram outros mercenários alemães que defendiam a cidade. Em seguida, avançou pelo Vale do Sena, ao longo da margem esquerda, e contornou Paris pelo sul. Étampes foi saqueada em 16 de janeiro, e Pipe estabeleceu seu quartel-general em Épernon.

Carlos, o Mau, cujas forças haviam sido reforçadas com a chegada a Cherbourg de 1.400 homens sob o comando de Martín Henriquez, estava em Rouen, onde prestou homenagem aos ossos de seus quatro companheiros, ainda pendurados na forca, chamando-os de "mártires". Em seguida, ao saber da revolução parisiense, retornou à capital em 26 de fevereiro, apenas o tempo suficiente para assegurar o Condado de Mâcon e Bigorre. Em 13 de março, partiu novamente para a Normandia.

Cerca de dez dias depois, o Delfim, acompanhado pelo Duque de Orléans, pelo Conde de Étampes e por alguns conselheiros, também deixou a capital rumo a Senlis. Ele tinha um pretexto:

a nobreza de Artois, Picardia, Beauvaisis e Alta Normandia, que se recusara a participar dos Estados Gerais, se reuniria nessa cidade, seguida pela nobreza de Champagne em Provins. Os nobres estavam agora exasperados com a revolução parisiense. Os excessos demagógicos de Étienne Marcel e Robert Le Coq ameaçavam a ordem social tradicional. Com o vácuo de poder, um conflito de classes emergia entre a burguesia e a nobreza e, de forma mais ampla, entre as cidades e o campo. A burguesia repreendia a nobreza por sua incapacidade de defender o reino e por sua participação nos bandos de ladrões que devastavam o campo. A nobreza, por sua vez, culpava a burguesia por suas dificuldades; Ela o acusa de usurpar posições no conselho e na administração, de explorar disputas entre nobres para comprar senhorios e de acelerar a ruína da aristocracia, que se vê reduzida a mendigar empréstimos. O conflito latente por vezes degenera em guerra aberta, como na região de Rouen, onde uma verdadeira guerra de guerrilha eclode entre as tropas urbanas e os castelos vizinhos.

A nobreza distanciou-se do movimento parisiense, que, por sua vez, foi acolhido por diversas cidades, onde se formaram associações, ligas e confrarias. Esses grupos atacaram os poucos nobres urbanos e entraram em contato com Étienne Marcel: foi o caso em Rouen, Amiens, Châlons-sur-Marne, Beauvais, Noyon, Soissons, Laon e Reims. A Guerra dos Cem Anos, ao provocar o colapso do poder central, abriu as portas para uma verdadeira guerra de classes, inconsciente de sua própria natureza, na qual os participantes acreditavam estar agindo por razões estritamente políticas. Ao permitir que o Delfim deixasse Paris, Étienne Marcel cometeu um erro fatal, mas inevitável: não tinha motivos para se opor à apresentação, pelo filho do rei, dos resultados dos Estados de Languedoc aos representantes do segundo estado do reino. Mas, uma vez que o Delfim fugiu, os líderes do movimento parisiense se viram sozinhos, sem qualquer legitimidade.

Após uma breve estadia em Senlis, o Delfim Carlos instalou-se em Compiègne, onde recebeu enviados de seu pai, antes de partir para Provins. Em todos os lugares, as municipalidades urbanas expressaram sua desconfiança, enquanto a nobreza transmitia tanto sua confiança quanto suas preocupações. No final de abril, ele chegou a Meaux, onde o prefeito declarou abertamente que, se tivesse tido a oportunidade, o teria impedido de entrar na cidade. Mesmo assim, foi lá que ele convocou todos os seus apoiadores para se juntarem a ele. Uma multidão de nobres acorreu ao seu lado, incluindo muitos líderes de bandidos que pressentiam a possibilidade de um saque excepcional caso Paris fosse tomada de assalto. Era o caso dos Bègue de Villaines, que vinham aterrorizando a região parisiense há algum tempo e acabavam de saquear Corbeil. Mas todos os que estivessem dispostos a ajudar eram bem-vindos. O Delfim já havia convocado uma nova Assembleia dos Estados Gerais para 1º de maio em Compiègne.

No curto prazo, a situação em Paris tornou-se crítica. O abastecimento foi interrompido por forças que, na verdade, eram inimigas umas das outras: ao sul e oeste, as tropas de James Pipe interromperam o tráfego para Orléans e Rouen, saquearam Arpajon e Montlhéry em 12 de março, avançaram em direção à região de Gâtinais e arrasaram Nemours por volta de 20 de abril. A leste, o Delfim, em Meaux e Montereau, bloqueou a chegada de carne e grãos pelo rio Marne. A rota norte, pelo rio Oise, permaneceu aberta: no final de abril, o Delfim percorreu a região de Beauvaisis, reuniu a nobreza local e a incentivou a deter os comboios que se dirigiam a Paris.

Étienne Marcel compreendeu: o confronto havia começado e sua vida estava em jogo. Ele ocupou o Louvre, apoderou-se de armas dos depósitos reais, bem como do tesouro de Notre-Dame, e solicitou auxílio ao Rei de Navarra, que chegou a Paris em 4 de maio. As fortificações foram reparadas e a guarda reforçada. Enquanto isso, o Delfim obteve a aprovação de sua posição pelos

Estados de Languedoc, reunidos em Compiègne no início de maio, período em que os excessos dos parisienses aterrorizaram os provincianos.

Em Londres, esses acontecimentos foram acompanhados com preocupação por ambos os reis, que agora estavam unidos diante da anarquia em que o reino da França havia mergulhado. Durante o mês de abril, eles refinaram seu acordo para permitir o rápido retorno de João II para casa. Eduardo ficou tão consternado quanto seu homólogo com a reação do Parlamento inglês ao acordo. Em vez do entusiasmo esperado, recebeu apenas indiferença. Os súditos se mostraram decididamente ingratos para com seus soberanos heroicos, que não pouparam esforços pelo bem do reino e para obter reconhecimento. Na verdade, esses súditos eram muito menos fáceis de enganar do que os príncipes imaginavam. E, em maio de 1358, expressaram sua exasperação em uma explosão de violência: a grande Jacquerie, no campo ao norte de Paris.

Da guerra anglo-francesa à guerra social: a Jacquerie (maio-agosto de 1358)

Uma revolta espontânea eclodiu em 28 de maio em Saint-Leu-d'Esserent, quando camponeses atacaram e mataram um grupo de homens armados que saqueavam a região. Imediatamente, ocorreram manifestações nas áreas vizinhas, nos senhorios de Senlis, Creil e Clermont-en-Beauvaisis. Em poucos dias, o movimento se espalhou por todo o Vale do Oise e pela região de Beauvaisis, avançando para leste até o rio Marne. Essa revolta foi de natureza social, não política. O inimigo era o nobre, independentemente de sua lealdade, que mudava frequentemente. Foi uma explosão de fúria contra os senhores que sempre consideraram os camponeses subumanos, mantendo-os em condições subumanas e, durante os últimos vinte anos, devastaram o campo sob o pretexto de guerra entre as dinastias Valois e Plantageneta, ou de rixas particulares. Foram os castelos e casas senhoriais que foram atacados: 80 deles foram incendiados somente entre Paris e Soissons. Um líder emergiu: Guillaume Cale, um camponês próspero de Mello, uma vila ao sul de Clermont, que se autodenominava "capitão dos homens de Beauvaisis". A organização de sua tropa, com cerca de 5.000 homens, revelou a presença de nobres de menor importância e alguns capitães de castelos locais, que esperavam se beneficiar do movimento e lhe forneceram os primórdios de uma estrutura militar. As cidades confraternizaram com os camponeses rebeldes; embora não lhes fosse permitida a entrada, eles recebiam provisões e equipamentos. Étienne Marcel, ao ser contatado, também manifestou apoio. As propriedades dos ministros odiados, como as casas senhoriais de Simon Bucy, Pierre d'Orgemont e Robert de Lorris, construídas com fundos desviados, foram saqueadas e destruídas.

A revolta foi esmagada em três semanas pela frente unida dos nobres, de todos os lados, temporariamente reconciliados contra a ralé antes de retomarem suas honrosas guerras entre si. O Rei de Navarra era seu campeão. Em 10 de junho, à frente de aproximadamente 1.500 homens — nobres da região de Beauvaisis e mercenários ingleses de Robert Scot — ele encontrou as hordas de William Cale. Cale foi atraído para uma emboscada, recebendo salvo-conduto para negociar. Mas quem se responsabilizaria por conceder salvo-conduto a um camponês? Cale foi preso e decapitado. Depois, os nobres cavaleiros, trajados com armaduras de ferro, retalharam os camponeses atônitos. Outro grupo de camponeses, liderado por Jean Vaillant, havia entrado em Meaux com a bênção do prefeito, enquanto o Delfim fora à Borgonha em busca de reforços. Na outra margem do Marne, na fortaleza de Le Marché, um grupo heterogêneo de nobres de todos os lados protegia a esposa do Delfim e as damas da corte. Ali, lado a lado, estavam bandidos declarados, como o Bègue de Villaines e o Senhor de Hangest; simpatizantes de Eduardo III que

retornavam da cruzada prussiana, como Gaston Phoebus; gascões pró-ingleses, como o Captal de Buch; e nobres da comitiva do Delfim. Esses valentes cavaleiros, em uma carga heroica, esmagaram os camponeses sob os cascos de seus cavalos. Perto de Poix, um grupo de 1.300 camponeses, pegos de surpresa, foi exterminado até o último homem. Nenhum resgate pôde ser obtido desses miseráveis. Perto de Plessis-de-Roye, 300 foram queimados vivos em um mosteiro. A vingança dos nobres foi proporcional ao seu terror. As atrocidades bestiais da Jacquerie foram respondidas com as refinadas atrocidades da aristocracia, alguns de cujos membros, como Jean de Clermont, sentiam prazer sádico na tortura; Um cronista descreve-o pessoalmente cortando os tendões de um camponês e as articulações de seu filho. Carlos de Navarra ordenou a execução de quatro bodes expiatórios em cada aldeia, cujas casas foram queimadas. Por toda parte, houve massacres e mutilações. Raramente se vira tamanha demonstração de selvageria. No final de junho, o campo retornara à calma, a calma da morte. Os nobres puderam retornar às suas nobres disputas.

A situação é a seguinte: o Delfim, agora comandando um exército considerável de pelo menos 10.000 homens, cujas fileiras foram reforçadas por uma multidão de nobres ansiosos por apoiar o governo após a revolta dos Jacquerie, prepara-se para sitiar Paris, onde Étienne Marcel lidera a oposição. O Rei de Navarra encontra-se numa posição ambígua: está aliado a Étienne Marcel contra o Delfim, mas, ao mesmo tempo, emergiu como líder da nobreza contra os Jacquerie, enquanto a nobreza está no campo do Delfim, contra os parisienses.

Além disso, para defender Paris, Carlos, o Mau, reuniu um exército heterogêneo recrutado das guarnições semi-bandidas da Normandia, mercenários de todas as nacionalidades, muitos deles ingleses, incluindo os bandos de James Pipe e James Jewel, notórios saqueadores, e John Standon, um assassino foragido. Os parisienses recusaram-se categoricamente a permitir a entrada de tais rufiões em sua cidade. O Rei de Navarra, portanto, acampou em Saint-Denis, enquanto o exército do Delfim estava acampado em Les Carrières e Charenton, na orla do Bois de Vincennes. Em 8 de julho, os dois Carlos se encontraram diante do Portão de Saint-Antoine. Carlos, o Delfim, ofereceu a Carlos, Rei de Navarra, 400.000 écus e perdão por suas traições em troca de sua submissão. Carlos de Navarra se esquiva de seu dever e, por fim, escolhe o lado dos parisienses que, para se beneficiarem de sua proteção, devem aceitar que parte de suas tropas entre na cidade, enquanto o restante permanece em Saint-Denis.

O Delfim começou a mobilizar seus homens. Uma ponte foi construída sobre o Sena em Les Carrières, permitindo a passagem para o sul. Após algumas investidas malsucedidas, representantes dos parisienses vieram negociar no meio da ponte; eles se mostraram hesitantes. O Delfim então tentou o que poderia ser chamado de uma aposta arriscada: sabendo que os parisienses temiam que uma rendição fosse seguida de saques, ele desmobilizou seu exército, fornecendo argumentos para aqueles a favor da capitulação. Ao mesmo tempo, desarmou-se, mas podia contar com a divisão entre seus adversários. E, de fato, a situação na cidade deteriorou-se rapidamente. As pessoas se cansaram dos métodos autoritários de Étienne Marcel, e os incidentes com as tropas inglesas do Rei de Navarra se multiplicaram. Jean Maillard, um comerciante de tecidos, liderou os descontentes. Em 21 de julho, eles prenderam cerca de cinquenta capitães ingleses e exigiram uma expedição contra seus compatriotas em Saint-Denis e Saint-Cloud. A expedição terminou muito mal: os parisienses, emboscados, perderam 600 homens. Carlos, o Mau, acusado de os trair, refugiou-se em Saint-Denis e enviou emissários à Normandia para recrutar reforços: Robert Knolles, Hugh Calveley, John Fotheringhay e Stephen Cusington partiram.

Étienne Marcel estava cada vez mais isolado. Sabia que seus oponentes haviam apelado ao Delfim e que controlavam os portões de Paris. Em 31 de julho, dirigiu-se ao Portão de Saint-Denis,

onde tentou forçar seus partidários a entregarem as chaves, com o objetivo tácito de permitir a entrada do exército anglo-navarro que se aproximava. Seu pedido foi negado. Em seguida, dirigiu-se ao Portão de Saint-Antoine, com o mesmo objetivo. Os ânimos se exaltaram, rumores de conspirações circularam; na confusão, uma briga irrompeu. O crânio de Étienne Marcel foi aberto por um golpe de espada, e seus companheiros também foram mortos. Em toda a cidade, os partidários do prefeito foram massacrados, e dois dias depois o Delfim entrou pelo Portão de Saint-Antoine, sem precisar sitiar a capital. A repressão começou imediatamente, sem julgamento. Pierre Gilles, Charles Toussac e Josseran Le Maçon foram decapitados publicamente, e vários outros foram sumariamente executados. Para os clérigos que não podiam ser condenados à morte, foram tomadas providências para que fossem assassinados por bandidos: foi o que aconteceu, por exemplo, com Thomas de Ladit. Apenas Robert Le Coq conseguiu escapar. Em 10 de agosto, com todos os elementos mais comprometidos eliminados, o Delfim proclamou uma generosa anistia geral. O Rei de Navarra não teve escolha: juntou-se abertamente ao campo inglês e retirou-se para Mantes.

O Delfim e o Rei de Navarra (verão de 1358 - verão de 1359)

A partir daí, ele organizou metodicamente o controle da Île-de-France, utilizando os bandos de mercenários internacionais que trabalhavam para ele. Tendo denunciado sua homenagem a João II em 3 de agosto, ele tomou cidades estrategicamente localizadas durante o verão para sufocar Paris, bloqueando todas as rotas fluviais por onde chegavam os suprimentos: Melun, no Sena, a montante, confiada aos cuidados de Martín Henriquez; Creil, no Oise, tomada por Jean e Robert de Picquigny e colocada sob o controle de um inglês sádico e desequilibrado, John Fotheringhay, que desfilava com trajes extravagantes, com penas de avestruz e chapéus de pele de castor, aterrorizando a região num raio de trinta quilômetros; La Ferté-sous-Jouarre, no Marne; a isso devem-se acrescentar Mantes, Meulan e Poissy, no Sena, a jusante, que faziam parte dos domínios do Rei de Navarra. Mais de 60 cidades na região da Île-de-France estavam nas mãos de mercenários anglo-navarros e bretões. O campo era sistematicamente extorquido através do sistema do " *patis* ". As aldeias eram ameaçadas de "morte, pilhagem e incêndio", nas palavras de Martín Henriquez, caso não pagassem. Por exemplo, no final de setembro, La Ferté-Alais foi obrigada a fornecer 500 moedas de ouro, 50 barris de vinho e 50 de farinha; todas as moças e mulheres consideradas dignas foram estupradas, as casas incendiadas e os homens mortos. Apenas as cidades maiores, protegidas por suas muralhas, escaparam desse tratamento.

Em Paris, o Delfim, ameaçado de cerco e sem fundos para pagar suas tropas, recorreu a Jean Poilevilain para orquestrar novas desvalorizações da moeda. A primeira parcela do resgate real, 600.000 écus, estava prevista para 1º de novembro · Era evidente que, dada a situação precária do reino, essa quantia jamais seria arrecadada. Foi o que Yves Derrien, secretário de João II, informou a Eduardo III ao retornar de uma missão de arrecadação de fundos em Languedoc. "Nessas circunstâncias", disse o rei da Inglaterra ao Delfim, "nossos acordos são nulos e sem efeito, e retornarei na próxima primavera com meu exército." Era exatamente isso que o rei de Navarra desejava, sabendo que o retorno de João II e a paz com Eduardo o colocariam em uma posição precária. Ele tinha todo o interesse em prolongar a guerra e a instabilidade, e fez tudo ao seu alcance para atrapalhar a arrecadação do resgate. Eduardo, que já havia sido enganado duas vezes por ele, confiava apenas parcialmente em Derrien, mesmo utilizando seus serviços. Em meio a esse renovado confronto armado, ninguém estava disposto a ouvir os legados papais, que chegaram a Paris em 13 de dezembro.

João II estava em desespero. O não cumprimento do Tratado de Windsor adiou *indefinidamente sua libertação* . Enquanto isso, Carlos, o Mau, devastava seu reino. Durante o inverno de 1358-1359, ele resolveu fazer novos sacrifícios: em 24 de março, assinou o Tratado de Londres com Eduardo, que concedia ao rei da Inglaterra plena soberania sobre a metade ocidental da França, incluindo toda a costa de Calais a Bayonne: Calais, Boulonnais, Normandia, Bretanha, Poitou, Saintonge, Aquitânia, incluindo Limousin, Quercy, Périgord, além de Maine, Anjou e Touraine. O Reino da França foi reduzido a uma espécie de Lotaríngia amorfa, com a costa do Languedoc como seu único litoral. E o resgate permaneceu inalterado. Quanto ao rei de Navarra, seu destino seria decidido por uma compensação fora da Normandia, e se ele se recusasse, uma guerra seria travada contra ele.

O Marechal Arnoul d'Audrehem foi imediatamente enviado a Paris com o tratado. Os Estados Gerais, reunidos em 19 de maio no Palácio Real, rejeitaram o texto de imediato. É mais uma prova da imprudência de João II o fato de ele ter acreditado, por um instante sequer, que os franceses aceitariam um acordo tão ridículo, que cortava todo o acesso ao mar para o seu comércio, simplesmente para a satisfação de vê-lo retornar. Em vez disso, os Estados votaram por impostos para recrutar 12.000 homens e travar uma "boa guerra" contra o Rei da Inglaterra. Essa foi a resposta que Arnoul d'Audrehem relatou a Eduardo III no final de maio. Este, então, começou a preparar sua expedição.

O plano era incomum: um desembarque em Calais, seguido de uma marcha sobre Reims, o objetivo da expedição. Será que Eduardo pretendia ser coroado Rei da França ali? É provável, já que Reims não tinha importância estratégica. As precauções tomadas para manter os planos em segredo também sugerem as mesmas intenções: todos os cidadãos franceses foram expulsos da Inglaterra em 5 de julho; todos os prisioneiros foram retirados de Londres e redistribuídos pelas Midlands e pelo oeste do país; o próprio João teve que se mudar para o Castelo de Somerton; sua guarda foi reforçada e sua correspondência foi lida. Claramente, Eduardo tinha algo importante a esconder. Os espiões, no entanto, conseguiram entregar ao Delfim uma lista das cidades a serem atacadas.

Carlos podia, portanto, tomar certas medidas. Já na primavera, conseguira afastar a ameaça do Rei de Navarra. As posições deste último ruíram na Picardia e ao longo do rio Oise, onde as comunidades locais retomaram ou recompraram Saint-Valéry e Mauconseil. Em junho, o Delfim sitiou Melun com considerável equipamento, incluindo dois grandes canhões. O Rei de Navarra tentou primeiro uma abordagem militar, depois uma negociação, encontrando-se com o Delfim perto de Pontoise a 19 de agosto. Não obtendo satisfação, anunciou, para surpresa e desconfiança geral, que se retirava, por não querer causar a ruína do reino através de uma guerra civil. Tal altruísmo por parte de um homem como ele suscita duas interpretações: para os ingénuos, foi um ato de graça; para os realistas, foi mais uma das suas manobras.

Em todo caso, seus tenentes não haviam recebido o Espírito Santo: não tinham intenção de cessar suas operações. Filipe d'Évreux recusou-se a seguir seu irmão; os capitães das fortalezas navarras recusaram-se a entregá-las ao Delfim; Martín Henriquez recusou-se a capitular em Melun; em Creil, João Fotheringhay recebeu uma enorme quantia para deixar a cidade e se reinstalou doze quilômetros rio acima, em Pont-Sainte-Maxence, de onde retomou seus ataques; o Capitão de Buch estabeleceu-se em Clermont-en-Beauvaisis; em Touraine e Anjou, os gascões Pierre Descalat e Jean Gros devastaram o Vale do Loire. O Delfim estava impotente; os impostos não estavam sendo cobrados e, portanto, ele era incapaz de formar um exército substancial. Em outubro, refugiou-se em Paris.

A cavalgada de Eduardo III (outubro de 1359 - maio de 1360)

Eduardo III reuniu um exército impressionante em Kent: pelo menos 10.000 homens, metade deles arqueiros, liderados por seus melhores comandantes militares: o Príncipe de Gales, Lancaster, Warwick, Northampton, Stafford e Walter Mauny. Não se poupou despesas: uma frota completa de equipamentos, que exigia uma composição de 1.000 carroças, incluindo forjas, fornos, moinhos, barcos de fundo chato para atravessar rios, ferraduras, cordas, pregos, milhares de arcos sobressalentes, dezenas de milhares de flechas, 200 sapadores e carpinteiros, 300 escriturários, peixe, carne salgada, grãos, azeite e vinho. Foram reunidos 1.100 navios. O custo exorbitante foi financiado por taxas alfandegárias, resgates e empréstimos de capitães de navio. Este exército, recrutado por contrato, parece mais uma iniciativa privada de Eduardo Plantageneta do que um empreendimento nacional.

Como de costume, estamos atrasados. A partida estava prevista para 8 de setembro. Em meados de outubro, ainda estamos nos portos. Isso porque, em Calais, não estamos totalmente preparados: Walter Mauny recrutou 1.000 homens de Brabante e Hainaut, que estão causando estragos enquanto aguardam o início da ação. O Lancaster deve chegar com uma vanguarda de 2.300 homens para ocupá-los, semeando o caos na área circundante. Finalmente, o desembarque principal ocorre em 28 de outubro no porto de Calais.

A pior coisa para um exército como esse é não encontrar inimigo para enfrentar. E é exatamente isso que está acontecendo. Essa não é uma tática deliberada do Delfim: ele simplesmente não tem recursos para reunir homens. Mas a grande lição que ele aprenderá com essa campanha é que é mais eficaz travar uma guerra sem um exército, esperando que as forças inimigas se desintegrem por conta própria. Diante dos ingleses, as populações se refugiam em cidades fortificadas. Eduardo III, com seus raios, se vê reduzido a incendiar fazendas abandonadas. Mas tudo isso não traz nenhum espólio: nenhum saque, nenhum resgate; a frustração e o descontentamento crescem entre os homens. Pois não há como se manter em cercos intermináveis e custosos, para os quais, além disso, eles estão mal equipados. Ademais, as reservas de suprimentos se esgotam rapidamente; eles precisam avançar implacavelmente em busca de comida e forragem. E assim foi – é sempre a mesma história – o inverno chegou mais cedo e foi mais rigoroso que o habitual, como se a natureza sempre conspirasse para dificultar a vida dos invasores. No dia 4 de dezembro, eles chegaram em frente a Reims, o objetivo declarado da expedição.

Esperava-se que os ingleses chegassem com forte resistência, pois seus planos eram conhecidos. O arcebispo Jean de Craon e os habitantes da cidade, geralmente divididos, concordaram em nomear um enérgico cavaleiro de Champagne, Gaucher de Châtillon, como capitão. Ele restaurou as defesas e organizou toda a população para participar da batalha, incluindo os cônegos da ilustre catedral, como Guilherme de Machaut. Como curiosidade, outro poeta, Geoffrey Chaucer, estava presente no exército inglês, enquanto um terceiro, o italiano Petrarca, testemunharia a devastação causada na região algumas semanas depois.

Mas não era hora para poesia. Eduardo III, que se instalara no mosteiro de Saint-Basle, na Montagne de Reims, organizou o cerco. Em Paris, o Delfim, ainda lutando para arrecadar fundos, estava impotente. O Condestável, com algumas centenas de homens, avançou até Troyes, mas não tinha forças suficientes para intervir. Além disso, não era necessário. Após o fracasso de um ataque inicial, os ingleses perceberam que o cerco provavelmente seria longo. Seus suprimentos estavam diminuindo muito mais rápido do que os dos sitiados. Eles tiveram que realizar incursões cada vez

mais longas no campo ao redor para trazer comida. Depois de algumas semanas, não havia mais nada para comer: em 11 de janeiro, Eduardo III levantou o cerco.

Começou então uma peregrinação inglória e sem rumo, com um exército desanimado e descontente, atormentado pelas guarnições das cidades que tinham de contornar. O campo sofreu o impacto mais forte desta jornada; o que não foi saqueado pelos ingleses foi recolhido pelos bandos de mercenários e salteadores que seguiam o exército. Dirigiram-se primeiro para sul, em direção à Borgonha. O rei chegou a Guillon, perto de Avallon. A região já tinha sido saqueada por um comandante de companhia, Nicolas Tamworth. A 10 de março, os estados provinciais, reunidos em Dijon, prometeram pagar 200.000 ovelhas de ouro para que todos partissem. Eduardo passou então pelo Nivernais, depois pelo Gâtinais e pelo Beauce. Chegou a 35 quilómetros a sul de Paris, pela estrada para Orléans, e estabeleceu-se em Chanteloup.

Brétigny, 8 de maio de 1360: o desmembramento do reino

Não havia qualquer possibilidade de ele sitiar a capital. Depois da derrota em Reims, isso seria uma loucura. Na verdade, ele já não sabia bem o que fazer. E, como sempre nesses casos, os enviados do Papa eram bem-vindos. Nunca estavam longe; tinham acompanhado o exército, como era seu costume, e a 31 de março, em Chanteloup, os legados vieram ver o Rei de Inglaterra. Eram Androuin de La Roche, Abade de Cluny, acompanhado por Simon de Langres, Geral dos Dominicanos, e Hugo de Genebra, simpático à causa inglesa. As circunstâncias pareciam favoráveis: por outro lado, havia também um anseio de paz. João II enviara a Paris o Arcebispo de Sens, os Condes de Tancarville e Dammartin, bem como Simon Bucy, para liderar o conselho do Delfim e facilitar a conclusão de um acordo que lhe permitisse regressar.

Contudo, as negociações foram difíceis, pois cada lado ainda acreditava poder barganhar para extrair o máximo de vantagens possível. Do lado francês, uma ousada tentativa de libertar João II acabara de ser feita. Um primeiro plano, totalmente irrealista, fora elaborado em março de 1359 pelo rei da Dinamarca, Valdemar III, que, por 600.000 florins, propôs o desembarque de 12.000 mercenários alemães e dinamarqueses na costa leste da Escócia. De lá, com a ajuda dos escoceses, eles entrariam na Inglaterra e libertariam o rei da França. Surpreendentemente, esse plano chegou a ser seriamente discutido em Paris com representantes escoceses. Uma versão mais modesta foi concebida durante o inverno de 1359-1360: enquanto Eduardo III e todas as forças inglesas estivessem atoladas na lama de Champagne, eles desembarcariam diretamente em Kent e trariam João II de volta. Supondo que este último, profundamente comprometido com o código de honra, concordasse em participar de tal fuga, o plano tinha pouquíssimas chances de sucesso. Jean de Neuville, um nobre da Casa de Picard e sobrinho do Marechal d'Audrehem, tentou a aventura, partindo de Le Crotoy no final de fevereiro. Atrasado por ventos contrários, só desembarcou em 15 de março, na costa de Sussex. Lá, foi recebido e repelido com pesadas baixas. O Chanceler da Inglaterra, William Edington, que governava o país na ausência de Eduardo, decidiu aproveitar a mobilização de forças e navios para lançar um contra-ataque no estuário do Sena no final de abril, sem resultados conclusivos.

Entretanto, Eduardo e o exército inglês ainda estavam ao sul de Paris, em meio a negociações com os legados e representantes do Delfim. A situação se arrastava; Eduardo aumentava a pressão: em 4 de abril, metade da população de Orly foi massacrada na igreja; Longjumeau foi incendiada; Montlhéry saqueada; em Arpajon, 900 pessoas foram queimadas vivas na igreja; 300 sobreviventes, tentando escapar, foram mortos pelos arqueiros. Uma pausa foi feita para o feriado da Páscoa, e então o cerco recomeçou, apertando o cerco à capital. Robert Scot avançou pelo rio

Oise, James Audley pelo Marne; os subúrbios foram devastados, enquanto os legados iam e vinham entre os dois acampamentos. Em vão. Os alimentos estavam acabando no campo devastado; uma retirada era necessária. Em 13 de abril, enquanto os ingleses se dirigiam para Chartres, o tempo mudou: trovões, granizo e um vento gélido. Centenas de carroças tiveram que ser abandonadas na lama. Não havia mais sentido em persistir; era melhor negociar enquanto ainda se conservava alguma aparência de força. Eduardo III, que se instalara em Sours, a 10 quilômetros de Chartres, informou os legados de que estava disposto a retomar as negociações. Elas começaram em 1º de maio [no] vilarejo de Brétigny, perto de Chartres.

O Delfim foi representado pelo Chanceler Jean de Dormans, Simon Bucy, Jean de Boucicaut e o Conde de Tancarville; Eduardo, pelo Duque de Lancaster, os Condes de Northampton, Warwick e Suffolk, Walter Mauny, Bartholomew Burghersh e Reynold Cobham; havia também três legados e um representante do Rei de Navarra. Um acordo foi rapidamente alcançado, selado em 8 de maio de 1360, refletindo a evolução da situação militar. Eduardo III teve que reduzir suas exigências. O resgate de João II foi reduzido para 3.000.000 de écus de ouro, e esse valor também incluía os resgates dos dezesseis prisioneiros mais importantes de Poitiers. Ficou planejado que o Rei da França seria levado a Calais no início de julho; lá, nos quatro meses seguintes, 600.000 écus seriam pagos. Vinte e cinco reféns, escolhidos entre a mais alta nobreza do reino, serão levados para a Inglaterra como fiadores do pagamento do restante do resgate; a eles se juntarão burgueses das vinte maiores cidades da França, e os dezesseis prisioneiros de Poitiers também permanecerão até que o saldo total do resgate seja pago.

Quanto aos territórios, Eduardo III contentou-se com um quarto da França: Gasconha, Poitou, Saintonge, Angoumois, Périgord, Limousin, Quercy, Rouergue, Calais e seus territórios, Ponthieu e Montreuil, todos em plena soberania. Em troca, renunciou a algo que ainda não possuía: a coroa da França. No que diz respeito à troca de renúncias — a entrega dos territórios por João II e a entrega da coroa por Eduardo — um processo foi estabelecido para evitar surpresas desagradáveis. Eduardo receberia inicialmente, como garantia, várias fortalezas a leste de Calais, bem como La Rochelle, e o Rei da França teria que renunciar a Calais antes de 29 de setembro.

O Tratado de Brétigny foi concebido como um tratado de paz final e definitivo, a ser solenemente ratificado em julho pelos dois reis em Calais. Consagrou a vitória de Eduardo III, que aumentou consideravelmente suas possessões na França e deixou de ser vassalo dos Valois, enquanto Calais lhe garantiu uma posição permanente. Para o Reino da França, este tratado foi catastrófico; reduzido a um quarto de seu território, perdeu sua posição como principal potência europeia e, menos de um século após São Luís, a humilhação foi imensa. A cavalaria francesa, cambaleante, estava em completa desordem. O país estava arruinado por vinte anos de guerra, o campo devastado e um resgate colossal teve de ser pago.

Contudo, o mais feliz de todos era o grande perdedor, João II, que só via uma coisa: sua libertação estava próxima. O Delfim, mais consciente da situação, estava, ao contrário, profundamente descontente. Ele pensava que, se tivessem esperado um pouco mais, o exército de Eduardo teria se desintegrado e esse desastre poderia ter sido evitado. Mas eles tiveram que se submeter. Em 10 de maio, ele recebeu o documento e o assinou perante os representantes ingleses. Quanto a Eduardo, ele estava apenas parcialmente satisfeito. Em 19 de maio, embarcou em Honfleur rumo à Inglaterra, enquanto seu exército retornava a Calais. Em 14 de junho, na Torre de Londres, João II ofereceu um grande banquete com a presença de Eduardo. Vendo a alegria do rei da França, alguém poderia se perguntar quem era o vencedor. João, o Bom, definitivamente não estava à altura da tarefa. Em 8 de julho, ele chegou a Calais. Sua alegria era indecorosa para

um soberano que acabara de perder um quarto de seu reino. É prematuro também: para libertá-lo, é preciso encontrar 600.000 coroas, e, na situação em que o país se encontra, é provável que os súditos não estejam entusiasmados em participar da arrecadação.

4
Uma guerra contagiosa

A "Estranha Paz" e as Grandes Companhias (1360-1370)

Desde 1940, sabemos o que é uma "guerra de mentira". Em 1359, o cronista florentino Matteo Villani cunhou o termo "paz de mentira" em referência ao Tratado de Londres. A expressão descreve perfeitamente o período de 1360 a 1369, que se seguiu ao Tratado de Brétigny. Embora, em teoria, os dois reinos estivessem em paz, não só os combates se intensificaram, como a guerra também se alastrou para a Espanha. De certa forma, a paz era pior que a guerra. Esse paradoxo decorreu do desenvolvimento de um novo flagelo, nascido do conflito e amplificado pelo Tratado de Brétigny: as companhias mercenárias.

Auvergne, Provença, Champagne: o início das companhias

O fenômeno se deve essencialmente ao novo tipo de recrutamento militar. No exército feudal clássico, os combatentes eram convocados conforme a necessidade, por um período fixo, e prestavam um *serviço* não apenas não remunerado, mas também custoso. Cada um retornava para casa assim que as operações terminavam e retomava suas ocupações habituais. O serviço militar era uma espécie de pagamento extraordinário em espécie. Agora, com a guerra se tornando endêmica, tropas permanentes eram necessárias — profissionais que não tinham outra ocupação e viviam de seus salários. Os governantes recorreram a empresários da guerra, líderes de bandidos, e firmaram contratos por prazo determinado com eles, renováveis conforme a necessidade. A Guerra dos Cem Anos criou empregos, mas eram empregos precários, e assim que as tréguas eram assinadas, ocorriam demissões, deixando os mercenários desempregados. Esses homens desenraizados não tinham outra fonte de renda. Formavam grupos nômades, vivendo da terra, saqueando, matando, estuprando e destruindo. Quem poderia detê-los? Eles eram o exército. Havia apenas duas soluções: enviá-los para lutar em outro lugar ou, melhor ainda, fazê-los lutar entre si, na esperança de que se exterminassem mutuamente. Isso nem sempre é fácil, pois após vinte anos de guerra, proliferam bandos de mercenários e, por volta de 1360, começam a se organizar, a se federar, formando verdadeiras cooperativas, com hierarquia, códigos e regulamentos próprios, sob o comando de um líder que os guia na busca por pilhagem. Poderíamos quase dizer que se tornam verdadeiros estados dentro de um estado, estados nômades, deslocando-se de uma província para outra como enxames de gafanhotos. Essas são as grandes companhias.

O fenômeno surgiu após a Batalha de Poitiers. Com a ameaça francesa eliminada, as autoridades inglesas puderam restabelecer a ordem e dispensar os grupos de mercenários gascões que haviam empregado em inúmeras escaramuças em Quercy, Périgord e Rouergue. Enquanto isso, o Languedoc francês organizou sua própria defesa, impulsionado pela afronta às autoridades do norte. Cidades, distritos, senescais e bispados estabeleceram suas próprias milícias, financiadas por impostos locais. Os grupos de mercenários, portanto, se viram sem empregadores nessas regiões e confrontados com comunidades firmemente organizadas. Começaram a recuar para o norte e para o leste, em direção às montanhas mal defendidas da Auvergne, que naquela época constituíam uma espécie de "ventre mole" do Reino da França, distante dos centros de poder. Os administradores de Saint-Flour e Riom foram praticamente abandonados à própria sorte, e o Duque

de Bourbon, cujos domínios se estendiam ao norte da região de Cantal, não pôde garantir sua defesa: o Duque havia morrido em Poitiers, seu filho tinha apenas nove anos e seu irmão era prisioneiro. A região abrigava inúmeras pequenas cidades vulneráveis que ainda não haviam sido afetadas pela guerra; as florestas, os vales íngremes e o terreno acidentado ofereciam locais ideais para a construção de castelos e fortalezas inexpugnáveis: condições perfeitas para o banditismo. Por décadas, o Maciço Central se tornaria o refúgio e o território escolhido por esses bandos.

Os primeiros a se estabelecerem ali foram os gascões, que subiram pelos vales da Aquitânia, especialmente membros da prolífica família Albret: Arnaud d'Albret de Cubzac e seus primos Arnaud-Amanieu d'Albret e Bertucat d'Albret. Eles foram pioneiros no método predileto das companhias mercenárias: capturar uma cidade e depois vendê-la de volta às autoridades legítimas, evitando assim a necessidade de transportar um saque volumoso e variado. O dinheiro era dividido e eles seguiam para resgatar outras cidades, o que não os impedia, é claro, de se aproveitarem das moças e mulheres locais em cada lugar que visitavam. Arnaud d'Albret, por exemplo, tomou Felletin em 1356 e a vendeu por 21.000 écus ao Duque de Bourbon naquele outono. E já há novos empreendimentos a caminho deste Eldorado: o castelhano Sandoz instala-se no castelo de Montbrun, perto de Saint-Flour, de onde se expande em direção a Cantal e Gévaudan.

Com Arnaud de Cervole, o sistema assumiu novas proporções. Esta figura pode ser considerada o verdadeiro iniciador das "grandes companhias". Ele era um filho mais novo da Gasconha, de uma família nobre perto de Castillon. Tonsurado e destinado à Igreja como muitos filhos mais novos, tornou-se arcipreste de Vélines, na diocese de Périgueux. Mas ele era mais atraído pelo banditismo do que pelo rosário. Participou de diversas ações militares, do lado francês, no início da década de 1350. O arcipreste tinha uma especialidade: capturar cidades e castelos por meio de assaltos. Rapidamente, ele se destacou no mundo dos mercenários. Ferido e capturado em Poitiers, casou-se com uma viúva rica com terras em Berry e tornou-se uma figura proeminente, sempre à beira do banditismo. Ao longo de sua carreira, ocupou uma posição ambígua: um líder de bando perigoso e independente, mas também um aliado útil quando necessário — uma situação semelhante, do lado francês, à de Robert Knolles do lado inglês. Pois o arquipreste logo se viu à frente de uma força heterogênea de 2.000 homens, uma amálgama de várias gangues de todas as origens, cada uma com seu próprio líder, variando dos piores criminosos a nobres menores empobrecidos.

Sua primeira grande façanha foi a devastação da Provença, então possessão da rainha Joana de Nápoles. Um território rico, por onde circulavam bens de luxo e cofres repletos de ducados, destinados à corte papal em Avignon. As cidades eram numerosas, prósperas e fáceis de capturar, com exceção das maiores, presas irresistíveis para mercenários. Em 13 de julho de 1357, a horda de Arnaud de Cervole cruzou o Ródano ao norte de Valence, rumou para o sul e se espalhou pelo Condado de Venaissin e pelo Condado de Forcalquier. O Conde de Armagnac, que tinha contas a acertar com Joana de Nápoles, chegou em seguida, vindo do sul em direção a Saint-Gilles. Em Avignon, o pânico se instaurou. Inocêncio VI mandou reparar as brechas nas fortificações, abandonadas por 150 anos. A rainha de Nápoles comprou a retirada de Armagnac. Em março de 1358, o arquipreste se estabeleceu em Pelissanne, perto de Salon. Acompanhado por Raimundo des Baux e rebeldes provençais, ele planejou tomar Marselha, mas a empreitada era arriscada demais. Em outubro, aceitou 20.000 florins de ouro do Papa e retirou-se para o norte.

Pois ali, nas regiões de Orléanais e Auxerrois, havia trabalho para ele e seus homens: seu colega e rival inglês, Robert Knolles, com 2.000 a 3.000 bandidos de todas as nacionalidades, navegou pelo Loire, saqueou os arredores de Orléans no início de outubro e capturou Châteauneuf-

sur-Loire. Ele agia ostensivamente para o Rei de Navarra, mas na realidade para si próprio. As regiões de Orléanais e Nivernais estavam ameaçadas, sem ninguém para defendê-las: o Duque Filipe de Orléans estava ocupado em Paris com o Delfim, e Nivernais fazia parte das possessões do Conde de Flandres, Luís de Mâle, que já estava bastante ocupado no Norte e que deixou sua mãe, Margarida de Flandres, para administrar o Condado de Nevers. Este último, com a ajuda do Delfim, não conseguiu pensar em nada melhor do que confiar a Arnaud de Cervole a defesa das fortalezas de Nivernais e Berry contra Robert Knolles, por uma generosa quantia em dinheiro. Isso equivalia a invocar um demônio — mesmo um arcipreste — para banir outro demônio. A manobra fracassou. No final de outubro, Knolles, partindo de Châteauneuf, avançou para leste; capturou o Château de Malicorne, entre os rios Loire e Yonne, onde se estabeleceu. Arnaud de Cervole tentou desalojá-lo, sem sucesso, e depois desistiu em circunstâncias suspeitas. Teria havido um acordo secreto entre os dois senhores da guerra? Os registros são omissos a esse respeito. De qualquer forma, Knolles continuou seu avanço. Em 8 de dezembro, tomou o Château de Regennes, ao norte de Auxerre; chegou até Troyes, onde sofreu uma derrota. Abandonando a Borgonha, que estava muito bem defendida, ele atacou Auxerre, que conquistou escalando as muralhas em 10 de março de 1359.

A forma como a cidade foi saqueada foi um exemplo clássico desse tipo de operação, um trabalho primoroso de profissionais que dominavam a sua arte. Não houve derramamento de sangue; todos os habitantes foram confinados às suas casas, que foram sistematicamente revistadas e saqueadas. Todo o saque, incluindo o tesouro da catedral, foi empilhado em carroças. Segundo relatos da época, o valor era de 500.000 ovelhas de ouro. Em seguida, os habitantes tiveram que comprar de volta as suas casas, sob ameaça de demolição: isso rendeu mais 50.000 ovelhas de ouro. Tudo foi levado, incluindo o relicário de Saint Germain, que Knolles, tomado pelo remorso, devolveu vários anos mais tarde. Pouco depois desse episódio, os legados papais, retornando de uma missão a Paris, passaram pela região: foram atacados e roubados.

Após sua façanha em Auxerre, Robert Knolles retornou com seus despojos à sua base em Châteauneuf-sur-Loire para preparar sua próxima expedição: um grande ataque, uma verdadeira chevauchée, através do Maciço Central. A empreitada, que prometia ser frutífera, atraiu uma grande multidão: 4.000 aventureiros, em sua maioria bretões e ingleses, reuniram-se em Châteauneuf. Uma turba colorida, com líderes formidáveis como Hugh Calveley e John Waldboef, de Cheshire, e excêntricos como o galês Jack Wyn, que se autodenominava o "Perseguidor do Amor". Em maio de 1359, a horda partiu pela região de Bourbonnais, seguindo o Vale do Allier. A área era pouco defendida por algumas tropas do jovem Duque de Bourbon, lideradas por Thomas de La Marche, filho ilegítimo de uma ex-rainha da França, esposa de Carlos IV, que havia sido repudiada. Knolles devastou os arredores de Saint-Pourçain e, em seguida, estabeleceu-se perto de Clermont, em Pont-du-Château, onde se juntou ao grupo de Bertucat d'Albret. Mas, em meados de junho, o grupo de Calveley separou-se da força principal e, passando por Issoire e Brioude, chegou a Le Puy, na região de Velay, que sitiaram. Knolles juntou-se a eles em julho. A cidade foi tomada e saqueada, mas eles logo tiveram que retomar a marcha para o sul, pois Thomas de La Marche se aproximava pelo norte. Em Languedoc, havia preocupação com a aproximação de Knolles; o senescal de Beaucaire e o visconde de Narbonne prepararam-se para defender o acesso ao vale inferior do Ródano. Knolles, Calveley e Albret recuaram, cada um seguindo seu próprio caminho. Enquanto isso, Waldboef e Wyn entraram na região de Forez e saquearam Montbrison. No outono, o ataque havia terminado. Knolles havia retornado à Bretanha, Calveley a Berry e Wyn ao rio Yonne. Os resultados foram mistos. Os espólios foram escassos e fragilidades militares vieram à

tona: a companhia, grande demais para permanecer no local por muito tempo, não conseguia empreender grandes cercos e, por outro lado, não era forte o suficiente para arriscar uma batalha campal contra um exército regular.

Essas mesmas limitações explicam o fracasso de outras companhias em Champagne na primavera de 1359. Ali também havia outro grupo de notórios patifes: os ingleses Robert Scot e Rabigot Dury, e Frank Hennequin, de Hainaut, que operavam a partir do norte, no vale do Aisne; e o alemão Albrecht (provavelmente Albert Sterz), o inglês Peter Audley e Eustache d'Aubricourt, de Hainaut, que, ao sul, avançavam pelos vales do Sena e do Aube em direção a Épernay. Esses líderes bandidos formaram associações para dividir custos e lucros. Estabeleceram suas bases nos castelos que capturaram: Vailly e Roucy para os grupos do norte, e Nogent, Pont e Beaufort para os do sul. Contudo, já em junho, foram expulsos pelos tenentes reais, que conseguiram mobilizar forças consideráveis da nobreza local e das guarnições urbanas. Jean de Chalon, Henri de Vaudémont e o Bispo de Troyes reuniram entre 2.000 e 3.000 homens e, em 23 de junho, derrotaram e capturaram Eustache d'Aubricourt em Bray-sur-Seine. Em seguida, Hennequin, sitiado em Sisonne, e Dury, em Roucy, foram forçados a se render. A força da resistência às companhias nesta região devia-se, sem dúvida, em grande parte a um forte senso de pertencimento a uma antiga entidade política, o Condado de Champagne, um fator importante na coesão da população.

O reinado das grandes companhias (1360-1364)

Esses episódios, porém, foram apenas o prelúdio para a ascensão das companhias mercenárias. O flagelo assumiu novas proporções com o Tratado de Brétigny, que deixou milhares de mercenários desempregados por todo o país. As primeiras dificuldades surgiram quando se tratou de persuadir os capitães e líderes bandidos que, em nome do Rei da Inglaterra, ocupavam cidades e castelos fora dos territórios adquiridos por Eduardo III, a desocuparem os locais. Cerca de 120 dessas importantes fortalezas foram identificadas. Em quase todos os casos, os ocupantes se recusaram a sair: John Fotheringhay permaneceu em Pont-Sainte-Maxence, Thomas Bagworth em La Ferté-sous-Jouarre, os homens do Captal de Buch em Clermont-en-Beauvaisis, e assim por diante. A única maneira era comprar a sua partida, por somas consideráveis: 24.000 florins pelas guarnições de cerca de dez fortalezas na região de Beauvaisis, 20.000 écus por Honfleur, 17.000 écus pelas fortalezas de Thomas Bagworth; até o Duque de Lancaster foi pago para deixar as fortalezas de Maine e da Baixa Normandia: 20.000 écus. Os Estados da Normandia recompraram dezesseis fortalezas por 84.000 écus.

E o que acontece então aos homens que deixam esses lugares? Eles ficam apátridas, sem saber nada além de lutar. Alguns são criminosos ingleses, incapazes de retornar à Inglaterra. Poucos se estabelecem, casam e se integram à população local. O próprio Jack Wyn, o "conquistador", torna-se um borgonhese proeminente, tão bem integrado que, quando a guerra recomeça em 1369, torna-se um dos leais servos do Rei da França.

Mas esses são casos isolados. A grande maioria dos mercenários busca novos territórios para aventuras e pilhagem. Eles se dirigem para a Bretanha, onde a sucessão ainda não foi resolvida. O jovem Duque João de Montfort, profundamente anglicizado por sua educação e amigo do Príncipe de Gales, ainda é protegido de Eduardo III, que mantém numerosas guarnições no ducado, vivendo do direito de *patis (uma forma de tributo feudal*) sobre as comunidades locais. Alguns líderes fizeram fortuna ali, como Sir Matthew Gournay, um cavaleiro de Somerset, na casa dos cinquenta anos, que participou de todas as campanhas, lutou contra os árabes em Algeciras, conquistou

L'Ecluse, Crécy, Poitiers e tornou-se capitão de Brest em 1357, alugando os serviços de sua guarnição, vendendo "mandados marítimos" (uma espécie de salvo-conduto que permitia aos navios passar pela costa de Finistère sem serem atacados), liderando incursões na Normandia e investindo sabiamente os lucros de seus saques.

No final de 1360, um bom número de líderes bandidos que haviam deixado seus postos na Normandia, Champagne ou Île-de-France foram encontrados nas fronteiras da Bretanha, saqueando as regiões fronteiriças de Anjou, Maine e Cotentin: Robert Scot, Thomas Fogg, Hannequin Tyldesley, Robert Knolles, que invadiu Maine durante o verão, e Hugh Calveley, que derrotou e capturou Du Guesclin no final do ano.

Em todo o país, o Tratado de Brétigny deixou um cenário caótico, com o ressurgimento de guerras privadas devido à instabilidade na propriedade durante a guerra. Antigos proprietários de terras, arruinados pelo cativeiro, retornaram e encontraram suas terras ocupadas por recém-chegados, criando uma infinidade de cenários possíveis, insolúveis pela lei, não restando outra solução senão o uso da força. Um exemplo típico: Carlos de Artois, que por meio de seu casamento havia adquirido propriedades na Baixa Normandia, às quais o rei havia acrescentado o Condado de Longueville, confiscado do Rei de Navarra. Carlos de Artois foi capturado em Poitiers; o Conde de Alençon aproveitou-se disso para ocupar suas terras, e João II restituiu o Condado de Longueville a Carlos, o Mau. Ao retornar do cativeiro, ele lançou uma guerra particular contra Alençon, empregando mercenários gascões, bretões e ingleses; James Pipe trabalhou alternadamente para Alençon e para ele. Para a população local, nada mudou: esta paz é uma paz estranha.

Durante o outono de 1360, milhares de mercenários desempregados reuniram-se na região de Auvergne e formaram uma grande companhia. Os grupos tinham bases regionais ou nacionais. Entre eles estavam os bretões de Maurice Trésiguidi, os alemães de Albrecht, os ingleses de John Hawkwood, William Starkey e John Verney, um bandido banido da Inglaterra por seus crimes, e muitos gascões, navarros, brabanços, hainautenses e castelhanos. À frente dessas brigadas internacionais estava um escocês, Walter, provavelmente Sir Walter Leslie. Monges excomungados misturavam-se com os piores psicopatas, camponeses que haviam perdido tudo, filhos mais novos da pequena nobreza, pessoas com problemas mentais e criminosos, juntamente com suas concubinas e inúmeras prostitutas. Toda a operação era organizada, com suas próprias regras e contratos. No final de dezembro, estimava-se que seu número chegasse a cerca de 15.000. No dia 29, eles tomaram Pont-Saint-Esprit, acreditando que encontrariam ali uma grande quantia em dinheiro — a contribuição de Languedoc para o resgate do rei. O dinheiro não estava lá, mas a companhia agora estava em posição de controlar o Vale do Ródano e ameaçar a Provença.

O Papa excomunga os mercenários, o que não os impressiona muito. No entanto, eles começam a ter dificuldades para encontrar suprimentos localmente, e um exército se prepara para marchar contra eles, incluindo tropas aragonesas e o Marechal Arnoul d'Audrehem. Eles então aceitam ofertas para lutar em outros lugares, especialmente na Itália. Lá, riquezas colossais aguardam para serem saqueadas. É o Papa Inocêncio VI quem tem essa ideia brilhante. Por 100.000 florins, pagos pelo tesouro papal e por Gênova, o Marquês de Monferrato liderará a companhia para lutar contra os Visconti, inimigos do Papa na Lombardia. Lá, o Vigário Geral Gil Albornoz, um castelhano, comandará as operações. Os mercenários que aceitam o contrato, cerca de 6.000 deles, formam a Companhia Branca, liderada por Albert Serz, "Albrecht". Eles descem para o Vale do Pó em maio de 1361. A Guerra dos Cem Anos se espalha para além dos Alpes.

Para a Itália, foi um verdadeiro cataclismo. Os cronistas enfatizaram a selvageria desses mercenários: "Eram todos jovens, criados nas longas guerras da Inglaterra e da França, ferozes, entusiastas, treinados na rotina de matar e saquear", escreveu Filippo Villani. Completamente insensíveis, torturavam, queimavam, estupravam e matavam a serviço da Igreja. Seu equipamento, com escadas extensíveis, arcos, armaduras leves, seus métodos de combate, sua resistência, sua capacidade de se mover à noite, de lutar no inverno e no verão, assombraram os italianos. Após dois anos, a Companhia Branca havia destruído completamente a tropa de Conrad de Landau, que era empregado pelos Visconti. Em seguida, fragmentou-se, com a maior parte dos membros a serviço de Pisa durante o verão de 1363. Em outubro, o comando passou para John Hawkwood, filho de um curtidor de Essex, que, com mais de quarenta anos, iniciou uma magnífica carreira como condottiere, tornando-se um dos líderes mais temidos da península, cujos serviços eram comprados por preços exorbitantes; logo se casou com uma filha dos Visconti; em 1394, após sua morte, recebeu um funeral de Estado, e seu gigantesco retrato, pintado por Paolo Uccello, adornou as paredes da Catedral de Florença. Uma apoteose religiosa ambígua para um temível líder mercenário.

Nem todos os mercenários reunidos em Pont-Saint-Esprit atravessaram para a Itália. Alguns grupos preferiram a Espanha, onde Castela e Aragão estavam em guerra. Foi o caso do grupo de Seguin de Badefol, um jovem e promissor líder de vinte e cinco anos do Périgord. Mas, ao chegar a Roussillon, ele soube que a guerra havia terminado. Recuou em direção à região de Narbonne, onde se juntou a Bérard e Bertucat d'Albret. Juntos, retornaram a Rouergue, recebendo para evacuar cada região que atravessavam: 5.200 florins dos Estados de Rouergue e 3.000 florins do Bispo de Albi.

Estamos agora entrando nas terras concedidas a Eduardo III pelo Tratado de Brétigny. As autoridades inglesas não tinham intenção de tolerar a presença desses bandidos nômades. Sir John Chandos, juntamente com o senescal William Felton, foi encarregado de limpar a região, de Rouergue a Limousin, onde figuras como John Amory e John Cresswell vagavam com bandos anglo-bretões, assim como Petit Meschin, um gascão ainda menos respeitável, "um homem indigno, mas um grande mestre da guerra", segundo Matteo Villani. Ele sucedeu Seguin de Badefol, que havia se retirado para sua casa. A campanha de Chandos coincidiu com a que Arnoul d'Audrehem liderava em Languedoc para o Rei da França. As companhias do Maciço Central foram então repelidas para o norte e leste, encontrando o Mâconnais, o Lyonnais e o sul da Borgonha, que acabara de ser anexado ao domínio real após a morte do jovem Duque Filipe de Rouvre. João II encarregou Jean de Tancarville de defender esta província contra a invasão das companhias. Ele recebeu reforços das tropas de Arnaud de Cervole. No início de abril de 1362, os 5.000 mercenários de Petit Meschin, apoiados por Amory, Cresswell, Tallebardon e Perrin Boais, foram interceptados em Brignais, a cerca de quinze quilômetros a sudoeste de Lyon. Em 6 de abril, lançaram um ataque surpresa contra o exército real e o derrotaram. Tancarville e Arnaud de Cervole foram capturados, juntamente com mil de seus homens; os condes de Joigny e Forez foram mortos; Jacques de Bourbon morreu pouco depois em decorrência dos ferimentos.

A Batalha de Brignais revela a estranha paz e decadência do reino: os mercenários, agora à solta, controlam as terras. Mas não sabem o que fazer com a vitória. Em poucos dias, dispersam-se: a maioria retorna às montanhas da Auvergne, onde saqueiam com ainda mais veemência, auxiliados pelos homens de Arnaud de Cervole, que consideram decididamente mais vantajoso aliar-se às companhias mercenárias do que ao rei.

As companhias mercenárias continuaram seus ataques devastadores em 1363. Estavam por toda parte. Seguin de Badefol retomou suas atividades em Languedoc durante o verão. Apareceu perto de Toulouse com um grupo de bandos: os de Petit Meschin, Arnaud de Solier, conhecido como "le Limousin", Louis Rabaud e Menaud de Villars, conhecido como "Espiote". Toulouse pagou-lhes 40.000 florins para que partissem. Estabeleceram-se entre Carcassonne e Montpellier, em bases como Peyriac e Lignan, ao norte de Béziers. De lá, Bertuquin devastou os subúrbios das principais cidades. Béziers pagou-lhes para que partissem. Seguin de Badefol, juntamente com Bérard e Bertucat d'Albret, marchou então para Gévaudan, tomou Brioude e, de lá, lançou ataques contra Le Puy, Saint-Flour, Clermont e La Chaise-Dieu. Os Estados de Auvergne compraram a sua saída por 40.000 florins, com o bônus adicional da absolvição papal e do perdão real, em abril de 1364.

O crime também compensou no Norte. Na Península de Cotentin e nas Marcas Bretãs, dezenas de pequenas guarnições saqueadoras operavam. Em 1363, Du Guesclin trabalhou com Filipe de Navarra para subjugá-las, mas era uma tarefa que precisava ser repetida constantemente. Filipe contraiu um resfriado e morreu em agosto. No leste, Henrique de Vaudémont, tenente do rei em Champagne, contratou Arnaud de Cervole para lutar contra o Conde de Bar e o Duque de Lorena, mas os homens do arquipreste causaram enormes danos. Na Borgonha, Filipe de Touraine, filho do rei, viu-se reduzido a recrutar os bandos de Arnaud de Tallebard e Guiot du Pin para lutar contra outros bandos, com o único resultado sendo a devastação da região. A audácia dos mercenários não conhecia limites: em outubro de 1363, o inglês John Jewel e o brabantino Walter Strael tomaram o castelo de Rolleboise, rio abaixo de Mantes, e o usaram como base para incursões na região de Vexin e para bloquear a navegação no Sena. Outros capturaram Murs, perto de Corbeil, e La Charité-sur-Loire. Diante dessa situação caótica, o poder real estava completamente impotente.

Uma paz estranha e um segundo fim para o seu reinado (1360-1364)

Os anos de 1360 a 1364 foram, de fato, marcados, no âmbito governamental, pelas reviravoltas da libertação condicional de João II. O primeiro problema foi encontrar 600.000 écus para a primeira parcela do resgate, condição essencial para o retorno do rei. Ele estava disposto a tudo, inclusive a vender sua filha de onze anos, Isabel: Galeazzo Visconti, Duque de Milão, a adquiriu para seu filho de oito anos em troca de 600.000 écus, dos quais pouco mais de 100.000 chegaram ao cofre estabelecido na Abadia de Saint-Bertin, em Saint-Omer, para arrecadar o resgate. O restante foi obtido por meio de um empréstimo forçado cobrado das cidades, do clero e de todos os indivíduos ricos, arrecadado com métodos brutais de uma população empobrecida.

O segundo problema era o *momento* da troca de renúncias. Deveria ocorrer simultaneamente, mas a desconfiança prevaleceu: nenhum dos dois queria assinar primeiro, temendo que o outro aproveitasse a oportunidade para se esquivar de suas obrigações. Eduardo recusou-se a renunciar à coroa francesa antes que João tivesse renunciado aos seus territórios, e vice-versa. Durante três meses, de 8 de julho a 9 de outubro de 1360, tudo ficou parado. João estava em Calais, Eduardo estava na Ilha de Sheppey, no estuário do Tâmisa, aguardando para atravessar até que os diplomatas chegassem a um acordo.

O procedimento finalmente adotado foi tão complexo que se poderia facilmente acreditar que foi calculado para dar a ambos os lados pretextos para a retomada da guerra. Em resumo, João II manteria Ponthieu como garantia para a evacuação das guarnições inglesas ao norte e leste de Paris, bem como do centro do Loire; manteria o Condado de Montfort-l'Amaury, destinado a João

de Montfort, protegido de Eduardo, até a evacuação das fortalezas no sudoeste da Île-de-France; manteria Saintonge até a completa evacuação da Normandia e Angoumois até a da Touraine. O caso dos demais territórios foi resolvido pela cláusula "isto é": eles deveriam ser cedidos antes de 24 de junho de 1361. Em seguida, a troca de renúncias ocorrerá no mosteiro agostiniano de Bruges em 15 de agosto de 1361, ou, no máximo, em 30 de novembro. Até essa data, João II permanecerá o soberano nominal dessas províncias, mas sem exercer qualquer soberania real sobre elas; da mesma forma, Eduardo permanecerá como pretendente ao trono francês, mas sem reivindicar esse direito. Quanto aos reféns, os Condes de Anjou e Poitiers, filhos do rei, o Duque de Orléans, seu irmão, e dois outros príncipes serão libertados mediante o pagamento da segunda parte do resgate, após a troca das renúncias em Bruges. Os demais serão libertados gradualmente.

Além disso, reunir esses reféns provou ser extremamente difícil, pois eles se mostravam totalmente pouco cooperativos, a começar pelos filhos do rei, que tiveram de ser convocados "com muita severidade" para se renderem à Inglaterra. Ademais, algumas cidades resistiam: La Rochelle recusou-se a submeter-se ao domínio inglês, e Arnoul d'Audrehem teve de ser enviado para persuadi-los. Um acordo também precisava ser firmado com Carlos de Navarra, que poderia muito bem atrapalhar todo o processo: João II concedeu-lhe o perdão e restituiu suas terras em troca de sua homenagem e da retirada de seus mercenários, desde que estes estivessem dispostos a obedecer. Mas os 600.000 écus ainda não podiam ser reunidos. Eduardo fez uma concessão: contentaria-se com 400.000 por ora. Ele chegou a Calais em 9 de outubro, acompanhado nos dias seguintes pelo Conde de Flandres, o Delfim, Carlos de Blois e representantes do Rei de Navarra e de João de Montfort. João II ofereceu um grande banquete para todos, usando o dinheiro de seus súditos, e em 24 de outubro de 1360, em uma cerimônia solene, juramentos foram feitos para cumprir os acordos, o beijo da paz foi trocado, presentes foram oferecidos e despedidas foram dadas.

Esta será apenas uma despedida temporária. Muitas condições precisam ser cumpridas para que se possa razoavelmente esperar um desfecho pacífico. A transferência de soberania ocorre com diferentes graus de facilidade, dependendo da região. Nas cidades, o procedimento é o seguinte: comissários franceses e ingleses apresentam-se no portão principal; o comissário francês lê em voz alta, perante os representantes reunidos nas muralhas, a ordem de João II para transferir sua lealdade a Eduardo; os portões são abertos, as chaves são entregues aos comissários ingleses, os juramentos são prestados e um capitão inglês é empossado. Geralmente, isso ocorre sem problemas em Poitou, Angoumois, Saintonge e Périgord, mas com muito menos facilidade em Limousin e Quercy. Os magistrados de Cahors chegam a expressar seu descontentamento.

E então, na inextricável selva da geografia feudal, surgem inevitavelmente casos insolúveis. La Roche-sur-Yon, por exemplo, faz parte de Poitou, mas desde 1287 é um enclave do bailiado de Touraine: faz parte dos territórios cedidos? Em Lower Poitou, a terra cedida de Belleville limita-se ao pequeno castelo de Belleville ou abrange o grande senhorio de Belleville? O Conde de Foix recusa-se a prestar homenagem a Eduardo por Béarn, que considera um território independente. Em novembro de 1361, o Rei da Inglaterra envia dois representantes a Paris para exigir a renúncia de João II aos territórios cedidos, mas estes não têm poder para obter a renúncia de Eduardo à coroa em troca. Não era isso que havia sido acordado.

Além disso, o rei da França não conseguiu arrecadar o dinheiro para o resgate. Ao retornar a Paris no final de outubro de 1360, encontrou um reino devastado, sistematicamente saqueado por companhias mercenárias, e decidiu espremer-lo até a última gota: em 5 de dezembro, em Compiègne, decidiu impor vários impostos e restabelecer o imposto sobre o sal em Languedoc.

Como o objetivo era arrecadar o resgate, não precisava da aprovação dos Estados Gerais. Mas o dinheiro demorou a chegar. Languedoc arrecadou apenas um terço do esperado. Em dezembro de 1361, nada havia sido pago dos 400.000 écus destinados àquele ano. Os reféns estavam ficando impacientes. Não que estivessem sendo maltratados: tinham total liberdade de movimento, servos, músicos e capelães à sua disposição; caçavam, dançavam, banqueteavam, jogavam e flertavam, mas por conta própria, é claro. O Duque de Bourbon gasta 100.000 libras durante seus seis anos de férias forçadas. E então, eles ficam entediados: chove com frequência, muitas pessoas nem sequer falam francês, Londres é sombria e insalubre; em 1361, o retorno da peste causa a morte de um quarto dos reféns.

Em abril de 1362, o Cardeal Androuin de La Roche e o Marechal Boucicaut chegaram a Londres para tentar chegar a um acordo. O pagamento do resgate já estava atrasado em 600.000 écus. Eles trouxeram 108.800 écus, arrecadados raspando os cofres; o Papa deveria contribuir com 90.000 écus, que ele nem precisava transportar: foram cobrados do clero inglês, que podia pagá-los diretamente. Assim, os ingleses estavam pagando parte do resgate do rei francês! Em troca, Boucicaut solicitou mais adiamentos e a renúncia de Eduardo à coroa francesa. Isso foi recusado.

Assim, os príncipes mantidos como reféns — o duque Luís de Anjou, o duque João de Berry, antigo conde de Poitiers e filho do rei, o duque de Orléans e o duque de Bourbon — tomaram a iniciativa de negociar diretamente com Eduardo, sem consultar João II. O tratado, conhecido como Tratado das *Flores-de-lis* , satisfez o rei da Inglaterra em todos os pontos. Os reféns foram transferidos para Calais. O rei da França soube do tratado em Villeneuve-lès-Avignon, em março de 1363. Ele o aceitou com relutância, mas o tratado não foi implementado, provavelmente devido à oposição dos conselheiros de João II.

Desanimado, o Duque de Anjou, de vinte e quatro anos e desesperado para rever sua jovem esposa, com quem se casara poucos dias antes de partir para a Inglaterra, fugiu em setembro. Foi fácil: os reféns tinham permissão para deixar Calais por três dias consecutivos. O pretexto, como de costume, era piedoso: ele iria visitar o santuário de Notre-Dame de Boulogne. O rei ficou furioso ao saber dessa violação do código de honra cavalheiresca e convocou seu filho a Saint-Quentin. Luís de Anjou recusou-se a retornar a Calais. Dois meses depois, no início de dezembro, João II anunciou sua intenção de retornar a Londres, sem dar explicações. Queria restaurar a honra da família ou simplesmente retomar as negociações com Eduardo? Ambas as hipóteses são plausíveis. Em meados de janeiro, ele retornou ao Palácio de Savoy, em Londres.

Três meses depois, ele morreu. Tinha apenas quarenta e cinco anos, mas estava exausto. O inverno foi extremamente frio e úmido, a peste assolava o país, juntamente com tifo, gripe e varíola. O suficiente para matar até os mais resistentes. O rei morreu em 8 de abril de 1364. Eduardo lamentou sinceramente: quatro anos de cativeiro haviam forjado laços fortes e, além disso, um inimigo tão ingênuo e incompetente não seria facilmente substituído. Seu sucessor, o Delfim, agora Carlos V, não seria tão fácil de manipular. Em 22 de abril, após um grande funeral, o corpo foi levado através do Canal da Mancha para Saint-Denis.

Os primórdios da associação entre Carlos V e Du Guesclin: Cocherel (16 de maio de 1364)

Eduardo também estava envelhecendo. Era o terceiro rei francês que ele vira morrer desde o início de seu reinado. Tinha cinquenta e dois anos. As fileiras de sua geração começavam a diminuir. O Duque de Lancaster, seu melhor guerreiro, havia morrido em 1361. A maré crescente não incluía figuras tão brilhantes. Claro, havia o Príncipe de Gales, Eduardo, com trinta e quatro

anos, mas ele estava ocupado na França: o rei o nomeara Duque da Aquitânia em 19 de julho de 1362, e ele residia em Bordéus. Seus irmãos mais novos estavam longe de possuir as mesmas habilidades: Lionel, Duque de Clarence, morreria em 1368; Edmundo, Conde de Cambridge, com vinte e três anos, e Tomás, Conde de Buckingham, com nove anos, eram muito jovens ou pouco notáveis; João de Gaunt, com vinte e quatro anos, que se tornara Duque de Lancaster em 1361, tinha a mente confusa. A situação financeira é precária: a queda nas exportações de lã fez com que a receita alfandegária caísse para 40.000 libras; com o retorno da paz, o Parlamento deixou de cobrar impostos; os resgates não são inesgotáveis. Mesmo assim, o rei está gastando generosamente: em festividades, joias e projetos de construção, como as esplêndidas ampliações do Castelo de Windsor ou fortalezas que protegem a entrada do Tâmisa, como o Castelo de Hadleigh em Leigh e o Castelo de Queensborough. A isso devem ser adicionados os custos da guarnição de Calais.

Na França, o novo soberano, Carlos V, tinha vinte e seis anos. De saúde frágil e constituição debilitada, incapaz de empunhar um machado ou uma espada, não era um guerreiro, mas um político formidável que muito aprendera durante a terrível turbulência de sua juventude. Inteligente, lúcido, culto e astuto, sabia como cercar-se de aliados capazes. Se seu pai fora "o Bom", ele seria "o Sábio", o primeiro a virar o jogo a favor da França nesta guerra interminável. Para tanto, contaria com receitas mais substanciais e regulares do que seus antecessores: os impostos e o imposto sobre o sal (gabelle), votados em dezembro de 1360 para pagar o resgate, mas também usados para financiar obras de defesa. A isso se somou, em novembro de 1363, o imposto sobre lareiras (fouage), um imposto direto votado pelos Estados Gerais, cujo valor não precisava ser negociado pelas comunidades locais. Deve gerar receita suficiente para sustentar um exército de 6.000 homens e pode ser cobrado enquanto houver necessidade. A ideia de um imposto permanente está se consolidando. A arrecadação também está sendo aprimorada. Em cada diocese, autoridades eleitas *supervisionam* os avaliadores que distribuem a carga tributária e os cobradores de impostos que recolhem o dinheiro. Em Paris, os tesoureiros-gerais supervisionam todo o sistema. O desfalque é menos frequente.

Quando Carlos V iniciou seu reinado, as tropas reais estavam ocupadas reconquistando as fortalezas injustamente ocupadas pelos navarros na Normandia. Pois Carlos, o Mau, estava novamente em ação. A recusa de João II em conceder-lhe a Borgonha, que havia reservado para seu filho Filipe, reacendeu todas as causas de ressentimento. No final de 1363, Carlos decidiu retomar a guerra, tanto na Normandia quanto na Borgonha. Em janeiro de 1364, encontrou-se com o Príncipe de Gales em Agen. O Duque da Aquitânia adotou uma posição de benevolente neutralidade: permitiu a passagem do exército navarro do Capitão de Buch, seu amigo e recém-noivo da irmã de Carlos.

Na primavera de 1364, o exército do Delfim sitiou a fortaleza mercenária de Rolleboise. Incursões ousadas permitiram-lhes capturar Mantes, Vétheuil e Meulan; Vernon foi rendido pela Rainha Viúva Joana de Navarra, irmã de Carlos, o Mau. Assim, quando o Capitão de Buch chegou a Évreux no final de abril, os navarros já haviam perdido o controle do Vale do Sena. Ele reuniu todas as tropas disponíveis que conseguiu encontrar — ingleses, navarros, bretões e gascões; João Jewel e o Bascon de Mareuil juntaram-se a ele com seus grupos. Jean de Grailly, o Capitão, contava, portanto, com entre 1.500 e 2.000 homens. Contra ele veio o exército "francês" liderado por Bertrand Du Guesclin. O cavaleiro bretão, com pouco mais de quarenta anos, fez nome no mundo dos guerreiros por sua audácia, astúcia, rapidez de movimentos e habilidade em surpreender o inimigo durante inúmeras escaramuças. Ele tem consigo cerca de 1.200 homens, da

mesma origem que o Captal: gascões e bretões, recrutados das tropas do Senhor de Albret e do Sumo Sacerdote, que assistem à batalha sem participar, pois têm parentes do outro lado!

Foi no dia 14 de maio que o Capitão partiu de Évreux, seguindo para Vernon. Encontrou o exército de Du Guesclin, posicionado às margens do rio Eure, perto do povoado de Cocherel, em formação de batalha, todos a pé. Havia três grupos, três "batalhas": no centro, o exército de Du Guesclin, com seus bretões; à direita, os burgúndios de Louis de Chalon; à esquerda, normandos, picardos e franceses com o Conde de Auxerre. Os gascões estavam na retaguarda; talvez por desconfiança? Nesse caso, talvez não tenha sido a melhor escolha. Houve uma longa discussão sobre quem deveria comandar: o Conde de Auxerre, o nobre de mais alta patente do grupo? Ele era considerado muito jovem. Du Guesclin foi, portanto, o preferido, escolhido, segundo Froissart, "por ser o melhor cavaleiro do local, e que, além disso, havia lutado com as próprias mãos, e que também sabia melhor como tais coisas deveriam ser conduzidas". O grito de guerra seria, portanto: "Nossa Senhora, Guesclin!" Atrás do exército, havia o rio, atravessado por uma pequena ponte.

Os navarros tinham a vantagem do terreno: posicionaram-se numa pequena colina com vista para o rio Eure. Três batalhas se desenrolaram, em lados opostos: ao centro, o Capitão de Buch; à esquerda, o Bascon de Mareuil; à direita, João Joia. Iniciou-se uma longa espera, o ritual de confronto entre os dois exércitos, nenhum dos quais queria dar o primeiro passo; o Capitão não queria descer da colina, o que lhe faria perder a vantagem, e Du Guesclin não queria enviar os seus homens para o topo da colina, o que os colocaria numa posição difícil. Segundo o cronista Cuvelier, primeiro biógrafo de Du Guesclin, o impasse durou dois dias. Segundo Froissart, tudo aconteceu num só dia, 16 de maio. Por volta das três horas da tarde, depois de oito horas de espera, o cronista relata: "vários estavam gravemente pisoteados e feridos pelo calor intenso, pois era hora da noite; tinham jejuado a manhã toda, estavam armados e aqueciam-se ao sol com as suas armaduras aquecidas. As mulheres foram buscar água e comida. Estas 'garses', 'ribaudes', 'bachelettes', que acompanhavam todos os exércitos, prestavam vários serviços aos combatentes: prostitutas, criadas, cozinheiras, recebiam uma parte dos despojos e por vezes até participavam na batalha, atirando pedras, como aconteceu em Cocherel."

Eles não podiam simplesmente ficar ali parados indefinidamente, encarando-se. Du Guesclin, então, recorreu ao seu estratagema habitual: fingir uma retirada para atrair o inimigo para a frente. Jean de Grailly não se deixou enganar: "Não acreditem que homens tão valentes fugiriam assim; eles só fazem isso por meio de artimanhas para nos atrair", diz Froissart. Mas John Jewel não aguentou mais e liderou seus homens. Todos o seguiram. Os arqueiros não conseguiram cumprir sua função habitual, e tudo foi decidido em uma fúria corpo a corpo. A vitória foi alcançada por uma manobra de flanqueamento liderada por Eustache de La Houssaye com 200 bretões que, após um amplo desvio, chegaram ao flanco esquerdo navarro. Isso sinalizou a debandada e, como sempre, foi nessa fase final que se registraram perdas maciças e desiguais: de 700 a 800 mortos de um lado, de 30 a 40 do outro. O Capitão de Buch foi capturado, assim como vários líderes bandidos: López de Saint-Julien, Roberto Chesnel e Pedro d'Aigremont. O Bascon de Mareuil foi morto. João Jewel morreu pouco depois devido aos ferimentos. A notícia espalhou-se rapidamente: Carlos V foi informado no dia 18 em Soissons, a caminho de sua coroação em Reims. Quanto a Carlos, o Mau, um mensageiro chegou até ele no dia 24 em Pamplona: ele havia percorrido 800 quilômetros em oito dias, um dos feitos mais notáveis da Idade Média.

A vitória em Cocherel foi seguida, em junho e julho, por diversas operações para expulsar as guarnições navarras na Normandia: Du Guesclin tomou Valognes, Barfleur e assumiu o controle de Cotentin; o Marechal da Normandia e o Bailio de Bessin operaram em Perche; Mouton de

Blainville e o Almirante Baudrain de La Heuse sitiaram Évreux; Jean de Boucicaut e o Duque da Borgonha, Filipe, irmão do rei, recapturaram as cidades entre Paris e o Loire.

Carlos, o Mau, contudo, manteve-se obstinado. Em agosto de 1364, enviou mais dois exércitos de Navarra para o norte. De um lado, uma pequena expedição de 430 homens, incluindo Rodrigo de Uriz e Eustache d'Aubricourt, de Hainaut, embarcou em Bayonne para alcançar a Península de Cotentin. Do outro, 2.800 homens, comandados por Luís de Navarra, irmão de Carlos, atravessaram a Aquitânia e o Maciço Central, chegando em 23 de setembro a La Charité-sur-Loire, antes de marcharem em direção à Normandia, que se encontrava perigosamente desfalcada de forças francesas devido a um súbito ressurgimento da tensão na Bretanha: Du Guesclin, que estava em Cotentin, acabara de ser convocado para lá por Carlos de Blois.

A solução para o problema bretão: Auray e Guérande (1364-1365)

Este último reuniu todas as tropas disponíveis para auxiliar Auray, sitiada desde julho por João de Montfort. Esta campanha ilustra todas as ambiguidades da "estranha paz" que prevalecia desde Brétigny. Oficialmente, as monarquias francesa e inglesa estavam em paz. Extraoficialmente, a guerra continuava por meio de aliados e em território periférico: Bretanha e, em breve, Espanha. Ambos os soberanos observavam as formalidades da neutralidade: assim, Carlos V revogou o título de Capitão da Normandia de Du Guesclin e as rendas associadas, para que ele pudesse agir em seu próprio nome e não como representante do rei; por outro lado, o Príncipe de Gales fingia o mesmo distanciamento em relação ao seu arauto, João Chandos, que na verdade comandava as forças de João de Montfort. Eles fechavam os olhos para o que acontecia, mas, na realidade, eram cúmplices das iniciativas de Blois e Montfort.

Em 29 de setembro de 1364, ao amanhecer, os dois exércitos se enfrentaram diante de Auray. O lado de Carlos de Blois contava com entre 3.000 e 4.000 homens, divididos em três seções: Du Guesclin à direita, o Conde de Auxerre à esquerda e Carlos de Blois ao centro. Todos estavam a pé, em fileiras cerradas ao redor de seus estandartes, repletos de lanças e espadas, "tão compactados que não se podia atirar uma maçã sem que ela caísse em uma bacia ou em uma lança", como descreveu Froissart. Em frente a eles, estavam três corpos de exército, cada um incluindo todas as figuras de destaque da época: à esquerda, Roberto Knolles; à direita, Olivier de Clisson; ao centro, João Chandos e Jean de Montfort; e atrás deles, uma reserva que incluía Hugo Calveley.

Após o período de observação, o combate corpo a corpo começou. Tal como em Cocherel, os arqueiros não tiveram tempo para demonstrar as suas habilidades. Tudo se resumiu a combate corpo a corpo entre guerreiros frenéticos, que usavam principalmente machados e espadas. O "velho" Chandos, com cinquenta anos, "lutou bravamente; e empunhava um machado com o qual desferia golpes tão poderosos que ninguém se atrevia a aproximar-se dele", diz Froissart. Clisson também "empunhava um machado com o qual abria e quebrava as próprias mandíbulas, e ninguém se atrevia a aproximar-se dele"; ele quase foi morto, pois "um golpe de machado atingiu-o no rosto, arrancando a viseira do seu bascinete, e a ponta do machado penetrou-lhe no olho, perfurando-o em seguida". O Conde de Auxerre lutou como um leão; um escudeiro cravou-lhe o bascinete com uma lança, que penetrou na sua órbita ocular esquerda. Du Guesclin empunha uma maça, e é melhor não estar no seu caminho: ele

Estava no meio da confusão como uma fera raivosa;
Ele não conseguiu atacar um inglês sem perder a vida…
Sua carne está úmida de sangue e suor…

Ele ataca os ingleses com um martelo de aço.
Ele os massacra como um açougueiro.
Quando ele golpeia com o martelo para matar o porco,

Cuvelier relata: Momentaneamente derrubado, foi libertado por Charles de Dinan, que abriu o bascinete do irmão de Chandos, espalhando seu cérebro. Ao seu lado, seus companheiros caíram; um inglês estourou o crânio de Huon de Jugon. A fúria e a violência desses frenéticos combates corpo a corpo são indescritíveis. A selvageria dos lutadores só era comparável à sua força física: empunhar o machado, a maça ou a espada por horas sob placas de metal e cota de malha exigia uma resistência extraordinária.

O que decide o resultado de uma batalha como essa é a capacidade de manter a coesão do grupo. Assim que surgem fissuras, as bandeiras se espalham, os grupos se desfazem, perdem contato uns com os outros, se desintegram, a debandada começa e então vem o massacre. Foi isso que aconteceu em Auray, onde o corpo de exército anglo-bretão, reforçado pelas tropas de Calveley, que intervieram aqui e ali conforme necessário e que, por fim, executaram uma manobra de flanqueamento, manteve-se mais coeso. Froissart analisou de forma notável o fenômeno da desintegração do exército franco-bretão: "Em pouco tempo, foi derrotado, e todos os estandartes e flâmulas do exército, conquistados nessa batalha, foram atirados ao chão, quebrados e rasgados, e os senhores foram dispersos e derrotados em grande desordem; pois não receberam ajuda nem consolo de ninguém, pois seus homens estavam todos ocupados em defendê-los e combatê-los. Como diz o ditado, quando a derrota chega, os derrotados ficam desanimados e perplexos por muito pouco, e para cada um que cai, três caem, e para cada três, dez, e para cada dez, trinta; e para cada dez que fogem, cem fogem. Assim foi com esta batalha de Auray. Ali, esses senhores e seus homens que estavam ao lado deles gritaram seus estandartes e brados; alguns foram ouvidos e consolados por isso, e outros não, aqueles que estavam muito próximos ou muito atrás de seus homens."

Confusão, caos, debandada, massacre. No fim, restaram apenas alguns grupos isolados, cercados e subjugados pela superioridade numérica. Charles de Blois, ferido e empurrado, caiu ao chão; uma chuva de golpes choveu sobre ele; um soldado agarrou seu capacete, ergueu-o, expondo seu pescoço, no qual cravou seu punhal, que emergiu quinze centímetros atrás de sua cabeça. Segundo Froissart, os ingleses haviam decidido no dia anterior não o fazer prisioneiro. Du Guesclin finalmente se rendeu a um escudeiro de Chandos. Tudo havia terminado. E o saldo terrível permaneceu o mesmo: entre 800 e 1.000 mortos do lado franco-bretão, incluindo Charles de Blois, Charles de Dinan, os senhores de Léon, Prie, Avaugour, Lohéac, Ancenis, Kergorlay e Pont; 1.500 prisioneiros, incluindo Du Guesclin, que trará de volta a Chandos um resgate de 100.000 libras, os condes de Auxerre e Joigny, o visconde de Rohan, os senhores de Rochefort, Retz, Rieux e Malestroit.

A Batalha de Auray marcou o fim do domínio do grupo de Blois na Bretanha. Joana de Penthièvre, viúva de Carlos de Blois, refugiou-se em Angers. Quimper, o último bastião do grupo, caiu em novembro. João de Montfort ofereceu a Carlos V sua submissão e homenagem como Duque da Bretanha. O rei pragmático aceitou, e em 12 de abril, em Guérande, representantes de ambos os lados assinaram um tratado que pôs fim à Guerra de Sucessão Bretã. João IV foi reconhecido como o único duque; Joana manteve suas terras no norte da península, em Penthièvre, nos arredores de Lamballe e Guingamp. A sucessão ao ducado seria por primogenitura masculina na linhagem Montfort. Mas, se os Montfort não tivessem filhos homens, o ducado retornaria à

família Penthièvre. Isso foi suficiente para alimentar futuras disputas. Mas, por ora, o compromisso era a ordem do dia. Isso fica evidente durante a homenagem prestada por João IV a Carlos V, que ocorreu em 31 de dezembro de 1366, em Paris. Uma obra-prima de ambiguidade: o Chanceler da Bretanha apresentou o Duque ao Rei e anunciou que prestaria "a homenagem de seu ducado na forma e maneira como seus predecessores costumavam prestá-la aos seus predecessores", sem especificar se era uma homenagem de suserano ou simples. João IV deu um passo à frente, dobrou o joelho, como se fosse prestar homenagem de suserano; o Rei o deteve, pediu-lhe que permanecesse de pé, tomou suas mãos nas suas e o beijou na boca. Tratava-se, portanto, de uma simples homenagem na prática, mas sempre se poderia argumentar que era uma homenagem de suserano na intenção. De qualquer forma, o Duque prestou uma segunda homenagem, desta vez de suserano, pelo Condado de Montfort-l'Amaury. Como é o mesmo homem que presta ambos os tributos, podemos imaginar as possíveis disputas legais em caso de conflito.

Com muito mais razão ainda, João IV também era vassalo de Eduardo III pelo condado de Richmond, em Yorkshire. Durante seu longo reinado de trinta e cinco anos (1364-1399), ele mereceu plenamente seu apelido de "anglófilo". Criado na Inglaterra até os vinte anos, casado primeiro com Margarida, filha de Eduardo III, e depois com Joana Holland, enteada do Príncipe Negro, ele devia tudo ao Rei da Inglaterra, particularmente seu trono e seus 128.000 écus. Havia oito ingleses em seu conselho e muitos mais em sua casa. Numerosas guarnições inglesas permaneceram na Bretanha: em Brest, uma delas ficou estacionada até 1397. Em suma, João IV era um vassalo a ser vigiado de perto por Carlos V.

Havia outro que ainda detinha considerável poder para causar danos: Carlos, o Mau, que, partindo de Navarra, continuou a perturbar a Normandia e a região de Mâconnais. Na Normandia, seu irmão Luís uniu forças com Eustache d'Aubricourt e, juntos, recapturaram Valognes e Barfleur. Em Mâconnais, Carlos de Navarra recrutou Séguin de Badefol, que se estabeleceu em Anse, 25 quilômetros ao norte de Lyon, de onde devastou a região. Outras companhias ainda estavam em La Charité-sur-Loire, que venderam em março de 1365 por 25.000 libras. Ele também alugou o senhor de Albret por 60.000 florins. Albret estava em Cocherel, no campo oposto, mas precisava desesperadamente de dinheiro para pagar o resgate devido ao Conde de Foix. Por isso, estava disposto a comer em qualquer lugar, o que todos os seus nobres colegas entendiam muito bem.

Mas tudo isso pouco contribuiu para os interesses de Carlos de Navarra, que percebeu que a única solução era negociar com Carlos V para obter o resultado mais favorável. Ele conhecia bem o novo rei e sua natureza pragmática. Em maio de 1365, chegou-se a um acordo: anistia para Carlos de Navarra e seus partidários, com exceção de Roberto Le Coq; o Captal de Buch foi libertado sem resgate; o rei manteve as fortalezas normandas conquistadas e o Condado de Longueville, que foi entregue a Du Guesclin; em troca, o rei de Navarra recebeu Montpellier, e o Papa arbitraria seus direitos sobre a Borgonha. Na realidade, ele não recebeu nem Montpellier nem a Borgonha.

Empresas na Espanha (1366)

Assim, na primavera de 1365, após um ano no trono, Carlos V pôs fim aos conflitos internos do Reino da França por meio de uma série de medidas pragmáticas. Ele também estava em paz com Eduardo III. Tudo isso não era uma boa notícia para as companhias mercenárias, que não tinham mais empregadores e continuavam a viver da terra, devastando regiões inteiras. Esse era o problema que o rei agora precisava resolver. Durante o verão, acreditava-se que a solução havia sido encontrada: enviar todos esses bandidos em cruzada. Eles salvariam tanto suas almas quanto a Cristandade, na esperança de serem massacrados pelos turcos. Essa brilhante ideia veio, como

era de se esperar, do Papa, que, desde 1362, era um austero monge beneditino de Languedoc, Urbano V. As companhias, que estavam concentradas no leste do reino, atravessariam o Sacro Império Romano-Germânico para ir ajudar o imperador bizantino João V Paleólogo. Tudo o que restava era persuadir os mercenários. Em julho, chegou-se a um acordo com Séguin de Badefol: 40.000 florins e a absolvição papal; outro com o arcipreste, Arnaud de Cervole. Foi um fracasso. O Papa concedeu generosamente a absolvição, mas teve mais dificuldade em encontrar o dinheiro, que era precisamente o que interessava aos mercenários. Assim, Séguin de Badefol abandonou a empreitada. Foi a Navarra cobrar o que devia a Carlos, o Mau. O rei deu-lhe uma pera envenenada, que lhe causou a morte após uma semana de sofrimento excruciante. O outro líder da cruzada, o arcipreste, nem sequer conseguiu atravessar o Reno: as cidades alemãs não queriam ver esses cruzados tão especiais e fecharam-lhes os portões. Milhares de mercenários refugiaram-se no rio Saône. Ofereceram-lhes a oportunidade de atravessar os Alpes e viajar de barco a partir de Génova e Veneza. Recusaram.

É preciso encontrar algo mais. Felizmente, existem causas de conflito na Península Ibérica, prestes a explodir em guerra aberta, o que criaria inúmeras oportunidades para grupos mercenários. Tudo o que é necessário é atiçar as chamas. A principal esperança é ver a guerra entre Castela e Aragão reacendida. Em Castela reina Pedro I · um governante altamente autoritário, centralizador e extremamente brutal, o que lhe valeu o apelido pouco lisonjeiro de "o Cruel". Ele é meio-irmão de Afonso XI, a quem sucedeu em 1350. Seus métodos fazem com que parte da nobreza se volte contra ele. Ele tem um sobrinho, Henrique de Trastâmara, filho de Afonso XI e sua amante, Leonora de Guzmán. Henrique reivindica a coroa. Ele foi forçado a fugir e sua mãe foi assassinada. Desde então, ele está na França, vivendo como um líder de bandidos em Languedoc, aguardando uma oportunidade para retornar a Castela e expulsar Pedro. Essa oportunidade surgiu pela primeira vez em 1362, quando Pedro I atacou seu vizinho aragonês, Pedro IV. Este pediu ajuda. Henrique reuniu companhias, com dinheiro e a bênção do rei da França, com o objetivo de atravessar para Aragão. Mas a expedição não foi além de Pamiers, porque o dinheiro nunca chegou, e surgiram outras oportunidades: os condes de Foix e Armagnac estavam novamente em guerra e precisavam de tropas. O exército de Henrique se desfez. Alguns, como Petit Meschin, juntaram-se a Gaston Phoebus, outros, como Bérard e Bertucat d'Albret, o conde de Armagnac, que foi completamente derrotado em Launac em dezembro de 1362. Henri de Trastamara retomou sua vida como líder de bandidos, mas ainda no acampamento do rei da França, enquanto Pierre le Cruel, em 1362, aliou-se aos ingleses, assinando um acordo com o príncipe de Gales e o rei de Navarra.

As tensões aumentaram drasticamente no início de 1365, instigadas pelo novo homem forte do Reino de Aragão, Francisco de Perellos. Figura curiosa e ambivalente, ele era simultaneamente camareiro de Carlos V e primeiro-ministro de Pedro IV, defendendo uma estreita aliança entre os dois contra Castela. Seu principal parceiro era Luís de Anjou, o antigo refém que nutria um profundo ressentimento contra os ingleses e a quem seu irmão, o rei da França, havia nomeado seu tenente em Languedoc em novembro de 1364. Durante o verão de 1364-1365, Luís de Anjou e Francisco de Perellos se encontraram diversas vezes em Toulouse e delinearam o seguinte plano: uma aliança franco-aragonesa, a serviço da qual as companhias mercenárias seriam recrutadas para invadir Castela e substituir Pedro I por Henrique de Trastâmara. Esta seria uma oportunidade para atacar a Aquitânia do Príncipe de Gales e a Navarra de Carlos, o Mau, pelo sul, e, para dar cobertura moral à operação, uma cruzada simulada seria também lançada contra os muçulmanos do Reino de Granada. Isso permitiria ainda que contassem com o dinheiro e a bênção do Papa. O plano foi apresentado em maio de 1365 em Avignon, numa grande reunião realizada em honra do Imperador.

O entusiasmo reinava: matar quatro coelhos com uma cajadada só: as companhias mercenárias seriam eliminadas, o rei pró-inglês de Castela seria substituído por um pró-francês, os ingleses seriam enfraquecidos nos Pirenéus e, por consequência, a ideia de uma cruzada seria revivida. Os três principais parceiros dividiriam os custos: 100.000 florins para cada um: o Papa, o Rei da França e o Rei de Aragão.

Só faltava encontrar um líder militar capaz de conduzir a operação. Carlos V propôs Du Guesclin, cujo resgate restante, devido a John Chandos, ele pagou. O bretão era o homem ideal para liderar esse exército heterogêneo de mercenários. Era respeitado por todos os líderes bandidos por sua bravura militar; sendo um nobre de menor importância, tinha relações mais fáceis com eles do que um príncipe. Politicamente, não representava nenhuma ameaça: leal e fiel, seria um instrumento perfeito. Ao seu redor reuniram-se antigos amigos e inimigos, reconciliados pela perspectiva de pilhagem. Os ingleses estiveram entre os primeiros a aderir à causa: Hugh Calveley, Matthew Gournay, Robert Scot, Robert Briquet e John Cresswell juntaram-se a Eustache d'Aubricourt, Bègue de Villaines, Arnaud de Solier e dezenas de outros. Havia também nomes mais respeitáveis, como Jean de Bourbon, Conde de La Marche, e Arnoul d'Audrehem. Em novembro de 1365, toda essa multidão se reuniu em Villeneuve-lès-Avignon: de 10.000 a 12.000 pessoas destinadas à forca, que Urbano V observava com preocupação do outro lado do Ródano: "Essas são pessoas que fazem de tudo para encontrar o caminho até o diabo", teria comentado. Ele enviou um cardeal para acertar os últimos detalhes com eles. O homem não ficou muito tranquilo, segundo o cronista Cuvelier: "Estou muito triste por ter sido incumbido de tal assunto, pois estou sendo enviado para negociar com loucos, que já não têm um pingo de consciência. Por Deus, eu preferiria estar em qualquer outro lugar!"

Arnoul d'Audrehem apresentou as exigências: absolvição coletiva para os 12.000 patifes e 200.000 libras para despesas. O cardeal ficou horrorizado: a absolvição não era problema, mas ele não tinha certeza quanto ao dinheiro. Normalmente, eram os penitentes que pagavam pela absolvição, e essas pessoas, "temos que absolvê-las a pedido delas e, além disso, dar-lhes dinheiro: é completamente irracional!". Du Guesclin retrucou: "Precisamos urgentemente de tudo o que o marechal acabou de pedir, porque garanto que há muitos aqui que não se importam com absolvição e palavras bonitas, e que preferem muito mais ter dinheiro". O episódio é sem dúvida embelezado por Cuvelier, mas é certo que os "cruzados" permaneceram vários dias em Villeneuve-lès-Avignon aguardando garantias sobre o pagamento. Depois partimos e chegamos a Perpignan em dezembro.

Nem todos os mercenários partiram, mas os pequenos grupos isolados que permaneceram no reino foram rápida e impiedosamente eliminados pelas forças reais. Por exemplo, em Hommet, na península de Cotentin, o capitão do Bessin recusou qualquer negociação com a guarnição navarra: os homens foram mortos assim que se renderam. "Se tivéssemos agido assim no passado, a guerra teria terminado há muito tempo", teria comentado ele, segundo a *Crônica Normanda* . No leste, grupos maiores permaneceram no vale do Saône, mas dispersaram-se após o assassinato do Arcipreste em 25 de maio de 1366, durante uma disputa com seus homens. As principais companhias passaram então para o domínio dos espanhóis.

A horda cruzou os Pirenéus em janeiro de 1366 e entrou em Aragão. O rei Pedro IV rapidamente percebeu com o que estava lidando. Seus "aliados" devastaram tudo em seu caminho: em Barbastro, 200 habitantes foram queimados vivos na torre da igreja. Em seguida, exigiram-lhe mais 20.000 florins, além dos 100.000 que ele já havia pago, pois o número de mercenários aumentava e tudo já havia sido gasto. Do ponto de vista militar, foi um passeio no parque: marcharam pelo vale do Ebro, atravessando parte de Navarra no caminho. Carlos, o Mau, preferiu

deixá-los passar, chegando a pagar para acelerar o processo. Pedro, o Cruel, estava em Burgos. Abandonado por suas tropas, fugiu para o sul. Em 29 de março, Henrique de Trastâmara proclamou-se rei de Castela. Como as tropas estavam sem saques, ofereceram-lhes as propriedades dos judeus e muçulmanos de Burgos. Pedro tenta reorganizar suas forças em Toledo, depois em Sevilha, mas em vão. A nobreza o abandona completamente. Ele foge para a Galiza, de onde embarca no início de julho para a Aquitânia.

Em junho de 1366, Henrique de Trastâmara era senhor de toda Castela. Ele chegou a Sevilha. A maioria das companhias foi desmobilizada, com generosas recompensas provenientes do tesouro de Pedro, o Grande. Henrique manteve consigo apenas Du Guesclin e Calveley, juntamente com um pequeno destacamento. Os dois capitães conseguiram acumular uma fortuna durante essa campanha relâmpago. Desde o início, fizeram um acordo: três quartos do saque para o bretão, um quarto para o inglês, a quem Du Guesclin também cederia tudo o que Henrique de Trastâmara lhe desse. Mas, em termos de perspicácia comercial, o inglês superou o bretão. Após a guerra, um longo processo judicial colocou os dois homens em lados opostos nos tribunais aragoneses, com Calveley reivindicando 55.000 florins e Du Guesclin obtendo muito pouco da expedição.

Pedro, o Cruel, ainda não havia proferido sua decisão final. Sua intenção era reconquistar Castela com a ajuda do Príncipe de Gales, a quem conheceu em Bayonne em julho de 1366. Eduardo, o Príncipe Negro, Príncipe de Gales, Duque da Aquitânia, era praticamente um soberano independente. Cercado por uma suntuosa corte em Bordéus, vivia um estilo de vida régio que excedia em muito as receitas do ducado, baseadas nos impostos sobre a exportação de vinho. Com a paz restaurada, Londres havia cortado seu auxílio financeiro a Bordéus, e o Príncipe estava fazendo com que as assembleias locais cobrassem pesados impostos. Eduardo, portanto, não tinha realmente os meios para embarcar em uma aventura militar. Além disso, ele detestava Pedro, o Cruel, por considerá-lo um tirano assassino e aliado dos judeus.

Mas em Londres, Eduardo III via as coisas de forma diferente. Castela, com suas forças navais, nas mãos de um aliado do rei da França, era estrategicamente perigosa. Em maio de 1366, o rei enviou ordens ao seu filho para preparar uma expedição, em conjunto com o rei de Navarra. Em 23 de setembro, após várias semanas de discussões em Capbreton, o trio formado por Pedro, o Cruel, Carlos, o Mau, e o Príncipe Negro chegou a um acordo: Eduardo reuniria um exército, que ele próprio lideraria, para reconquistar Castela, expulsar Henrique de Trastâmara e restaurar Pedro. Em gratidão, receberia toda a província basca da Biscaia, que seria anexada à Aquitânia. Carlos permitiria que o exército atravessasse os passos dos Pirenéus e, em troca, receberia outras duas províncias bascas, Gipuzkoa e Álava, que lhe dariam acesso ao mar, e 200.000 florins. Pierre concorda em financiar toda a operação: 550.000 florins, no mínimo, que ele pagará quando recuperar seu reino, pois no momento ele só possui suas joias pessoais, que está penhorando.

O que certamente não falta são mercenários. Eles vêm de todos os lados, especialmente da Gasconha, mas também da Bretanha e da Inglaterra; muitos deles acabaram de servir nas companhias que levaram Henrique de Trastâmara ao poder. Agora, eles trabalharão para destroná-lo: dinheiro não tem cheiro. Assim, vemos John Cresswell, Robert Briquet e Eustache d'Aubricourt unindo forças na Gasconha, onde se reúnem com Bertucat d'Albret, Le Bourc Camus e Garciot du Châtel. Hugh Calveley logo estará entre eles. As constantes mudanças de aliança causam um relativo caos, alguns já sem saber ao certo de que lado estão: em agosto, Luís de Anjou encarregou Olivier de Mauny, primo de Du Guesclin, de interceptar líderes bandidos gascões no Vale do Tarn que estavam prestes a se juntar ao exército do Príncipe Negro. Mauny tinha 200 gascões em seu exército que haviam participado da "cruzada" sob o comando de Du Guesclin e que agora eram

chamados a lutar contra homens que haviam sido seus camaradas de armas e que agora se juntavam a outros líderes no campo oposto, líderes que, como Cresswell, também haviam servido no exército de Du Guesclin. Em meio à batalha, eles refletiram e perceberam que aqueles do outro lado eram, na verdade, da mesma aliança e lealdade; então, mudaram de lado. Essa anedota, relatada na *Crônica de Chandos* , diz muito sobre a confusão que reinava na época. Outra anedota instrutiva, na *Crônica de Ayale* , diz respeito às motivações desses combatentes: quando o Príncipe Negro pediu ao Senhor de Albret que reduzisse seu contingente, foi informado de que esses pobres homens acabavam de recusar uma oferta para lutar na Prússia e não podiam ser abandonados. O exército do Príncipe de Gales seria, portanto, muito heterogêneo. Essa situação foi ainda mais reforçada com a chegada, em janeiro de 1367, do irmão de Eduardo, João de Gaunt, e de Roberto Knolles, com aproximadamente 500 ingleses e bretões. Toda essa força, em torno de 10.000 homens, foi reunida em Dax.

Para aumentar a confusão, houve as reviravoltas de Carlos de Navarra, que, julgando prudente, chegou a um acordo secreto no final de 1366 com Henrique de Trastâmara: por 60.000 doubles e a cidade de Logroño, prometeu bloquear as passagens dos Pirenéus. O Príncipe de Gales soube disso e ordenou a Calveley que entrasse em Navarra pelo sul. Carlos entrou em pânico: informou ao Príncipe que o acordo com Henrique era apenas um estratagema e que não fecharia as passagens. E quando a campanha começou, conspirou com Olivier de Mauny, que armaria uma falsa emboscada para ele e o manteria prisioneiro até que tudo se resolvesse. Assim, ele estaria a salvo.

Najera (3 de abril de 1367) e Montiel (14 de março de 1368)

Henrique de Trastâmara reuniu urgentemente um exército para conter a ameaça de invasão. Entre eles estavam Du Guesclin, Arnoul d'Audrehem, Petit Meschin, Perrin de Saboia, Arnaud de Solier e o Conde de Dénia, primo do Rei de Aragão. Eles estavam posicionados em Santo Domingo de la Calzada, a leste de Burgos. Em fevereiro de 1367, o exército do Príncipe de Gales cruzou o Passo de Roncesvalles, desceu sobre Pamplona e seguiu pela estrada para Burgos até Vitória. Encontrando os passos bloqueados, dirigiram-se então para o sul, passando por Logroño, ainda com destino a Burgos. Henrique bloqueou sua rota alguns quilômetros a oeste de Logroño, perto da vila de Nájera. Henrique foi aconselhado a evitar a batalha e deixar o exército do Príncipe Negro se desintegrar na chuva e na neve daquele início de abril frio e úmido. Mas politicamente isso era impossível: o país estava voltando para as mãos de Pierre, e se não o detivéssemos imediatamente, tudo estaria perdido em breve.

O exército de Henrique formou-se em ordem de batalha diante de um pequeno riacho, o Najerilla, atravessado por uma pequena ponte, no final da estrada para Logroño. Havia três linhas: na frente, as melhores tropas, que suportariam o peso do ataque inicial: os 1.500 bretões sob o comando de Du Guesclin, com o Marechal d'Audrehem ao seu lado; tropas aragonesas sob o comando do Conde de Rocaberti; castelhanos liderados por Dom Sancho; e o Grão-Mestre da Ordem de Santiago. Com eles estavam os Cavaleiros do Lenço, uma ordem de cavalaria fundada por Afonso XI em 1330, à qual pertencia o cronista Ayala. Essa vanguarda, com cerca de 4.000 homens, era a pé. Era flanqueada à direita e à esquerda por cavalaria ligeira, os genetours.

A segunda linha era composta por três grupos a cavalo: à esquerda, Dom Tello e o Mestre da Ordem Hospitalária, Juan Fernández de Heredia; à direita, o Conde de Dénia, sobrinho do Rei de Aragão, o Grão-Mestre da Ordem de Calatrava e o Grande Camareiro do Rei, Gómez Carrillo de Quintana; ao centro, o Rei Henrique, ligeiramente atrás. A terceira linha era formada pela

formidável massa de infantaria, mal treinada, mal equipada, desmotivada e indisciplinada. Fundeiros, besteiros e genetours posicionavam-se à frente e entre esses diversos corpos.

Esperava-se que os ingleses chegassem diretamente em frente, pela estrada principal. No entanto, mesmo antes do amanhecer de 3 de abril, eles deixaram a estrada em Navarrete e contornaram uma crista bastante íngreme ao norte. Assim, apareceram inesperadamente no flanco esquerdo do exército castelhano, que foi forçado a girar no último momento para se reposicionar de frente para o inimigo, causando alguma desordem. Os ingleses também estavam dispostos em três linhas. No centro da primeira linha estava o Duque de Lancaster, ladeado pelo leal e experiente John Chandos, a quem o Príncipe Negro acabara de nomear cavaleiro vassalo. Com mais de cinquenta anos e ainda tão vigoroso como sempre, Chandos estava lá para aconselhar o jovem João de Gaunt, assim como havia guiado Eduardo onze anos antes em Poitiers. Também presentes no centro desta primeira linha estavam os Lordes Beauchamp, Ufford, Scrope, Hastings, Ferrers e muitos outros. À direita, Étienne Cossington, e à esquerda, Guichard d'Angle. Atrás deles, a segunda linha, muito mais longa, é composta pelo dobro de homens. No centro, o Príncipe Negro, com ingleses, gascões e poitevinos. Pedro, o Cruel, está ao seu lado, escoltado por Matthew Gournay e Hugh Calveley. À direita, gascões, com o Capitão de Buch e o Senhor de Albret; à esquerda, ingleses, com Walter Hewett e Thomas Percy, e os bretões de Olivier de Clisson. Entre esses corpos, grupos de arqueiros. A terceira linha é liderada pelo Rei de Maiorca e pelo Conde de Armagnac. Inclui mercenários gascões de Bertucat d'Albret, os Senhores de Séverac, Condom e Lannemezan e, sem dúvida, os Condes de Périgord e Comminges, bem como Robert Knolles. Há também vários bombardeiros, cujo papel exato durante a batalha é desconhecido. Qual era o número de tropas? As estimativas dos cronistas variam bastante, indo de 40.000 homens do lado castelhano a 20.000 do lado inglês. Uma coisa é certa: eram dois exércitos muito grandes.

A Batalha de Nájera foi um dos maiores confrontos da Guerra dos Cem Anos. Quando as duas primeiras linhas estavam a menos de duzentos metros de distância, os besteiros de Henrique lançaram seus virotes; os arqueiros ingleses retaliaram, demonstrando mais uma vez sua superioridade: ao comando, a cada dez segundos, uma chuva de flechas assobiava e caía sobre o inimigo; os besteiros se dispersaram rapidamente. Mas logo a brecha que separava as formações de Lancaster e Du Guesclin se fechou; era o choque das duas massas de cavaleiros a pé. Du Guesclin e seus homens primeiro repeliram as tropas de Chandos e Lancaster, que se reagruparam e avançaram; a frente se estabilizou.

O segundo grupo a entrar em combate foi o do Capitão de Buch, que se aproximou dos castelhanos de Dom Tello. Os genetours posicionados à sua frente começaram a investir, mas os arqueiros os abateram facilmente, e o pânico tomou conta dos demais. Os sobreviventes recuaram para as fileiras de trás, espalhando a confusão; o próprio Dom Tello fugiu, e todo o seu corpo de tropas se dispersou, permitindo que a cavalaria do Capitão recuasse para o flanco esquerdo das tropas de Du Guesclin, que estavam no meio da luta contra Lancaster e Chandos.

Do outro lado, as tropas de Percy, Clisson e Hewett entraram em contato com as do Conde de Dénia e do Mestre de Calatrava, que ofereciam melhor resistência. No centro, o Príncipe Negro, Pedro, o Cruel, e Calveley atacaram a vanguarda de Du Guesclin, somando suas forças às de Lancaster, mas sem conseguir repelir os bretões. A entrada do Rei de Maiorca com a retaguarda provou ser decisiva: contornando a confusão no centro, ele atacou pela esquerda e, por sua vez, atacou o Conde de Dénia, cujo cavalo foi morto e que foi capturado, assim como o camareiro Gómez Carrillo. A ala direita dos franco-castelhanos então se desvencilhou, assim como a

esquerda, e o cerco se fechou atrás das tropas de Du Guesclin, que suportaram quase todo o peso da batalha sozinhas.

Henrique tentou repetidamente reagrupar sua cavalaria e liderou várias cargas para tentar desalojar os bretões da vanguarda, mas sem sucesso. Em seguida, lançou a maior parte de sua infantaria, cujos fundeiros causaram um momento de hesitação entre os gascões. Mas rapidamente, o Capitão de Buch e o Conde de Armagnac posicionaram seus arqueiros, cujas saraivadas de flechas dizimaram a infantaria mal protegida, que fugiu.

Henrique então compreendeu que tudo estava perdido. Permanecer ali significaria arriscar-se a cair nas mãos de seu meio-irmão, de quem não poderia esperar misericórdia. Froissart já nos conta que Pedro vasculhava febrilmente o campo de batalha em busca do usurpador: "Lá estava o rei Pedro, muito agitado, que desesperadamente queria encontrar e confrontar seu irmão bastardo, Henrique, e dizia: 'Onde está esse filho da puta que se intitula rei de Castela?'". Para Henrique, a solução sensata era a fuga. Com alguns homens, ele deixou o campo de batalha e desapareceu nas colinas em direção a Bobadilla.

Agora, apenas o grosso das tropas de Du Guesclin e Dom Sanche permanecia, completamente cercado e subjugado pela superioridade numérica: Lancaster, Chandos e o Príncipe de Gales à frente; o Capitão de Buch à esquerda; Clisson e Hewett à direita e atrás. Um a um, os cavaleiros bretões e franceses caíram ou se renderam. Como em Auray, Du Guesclin foi o último a resistir e, mais uma vez, entregou sua espada a um homem do estandarte de John Chandos, Sir Thomas Cheyney. Pela quarta vez, ele era prisioneiro.

A parte mais sangrenta da batalha ocorreu durante a perseguição aos soldados em fuga. A cavalaria inglesa e gascã perseguiu os espanhóis derrotados para oeste, dizimando a infantaria pelo caminho. Milhares de soldados em pânico chegaram às margens do rio Najerilla, que havia se transformado em uma torrente devido à chuva e ao derretimento da neve. Sua retirada foi cortada e muitos foram massacrados ali; outros se aglomeraram ao redor da única ponte, a da vila de Nájera. Na confusão, centenas de homens caíram na água, outros se atiraram, afogando-se ou sufocando, enquanto flechas choviam sobre aqueles que tentavam atravessar. Os grão-mestres de Calatrava e Santiago, com várias centenas de homens, refugiaram-se nas casas e ruas estreitas de Nájera, onde o massacre continuou. O mestre de Calatrava está preso em um porão, o de Saint-Jacques em um beco sem saída.

A disparidade nas perdas é impressionante, mas confirmada por pelo menos quinze crônicas diferentes, independentemente do lado em que lutaram: de 5.000 a 10.000 mortos de um lado, algumas centenas do outro. E havia ainda uma multidão de prisioneiros, quase 2.000, incluindo cerca de 200 franceses. Os mais importantes eram o filho, o irmão e o sobrinho de Henrique; dois bispos; os Grão-Mestres de Calatrava e Saint-Jacques; o Grão-Prior dos Hospitalários; o Grão-Camareiro do Rei; os Condes de Dénia e Castaneda; o Marechal d'Audrehem; e Du Guesclin. Este último era um prêmio valioso demais para Thomas Cheyney, que o vendeu ao Príncipe Negro por 1.483 libras, 6 sous e 6 deniers.

Alguns prisioneiros, em particular, representavam um problema: aqueles que já haviam sido capturados antes e não haviam terminado de pagar o resgate anterior. Normalmente, não lhes era permitido lutar. Foi o caso de Arnoul de Audrehem: o Príncipe de Gales, que já o havia capturado em Poitiers onze anos antes, e que agora o recapturava com armas em punho, mesmo sem ele ter pago o primeiro resgate, acusou-o de perjúrio. Arnoul se livrou da acusação declarando que desta vez não lutava contra o Príncipe, mas contra Pedro. Du Guesclin, por sua vez, estipulou seu próprio valor de mercado em 100.000 duplos castelhanos. Ele seria libertado no final do ano, quando

Carlos V garantisse o pagamento de parte da quantia. Fazer prisioneiro alguém mais importante do que si mesmo pode se tornar um pesadelo: o escudeiro John Kempton capturou o Grão-Mestre da Ordem de Calatrava, Muniz Godoy, que se recusou a pagar qualquer quantia. Kempton iniciou um processo judicial que duraria 33 anos nos tribunais aragoneses antes de finalmente obter satisfação. O Conde de Dénia foi capturado por dois escudeiros ingleses; o Príncipe de Gales os obrigou a ceder a propriedade, prometendo-lhes uma compensação. Ele esperava receber 150.000 doubles por ela. Percebendo que não conseguiria pagar, vendeu-a com desconto a seu pai, Eduardo III, que então pagou os dois coproprietários originais. Durante trinta anos, processos judiciais colocaram os dois escudeiros, credores de Dénia, contra a Coroa. O Conde havia dado seus dois filhos como reféns e fiadores; um deles permaneceu acorrentado por um ano em uma masmorra pertencente ao Conde de Foix. O outro, na Inglaterra, só seria libertado vinte e três anos depois. Surgiu todo um comércio de prisioneiros e resgates; havia tantos que leilões tiveram que ser realizados, e os preços despencaram. Pedro, o Cruel, porém, não queria prisioneiros: mandou massacrar o camareiro de Henrique de Trastâmara e matou pessoalmente um engenheiro que o havia traído. O dono do prisioneiro queixou-se ao Príncipe de Gales: para ele, foi uma perda total. Pedro considerava os castelhanos capturados traidores perigosos que deveriam ser executados. A tensão entre ele e o Príncipe de Gales aumentou.

Principalmente porque Pedro, tendo recuperado o trono como Rei de Castela, não cumpriu suas promessas. Ele incentivou os bascos a se recusarem a submeter-se ao domínio do príncipe; quanto a dinheiro, ele não o tinha. Eduardo acampou seu exército perto de Valladolid por quatro meses para pressionar seu aliado. Mas, em julho, o calor, a disenteria e a fome o obrigaram a partir. Nájera foi uma vitória de Pirro para ele: perdeu um exército, uma fortuna e a saúde em Castela, tudo para restaurar ao trono um tirano maníaco que detestava.

E, além disso, não permaneceria no local por muito tempo. Menos de um mês após Nájera, Henrique de Trastâmara encontrou-se com Luís de Anjou em Villeneuve-lès-Avignon para preparar uma nova expedição. Instalado na fortaleza de Peyrepertuse, recrutou companhias, recentemente de volta ao Languedoc, ansiosas para invadir Castela pela terceira vez. Em Aigues-Mortes, em 13 de agosto, Luís e Henrique chegaram a um acordo: Henrique receberia ajuda financeira e militar e, uma vez retomada Castela, voltaria-se contra os ingleses e os navarros. Em 27 de setembro, Henrique cruzou os Pirenéus novamente; em 8 de outubro, capturou Burgos; em abril de 1368, sitiou Toledo. Ele também contava com anglo-gascões que começavam a conhecer o caminho: haviam ajudado-o a tomar a coroa em 1366, a perdê-la em 1367 e agora o ajudavam a reconquistá-la em 1368. Na França, Carlos V, que se preparava para retomar a guerra contra Eduardo, viu nisso uma oportunidade de recuperar a aliança castelhana, tão valiosa, especialmente no mar. Um tratado foi concluído em 21 de novembro de 1368: Carlos enviou Du Guesclin para ajudar Henrique a completar a conquista e, em troca, Henrique prometeu enviar navios em 1369 para atacar a costa da Aquitânia. Du Guesclin chegou com 600 homens em fevereiro de 1369.

Ele se juntou a Henrique diante de Toledo, ainda sitiada, e em 14 de março travou uma batalha decisiva contra Pedro, que viera em auxílio da cidade. O confronto ocorreu ao pé do Castelo de Montiel, e Du Guesclin finalmente pôde demonstrar sua habilidade tática. Após uma marcha noturna à luz de tochas, ele atacou o acampamento de Pedro antes que suas tropas estivessem preparadas. Não foi uma atitude muito cavalheiresca, mas foi eficaz. Carnificina ao amanhecer. Froissart descreve Du Guesclin e Henrique "massacrando homens e animais em massa, até que estivessem completamente exaustos de matar, abater e massacrar; ... e naquele dia houve mais de vinte e quatro mil mortos". A batalha foi ainda mais brutal por ter conotações de guerra religiosa:

o exército de Pedro incluía cavaleiros mouros, seguidores de "Maomé, o podre", para usar a expressão de Cuvelier, bem como "judeus traiçoeiros que não valiam nada". Poucos dias após a batalha, Pedro, o Cruel, sitiado no castelo de Montiel, encontrou-se com Henrique de Trastâmara; houve troca de insultos e golpes, e durante a luta, em circunstâncias obscuras, Pedro foi assassinado.

Henrique, agora o indiscutível Rei de Castela, recompensou Du Guesclin, nomeando-o Condestável, Duque de Molina e Conde de Soria, com um presente de 60.000 dobrões. O bretão claramente desejava permanecer na Espanha, onde também tinha uma amante, a Senhora de Soria, e dois filhos. Como conselheiro militar do Rei de Castela, supervisionou a implementação do Tratado de Toledo, assinado em 8 de junho de 1369, que confirmava o envio de uma frota castelhana ao serviço do Rei da França. Mas este estava determinado a ter seu principal guerreiro de volta, para quem tinha outras obrigações em mente. Em junho de 1370, Du Guesclin retornou à França.

Da falsa paz à verdadeira guerra (1368-1369)

A guerra contra os ingleses recomeçou. Uma breve retrospectiva é necessária para entender a situação. Após Nájera, numerosas companhias mercenárias retornaram a Languedoc. Luís de Anjou as enviou às pressas para devastar a Provença de fevereiro a maio de 1368, sob o comando de Du Guesclin, que foi excomungado por isso. Luís de Anjou, que tinha planos para a Provença, buscava enfraquecer o poder de Joana de Nápoles naquela região. Mas o fluxo de companhias retornando da Espanha, recrutadas do antigo exército do Príncipe de Gales, continuou a aumentar. Robert Scot, John Cresswell, Robert Briquet e Bertucat d'Albret, entre outros, estavam de volta. Havia também recém-chegados, como Bernard de La Salle, "um escalador forte e habilidoso, ágil como um gato", como o descreveu Froissart. Um verdadeiro acrobata, ele não tinha igual quando se tratava de escalar paredes.

Novas medidas tiveram que ser tomadas contra essas pessoas. Foi o que fizeram os Estados de Languedoc em junho-julho de 1368: comissários foram encarregados de examinar as fortificações e ordenar reparos; impostos locais também seriam usados para financiar a manutenção das guarnições, particularmente nas cidades que controlavam uma ponte, pontos de travessia obrigatórios para as companhias. Forças móveis foram colocadas sob o comando de Luís de Sancerre e do Marechal de Boucicaut no Loire e na Normandia. O sistema provou ser bastante eficaz. Por mais alguns meses, as companhias vagaram por todo o reino antes de se dispersarem gradualmente. Os grupos de Cresswell e Briquet subiram os vales do Lot e do Dordogne, cruzaram o rio Auvergne, mas não conseguiram atravessar o Loire: as pontes estavam guardadas, os vaus bloqueados, da nascente até Nevers. Desceram então pela margem esquerda, finalmente encontrando uma travessia em Marcigny, na região de Charolais. Mas havia pouco a ganhar do outro lado. Atravessaram a Borgonha de sul a norte, entraram na região de Champagne em abril de 1368, iniciaram um movimento rumo ao norte, retornaram em direção a Auxerre e se dividiram. Alguns chegaram a Étampes, cruzaram o Loire e conquistaram Beaugency. Perseguidos de perto por Luís de Sancerre, alcançaram a Aquitânia e se dispersaram. Outros chegaram à Normandia e tomaram Vire; em Anjou, conquistaram Château-Gontier. Mas estavam perdendo ímpeto e foram hostilizados; Robert Scot e, em seguida, Robert Briquet foram mortos. Le Bourc Camus foi capturado em Bourbonnais. Grupos isolados foram dizimados. No início de 1369, as grandes companhias não passavam de uma lembrança muito ruim.

Assim, a verdadeira guerra pode recomeçar, a guerra honrosa e oficial, por razões nobres, a "boa guerra", onde as pessoas se matam umas às outras de forma civilizada e codificada. Carlos V vem considerando isso há muito tempo. Seus advogados estão desenvolvendo os argumentos que lhe permitirão romper a Paz de Brétigny, e seus propagandistas estão preparando a opinião pública. Mais uma vez, a Aquitânia servirá de pretexto. Em Bordéus, o Príncipe de Gales enfrenta sérias dificuldades. Sua aventura espanhola o arruinou e endividou completamente. A única solução para ele é impor um imposto, um imposto sobre lareiras de 10 sous Guyenne por domicílio. Essa medida arbitrária, decidida em janeiro de 1368, encontra forte oposição de certos nobres locais, especialmente dos três principais: os Condes de Armagnac e Périgord, e o Senhor de Albret. O Conde de Armagnac, outrora acostumado a governar a região com mão de ferro, ressentia-se de ser relegado a uma posição subordinada pelo imperioso Príncipe Negro. Além disso, ele também precisava de dinheiro: devia 300.000 florins de resgate ao seu vizinho, Gastão Febo, que o havia capturado em Launac. Se o povo de suas terras tivesse que pagar um imposto, ele acreditava que deveria ser a sua parte, especialmente porque o Príncipe de Gales lhe devia 200.000 florins em salários pela última campanha. O Senhor de Albret estava na mesma situação: ele também havia sido capturado em Launac e devia 100.000 florins de resgate. Quanto ao Conde de Périgord, o jovem Archambaud, ele havia sido humilhado pelo Príncipe Negro, que o mandou prender por vários dias por recrutar tropas ilegalmente em uma disputa particular com o Senhor de Mussidan.

Os três lordes, portanto, opuseram-se ao imposto sobre lareiras. O Príncipe de Gales não estava disposto a tolerar essa oposição. Seus reveses na Espanha o haviam amargurado, reforçado suas tendências autoritárias e enfraquecido sua perspicácia política. Ele contraiu malária durante a campanha, o que o obrigou a ficar na cama frequentemente. Isso foi uma provação particularmente dolorosa para um temperamento tão ativo e um guerreiro tão enérgico. Já uma pessoa difícil de conviver, ele agora se tornava insuportável. Em um acesso de fúria, jurou esmagar o Conde de Armagnac e não lhe deixar um centímetro de terra na Aquitânia.

Para os nobres gascões, a alternativa natural em caso de conflito com seu senhor inglês era recorrer ao Rei da França, seu suserano, e apelar ao Parlamento de Paris. Mas, desde o Tratado de Brétigny, teoricamente eles não tinham mais essa opção, já que a Aquitânia havia sido concedida a Eduardo III em plena soberania. Contudo, uma brecha persistia, a qual os juristas de Carlos V explorariam: a troca oficial de renúncias ainda não havia ocorrido. É verdade que havia sido acordado que, durante o período de transição entre o tratado e a troca de renúncias, o Rei da França não exerceria sua soberania sobre a Aquitânia. Mas havia um prazo para a troca de renúncias, e este já havia expirado há muito tempo. E havia, então, uma questão mais fundamental: um Rei da França tinha o direito de renunciar a parte de sua soberania? Universidades europeias foram consultadas sobre todas essas questões. Assim, a Guerra dos Cem Anos também proporcionou uma oportunidade para um exame jurídico mais profundo da natureza do poder real.

Tudo isso é, claro, para inglês ver. Na realidade, a retomada da guerra já estava decidida. É apenas uma questão de formalidades. Em 4 de maio de 1368, Arnaud-Amanieu d'Albret casou-se com Margarida de Bourbon, cunhada de Carlos V, em Paris. Muitos nobres gascões compareceram à capital para a ocasião. Entre eles estava o Conde de Armagnac, que secretamente assinou um documento apelando ao Rei da França "em sua qualidade de soberano do Duque e de todo o Ducado da Aquitânia". Em 30 de junho, o Grande Conselho decidiu que o Rei tinha o direito de receber apelos dos senhores gascões. Carlos V então firmou um acordo secreto com os Condes de Armagnac e Périgord, e com o Senhor de Albret, pelo qual se comprometeu a receber todos os apelos vindos da Aquitânia, a não renunciar à sua soberania sem o consentimento dos apelantes e

a defendê-los militarmente caso suas terras fossem atacadas. Por sua vez, prometem não resolver a disputa com o Rei da Inglaterra e seu filho sem o acordo do Rei da França, e lutar por este último na Aquitânia.

Em Bordéus, o Príncipe de Gales percebeu o que estava sendo planejado e começou a reunir tropas em suas possessões inglesas em Cheshire e no norte do País de Gales. Em setembro, 800 arqueiros estavam prontos para serem enviados à Aquitânia. Eduardo III mostrou-se estranhamente passivo nesse assunto. Enviou representantes a Paris e Bordéus para exigir explicações de ambos os lados, para grande fúria de seu filho, que ficou escandalizado ao ver o rei hesitar entre sua palavra e a do Rei da França.

Carlos V intensificou a pressão sobre os principais nobres e cidades da Aquitânia, instando-os por carta a recorrerem ao Parlamento. Inicialmente, prevaleceram o medo e a descrença; depois, as garantias de proteção e os argumentos legais surtiram efeito: os apelos multiplicaram-se e logo chegaram às centenas. Em 16 de novembro de 1368, Carlos V decidiu oficialmente recebê-los e convocou o Príncipe de Gales perante o Parlamento de Paris para responder pela sua conduta em 2 de maio de 1369. Entretanto, seguindo a prática feudal, colocou os recorrentes sob sua proteção e enviou soldados para hastear a bandeira da flor-de-lis nos seus castelos e muralhas, enquanto Luís de Anjou reunia um exército em Languedoc.

O Príncipe Negro estava sufocando de raiva em sua cama. "Sua cabeça estava doente e seus membros debilitados", escreveu um de seus oficiais. Ele não era mais capaz de dirigir os assuntos; sua doença estava piorando, ele sofria de "um mal-estar severo e problemas cardíacos", e John Chandos teve que assumir o comando. As tropas inglesas não estavam chegando. Carlos V, por outro lado, estava totalmente preparado. Ele vinha organizando sua campanha há muito tempo. As fortificações haviam sido reparadas; o imposto sobre lareiras e o imposto sobre o sal lhe permitiram reservar um tesouro de guerra de 400.000 libras. Diplomaticamente, ele tinha a aliança de Castela, e o Papa Urbano V foi de grande ajuda ao recusar, sob falsos pretextos, conceder dispensas para o casamento entre o Conde de Cambridge, filho de Eduardo III, e Margarida, filha única de Luís de Male, herdeira de Flandres, Artois e Franco-Condado da Borgonha, o que teria permitido ao Rei da Inglaterra cercar o Reino da França. O pretexto era a existência de um parentesco distante entre os dois cônjuges; o casamento deles, escreveu o Papa hipocritamente, seria "um perigo para suas almas, um exemplo pernicioso para os outros e um escândalo para muitos". Em contrapartida, ele concedeu dispensas para o casamento de Margarida com o irmão de Carlos V, o duque Filipe da Borgonha, embora o parentesco entre eles fosse ainda mais próximo.

Com todas as suas cartas na mão, Carlos V pôde relançar a guerra. Já em janeiro de 1369, Luís de Anjou avançou sobre Rouergue. Najac rendeu-se; Jean d'Armagnac, o filho mais velho do conde, capturou La Roque-Valsergue. O senescal de Toulouse, Raimundo de Rabastens, tomou Rodez em 19 de fevereiro. O senescal inglês de Quercy foi derrotado em Montaigu. Cahors abriu seus portões. O arcebispo de Toulouse empreendeu uma viagem de pregação em apoio a Carlos V. Os apelos multiplicaram-se perante o parlamento: 921 foram registrados em 18 de março de 1369.

Entretanto, em janeiro, Carlos V enviou o Conde de Tancarville como embaixador a Londres para apresentar suas queixas a Eduardo III, acusando-o de apoiar Carlos de Navarra e as companhias mercenárias, e declarando que o Rei da França jamais havia renunciado à sua soberania sobre a Aquitânia. No final de abril, uma força francesa invadiu Ponthieu. Tudo isso ocorreu antes da fatídica data de 2 de maio, quando o Príncipe de Gales deveria comparecer perante o Parlamento em Paris. Notando sua ausência, Carlos V declarou-se forçado a retomar a guerra.

Em 11 de junho, Eduardo III, na Abadia de Westminster, assumiu o título de Rei da França. Em 19 de junho, Margarida da Flandres casou-se com Filipe da Borgonha. Em 30 de novembro, o Ducado da Aquitânia foi oficialmente confiscado. Alguns meses depois, Du Guesclin retornou da Espanha. A reconquista começou.

5
Reconquista e revoltas

Da recuperação francesa à crise europeia (1370-1382)

A década de 1370-1380 marcou uma virada no cenário militar e político. A Inglaterra também experimentou um fim infeliz para seu reinado. O fardo da conquista se tornara pesado demais para um rei senil e seu filho moribundo. Carlos V, bem aconselhado e bem servido por Du Guesclin, reconquistou os territórios perdidos em Brétigny em poucos anos. Mas de 1377 a 1382, a França, a Inglaterra e, de fato, toda a cristandade foram abaladas por convulsões sociais, políticas e religiosas, tornando esses anos um período crucial na história europeia. Uma renovação completa da classe dominante, com as mortes quase simultâneas do Rei da Inglaterra, do Imperador, do Papa, do Rei da França, do Príncipe de Gales e de Du Guesclin, coincidiu com levantes urbanos e rurais na Itália, Flandres, Inglaterra e França, e com o início de um evento traumático para a cristandade: o Grande Cisma. A Guerra dos Cem Anos contribuiu significativamente para essas convulsões, que, por sua vez, alteraram a dinâmica do conflito, conferindo-lhe novas dimensões.

Primeiros sinais do declínio inglês

A ofensiva francesa começou em 1369, como acabamos de ver. Naquele ano, enquanto Luís de Anjou e o Conde de Armagnac avançavam por Rouergue e Quercy, e outro dos irmãos do rei, João de Berry, progredia em Poitou, Carlos V considerou seriamente desembarcar na Inglaterra, demonstrando a extensão da mudança de humor na corte francesa. Em junho e julho, extensos preparativos foram realizados no Baixo Sena: estoques de provisões foram reunidos e navios foram construídos no estaleiro Clos des Galées, em Rouen, que o rei visitou diversas vezes. Foi também em Rouen que ele convocou os Estados Gerais para agosto. O otimismo era o sentimento predominante. No entanto, dois fatores o forçaram a abandonar o projeto. Primeiro, a frota prometida por Henrique de Trastâmara, essencial para a operação, não chegou. Depois, no início de agosto, os ingleses foram os primeiros a desembarcar: João de Gaunt chegou a Calais com algumas centenas de homens. Entre os membros da comitiva de Carlos V, as opiniões estavam divididas: deveriam desembarcar na Inglaterra ou negociar com o Duque de Lancaster? Os mais pragmáticos favoreciam a segunda opção, particularmente Olivier de Clisson, que, segundo Froissart, "aconselhou veementemente o rei a não ir à Inglaterra com tantos nobres de seu reino. Ele disse que eles não estavam tão acostumados a ir à Inglaterra e guerrear lá quanto os ingleses estavam a atravessar o mar e chegar à França. Ele ofereceu muitas razões para isso, conhecendo melhor do que muitos outros a condição e a natureza dos ingleses e o estado da Inglaterra." De fato, Olivier de Clisson, criado na Inglaterra, primo de Eduardo III e João IV, havia lutado extensivamente nos exércitos ingleses. Ele perdera um olho em Auray. Mas suas relações com o Duque da Bretanha haviam se deteriorado, pois lhe negara certas propriedades, e havia rumores de que ele mantinha um caso com a Duquesa. Carlos V conseguira atraí-lo com promessas de terras e dinheiro. Ele era um recruta valioso: este homem poderoso e turbulento, de trinta e três anos, violento, cruel e ambicioso, era um guerreiro formidável a quem os ingleses apelidariam de "o Açougueiro".

Sua opinião foi seguida por uma comissão dos Estados Gerais encarregada de estudar o plano de desembarque na Inglaterra, que recomendou "atacar primeiro o Duque de Lancaster". O Duque havia iniciado sua campanha, cavalgando ao longo da costa da Picardia e depois da Normandia, com o objetivo de destruir os preparativos franceses. Ele chegou a Harfleur, que tentou capturar sem sucesso, e então recuou, temendo ficar encurralado na região de Caux.

1370 foi um ano muito ruim para os ingleses. Começou cedo e mal: em 1º de janeiro numa escaramuça perto da ponte de Lussac, no rio Vienne, o valente John Chandos, de sessenta anos, tropeçou na sua longa túnica, caiu e, como também estava cego de um olho desde Nájera, onde fora apunhalado no olho com uma adaga, não viu o golpe desferido pelo escudeiro Jacques de Saint-Martin, que lhe cravou a espada entre o nariz e a testa. Morreu na noite seguinte.

A perda desse líder sábio e experiente foi um duro golpe, seguido, nos primeiros meses do ano, por um renovado avanço francês: o Duque de Berry em Poitou, o Duque de Anjou em Périgord, o Conde de Armagnac, o Senescal de Toulouse, Arnaud-Amanieu d'Albret e Bérard d'Albret em Armagnac avançaram lenta, mas inexoravelmente. Cidades caíram uma após a outra: Agen, Villeneuve-sur-Lot, Pujols, Penne, Fumel, Puymirol, Bazas, Tarbes, Bagnères e Vic-sur-Bigorre.

Em 20 de julho, foram reforçados por Bertrand Du Guesclin, finalmente de volta da Espanha, que assumiu o comando do exército do Duque de Anjou. O avanço prosseguiu: Aiguillon, na confluência dos rios Lot e Garona, foi tomada sem luta. Em seguida, o exército deixou o Garona para seguir diretamente para o norte, talvez com o objetivo de unir forças com o Duque de Berry. O vale do Dordogne foi alcançado, com seus castelos e cidades fortificadas aliados ao lado francês: Sarlat, Domme, Beynac e Castelnau, os dois castelos inimigos, frente a frente do outro lado do rio desde a época de Ricardo Coração de Leão. Mais abaixo, a fortaleza de Lalinde também estava prestes a se render quando reforços vindos de Bergerac, liderados pelo Capitão de Buch — que matou o capitão da guarnição por traição — impediram a entrada dos franceses no último momento. Du Guesclin não insistiu no ataque. Sua rota demonstra claramente que ele buscava consolidar o avanço francês ao longo de uma linha norte-sul, em vez de avançar para oeste. Esta foi, de fato, uma conquista sistemática, avançando lenta mas seguramente por toda a linha, assegurando a retaguarda e não deixando nenhum reduto inglês no leste. Havia claramente uma estratégia geral por trás da reconquista da Aquitânia.

Ignorando Bergerac, Du Guesclin marchou novamente para o norte, subindo o Vale do Isle. Em Périgueux, reorganizou as defesas da cidade. Nas proximidades, atacou a Abadia de Chancelade, onde os ingleses estavam entrincheirados. Foi um procedimento rotineiro: o fogo contínuo dos besteiros obrigou os defensores a se abrigarem, abrindo caminho para que os ingleses enchessem o fosso com feixes de madeira. Escadas — cerca de cem, segundo Cuvelier — foram então colocadas contra a muralha, e os atacantes subiram, protegendo-se atrás de venezianas das pedras, barras de ferro em brasa, cal viva e dormentes de madeira que os sitiados atiravam contra eles. Du Guesclin foi um dos primeiros a entrar na fortaleza, seguido de perto por Olivier de Mauny e por Jean e Alain de Beaumont.

Ele empunha sua arma favorita, o machado, com o qual quebra a mandíbula do capitão inglês com um único golpe. A guarnição é massacrada. O dia termina com o esvaziamento dos barris da abadia, que são imediatamente devolvidos aos seus pacíficos donos.

Du Guesclin então desceu o Vale do Isle até Montpon, que capturou, antes de rumar novamente para o norte, tomando Brantôme e Saint-Yrieix. Tendo deixado o exército do Duque de Anjou muito mais ao sul, marchou em direção ao do Duque de Berry, que acabara de sitiar

Limoges. Influenciados por emissários do Rei da França, que conquistaram o apoio do bispo da cidade, Jean de Cros, os habitantes decidiram render-se. O Duque de Berry entrou na cidade em 24 de agosto. Orgulhoso de seu feito, o irmão do rei decidiu que já havia feito o suficiente para o ano e partiu naquela mesma noite, deixando apenas cerca de cem homens para defender a cidade. Essa negligência fatal provou ser fatal: quinze dias depois, os três irmãos Plantagenetas — o Príncipe de Gales, o Duque de Lancaster e o Conde de Cambridge — estavam diante de Limoges. Compartilhavam a mesma indignação pela perda sucessiva das cidades da Aquitânia que se renderam sem resistência aos pérfidos franceses.

O episódio foi terrível. Em 19 de setembro, as muralhas minadas de Limoges desabaram, criando uma enorme brecha. Os ingleses invadiram o local. O Príncipe de Gales, doente e furioso, perdeu completamente o controle; ordenou o massacre generalizado de civis e combatentes, indiscriminadamente, incluindo o bispo: "O Príncipe olhou para ele com ferocidade", escreveu Froissart, "e a coisa mais nobre que lhe disse foi que lhe cortariam a cabeça, uma palavra que devia a Deus e a São Jorge." Seu irmão Lancaster o acalmou um pouco, e o bispo foi autorizado a fugir sem mais delongas. Este foi o último feito do Príncipe Negro, que também soube naquele mesmo ano da morte de seu filho Eduardo. Exausto, retornou à Inglaterra em janeiro de 1371 e morreu em 8 de junho de 1376.

A captura e o saque de Limoges foram um dos últimos suspiros ingleses no final do reinado de Eduardo III. Outro foi o grande ataque de Robert Knolles, que partiu de Calais no final de julho de 1370 com 1.600 homens de armas e 2.500 arqueiros. Aos cinquenta e sete anos, Knolles, ainda tão ágil, brutal e ganancioso como sempre, deixou um rastro de destruição e desolação, "incendiando a terra que se recusava a ser resgatada". Mas os ganhos foram escassos, pois ele se deparou com a nova tática francesa: cidades fortificadas, das quais nem sequer se tentavam ataques. Resumiam-se a pisotear as plantações na véspera da colheita e a incendiar casas. Passaram por Arras, Roye, Noyon, Reims e Troyes, mas atacar esses ricos e bem defendidos prêmios estava fora de questão.

Knolles então voltou sua atenção para a própria capital. Vilarejos suburbanos, como Arcueil e Cachan, foram incendiados; em 24 de setembro, tropas se posicionaram na planície de Villejuif para se preparar para a batalha. Ao redor do rei, os Condes de Tancarville e Saint-Pol, o Visconde de Meaux, Raoul de Coucy, Jean de Vienne, o Senescal de Hainaut e outros nobres de alta patente mal conseguiam se conter. Fumaça subia dos vilarejos em chamas; um cavaleiro inglês chegou a ousar bater em um dos portões de Paris. Voltou ileso, apenas para ser atingido por um poderoso golpe de machado desferido por um açougueiro local. Caído ao chão, foi então espancado até a morte por quatro camponeses, "que o golpearam como se fosse uma bigorna", como relata Froissart. A cena, retratada no século XV em uma miniatura que ilustra o manuscrito das *Crônicas* , mostra a fúria do povo comum, que não consegue compreender a passividade dos nobres, esses ilustres cavaleiros que permanecem inertes enquanto o inimigo devasta o reino. As táticas de Carlos V pouco contribuem para aumentar a popularidade dos nobres. Mas a salvação do reino depende disso. Segundo Froissart, Olivier de Clisson chega a encorajar o rei a não ceder: "Senhor, não precisa empregar seus homens contra esses loucos; deixe-os ir e esmagá-los; eles não podem tomar sua herança, nem expulsá-lo com esterco." A tática defensiva, portanto, já tinha alguns adeptos. Frustrado em suas esperanças de batalha, Robert Knolles segue então para o oeste, retomando seus ataques na região de Beauce, depois no Maine, com a intenção de chegar à Bretanha.

Du Guesclin, Condestável da França (2 de outubro de 1370)

Enquanto saqueava os celeiros da França, Carlos V convocou Du Guesclin de volta a Paris, onde decidiu nomeá-lo Condestável da França. Isso foi um verdadeiro "golpe midiático", para usar a expressão de Françoise Autrand. Originalmente, o Condestável era apenas um oficial subalterno, sob as ordens do senescal, o *comes stabuli* , Conde dos Estábulos, cuja função principal era cuidar dos cavalos da comitiva do rei. Esse especialista em cavalaria gradualmente se tornou o principal conselheiro militar e tenente do rei na guerra, o comandante supremo do exército real. Sua insígnia, a espada, era do próprio rei, que a usava para investi-lo. O Condestável era, portanto, o braço direito do rei, o comandante-em-chefe de suas forças armadas.

Até então, o cargo havia sido confiado a homens de linhagem nobre e famílias ilustres. Por exemplo, houve dois ocupantes da família Brienne, vassalos diretos do Conde de Champagne, o último dos quais, Gautier de Brienne, fora morto em Poitiers. Carlos de Espanha era descendente dos reis de Castela. Essas figuras podiam, além disso, tornar-se inquietas, ambiciosas e preocupar o próprio rei. O cargo envolvia perigos reais: os três últimos ocupantes morreram, assassinados ou mortos em batalha. A nomeação de Moreau de Fiennes em 1356 marcou o início de uma evolução no papel: em vez de homens de nascimento muito nobre, o rei escolheu militares bons, merecedores e dedicados, indivíduos que já haviam demonstrado sua lealdade.

Mas Moreau de Fiennes já tinha sessenta e quatro anos. Era hora de substituí-lo. Esta era uma oportunidade para Carlos V realizar um brilhante golpe de promoção, escolhendo um homem que fosse ao mesmo tempo popular e relativamente inofensivo, eficiente e unificador. Du Guesclin era inegavelmente popular: "A voz comum de todo o reino", disse Froissart, que o considerava "o mais valente, o mais bem-apessoado e o mais sábio em suas ações, e o mais afortunado e bem-sucedido em seus negócios que, naquela época, pegava em armas pela coroa da França". Ele também era relativamente inofensivo: um nobre de menor importância, sem ambições pessoais, não representava uma ameaça para nenhum dos altos funcionários da corte. Ser bretão também era vantajoso: isso poderia ajudar a reunir parte da nobreza deste feudo, que era governado pelo anglófilo João IV, ao lado do rei. O rei fez questão de transformar essa nomeação em um verdadeiro plebiscito. O Condestável foi eleito em 2 de outubro de 1370, por unanimidade, pelo Grande Conselho de "prelados, nobres, burgueses e habitantes da cidade de Paris". Eles chegaram a encenar uma farsa de falsa recusa por modéstia: "Sou um homem pobre, de nascimento humilde. E o cargo de Condestável é tão grandioso e tão nobre que é apropriado, a quem assim o desejar, exercê-lo e comandá-lo, muito mais sobre os grandes do que sobre os humildes. E aqui estão meus senhores, seus irmãos, seus sobrinhos e seus primos, que estarão no comando dos homens de armas em exércitos e incursões; como ouso comandá-los?" Froissart cita o bretão. Ora! Ora! "Não seja modesto, você é o melhor", respondeu o rei, em essência: "Sir Bertrand, Sir Bertrand, não se desculpe dessa maneira, pois não tenho nenhum irmão, primo, sobrinho, conde ou barão em meu reino que não lhe obedeça; e se alguém fosse ao contrário, me irritaria tanto que perceberia: então aceite o cargo com prazer; e eu lhe imploro que o faça."

Então, conta Christine de Pisan, “o bom bretão, cavalheiresco e valente Sir Bertrand du Clequin foi eleito Condestável da França, e isso ocorreu na quarta-feira, dia dois de outubro do ano de 1370”. Pode-se falar de entusiasmo. Um escrivão anônimo chegou a ousar fazer uma anotação pessoal à margem do registro da Câmara de Contas, relatando a cerimônia: “Viva para sempre o Condestável da França, Bertrand Du Guesclin, valente, ilustre cavaleiro, o mais bravo de todos”. A operação foi um sucesso, o que ajudou a remotivar vários cavaleiros, especialmente

entre a pequena nobreza, que viu em Du Guesclin a promoção de um dos seus: “Grande alegria foi celebrada entre os valentes cavaleiros, e as armas foram novamente empunhadas por muitos que, por culpa de maus líderes, as haviam abandonado”, acrescenta Christine de Pisan. Apenas os "acompanhantes de peles" – cortesãos, financistas, secretários, advogados, profissionais do direito – desprezam esse bruto analfabeto de proverbial feiura; entre eles e Du Guesclin existe um desprezo mútuo.

Essa animosidade materializou-se alguns dias depois, quando o novo Condestável exigiu dinheiro para financiar a guerra. Segundo Cuvelier, Du Guesclin proferiu um discurso ousado ao rei, revelando seu ódio por burocratas e políticos corruptos. Ele exigiu que fossem obrigados a contribuir para o esforço de guerra: “Vá e abra esses cofres transbordando de dinheiro; um príncipe avarento jamais sairá com honra como conquistador… Se lhe falta um tesouro substancial, ouro, prata e ouro puro, peça emprestado ao seu próprio povo! Você não tem nenhum oficial que não possa pagar meio seter de ouro fino… Eu iria roubar aqueles acompanhantes forrados de peles; logo saberia o que há em seus cofres. Você deve pedir emprestado a essas pessoas sem demora, pois muitas estão se enriquecendo sem escrúpulos.”

Este discurso, concebido por Cuvelier, reflete a hostilidade sentida pelos cavaleiros em relação à burocratização da monarquia Valois. Desde Filipe IV, o Belo, a casta militar vira seu papel diminuir em favor dos funcionários civis, e o descontentamento crescia. Esse movimento foi particularmente pronunciado sob Carlos V, um rei não combatente, um "tecnocrata" antes de seu tempo, que desconfiava da guerra e de suas incertezas. Mesmo assim, um empréstimo forçado foi decretado: burgueses, oficiais reais, advogados — todos aqueles que "tinham os meios" — foram obrigados a contribuir "para reforçar o Condestável da França com homens de armas". Assim, em Rouen, 217 burgueses, resmungando, conseguiram 8.362 libras.

O rei e seu condestável estavam convencidos de que a reconquista só poderia ser alcançada com um exército regularmente pago, para evitar deserções, abandonos e traições. Seguindo o modelo inglês, eles também adotaram o sistema de pagamentos antecipados. Carlos V abandonou o tradicional exército feudal, que considerava instável e indisciplinado demais. Embora os grandes vassalos ainda estivessem presentes no exército principal, agora eram assalariados; a arrière-ban (força de reserva) só era convocada em circunstâncias excepcionais, como na Normandia em 1369, para enfrentar uma ameaça iminente. A pequena nobreza fornecia um núcleo permanente de 2.500 homens de armas, elevando o total para quase 10.000 homens, incluindo seus séquitos. Esses homens eram regularmente revistados em inspeções, onde os oficiais reais verificavam o equipamento e o número de tropas antes de distribuir os pagamentos. Se necessário, o número de homens de armas da pequena nobreza podia chegar a 5.000 ou 6.000. A isso se somou um número crescente de não-nobres: cuteleiros, piqueiros, sargentos e valetes, alguns dos quais se infiltraram nas fileiras dos escudeiros. Pois, nesse exército cada vez mais profissionalizado, o mérito individual recebia cada vez mais consideração.

Para posições de comando, contudo, o exemplo de Du Guesclin, um nobre de posição inferior que ascendeu ao posto mais alto, permanece excepcional. Os líderes continuavam sendo nobres de alta patente com méritos variados, particularmente os irmãos e cunhados do rei. Enquanto o Duque de Anjou possuía firmeza, o Duque de Berry era um capitão fraco, mais talentoso em mecenato do que em assuntos militares. Luís de Bourbon, com trinta e três anos em 1370, Duque e Par da França, fundador da Ordem do Escudo de Ouro, foi um dos melhores tenentes do rei. Carlos V confiou-lhe inúmeros comandos na Bretanha e no norte da França. Filipe da Borgonha, outro irmão do rei, lutou contra os bandos mercenários no leste do país, mas era mais político do que militar.

Esses príncipes, embora nominalmente no comando dos exércitos, na maioria das vezes precisavam de um profissional ao seu lado para gerenciar os aspectos técnicos das campanhas.

Aprendendo com as derrotas do início da guerra, o rei tentou desenvolver a prática do arco e flecha e do tiro com besta em todo o país. A ordenança de 3 de abril de 1369 proibiu todos os jogos de habilidade e sorte, com exceção das competições de tiro. Esperava-se que, ao organizar competições com prêmios, o recrutamento de arqueiros fosse facilitado. Tal medida, porém, só daria frutos a longo prazo. No futuro imediato, o Mestre dos Besteiros, Hue de Châtillon, comandava principalmente genoveses. De modo geral, a proporção de mercenários também tendia a aumentar: genoveses liderados por Grimaldi, Spinola e Doria; catalães; castelhanos; piemonteses; toscanos; alemães; escoceses; e galeses. Entre estes últimos estava Owen Lawgoch, sobrinho-neto do último rei de Gwynedd, Llewelyn. Por odiar os ingleses, serviu sucessivamente a Filipe VI, João, o Bom, e Carlos V, tendo realizado alguns feitos notáveis, como a captura de Guernsey em 1372.

O número de canhões no exército da reconquista tendeu a aumentar. Mas as máquinas de cerco convencionais ainda tinham um futuro promissor pela frente. Du Guesclin parece ter feito pouco uso de armas de pólvora. Cais, trabucos e mangonéis permaneceram mais eficazes. Carlos V também estava preocupado com sua marinha, reduzida a não mais que dez navios no início de seu reinado. Várias embarcações foram construídas no estaleiro Clos des Galées em Rouen, mas o fretamento de navios estrangeiros continuou sendo essencial: alguns navios monegascos, incluindo os de Grimaldi, alguns genoveses e, sobretudo, a intervenção da frota castelhana, sob o comando do almirante Ambrogio Boccanegra.

A nova estratégia. Pontvallain (4 de dezembro de 1370)

A maior mudança foi na estratégia: chega de grandes batalhas. Carlos V queria travar a guerra hostilizando o inimigo, "sem lutar em batalhas abertas e sem desafiá-lo". Os ataques ingleses seriam deixados passar, pois se desgastariam sozinhos. Ele preferia uma guerra de atrito às desastrosas façanhas de seu pai e avô. Os recursos do reino eram vastos: o inimigo se esgotaria tentando conquistá-los. Organizar um ataque era muito caro, e o Parlamento em Londres estava cada vez mais relutante em pagar. Se o ataque não rendesse saques, resgates ou território, o reino Plantageneta perderia tanto suas forças quanto seu dinheiro. Se encontrasse apenas cidades fortificadas e bem defendidas, geralmente não conseguiria capturá-las, pois não se sobrecarregava com equipamentos pesados e não tinha tempo a perder com um longo cerco. Se não encontrasse nenhum exército em seu caminho, não haveria batalha nem resgate; depois de vagar por algumas semanas, teria que partir de mãos vazias. Carlos V aplicaria essa estratégia com crescente deliberação. Os camponeses sofrerão as consequências: os invasores ingleses, privados de pilhagem, se vingarão no campo indefeso. Carlos V também sabe disso, mas a vitória tem esse preço. Essa estratégia será contestada pela nobreza, frustrada pela falta de batalhas, honras e resgates. O método é inglório, mas eficaz.

Era essencial que os castelos e fortificações estivessem em condições de proteger a população durante ataques. Consequentemente, as defesas urbanas foram restauradas, as muralhas reparadas e inspecionadas por oficiais reais. Em muitos casos, as muralhas existentes haviam se tornado obsoletas devido à expansão dos subúrbios, o que facilitava a aproximação do inimigo e a prática de minagem: as autoridades urbanas tinham a opção de arrasar os subúrbios ou incorporá-los a uma nova muralha. Os proprietários de castelos fortificados também eram obrigados a manter suas fortalezas em bom estado: preenchendo brechas e rachaduras, limpando as muralhas de edifícios

adjacentes, estocando alimentos e munições e adquirindo artilharia. Pela ordenança de 19 de julho de 1367, que Jean Favier comparou a uma verdadeira "nacionalização" dos castelos fortificados, o rei estabeleceu o controle sobre essas construções.

Em Paris, Carlos V empreendeu consideráveis obras defensivas. A primeira foi uma nova muralha, já que a de Filipe Augusto havia sido engolida pelo tecido urbano devido ao crescimento dos subúrbios. A área protegida foi, assim, duplicada, num perímetro de mais de cinco quilômetros. As novas fortificações tinham mais de 90 metros de espessura e compreendiam, de dentro para fora, uma estrada de acesso para tropas, um espesso aterro de terra encimado por uma muralha de pedra, um fosso com água, outro aterro de terra e, possivelmente, outro fosso. Este sistema eliminava qualquer risco de minas e tornava as máquinas de cerco ineficazes, uma vez que seu alcance não ultrapassava 100 metros. Incluía apenas seis portões, fortemente defendidos por bastides, ou portões fortificados. Em 22 de abril de 1370, Hugues Aubriot, prefeito de Paris, lançou a pedra fundamental do mais importante deles, o Portão de Saint-Antoine, a Bastilha.

Dentro da cidade, as residências reais também foram remodeladas para aprimorar suas capacidades defensivas: o Louvre, baseado em planos de Raymond du Temple, tornou-se a magnífica fortaleza retratada em *Riches Heures* du Duc de Berry. O Hôtel Saint-Pol foi concluído em 1365. E então, fora das muralhas da cidade, surgiu Vincennes. Aqui, a escala era gigantesca e inovadora. Primeiro, houve a torre de menagem, construída entre 1361 e 1369: uma enorme torre retangular de 52 metros de altura, ladeada por quatro torretas; depois, de 1373 a 1377, em tempo recorde, o recinto retangular medindo 378 metros por 175 metros, com nove torretas e fossos de 12 metros de profundidade e 28 metros de largura. Por que uma escala tão colossal? A ideia de Carlos V seria posteriormente repetida por Luís XIV em Versalhes, Filipe II no Escorial e até mesmo Pedro, o Grande, em São Petersburgo: criar uma cidade real onde a corte residiria. Christine de Pisan escreveu: "O castelo no Bois de Vincennes é notável e belíssimo, e o rei pretendia ali construir uma cidade murada. Planejava criar residências em suntuosas casas senhoriais para diversos senhores, cavaleiros e outros, seus favoritos, e a cada um teria atribuído uma renda vitalícia de acordo com seu status." Os edifícios, repletos de decoração simbólica, confirmam essa intenção. O custo foi proporcional ao projeto: 1.700.000 libras apenas para a torre principal.

O novo Condestável demonstrou imediatamente a eficácia da nova estratégia, perfeitamente adequada às suas táticas de assédio, incursões, ataques surpresa e guerra de guerrilha. Em 2 de outubro, dia de sua nomeação como Condestável, ele estava em Paris. No dia 24, estava em Pontorson, perto do Mont-Saint-Michel, onde firmou um pacto de irmandade com Olivier de Clisson. Em 6 de novembro, estava em Caen, onde recrutou aproximadamente 500 homens. Lá, soube que os remanescentes da chevauchée de Robert Knolles ainda permaneciam no Maine, bastante dispersos devido a uma divergência entre os líderes sobre a divisão dos escassos despojos. Knolles queria juntar-se à marcha para a Bretanha; os outros capitães discordaram, e todos estavam de mau humor, tão infrutífera havia sido a campanha. Dividiram-se em vários grupos: Knolles estava perto de Le Mans, Thomas Grandson um pouco mais ao sul e Hugh Calveley no Loire. A ideia de Du Guesclin era encontrar inesperadamente esses grupos desmoralizados, cuja vigilância havia diminuído na ausência de qualquer adversário.

A campanha que se seguiu foi um verdadeiro feito e um dos raros exemplos de uma blitzkrieg medieval. O Condestável demonstrou suas melhores qualidades como líder militar: decisão, rapidez, visão de futuro, resistência física, coragem e astúcia. Acima de tudo, a decisão. Du Guesclin soube da situação de Knolles nos últimos dias de novembro, em Caen. Ele estava a 170 quilômetros de Le Mans. Reuniu suas tropas, aproximadamente 500 lanceiros, segundo Froissart.

Em 1º de dezembro partiu, acelerando o passo a tal ponto que Clisson e Audrehem ficaram para trás, com seu exército espalhado em pequenos grupos por dezenas de quilômetros. Passando por Alençon, em 3 de dezembro, chegou a um local próximo a Le Mans, cujo nome, distorcido pelos cronistas, tem sido muito debatido pelos historiadores: Viré, ou Juillé, ou mais provavelmente Fillé, às margens do rio Sarthe, cerca de dez quilômetros a sudoeste de Le Mans. A vanguarda havia percorrido 170 quilômetros de estradas lamacentas em três dias: um recorde para a Idade Média, e todos estavam exaustos. Os ingleses, avisados da chegada de Du Guesclin, enviaram-lhe um mensageiro para combinar o local e a data da batalha. O Condestável não estava mais interessado em tais jogos cavalheirescos de outra época: embebedou o mensageiro, obteve dele a localização exata de Thomas Grandson e partiu imediatamente, ao anoitecer, sob a chuva congelante de dezembro. Vinte e cinco quilômetros na escuridão, em cavalos exaustos por três dias de marcha; o próprio Condestável perdeu dois deles. Antes do amanhecer do dia 4, chegaram silenciosamente perto do acampamento inimigo. A chuva havia parado, o sol estava prestes a nascer: cobriram seus capacetes com pano para evitar o brilho no metal. E então, de repente: "Nossa Senhora! Guesclin!" Quatrocentos homens furiosos saltaram dos arbustos e invadiram o acampamento. A surpresa foi completa, assim como a vitória: 80 capitães ingleses foram capturados ao amanhecer, incluindo Thomas Grandson, Gilbert Giffard, Geoffroy Oursellé, Guillaume de Neuville, Philippe de Courtenay e Hugues Despenser. Nos dias seguintes, Du Guesclin dispersou as tropas inglesas restantes e limpou o leste de Anjou e as fronteiras de Poitou. Em 5 de dezembro, ele estava no rio Loir; no dia 6, em Saumur; no dia 7, em Bressuire. Foi lá que o velho marechal Arnoul d'Audrehem foi ferido ou adoeceu; ele morreu em Saumur. Em Saint-Maur, rio abaixo de Saumur, Du Guesclin subornou seu antigo rival Calveley para que se retirasse e, para pagá-lo, instituiu um pedágio na travessia do Loire em Les Ponts-de-Cé. As últimas guarnições inglesas deixaram a região. Em 1º de janeiro de 1371, Du Guesclin retornou a Paris.

Em exatamente um mês, o novo Condestável alcançou uma vitória relâmpago, dispersou as tropas inglesas e retomou o controle de Maine, parte de Anjou e Poitou — tudo com recursos muito limitados. Essa rápida avaliação demonstra sua eficácia. Seu pequeno grupo, móvel e flexível, com um núcleo de elites bretãs baseado em laços familiares e provinciais, era coeso e antecipava incursões de comando em território ocupado. Atacando com rapidez, de forma inesperada e evasiva, ele manteve a insegurança entre o inimigo, desencorajou-o e recapturou posições estratégicas. O rei podia se dar por satisfeito com seu novo Condestável.

A reconquista de Poitou (1371-1372)

O ritmo diminuiu em 1371. Este ano foi marcado principalmente por avanços diplomáticos, com a grande reconciliação entre Carlos V e Carlos de Navarra. Este último, tendo retornado à Normandia em 1369, obteve, em março de 1370, a confirmação de seus direitos sobre Montpellier. Em seguida, tentou negociar com os bandidos estabelecidos no coração de seus domínios em Saint-Sauveur-le-Vicomte, ao sul de Cherbourg. Mil homens de diversas nacionalidades viviam ali, atacando a população local. Como se autodenominavam "ingleses", Carlos primeiro tentou obter sua rendição de Eduardo III, depois se voltou para o rei da França, com quem se encontrou em 25 de março em Vernon, e jurou-lhe fidelidade por todas as terras que possuía no Reino da França. Nesse mesmo ano, a "antiga aliança" foi renovada com os escoceses, com a promessa de não fazer a paz sem eles.

Em 1372, os acontecimentos aceleraram-se novamente. No início do ano, uma embaixada foi enviada ao Imperador Carlos IV em Praga, "para que nenhum alemão fosse subornar o lado e o

partido do Rei da Inglaterra", como afirmou Froissart. Este partido, contudo, não havia perdido tudo na Espanha. Um casamento duplo fortaleceu os laços entre os Plantagenetas e a família de Pedro, o Cruel: João de Gaunt, Duque de Lancaster, viúvo, casou-se com Constança, a filha mais velha do antigo Rei de Castela, e Edmundo, Conde de Cambridge, irmão de João e futuro Duque de York, casou-se com a filha mais nova, Isabel. Como resultado, o impetuoso e imprevisível João de Gaunt já se via como Rei de Castela. Henrique de Trastâmara estava preocupado e participou mais ativamente da guerra anglo-francesa: em 22 e 23 de junho de 1372, uma frota castelhana liderada pelo genovês Ambrosio Boccanegra destruiu a frota inglesa de John Hastings, Conde de Pembroke, perto de La Rochelle, e ele foi feito prisioneiro. Os navios ingleses, com seu calado maior, estavam muito próximos da costa e foram surpreendidos pela maré baixa. Encalhados no fundo do mar e incapazes de manobrar, foram incendiados ou capturados. Canhões foram usados em uma batalha naval pela primeira vez.

A frota inglesa trouxe reforços e dinheiro para as tropas inglesas em Poitou, que enfrentavam uma vigorosa ofensiva liderada por Du Guesclin e o Duque de Berry, apoiados pelo Duque de Bourbon, o Conde de Alençon, os Viscondes de Meaux, Rohan e Aunoy, e os Senhores de Clisson, Laval, Sully e Beaumanoir. Consideráveis forças haviam sido reunidas para uma conquista sistemática do território. João de Berry fora nomeado Conde de Poitou e precisava afirmar sua autoridade sobre suas terras, onde os lordes haviam se unido em massa ao lado inglês. Du Guesclin, que acabara de ter a honra de batizar o segundo filho do rei, o futuro Duque de Orléans, dirigiu as operações. A destruição da frota inglesa em La Rochelle deixou as guarnições sem esperança de reforços. O principal objetivo era Poitiers, que foi isolada com a captura das cidades vizinhas, a partir de meados de junho: Montmorillon caiu primeiro, "e todos os que estavam dentro foram mortos", diz Froissart; Chauvigny foi tomada em três dias; Lussac nem sequer tentou resistir; Moncontour, defendida por John Cresswell e David Holgrave, resistiu apenas por uma semana. Du Guesclin acertou contas pessoais ali, enforcando Jannequin Louet, que o acusara de perjúrio. Sainte-Sévère, uma formidável fortificação defendida pelos ingleses Richard Holme, Richard Gille e William Percy, foi tomada após um ataque furioso: "Nenhum homem vivo jamais ouviu falar de um ataque como este", afirma Cuvelier. A fúria dos combatentes foi intensificada pelo consumo de álcool: "Nossos homens beberam tanto vinho bom enquanto atacavam, / que se tornaram mais bravos que leões. / Ali começou o ataque; ninguém jamais viu um maior."

Froissart ficou profundamente comovido: que espetáculo magnífico! “Era uma visão grandiosa, [...] ali avançavam cavaleiros e escudeiros de todas as nações, para enaltecer sua honra e ascender em suas fileiras, realizando proezas de armas; pois muitos deles cruzavam os fossos, que estavam cheios de água, e saíam, com escudos sobre a cabeça, bem junto às muralhas, e naquela clareira, independentemente do que a correnteza lançasse, eles não recuavam, mas sempre avançavam.” Após o massacre, Du Guesclin mandou enforcar 110 prisioneiros franceses que haviam lutado ao lado dos ingleses.

Isso fez com que os burgueses de Poitiers refletissem, e eles optaram por capitular sem resistência em 7 de agosto. De lá, Du Guesclin avançou em direção a Aunis, com o objetivo de isolar La Rochelle. Durante os combates nesse setor, os franceses fizeram uma captura valiosa: Jean de Grailly, Capitão de Buch, a quem o rei se recusou a libertar mediante resgate. O Capitão morreria na prisão cinco anos depois. As cidades caíram quase sem resistência: Soubise, Saint-Jean-d'Angély, Angoulême, Saintes, Taillebourg e Pons. Em 8 de setembro, Du Guesclin entrou em La Rochelle, que havia aberto seus portões em troca da promessa de se tornar parte integrante do domínio real e de ter uma casa da moeda.

Os últimos redutos de Aunis estão caindo. Cada captura é marcada por cenas de carnificina nas quais Olivier de Clisson, um maníaco sedento de sangue, se destaca, matando a sangue frio pelo prazer sádico do assassinato. No Castelo de Benon, ele decapita prisioneiros ingleses com um machado assim que eles saem: “Ele chegou ao portão da torre; estava esperando pelos ingleses. O primeiro que saiu, ele golpeou com seu machado, abrindo-lhe a cabeça com um único golpe. Derrubou o segundo e o terceiro no chão e, com quinze golpes de machado, cortou quinze cabeças.” Tudo isso sob o olhar zombeteiro de alguns soldados franceses, que comentam e riem. Um deles diz a Clisson: “Olivier, meu bom homem, acalme-se um pouco, você está se exaltando demais com isso! Por que não designa um criado ou um sargento para decapitar esses ingleses em seu lugar?” "O episódio, cuja autenticidade não é contestada, é relatado pelo cronista Cuvelier, um escrivão da corte, que escreveu entre 1380 e 1387, época em que Clisson havia se tornado Condestável. É indicativo da normalização da selvageria em uma população que vivia em estado de guerra havia quarenta anos."

O ato final ocorreu em 1º de dezembro · quando os senhores de Poitou que permaneceram leais a Eduardo III prestaram juramento de fidelidade ao Rei da França na igreja franciscana de Loudun. Eles haviam tentado resistir em Thouars, mas, sem receber ajuda da Inglaterra, consideraram melhor capitular. Em 11 de dezembro, Du Guesclin retornou a Paris com os duques de Berry, Borgonha e Bourbon. O resultado de 1372 foi muito positivo: Poitou, Aunis e parte de Saintonge foram reconquistadas.

Chizé, a cavalgada de Lancaster e os assuntos bretões (1373-1375)

Em 1373, os ingleses tentaram retaliar, utilizando os serviços de seu amigo João IV, Duque da Bretanha. O ano já havia começado mal para eles. Du Guesclin, tendo retornado a Poitou, infligiu-lhes outra derrota em 21 de março em Chizé, cerca de trinta quilômetros ao sul de Niort. Foi uma batalha de soldados de infantaria contra líderes que Du Guesclin conhecia bem: Milton, Scott, Cresswell, Holgrave, Holme e João de Évreux. Uma batalha feroz, com seus horrores. No meio da confusão, Du Guesclin se viu frente a frente com o inglês Jacounelle: “Bertrand agarrou o inglês pela viseira, ergueu-o ligeiramente e, inserindo seu punhal, golpeou-o com tanta força que perfurou seu olho, e então Bertrand gritou: ‘Guesclin!’ e disse aos seus homens que o cercavam: ‘Matem esse patife que está me incomodando!’” Eles então o atacaram por trás e pela frente; Os bretões o golpearam com seus machados e o despedaçaram como carne podre. A força inglesa foi aniquilada. Dos 700 homens de Jean d'Évreux, metade estava morta, os outros foram capturados, incluindo o próprio Jean d'Évreux. Para evitar o peso de prisioneiros inúteis, Du Guesclin mandou massacrar 300 deles ali mesmo. Seis dias depois, Niort se rendeu, seguido por Lusignan, Mortemer e La Roche-sur-Yon. No final de abril, o Condestável retornou a Paris.

Imediatamente, o rei o enviou à Bretanha, onde 4.000 soldados ingleses acabavam de desembarcar em Saint-Malo, juntamente com o Conde de Salisbury. João IV, após muita hesitação, havia se aliado abertamente a Eduardo III. Em 19 de julho de 1372, ele firmou uma aliança defensiva e ofensiva com Eduardo e lhe prometeu homenagem suserana. O acordo foi seguido por um desembarque inicial de 400 soldados ingleses em Saint-Mathieu, em setembro, que reembarcaram após uma breve incursão de Du Guesclin, e Carlos V enviou uma carta de advertência ao seu vassalo. Mas o duque estava agora comprometido demais com o lado inglês. Tudo o impulsiona para lá: sua educação, seus gostos, seus conselheiros, suas esposas – sucessivamente Margaret, filha de Eduardo III, e Jeanne Holland, nora do Príncipe Negro –, seus

interesses – o condado de Richmond –, a presença na Bretanha de numerosas guarnições inglesas: Robert Knolles em Derval, outras em Brest, Gâvre, Bécherel, Guémené, Guingamp.

Desta vez, a questão era muito séria. Carlos V, após o desembarque do Conde de Salisbury, consultou o Parlamento sobre a possível confiscação do ducado. Inicialmente, decidiu por uma expedição militar. No final de abril de 1373, Du Guesclin e o Duque de Bourbon partiram de Angers e entraram na Bretanha com forças consideráveis. A grande maioria dos nobres bretões, exasperada pela presença inglesa esmagadora, acolheu o Condestável. João IV, isolado, deslocou-se de Vannes para Auray, depois para Saint-Mathieu, e fugiu para Inglaterra a 28 de abril. Du Guesclin, seguido pelos senhores de Rohan, Clisson, Beaumanoir e Rochefort, embarcou então numa verdadeira campanha militar. A 20 de maio, chegou a Rennes; o seu percurso a partir daí é difícil de reconstruir. As cidades renderam-se sem resistência, e ele chegou a Brest, onde Robert Knolles se tinha entrincheirado. Seguindo a prática comum, Knolles prometeu capitular se não recebesse reforços antes de 6 de agosto. Isso deu a Du Guesclin tempo para completar sua viagem pela Bretanha e até mesmo para fazer uma breve excursão a Jersey em 14 de julho. Tempo suficiente para causar estragos nas Ilhas do Canal, incendiando, matando, saqueando e exigindo resgates, antes de retornar a Saint-Malo. De lá, o Conde de Salisbury já havia zarpado novamente com sua frota para Brest, chegando a tempo de impedir a rendição de Knolles: em 4 de agosto. Du Guesclin ficou desapontado ao retornar à cidade. Mas o acordo estipulava que, para ser válido, os reforços ingleses não só deveriam chegar em 6 de agosto, como também deveriam ser suficientes para enfrentar os sitiantes. Como ele poderia provar que as forças de Salisbury eram suficientes para lutar? Simplesmente lutando. Por meio de arautos, um campo de batalha adequado foi procurado. Mas Salisbury estava exagerando: por falta de cavalos suficientes, ele queria que Du Guesclin lhe emprestasse alguns para a batalha! O Condestável, já irritado com essas convenções cavalheirescas, preferiu partir. Tomar Brest exigiria um cerco demasiado longo. Ao regressar, dirigiu-se ao cerco de Derval, a fortaleza de Roberto Knolles, onde deixara tropas. O capitão inglês recusou-se a honrar outro acordo para uma futura rendição que já havia sido concluído. "Estas palavras causaram grande espanto ao Condestável, ao Senhor de Cliçon e aos barões de França e da Bretanha", escreveu Froissart. Desgostoso com a falta de *espírito desportivo dos ingleses* , Du Guesclin regressou ao Loire. A tarefa essencial estava cumprida: no final de agosto, João IV e os seus aliados controlavam apenas Brest, Auray, Derval e Bécherel.

O duque, expulso pela porta, retorna pela janela. Em julho, desembarcou em Calais com o duque de Lancaster, trazendo consigo forças consideráveis: 3.000 homens de armas, 6.000 arqueiros, 2.000 soldados de infantaria, uma completa operação logística e os melhores comandantes disponíveis: Warwick, Suffolk, Percy, Ross, Latimer, Clifford, Ware e Calveley. João IV desafiou Carlos V, anunciando que "destruiria todo o seu reino pelo fogo e pela espada". Renunciou à sua homenagem: "Informo-lhe que estou inteiramente livre, desimpedido e desobrigado da fé e da homenagem que lhe jurei, bem como à coroa da França, de toda obediência e submissão... e considero-o meu inimigo, e não se surpreenda se eu lhe causar danos, a você e ao seu partido, em busca de vingança."

A expedição parece não ter um objetivo específico. É uma devastação pura e desenfreada, como as anteriores, sem rota pré-planejada. Eles decidirão conforme avançam. Carlos V defende sua tática preferida, a estratégia da ostra: todos se refugiam em suas conchas e esperam a tempestade passar. Ordens são enviadas às cidades e castelos para que recolham as colheitas e se entrincheirem. Acima de tudo, nada de combates. Essas instruções são muito impopulares, especialmente entre os camponeses, que se veem reduzidos a assistir suas aldeias queimarem

enquanto os nobres se escondem. Mas eles também estavam frustrados, como relata Froissart: "Vários barões e cavaleiros do reino da França e cônsules de boas cidades murmuravam entre si e diziam em público que era um inconveniente e uma grande afronta aos nobres do reino da França, onde havia tantos barões, cavaleiros e escudeiros, e pelo qual o poder era tão renomado, que eles deixassem os ingleses passar à vontade e não lutassem entre si, e que por isso eram condenados por todos."

Ciente do descontentamento causado por sua inação, Carlos V convocou um conselho no início de setembro para discutir táticas. Du Guesclin e Clisson falaram a uma só voz: monitorar o avanço inglês, mas atacar apenas a partir de uma posição de força. Em seguida, passaram a tratar de questões práticas: duas tropas escoltariam a comitiva de Lancaster e João IV: Du Guesclin e Clisson em seu flanco esquerdo, o Duque da Borgonha em seu flanco direito, a uma distância respeitável, unicamente para assegurar pontos de travessia estratégicos e, assim, forçar o exército inglês a seguir a rota mais favorável aos franceses. Partindo de Calais, a comitiva cruzou a Picardia e Champagne, muito mais a leste do que o planejado: Laon, Reims, Troyes, Sens, onde Clisson bloqueou a estrada e os forçou a entrar nas regiões de Nivernais e Bourbonnais. Nenhuma cidade importante foi tomada, nenhuma batalha foi travada; nenhum saque, nenhum resgate. Encontramo-nos em novembro nos planaltos de Limousin, castigados pelo vento e pela chuva; o adiantamento de seis meses de salário está esgotado; O equipamento se perde, homens desertam, Lancaster e João IV discutem, e cada um chega separadamente a Bordéus para o Natal, exaustos e humilhados. É o triunfo da tática defensiva.

O ano de 1374 é um pouco mais caótico. A reconquista continua. Luís de Bourbon toma Tulle e Brive; o Duque de Berry, Lusignan. Nessa ocasião, ele concorda em libertar John Cresswell, que acabara de ser capturado, e Thomas Percy, que havia sido feito prisioneiro em Soubise, uma decisão que Carlos V não aprecia. Du Guesclin, após casar-se novamente aos cinquenta e quatro anos com uma jovem de dezesseis anos, Jeanne de Laval, herdeira do senhorio de Tinténiac, retorna para lutar na Aquitânia. Em 25 de abril, ele está em Toulouse. A campanha consiste em aliviar os cercos de Béarn e do País Basco. Saint-Sever é tomada; Lourdes é sitiada por quinze dias, e os ingleses não realizam milagres: "A cidade de Lourdes foi completamente invadida e saqueada, e muitos homens bons morreram e foram feitos reféns", escreveu Froissart. De lá, o Condestável marchou para o norte. Mauléon, Condom, Dion, Sébillac e cerca de quarenta outras cidades caíram. Em 21 de agosto, foi a vez de La Réole.

Em outubro, o rei enviou Du Guesclin primeiro à fronteira bretã, onde Bécherel capitulou, e depois à península de Cotentin, onde era preciso lidar com a fortaleza de Saint-Sauveur-le-Vicomte, um antro de bandidos. A fortaleza era muito bem fortificada e resistiu por vários meses. Canhões especialmente fundidos em Caen e Saint-Lô foram usados no cerco, capazes de disparar balas de pedra de 45 kg, uma das quais entrou no quarto do capitão da guarnição, Thomas Chatterton, ricocheteou na parede e perfurou o chão. O cerco continuou durante todo o inverno e, em abril de 1375, João IV e o Conde de Cambridge desembarcaram novamente, desta vez em Saint-Mathieu. Eles avançaram rapidamente para o leste, passando por Saint-Pol-de-Léon, Morlaix e Guingamp, até Saint-Brieuc. Em 3 de julho, Saint-Sauveur capitulou em troca de 55.000 libras.

Trégua de Bruges e difícil fim de reinado na Inglaterra (junho de 1375 - junho de 1377)

Ambos os lados estavam perdendo o fôlego. Era necessária outra pausa. Então, como de costume, eles ouviriam os legados papais. Por quase cinco anos, Gregório XI tentara restabelecer o diálogo entre os dois reis. Sucessivamente, seus legados, João de Dormans e Simão de Langham em 1371, e Guilherme de Lestrange e Guilherme de Beaufort em 1372, realizaram conferências que, para os delegados ingleses e franceses, não passavam de charadas nas quais participavam apenas para manter as aparências. Só começaram a ser ouvidos quando o cansaço se instalou, no final de 1373, quando Lancaster finalmente chegou a Bordéus após sua desastrosa campanha. Ele concordou em concluir uma trégua local na Gasconha com Du Guesclin. Mas Carlos V a rejeitou. Foi somente depois de mais um ano de guerra sem resultados decisivos que o trabalho sério começou, em março de 1375.

A conferência está sendo realizada em Bruges, cidade geograficamente equidistante de Paris e Londres, onde há hotéis suficientes para acomodar todas as delegações. Estamos na Flandres, na corte de Luís de Mâle, sogro de Filipe, o Ousado, irmão de Carlos V e também Duque da Borgonha. Os legados são Guilherme de Lestrange, de Limousin, Bispo de Carpentras, e Pileo de Prata, um italiano, Arcebispo de Ravena. Eduardo III está representado por seu filho, João de Gaunt, Duque de Lancaster. Do lado francês, não há nomes ilustres, mas há alguns juristas e diplomatas de renome: Bureau de la Rivière, Primeiro Camareiro, e Arnaud de Corbie, Primeiro Presidente do Parlamento; há também figuras militares, como Hue de Châtillon, Grão-Mestre dos Besteiros.

As negociações giravam principalmente em torno do destino da Guiana, em grande parte reconquistada por Carlos V, e estagnaram na questão central da soberania. Este ponto motivou uma longa exposição de Jean Le Fèvre, Abade de Saint-Vaast d'Arras. Como explicou este monge beneditino, o Rei da França não podia ceder sua soberania sobre nenhum território do reino. Ele não era o proprietário, mas meramente o administrador; portanto, não podia dispor dele. Ele chegou a fazer um juramento nesse sentido em sua coroação: "O rei, em sua novidade e consagração, jurou na presença de seu povo não alienar os direitos da coroa. E os maiores e principais direitos de sua coroa são sua jurisdição, homenagem e soberania." A essa razão, extraída do direito canônico, o abade acrescentou argumentos históricos e práticos: se o rei cedesse a soberania sobre um território, os outros vassalos seriam tentados a obter o mesmo tratamento, e assim o reino estaria ameaçado de desintegração.

O raciocínio é falacioso, claro, e desenvolvido para a ocasião. Mas é tão útil à monarquia francesa que essa ideia da inalienabilidade da soberania se tornará um aspecto inviolável da função monárquica. A Guerra dos Cem Anos, portanto, por meio dos debates que provocou, contribuiu para aprofundar a noção de poder real, ou melhor, para construir essa noção, de acordo com as necessidades do momento: após a exclusão das mulheres, surgiu a soberania inalienável.

Essa nova lei fundamental, cuja existência era desconhecida em Brétigny quinze anos antes, e que agora surgia como por mágica, permitia aos ingleses negar a Eduardo III qualquer cessão de território em plena soberania. Estavam dispostos a ceder-lhe uma parte da Aquitânia, mas ele teria que prestar homenagem ao Rei da França. Para os ingleses, isso era inaceitável. E os juristas franceses pareciam não perceber que, ao insistirem na soberania inalienável, estavam radicalizando o conflito: a partir de então, o Rei da Inglaterra só tinha uma solução: tornar-se efetivamente Rei da França. Já que este se recusava a ceder qualquer parte do território, escondendo-se atrás do princípio da inalienabilidade, teria que ceder tudo.

As negociações foram ainda mais complicadas pelo desejo dos dois reis de incluir seus aliados, Henrique de Trastâmara e João IV, em qualquer possível tratado. Nessas circunstâncias, uma trégua era a única opção, assinada em 27 de junho de 1375. Inicialmente planejada para durar um ano, foi prorrogada até julho de 1377. Foi particularmente bem-vinda na Inglaterra, onde o governo estava em crise. O rei Eduardo III, já idoso, tinha agora sessenta e três anos. Sua saúde, tanto física quanto mental, estava se deteriorando rapidamente. Em 1372, ele fizera uma última tentativa de vestir sua armadura após o desastre em La Rochelle: embarcou em Sandwich, mas não conseguiu deixar o porto devido aos ventos contrários. Desde então, suas atividades haviam sido mínimas, e ele dedicava mais tempo à sua jovem e bela amante, Alice Perrers, do que aos assuntos políticos. No início de junho de 1376, seu filho mais velho e potencial sucessor, o Príncipe Negro, morreu. O herdeiro era agora um menino de onze anos, Ricardo, filho do Príncipe de Gales. Um período delicado de minoria se aproxima.

Mas o governo era impopular. O novo homem forte era João de Gaunt, mas ele estava preocupado principalmente com suas ambições castelhanas. Sua fracassada chevauchée de 1373 havia revelado sua incompetência. A condução da guerra foi duramente criticada, assim como a Trégua de Bruges. Os gastos extravagantes da delegação inglesa foram vistos com muita desaprovação, e a opinião pública acreditava que a trégua só beneficiava Carlos V, permitindo-lhe reagrupar-se e expulsar completamente os ingleses da França. Nesse clima de contenda, decidiu-se não convocar o Parlamento em 1374 e 1375. Mas as necessidades financeiras forçaram sua convocação em abril de 1376 em Westminster. Como esperado, a sessão foi muito turbulenta. Ela ficou conhecida como o *Bom Parlamento* .

Os deputados apresentaram 146 petições; criticaram o desperdício de dinheiro dos impostos, a condução da guerra, exigiram a demissão de Alice, a quem acusaram de custar ao tesouro entre 2.000 e 3.000 libras por ano, recusaram-se a votar na décima e décima quinta emendas solicitadas pelo governo, concederam apenas um imposto de três meses sobre as exportações de lã e iniciaram o primeiro processo de impeachment *da* história inglesa contra o camareiro, Lord Latimer, que foi acusado de enriquecimento pessoal e de ser responsável pela perda de Bécherel e Saint-Sauveur.

O Parlamento foi dissolvido em julho de 1376. João de Gaunt, que viu essas decisões como uma ameaça à monarquia, empenhou-se em revertê-las. Latimer reassumiu suas funções, a bela Alice retornou à corte, o antigo camareiro William de Wykeham, Bispo de Winchester, que se mostrara favorável ao Parlamento, foi exilado a trinta quilômetros da corte e seus bens foram confiscados. Em Londres, onde os ânimos se exaltavam devido a uma reforma da constituição da cidade, eclodiram tumultos no início de 1377. A ira se voltou contra o Duque de Lancaster, cujo palácio, o Savoy, foi sitiado e seu brasão de armas, derrubado. João de Gaunt foi forçado a fugir para Kennington. Ele era odiado; rumores circulavam a seu respeito: dizia-se que era filho de um açougueiro de Ghent; dizia-se que havia assassinado a irmã de sua primeira esposa para herdar seus bens; ele supostamente conspirava com o Papa para declarar seu sobrinho Ricardo ilegítimo e se tornar rei; Por fim, ele vivia em pecado com sua amante, Katherine Swynford. O motim foi rapidamente reprimido, mas quando Eduardo III morreu em 21 de junho de 1377, a situação permaneceu crítica.

O histórico desse longo reinado de meio século é controverso. Inegavelmente, esse soberano elevou o prestígio da monarquia na Inglaterra, pois personificava perfeitamente os ideais da nobre classe dominante. Guerreiro e rei cortesão, ele expressava as aspirações da extravagante aristocracia do final da Idade Média. Nesse sentido, mesmo que seja apenas uma observação anedótica, a criação de uma ordem de cavalaria cujo emblema era uma peça íntima feminina foi

uma sacada genial: a Ordem da Jarreteira representa a união entre sexo e honra guerreira no ideal cortesão, e que vergonha para quem a criticar! Corajoso e habilidoso estrategista no campo de batalha, o rei foi coroado com vitórias, e esses sucessos espetaculares mascararam a mediocridade de sua estratégia e diplomacia. Ele era popular devido à imagem que cultivava, e essa popularidade se refletia em suas boas relações com o Parlamento. Após alguns erros da juventude, conseguiu cercar-se de uma equipe competente, composta principalmente por clérigos. Os bispos ofereciam aos reis duas grandes vantagens: geralmente eram instruídos e custavam menos do que os ministros leigos: dispunham de seu palácio episcopal e das rendas de sua diocese. Seus tesoureiros, por exemplo, foram sucessivamente William Edington, bispo de Winchester (1345-1356), John Sheppey, bispo de Rochester (1356-1360), John Barnet, bispo de Bath e Wells (1363-1369) e Thomas Brantingham, bispo de Exeter (1369-1371). A mesma predominância clerical era encontrada na chancelaria e entre o corpo diplomático. Entre os ministros mais notáveis estava John Stratford, de 1330 a 1343, arcebispo de Canterbury em 1333; William Edington, de origem humilde, educado em Oxford, sucessivamente tesoureiro (1345-1356) e chanceler (1356-1363), recusou o arcebispado de Canterbury. Os sucessos de Eduardo deviam-se em grande parte à sua perspicácia financeira. Mais controverso foi William de Wykeham, também de origem humilde, bispo de Winchester de 1367 a 1404, guardião do selo privado de 1363 a 1367 e chanceler de 1367 a 1371 e de 1389 a 1391.

Bem apoiado por sua competente equipe em Westminster, Eduardo também se beneficiou da assistência de um grupo de líderes militares excepcionais. Nesse aspecto, o resultado é incerto. A glória de L'Écluse, Crécy e Poitiers mascara os resultados modestos de conquistas concretas. Brétigny é apenas uma cortina de fumaça, visto que as concessões prometidas não foram feitas. Quanto à reivindicação da coroa francesa, trata-se mais de uma moeda de troca nas negociações do que de uma exigência séria, pelo menos por enquanto.

O exército inglês foi certamente o mais eficaz de sua época, e o rei merece parte do crédito por isso, mas as dificuldades financeiras limitaram severamente sua capacidade de recrutamento. Além disso, havia um contraste marcante entre o brilho de suas vitórias e sua incapacidade de capitalizá-las. Em Poitiers, assim como em Crécy, o exército inglês aniquilou o inimigo e fugiu imediatamente, obtendo lucro principalmente com resgates. Da mesma forma, Sluys, que poderia ter sido uma Trafalgar, não teve continuidade. Eduardo não compreendeu a importância de manter o controle permanente dos mares, e a posse de Calais criou a ilusão de que uma marinha poderosa era desnecessária.

O resultado mais duradouro, senão o mais positivo, do reinado de Eduardo III reside na consciência coletiva, com o nascimento do orgulho nacional inglês. No início de seu reinado, escreveu o cronista Jean Le Bel, "os ingleses não eram muito estimados"; agora, "são os melhores e mais audaciosos guerreiros conhecidos". Sob o reinado deste "famoso e afortunado guerreiro", "o reino da Inglaterra foi nobremente elevado, honrado e enriquecido a um grau jamais visto sob qualquer outro rei", afirma uma crônica inglesa. Pois John Chandos, o Príncipe Negro, "o príncipe mais valente do mundo conhecido desde Júlio César ou Arthur", tornou o nome da Inglaterra conhecido até mesmo em "terras pagãs e bárbaras". Para toda a nação, este período foi uma revelação de grandeza nacional, pois todos se sentiam associados às vitórias — camponeses, burgueses e pequenos proprietários de terras (*yeomen*), bem como nobres de alta patente — devido, em particular, ao número significativo de arqueiros provenientes de todas as classes sociais. Ao contrário da França, onde a guerra permaneceu domínio exclusivo da nobreza, aqui os sucessos do rei eram vistos como sucessos da nação. O patriotismo e a consciência nacional foram

amplamente alimentados por uma francofobia cada vez mais virulenta. Foi com Eduardo III, filho de uma francesa, que a França se tornou inimiga nacional — e uma inimiga desprezada. As vitórias de Eduardo geraram uma certa arrogância, um sentimento de invencibilidade, que Olivier de Clisson, citando Froissart, observou da seguinte forma: "Os ingleses são tão grandiosos em si mesmos e tiveram tantos dias gloriosos, que acreditam que não podem perder."

Como muitos grandes monarcas, Eduardo III viveu alguns anos a mais do que o necessário. Completamente senil, testemunhou impotente o declínio do poder real, a crescente divisão entre os membros de sua família e a perda das conquistas no continente. A perspectiva de uma menoridade, com um menino de doze anos perturbadoramente inquietante governado por um tio impopular e medíocre, era apreensiva. Organizar a regência provou ser bastante difícil devido à desconfiança entre as partes envolvidas. Um conselho de nove membros foi estabelecido, que teria plena autoridade em nome do rei. Os conselheiros seriam substituídos após um ano, e os três tios do rei que não eram membros deste conselho garantiriam que não cometessem nenhuma irregularidade.

Sucessos finais de Carlos V e Du Guesclin (1377-1380)

Foi sob esse governo precário que a guerra recomeçou no final de junho de 1377, após o término da trégua. Os franceses lançaram a ofensiva. Eduardo III havia falecido havia pouco mais de uma semana quando uma frota francesa, liderada pelo almirante Jean de Vienne, apareceu perto de Rye, que foi saqueada. A frota então rumou para oeste: Portsmouth, Dartmouth e Plymouth sofreram ataques sucessivos. Carlos V estava determinado a afirmar a supremacia naval francesa. Em maio, ele passou duas semanas inspecionando o estaleiro Clos des Galées, onde a construção de novos navios estava em andamento: havia 35 em 1377, além de algumas galeras castelhanas e portuguesas. Quanto a Jean de Vienne, ele era um borgonhese cuja vocação marítima surgiu durante uma expedição ao Oriente.

Em agosto, uma ousada tentativa foi feita para recapturar Calais. Jean de Vienne bloqueou o porto por mar, enquanto Filipe da Borgonha atacava por terra. Mas o mau tempo dispersou a frota e a operação teve de ser abandonada. Os sucessos foram mais expressivos na Aquitânia, onde o Duque de Anjou e Du Guesclin retomaram seu avanço. Em 2 de setembro, o Condestável capturou Bergerac, com a ajuda de uma poderosa máquina de cerco trazida de La Réole. Seguiram-se as capturas de Sainte-Bazeille, Saint-Macaire e Duras, e o ano terminou com um banquete oferecido em Toulouse pelo Duque de Anjou.

1378 foi um ano marcante para Carlos V e dramático para a Cristandade. A Guerra dos Cem Anos intensificou-se drasticamente. Na segunda-feira, 4 de janeiro, o Imperador Carlos IV chegou a Paris. Tratava-se de uma visita de Estado solene, como poucas. A relação era entre parentes: o imperador era irmão de Bona de Luxemburgo, esposa de João, o Bom. Era, portanto, tio de Carlos V. Tinha sessenta e dois anos, sofria de gota e não viveria até o final do ano. Mas fizera a longa e árdua viagem de Praga porque tinha assuntos importantes a tratar com o sobrinho relativamente à Polónia e à Hungria. Por sua vez, Carlos V tinha grandes expectativas para esta visita: arranjar casamentos para as suas filhas Catarina e Maria, bem como para o seu segundo filho, Luís, e também fortalecer os laços com o imperador, de forma a pressionar o Rei de Inglaterra. A visita aumentou o prestígio do Rei de França, que insistiu, durante toda a estadia do imperador, que o protocolo lhe garantisse a completa igualdade com o visitante. O objetivo era demonstrar claramente que "o Rei da França é imperador em seu próprio reino". A magnificência da recepção

também visava impressionar todos os espectadores e transmitir uma ideia do poder e da riqueza da França.

Em 5 de janeiro, os dois soberanos tiveram uma longa reunião privada. Carlos V obteve um favor de Carlos IV para o futuro Carlos VI, o filho mais velho do rei. Este último ostentava o título de "Delfim de Viennois", em referência ao Delfim, que o rei da França lhe havia concedido em 1349. O Delfim não fazia parte do Reino da França; era território imperial. O imperador concordou em nomear o Delfim, então com dez anos, como vigário imperial nessa província, delegando-lhe, assim, toda a soberania imperial sobre o território.

Carlos V também queria persuadir o imperador e seus conselheiros da justiça de sua causa na guerra contra o rei Ricardo II da Inglaterra. Para tanto, incumbiu os escrivães da chancelaria de compilar 158 documentos — tratados de aliança, cartas e decretos — todos reunidos em um grande volume intitulado * *Recueil des alliances** *(Coleção de Alianças*). Durante três dias inteiros, o conflito franco-inglês foi o foco das discussões, conforme registrado nas * *Grandes Chroniques de France** *(Grandes Crônicas da França*). Em 7 de janeiro, no Louvre, Carlos V explicou sua "justa causa", a "grande injustiça" cometida contra os ingleses e os esforços que havia feito para alcançar um "bom tratado de paz". Na verdade, tratava-se de um ensaio para a sessão solene do dia seguinte, onde, no Parlamento, na presença do Imperador e seus conselheiros, o Rei proferiu um longo discurso em francês, resumindo a história do conflito, com evidências que o corroboravam: as cartas régias foram passadas de mão em mão, com traduções "para francês e latim, para que todos pudessem compreendê-las melhor". Em conclusão, pediu aos seus anfitriões que reconhecessem "seu direito contra as falsas palavras dos ingleses". Depois, o Imperador traduziu e resumiu as observações do Rei para seus compatriotas alemães que não haviam entendido uma palavra sequer e expressou seu apoio a Carlos V, declarando que suas ofertas de paz eram muito generosas. No dia 9, no Louvre, Carlos IV proclamou a aliança entre sua família, os Luxemburgo, e a de Carlos V, os Valois, "para apoiar e preservar seus bens e sua honra, os de seu reino, seus filhos e seus irmãos".

Para o Rei da França, esta visita serviu principalmente para afirmar seu prestígio aos olhos da Europa, e especialmente da Inglaterra. Pode-se dizer que a Guerra dos Cem Anos ajudou a definir a natureza das relações diplomáticas entre a França e o Sacro Império Romano-Germânico, e a iniciar uma política oriental para a dinastia Valois, que logo se materializaria com o casamento de Carlos VI e Isabel da Baviera. Cada detalhe, meticulosamente calculado, desde a cor do cavalo do Imperador até a disposição das assinaturas na mesma linha na parte inferior dos documentos oficiais, foi concebido para demonstrar a estrita igualdade dos dois soberanos.

A visita do imperador aumentou a confiança do rei da França, que, na primavera, aproveitou a oportunidade para eliminar definitivamente a ameaça representada pelo rei de Navarra. Este sitiava os castelhanos, que contavam com a bênção do rei francês. Naturalmente, voltou-se para a Inglaterra, cedendo-lhes Cherbourg em troca de 500 soldados. No início de 1378, enviou seu filho mais velho, também chamado Carlos, de dezessete anos, para negociar com o rei da França. Mas os espiões do duque de Anjou, que monitoravam de perto as intrigas do rei de Navarra porque o irmão do rei cobiçava Montpellier para ele, descobriram que o camareiro Jacques de Rue fazia parte da comitiva do infante Carlos. Ele guardava documentos altamente comprometedores relativos às negociações entre Navarra e Inglaterra em um baú. Em 25 de março, os homens do rei prenderam Jacques de Rue perto de Nemours. Os documentos apreendidos revelam tudo sobre os planos de Carlos, o Mau: a transferência de Cherbourg para os ingleses, a fortificação das fortalezas normandas e um casamento proposto entre Ricardo II e uma princesa navarra. Jacques

de Rue, cuidadosamente interrogado de acordo com os métodos da época, chega a confessar um plano para envenenar o rei.

Isso mais do que justificou a tomada das terras normandas de Carlos, o Mau. Du Guesclin e o Duque de Bourbon executaram a ordem. Praticamente não houve resistência. Em 20 de abril, Bernay se rendeu. Pierre du Tertre, secretário do Rei de Navarra, foi preso ali. No mesmo dia, Montpellier foi tomada pelo senescal de Toulouse. Em junho, Jacques de Rue e Pierre du Tertre foram julgados pelo Parlamento. O julgamento foi amplamente divulgado para expor a traição e a lesa-majestade do Rei de Navarra. Em 16 de junho, os dois homens foram condenados à morte, decapitados e esquartejados em oito pedaços para decorar os portões de Paris. Isso pôs fim à ameaça de Carlos, o Mau, ao reino. Ele morreu em 1387 em Navarra. Cherbourg permaneceu. Os ingleses não perderam tempo em se estabelecer lá, com o Conde de Arundel. Assim, quando Du Guesclin chegou à cidade em novembro, pouco pôde fazer. "Cherbourg é um dos castelos mais fortes do mundo", disse Froissart, e o Condestável não dispunha de recursos suficientes. Ele foi forçado a se retirar em dezembro. Culpou os financistas reais por seu fracasso, particularmente Jean le Mercier, um daqueles "acompanhantes de peles" que detestava, e, segundo a *Crônica dos primeiros reis Valois,* chamou-o de "um sujeito vil, um traidor e um ladrão do rei, e disse que, por sua ausência, o cerco foi rompido". Vale ressaltar que, na época, "gars" se referia a um servo de baixa patente; era um insulto mordaz, o equivalente a "cadela". O homem em questão, ao ser informado disso, não achou graça. As tensões também aumentaram no conselho do rei, entre os financistas e os príncipes, especialmente Luís de Anjou, que defendia uma política mais ambiciosa que também servisse aos seus próprios interesses.

Contudo, com exceção de Cherbourg, a Normandia estava agora inteiramente sob controle real. Carlos V então se dedicou a resolver o problema bretão da mesma maneira. O duque João IV ainda estava na Inglaterra; os ingleses controlavam várias fortalezas bretãs e ocasionalmente desembarcavam forças expedicionárias que representavam uma ameaça a oeste do reino. O desembarque mais recente foi em Saint-Malo, que Du Guesclin conseguiu conter. Para pôr fim a essa situação, Carlos V iniciou, durante o verão de 1378, o processo que levaria à ocupação do ducado. O duque foi intimado a comparecer perante o Parlamento antes de 9 de dezembro. Como esperado, ele não compareceu. Seu julgamento, portanto, começou naquele dia, em uma sessão do lit de justice (tribunal real), na presença do rei, do delfim, pares, lordes e prelados. O promotor apresentou as acusações: danos e abusos contra os barões da Bretanha; promessas quebradas de expulsar os ingleses; guerra contra o reino ao lado do duque de Lancaster; ataque a Saint-Malo; A rendição dos castelos de Hennebont e Brest aos ingleses constitui claramente o crime de lesa-majestade, delito e perjúrio, justificando a confiscação de todos os feudos do duque dentro do reino. O procurador da condessa de Penthièvre, viúva de Carlos de Blois, tenta explorar a situação para exigir a devolução da Bretanha à família Blois. Em vão. Em 18 de dezembro, o Parlamento emite o solene decreto de confiscação.

Restava saber se o plano seria implementado. Uma comissão de quatro membros — o duque Luís de Bourbon, o marechal Luís de Sancerre, o almirante Jean de Vienne e o camareiro Bureau de la Rivière — foi incumbida de estudar os procedimentos. Mas a questão provou ser mais delicada do que o previsto. De fato, contrariando todas as expectativas, a nobreza bretã, apesar da hostilidade anterior a João IV, opôs-se à ocupação francesa. Eles perceberam que ficar sob a autoridade direta do rei da França significava o fim de sua relativa independência, da capacidade de jogar em ambos os lados, de mudar de lado conforme as circunstâncias ditassem, e a perda de alguns de seus direitos e privilégios. Para preservá-los, decidiram defender seus direitos ducais.

Em 25 de abril de 1379, 73 nobres de alta patente da parte oriental do ducado formaram uma associação para organizar a resistência. Jean de Beaumanoir foi enviado à Inglaterra para pedir a João IV que retornasse. Ele o fez em 3 de agosto, com 400 soldados ingleses comandados por Robert Knolles e Hugh Calveley. A expedição desembarcou em Dinard, sob o olhar atento de Du Guesclin, que permaneceu impassível. Na corte, os funcionários não tardaram a apontar seu comportamento suspeito. O Bureau de la Rivière o acusou de fazer parte do bando do Duque da Bretanha.

Na verdade, o Condestável estava hesitante. Em abril, o rei o convocara, juntamente com outros três oficiais militares bretões a seu serviço: Olivier de Clisson, o Visconde de Rohan e o Senhor de Laval, para perguntar se estavam dispostos a colaborar com os comissários na ocupação das cidades e castelos da Bretanha. A resposta fora afirmativa, e o Condestável atuara na região de Pontorson de maio a julho. Agora, durante todo o mês de agosto, encontrava-se em Saint-Malo, à espera, enquanto João IV entrava em Dinan. Em Paris, o Duque de Anjou, que o rei havia chamado de volta de Languedoc para tratar do assunto bretão, intercedeu por seu amigo, o Condestável, que o agradeceu em uma carta datada de 10 de agosto. No dia 19, em outra carta, ele afirma ter conversado com seu antigo conhecido Calveley: "Eu estava conversando com Sir Hugh de Calveley na margem do rio, onde ele veio falar comigo, e me disse algo que vou lhe contar, e me parece que ele está disposto a entender e negociar."

De fato, os nobres bretões pareciam buscar apaziguamento. Uma trégua foi concluída em 14 de outubro, e por vários meses uma situação ambígua persistiu, com ambos os lados se observando sem entrar em conflito. Du Guesclin permaneceu na região de Saint-Malo. Em março de 1380, João IV firmou uma aliança com Ricardo II, mas a nobreza bretã não a acompanhou. Eles escreveram ao rei, pedindo-lhe que "perdoasse Monsenhor Duque, a nós e a toda a Bretanha pelo desagrado que lhe causamos". Finalmente, um segundo Tratado de Guérande foi assinado em 4 de abril de 1381, pelo qual João IV obteve seu perdão em troca de um novo ato de homenagem, desta vez homenagem de suserano, o pagamento de 200.000 libras e a demissão de seus conselheiros e soldados ingleses. Ele perdeu em ambas as instâncias, pois, devido à sua mudança de lealdade, o rei da Inglaterra confiscou-lhe o condado de Richmond.

Nessa época, Carlos V e Du Guesclin já haviam falecido. Em maio de 1380, o rei enviou o Condestável para lutar em Languedoc, que mais uma vez se encontrava em turbulência. A região, que há muito sofria com a devastação causada por companhias mercenárias, estava agora sob o controle de Luís de Anjou, tenente-general do rei, que se comportava como se fosse território conquistado, impondo impostos exorbitantes sem se importar com o esgotamento da população. Na primavera de 1378, foi tomada a decisão de cobrar um imposto de doze libras por lareira, uma taxa enorme. Tumultos irromperam, não apenas contra os oficiais do duque, mas também contra a burguesia urbana, que monopolizava os cargos de cônsul, acusada de distribuir os cargos injustamente. Graves distúrbios ocorreram em Le Puy, Alès, Clermont-l'Hérault e Nîmes. Em Montpellier, os comissários ducais foram massacrados: 80 mortos. Luís de Anjou pretendia reprimir a revolta. Seu irmão, o rei, desejava uma política de apaziguamento: uma multa e uma mudança no método de nomeação de cônsules seriam suficientes. Então, no final de 1379, ele convocou o Duque de Anjou de volta para a Bretanha e, em seu lugar, enviou Du Guesclin da Bretanha para Languedoc em maio de 1380, com o título de capitão-general.

Isso correspondia aos desejos da delegação de Languedoc, que viera a Paris exigir a deposição de Luís de Anjou e a nomeação de um capitão capaz para restabelecer a ordem. Pois, além dos impostos, havia outro problema: os "Tuchins", bandos de foras da lei, muitas vezes liderados por

nobres de menor importância, que se escondiam na "tuche", ou seja, na floresta e nos ermos, bem como em fortalezas, na Auvergne, Velay, Cévennes e Gévaudan, de onde aterrorizavam a população. A missão de Du Guesclin, com 600 homens de armas, era limpar a região. Em 27 de junho, ele tomou Chaliers, no rio Truyère, e depois sitiou Châteauneuf-de-Randon, nas terras altas de Lozère, onde o líder dos bandidos de Béarnais, Pierre de Galard, havia se refugiado. Ali, em 13 de julho de 1380, sofrendo de tifo ou disenteria, ou talvez de congestão, o guarda morreu, com cerca de sessenta anos de idade.

A perda foi grave para o rei, que já se encontrava com a saúde debilitada, sofrendo de crises de gota cada vez mais frequentes. Contudo, no verão de 1380, dez anos após a retomada da guerra, a avaliação geral era muito positiva. Os ingleses, preocupados com problemas internos, detinham agora apenas algumas fortalezas na França: Calais, Cherbourg, Brest, um pequeno território em torno de Bordéus que se estendia de Blaye, no Gironde, a Castillon, no Dordogne, Rions, no Garonne, Buch, no litoral, e Bayonne, Dax e Saint-Sever-sur-l'Adour. A questão do rei de Navarra estava resolvida; a da Bretanha estava bem encaminhada para ser solucionada; e Languedoc vivia uma situação tranquila. O rei também acabara de resolver o problema das terras do conde de Saint-Pol, Waleran de Luxemburgo, que, prisioneiro na Inglaterra, prometera ceder todas as suas fortalezas aos Plantagenetas em troca de se casar com Mahaut Holland, meia-irmã de Ricardo II. Carlos V confiscou essas terras, próximas de Flandres e Calais, e as entregou a Jean de Luxembourg-Ligny, irmão do Conde de Saint-Pol.

O Cisma e a Guerra dos Cem Anos

Contudo, um evento externo ao conflito franco-inglês já contribuía para o seu ressurgimento e lhe conferia novas dimensões, tanto em intensidade quanto em alcance. Desde 1376, o Papa Gregório XI havia retornado a Roma, para grande alívio das figuras espirituais e místicas da época que, como Catarina de Siena, há muito se insurgiam contra o "cativeiro babilônico". Para a França e para Avignon, isso representava uma perda: ter o Papa por perto, para não dizer sob seu controle, era diplomaticamente muito útil em um momento em que a voz da Santa Sé ainda tinha algum peso. Além disso, para os negócios, de artigos de luxo a bordéis, a presença de centenas de clérigos em Avignon era providencial. Mas Gregório XI havia cedido ao chamado da Cidade Eterna, o que não o impediu de morrer em 13 de março de 1378. E então, uma surpresa: os cardeais elegeram o Arcebispo de Bari, o italiano Bartolomeo Prignano, que se tornou Urbano VI. Eles logo se arrependeriam disso. O escolhido, na verdade, era um homem "puro", um homem espiritual, um entusiasta, cujo caráter deplorável foi ainda mais prejudicado por uma úlcera estomacal. "Ele começou a imitar Cristo expulsando os cambistas do templo. Os cardeais se viram repreendidos, em tom de invectiva, por seu luxo e seu absenteísmo", escreve Francis Rapp. Cansados de ter que suportar esse fanático rabugento, os cardeais se retiraram para Fondi, exigiram a renúncia de Urbano e, diante de sua recusa, elegeram outro papa, Roberto de Genebra, Clemente VII. Este último, após tentar em vão expulsar seu rival militarmente, estabeleceu-se em Avignon em 20 de junho de 1379. Este foi, portanto, o cisma em seu nível mais alto, o Grande Cisma.

A Igreja dividiu-se em dois campos, cada um excomungando o outro. Em breve, haveria dois bispos em cada diocese, dois padres em cada paróquia, dois abades em cada mosteiro, cada lado prometendo o inferno aos fiéis do campo oposto. Até os santos estavam divididos: as duas Catarinas, de Siena e da Suécia, apoiaram Urbano, enquanto Vicente Ferrer e Pedro de Luxemburgo apoiaram Clemente. E, claro, os soberanos tomaram partido. Carlos V foi facilmente persuadido a apoiar Clemente VII: em 13 de novembro de 1379, um decreto real ordenou que os

súditos obedecessem ao Papa de Avignon. A escolha do Rei da Inglaterra foi óbvia: seria Urbano VI. Os outros seguiram o exemplo, de acordo com critérios políticos: Escócia e Castela eram clementistas, Flandres, Escandinávia, Polônia e o Imperador eram urbanistas. Desde a morte de Carlos IV no final de 1378, o imperador era seu filho Venceslau. Sob a influência de Urbano, a irmã de Venceslau, Ana de Luxemburgo, casaria mais tarde com Ricardo II. Assim, todos os efeitos da visita de Carlos IV a Paris foram perdidos.

O Grande Cisma teve repercussões fundamentais para a Guerra dos Cem Anos. Por um lado, o papado, que até então fora a única autoridade a trabalhar pela paz, passaria a pressionar pela guerra, já que cada lado tinha seu próprio papa. É verdade que a eficácia dos legados era bastante limitada, como vimos, mas agora não havia mais vozes que se levantassem contra a guerra. Cada papa esperava pela vitória militar de seu campeão. Por outro lado, a guerra, que até então fora feudal e vagamente nacional, tornou-se uma espécie de guerra santa, com o lado oposto sendo o do antipapa, ou mesmo o do Anticristo, uma figura onipresente no imaginário da época. Campanhas militares, mesmo as de pura devastação, não seriam mais chamadas de "cruzadas". Isso adicionou um elemento de implacabilidade e ferocidade ao conflito, embora parecesse difícil superar os níveis de selvageria demonstrados até então. Por fim, a guerra também impactou as atitudes religiosas, intensificando o nacionalismo religioso: os sentimentos galicanos e anglicanos estavam se enraizando. A luta contra o antipapa alimentou uma hostilidade generalizada em relação ao próprio papado. O clero francês e inglês tendia a se unir ao rei para melhor se opor às exigências, especialmente as fiscais, do papa, qualquer que fosse ele.

A primeira ilustração da fusão entre política e religião fomentada pelo Cisma é imediatamente fornecida pelo caso de Nápoles. A rainha Joana de Nápoles, não tendo herdeiros, adotou o duque Luís de Anjou em junho de 1380, incumbindo-o de expulsar o outro pretendente, Carlos de Durazzo. Como isso exigia passar por Roma, e Joana de Nápoles era inimiga de Urbano VI, Clemente VII concordou em financiar a operação, denominada cruzada. Seria, na verdade, um completo fracasso, e Luís morreria em 1384.

De Carlos V a Carlos VI (1380)

Em 16 de setembro de 1380, Carlos V morreu de um ataque cardíaco na mansão de Beauté, perto de Vincennes. Sua morte foi uma surpresa, pois, apesar de sua saúde frágil e da gota, nada prenunciava tal desfecho para um homem de quarenta e dois anos. A morte, em todo caso, poupou-lhe o declínio da velhice. Ao contrário de Eduardo III, ele partiu no auge de seu reinado, deixando para trás uma imagem muito lisonjeira. O que Froissart e Christine de Pisan recordam dele é que reconquistou, por meio de seus sábios métodos, o que seus antecessores haviam perdido nos campos de batalha. Ele "era notavelmente sábio e sutil, e demonstrou isso bem enquanto viveu. Pois, tranquilamente, em seus aposentos e em seus prazeres, reconquistou o que seus antecessores haviam perdido nos campos, armado e espada em punho." "Isso é algo pelo qual ele deve ser muito louvado", disse Froissart, e Christine de Pisan concordou: "Este rei, por meio de sua sabedoria, magnanimidade, força, clemência e liberalidade, livrou seu país de seus inimigos a tal ponto que eles não mais o saqueavam. E ele, sem abandonar seus palácios e sedes reais, reconquistou, reconstruiu e expandiu seu reino, que antes havia sido devastado, perdido e tomado por seus antecessores, que portavam armas e eram muito cavalheirescos."

“Assim, o nome de Carlos, o Sábio, deve permanecer para sempre associado a ele”, acrescentou Christine. Essa reputação foi construída desde muito cedo, baseada em uma mistura de verdade e propaganda. Esse rei, cuja biblioteca continha mais de mil volumes, sob a supervisão

de um “guardião da biblioteca real”, cativou a imaginação de seus contemporâneos, tão diferente era de seus antecessores. Ciência, estudo e diplomacia prevaleciam sobre a força puramente militar. Ele foi, de certa forma, forçado a isso por sua fragilidade física, mas seu círculo íntimo logo compreendeu que isso poderia contribuir para a construção de um tipo ideal de monarquia: o rei sábio, santo e erudito. Obras como O *Sonho do Pomar* , concluída por volta de 1378 e diretamente inspirada por Carlos V, construíram a imagem do rei que se apagava por trás das instituições e de seus funcionários. O autor, Evrard de Trémaugon, imagina um diálogo no qual, através de todos os acontecimentos do reinado, e em particular da guerra com a Inglaterra, ele revisa os argumentos que fazem do rei uma figura excepcional, o “rei mais cristão”, amparado pelo direito cristão e romano. "Quem duvidará que o rei mais poderoso da França seja ordenado e estabelecido por Deus?", escreve ele. O oriflamme, a flor-de-lis, a ampola sagrada, as relíquias da Sainte-Chapelle — todo o simbolismo religioso cria uma estrutura sagrada. A própria coroação, com a unção e a cura da escrófula, cujo significado é explicado, a pedido do rei, pelo carmelita Jean Golein no *Tratado da Coroação* , comprova a origem divina desta monarquia. Assim, escreve Evrard, "o reino da França é um reino verdadeiro e natural, sem violência, sem força e sem tirania, e estabelecido pela vontade de Deus."

Essa exaltação do rei por direito divino e de um reino desejado por Deus deve-se em grande parte à pressão da guerra. Essas noções foram inicialmente desenvolvidas para contrapor as reivindicações do Rei da Inglaterra. Ergueu-se a imagem de uma monarquia formidável, inviolável e sagrada por direito divino. Philippe de Mézières, em *O *Sonho do Velho Peregrino* *, e Christine de Pisan, em *O *Livro dos Feitos e Bons Costumes do Sábio Rei Carlos V** , expandiram e ampliaram essa linha de pensamento.

Foi também a partir dos eventos da guerra que conselheiros como Nicolas Oresme desenvolveram a ciência política, uma profunda reflexão sobre o poder baseada na *Política* e *Ética de Aristóteles* , que o rei mandara traduzir, considerando-a "muito necessária". Este é outro aspecto do seu reinado, também uma consequência indireta da Guerra dos Cem Anos. Carlos V tinha um verdadeiro programa de tradução de obras utilitárias e práticas para o francês. Poder-se-ia até falar de uma genuína promoção da língua francesa, ligada ao desejo de criar uma identidade nacional: Pierre d'Orgemont recebeu ordens para continuar as *Grandes Crônicas da França* , que narravam a epopeia nacional, em francês; decretos, cartas e mandatos eram escritos em francês; as negociações com os ingleses eram conduzidas em francês; e a correspondência com o imperador era em francês. Esta era claramente uma política deliberada. O caso de Nicolas Oresme é revelador: doutor em teologia e professor na Sorbonne, ele ensinava, escrevia, pregava e lia em latim, como todos os seus colegas. Assim que entrou para o serviço de Carlos V, passou a falar apenas francês.

Assim, pode-se dizer que, de certa forma, a identidade nacional francesa começou a emergir de cima para baixo, entre a elite intelectual, durante o reinado de Carlos V, enquanto a identidade nacional inglesa, sob Eduardo III, como vimos, emergiu de baixo para cima, entre o povo unido pelas vitórias militares. Uma base intelectual de um lado, uma prática do outro; reflexão de um lado, ação do outro. Esse contraste não pode ser exagerado, mas é inegável que o espírito nacional tanto da França quanto da Inglaterra tem suas raízes nos conflitos do século XIV .

Os conselheiros de Carlos V contribuíram grandemente para a reputação de sabedoria do reinado. Em primeiro lugar, havia Guilherme de Melun, arcebispo de Sens, que se aposentou em 1375; alguns grandes senhores, como o conde Luís de Étampes, o arcebispo Jean de Craon de Reims, Jean, conde de Saarbrücken; e, sobretudo, este grupo coeso de pessoas competentes de origens mais modestas, mais tarde conhecido como "marmousets": o beneditino Jean de la Grange,

os irmãos Jean e Bureau de la Rivière, os irmãos Jean e Guilherme de Dormans, que nem sequer eram de origem nobre, um cavaleiro extravagante, grande viajante e erudito, Filipe de Mézières, o jurista Pierre d'Orgemont, Filipe de Saboia, Jean de Dainville, Enguerrand de Coucy. As relações eram tensas entre estas figuras, defensoras da sabedoria prudente e econômica, e os irmãos do rei, defensores da grandeza audaciosa e extravagante. A morte do rei sinaliza o recuo do primeiro e o ressurgimento retumbante do segundo.

De fato, o novo rei, Carlos VI, tinha apenas doze anos. Seu pai havia planejado que, durante sua menoridade, seus anciãos experientes detivessem o poder real, sob a regência de seu irmão, o Duque de Anjou. Na realidade, a partir do momento da morte do rei, os Duques de Anjou, Berry e Borgonha, e seu cunhado, o Duque de Bourbon, tomaram o controle do governo, dispersaram e aprisionaram os jovens príncipes e embarcaram em esquemas pessoais que espalharam as forças do reino. Luís de Anjou, o regente, foi à guerra na Itália para conquistar o Reino de Nápoles. O Duque João de Berry nomeou-se tenente do rei em Languedoc, o que provocou uma nova onda de levantes na região: a memória do período sombrio da regência de Luís de Anjou ainda estava fresca, e o Duque de Berry tinha a reputação de ser tão ganancioso e implacável quanto seu irmão. Béziers se rebelou, seguida por outras cidades; O movimento assumiu as características de um conflito social, com a classe trabalhadora urbana revoltando-se contra a burguesia, acusada de distribuir os impostos em benefício próprio. O Duque de Berry chegou, reprimiu os protestos e aumentou os impostos. Uma calma frágil foi restaurada, mas a situação permaneceu instável.

Anjou na Itália, Berry em Languedoc, Bourbon em posição de inferioridade — afinal, era apenas tio materno do rei —, enquanto em Paris permanecia o verdadeiro senhor: Filipe, Duque da Borgonha. Ele era o novo homem forte. Recebera a Borgonha como apanágio em 1363, para si e seus descendentes. Em 1369, casou-se com Margarida da Flandres, única herdeira do Conde Luís de Male, que faleceria em 1384, e de sua avó, a Condessa de Artois e Franche-Comté. Borgonha, Franche-Comté, Flandres, Artois: o poder borgonhese se consolidava, e Filipe, que seria apelidado de "o Ousado", conduzia uma política pessoal hábil. "Ele enxergava muito à frente", disse Froissart. Foi ele quem articulou o casamento de seu sobrinho Carlos VI com Isabel da Baviera em 1385, a fim de apaziguar os Wittelsbach, que governavam Hainaut e a Baviera.

A luta contra a Inglaterra tornou-se, portanto, uma preocupação secundária a partir de 1380. A atenção do governo francês voltou-se para áreas periféricas: Nápoles, Languedoc, o Sacro Império Romano-Germânico e Flandres, enquanto em Londres, um importante movimento social ganhava força. No início da década de 1380, havia uma notável semelhança na situação dos dois reinos. De ambos os lados do Canal da Mancha, havia um rei menor: Ricardo II, com treze anos, e Carlos VI, com doze. Em ambos os casos, três tios monopolizavam o poder: Lancaster, Cambridge e Gloucester de um lado; Anjou, Berry e Borgonha do outro. Tanto em Londres quanto em Paris, um dos tios era o verdadeiro senhor, usando o poder real para servir aos seus próprios interesses: Lancaster almejava Castela e Borgonha, Brabante. Por fim, ambos os reinos enfrentavam sérias revoltas sociais: os Trabalhadores de Wat Tyler na Inglaterra e os Maillotins na França. Nesse contexto, as preocupações das duas monarquias desviaram a atenção delas da longa guerra que as opunha.

Os Problemas de Duas Minorias (1380-1382)

Do lado francês, a agitação começou na Flandres com o reaparecimento de um nome famoso: Artevelde, Philippe van Artevelde, filho de Jacques. Aproveitando-se da agitação que surgira em 1379 devido a uma disputa entre Bruges e Ghent sobre um canal que Bruges queria construir para

capturar parte do tráfego de Antuérpia, mas que penalizaria Ghent, o nativo de Ghent transformou o conflito intercidades em um conflito social: não Bruges contra Ghent, mas artesãos de Bruges e Ghent contra a burguesia e o poder ducal. A história se repetia. Nomeado "Capitão da Comuna", defendendo a democracia direta, Artevelde mobilizou a maioria dos trabalhadores das cidades flamengas. O Conde Louis de Mâle, assim como seu pai, foi forçado a buscar refúgio e auxílio na corte francesa no outono de 1382.

O momento era oportuno. Os tios do rei estavam reprimindo revoltas contra os impostos em Paris e Rouen. Desde a morte de Carlos V, tumultos haviam eclodido em diversas cidades. Antes de morrer, o rei, tomado por um remorso, aboliu o imposto sobre lareiras. O povo acreditava que isso significava a eliminação de todos os impostos. Assim, quando os impostos foram restabelecidos em 17 de janeiro de 1382, irromperam tumultos, particularmente em Rouen: tratava-se do movimento "Harelle". Em Paris, o protesto, que o prefeito Hugues Aubriot tentou em vão conter, degenerou rapidamente: a situação foi usada como pretexto para atacar os judeus, cujas casas foram incendiadas, com a cumplicidade da nobreza, satisfeita em ver as promissórias desaparecerem. Saques se espalharam; os marginalizados aderiram; a recusa em pagar impostos se alastrou para Amiens, Orléans e Lyon, e havia o risco de conluio com as cidades flamengas: gritos de "Viva Ghent, nossa mãe!" Podia-se ouvir. Os burgueses, que inicialmente não se descontentaram com a revolta contra os impostos, começaram a temer e aliaram-se às forças reais. O movimento contra os impostos estava prestes a se transformar em um conflito de classes: proprietários de terras, comerciantes, negociantes, cambistas e advogados foram alvos. Os revoltosos buscavam armas. Na prefeitura, encontraram vários milhares de maços de chumbo, que haviam sido estocados para o caso de um ataque à cidade pelas companhias mercenárias. Eles os apreenderam e, em seguida, os "Maillets" (ou "Maillets") libertaram os prisioneiros. Inicialmente, o governo tentou apaziguar a situação: em 13 de março de 1382, foi proclamada uma anistia geral. Apenas enforcaram uma dúzia de pobres coitados. Com a calmaria em Paris, o destino de Rouen foi decidido: cabeças rolaram, um imposto muito pesado foi imposto à cidade, os privilégios dos comerciantes foram revogados e os sinos do campanário foram retirados.

Filipe da Borgonha estava ansioso para subjugar as cidades da Flandres, pois já se considerava o senhor do condado. Assim, quando seu sogro, Luís de Male, veio em busca de ajuda, encontrou naturalmente uma recepção calorosa. Uma expedição militar foi lançada, na presença do rei, que recuperou o oriflamme já em 18 de agosto de 1382. E, para piorar a situação, foi chamada de cruzada: não eram os flamengos partidários de Urbano VI? Artevelde solicitou auxílio a Ricardo II, que tinha seus próprios problemas e enviou apenas promessas vazias. Assim começou mais um episódio no conflito entre a infantaria flamenga e a cavalaria francesa. O confronto ocorreu em 27 de novembro em Roosebeke. As tropas de Ghent atacaram a pé, mas foram cercadas pela cavalaria, que procedeu a um massacre horrível. Diante do povo comum, nenhum prisioneiro foi feito; os cavaleiros massacraram sem restrições, e os soldados de infantaria seguiram atrás para acabar com os feridos com facas. Não houve sepultamento para os rebeldes: milhares de corpos foram deixados para cães e corvos; a pedido do conde, o cadáver de Artevelde foi pendurado para apodrecer à vista de todos. As outras cidades flamengas se submeteram; Kortrijk foi incendiada; Bruges pagou uma multa, rejeitou a aliança com a Inglaterra e reconheceu Clemente VII como o papa legítimo.

E agora, era a vez de Paris. A capital acreditara por um breve momento que a tempestade havia passado. Afinal, houve uma anistia geral. Carlos VI e seus tios estavam prestes a lembrar aos parisienses que um rei não era obrigado a cumprir sua palavra com rebeldes, especialmente rebeldes comuns como os Maillotins. Em janeiro de 1383, o exército retornou da Flandres. Carlos

VI entrou na cidade em armadura, pelo portão de Saint-Denis, cujas portas haviam sido derrubadas. Soldados foram aquartelados em todos os pontos estratégicos, as correntes foram removidas das ruas e o castigo começou. Durante um mês e meio, dezenas de pessoas foram presas, enforcadas e decapitadas sem julgamento — suspeitos de serem os líderes ou simplesmente denunciados por reclamarem dos impostos. E durante todo esse tempo, o exército teve carta branca para se comportar como se estivesse em uma cidade conquistada, saqueando, espancando e estuprando. Carlos VI, um adolescente de quatorze anos, inaugurou seu reinado com uma das repressões mais sangrentas que Paris já havia conhecido.

Naturalmente, os subsídios foram restabelecidos, com efeito a partir de 1º de fevereiro · Seguiram-se multas e confiscos e, finalmente, a Preboste dos Mercadores foi abolida, sendo a sua jurisdição transferida para a Preboste de Paris, a 27 de janeiro. Paris já não tinha um município, nem câmara municipal, e as guildas já não podiam reunir-se. Rouen sofreu o mesmo destino.

Enquanto Carlos VI restaurava a autoridade real na França, seu contemporâneo Ricardo II também enfrentava agitação social, que reprimia. O governo era totalmente responsável pela revolta, tendo decidido em 1380, pela terceira vez em quatro anos, impor um imposto particularmente pesado e injusto: o *imposto per capita* . Tratava-se de um imposto fixo, uma cobrança uniforme de um xelim por habitante com mais de quinze anos, sem levar em consideração a riqueza. Certamente, os ricos eram incentivados a ajudar os pobres em suas comunidades, mas nada os obrigava a fazê-lo. Além disso, o imposto era cobrado brutalmente, o que desencadeou as primeiras revoltas contra os cobradores em Essex e Kent já em maio de 1381. À frente dos rebeldes de Kent, emergiu, desde o início, a figura de Wat Tyler, de origem obscura, mas não desprovido de cultura e perspicácia política. Os rebeldes tomaram Rochester e Canterbury, onde libertaram um padre errante, zeloso e herege, John Ball, que pregou o famoso sermão sobre o tema "enquanto Adão cavava e Eva fiava, onde estava o cavalheiro?". Ele se tornou o profeta do grupo e deu a essa revolta contra os impostos o caráter de uma guerra social. Em 13 de junho, os rebeldes chegaram aos pântanos de Blackheath, ao sul de Londres, enquanto os de Essex chegaram pelo norte. Eles enviaram uma petição ao rei exigindo a cabeça do Duque de Lancaster e de seus principais conselheiros. Forçando a passagem pela Ponte de Londres, os rebeldes se espalharam pela cidade, saqueando e incendiando o Palácio de Savoy, a opulenta residência de João de Gaunt. Por algum motivo desconhecido, entraram na Torre de Londres sem resistência, apesar de sua considerável guarnição. Extraíram três conselheiros e o médico do Duque de Lancaster, que foi decapitado em Tower Hill. Em 15 de junho, ocorreu um encontro nos arredores da cidade, em Smithfield, entre Ricardo II, acompanhado apenas por uma pequena escolta, e Wat Tyler, diante de uma multidão de rebeldes. Tyler apresentou uma lista de exigências, incluindo a abolição do status de vilão e das sentenças de proscrito, bem como a supressão dos senhorios e bispados, a confiscação das propriedades do clero e sua distribuição aos leigos — exigências inspiradas pelo utopismo anticlerical de John Ball. O rei, que tinha apenas quatorze anos, demonstrou notável compostura. Prometeu conceder tudo. Tyler, cauteloso, conhecendo o valor da palavra de um rei para um rebelde, exigiu uma carta assinada e selada e dirigiu-se ao soberano com insolência. A discussão se intensificou. O prefeito de Londres, perdendo a paciência, derrubou Tyler do cavalo, e um escudeiro o matou imediatamente. Os rebeldes, furiosos, prepararam-se para atacar quando Ricardo se aproximou deles e gritou: "Cavalheiros, vocês querem matar seu rei? Eu sou o seu capitão, sigam-me." Surpreendidos, eles obedecem. A multidão segue o rei enquanto ele os conduz para o norte. Enquanto isso, o prefeito, William Walworth, reúne mercenários em Londres; os rebeldes são cercados. O rei então ordena que retornem para casa, o que eles fazem.

A revolta, contudo, espalhou-se por muitos condados do sudeste, com líderes locais como Geoffrey Litster em Norfolk e Jack Straw em Hertfordshire. As propriedades da Igreja eram o principal alvo. Em poucos dias, os levantes foram reprimidos e, em seguida, as punições se seguiram. É evidente que nenhuma das promessas do rei foi cumprida: "Vilões vocês são e vilões permanecerão", respondeu Ricardo a uma delegação de Essex que buscava a ratificação dos acordos. Juízes percorreram os condados; enforcamentos e decapitações ocorreram. John Ball foi executado em St. Albans. A cabeça de Wat Tyler foi exibida na Ponte de Londres. No final de agosto, a ordem havia sido restaurada no reino.

Essa revolta, que ficou conhecida na história como a "Revolta Camponesa", foi uma explosão de raiva alimentada por uma variedade de motivações. Sir Richard Waldegrave, um cavaleiro de Suffolk e Presidente do Parlamento em 1381, listou-as em um discurso: a extravagância da corte, a carga tributária, a fragilidade do poder executivo e o descontentamento causado pelas derrotas na França. A isso, deve-se acrescentar a pregação comunista do baixo clero, de John Ball e seus seguidores. No geral, o elemento unificador era a indignação com a incompetência do governo em conduzir a guerra. Os altos e baixos da Guerra dos Cem Anos fomentaram o surgimento de movimentos sociais tanto na França quanto na Inglaterra. Os reveses exacerbaram o descontentamento e serviram para expor as injustiças sociais e as deficiências políticas.

Na Inglaterra, a Revolta Camponesa também teve sérias consequências para a monarquia. Ricardo II emergiu da crise fortalecido, e esse sucesso subiu à cabeça. Com seu temperamento altamente autoritário, ele testemunhou a força do sentimento monarquista entre o povo e tirou conclusões sobre a natureza sagrada do cargo real. Isso marcou o início de uma deriva megalomaníaca que gradualmente o faria perder o contato com a realidade e levaria à sua queda. Em janeiro de 1382, ele se casou com Ana da Boêmia, um casamento que acentuou ainda mais sua semelhança com seu primo na França, que também era casado com uma princesa da Europa Central, Isabel da Baviera. Os principais conselheiros de Ricardo II nessa época eram Ricardo, Conde de Arundel, e Sir Michael de La Pole, que tentaram cultivar nele as qualidades marciais de seu pai e avô. Mas, como observou o cronista Walsingham, seu círculo íntimo era composto mais de "cavaleiros de Vênus do que de Belona". Afeminado, o rei era ao mesmo tempo caprichoso, teimoso, irascível, extravagante e tirânico; insultava grosseiramente seus conselheiros, ameaçava o Arcebispo da Cantuária com sua espada e se deleitava em humilhar aqueles ao seu redor. Seus gastos imprudentes agravaram a dívida: ele penhorou a coroa para garantir um empréstimo de 2.000 libras da cidade de Londres e outras joias para um empréstimo de 2.779 libras de Robert Knolles, e quando o Chanceler Richard Scrope tentou repreendê-lo, foi demitido. O soberano não tolerava críticas.

Assim, no início da década de 1380, ambos os reinos enfrentavam sérias dificuldades internas. Dois adolescentes caprichosos — uma redundância? — estavam no poder, com tios gananciosos à espreita nas sombras, usando a monarquia para proveito próprio. Revoltas eclodiram: Harelle de Rouen, Maillotins de Paris, Tuchins de Languedoc, camponeses ingleses, tecelões flamengos. A agitação espalhou-se amplamente para outros países. Em Florença, a revolta dos Ciompi, que assolava a região desde 1378, opôs proletários a mercadores, mas também guelfos a gibelinos, tecelões a tintureiros. Brunswick, Lübeck e Gdansk também foram afetadas. Uma onda revolucionária varreu a Europa entre 1378 e 1382. O Cisma e as consequências da Peste Negra, combinados com a guerra endêmica, desestabilizaram ainda mais a nação. Essas revoltas, contudo, não estavam relacionadas entre si; os contextos locais variavam consideravelmente. Contudo, não é exagero falar de uma crise europeia. A simultaneidade é impressionante, de Londres a Florença,

de Rouen a Lübeck, mas também no campo. Surgem líderes — os Arteveldes, os Albertis, os Tylers, os Straws — que não provêm das classes mais pobres e que desenvolvem esboços de reformas sociais. A Guerra dos Cem Anos não é a causa direta desses movimentos, mas contribui para o seu surgimento: é um catalisador para problemas socioeconômicos, exacerbando as dificuldades da população por meio da devastação, da violência de todos os tipos e de uma tributação cada vez mais opressiva. E enquanto o conflito contribui para alimentar uma crise europeia, esta, por sua vez, contribui para sustentar o conflito e mudar a sua natureza. De origem feudal, está prestes a tornar-se simultaneamente nacional e social. De 1382 a 1415, durante o que pode ser considerado um longo e turbulento período de cerca de trinta anos, a Guerra dos Cem Anos sofreu uma transformação. Do lado inglês, o aspecto nacional da guerra intensificou-se, enquanto do lado francês, a guerra civil tornou-se prioritária em relação à guerra externa, que passou a ser, de certa forma, um aspecto secundário.

6
As mutações do conflito

Da guerra feudal à guerra civil
(1382-1415)

Na virada dos séculos XIV e XV, a Guerra dos Cem Anos iniciou uma verdadeira transformação. Tanto na França quanto na Inglaterra, os conflitos internos passaram a ter precedência sobre as guerras externas. Estas últimas perderam intensidade; as tréguas se multiplicaram e as duas dinastias chegaram a forjar alianças matrimoniais. Até 1399, sob Ricardo II, parecia que uma paz geral estava no horizonte. Na verdade, tratava-se apenas de uma pausa. Pois os conflitos internos franceses entre os Armagnacs e os Borgonheses, iniciados em 1400, levaram ambas as facções a buscar uma aliança inglesa para aniquilar seu rival. Consequentemente, a nova dinastia inglesa, os Lancaster, se viu na posição de árbitro entre os Duques de Orléans e da Borgonha, o que lhes permitiu usar um contra o outro e reviver a ideia de conquista.

Problemas ingleses. Ricardo II e a reaproximação com a França (1382-1399)

Em 1383, os ingleses lançaram uma ofensiva militar e religiosa em duas frentes. Por um lado, João de Gaunt, Duque de Lancaster, desejava liderar uma expedição a Castela para promover suas ambições reais. Para tanto, contava com o apoio do Rei de Portugal para forjar uma coalizão entre Portugal, Aragão e Inglaterra. Seu irmão, Edmundo, Conde de Cambridge, já se encontrava lá com uma pequena força. Contudo, dinheiro era necessário: o Duque solicitou um empréstimo de 60.000 libras ao Parlamento, argumentando que isso também poria fim à ameaça representada pelas frotas castelhanas à costa inglesa. E para reforçar ainda mais sua causa, obtiveram a designação de "cruzada" de Urbano VI: o Rei João I de Castela era, de fato, um clementista. O Parlamento mostrou-se relutante: o custo parecia muito alto, e a partida do homem forte do país durante esse período de instabilidade, logo após a revolta camponesa, não parecia desejável.

Além disso, outra expedição estava sendo preparada, sem relação com a anterior, exceto pelo fato de também ostentar o título de "cruzada": o impetuoso e impulsivo Bispo de Norwich, Henrique Despenser, fazia campanha por um desembarque na Flandres, onde o Duque Luís de Male também era clementista. O Parlamento era muito mais favorável a essa empreitada, que, sob o pretexto de justificativa religiosa, permitiria à Inglaterra retomar o controle de uma região vital para seus interesses comerciais: as exportações de lã, a rede bancária de Bruges e a proteção das vias de acesso orientais a Calais. Após Roosebeke, a presença do exército francês na Flandres de fato causara preocupação em relação ao porto de Calais, que chegou a ser cogitada por um tempo como uma possível transferência para Middelburgh. Em 23 de fevereiro de 1383, o Parlamento, portanto, aprovou essa expedição. Ela seria liderada pelo próprio Bispo de Norwich, acompanhado por experientes líderes militares como Hugh Calveley e William Elmham. O Papa Urbano VI deu sua bênção e conclamou os ingleses a apoiarem financeiramente a empreitada por meio de doações, reembolsáveis na vida após a morte sob a forma de remissão completa de suas penas purgatoriais. O entusiasmo era generalizado, como atestam os cronistas ingleses. Knighton, por exemplo, descreveu os sermões apaixonados do clero, que afirmava que anjos desceriam diretamente do céu para recolher as almas no purgatório que tivessem feito doações, e até mesmo as de seus familiares. As mulheres eram as mais entusiasmadas: colares, anéis e pulseiras se acumulavam nos cofres da

cruzada, oferecendo "o tesouro secreto do reino, que está nas mãos das mulheres", apesar dos protestos de John Wycliffe.

A expedição estava pronta já em abril de 1383. No dia 17, Henrique Despenser foi empossado. Em 16 de maio, desembarcou em Calais e, sem esperar que todas as suas tropas estivessem disponíveis, avançou em direção a Gravelines, que foi capturada e saqueada. Prosseguiu para Dunquerque, depois por Nieuport e Dixmude, entrando em Ghent no dia 20. Em 8 de junho, sitiou Ypres. O Conde de Flandres ficou indignado com essa agressão e apelou ao Rei da França. Seu genro, o Duque da Borgonha, que não queria ver sua futura herança devastada, acelerou os preparativos. O exército real foi convocado para Arras em 15 de agosto, em preparação para uma contra-cruzada clementista. O Bispo de Norwich estava então preocupado; seu exército não possuía máquinas de cerco; suas tropas eram indisciplinadas e mais interessadas em pilhar do que em lutar. Ele abandonou o cerco de Ypres, recuou para Bergues e Bourbourg, depois para Calais, e retornou à Inglaterra em setembro. Sua expedição foi um fracasso lamentável, ridículo e custoso, pelo qual ele foi responsabilizado: processos de impeachment *foram* instaurados contra ele e os principais capitães, acusados de terem sido subornados pelos franceses. O bispo perdeu seus bens temporais, que lhe foram restituídos dois anos depois.

O fracasso da Cruzada de Flandres também levou ao cancelamento da Cruzada Castelhana. O rei Fernando de Portugal, cansado de esperar por reforços ingleses, reconciliou-se secretamente com o rei João de Castela. Este morreu em outubro de 1383, e a subsequente revolução dinástica trouxe Portugal de volta ao campo urbanista, mas já era tarde demais para empreender outra grande expedição. Frustrado em suas ambições no sul, o duque de Lancaster, cujas relações com o rei estavam se deteriorando, teve que esperar até o final do verão de 1385 para retomar seus planos. De fato, foi nessa época que a retumbante vitória portuguesa em Aljubarota sobre os castelhanos, com a ajuda de alguns voluntários ingleses, abriu novas possibilidades. A opinião pública e o Parlamento tornaram-se favoráveis à intervenção, para cuja preparação foram reutilizadas as antigas indulgências de Urbano VI. Em 8 de março de 1386, Ricardo II reconheceu seu tio João de Gaunt como rei de Castela, incumbindo-o de conquistá-la. No dia 9 de julho, o Lancaster partiu de Plymouth com 7.000 homens.

Sua campanha espanhola não produziu resultados decisivos e, em novembro de 1387, ele se retirou para a Gasconha após fazer arranjos particulares: sua filha mais velha, Filipa, casou-se com o rei de Portugal, e sua filha mais nova, Catarina, com o herdeiro de Castela; ele próprio recebeu uma indenização de 100.000 libras e uma pensão anual de 6.000 libras em troca de renunciar a Castela e à causa urbanista na Espanha. Urbano VI, furioso, revogou então suas indulgências, e supõe-se que os anjos tenham transferido as almas dos doadores do paraíso para o purgatório. O duque de Lancaster permaneceu em Bordéus até novembro de 1389, quando seu sobrinho Ricardo II o convocou de volta, pois precisava de sua ajuda devido aos graves problemas que enfrentava.

Enquanto Lancaster lutava por castelos na Espanha sob o sol castelhano, o rei estava, na verdade, em apuros na Escócia. Já em 1384, ele liderara uma grande expedição para lá, após um desembarque francês liderado pelo almirante John de Vienne. Levara consigo forças consideráveis, incluindo os melhores líderes militares. Lancaster estava entre eles. Essa fora uma oportunidade para Ricardo exibir publicamente sua incompetência e inconstância. O soberano de dezoito anos marchara para Edimburgo para conceder títulos pomposos a dois de seus tios, Cambridge e Buckingham, que se tornaram duques de York e Gloucester, enquanto Michael de la Pole foi nomeado conde de Suffolk. O inimigo, entretanto, estava em Carlisle. Após quinze dias, Ricardo se cansou, acusou Lancaster de ser o responsável pelo fracasso e retornou a Londres. Quatro anos

depois, a situação era muito pior: em 5 de agosto de 1388, o Conde de Douglas infligiu uma humilhante derrota aos ingleses em Otterburn, na fronteira entre Newcastle e Jedburgh; um dos barões mais poderosos das Marcas, Henry Percy, foi feito prisioneiro. Militarmente, a situação inglesa era crítica. Não lhes restou outra opção senão solicitar tréguas à França. Estas culminaram em 1394 com uma cessação das hostilidades que durou quatro anos. A impopularidade de Ricardo II estava no auge. Seus repetidos fracassos comprovavam sua incompetência. Foi nesse contexto que ele convocou Lancaster de volta em novembro de 1389, como um potencial salvador.

A erosão do prestígio pessoal do soberano refletia-se na atitude cada vez mais hostil do Parlamento, que impunha humilhantes capitulações à Coroa. O primeiro exemplo foi o Parlamento *Maravilhoso* de outubro de 1386. Convocado num clima tenso, alimentado pela ameaça de um iminente desembarque francês, degenerou rapidamente num confronto entre o rei e os membros do Parlamento. Estes últimos procuravam bodes expiatórios e, quando a Coroa lhes pediu que votassem um imposto de quatro décimos de quinto para levantar um exército, responderam que nada fariam até que o Chanceler, Michael de La Pole, e o Tesoureiro, John Fordham, fossem destituídos. O rei respondeu declarando que não substituiria um único ajudante de cozinha a pedido do Parlamento. A situação agravou-se. A oposição era liderada pelo Duque de Gloucester, Thomas, tio do rei, e por Thomas Arundel, Bispo de Ely, que desprezavam a comitiva real. Primeiramente, lembram ao soberano, que se retirou para seu palácio em Eltham, que ele deve estar presente nas sessões do Parlamento. Ricardo responde que, se uma conspiração for tramada contra ele, apelará ao Rei da França, seu parente. Gloucester retruca que, se o Rei da França desembarcar na Inglaterra, não será para ajudar Ricardo, mas para esmagá-lo, e em um discurso ousado declara que, "por estatuto antigo e precedente recente", reis que governam mal, seguindo seus caprichos em vez do conselho de seu povo, podem ser substituídos.

Essa lembrança do destino de Eduardo II fez Ricardo hesitar, ciente da ameaça, especialmente porque ele vinha considerando solicitar a canonização de seu bisavô. Ele capitulou, retornou ao Parlamento, demitiu o chanceler e o tesoureiro e os substituiu pelos bispos de Ely e Hereford.

Ricardo planejou sua vingança. O perigo de um desembarque francês havia sido evitado por uma vitória naval dos Condes de Arundel e Nottingham sobre uma frota franco-espanhola combinada perto de Margate, e o rei partiu de Londres em 9 de fevereiro de 1387 para uma longa jornada de dez meses pelo reino, com o objetivo de recrutar um exército particular e alistar mercenários, especialmente nos condados conservadores do oeste. Seus favoritos começaram a sugerir o assassinato de Gloucester. Tudo isso tinha o cheiro de uma pré-guerra civil. E assim começou a Guerra Civil de 1642. Ricardo havia perdido o contato com a realidade. Quando retornou a Londres em 10 de novembro, a calorosa recepção da população o fez acreditar que era forte o suficiente para esmagar a oposição. Logo se desiludiu. Já em 14 de novembro, Gloucester, Arundel e Warwick exigiram a prisão de cinco dos amigos mais próximos do rei. Ricardo os deixou escapar. A oposição se sentiu enganada; Alguns começaram a considerar a deposição do rei, que se refugiou na Torre de Londres, onde uma delegação de nobres de alta patente, escoltada por 500 soldados, veio lhe dar uma severa reprimenda: ele havia violado seus votos de coroação, conspirado contra seus súditos e seu filho já tinha idade para reinar. Ricardo II, *atônito* , segundo o cronista Higden, prometeu nunca mais fazer isso.

A lição ainda não havia terminado. Em 3 de fevereiro de 1388, o Parlamento se reuniu, julgou e executou os conselheiros mais próximos do rei, ganhando assim o apelido de Parlamento *Impiedoso* . Ricardo aparentava submeter-se, mas claramente não compreendia a precariedade de sua situação. Sua passividade em relação à França e sua falta de fervor bélico o levaram a ser

considerado um sucessor indigno de seu pai e avô. Sua política de tréguas desagradou os condados do Oeste e Noroeste, como Cheshire, onde o exército havia se tornado a principal fonte de emprego. No verão de 1393, Cheshire, que havia fornecido milhares de arqueiros e heróis nacionais como Robert Knolles e Hugh Calveley, se revoltou.

Em 1394, Ricardo redimiu-se em certa medida ao restaurar uma aparência de ordem na Irlanda, enquanto o Duque de Lancaster retornou à Gasconha até o final de 1395. Mas, em 1396, o rei voltou a indispor-se com o reino ao casar-se com Isabel, a filha de sete anos de Carlos VI. Tal casamento trouxe à tona lembranças desagradáveis: Eduardo II também havia se casado com uma Isabel, uma princesa francesa, filha de Filipe IV, o Belo, com as conhecidas consequências. Esse casamento também significou o fim do que teria sido a Guerra dos Sessenta Anos, já que uma trégua de 28 anos acompanhou o contrato matrimonial — em outras palavras, uma paz definitiva. Adeus aos resgates, pilhagens e aventuras, aos cargos lucrativos e aos empréstimos usurários à coroa! Contudo, nada estava resolvido: Ricardo ainda se intitulava Rei da França e manteve Calais, enquanto Carlos VI conservava os territórios conquistados por seu pai. Para os ingleses, isso representava um abandono vergonhoso das gloriosas conquistas de Eduardo III e do Príncipe Negro: uma traição! Além disso, a primeira versão do tratado incluía uma cláusula com implicações sinistras, pela qual o Rei da França prometia apoiar Ricardo "contra todos aqueles que lhe deviam obediência e também ajudá-lo e apoiá-lo com todas as suas forças contra qualquer um de seus súditos". Será que Ricardo pretendia esmagar a oposição com a ajuda francesa? Ademais, o Rei da Inglaterra havia se comprometido a enviar tropas para apoiar as reivindicações do Duque de Orléans em Milão contra Giangaleazzo Visconti, enquanto os franceses nada fizeram em troca para apoiar sua ambição extravagante de ser eleito Rei dos Romanos e se tornar Imperador. Para a maioria dos ingleses, esse casamento e tratado eram um pacto insensato, uma vergonhosa capitulação às exigências francesas.

A ascensão dos Lancaster (1399)

Ricardo, por sua vez, considerava-se agora forte o suficiente para se livrar de seus inimigos. Em 1397, mandou prender Warwick, Arundel e Gloucester, armando-lhes elaboradas armadilhas. O primeiro foi exilado para a Ilha de Man, os outros dois decapitados. Em seguida, distribuiu os despojos aos seus favoritos: Henrique Bolingbroke, filho de João de Gaunt, tornou-se Duque de Hereford; Thomas Mowbray, Duque de Norfolk; João Holland, meio-irmão do rei, Duque de Exeter; Thomas Holland, seu sobrinho, Duque de Surrey; Eduardo de Rutland, Duque de Aumale; outros receberam marquesados e condados.

Contudo, a desconfiança reinava. O Duque de Norfolk confidenciou ao Duque de Hereford que suspeitava que o rei quisesse eliminá-los. Hereford repetiu isso ao seu pai, João de Gaunt, que o aconselhou a revelar tudo a Ricardo. Sem esperar pela conclusão de um inquérito, o rei baniu o Duque de Norfolk para o resto da vida e o Duque de Hereford por dez anos, em 1398. Impôs pesadas multas a todos aqueles que suspeitava terem feito parte da oposição. Cada vez mais alheio à realidade, o rei acreditava estar acima da lei. Mandou condenar postumamente Robert Plessington, que fora Barão do Tesouro e se manifestara a favor da oposição, assim como Henry Bowet, Arquidiácono de Lincoln, que defendera Hereford. Ninguém se sentia a salvo das punições arbitrárias do rei megalomaníaco.

No início de 1399, Ricardo II perdeu completamente o senso de proporção. Em 3 de fevereiro, seu tio, João de Gaunt, Duque de Lancaster, faleceu, enquanto seu filho, Henrique Bolingbroke, Duque de Hereford, estava exilado na França por dez anos. O rei alterou a sentença para exílio

perpétuo, confiscou toda a herança dos Lancaster e a distribuiu entre seus seguidores leais. Em seguida, partiu para a Irlanda, deixando Edmundo de York como guardião do reino. Essa partida gerou rumores desenfreados, segundo os quais o soberano havia partido para recrutar tropas e estava se preparando para assassinar vários nobres. Henrique Bolingbroke, que agora assumira o título de Lancaster, aproveitou a oportunidade. No final de junho, desembarcou em Yorkshire. Os grandes senhores do Norte se juntaram a ele: o Conde de Northumberland, seu filho Henrique Hotspur e o Conde de Westmorland. Os conspiradores marcharam para o sul. York refugiou-se em Gloucestershire, no Castelo de Berkeley, onde foi feito prisioneiro. Ricardo II, tendo retornado às pressas da Irlanda, refugiou-se no poderoso Castelo de Conway, no norte do País de Gales. Logo capturado, foi forçado por Lancaster a convocar um parlamento, sendo posteriormente levado de volta a Londres e aprisionado na Torre de Londres.

Então começou o processo de deposição, pela segunda vez em setenta anos. A destituição legal do rei tornou-se um ritual na Inglaterra tão meticulosamente orquestrado quanto a própria coroação, e que seria usado diversas vezes no século seguinte durante a Guerra das Rosas. O objetivo era apresentar a deposição tanto como um ato voluntário por parte do rei quanto como uma punição infligida pelo povo por sua má administração. A propaganda lancastriana corroborou essa versão oficial: Ricardo II, em Conway e depois na Torre de Londres, teria expressado *, em sua própria liberdade* e com um "semblante satisfeito", seu desejo de abdicar e passar a coroa para Henrique de Lancaster. Esse pedido foi então apresentado a uma assembleia de representantes do país, um parlamento, que o próprio rei acabara de convocar, como só ele podia, mas que não se reuniria *na forma formal de um parlamento* . Essa assembleia representava os estados do reino. O ato de renúncia foi lido para ela em latim e inglês, e ela o aprovou. O procedimento foi então repetido perante uma multidão de londrinos reunidos em Westminster, representando a *vox populi (voz do povo*). Uma lista de trinta e três artigos também foi apresentada, enumerando as faltas do rei, seus *crimina e defectus* , justificando sua destituição da coroa. Após a aprovação de ambas as assembleias, Henrique de Lancaster reivindicou a coroa para si, "pelo direito que a graça de Deus me conferiu, e com a ajuda de meus parentes e amigos para recuperá-la", como descendente direto de Henrique III. Deve-se notar que Henrique de Lancaster era filho de João de Gaunt, ele próprio o filho mais novo de Eduardo III. Ele era, portanto, primo direto de Ricardo II. Os Estados e o povo aceitaram seu pedido, e ele foi assim proclamado rei, Henrique IV. O início de seu reinado foi marcado para 30 de setembro de 1399.

A deposição de Ricardo II foi além da de Eduardo II. Neste último caso, tratava-se da substituição de um pai por seu filho; agora, tratava-se da passagem de primo para primo. Foi uma verdadeira mudança de dinastia: os Lancaster substituíram os Plantagenetas. Quanto ao rei deposto, os Lordes o condenaram à prisão perpétua em local secreto em 23 de outubro. Ele foi enviado para o Castelo de Pontefract, em Yorkshire, e colocado sob a guarda de Robert Waterton e Thomas Swynford. Em janeiro de 1400, morreu aos trinta e três anos em circunstâncias misteriosas: sem testemunhas, sem relato oficial, sem causa da morte, sem vestígios, nem mesmo uma data precisa. Assassinato é praticamente impossível de ser descartado. Um rei deposto vivo é sempre uma ameaça. Mas um rei deposto morto pode se tornar um fantasma extremamente perturbador. Embora o corpo tenha permanecido em câmara ardente por dois dias na Catedral de São Paulo, relatos falsos sobre Ricardo começaram a circular na Inglaterra a partir de 1401, especialmente entre os franciscanos, onde o Plantageneta era popular. A propaganda de Henrique IV, que afirmava que Ricardo havia abdicado voluntariamente, mostrou-se ineficaz, como

demonstrado pelo próprio interrogatório do rei ao franciscano Ricardo Frisby, um mestre em teologia.

" *Henrique:* Você disse que o Rei Ricardo está vivo?"

Frisby *:* Não estou dizendo que ele está vivo, mas estou dizendo que, se ele estiver vivo, ele é o verdadeiro rei da Inglaterra.

" *Henrique:* Ele abdicou."

Frisby *:* Sim, ele abdicou, mas na prisão e sob ameaça, não é uma abdicação válida.

" *Henry:* Ele abdicou voluntariamente."

Frisby *:* Ele jamais teria abdicado se estivesse livre. E uma abdicação na prisão não é uma abdicação livre.

Diversas conspirações contra Henrique IV foram tramadas pelos franciscanos em torno dos pseudo-Ricardos. A mais grave foi a do mosteiro de Leicester, em 1402, que foi rapidamente reprimida, após a qual o capítulo provincial franciscano ameaçou com prisão perpétua qualquer frade que se manifestasse contra o rei. Outras conspirações, contudo, seriam organizadas.

Transformado pelo gênio de Shakespeare, Ricardo II tornou-se uma imagem romântica, a do rei sofredor. A verdade literária deve ceder lugar à verdade histórica: Ricardo II foi vítima de seus próprios atos, de seu desrespeito ao equilíbrio constitucional inglês estabelecido desde o início do século XIII . Por não ter aprendido com os infortúnios de João Sem-Terra e a queda de Eduardo II, governou a Inglaterra como um déspota, sem qualquer consideração pelo direito consuetudinário ou pelas liberdades arduamente conquistadas pela aristocracia. Prisões arbitrárias, confiscos injustificados, extorsões, apropriação indevida de terras, manipulação do Parlamento e constantes violações do juramento de coroação — tudo em tal escala que até mesmo seus poucos apoiadores restantes questionavam sua sanidade. Para seus contemporâneos, essa conduta tinha um nome: tirania. Como Nicolas Oresme havia escrito pouco antes: “Sempre que a realeza se aproxima da tirania, aproxima-se do seu fim, pois, nesse estado, torna-se propícia à divisão, à mudança dinástica ou à destruição total, especialmente em climas temperados, onde os homens são geralmente, moral e naturalmente, livres”. Para a historiadora inglesa May McKisack, “Ricardo II havia se tornado perigoso, talvez perigosamente insano”.

França paralisada por conflitos internos e pela loucura do rei (1382-1399)

Ironicamente, na mesma época, outro louco governava a França: Carlos VI. Essa estranha coincidência obviamente teve consequências para o curso da guerra, contribuindo para sua natureza errática no final do século XIV . Ambos os reinos estavam mais preocupados com seus problemas internos do que com a guerra externa. Acabamos de ver que Ricardo II tentou usar a França para promover suas ideias despóticas. Na França, facções tentavam usar a Inglaterra para promover suas próprias ambições. A guerra anglo-francesa tornou-se uma extensão desses conflitos internos. Vejamos o que estava acontecendo deste lado do Canal da Mancha durante os anos de 1383 a 1400.

Aqui, as rivalidades entre os tios do rei, suas ambições francesas e italianas, os conflitos entre a alta aristocracia e o povo, e as convulsões de um sistema feudal inquieto, tudo isso dificultou o esforço de guerra contra a Inglaterra. Mais do que um adversário, a Inglaterra se apresentava como uma potencial parceira na luta pelo poder. O novo homem forte do reino era, sem dúvida, Filipe, o Ousado, tio do rei, Duque da Borgonha, que também se tornou Conde de Flandres em janeiro de 1384, após a morte de seu sogro, Luís de Male. Sua primeira preocupação foi estabelecer sua autoridade nesse território, onde Ghent continuava a resistir ao poder do conde, com a ajuda dos

ingleses. Em 1385, os habitantes de Ghent atacaram Bruges e ocuparam o porto exterior de Damme. Filipe, que usava a França para servir aos seus próprios interesses, persuadiu o conselho do rei a lançar uma operação militar, utilizando as tropas que começavam a se reunir em Sluys para um possível desembarque na Inglaterra: uma manobra para desviar a guerra externa para uma guerra interna. Em 28 de agosto de 1385, Damme foi recapturada, a Flandres marítima foi saqueada e, em seguida, ocorreram negociações em Tournai. Em 18 de dezembro, chegou-se a um acordo: Ghent se submeteu e, em troca, recebeu liberdade de comércio e o direito de apoiar o papa de sua escolha.

Tranquilizado nesse aspecto, Filipe avançou suas tropas para o leste, em direção ao Império, por meio de uma política matrimonial extremamente astuta: o casamento de sua filha, Margarida da Borgonha, com Guilherme de Ostrevent, Conde de Hainaut e Holanda, neto do Imperador Luís da Baviera, da família Wittelsbach; o casamento de seu filho João, o futuro Duque da Borgonha, João, o Destemido, com Margarida da Baviera, irmã do Conde Guilherme de Ostrevent; e o casamento do Rei Carlos VI com Isabel da Baviera, também da família Wittelsbach, irmã do Duque Luís da Baviera e bisneta do Imperador Luís da Baviera. Filipe, o Ousado, garantiu assim não apenas alianças valiosas, mas também reivindicações sobre Hainaut e a Holanda. Além disso, incentivou seu sobrinho Carlos VI a apoiar sua tia Joana de Brabante contra o Duque de Gueldres.

A guerra contra a Inglaterra já não era uma prioridade. O que restava a ganhar? Calais, Cherbourg, Brest, Bordéus, Bayonne? Não eram insignificantes, mas não vitais. Contudo, dada a contínua ameaça inglesa à Flandres, Filipe mandou adotar um plano de desembarque em 1386. Tropas, maquinaria e equipamento foram reunidos em Sluys, incluindo um acampamento de cabanas de madeira que podiam ser montadas e desmontadas em poucas horas. Estes preparativos pareceram sérios, e o kit pré-fabricado impressionou os espiões ingleses. Quando tudo estava pronto, o rei chegou a Sluys; ele próprio lideraria a operação, mas também tinha sido acordado que todos os tios estariam presentes. Ora, o Duque de Berry, tenente do rei no Languedoc, ainda se encontrava no sul. Chegou, mas o mais lentamente possível. Fez isso deliberadamente, claro, porque não tinha qualquer desejo de participar numa campanha militar que apenas enalteceria o seu irmão, o Duque da Borgonha. Quando finalmente chegou a L'Ecluse, era 14 de outubro. A temporada estava muito avançada para arriscar a aventura. A operação foi cancelada e prometeram realizá-la na primavera de 1387.

Mas, após a sabotagem de Berry em 1386, foi o Duque da Bretanha quem frustrou tudo. O fervorosamente anglófilo João IV não estava disposto a atacar seus amigos britânicos. Além disso, o plano estipulava que, além da frota reunida em Sluys, outra partiria da Bretanha, mais precisamente de Tréguier, comandada pelo homem que João IV mais detestava no mundo, seu compatriota Olivier de Clisson, que havia sucedido Du Guesclin como Condestável da França. Ele convidou Clisson para Vannes, ofereceu-lhe um grande banquete, ao final do qual o aprisionou, hesitando entre enforcá-lo ou queimá-lo vivo. Por fim, considerou mais lucrativo pagar um resgate. Clisson teve que ceder todas as suas fortalezas bretãs e pagar 100.000 libras. Furioso, o condestável clamou por vingança, mas esse episódio cancelou novamente a expedição contra a Inglaterra em 1387. Até 1388.

Mas Olivier de Clisson queria justiça em primeiro lugar, punindo João IV; caso contrário, ameaçava abandonar o cargo de Condestável. Deveriam as tropas ser desviadas para a Bretanha? Os duques da Borgonha e Berry opuseram-se a isso. Negociações e discussões ocorreram; João IV finalmente chegou a Paris para entregar o resgate de Clisson, e então já era agosto. Tarde demais para um desembarque. Todo esse tempo perdido foi muito custoso. Financiar frotas e exércitos

que nunca zarparam tornou-se insuportável e impopular. A melhor solução foi assinar uma trégua, o que foi feito no final do verão de 1388.

O rei Carlos VI tinha vinte anos. Começava a ficar impaciente com a tutela dos seus tios, cuja conduta e rivalidades só haviam resultado numa política externa incoerente. O soberano foi impulsionado a emancipar-se principalmente pelo seu irmão mais novo, Luís de Touraine, que em breve se tornaria Duque de Orléans, um adolescente inquieto, cheio de ambição e totalmente inescrupuloso, aos dezesseis anos. Se o seu irmão mais velho se tornasse o verdadeiro senhor do reino, poderia usar o poder real para prosseguir os seus próprios objetivos. A tomada do poder ocorreu no final de outubro de 1388, durante um conselho realizado em Reims. O Cardeal de Laon, Pierre Aycelin de Montaigu, declarou que o rei era suficientemente sábio e suficientemente maduro para governar sozinho. Carlos VI agradeceu aos seus tios pelos serviços prestados e decidiu reconduzir ao conselho os homens que haviam cercado o seu pai: Jean le Mercier, Jean de Montagu, Bureau de la Rivière e outros. Relativamente idosos e de origem burguesa, eram desprezados pelos duques. O termo "marmousets", que lhes é aplicado nos livros de história, é, no entanto, uma mera invenção de Michelet, que o encontrou numa expressão passageira de Froissart. No século XIV , significava uma espécie de macaco, ou estátuas grotescas que se diziam ídolos muçulmanos, ou mesmo favoritos do príncipe — em todo o caso, figuras influentes, mas ridículas e feias. Isto causou uma nova divisão no governo, pois os duques nutriam um ódio profundo por esses velhos de origem humilde.

O retorno dessas figuras experientes poderia ter corrigido a direção política, restaurando sua unidade e coerência, particularmente diante da Inglaterra. Na verdade, a atenção se voltou para a Itália. Luís de Touraine, em especial, sentiu-se atraído pela Itália: em agosto de 1389, casou-se com Valentina Visconti, filha de João Galeazzo, e tornou-se assim senhor do Condado de Asti. Consequentemente, por meio de seus sogros, viu-se mergulhado no inextricável labirinto das intrigas italianas, que lhe abriram perspectivas duvidosas: a dominação de Gênova, onde a aristocracia buscava uma aliança francesa contra o governo popular estabelecido em 1339 por Simão Boccanegra; e a criação de um "Reino do Adriático", formado a partir dos territórios do Papa em Roma. Luís tornou-se, assim, o defensor intransigente do papa de Avignon, Clemente VII, enquanto seu tio, Filipe da Borgonha, favorecia o "caminho da cessão", que exigia a renúncia de ambos os papas para que pudessem ser substituídos por um único papa. Finalmente, havia outro príncipe francês diretamente envolvido: o jovem Luís II de Anjou, que ostentava o título vazio de "Rei de Jerusalém e da Sicília". Filho do duque Luís I de Anjou, que morreu em 1384 tentando conquistar o Reino de Nápoles, ele era primo de Carlos VI e Luís de Touraine, e também defendeu a causa de Clemente VII.

Como sinal de renovado interesse pelos assuntos do sul, Carlos VI viajou para Languedoc durante o inverno de 1389-1390. Luís de Touraine o acompanhou e aproveitou a oportunidade para demonstrar seu apoio ao Papa de Avignon. Seu tio, Berry, foi destituído de seu cargo de tenente em Languedoc. Tudo parecia conspirar a favor de Luís. Em outubro de 1389, Urbano VI faleceu. Em 2 de novembro, os cardeais elegeram o napolitano Pietro Tomacelli como seu sucessor, que se tornou Bonifácio IX. O Cisma continuou. Para pôr fim a ele, Carlos VI e seu irmão consideraram, no início de 1391, liderar uma expedição militar a Roma para instalar Clemente VII. Esse plano foi abandonado no último minuto por receio de um ataque inglês durante a ausência do rei.

Em 1392, a tragédia se abateu sobre a família. Em junho, o condestável Olivier de Clisson foi atacado à noite em Paris, ao sair do Hôtel Saint-Pol, por um grupo liderado por Pierre de Craon, um leal partidário do Duque da Bretanha, que ainda buscava se livrar de seu antigo inimigo.

Clisson escapou da morte escondendo-se no forno de um padeiro. Não contente em ser enganado, ele organizou uma expedição punitiva contra João IV. Partiram para a Bretanha em agosto. Ao atravessarem a floresta de Le Mans, o rei foi surpreendido por um fanático que correu em sua direção, gritando que havia sido traído. Então, enquanto avançavam lentamente, meio adormecidos pelo calor opressivo, um soldado da escolta deixou cair sua lança sobre um bascinete. O rei deu um pulo, desembainhou a espada e correu em direção à sua comitiva. Estava fora de si.

Ninguém enlouquece por ser acordado abruptamente. A mente do rei é frágil e ele já havia dado sinais de alerta. Sofreu uma crise alguns meses antes. Desta vez, é muito mais grave. A expedição, naturalmente, é cancelada. Carlos se recupera após alguns dias, mas está cansado, e logo recaídas confirmam que ele agora é incapaz de desempenhar suas funções regularmente. E ele tem apenas vinte e quatro anos: o vácuo de poder provavelmente será longo! Imediatamente, seus tios aproveitam a oportunidade: Filipe da Borgonha e João de Berry, agindo em solidariedade, eliminam os "marmousses", forçando-os à aposentadoria pela segunda vez, alguns após um período na prisão.

Com o rei agora afastado do poder, duas facções disputavam a supremacia: Berry e Borgonha de um lado, e Luís de Touraine, que se tornara Duque de Orléans naquele ano, do outro. O jovem príncipe tinha agora vinte anos. Era Duque de Orléans, Duque de Touraine, Conde de Angoulême, Périgord, Dreux, Blois, Soissons e Porcien, nutria ambições italianas e alemãs, governava o Condado de Asti e em breve assumiria o controle de Savona. Estava rodeado por uma corte jovem, pródiga, turbulenta, extravagante, perdulária e turbulenta, vivendo em constante festa, algumas das quais terminaram tragicamente: o "Baile dos Homens Ardentes", onde cinco convidados disfarçados de selvagens foram queimados vivos, ocorreu em janeiro de 1393. Tudo isso era visto com grande suspeita. Enquanto o duque estava rodeado de poetas que competiam entre si em versos cortesãos nos palácios do amor, ele também frequentava magos e alquimistas de atividades duvidosas, incluindo um italiano do círculo de sua esposa. Além disso, ele era um pouco próximo demais de sua cunhada, a jovem e bela Isabel da Baviera, a rainha. Essa morena de temperamento forte tinha vinte e dois anos; seu marido era louco, e seu charmoso cunhado adorava dançar com ela. A partir daí, tudo era possível, e foi exatamente isso que os contemporâneos fizeram. Luís de Orléans tinha uma péssima reputação e era muito impopular.

Seu tio, Filipe da Borgonha, aproveitou-se da situação. Ele era o verdadeiro senhor. Luís, o primeiro príncipe de sangue, podia até ser regente, mas foi mantido à margem; foi deixado à própria sorte. Filipe tinha cinquenta anos, possuía vastos territórios e a estatura de um estadista experiente. Seu irmão, João de Berry, não lhe era páreo. Por isso, impôs suas opiniões, principalmente no que diz respeito às relações com a Inglaterra, com a qual desejava laços mais estreitos. Senhor da Flandres, tinha todo o interesse em manter boas relações com os fornecedores de lã. E como Ricardo II tinha outras preocupações, as tréguas foram facilmente acordadas: em Leulinghen, em 1393; em Boulogne, em 1394; e em Paris, em 1395. O ponto culminante dessa política de reaproximação foi o encontro dos dois reis loucos — se aceitarmos a teoria da monomania megalomaníaca de Ricardo — em Ardres, em 27 de outubro de 1396. Filipe apresentou Isabel, filha de Carlos VI, de sete anos, ao rei da Inglaterra e a deu em casamento. A pequena princesa, sacrificada como tantas outras às exigências da diplomacia, teria um fim trágico. Viúva aos treze anos, casou-se novamente com um rapaz de quatorze anos, Carlos de Orléans, filho de Luís, e morreu aos vinte, em 1409.

As boas relações com a Inglaterra continuaram até a deposição de Ricardo II: em 1397, os ingleses venderam Brest ao Duque da Bretanha; em 1399, cederam Cherbourg a Carlos, o Nobre,

Rei de Navarra e filho de Carlos, o Mau. Mais tarde, ele trocaria todas as suas possessões normandas com o Rei da França pelo Ducado de Nemours. A disputa franco-inglesa estava bem encaminhada para ser resolvida.

Entre a guerra e a paz: as dificuldades de Henrique IV (1400-1409)

Tudo foi posto em xeque pela mudança de dinastia na Inglaterra e pelo aumento das tensões entre Borgonha e Orléans, na França. O novo rei da Inglaterra, Henrique IV, havia forjado laços com o Duque de Orléans durante seu exílio na França. O Duque da Borgonha, em bons termos com Ricardo II, não via com bons olhos a ascensão do recém-chegado. Contudo, Henrique IV não estava em condições de retomar as hostilidades contra a França. Apesar das precauções tomadas para depor o rei Ricardo da maneira mais legal possível, a posição dos Lancasterianos era muito precária e, pelo menos até 1406, eles tiveram que lidar com revoltas contínuas, que os franceses prontamente exploraram.

A partir de 1400, preparativos militares agitaram o norte da França. O Conde de Saint-Pol reuniu uma frota em Harfleur; fortificações foram ativadas em Abbeville e no estuário do Somme; o Duque de Bourbon foi a Agen com o objetivo de incitar o sentimento anti-inglês na região de Bordéus. O pretexto para essa atividade era o destino da jovem Isabel, viúva de Ricardo II e filha de Carlos VI. O governo francês exigia que Henrique IV devolvesse a menina, e principalmente seu dote de 200.000 libras. Em 1º de abril de [1401], ocorreram negociações em Leulinghen, entre Boulogne e Calais. Os ingleses também tinham exigências: o resgate do Rei João ainda não havia sido pago. Quanto a Isabel, não havia problema: Carlos VI recuperou sua filha em 31 de julho. A suntuosa escolta que o acompanhava custou aos cofres ingleses £8.242 e 10 pence. Quanto ao dote, nada foi decidido.

E já que estamos falando de casamentos, Henrique IV começou a forjar alianças matrimoniais por toda a Europa já em 1400, buscando construir laços de solidariedade que fortalecessem a legitimidade de sua dinastia, ainda frágil: o casamento de sua filha Branca com Luís, Conde Palatino do Reno e Duque da Baviera, e de sua outra filha, Filipa, com Érico, Rei da Dinamarca e Noruega. Quanto ao próprio rei, ele tinha trinta e três anos em 1400 e era viúvo desde 1394. Sua primeira esposa, Maria Bohun, lhe dera quatro filhos. Ele obviamente considerava casar-se novamente. A esperança de se casar com uma princesa Valois se dissipou após o caso Isabel. Finalmente, em fevereiro de 1403, o soberano casou-se com Joana Holland, viúva de João IV, Duque da Bretanha, que havia falecido em 1399. A dama já não era jovem. Ela era enteada do Príncipe Negro, ou seja, filha do primeiro casamento da esposa do Príncipe de Gales. Mas Henrique IV já tinha muitos herdeiros. O principal objetivo era fortalecer os laços com a Bretanha e pôr fim aos ataques de corsários bretões à costa inglesa. Desse ponto de vista, os resultados foram decepcionantes. Navios ingleses que traziam vinho de Bordéus eram regularmente atacados pelos bretões, o que levava a incursões retaliatórias. Além disso, esse casamento com a viúva de um vassalo abertamente pró-inglês e indiretamente responsável pela loucura do rei podia ser visto na França como uma verdadeira provocação. Os atos de hostilidade entre os dois reinos multiplicaram-se nos primeiros anos do século. O Conde de Saint-Pol, que se casara com a irmã de Ricardo II, frustrado com o dote da esposa, pressionou para a guerra. Numerosos incidentes também ocorreram no Pas-de-Calais com navios flamengos, pois Filipe nutria um profundo ressentimento contra Lancaster, que assassinara seu amigo Ricardo.

Oficialmente, a trégua de 1396 ainda estava em vigor. Na realidade, a mudança dinástica de 1399 levou a um questionamento implícito dos acordos, a uma situação mal definida de meio-paz,

meio-guerra, com os franceses explorando os problemas de Lancaster por meio de operações periféricas. E Henrique IV não tinha falta de problemas, especialmente no norte e oeste. Já em agosto de 1400, ele foi à Escócia para forçar o rei Roberto III a prestar-lhe homenagem. Foi um fracasso: ninguém compareceu a Edimburgo para a cerimônia, e o rei voltou de mãos vazias, enquanto os ataques escoceses recomeçavam na fronteira. Mais grave ainda, os grandes barões ingleses das Marcas Escocesas estavam inquietos, sentindo-se mal recompensados por seu apoio a Henrique em 1399. Em 1403, eles estavam em revolta aberta, liderados pelo filho do Conde de Northumberland, Henry Percy, um jovem impetuoso apelidado de *Hotspur* , "espora quente". Em julho, o rei travou uma batalha feroz com ele em Shrewsbury. Hotspur foi morto, assim como o Conde de Stafford e Sir Walter Blount; 3.200 pessoas morreram; 3.000 foram feitas prisioneiras, incluindo os Condes de Douglas e Worcester; uma onda de execuções se seguiu: Thomas Percy, Sir Richard Venables e Richard de Vernon, cujas cabeças adornam a Ponte de Londres. O Conde de Northumberland se rendeu.

Ao mesmo tempo, um vulcão adormecido há muito tempo despertou: o País de Gales. Em novembro de 1400, um líder local, Owain Glyn Dwr, Senhor de Glyndyfrdwy, mais conhecido, como seria de esperar, pelo seu nome anglicizado, Owen Glendower, revoltou-se devido a uma disputa obscura com um membro do conselho de Henrique IV, Reginald Grey de Ruthin, Senhor de Dyffryn Clwyd. Owen liderou o seu filho mais velho, o seu irmão Gryfyn, e o seu cunhado Philip Hanmer. Ele próprio se coroou Príncipe de Gales a 18 de setembro, e todo o noroeste do País de Gales entrou em erupção em rebelião. O movimento foi inicialmente contido por uma vitória inglesa perto de Welshpool. Henrique IV percorreu a região em outubro de 1400, confiscou as propriedades dos rebeldes e Owen foi declarado fora da lei. Ele então trabalhou para expandir o movimento, contactando líderes irlandeses e o Rei da Escócia: um apelo à solidariedade intercelta, que conferiu ao conflito um aspeto de guerra étnica. Celtas contra anglo-normandos: era como se tivéssemos retornado à época do Rei Arthur, que eles não deixaram de mencionar.

Owen foi além: contatou o governo de Carlos VI, que enviou navios para atacar a costa galesa. Os alvos eram os formidáveis castelos costeiros construídos por Eduardo I no final do século XIII para controlar a região, que estavam recuperando sua plena importância estratégica: Aberystwyth, Harlech, Criccieth, Beaumaris, Caernarvon, Conway, Flint e Rhuddlan. Em novembro de 1403, a frota francesa de João da Espanha atacou Caernarvon; no primeiro semestre de 1404, Harlech e Aberystwyth caíram. Em 14 de julho de 1404, um tratado formal de aliança foi assinado em Paris entre o rei da França e o príncipe de Gales, Owen Glendower, contra Henrique de Lancaster. Ataques foram então lançados contra a costa de Devon. Durante o verão de 1405, uma expedição francesa desembarcou em Milford Haven, no sul do País de Gales, capturou Haverfordwest e Carmarthen, enquanto Glendower tomou Cardigan. Uma força franco-galesa avançou para leste, penetrando ligeiramente na Inglaterra até Worcester, antes de se retirar com a chegada de Henrique IV.

Ao mesmo tempo, o rei teve que suprimir outra revolta nos condados do norte, liderada pelo Arcebispo de York, Richard Scrope, e depois uma nova rebelião do Conde de Northumberland. O rei foi forçado a invadir as terras de Northumberland mais uma vez. Northumberland, declarado traidor, fugiu para a Escócia e, no início de 1406, para o País de Gales, onde se juntou a Glendower. Contido, foi para a França, onde buscou a ajuda do Duque de Orléans. No entanto, o Duque foi impedido por sua rivalidade com o Duque da Borgonha. Northumberland retornou à Escócia em 1407 e, em 19 de fevereiro de 1408, foi derrotado e morto na Batalha de Bramham Moor, perto de Tadcaster.

Para Glendower, a perda desse aliado foi fatal. Ele agora estava na defensiva, enfrentando um adversário formidável: seu homólogo, o Príncipe de Gales oficial, Henrique, filho mais velho de Henrique IV e futuro Henrique V da Inglaterra. Aos vinte anos, o jovem já demonstrava as qualidades marciais que o tornariam o vencedor de Agincourt e o conquistador do norte da França. Ele recapturou Aberystwyth em setembro de 1408. O imponente Castelo de Harlech foi sitiado por outra estrela em ascensão do exército inglês, John Talbot, e caiu em março de 1409. A Guerra Galesa revelou uma nova geração de guerreiros ingleses que logo repetiriam os feitos de Eduardo III. Quanto a Owen Glendower, ele entrou para a lenda e o folclore ao desaparecer nas brumas das montanhas galesas. Ninguém jamais soube o que lhe aconteceu, o que é a melhor maneira de se tornar um mito.

As relações entre a Inglaterra e a França eram muito ambíguas durante esse período. Oficialmente, tratava-se de uma trégua. Na realidade, as escaramuças continuavam no terreno. Os franceses exploraram as dificuldades de Lancaster: ataques no Canal da Mancha, nas costas sul da Inglaterra, no País de Gales, mas também na Aquitânia. Em agosto de 1401, Henrique IV nomeou o Conde de Rutland como seu tenente em Bordéus, enquanto Gaillard de Durfort foi nomeado senescal. Eles enfrentaram ataques simultâneos de Charles d'Albret no norte, através de Saintonge, do Conde de Armagnac em Agenais e do Conde de Clermont no Dordogne, a partir de 1403. Em 30 de junho de 1406, o Arcebispo de Bordéus, Uguccione, escreveu a Henrique: "Estamos em perigo de perdição". O Duque de Orléans sitiou Bourg; enviou um ultimato a Libourne e Saint-Émilion. A situação era complexa e confusa. Bergerac, embora em mãos francesas, enviou uma petição a Londres solicitando a proteção de Henrique; um quarto de Libourne foi capturado pelos franceses, mas isso não impediu a cidade de vir em auxílio de Fronsac. Como de costume, os pedidos de ajuda caíram em ouvidos moucos em Londres. Foi somente em 1409 que o prefeito de Bordéus, Thomas Swinburn, trouxe de volta 1.000 libras para o pagamento da guarnição. Não obstante, os laços entre a Aquitânia e a Inglaterra permaneceram muito fortes: entre os mercadores de Londres, Southampton e Bristol, é claro, mas também entre muitas famílias aristocráticas que possuíam terras na Gasconha; muitos soldados casaram-se lá e adquiriram propriedades. Assim, o Presidente da Câmara dos Comuns, John Tiptoft, tornou-se, por seu casamento, um grande senhor das Landes, e Henrique concedeu-lhe propriedades às margens do rio Garona.

Henrique IV não buscava confronto; muito pelo contrário. Incapaz de se casar com uma princesa Valois, procurava uma para seu filho. A partir de 1406, iniciaram-se as negociações para um casamento entre o Príncipe Henrique e uma filha de Carlos VI. O Rei da Inglaterra, apesar de todos os recentes atritos, estava determinado a transformar a frágil trégua em uma paz duradoura. Entre seus muitos problemas, estava a falta de dinheiro. Ele não tinha sequer condições de pagar o dote de sua filha Branca. Havia instituído o imposto feudal "para o casamento de uma filha", mas trinta e um anos após a morte de Branca, 5.000 nobres (moedas de ouro inglesas) permaneciam em aberto.

Desde o início de seu reinado, as receitas do rei eram notoriamente insuficientes. Enquanto sob Ricardo II elas ficavam um pouco abaixo de 120.000 libras anualmente, Henrique recebeu apenas 90.000 libras, enquanto as despesas regulares chegavam a cerca de 140.000 libras. Os parlamentos tinham exigências cada vez mais rigorosas antes de conceder uma votação sobre impostos: queriam que suas petições fossem respondidas primeiro; o Parlamento de 1406 exigiu uma lista completa dos conselheiros, para que todos soubessem quem era responsável por quê, a fim de responsabilizá-los por qualquer desperdício. O rei foi, portanto, levado a aumentar o volume de empréstimos de particulares, membros de sua casa, como Henrique Somer, capitalistas

londrinos, como John Hende, Richard Whittington e Thomas Knolles, e bispos como Henrique Beaufort. Mas o rei era um mau pagador. Seus credores tinham que esperar muito tempo e nem sequer tinham certeza de recuperar seu capital. Eles recebiam um comprovante, que usavam para pagar um coletor de impostos específico, seja direto ou indireto. Muitas vezes, a receita já foi comprometida e não há mais dinheiro disponível; ou o cobrador mudou, invalidando assim o comprovante. Esses métodos são obviamente muito impopulares.

Uma das maiores despesas era a guarnição de Calais: 800 homens estacionados permanentemente lá em tempos de paz, representando um custo total de 17.000 libras. Normalmente, essa quantia era retirada diretamente da receita das taxas alfandegárias sobre as exportações de lã. Mas, muito rapidamente, tornou-se impossível arrecadar esse valor devido à insuficiência de receita: o governo precisava de todos os impostos. Em abril de 1407, o prefeito de Londres, Richard Whittington, e alguns mercadores do porto formaram um consórcio, que conseguiu emprestar 12.000 libras, a serem pagas com futuras receitas alfandegárias. Era uma corrida perpétua para o fundo do poço, penhorando receitas futuras. Nessas circunstâncias, buscar um confronto com a França estava fora de questão.

Henrique VIII, portanto, buscou um compromisso. Sua posição em relação ao Cisma é reveladora a esse respeito, pois ele não hesitou em apoiar os esforços da França para forçar a renúncia de ambos os papas. Em 1394, Clemente VII, o papa de Avignon, faleceu. Seu sucessor, o espanhol Pedro de Luna, Bento XIII, rapidamente se mostrou insuportável devido à sua postura intransigente e às exigências financeiras impostas ao clero. A Universidade de Paris e a Assembleia do Clero da França declararam-se favoráveis à cessão, ou seja, à renúncia de ambos os papas, já em 1395, com o objetivo de eleger um único papa. Bento XIII recusou categoricamente. Assim, surgiu a solução radical da "retirada da obediência": o clero do Reino da França deixaria de obedecer ao papa de Avignon para forçá-lo a renunciar. Em 22 de maio de 1398, por uma votação de 247 a 20 a favor de uma última tentativa de reconciliação e 16 a favor de um concílio, o clero da França adotou a retirada da obediência. Este foi um passo importante no caminho para o galicanismo: o clero francês (galicano) afirmou, assim, sua independência, colocando-se ao lado do rei. Os arcebispos assumiram então o controle da administração das dioceses. A Igreja na França deixou de obedecer ao papa, embora tenha mantido sua estrutura hierárquica e seus dogmas, naturalmente.

A medida, contudo, foi um fracasso. No campo de Avignon, apenas Castela seguiu a França, e dentro do reino, as divisões políticas enfraqueceram a resistência. Bento XIII refugiou-se na Provença com o Conde Luís II de Anjou, que se juntou a ele. O Duque de Orléans também o apoiou, visto que os Duques da Borgonha e de Berry haviam sido os principais arquitetos da subtração. Os Estados da Bretanha declararam que não haviam sido consultados; os teólogos de Toulouse manifestaram-se contra a subtração, argumentando que era inútil se o outro lado não oferecesse uma medida equivalente. Enquanto isso, os teólogos de Roma declararam que todos deveriam se unir a Bonifácio IX. Diante dessa cacofonia, em 28 de maio de 1403, a França restaurou sua lealdade a Bento XIII. Este último, não tendo esquecido nada nem aprendido nada, retomou suas extorsões fiscais, anulou todas as nomeações feitas pelos arcebispos durante o período de sonegação fiscal e deu 50.000 libras ao Duque de Orléans como agradecimento pelo seu apoio. Os bispos nomeados durante o período de sonegação fiscal recusaram-se a ceder seus cargos aos candidatos do Papa, cuja popularidade estava em constante declínio, e essa impopularidade refletia negativamente sobre Luís de Orléans.

Uma nova esperança surgiu em 14 de outubro de 1404, com a morte do Papa de Roma. Mas os cardeais rapidamente nomearam um sucessor: Inocêncio VII. Foi nesse momento que Henrique IV, por sua vez, declarou-se a favor da cessão. Ele enviou uma delegação a Roma, liderada por Henrique Chichele, Chanceler de Salisbury, e Sir John Cheyne, em outubro de 1406. Chegaram tarde demais. Em 6 de novembro, Inocêncio VII morreu e, no dia 30, o veneziano Angelo Corres foi eleito: Gregório XII. Tudo teve que recomeçar do zero. Mas, claramente, o clero francês e inglês compartilhava a mesma opinião a favor da cessão, o que foi confirmado quando, em 1409, cardeais dissidentes convocaram um concílio em Pisa para resolver o Cisma. Os representantes ingleses, que viajaram via Paris, foram calorosamente recebidos pelo Chanceler da Universidade, Jean Gerson, que proferiu um discurso de congratulações, o *Proposicio facta coram Anglicis* , expressando sua satisfação pelo fato de os dois países estarem falando a mesma língua sobre o assunto. É sabido, contudo, que o Concílio de Pisa apenas serviu para agravar a situação ao eleger um terceiro papa, Alexandre V. O caso tornou-se uma farsa. Havia agora um papa em Avignon, um em Roma e um em Bolonha, este último apoiado pela França e pela Inglaterra, o que claramente sinalizava uma mudança na Guerra dos Cem Anos. A divisão não era mais entre os dois soberanos, mas dentro de seus reinos. Henrique IV buscava laços mais estreitos com a França para combater uma parcela de seus súditos: os poderosos senhores do norte, adversários de sua dinastia, e também os hereges lolardos, seguidores de John Wycliffe, pregadores populares que atacavam a riqueza da Igreja. Oxford era o seu principal centro, e o Arcebispo da Cantuária, Thomas Arundel, travou uma campanha implacável contra eles.

Armagnacs e Borgonhas: Gênese da ruptura (1404-1409)

Do lado francês, uma divisão ainda mais séria estava se formando, uma que levaria diretamente à guerra civil: o confronto entre os duques da Borgonha e de Orléans, para quem os ingleses eram um aliado particularmente cobiçado. Filipe da Borgonha implementou uma política hábil de reformas políticas e religiosas, o que o tornou popular. Por outro lado, Luís de Orléans afundou cada vez mais em impopularidade, especialmente em Paris, onde seu aliado, o prefeito Guilherme de Tignonville, comportou-se com brutalidade. Luís e Filipe seguiram políticas opostas em todas as áreas: dentro do Sacro Império Romano-Germânico, o primeiro apoiava os luxemburgueses e o segundo o rei dos romanos, Roberto da Baviera; na Itália, o primeiro apoiava seu sogro, Giangaleazzo Visconti, e o segundo, Florença; na Renânia e nos Países Baixos, Luís era aliado de todos os inimigos de Filipe. Ele adotava prontamente uma postura provocativa em relação aos ingleses, enquanto Filipe desejava a paz, essencial para a prosperidade de suas cidades flamengas que processavam lã inglesa. Em última análise, os dois homens claramente tinham pontos de vista opostos durante o Grande Cisma.

Em 27 de abril de 1404, Filipe morreu, vítima de uma epidemia de gripe. Seus bens foram então divididos entre seus filhos, João, o Destemido, o mais velho, Antônio e Filipe. João, o Destemido, o novo Duque da Borgonha, naturalmente recebeu a maior parte: Borgonha, Flandres, Artois, as terras de Aalst, Dendermonde e Mechelen, e o senhorio de Salins. Com 33 anos, gozava de uma imagem positiva, baseada principalmente em sua participação na cruzada de 1396, onde fora feito prisioneiro em Nicópolis, um evento que custou a seu pai 200.000 ducados em resgate, o equivalente a 700 quilos de ouro. "Ele é um príncipe de grande bondade e verdadeira integridade: é justo, sábio, caridoso e gentil, e sua conduta é irrepreensível", escreveu Christine de Pisan. O retrato é lisonjeiro. Contudo, continua sendo verdade que Jean surge como um guerreiro glorioso em contraste com o Duque de Orléans, que buscava apenas o prazer.

Mas este último aproveita-se da situação. Ele é, de fato, o novo senhor. Estando o rei em uma de suas crises até 18 de maio de 1404, ele preside o conselho, recebe novas terras, os senhorios de Montargis, Courtenay, Crécy-en-Brie e Châtillon-sur-Marne; seu condado de Soissons e sua baronia de Coucy são elevados à categoria de payeries; ele casa novamente seu filho Charles com Isabelle, viúva de Ricardo II; recebe enormes doações e pensões: 400.000 libras em 1404 e 1405, provenientes das receitas reais, enquanto, ao mesmo tempo, as somas concedidas ao Duque da Borgonha são reduzidas: 37.000 libras em 1406.

João Sem Medo percebeu que a segurança de seus territórios dispersos dependia do controle do governo real em Paris, onde Carlos VI, sofrendo de doenças cada vez mais longas e frequentes, era agora apenas um fantoche manipulado por Luís e Isabel. Um confronto direto entre Borgonha e Orléans estava se formando. Em agosto de 1405, a guerra civil foi evitada por pouco pela primeira vez. Convocado ao conselho, João Sem Medo chegou a Paris à frente de um exército. Seu objetivo era demonstrar sua força, apresentar ao rei um programa de reformas, obter a convocação dos Estados Gerais e talvez até mesmo assumir o controle da família real. João Sem Medo sabia que podia contar com o apoio dos parisienses, entre os quais suas ideias reformistas eram populares. Ele queria um retorno aos bons costumes, aos bons tempos antigos em que o rei vivia exclusivamente dos recursos de seus domínios.

Isabeau e Luís de Orléans fugiram para Melun e organizaram a fuga dos filhos do rei. Jean os alcançou em Juvisy e retornou a Paris, onde se hospedou no Hôtel d'Artois. Ele imediatamente se apropriou do acontecimento, escrevendo "a todas as boas cidades do reino da França, aos prelados e nobres", explicando o que acabara de acontecer e convidando-os a enviar delegados a Paris para discutir as reformas necessárias. Esse apelo ao "povo" era inteiramente revolucionário e contrastava fortemente com a atitude muito mais aristocrática do Duque de Orléans, que enviou uma arrogante carta de protesto ao Parlamento, acusando seu rival de traição. Uma reconciliação, ainda que tênue, foi finalmente alcançada em 10 de outubro.

As tensões aumentaram novamente em 1406. Luís de Orléans parecia alheio à sua impopularidade. Sua atitude provocativa em relação aos ingleses aumentava o risco de guerra. Sua arrogância e estilo de vida dissoluto lhe renderam considerável animosidade, embora sua conduta não fosse pior do que a da maioria dos príncipes da época. Em 1403, sua amante, Mariette d'Enghien, deu à luz Jean, o futuro Dunois, o "bastardo de Orléans". Ele teve muitos outros casos extraconjugais, e seus partidários, Gontier Col e Jean de Montreuil, elogiaram sua grande liberdade moral, inspirando-se no *Romance da Rosa* . Corriam rumores sobre seu relacionamento com a rainha Isabel, cujas festas e gastos extravagantes eram amplamente criticados. O casal foi acusado de esbanjar dinheiro dos impostos: "Naquela época, muito se falava da rainha e de Monsenhor d'Orléans, e dizia-se que era por meio deles que os impostos eram cobrados e as ajudas eram concedidas... sem que nada fosse... usado para o bem público, e eles eram abertamente amaldiçoados nas ruas", escreveu Jean Jouvenel.

João, o Destemido, decidiu pôr um fim nisso. Em 23 de novembro de 1407, ao final da tarde, Luís de Orléans saiu do Hôtel Barbette, residência de Isabeau, na margem direita do Sena, ao norte da prefeitura. Estava completamente escuro. Ele estava acompanhado apenas por dois escudeiros e quatro ou cinco soldados de infantaria carregando tochas. Na Rue Vieille-du-Temple, dezoito espadachins apareceram, gritando: "Morte! Morte!" Tudo aconteceu muito rápido. Os assassinos eram profissionais; a mão de Luís foi decepada com um machado, ele foi derrubado e um golpe de glaive — uma lâmina de um só gume — abriu seu crânio até a mandíbula; seu cérebro se espalhou pela rua. Num piscar de olhos, todos se dispersaram.

A notícia espalhou pânico em Paris. Isabeau entrou em pânico e refugiou-se no Hôtel Saint-Pol, perto do rei, que se recuperava de um ataque; os homens de armas estavam em plena atividade. Os príncipes reuniram-se na residência do Duque de Anjou. No dia seguinte, a questão estava clara: todas as evidências apontavam para o Hôtel d'Artois, residência do Duque da Borgonha, e o próprio Duque, em meio a um conselho, admitiu perante os Duques de Berry e Anjou que "sob a influência do diabo, Raoulet d'Auquetonville e seus cúmplices cometeram esse crime". Então, sem mais delongas, declarou "que ia urinar", relata a crônica, e fugiu a galope para Lille.

A ausência de Luís de Orléans não foi sentida de fato. Em Paris, o povo até se mostrou bastante satisfeito. Na corte, porém, prevaleceu a cautela, e João, o Destemido, lançou uma campanha de propaganda para justificar seus atos. De Arras, em fevereiro de 1408, ele enviou um manifesto a "todos os reis, duques, condes e outros príncipes, prelados e barões e todos os demais, clérigos e leigos", declarando que agira por amor ao rei. Em 28 de fevereiro, retornou a Paris com 800 soldados, barricou-se no Hôtel d'Artois e convocou todos para uma grande e solene sessão em 8 de março no Hôtel Saint-Pol, para ouvir o Mestre Jean Petit, um mestre em teologia, justificar o assassinato do Duque de Orléans durante quatro horas. O discurso se tornaria um texto fundamental, o primeiro apologia oficial do tiranicídio. Luís de Orléans pode ser chamado de tirano porque é culpado de lesa-majestade e alta traição: ele conspirou para envenenar o rei, tentou deserdar seus descendentes por meio do Papa, manteve exércitos que oprimiam o povo e aliou-se aos inimigos do rei. Portanto, ele cometeu os quatro graus do crime de lesa-majestade: contra a pessoa do príncipe, sua esposa, seus filhos e contra o bem público. O duque é "um traidor de seu rei e soberano senhor e do bem público do reino".

Pois um tirano não é apenas aquele que usurpa o poder soberano; é também aquele que busca conquistá-lo. E um tirano merece a morte. É prerrogativa do soberano legítimo condená-lo, mas se, por qualquer motivo, ele for impedido de fazê-lo, todo súdito deve tomar a iniciativa de matar o tirano. A expressão não deixa margem para dúvidas: "É lícito a qualquer súdito, sem qualquer mandato ou ordem, segundo a lei moral, natural e divina, matar ou mandar matar aquele traidor, desleal e tirano, e não apenas lícito, mas honroso e meritório, especialmente quando ele detém tanto poder que a justiça não pode ser feita adequadamente pelo soberano." O rei deveria, portanto, perdoar o Duque da Borgonha e até mesmo recompensá-lo, pois ele agiu para o bem público. No dia seguinte, 9 de março, uma carta de Carlos VI assegurou a João Sem Medo que a morte do Duque de Orléans não afetaria em nada suas boas relações.

A viúva de Luís, Valentine Visconti, implorou por justiça em vão. Em 11 de setembro, o grupo de Orléans realizou outra sessão solene no Louvre, onde ouviram Thomas du Bourg, Abade de Cérisy, que também proferiu um discurso de quatro horas demolindo os argumentos de Jean Petit e condenando o crime de João Sem Medo. Ele se ateve à definição clássica de tirano e, portanto, não teve dificuldade em demonstrar que o Duque de Orléans não se enquadrava nessa categoria. Tampouco havia cometido qualquer crime de lesa-majestade. O Duque da Borgonha não tinha o direito de matá-lo; tratava-se de um "homicídio cruel".

Essas belas palavras seriam mais convincentes se fossem respaldadas pela força armada. Mas, naquele momento, a força estava do lado de João, que acabara de conquistar o título de "o Destemido" ao suprimir uma revolta em Liège, cujo exército ele esmagou em Othée. O partido de Orléans estava completamente desorientado e decapitado. Valentim Visconti morreu em dezembro de 1408, e o pesado legado recaiu sobre os ombros de dois adolescentes. O novo Duque de Orléans, Carlos, tinha quatorze anos quando seu pai foi assassinado. Em 1409, ele perdeu sua primeira esposa, Isabel. Casou-se novamente com Bonne, filha do Conde Bernardo de Armagnac. E era este

último quem agora era a figura dominante na facção de Orléans. Recrutando suas forças entre mercenários gascões, os Armagnacs, apoiados pelo Condestável Carlos d'Albret, opunham-se assim aos borgonheses, senhores de Paris e que obtinham seus recursos dos domínios de João, o Destemido. A luta que se seguiu não foi isenta de uma dimensão geográfica, uma divisão entre o Sul e o Norte que se consolidaria durante o reinado do Rei de Bourges.

Cada uma das duas facções tenta controlar a família real: o rei, um instrumento útil para legitimar decisões; a rainha Isabel; e o delfim, que na época era Luís, de doze anos. Isabel, inicialmente aterrorizada pelo assassinato de Luís de Orléans, refugiou-se em Melun e depois em Tours, com sua família. Ela logo compreende que a solução reside em chegar a um acordo com o novo governante, João Sem Medo. No início de 1409, após negociações em Chartres, um acordo é alcançado e todos retornam a Paris, onde o Duque da Borgonha completa sua consolidação de poder: ele assina um pacto com Isabel e obtém a custódia do delfim. Ele fortalece sua popularidade criando, em 20 de outubro, uma "comissão de reforma" encarregada de organizar a administração financeira, demitir os funcionários que cometeram peculato e fazê-los pagar por seus delitos. O prefeito de Paris, Pierre des Essarts, é encarregado de sua implementação.

As duas facções e o auxílio inglês (1410-1412)

Essa nova situação colocou Henrique IV na posição de árbitro, uma posição altamente vantajosa, desde que ele soubesse explorá-la. Isso estava longe de ser certo. Vimos as dificuldades que ele próprio enfrentou. Além disso, desde 1405, ele sofria de uma forma de neurastenia. A saúde debilitada, as doenças frequentes e o cansaço com os deveres do governo limitavam seriamente sua capacidade de intervir. Não obstante, os Armagnacs e os Borgonheses competiam entre si em seu zelo para obter seu apoio.

O primeiro a fazer uma oferta séria foi João, o Destemido, em julho de 1411. Naquela época, a guerra aberta contra os Armagnacs havia começado. Carlos de Orléans o desafiou, apoiado pelos duques de Berry e Bourbon. Um encontro ocorreu em Arras entre os delegados borgonheses e uma grande embaixada inglesa composta por Thomas, Conde de Arundel, Francis Court, Hugh Mortimer, John Catterick e o bispo Henry Chichele. O Duque da Borgonha ofereceu aos ingleses quatro cidades flamengas: Gravelines, Dunquerque, Dixmuiden e Sluis, e propôs ajudá-los a reconquistar a Normandia; ele também se dispôs a dar sua filha Ana em casamento ao Príncipe de Gales. Os ingleses também lhe perguntaram se ele estaria disposto a ajudá-los a retomar a Aquitânia, mas não receberam resposta. A oferta, no entanto, pareceu-lhes suficiente para enviar 800 homens de armas e 2.000 arqueiros em outubro, sob o comando do Conde de Arundel. Esse reforço foi bem-vindo, pois Carlos de Orléans estava tentando atacar Paris, capturando Saint-Cloud e Saint-Denis. Os anglo-borgonheses socorreram a capital, tomaram Étampes e Dourdan, e então os ingleses, mal recebidos pelos parisienses, retiraram-se para Calais. João Sem Medo solicitou uma força maior para o ano seguinte.

Mas, durante o inverno, ele foi superado em manobras pelos Armagnacs, que elevaram a aposta: Berry, Bourbon, Armagnac, Orléans e Albret enviaram uma embaixada a Londres de 1º de fevereiro a 4 de março, na qual fizeram uma oferta tentadora: propuseram a Henrique IV que o ajudassem a recuperar toda a Aquitânia em sua maior extensão. Para esse fim, colocariam à sua disposição todos os castelos, solares e tesouros dos senhores do partido Armagnac, que também ofereceram todas as suas filhas, filhos, sobrinhos e sobrinhas para se casarem com ingleses. Prestariam homenagem ao Rei da Inglaterra por todos os senhorios que detinham na Aquitânia e lhe dariam vinte cidades, incluindo Bazas, Sainte-Foy, Saint-Macaire e La Réole; o Duque de

Berry prestaria homenagem a Henrique IV por Poitou e, após sua morte, esta província passaria para o Rei da Inglaterra. Carlos de Orléans fez a mesma promessa para Périgueux. Como garantia, os ingleses ocupariam Poitiers, Niort, Angoulême, Lusignan e Châteauneuf. De certa forma, os Armagnacs e os borgonheses estavam dispostos a dividir o reino da França para esmagar a facção rival, para grande satisfação dos ingleses, que estavam preparados para ajudar quem oferecesse o maior lance. Por ora, esse lance era dos Armagnacs: foram prometidos a eles 1.000 homens de armas e 3.000 arqueiros, e Henrique IV prometeu protegê-los contra João Sem Medo, não negociar com ele sem o seu consentimento e compensá-los pelos danos causados pelos borgonheses. Dado o estado de suas finanças, fica a dúvida de onde ele tiraria o dinheiro.

Este acordo, inicialmente concluído em Bourges entre os líderes Armagnac e ratificado em Westminster, logo chegou ao conhecimento de Carlos VI e do Duque da Borgonha em 6 de abril de 1412, após um vazamento feito por um secretário do Duque de Berry. Isso apenas fortaleceu a propaganda de João Sem Medo, que assumiu o papel de virtuoso defensor do reino, proclamando sua indignação com a mão no coração. O oriflamme foi rapidamente recuperado de Saint-Denis e Bourges foi sitiada, com o rei e o delfim sendo feitos prisioneiros. No entanto, Carlos de Orléans e o Duque de Berry, ao tomarem conhecimento do efeito desastroso que seu acordo com os ingleses havia tido sobre o público, negociaram com João Sem Medo. Um grande reencontro familiar ocorreu em Auxerre, com comoventes demonstrações de amizade entre os Armagnac e os borgonheses, culminando em um importante tratado de reconciliação em 22 de agosto. Os ingleses não eram mais necessários.

Tarde demais. Os franceses não se comoveram com a perspectiva de uma reunificação francesa e, como a porta lhes fora aberta, apressaram-se a entrar, conforme o acordo assinado: em meados de agosto, um exército considerável desembarcou em Saint-Vaast-la-Hougue, liderado pelo Duque de Clarence, acompanhado pelo Duque de York, os Condes de Oxford, Ormonde e Salisbury, Thomas Beaufort e Sir John Cornwall. O pagamento para esses 4.000 a 5.000 homens, contratados por cinco meses, foi fixado em dois xelins por dia para cavaleiros, um xelim e seis pence para escudeiros e nove pence para arqueiros e, de acordo com o acordo, os franceses arcariam com as despesas. A marcha começou, atravessando a Baixa Normandia, com a devastação de sempre. Os cronistas chegaram a registrar uma nova prática: todas as macieiras foram sistematicamente cortadas. Em seguida, avançaram para Anjou, Touraine e Sologne, arrasando tudo. Clarence encontrava-se agora no coração do Ducado de Orléans, e o Duque precisava urgentemente comprar sua partida por 210.000 coroas e sete reféns, incluindo seu irmão mais novo, o Conde de Angoulême. Cada capitão inglês tinha suas exigências: Sir John Cornwall pediu 21.375 coroas, que receberia quase integralmente; o Duque de York, 36.170, das quais receberia 5.430, juntamente com uma grande cruz de ouro maciço, avaliada em 40.000 coroas; Clarence recebeu um crucifixo precioso com quatro grandes diamantes marcando as feridas em seus pés e mãos, e um grande rubi para a ferida em seu flanco. Tudo isso provinha do tesouro de Orléans.

Isso foi suficiente para reacender o apetite inglês. Clarence chegou a Bordéus, mas sua expedição expôs a fragilidade da França; a facilidade do avanço e os enormes ganhos reavivaram o interesse pela guerra na França. Do lado francês, a eficácia do exército inglês fora demonstrada mais uma vez, o que, dependendo das circunstâncias, poderia ser tanto útil quanto perigoso. Pois a reconciliação em Auxerre era claramente apenas temporária, e os combates recomeçaram em 1413, o que só poderia dar aos ingleses mais ideias.

Dessa vez, o reino mergulhou de fato em uma guerra civil. O Duque da Borgonha fortaleceu sua posição. Suas alianças familiares e seus estados populosos e prósperos o tornaram a figura mais poderosa do reino. O Delfim Luís era seu genro, casado com sua filha Margarida; Michèle, irmã do Delfim, era sua nora, tendo se casado com seu filho mais velho, Filipe. Guilherme da Baviera, Amadeu de Saboia, o Conde de Cleves, o Duque da Lorena, o Conde de Namur e o Conde de Saint-Pol eram todos parentes ou aliados. Em Paris, os mercadores de madeira, vinho e sal, muitas vezes da Borgonha, eram muito favorecidos pela corte do Duque. Graças a ele, abasteciam as casas dos príncipes, enriqueceram e começaram a penetrar no mundo da administração e das finanças. Eram apoiadores fiéis do Duque, enquanto os ourives e mestres da casa da moeda apoiavam os Armagnacs. Uma clientela borgonhesa significativa também se desenvolveu no parlamento e entre os funcionários reais. Finalmente, em termos territoriais, o domínio do duque sobre Flandres, Artois e suas cidades industriais, sobre a Borgonha e Franche-Comté e suas rotas comerciais, garantiu uma base econômica sem paralelo em outros grandes feudos.

Além disso, o Duque da Borgonha tinha um programa político simples e atraente, e, portanto, popular: o Estado monárquico, que se tornara demasiado poderoso e exigente, precisava de reformas e de um retorno aos bons tempos em que o rei vivia dos seus domínios, os privilégios urbanos eram respeitados e os grandes vassalos eram os conselheiros naturais da monarquia. A propaganda borgonhesa denunciava a profusão de funcionários reais e a sua corrupção, a desordem e as injustiças do sistema judicial e o desperdício das receitas fiscais, que, aliás, precisavam de ser abolidas. Ao prometer acabar com todos os subsídios reais, João Sem Medo garantiu a si próprio uma imensa popularidade. As suas boas ideias foram registadas e divulgadas por publicitários pagos; ele informava as cidades dos seus planos enviando-lhes cartas circulares que lisonjeavam a burguesia. O Duque João apresentava-se como o restaurador das "liberdades", dos privilégios e dos costumes, e os parisienses foram os primeiros beneficiários das suas reformas. Embora a cidade tivesse perdido muitos de seus privilégios no final do século XIV , ela recuperou sua autonomia militar em 1411, graças a Jean, e em 1412 seu conselho de vereadores e sua prerrogativa de mercadores.

Em contraste, o partido de Orléans parecia bastante fraco. Carlos de Orléans, aos dezoito anos, carecia de uma personalidade suficientemente assertiva. Seus irmãos, Filipe e João, ainda eram adolescentes. Se seu padrasto, Bernardo d'Armagnac, veio a personificar o partido, foi principalmente devido à presença maciça de companhias mercenárias oriundas de suas terras: nobres de menor importância, bastardos, camponeses sem-terra e bandidos formavam a maior parte das tropas indisciplinadas e devastadoras do partido de Orléans, cuja designação oficial de Armagnac só seria reconhecida oficialmente em 1415, quando o conde se tornou Condestável. Ele, contudo, jamais alcançaria o prestígio de um grande príncipe.

No mesmo grupo estava o Duque de Berry, tio do rei. Mas, aos setenta e dois anos, ele já não possuía a energia necessária em circunstâncias tão trágicas. Havia também o Duque de Bourbon, mas seu pai havia falecido em 1410, e o novo detentor do trono, João, com vinte e oito anos, era adepto de uma política de alternância de alianças entre Berry, seu sogro, com quem disputava o controle da Auvergne, e a Borgonha, que contestava sua reivindicação sobre Beaujolais. Em 1410, ele havia se aliado aos príncipes; João, o Destemido, o havia destituído do cargo de Grande Camareiro da França e, em seguida, ordenado a ocupação de seu condado de Clermont-en-Beauvaisis pelo exército real. Em 1412, ele se aproximava do Duque da Borgonha por meio do casamento de seu filho mais velho, Carlos de Bourbon, com Inês da Borgonha, filha de João, o Destemido. O duque de Anjou, Luís II, estava constantemente ausente, demasiado ocupado com

as suas ambições napolitanas. Foi a sua esposa, Iolanda de Aragão, quem representou os interesses angevinos na corte, e com considerável habilidade. Esta mulher notável, dotada de uma perspicácia política excecional, soube aproveitar ao máximo os seus filhos: Luís, o futuro duque de Anjou; René, o futuro duque de Bar e Lorena; e Maria, a futura rainha de França.

Por fim, na lista dos grandes senhores feudais, não podemos esquecer o Duque da Bretanha, João V, cuja posição era constantemente instável. Inicialmente sob a tutela do Duque da Borgonha, ele se aliou a Isabel da Baviera, que havia buscado sua ajuda antes de se reconciliar com João, o Destemido, e mais tarde juntou-se ao partido dos príncipes. O casamento de uma das filhas de João, o Destemido, com Olivier de Penthièvre, um inimigo pessoal de João V, cuja reivindicação à coroa ducal ele contestava, fez do Duque da Borgonha um adversário direto. Mesmo assim, ele chegou a um acordo com ele em 1412. Sua postura em relação à Inglaterra era igualmente volúvel, pois ele tinha que considerar que o rei inglês era seu suserano do Condado de Richmond e, portanto, detinha considerável influência. Em 1409, ele jurou homenagem a Henrique IV, o que lhe valeu as recriminações de sua esposa, filha de Carlos VI, seu suserano francês, e as ameaças de João Sem Medo, que propôs que o rei atacasse a Bretanha. Um acordo foi alcançado, mas ninguém podia realmente confiar em João V, cujo irmão mais novo, Arthur, detinha o título de Conde de Richemont. O Duque da Bretanha não podia se dar ao luxo de romper com o Rei da França nem com o Rei da Inglaterra. Boas relações marítimas com a Grã-Bretanha também eram essenciais para o comércio da península. Na França, os mercenários bretões eram numerosos nos exércitos de ambos os lados, e sua reputação era formidável. Finalmente, havia muitos bretões na comitiva real, como Tanguy du Chastel, que, embora não formassem um partido organizado, ocupavam posições importantes e podiam influenciar as políticas da monarquia.

O partido Armagnac, portanto, carece de um líder credível: esta é uma das suas principais fraquezas. Idosos demais, jovens demais, modestos demais, inconstantes demais, os líderes da coligação formam um grupo heterogéneo e cacofónico. Quanto à base, é composta por territórios dispersos. Existe ao menos um programa comum entre os líderes? Superficialmente, sim. Perante a ideia retrógrada de uma monarquia feudal defendida por João Sem Medo, os príncipes aliados defendem a ideia de um Estado forte e centralizado, baseado numa burocracia eficiente e num sistema fiscal de alto desempenho. Mas este programa, por mais moderno que seja, tem duas grandes desvantagens: primeiro, é realmente credível que príncipes e grandes senhores feudais, cuja principal preocupação é fortificar o seu principado e feudo, se tornem defensores de uma monarquia forte e centralizada? Por outro lado, este programa, ao contrário do do Duque da Borgonha, é muito impopular: o ódio aos impostos e aos cobradores de impostos é um reflexo social intemporal. O aparelho estatal e seus funcionários tendenciosos e corruptos são alvos principais. Some-se a isso a ferocidade dos mercenários de Armagnac e da Bretanha que rondam Paris e cujos feitos são amplificados por boatos, e temos a explicação para a hostilidade demonstrada pelos parisienses em relação às "bandés" (termo pejorativo para os rebeldes).

O episódio Cabochien (1413)

O confronto entre as duas facções começou com a reunião dos Estados Gerais de Languedoc no Hôtel Saint-Pol, em 30 de janeiro de 1413, para votar um imposto que cumpriria as promessas feitas em Clarendon. Os ingleses estavam em Bordéus, aguardando um pretexto para retomar a devastação. A resposta foi clara: não queremos um imposto, mas sim reformas. O delegado de Paris era um monge de Saint-Denis, Benoît Gentien, mestre em teologia. Diante de uma grande e agitada multidão nos jardins do Hôtel Saint-Pol, ele denunciou os conflitos entre os príncipes, que

atribuiu ao assassinato do Duque de Orléans, ao esbanjamento do dinheiro do rei, e exigiu a suspensão das pensões pagas aos príncipes pelo rei, cujo principal beneficiário era o Duque da Borgonha.

Não era isso que a multidão esperava. Gentien, na verdade, expressava os desejos da burguesia empresarial, os financistas do partido Armagnac. Em 13 de fevereiro, numa grande assembleia com a presença do rei, do delfim, de João Sem Medo, de seu irmão e filho mais velho, dos duques da Lorena e da Baviera (este último irmão da rainha), o carmelita Eustache de Pavilly expressou o ponto de vista borgonhese: o Armagnac era o causador de problemas; o parlamento e a Câmara de Contas deviam ser reformados, o número de funcionários reduzido e eles deviam ser obrigados a pagar seus salários, como fora feito com o prefeito dos comerciantes e o prefeito de Paris; as pensões pagas além dos salários deviam ser abolidas. E para tudo isso, o exemplo do glorioso Duque da Borgonha devia ser seguido.

Mas as coisas pioraram: Carlos VI enfrentava outra crise, e era o Delfim Luís quem presidia o conselho. Aos dezesseis anos, ele já tinha sua própria visão de mundo. Culto, amando livros e artes mais do que armas, jogos de azar e mulheres mais do que religião, tinha má reputação: era criticado por seus gastos extravagantes, seus hábitos luxuosos e suas infidelidades conjugais, ainda mais graves porque sua esposa era Margarida da Borgonha, filha de João Sem Medo. Por conselho dos príncipes, o Delfim demitiu seu chanceler borgonhese, Jean de Nesle, e o substituiu por um especialista em Armagnac, Jean de Vailly, e em 27 de abril reconduziu Pierre des Essarts à prepretidão de Paris.

Os borgonheses então tomaram as rédeas da situação. Para pressionar o Delfim, instigaram uma grande manifestação popular "espontânea" naquele mesmo dia na Place de Grève, em frente à Prefeitura. A maior parte das tropas era composta por açougueiros, liderados por Simon Caboche, um açougueiro cuja função era abrir cabeças de animais. Homens de sangue, com reputação de violência, os açougueiros eram, na verdade, uma das profissões mais bem organizadas de Paris. Detinham o monopólio do comércio de gado e da venda de carne, e faziam parte da burguesia local. Frequentemente ricos, eram credores do rei e aliados da guilda dos mercadores de vinho, que apoiavam unanimemente o Duque da Borgonha. Rivais da Liga Hanseática dos Mercadores de Água, que negociava tecidos preciosos, ouro, prata e mercadorias raras, e que era leal ao partido do Armagnac. Mais ricos ainda, também forneciam pessoal administrativo, uma carreira vedada aos açougueiros. Em contrapartida, os açougueiros, juntamente com seus criados e companheiros, contavam com um grupo de capangas habilidosos no manejo da faca. Eles eram profundamente gratos a João Sem Medo por restaurar as instituições municipais parisienses e permitir-lhes o acesso ao gabinete do vereador. Ocupavam uma posição de destaque na milícia burguesa.

Ao lançá-los contra o Delfim, os borgonheses corriam o risco de serem rapidamente subjugados. Em 28 de abril, os revoltosos exigiram a cabeça de Pierre des Essarts, arrombaram as portas do Hôtel Saint-Pol e forçaram o Delfim a entregar cinquenta membros de sua comitiva. Os caboquianos dominavam Paris. Em maio, sitiaram o Hôtel Saint-Pol diversas vezes. Capturaram Luís da Baviera, irmão da rainha, e massacraram prisioneiros. Nos dias 26 e 27 de maio, em uma lit de justice (sessão real do Parlamento de Paris), Carlos VI foi forçado a proclamar a Ordenança Caboquiana, um importante texto de reforma que correspondia ao programa borgonhese, elaborado por uma comissão de doze membros nos três meses anteriores. O texto incluía críticas aos gastos excessivos da corte, ao nepotismo e à corrupção de funcionários. Os 258 artigos se perdem em detalhes intermináveis, como o salário do relojoeiro de Vincennes, mas nenhuma medida concreta importante é decidida: o número de funcionários deve ser reduzido, e os que permanecerem terão

que se contentar com seus salários; homens sábios devem ser escolhidos. A Ordenança é mais um texto de reflexões morais, voltado para um passado mítico onde tudo era melhor porque os líderes eram mais honestos. A visão utópica de Caboch tenta resistir ao curso da história; faz parte de uma série de manifestações que, no final do século XIV e início do século XV , expressaram a indignação popular contra a crescente eficiência do aparato estatal, com sua carga tributária, a proliferação de cargos, o rápido enriquecimento dos chefes da administração, o esplendor ostentoso dos funcionários, tudo isso em um contexto de crise econômica, social e política. O Estado monárquico se expande, a pobreza aumenta, as desigualdades se aprofundam, tornam-se mais visíveis e, portanto, mais chocantes. Os revoltosos de 1413 estabeleceram uma relação causal a partir disso.

Mas a maioria dos parisienses logo se cansou da desordem e da violência diárias. Os príncipes haviam reunido tropas na Normandia. Em 28 de julho, concluíram um acordo em Pontoise com os representantes do rei. João Sem Medo não teve escolha senão acatar. Em 4 de agosto, delegações das instituições parisienses — a Universidade, o Parlamento, o Capítulo e a Câmara de Contas — foram ao Hôtel Saint-Pol para apresentar a Carlos VI, agora lúcido novamente, sua aprovação do acordo de Pontoise. Juntamente com representantes da burguesia, exigiram paz e a libertação dos prisioneiros. Então, o Delfim, em armadura, os conduziu ao Louvre e ao palácio real, onde Luís da Baviera e os outros prisioneiros foram libertados. Os Cabochiens, que se reuniram na Place de Grève, viram-se isolados, assustados, e se dispersaram.

O herói do dia é o Delfim, que faz um discurso na Prefeitura. A derrota dos Cabochiens também é um triunfo para os príncipes e para o partido Armagnac, que nomeia seus apoiadores para todos os cargos-chave. O Duque da Borgonha perdeu o jogo. Ele então tenta outra manobra de poder: sequestrar o rei, que recaiu em sua loucura. Em 27 de agosto, sob o pretexto de levá-lo para um passeio no Bois de Vincennes, ele organiza a fuga. Mas os burgueses parisienses desconfiam, e Luís da Baviera, guarda do portão de Saint-Antoine, manda prender os fugitivos. O rei é trazido de volta a Paris, e João Sem Medo foge para Flandres. Quatro dias depois, os príncipes entraram em Paris em triunfo: o Duque de Orléans e seu irmão Filipe, o Duque de Bourbon e o Conde de Alençon, recebidos pelo Duque de Berry, o Chanceler e o Prefeito da cidade, dirigiram-se ao Palácio da Cidade, onde Carlos VI, Isabel e o Delfim os aguardavam. No dia seguinte, prestaram juramento de defender o Tratado de Pontoise.

Henrique V, árbitro das facções francesas (1413-1415)

Com os Armagnacs no controle de Paris, a repressão recaiu sobre os Cabochiens, com sua parcela de execuções sumárias. O Duque da Borgonha então voltou-se mais uma vez para a Inglaterra, onde reinava um novo soberano, bastante disposto a ouvi-lo. De fato, Henrique IV havia falecido em 20 de março de 1413. Seu filho, Henrique, Príncipe de Gales, tornou-se Henrique V. Ele estava firmemente convencido de que o Rei da França, "contra Deus e contra toda a justiça", estava retendo ilegalmente o que lhe pertencia, e estava determinado a recuperá-lo.

O homem que se tornaria o flagelo dos franceses era um príncipe de vinte e seis anos quando ascendeu ao trono. Os feitos de seu curto reinado inevitavelmente deram origem a uma lenda, mais uma vez consagrada pelo gênio de Shakespeare: a de um jovem que revela brutalmente suas habilidades ao mundo após tê-las ocultado durante uma juventude dissoluta. Devemos abandonar essa noção romantizada da súbita revelação do herói e retornar a uma imagem mais autêntica, fornecida por crônicas mais confiáveis, como a *Gesta Henrici Quinti* , escrita por um escrivão da capela real. Essas crônicas revelam que a característica dominante desse rei guerreiro era, acima de tudo, a piedade, poderíamos até dizer fanatismo religioso. Tudo o que ele fazia, realizava

impiedosamente porque estava convencido de que agia em nome de Deus. De fato, as primeiras medidas de seu reinado foram o fortalecimento das ações contra os lolardos, pelo Parlamento de Leicester, em abril de 1414.

Este flagelo de Deus estava absolutamente convicto: o Deus dos exércitos apoiava os Lancaster. Segundo a *Gesta* , ele estava determinado a realizar "aquilo que contribui para a honra de Deus, para a expansão da Igreja, para a libertação de seu país e para a tranquilidade dos reinos, especialmente os dois reinos da Inglaterra e da França, para que pudessem ser mais coerentes e unidos". Defensor da ortodoxia, amante da teologia e visitante frequente de santuários e locais de peregrinação, ele nunca deixava de consultar autoridades religiosas antes de suas grandes empreitadas, e sua propaganda se preocupava particularmente em provar que sua guerra era justa. É impossível saber em que medida essa atitude era genuína piedade e em que medida era cálculo político, mas sua aparente convicção de ser um guerreiro de Deus o inspirava a se comportar com crueldade, até mesmo ferocidade. Ele travou suas guerras no espírito de uma cruzada. De fato, o grande objetivo de sua vida era a reconquista de Jerusalém. Nada é mais perigoso do que um homem desse tipo quando ele também possui as capacidades intelectuais e militares para corresponder às suas convicções. Henrique V foi um grande guerreiro, forjado nas batalhas travadas por seu pai no País de Gales e no Norte. Seus talentos políticos eram mais limitados e seus objetivos, irrealistas. Em última análise, como escreveu o historiador britânico E.F. Jacob, "Em última análise, ele era um aventureiro, não um estadista: o risco que assumiu com a criação de uma monarquia dual era muito grande, dependia de muitos fatores e ele compreendeu mal a natureza da França". Henrique V carecia de realismo, e esse tipo de homem é uma calamidade, porque a força de suas convicções e o poder de seus meios de ação o levaram a esmagar cegamente todos os obstáculos em uma tentativa de alcançar quimeras.

Este era o homem com quem João Sem Medo iniciou, imprudentemente, negociações já em junho de 1413. Uma delegação borgonhesa chegou a Dover e realizou conversas preliminares em Canterbury durante uma semana. No final de julho, uma embaixada inglesa, composta por Henrique Chichele, Bispo de St. David's, Ricardo Beauchamp, Conde de Warwick, Guilherme, Lorde Zouche, Tenente de Calais, e Henrique, Lorde Scrope de Masham, desembarcou em Calais para discutir "certos artigos e assuntos secretos". Falava-se de um possível casamento entre Henrique V e uma filha de João Sem Medo, com a potencial cessão de Cherbourg, Le Crotoy e Caen. Reuniões ocorreram com o próprio Duque da Borgonha em 15 de setembro em Bruges e em 19 de outubro em Lille. Mas, ao mesmo tempo, os embaixadores ingleses se reuniam com representantes da Armagnac em Leulinghen. Henrique V estava sondando ambos os lados para ver o que poderia ganhar com eles. A questão dinástica volta a ser levantada, com cada lado apresentando documentos que comprovam seu direito de reivindicação.

Em 8 de outubro de 1413, o Arcebispo de Bourges, Guilherme Boisratier, e o Condestável Charles d'Albret foram enviados a Londres, e decidiu-se estender a trégua por um ano, a partir de 2 de fevereiro de 1414. No final de fevereiro, outra embaixada inglesa chegou a Paris, desta vez para discutir um possível casamento entre Henrique V e Catarina, filha de Carlos VI. A jovem tinha treze anos, mas o Duque de York, que a vira, fizera um relato entusiasmado ao rei sobre sua beleza. O Lancaster ficou intrigado, mas não perdeu de vista seus objetivos políticos, particularmente a obtenção da coroa francesa. Foi para discutir este assunto a fundo que ele enviou uma embaixada formal a Paris em 11 de julho, acompanhada pelo Conde de Salisbury, dois bispos e um especialista em direito, Henry Ware.

Após as esplêndidas festividades oferecidas pelo Duque de Berry, os trabalhos começaram. Os ingleses levantaram a questão do resgate não pago de João, o Bom, como aperitivo. Em seguida, veio o prato principal: o Bispo de Norwich, Richard Courtenay, exigiu a mão de Catarina em casamento e a coroa da França em nome de seu rei. Os franceses chamaram isso de "exigência incivil", ou seja, insultuosa e exorbitante. Os ingleses declararam-se prontos para fazer concessões: contentar-se-iam, em plena soberania, com a Normandia, Touraine, Maine, Anjou, Flandres, Bretanha, toda a Aquitânia, incluindo Poitou, Angoumois, Périgord, Quercy, Rouergue e Agenais; além, é claro, do resgate integral não pago de João, o Bom; dois milhões de coroas para o dote de Catarina; e, finalmente, metade da Provença. Este último pedido baseia-se no facto de Thomas e Henry, filhos de Edmund Crouchback, parentes do rei, reivindicarem direitos sobre esta província: Edmund Crouchback era sobrinho de Eleanor da Provença, esposa, no século XIII , de Henrique III e filha do Conde da Provença, Raymond Berenger.

Essas exigências, vindas de um rei cuja dinastia ainda era frágil e que detinha apenas Calais e Bordéus na França, eram verdadeiramente espantosas e sugeriam que haviam sido apresentadas unicamente para encontrar um pretexto para retomar a guerra. O mais surpreendente era que os franceses se dessem ao trabalho de discuti-las, sem dúvida para ganhar tempo: pela Provença, consultariam Anjou; pelo dote, chegariam a 600.000 coroas; pelo resgate, esperariam até que o rei recuperasse de fato o controle de todo o reino; pelos territórios, estavam dispostos a ceder a Aquitânia, do Charente aos Pirenéus. Isso já era muito generoso, mas seria sincero?

Ao mesmo tempo, Henrique V negociava com João Sem Medo, cujos enviados estavam em Londres. Também desse lado estava Catarina, uma bela jovem quase púbere, filha do Duque da Borgonha, que se casaria com o rei. João Sem Medo prometeu apoiar a conquista da França pelo rei inglês e reconhecê-lo como seu soberano; Henrique V prometeu enviar-lhe 500 homens de armas e 200 arqueiros para conquistar as possessões de Orléans e Bourbon.

Em todo caso, Lancaster estava determinado a declarar guerra desde o início. Toda essa atividade diplomática era apenas uma manobra para ganhar tempo e concluir seus preparativos. Desde o início do verão de 1414, homens, equipamentos e suprimentos vinham convergindo para Southampton. Empréstimos estavam formando um cofre de guerra: 2.000 libras de Richard Whittington em julho de 1413, 1.000 libras de John Hende, 2.000 libras dos cidadãos de Londres e 1.300 libras do Bispo Beaufort. Em maio de 1414, o Grande Conselho votou a favor da proclamação dos direitos do rei à coroa francesa, responsabilizando antecipadamente os franceses por qualquer fracasso nas negociações. Em novembro, o Parlamento votou pela dupla décima e décima quinta emendas. O chanceler Edmund Beaufort, bispo de Winchester, meio-irmão de Henrique IV e, portanto, tio de Henrique V, declara que o rei está determinado a recuperar sua herança, a fazer valer seus direitos e convida seus súditos a lutarem por justiça, mesmo que isso signifique sacrificar suas vidas.

A questão estava resolvida. No entanto, em novembro de 1414, o Presidente da Câmara dos Comuns pediu ao rei que tentasse um último esforço diplomático. Em 12 de março de 1415, uma nova delegação foi enviada a Paris, na esperança de ganhar mais algumas semanas. Era liderada pelos bispos Langley e Courtenay, pelo Conde de Dorset, por Sir William Bourchier, por Sir John Phelip e pelo jurista Richard Holme. Representando a França estavam Boisratier, o bispo Pierre Fresnel de Noyon, o Conde de Eu e Guilherme Martel, Senhor de Bacqueville. No centro das negociações estava o casamento. Os ingleses tinham um novo argumento, pouco diplomático, mas muito ortodoxo: Santa Brígida acabara de receber uma revelação de que um casamento entre as casas da França e da Inglaterra poria fim ao conflito. Assim, Deus interveio nas negociações, mas

não especificou o valor do dote, o que levou a uma acirrada barganha. A situação estava longe do ideal: os ingleses inicialmente exigiram 2.000.000 de coroas; Os franceses responderam: não mais que 600.000; os ingleses fizeram uma nova oferta: 1.000.000, mais o enxoval; os franceses ofereceram 800.000, mais os vestidos e as joias. Uma disputa completamente inútil. No final de março, os ingleses declararam que seu mestre havia "oferecido ceder aos seus adversários uma grande parte do que lhe era de direito" e que, apesar disso, os franceses se recusavam a dar qualquer coisa em troca, "sem que sua embaixada relatasse qualquer benefício".

A sorte está lançada. Uma delegação francesa deve chegar no início do verão para tentar alcançar um acordo *de última hora* . Eles desembarcam em Dover em 17 de junho de 1415. Henrique V nem sequer os esperou. Ele já está a caminho de Southampton. De 2 a 6 de julho, eles simularão negociações mais uma vez. Concordam com um dote de 850.000 coroas, mas isso só leva a outro obstáculo: quando a princesa será trazida? Quanto aos territórios, permanece incerto. De qualquer forma, Henrique está com pressa; seus navios o aguardam. Ele declara que está determinado a tomar a coroa francesa a qualquer custo. Ao que o Arcebispo de Bourges retruca que ele nem sequer tem direito à coroa inglesa, usurpada por seu pai. Depois disso, ele não tem escolha a não ser partir, e rapidamente.

Henrique invocou Deus como testemunha de que fora forçado a ir à guerra devido à obstinação dos franceses. Em uma carta, declarou que tinha o dever moral, em sã consciência, de conquistar o trono da França, pois não poderia deserdar seus sucessores renunciando a ele. E seu capelão, autor da *Gesta* , lamentou a "dureza quase inflexível dos franceses". Em 6 de julho, o rei partiu de Winchester para Southampton. No Priorado de Titchfield, mandou fazer cópias do acordo secreto firmado com os Armagnacs em 1412, prometendo a Aquitânia em troca de ajuda inglesa, e as enviou ao Concílio de Constança para que circulassem entre os bispos e lhes dessem a maior publicidade possível. O concílio acabara de se reunir para tentar, mais uma vez, encontrar uma solução para o Cisma. Toda a Europa estava com os olhos e ouvidos voltados para a assembleia. É algo semelhante ao vazamento de um ato diplomático secreto para as Nações Unidas hoje em dia. Suficiente para desacreditar completamente os príncipes franceses aos olhos do público.

Após essa impressionante campanha de propaganda, um último incidente atrasou a partida: a descoberta de uma conspiração, envolvendo os Condes de Cambridge e Marck, para assassinar o rei e seus irmãos. Uma vez que os culpados foram presos, e os de posição inferior foram esquartejados, enforcados e decapitados, a expedição finalmente pôde deixar os portos de Portsmouth e Southampton em 11 de agosto de 1415. Ignorando Calais, Henrique V rumou, assim como seu bisavô Eduardo III sessenta e nove anos antes, para a Normandia. A história se repetiu. A guerra, agora com quase oitenta anos, recomeçou com renovado vigor.

7
A vitória incompleta de Lancaster

Agincourt, Troyes e a fragmentação da França (1415-1423)

Desde 1380, a guerra se arrastava. As operações tornaram-se esporádicas, os interesses em jogo diversificaram-se e as tréguas prevaleceram sobre as batalhas. A partir do verão de 1415, tudo se acelerou. Em cinco anos, o Reino da França entrou em colapso, minado pela guerra civil e abalado pelo desastre de Agincourt. Em cinco anos, Henrique V alcançou o que Eduardo III não conseguira em um quarto de século: o Tratado de Troyes consagrou o triunfo da dinastia Lancaster sobre a Valois, com a união das duas coroas. Uma vitória de Pirro, contudo: a França rapidamente se mostrou um adversário formidável para uma monarquia inglesa com recursos limitados. Os vencidos exauririam os vencedores. Um desfecho inevitável, especialmente após o surgimento de uma resistência interna que poderia ser descrita, de forma um tanto anacrônica, como nacional. Por alguns anos, porém, os contemporâneos puderam acreditar que a união dos dois reinos seria possível.

Agincourt (25 de outubro de 1415)

Qual era o verdadeiro objetivo de Henrique VIII ao desembarcar na costa francesa em 14 de agosto de 1415, na margem norte do estuário do Sena, em Chef-de-Caux? Permanece um mistério. Talvez nem ele mesmo soubesse. Certamente, ele tinha um exército considerável: aproximadamente 10.000 homens, incluindo 2.000 homens de armas, 6.000 arqueiros, além de infantaria e unidades especializadas, o que exigia 1.500 navios de todos os tamanhos para o transporte. Mas seria possível invadir a França com apenas 10.000 homens? Especialmente a partir de meados de agosto. E por que chegar pela Normandia, se Calais havia sido mantida a um custo altíssimo por setenta anos para servir como porta de entrada para o Reino da França? O rei estaria simplesmente vindo para um ataque, uma expedição de arado? Se sim, para onde ele iria: Calais ou Bordéus? Ele queria subir o vale do Sena e atacar o coração de Paris? Ele sabia muito bem que Paris não poderia ser tomada em poucas semanas com tão poucos homens. Então?

Sem dúvida, ele depositou grandes esperanças nas divisões internas do exército francês. De fato, o exército francês estava despreparado, embora o desembarque fosse esperado há meses. Além disso, ao chegar pela Normandia, Henrique queria demonstrar sua autoridade. Calais era a porta de entrada do invasor. O Sena era a estrada real do soberano legítimo, e foi exatamente assim que ele se apresentou. Imediatamente, mandou ler uma proclamação, restaurando os privilégios dos normandos. Dessa forma, esperava uma mobilização maciça de apoio. Provavelmente, não tinha um plano preestabelecido: suas decisões seriam tomadas com base nos acontecimentos.

Primeiro, era preciso assegurar um porto que permitisse manter as comunicações com a Inglaterra. Numa época em que Le Havre ainda não existia, Harfleur era o local ideal. A cidade era pequena, mas suas defesas eram eficazes: um bastião avançado no lado oeste, um fosso, uma muralha com torres nos cantos e três portões com pontes levadiças. No interior, estavam posicionados 400 homens de armas, liderados por Raoul de Gaucourt, um capitão competente. Um cerco em grande escala seria necessário, com trincheiras, obras de minagem e um bloqueio do porto pela marinha inglesa. A cidade foi fortemente bombardeada; os ataques foram repelidos. E

então, com o calor do final do verão nos pântanos do estuário, a disenteria atingiu os sitiantes. As perdas foram consideráveis, mesmo entre os líderes: os Condes de Suffolk e Arundel, e o Bispo Courtenay, morreram durante o mês de setembro. A situação está se tornando cada vez mais frustrante: há um mês, a grande expedição está parada a dez quilômetros do ponto de desembarque, em frente a uma pequena cidade de 3.000 habitantes. Nesse ritmo, a conquista da França começa mal. Em 18 de setembro, após várias horas de bombardeio, outro ataque é repelido. Eles precisam chegar a um acordo. Raoul de Gaucourt sabe que o desfecho é inevitável. Ele promete render a cidade se nenhum reforço chegar antes do dia 22. E eles chegam. No entanto, as forças francesas não estão longe: o Condestável Charles d'Albret está do outro lado da rua, em Honfleur; o Marechal Boucicaut está em Caudebec; o Delfim está em Rouen. Mas ninguém se move. Harfleur se rende.

A partir dessa vitória inglória, Henrique V pretendia criar uma nova Calais. Em 23 de setembro, após realizar suas devoções descalço na Igreja de Saint-Martin, ele ordenou um censo completo dos habitantes e de suas propriedades. Os cidadãos mais ricos foram enviados à Inglaterra para serem resgatados; os demais foram simplesmente expulsos; suas casas e mobílias foram oferecidas gratuitamente a ingleses que se voluntariassem para se estabelecer em Harfleur; 60 cavaleiros e 200 nobres capturados foram libertados sob palavra: o rei, não querendo se sobrecarregar com prisioneiros, pediu-lhes que retornassem a Calais antes de 11 de novembro, data em que seus resgates seriam determinados. Isso indica que, a partir desse momento, Henrique V pretendia marchar para o norte. Era início de outubro; tarde demais para uma campanha séria.

Em 8 de outubro, com um exército reduzido a cerca de 6.000 ou 7.000 homens e levemente equipado, ele partiu, passando por Fécamp, Arques e Eu, em direção ao estuário do Somme, com o objetivo de atravessá-lo no mesmo vau que Eduardo III em 1346: Blanche Taque. Mas a situação tornou-se alarmante. Henrique era escoltado, a uma distância segura, por uma força francesa; o vau estava intransitável, bloqueado na outra margem por outro destacamento. Eles tiveram que subir o vale do Somme para encontrar uma travessia, que finalmente encontraram em Béthancourt e Voyennes. Atravessaram em 20 de outubro, mas agora uma batalha era inevitável, e em condições extremamente desfavoráveis.

Contudo, reunir o exército francês provou ser difícil. Orléans e Armagnac não queriam a presença de João Sem Medo, temendo sua traição. Consequentemente, o Duque da Borgonha não enviou tropas e proibiu seu filho e a nobreza da Picardia de se juntarem ao exército real. O Duque da Bretanha também não estaria presente: João V, ainda indeciso entre os dois reis, procedeu com cautela e lentamente, para chegar depois da batalha. Além disso, entre os príncipes, havia divergências sobre a tática a ser adotada. O velho Duque de Berry, com setenta e cinco anos, não havia esquecido a Batalha de Poitiers; como os capitães mais experientes, Albret e Boucicaut, ele teria preferido deixar os ingleses passar e, em vez disso, retomar Harfleur. Por outro lado, os homens mais jovens — Carlos de Orléans tinha vinte e quatro anos; João de Alençon, trinta; João de Bourbon, trinta e três — sonhavam com uma batalha. Jean de Berry, "muito irritado por terem aceitado a batalha", diz o arauto Berry, simplesmente conseguiu que o rei e o delfim permanecessem em Rouen, onde o conselho de guerra estava sendo realizado: Berry "tinha grandes dúvidas sobre a batalha, porque estivera na batalha de Poitiers, onde seu pai, o rei João, fora capturado, e disse que era melhor perder apenas a batalha do que perder tanto o rei quanto a batalha".

Apesar de tudo, um exército de aproximadamente 20.000 homens foi reunido, pois o entusiasmo era grande. O escudeiro Jean Le Fèvre de Saint-Rémy relata que "por todos os lados, as pessoas vibravam, como se estivessem indo para um torneio de justas ou outro evento

cerimonial". De Rouen, um destacamento acompanhou de perto a marcha de Henrique V, enquanto o grosso das tropas seguia em direção ao Somme. Depois que os ingleses cruzaram o rio, arautos foram enviados para avisá-los de que uma batalha seria travada diante de Calais. O terreno mais favorável ainda precisava ser encontrado. Para isso, Henrique prosseguiu, com o exército francês sempre em seu flanco direito. Finalmente, em 24 de outubro, os ingleses descobriram que seu adversário havia decidido bloquear sua rota, posicionando-se entre as vilas de Agincourt e Tramecourt. Foi ali que a batalha ocorreria.

A escolha do terreno pelos comandantes franceses foi absurda. Embora superassem os ingleses em número de três para um, aglomeraram-se num local que os privou da sua vantagem numérica: um espaço aberto com um quilómetro de largura entre dois bosques. Ali, 20.000 homens foram amontoados, divididos em três formações de cavaleiros desmontados: na linha da frente, os nobres mais importantes, que acreditavam ter o direito de lutar primeiro; atrás deles, agrupados em vinte ou trinta fileiras, os combatentes menos prestigiados, mas muito mais experientes; e, finalmente, na reserva, algumas centenas de escudeiros que nunca teriam a oportunidade de intervir. Nos flancos: a cavalaria, cuja função era dispersar os arqueiros ingleses no início da batalha. Como não havia espaço suficiente para todos, deixaram deliberadamente de fora as tropas de longo alcance, como observou o cronista Jean Le Fèvre de Saint-Rémy: "Tinham arqueiros e besteiros suficientes; mas recusaram-se a deixá-los disparar." E a razão era o tamanho do espaço, tão estreito que só havia lugar para os homens de armas. Eles claramente pensavam que três contra um, a pura superioridade numérica, seria suficiente para esmagar os ingleses. Nem sequer sabiam quem estava no comando. Havia uma espécie de grupo, incluindo os Duques de Orléans, Alençon e Bourbon, o Condestável d'Albret e o Marechal Boucicaut. Formaram-se para a batalha na noite do dia 24 e passaram a noite em trajes de combate, sob uma chuva torrencial que transformou os campos num lamaçal. Ao amanhecer, estavam longe de estar em sua melhor forma.

Em frente a eles, Henrique V dispôs suas escassas tropas da maneira tradicional. Nenhuma inovação tática: uma fina linha de homens de armas no centro; nos flancos, sempre ligeiramente deslocados para a frente, os arqueiros, com suas estacas, que cravavam facilmente na lama. Estavam em formação cônica e moviam-se rapidamente. Atrás deles, o comboio de bagagens. Todos estavam cansados das marchas anteriores; as rações de comida tinham sido escassas, e os soldados haviam solicitado que a batalha fosse travada já no dia 25, pois os suprimentos estavam se esgotando. O rei, ainda convicto do apoio de Deus, parecia confiante. Pelo menos, foi o que afirmaram os cronistas ingleses após a batalha. Quanto a Shakespeare, atribuiu-lhe um magnífico monólogo sobre as responsabilidades do cargo real enquanto ele passeava incógnito pelos acampamentos…

Na manhã de 25 de outubro, todos acordaram cedo. Fizeram suas necessidades ali mesmo, o que nem sempre era conveniente com as armaduras. Em seguida, veio o impasse ritual, ao alcance da voz, que durou três horas. Por volta das 10h, Henrique V ordenou que seus arqueiros avançassem. A cavalaria francesa os atacou; a lama dificultou o progresso dos pesados cavalos blindados; uma chuva de flechas caiu; as primeiras fileiras recuaram, formando uma muralha de cavalos e homens na qual as fileiras seguintes se enredaram; no centro, o primeiro corpo principal da batalha, o dos nobres franceses, avançou para o combate corpo a corpo; a linha inglesa cedeu sob o peso do número de homens, mas rapidamente os arqueiros cercaram os homens de armas pelos flancos, dispararam pelas laterais e por trás, abatendo centenas de combatentes, finalizados com facas e machados; os nobres, cercados, renderam-se e foram massacrados. De repente, gritos ecoaram por trás das linhas inglesas: invasores franceses estavam saqueando o trem de bagagens.

Henrique V acreditou que fossem reforços franceses da Borgonha ou da Bretanha; imediatamente ordenou a execução de todos os prisioneiros, temendo que pegassem em armas novamente. A ordem foi obedecida a contragosto: resgates lucrativos perdidos! O restante do exército francês sequer teve chance de intervir. Com todos os líderes das fileiras da frente mortos, o resto fugiu. Assim, mais ou menos, se desenrolou a Batalha de Agincourt: uma hora de combate, três horas de perseguição aos soldados em fuga, e a França estava à mercê do Rei da Inglaterra.

No final da tarde, era a vez dos saqueadores: soldados e camponeses da região vasculhavam o ossuário, acabando com aqueles que ainda não estavam mortos e despojando-os de "suas roupas de cama, lençóis, calças, meias e todas as outras vestimentas", diz Monstrelet, deixando-os "tão nus quanto quando saíram do ventre de suas mães". O saldo humano foi terrível para os franceses: sem dúvida, mais de 1.500 cavaleiros e 5.000 homens de armas pereceram, incluindo os duques de Alençon, Bar e Brabante; os condes de Nevers, Vaudémont, Marle, Blamont, Roucy, Dammartin, Vaucourt e Fauquemberg; o condestável d'Albret; e o almirante Jacques de Châtillon. Henrique V atribui todo o mérito do massacre ao próprio Deus: "Não cometemos este massacre, mas foi obra do Deus Todo-Poderoso, como acreditamos, por causa dos pecados dos franceses", diz Monstrelet. E, no entanto, há prisioneiros, pois o rei teve o cuidado de poupar seu próprio povo, o que lhe renderá resgates substanciais: os Duques de Orléans e Bourbon, o Marechal Boucicaut, Arthur de Richemont, irmão do Duque da Bretanha, Charles d'Artois, Conde de Eu, e os Condes de Vendôme e Harcourt. É improvável que alguns recuperem a liberdade tão cedo: Charles d'Orléans é condenado a vinte e cinco anos, o que lhe dará bastante tempo para escrever poesia. A aristocracia francesa foi dizimada, e o pagamento dos resgates arruinará muitas famílias. Do lado inglês, aproximadamente 300 homens de armas, cerca de vinte cavaleiros e dois lordes de alta patente — o Duque de York e o Conde de Suffolk — foram perdidos. O pequeno povoado de Azincourt, *ou Agincourt,* como os ingleses o chamam, tornou-se repentinamente famoso na Festa de São Crispim e São Crispim.

Um interlúdio diplomático (1416)

E agora? Para Henrique V, a tarefa era aproveitar ao máximo a vitória. Contudo, por ora, com um exército exausto, a campanha estava encerrada. Em 16 de novembro, ele embarcou em Calais. O Parlamento votou com entusiasmo pela renovação do décimo e do décimo quinto estatutos, e concedeu ao soberano, vitaliciamente, a receita de certos direitos alfandegários sobre as exportações de lã e couro e as importações de vinho. Um novo desembarque na França era inevitável, já que a conquista parecia agora ao alcance. Mas isso não aconteceria em 1416. Este ano foi dedicado, em vez disso, ao fortalecimento da posição diplomática: prorrogação das tréguas com Flandres, encontro em outubro com João Sem Medo, que reconheceu os direitos de Lancaster ao trono francês e prometeu apoiá-lo quando chegasse a hora, e, sobretudo, uma visita do Imperador Sigismundo.

Ele chegou a Dover em 1º de maio · Vinha de Paris, onde mantivera longas conversas com o conselho do rei. Seu principal objetivo era pôr fim ao Cisma influenciando o Concílio de Constança. Acreditava que a reconciliação entre a França e a Inglaterra era essencial para alcançar esse objetivo, para que seus representantes falassem a uma só voz no conselho. Em Paris, deparou-se com um conselho dividido. O rei permanecia tão instável como sempre; o Delfim Luís havia falecido em 18 de dezembro de 1415, e seu irmão de dezoito anos, João, Duque de Touraine, agora detinha o título. O Duque de Berry desejava a paz; Bernardo d'Armagnac, que acabara de ser nomeado Condestável, queria a guerra. Ele havia se empenhado em recapturar Harfleur, que

recebera reforços ingleses em janeiro. Em março, Armagnac, com 6.000 gascões, obteve uma vitória em Valmont contra uma expedição inglesa que atravessava a Normandia para levar suprimentos a Harfleur. Isso o convenceu de que a situação poderia ser retificada, e ele organizou um bloqueio do porto normando com uma frota franco-genovesa. Sem ter conseguido nada em Paris, Sigismundo foi negociar em Londres, onde recebeu uma magnífica acolhida. Logo se juntaram a ele Guilherme, Conde de Hainaut, cunhado de João Sem Medo e do Delfim, e depois uma embaixada francesa liderada pelo Arcebispo de Reims. Assim, uma verdadeira conferência geral, da qual participaram os prisioneiros de Agincourt, teve início em Westminster em maio de 1416.

Eles falam de paz. É difícil saber o quão sinceros são. Para Henrique, a prioridade imediata é socorrer Harfleur, sua única conquista. Por isso, ele propõe uma trégua. Ele pretende, diz, contentar-se com o retorno ao Tratado de Brétigny. O Parlamento discorda. Agincourt precisa ser explorada. Mesmo assim, decide-se enviar uma embaixada a Paris para concluir uma trégua de três anos. Armagnac prolonga as discussões na esperança de que Harfleur caia antes que um acordo seja alcançado. Ao mesmo tempo, navios franceses chegam perto de Portsmouth e da Ilha de Wight. É o final de julho. Os ingleses não têm dificuldade em convencer Sigismundo da duplicidade francesa e, em 15 de agosto, o Imperador e o Rei da Inglaterra assinam o Tratado de Canterbury. É um acordo de ajuda mútua e aliança, pelo qual os dois soberanos se comprometem a apoiar um ao outro na defesa de seus direitos. Sigismundo aceitará quaisquer conquistas que Henrique fizer em seu reino da França, e Henrique reconhecerá qualquer recuperação de possessões por Sigismundo; cada um concorda em garantir os direitos do outro em qualquer tratado futuro com um terceiro; nenhum asilo será concedido a traidores e rebeldes do outro; mercadores ingleses e alemães terão livre acesso aos territórios de ambos os soberanos.

Este acordo isolou ainda mais o governo de Armagnac de Paris, cujas esperanças de recuperar Harfleur ruíram no próprio dia da sua assinatura: na Baía do Sena, o Duque de Bedford derrotou a frota anglo-genovesa e a cidade foi reabastecida. Em 5 de setembro, Henrique V foi a Calais para novas negociações com o Imperador e uma delegação francesa liderada por Gontier Col, Arcebispo de Reims. O único resultado foi uma breve trégua, de 9 de outubro de 1416 a 2 de fevereiro de 1417, que permitiu a Henrique V concluir os preparativos para a sua campanha de primavera. Pois ele nunca teve a intenção de fazer a paz. Queria colher os frutos da Batalha de Agincourt. No início de outubro, encontrou-se com o Duque da Borgonha, que lhe prometeu apoio assim que reconquistasse uma "parte significativa" do Reino da França.

O Tratado de Cantuária teve repercussões no Concílio de Constança, onde as tensões aumentaram entre os representantes franceses e ingleses. O Cardeal Pierre d'Ailly opôs-se à consideração da Inglaterra como nação no processo de votação, tal como a Espanha, a Itália e a França. Os prelados alemães, por outro lado, apoiaram os ingleses. As nações latinas também se opuseram à adoção das reformas propostas por Sigismundo antes da eleição de um novo papa.

Conquista da Normandia e assassinato de João Sem Medo (1417-1419)

Todos esperavam que as operações militares fossem retomadas no início de 1417. De fato, Henrique intensificou seus preparativos durante todo o inverno. Os dízimos e décimos quintos concedidos pelo Parlamento em novembro de 1416, somados aos dízimos votados pelas convocações — isto é, as assembleias eclesiásticas — de York e Canterbury, permitiram-lhe arrecadar 136.000 libras, o suficiente para equipar um exército de cerco de 12.000 a 15.000 homens. Desta vez, não se trataria de um mero ataque, mas sim de uma campanha sistemática de

conquista. Em 29 de junho de 1417, a frota franco-genovesa foi aniquilada pelo Conde de Huntingdon perto de La Hougue, um cabo que testemunharia muitos desastres navais franceses. O Canal da Mancha estava, portanto, livre, e em 23 de julho, Henrique V zarpou. Desembarcou novamente na Normandia, na foz do rio Touques, na região de Deauville e Trouville. Seu primeiro grande objetivo foi Caen, que ele sitiou com poderosas máquinas de cerco, capturou em 8 de setembro e saqueou sistematicamente, enquanto Gloucester tomava Bayeux e Clarence conquistava Lisieux. De lá, deixando John Talbot a oeste como escudo para impedir qualquer ataque da Península de Cotentin, e o Conde de Warwick diante de Falaise, o rei marchou em outubro em direção a Alençon, que foi rapidamente tomada. Desta vez, a Duquesa de Anjou, Yolande, estava preocupada, assim como o Duque da Bretanha. Ambos preferiram concluir uma trégua com Henrique, que duraria de novembro de 1417 a setembro de 1418. Bellême, Argentan e, em fevereiro de 1418, Falaise e Évreux caíram sucessivamente. A Baixa Normandia, com exceção de Cherbourg, havia sido conquistada em seis meses. Como o objetivo era estabelecer o domínio inglês permanente, as exigências e requisições tiveram que ser limitadas. Parte do suprimento vinha da Inglaterra. Henrique não podia se dar ao luxo de saquear seus próprios súditos normandos.

Por sua vez, o Duque da Borgonha não perdeu tempo em 1417. Seu objetivo era retomar Paris, onde o governo de Bernardo de Armagnac se tornava cada vez mais insuportável para a população, constantemente vigiada, espionada e sobrecarregada com impostos e empréstimos forçados. O Condestável manteve o rei e seu potencial sucessor, Carlos de Ponthieu, sob seu domínio por quatorze anos. De fato, a mortalidade era alta entre os delfins no início do século XV : após Luís, João havia falecido em 5 de abril, e a linhagem estava em perigo: Carlos era o último filho sobrevivente dos doze filhos de Carlos VI e Isabel. Isabel, aliás, estava em Tours. João, o Destemido, iria a Troyes buscá-la e se estabelecer com ela lá. Assim, cada um tinha seu peão: Armagnac tinha o rei, e a Borgonha tinha a rainha. Para vencer o jogo, João, o Destemido, concentrou-se em isolar Paris. Descendo o vale do Oise em setembro de 1417, ele capturou Beaumont-sur-Oise, graças à traição do senhor de L'Isle-Adam, e então avançou para o vale do Sena, ocupando Pontoise, depois Meulan, Mantes, e continuou seu avanço de cerco por Vernon, Chartres, Louviers e Évreux na primavera de 1418. O risco de atritos surgiu entre os ingleses e os borgonheses, cujas conquistas estavam perigosamente próximas. Nos primeiros meses de 1418, Henrique completou a ocupação da Baixa Normandia: o Duque de Gloucester tomou Vire, Carentan e Valognes; o Conde de Huntingdon conquistou Coutances em 16 de março; Avranches, Pontorson e Saint-James-de-Beuvron caíram simultaneamente; Domfront foi sitiada e seria tomada em julho. Finalmente, Cherbourg se rendeu no final de agosto. Tendo assumido o controle total da península de Cotentin e da Normandia, do rio Couesnon ao estuário do Sena, Henrique V concentrou todos os seus esforços em Rouen a partir de julho, após ter conquistado Pont-de-l'Arche. Nessa época, suas relações com o Duque da Borgonha estavam extremamente tensas.

João Sem Medo havia de fato recuperado o controle da situação no lado francês ao tomar Paris de surpresa na noite de 28 para 29 de maio de 1418. A cidade estava exausta do terror do Armagnac; a atividade econômica havia entrado em colapso e a moeda perdera todo o valor. Um grupo de burgueses conspirou com Villiers de L'Isle-Adam para abrir o portão de Saint-Germain. Tropas borgonhesas invadiram pelo oeste, enquanto o Delfim Carlos escapou por pouco para o leste graças a Tanguy du Chastel e se estabeleceu em Bourges. Saques e massacres começaram. Em meados de junho, com o rumor de um contra-ataque do Armagnac, uma multidão invadiu as prisões e matou centenas de detentos, incluindo o Condestável Bernard d'Armagnac, o Chanceler

Henri de Marle, seu irmão Jean de Marle, o Bispo de Coutances e o Primeiro Presidente Robert Mauger. No Châtelet, os prisioneiros foram expulsos pela fumaça; Aqueles que se atiravam das janelas eram empalados nas lanças dos soldados. Cadáveres eram mutilados e mulheres grávidas eram estripadas. A capital foi tomada por uma orgia de horrores, o início de uma longa série relatada no famoso *Diário de um Burguês Parisiense* . Marginalizados, mendigos e bandidos juntaram-se a açougueiros e soldados num surto de violência sem precedentes. O carrasco Capeluche, um verdadeiro psicopata, distinguiu-se pela sua fúria insana, com uma predileção particular por degolar mulheres.

Em 14 de julho, João Sem Medo, que até então permanecera em Troyes, entrou na capital acompanhado pela Rainha Isabel. Ele pôs fim ao massacre. Capeluche, que se tornara um tanto íntimo demais dele, foi decapitado por um carrasco improvisado, a quem ele próprio aconselhou sobre o procedimento. Uma vez que a ordem foi mais ou menos restabelecida, a população foi dizimada pela varíola. Como sempre, a epidemia foi muito mais mortal do que os piores massacres. Somente no Hôtel-Dieu, foram registradas 5.311 mortes; pelo menos 20.000 mortes em toda a cidade, três vezes mais vítimas do que em Agincourt. Paris entrou no período mais sombrio de sua história, devido à escala, duração e diversidade das catástrofes que a atingiram. Os negócios pararam: comerciantes e banqueiros foram mortos ou fugiram, a começar pelos estrangeiros.

Ao mesmo tempo, a algumas dezenas de quilômetros rio abaixo, Rouen também vivenciava seu próprio inferno. Os ingleses iniciaram o cerco em 30 de julho. Obras consideráveis foram realizadas para isolar completamente a cidade: fossos, aterros, paliçadas. Rouen era a segunda maior cidade da França, com talvez 50.000 habitantes. A guarnição era substancial e liderada por borgonheses, ilustrando a relação ambígua entre Henrique V e João Sem Medo, que em novembro fingiria vir em auxílio da capital normanda avançando até Pontoise. O verão e o outono de 1418 se passaram. Em dezembro, o povo de Rouen havia comido o último rato. O capitão Guy Le Boutellier expulsou as "bocas inúteis": milhares de mulheres, crianças e idosos se viram em terra de ninguém entre as muralhas e as paliçadas inglesas. Henrique V se recusou a acolhê-los; foram deixados para morrer de fome e frio nos fossos. O cerco já durava seis meses. Em Rouen, corria o boato de uma tentativa de ataque suicida após incendiar a cidade. O rumor preocupou Henrique V, que não desejava herdar um monte de ruínas. Encorajado pelo Arcebispo de Canterbury, Henrique Chichele, ele negociou a rendição: o povo de Rouen pagaria 300.000 coroas, juraria fidelidade ao Rei da Inglaterra e a guarnição seria feita prisioneira. Em 19 de janeiro de 1419, a cidade se rendeu.

A situação era a seguinte: enfrentando os ingleses, senhores da Normandia, o Reino da França tinha dois governos: um em Paris, com o Duque da Borgonha, que governava o rei e a rainha e controlava territórios com fronteiras muito vagas na região da Île-de-France, ao norte e leste; o outro em Bourges, com o Delfim Carlos, que agora se apresentava como o verdadeiro líder dos Armagnacs e que contava com Berry, Touraine, Anjou, Poitou, Bourbonnais e algumas posições-chave na Île-de-France. Seguiram-se negociações complexas entre os três parceiros, nas quais cada um buscava superar os outros em manobras e onde todos tentavam enganar uns aos outros. O objetivo do jogo era que cada jogador colocasse os outros dois uns contra os outros e os ajudasse a se destruírem mutuamente, apoiando um deles. Henrique, João e Carlos tinham cartas na manga, mas no início de 1419, Henrique possuía o maior número de trunfos. Ele foi, portanto, abordado pelos outros dois durante as confusas negociações.

Durante o cerco de Rouen, os representantes ingleses encontraram-se pela primeira vez com os do Delfim em Alençon. Continuaram a divergir quanto à extensão dos territórios reivindicados pelo Rei da Inglaterra em troca de uma possível renúncia à coroa francesa. Como esse contato

inicial não rendeu frutos, os ingleses receberam os negociadores borgonheses. Henrique V queria a Normandia, que já controlava, toda a Aquitânia dentro das fronteiras estabelecidas em Brétigny, Ponthieu, a filha do rei e um dote de um milhão de coroas de ouro. Vale destacar uma inovação significativa no procedimento dessas negociações: pela primeira vez, os ingleses recusaram-se a usar o francês como língua diplomática. Henrique V declarou que não o entendia mais do que os membros de seu conselho e solicitou o uso do latim para a transcrição dos documentos, com cada parte se comunicando oralmente em sua língua nativa. Este foi mais um passo rumo ao reconhecimento das identidades francesa e inglesa.

No início da primavera de 1419, um novo encontro foi planejado entre os ingleses e os Armagnacs: Henrique V e o Delfim concordaram em se encontrar em 26 de março entre Évreux e Dreux. No entanto, temendo uma armadilha, Carlos não compareceu. Henrique então se voltou para o Duque da Borgonha. Outro encontro foi marcado, primeiro para 30 de março, depois para 30 de maio. Desta vez, era mais sério. Uma trégua foi acordada para preparar a conferência, que ocorreu em Meulan, em uma área cuidadosamente preparada: cada lado trouxe 1.500 soldados, encurralados em dois recintos com paliçadas, a meio caminho entre os quais os líderes dos dois lados se encontraram. João, o Destemido, trouxera Carlos VI, Isabel e a jovem Catarina, para que o Rei da Inglaterra pudesse finalmente ver sua potencial futura esposa. Henrique V foi escoltado pelos Duques de Clarence, Exeter e Gloucester, pelo Arcebispo Chichele e pelo Bispo Beaufort. As discussões se arrastaram por mais de seis semanas, sempre girando em torno das mesmas questões: Henrique V receberia também Maine, Anjou, Touraine, Bretanha e Flandres, além da Normandia e Aquitânia? Qual seria o dote de Catarina? Os ingleses queriam um milhão de coroas; os franceses ofereceram 800 mil, das quais 600 mil seriam deduzidas referentes ao dote de Isabel, viúva de Ricardo II, que ainda não havia sido devolvido. Isso deixaria 200 mil. Inaceitável, disseram os ingleses.

No exato momento em que negociavam com Henrique V em Meulan, os borgonheses negociavam também, a poucos quilômetros de distância, em Pontoise, com os Armagnacs. Os contatos já haviam sido feitos no ano anterior por intermédio do Cardeal Orsini, agente do novo Papa Martinho V, o único pontífice de uma Igreja finalmente reunificada pelo Concílio de Constança. Ambos os lados sentiam a necessidade de se unir contra o gigante inglês, que ameaçava devorar a todos. A posição do Delfim se fortalecia. Ele havia recebido tropas escocesas via La Rochelle; os Armagnacs acabavam de capturar Beaumont-sur-Oise e Bonneval, e na Picardia, dois de seus capitães se destacavam: Étienne de Vignoles, apelidado de "La Hire", e Jean de Xaintrailles, conhecido como Poton, que tinha apenas dezenove anos, mas um futuro brilhante como líder de bandidos pela frente. Em suma, o Delfim, ele próprio com apenas dezesseis anos, representava agora uma força considerável. João Sem Medo, após o fracasso das negociações com os ingleses, encontrou-se com ele nos dias 9 e 10 de julho em Pouilly, entre Corbeil e Melun. Após uma acalorada discussão, os dois parceiros chegaram a um acordo para resistir às "malditas agressões dos ingleses", segundo as *Memórias* de Saint-Rémy. Prometeram cooperar "daqui em diante em boa união, cada um segundo a sua posição, em todos os assuntos importantes deste reino, sem procurar competir ou invejar um ao outro". O acordo foi jurado da maneira mais solene, sobre os Evangelhos e as relíquias da Vera Cruz, na presença do legado papal.

Henrique V, diante da aparente reconciliação de seus adversários, decidiu agir sozinho. Em 31 de julho, capturou Pontoise, que havia sido evacuada com suspeita pressa por Villiers de L'Isle-Adam, e o Duque de Clarence fez uma aparição diante das muralhas de Paris. João Sem Medo, que havia retornado a Troyes com o rei e a rainha, concordou então em se encontrar novamente

com o Delfim. Um encontro foi marcado para 10 de setembro em Montereau. Dada a confiança que reinava, o local do encontro foi cuidadosamente planejado para evitar surpresas desagradáveis: a discussão ocorreria no meio da ponte sobre o rio Yonne. Para chegar lá, era preciso passar por uma paliçada, uma chicane e um portão. Cada pessoa poderia ser acompanhada por dez homens. Na realidade, tratava-se de uma emboscada, preparada pelo Delfim e seus conselheiros. Os dez homens armados que o cercavam eram todos inimigos mortais do Duque da Borgonha. Este pressentiu a armadilha, mas não podia mais recuar. Foi tranquilizado. Quando ele chegou à ponte, o portão foi fechado atrás dele para isolá-lo. A partir daí, existem duas versões: a versão borgonhesa, segundo a qual o duque foi deliberadamente atacado, atingido com um machado e perfurado várias vezes com uma espada; e a versão da propaganda de Armagnac, segundo a qual uma altercação começou, o duque tentou sacar sua espada e, na luta que se seguiu, foi gravemente ferido. Ninguém se deixou enganar: foi um assassinato premeditado, cometido por Tanguy du Chastel.

As consequências foram imediatas: todos os borgonheses e seus partidários se uniram em torno do Rei da Inglaterra. João, o Destemido, era popular, especialmente em Paris, onde a população proclamou seu apoio ao novo Duque da Borgonha, Filipe, que logo seria conhecido como "o Bom", um jovem de vinte e três anos que era cunhado do Delfim, tendo se casado com sua irmã, Michèle. Ele jurou vingar seu pai e imediatamente entrou em contato com os ingleses.

Tratado de Troyes (21 de maio de 1420)

Henrique V estava mais do que nunca no controle da situação, capaz de ditar seus termos. Ao receber os enviados de Filipe em Mantes, em 26 de outubro, ele apresentou suas exigências: casar-se com Catarina e tornar-se herdeiro do reino da França; Carlos VI, que estava doente, completamente incapaz de governar e com cinquenta e um anos, manteria a coroa até sua morte; durante esse período, Henrique V seria regente e, oficialmente, tornar-se-ia Henrique II, Rei da França, após a morte dos Valois. Filipe tinha quinze dias para aceitar. Se concordasse, Henrique o ajudaria a vingar a morte de seu pai; caso contrário, travaria uma guerra impiedosa contra ele.

Filipe não tinha muita escolha, mas não cedeu de bom grado. Entregar a França aos ingleses e deserdar o Delfim, o herdeiro legítimo, era uma questão séria. No final de outubro, em Arras, ele pediu a advogados que lhe apresentassem os argumentos a favor e contra uma aliança com os ingleses. O principal argumento contra era que o Duque, como primeiro vassalo e suserano do Rei da França, não poderia consentir que a coroa fosse transferida para o inimigo de seu suserano; seria um crime de lesa-majestade, dando a qualquer outro vassalo o direito de matá-lo. Além disso, o Duque era o nobre mais antigo da França e teria que convocar todos os pares antes de tomar tal decisão. Os argumentos a favor da aceitação da aliança eram principalmente práticos: Henrique V era o mais forte e, de qualquer forma, alcançaria seus objetivos. Se fosse forçado a fazê-lo por meio de uma guerra, isso causaria sofrimento e destruição desnecessários. Como vassalo de Carlos VI, Filipe devia lealdade apenas a Carlos VI, e como Henrique V prometeu respeitar Carlos VI e permitir que ele mantivesse a coroa até sua morte, ele não traiu seu dever feudal. No entanto, se o Delfim fosse autorizado a se tornar rei, Filipe se veria com seu pior inimigo, o assassino de seu pai, como seu suserano, o que seria "a óbvia destruição de Sua Senhoria ter seu inimigo mortal como senhor". A conclusão é muito prosaica e prática: "De dois males, deve-se escolher o menor". Henrique V é "o mal menor".

O Duque da Borgonha, portanto, deu seu consentimento ao Rei da Inglaterra. Ao mesmo tempo, informou a Rainha, que estava em Troyes. Ela teve que concordar em deserdar seu filho.

O Rei, por sua vez, assinaria qualquer coisa, já que não estava mais em seu juízo perfeito. Mas Isabel estava relutante. Ela acabaria cedendo à pressão dos acontecimentos e dos conselheiros borgonheses que a cercavam. A viúva de João Sem Medo era sua compatriota, Margarida da Baviera, que lhe prometeu assistência financeira. O pretexto oficial seria o assassinato em Montereau, esse "crime horrível", que tornaria o Delfim indigno de reinar. Uma piada bastante engraçada, numa época em que tais coisas eram comuns. Se o assassinato realmente tivesse o objetivo de impedir alguém de reinar, todos os soberanos da época teriam que abdicar. Quanto ao rumor da ilegitimidade do Delfim, que supostamente justificava o termo "o chamado Delfim" usado no Tratado de Troyes, ele gerou muita discussão. Que Charles fosse filho do Duque de Orléans não é impossível, mas seria totalmente ridículo a rainha reconhecer seu adultério em um tratado diplomático oficial. O termo "o chamado Delfim" significa simplesmente que Charles, por causa de seu crime, também perdeu a soberania sobre o Delfim e não podia mais ostentar esse título. Isabel da Baviera, portanto, cedeu em troca.

Assim, o desfecho se aproximava. Em 24 de dezembro de 1419, em Rouen, foi concluída uma aliança entre Filipe e Henrique, e uma trégua entre Henrique e Carlos VI. O rei da Inglaterra prometeu caçar os assassinos de João Sem Medo e casar um de seus irmãos com uma das irmãs do duque da Borgonha. Ao mesmo tempo, avançou com suas tropas em direção a Paris: Gisors caiu em 23 de setembro; Meulan, Montjoie e Saint-Germain no final de outubro; Château-Gaillard em 8 de dezembro. O conde de Huntingdon e João Cornwall, em conjunto com os borgonheses João de Luxemburgo e Hector de Saveuse, avançaram na região de Soissonnais. Essa aliança de forças não foi isenta de atritos: entre os arrogantes ingleses e os irritáveis borgonheses, a luta quase chegou às vias de fato — um eufemismo, considerando que todos esses homens estavam armados com machados e maças.

Em 23 de março de 1420, Filipe, o Bom, chegou a Troyes, onde, em uma série de conferências com Isabel da Baviera, os detalhes do tratado final foram acertados. Em 20 de maio, Henrique V chegou por sua vez; fez uma entrada triunfal, e sua arrogância deixou seus novos aliados inquietos. O cronista Monstrelet relatou a irritação geral: "Tanta pompa foi demonstrada naquele dia por ele [Henrique] e seus príncipes ingleses, … como se ele fosse agora rei do mundo inteiro." Mas ele saiu vitorioso, e em 21 de maio de 1420, o Tratado de Troyes foi selado e solenemente jurado na catedral.

Isso marcou o culminar de oitenta anos de guerra e a realização das ambições do rei inglês. Carlos VI declarou que estava dando sua filha a Henrique e o tornando seu filho e herdeiro: "A coroa e o reino da França... permanecerão e pertencerão perpetuamente ao nosso filho, o Rei Henrique, e seus herdeiros." Carlos VI permaneceu rei até sua morte, mas, afirmou, "como somos frequentemente impedidos de cuidar dos assuntos do nosso reino pessoalmente, o poder e o exercício de governar e ordenar os assuntos públicos do reino pertencerão, durante nossa vida, ao nosso filho, o Rei Henrique." Henrique, que assim se tornaria regente, deveria deixar Carlos VI na França e cercá-lo exclusivamente de franceses. Ele deveria respeitar os "direitos, costumes, privilégios... liberdades e franquias" das cidades, do clero, da nobreza e das comunidades de habitantes, e manter a autoridade do Parlamento. Os franceses jurariam obediência e lealdade a ele. Após a morte de Carlos VI, a união dos dois reinos será pessoal: Henrique V e seus descendentes serão "rei e soberano de ambos os reinos", mas a França e a Inglaterra manterão seus "direitos, liberdades, costumes, usos e leis".

Quanto ao Delfim, ele foi simplesmente destituído devido ao crime em Montereau: “Considerando os horríveis e enormes crimes e ofensas perpetrados no reino da França por Carlos,

o chamado Delfim de Viennois, fica acordado que nem nós, nem nosso filho, o Rei Henrique, nem nosso querido filho Filipe, Duque da Borgonha, faremos qualquer paz com o dito Carlos… exceto com o conselho e consentimento de cada um de nós três e dos três estados dos dois reinos." Despojado de seus direitos hereditários e de seus senhorios, o "chamado Delfim" seria expulso militarmente por Henrique V, que prometeu guerrear contra aqueles que nos eram "desobedientes e rebeldes, ocupando o cargo… comumente chamado de Delfim e Armagnac". Por fim, o Rei da Inglaterra manteve a Normandia como um apanágio.

O Tratado de Troyes não parece ter incomodado muito os franceses. A indiferença prevalecia: se o rei se chamava Henrique ou Carlos, se era Lancaster ou Valois, não fazia diferença para a condição dos súditos. Além disso, a opinião deles não foi solicitada. Em Paris, havia até uma certa satisfação, tão grande era o ódio pelos Armagnacs. Não era entusiasmo, certamente, mas era melhor do que continuar a guerra. O burguês de Paris expressou a opinião mais difundida quando escreveu que era melhor "negociar com o rei da Inglaterra, que era o antigo inimigo da França, apesar de quaisquer objeções, por causa da crueldade dos Armagnacs". Como o tratado garantia o status dos oficiais, do Parlamento e da Universidade, foi aceito sem muita dificuldade. Apenas alguns intelectuais, principalmente juristas, expressaram reservas. Assim, Jean de Terrevermeille redigiu um tratado em 1420 em favor do Delfim. No exterior, o imperador e o rei de Aragão aprovaram o Tratado de Troyes, enquanto a Escócia, Castela, Saboia e o papa se opuseram a ele.

Uma implementação difícil (1420-1422)

Ainda faltava implementar o tratado. Quanto ao casamento, este ocorreu em 2 de junho em Troyes. Com ele, Henrique V tornou-se cunhado do Delfim. Mais problemática era a conquista dos territórios controlados pelos Armagnacs. O Delfim controlava, na verdade, a maior parte do reino, do sul da Normandia aos Pirenéus e ao Mediterrâneo, bem como várias fortalezas ao redor de Paris. Tendo se refugiado em Bourges, ele dispunha de consideráveis recursos financeiros e militares. Portanto, Henrique V imediatamente pôs mãos à obra, a fim de capitalizar o ímpeto do tratado. Dois dias após o casamento, em 4 de junho, levou sua jovem esposa para o cerco de Montereau em lua de mel. A cidade caiu em 1º de julho · e o corpo de João Sem Medo foi recuperado ali e enviado para Dijon. Sens também foi tomada. Em seguida, Melun foi sitiada com recursos consideráveis: o Duque de Bedford, irmão do rei, trouxe 800 homens de armas e 2.000 arqueiros; Luís, Conde Palatino do Reno, com 700 homens de armas, mobilizou artilharia de calibre sem precedentes. Apesar disso, a cidade resistiu por quatro meses. Henrique V lutou para obter a aceitação de alguns de seus súditos. Sua atitude incrivelmente arrogante dificultava a comunicação. Seu desprezo magoava até mesmo seus aliados, como quando rejeitou Villiers de L'Isle-Adam, que viera cumprimentá-lo, por suas vestes e por ousar encará-lo. Quanto ao povo comum, ele não demonstrava nenhuma consideração por seu sofrimento. Aos camponeses da região de Meaux que se queixavam da devastação causada pelos soldados, ele respondeu, segundo Jouvenel des Ursins, que "a guerra sem fogo não valia nada, assim como a linguiça sem mostarda". Incêndios e saques adicionavam um toque de tempero à rotina diária dos militares.

Melun capitulou em 17 de novembro. Os poucos mercenários escoceses da guarnição foram enforcados. Depois, o rei da Inglaterra juntou-se a Carlos VI em Corbeil para preparar a entrada solene em Paris, que ocorreu em 1º de dezembro · acompanhado pelo duque da Borgonha e por Luís da Baviera, Eleitor Palatino. No dia seguinte, chegaram as mulheres: Isabel da Baviera, Catarina e Margarida da Holanda, esposa do duque de Clarence, irmão de Henrique V. Os parisienses aclamaram todos esses ingleses e alemães que poderiam trazer a paz.

Por ora, algumas formalidades precisavam ser resolvidas. No dia 6, uma pequena assembleia dos três estados, denominada Estados Gerais para a ocasião, foi convocada no Hôtel Saint-Pol, e o chanceler Jean Le Clerc leu o Tratado de Troyes. Carlos VI afirmou "que este tratado foi obra de sua própria iniciativa, que ele o jurou sobre os Santos Evangelhos, convicto de que era agradável a Deus, útil ao bem público e proveitoso para seus súditos". Os estados, portanto, juraram respeitar o tratado e ser leais a ambos os reis. Henrique V explicou então que precisava de dinheiro para continuar a guerra contra o Delfim: ele, portanto, imporia um empréstimo forçado aos parisienses. Quando os representantes do clero e da Universidade protestaram, foram ameaçados de prisão.

Em 23 de dezembro, os assassinos de João Sem Medo, incluindo Tanguy du Chastel, Guilherme Bouteiller, Jean Louvet e o Senhor de Barbazan, foram julgados à revelia. Considerados culpados de traição, foram proibidos de exercer qualquer cargo público, seus bens confiscados e seus vassalos liberados de todos os juramentos de fidelidade a eles. Essa sentença, porém, era inteiramente teórica, pois todos estavam em Bourges, assim como o Delfim, cujo depoimento oficial estava sendo realizado. Intimado a comparecer perante a mesa de mármore do Palácio em 3 de janeiro de 1421, foi-lhe concedido prazo até o dia 6 para se render. Como não compareceu, ele e seus cúmplices "foram banidos e expulsos do reino da França, sob pena de morte, e considerados indignos de suceder a quaisquer senhorios presentes ou futuros, e até mesmo da sucessão e expectativa que tinha à coroa da França, da qual, por direito natural, deveria ser herdeiro, após a morte do rei Carlos, seu pai".

Acertados esses detalhes, Henrique e Catarina seguiram para a Normandia. Essa província, conquistada pela força das armas, era particularmente querida pelo rei, que lhe concedeu um estatuto especial. Ele manteve a divisão administrativa existente em oito bailiados — Cotentin, Caen, Alençon, Évreux, Rouen, Caux, Gisors e Mantes — mas os oito bailiados seriam ingleses. A administração subordinada seria francesa. À frente de todo o sistema, o rei nomeou John Kemp, Bispo de Rochester, como Chanceler da Normandia. O Senescal da Normandia era Richard Wydeville, responsável por toda a administração, exceto pelas finanças, que eram centralizadas em Caen sob o controle do Tesoureiro Geral, William Alington. A arrecadação e o uso dos impostos eram supervisionados pela Câmara de Contas, que incluía funcionários franceses e ingleses. No entanto, quase todas as guarnições eram compostas por soldados ingleses: um total considerável de 4.700 homens, incluindo 1.100 no Vale do Sena e 1.600 na fronteira sul, de Avranches a Verneuil. A isso, devem ser adicionados aproximadamente 2.000 homens que eram obrigados a ser fornecidos pelos senhores que haviam jurado fidelidade ao rei: normandos, mas também ingleses que haviam recebido feudos confiscados. Vários ingleses também se estabeleceram em Harfleur, Honfleur e Caen.

A administração e as forças de ocupação eram muito caras, e esperava-se que a Normandia fosse autossuficiente. Os impostos seriam, portanto, particularmente pesados. Os Estados Gerais, reunidos em Rouen em janeiro de 1421, votaram por um auxílio de 400.000 libras tournois, das quais apenas 270.000 libras puderam ser arrecadadas. O clero, sujeito a um imposto de dois décimos, mostrou-se particularmente relutante em pagar. Os nobres eram isentos. A carga tributária foi ainda mais agravada por uma reforma monetária em abril de 1421 que reduziu o valor da moeda local: o gros, ou real, uma moeda de prata que circulava pelo valor de um sol e oito deniers tournois, passou a ser aceita por apenas cinco deniers.

Após alguns dias em Rouen, Henrique V retornou a Calais, passando por Amiens e Thérouanne, e em 1º de fevereiro de 1421, chegou a Dover. Poucos dias depois, estava em Londres, onde Catarina foi coroada. O soberano estivera ausente da Inglaterra por três anos e meio, o que

imediatamente levantou a questão da dupla monarquia. Os ingleses temiam que, no futuro, seu rei estivesse em Paris com mais frequência do que em Londres, e que os governasse mais de acordo com as necessidades de seu reino continental, muito maior e mais populoso. Havia o receio de que, em última análise, o enorme vencido pudesse absorver o pequeno vencedor, e que a Inglaterra se tornasse uma mera dependência da França, uma consequência paradoxal da conquista. Portanto, o Parlamento, reunido em 12 de maio de 1421, fez três exigências: que o rei jamais governasse a Inglaterra como rei da França; que retornasse à Inglaterra para cada sessão parlamentar; e que todas as petições do Parlamento fossem examinadas e concedidas na Inglaterra, sem a necessidade de serem enviadas à França. Henrique V não podia aceitar esse terceiro ponto, ciente de que sua presença no continente seria frequentemente necessária, pelo menos até que a conquista estivesse completa. Ele começava a perceber os problemas que uma monarquia dual acarretaria.

E, de fato, enquanto realizava uma grande viagem pelo seu reino inglês, durante a qual visitou santuários nacionais em Bridlington, Beverley e Walsingham, bem como importantes cidades como Bristol e York, mensageiros chegaram até ele no final de março trazendo más notícias: seu irmão, o Duque de Clarence, a quem havia deixado na França com a missão de conquistar Anjou, fora derrotado e morto em 22 de março na Batalha de Baugé. Os líderes militares exigiram urgentemente seu retorno. Ele havia retornado à Inglaterra havia apenas dois meses.

Uma nova expedição precisa ser preparada e, para isso, é necessário dinheiro. O orçamento provisório apresentado ao rei em 6 de maio mostra uma receita de 55.743 libras contra 52.235 libras de despesas. O superávit de aproximadamente 3.500 libras não cobrirá nem mesmo uma pequena parte das despesas extraordinárias, incluindo as novas fortificações de Portsmouth, os salários das guarnições de Calais, as necessidades do guarda-roupa, etc. Pedir ao Parlamento um imposto quando este já se mostra relutante em registrar o Tratado de Troyes seria impopular demais. A única solução restante é o empréstimo. Mais uma vez, é o tio Beaufort, bispo de Winchester, quem adianta a maior quantia: 17.666 libras; a rainha Catarina empresta 1.333 libras ao marido, Richard Whittington 666 libras, assim como o bispo de Bath e Wells; a cidade de Londres, 2.000 libras; 501 burgueses e nobres contribuíram com 9.000 libras. O sucesso desses empréstimos atesta, senão a popularidade do rei, ao menos a eficácia de seus métodos de persuasão. Ele foi, assim, capaz de reunir um exército considerável, com 4.000 homens de armas e 24.000 arqueiros, segundo os cronistas — números sem dúvida exagerados. Sua intenção era confrontar o Delfim diretamente, cuja resistência o irritava profundamente, "pois o desagradava muito que ele desafiasse com tanta veemência a herança que o Rei dos Francos lhe havia solenemente concedido em virtude do casamento e do território conquistado", escreveu o cronista Chastellain. Esse incômodo precisava ser eliminado de uma vez por todas. Em 11 de junho de 1421, Henrique V desembarcou, desta vez em Calais, e, passando por Montreuil e Beauvais, chegou a Mantes em poucos dias.

Enquanto isso, o Delfim Carlos sitiava Chartres. Desde o início de 1421, sua situação havia melhorado. Em janeiro, ele recebeu reforços de 5.000 escoceses, que desembarcaram em La Rochelle, incluindo John, Conde de Buchan, John Stewart de Darnley e Archibald Douglas, de cinquenta anos, um veterano das guerras contra os ingleses, caolho e com cicatrizes no rosto. Com esses aliados turbulentos, os Armagnacs, liderados pelo Condestável Lafayette, marcharam ao encontro do Duque de Clarence, que acabara de sitiar Angers. Alertado sobre a aproximação deles, o irmão do rei recuou para Baugé, onde foi emboscado e morto em 22 de março. Outras vítimas notáveis incluíram os Condes de Kent e Tancarville, Lord Roos, Marechal de Campo da Inglaterra, e os Condes de Huntingdon e Somerset, que foram feitos prisioneiros. O Delfim, encantado com

essa inesperada dádiva, reuniu então um "exército muito grande e poderoso", segundo Chastellain, e sitiou Chartres. Foi lá que soube da chegada de Henrique V no final de junho. Prudentemente, recuou para o Loire.

Incapaz de atravessar o rio, o Rei da Inglaterra marchou pela margem direita em direção a Orléans, que contornou, passando por Nemours em 18 de setembro e capturando Villeneuve-le-Roi, às margens do rio Yonne, no dia 22. Decidiu então subjugar os últimos redutos Armagnac ao norte do Loire, começando por Meaux, cujo cerco teve início no outono de 1421. Em 6 de dezembro, o Rei da Inglaterra teve a certeza de que estava travando a batalha certa: a Rainha Catarina deu à luz um filho, batizado de Henrique. Isso assegurou a continuidade da linhagem dinástica franco-inglesa e, para o Delfim, que ainda não era casado, representou mais um golpe. Pois, ao norte, o Duque da Borgonha estava desalojando as últimas guarnições Armagnac. Em 30 de agosto, obteve a vitória em Mons-en-Vimeu, onde Raoul de Gaucourt, Poton de Xaintrailles e Louis de Gamaches foram feitos prisioneiros.

Contudo, o cerco de Meaux provou ser mais difícil do que o previsto. A cidade resistiu durante cinco meses, obrigando Henrique V a passar o inverno num acampamento insalubre, rapidamente assolado pela disenteria. Ele próprio contraiu a doença e, quando Meaux finalmente capitulou a 2 de maio de 1422, vingou-se ordenando a execução do capitão, do bastardo de Vaurus e de vários outros, enviando as suas cabeças para adornar as praças de Paris. Esta medida dissuasora revelou-se eficaz: várias cidades renderam-se, incluindo Compiègne. O rei, exausto, regressou então a Paris, onde ele e a rainha Catarina assistiram a uma representação da *Paixão de São Jorge* e, a 11 de junho, levou Carlos VI, Isabel e Catarina para Senlis, onde o ar era mais puro.

A Morte dos Reis e a França Inglesa (1422-1423)

O verão daquele ano foi escaldante, o que não impediu o Delfim de fazer campanha no Loire. Ele conquistou La Charité e, em seguida, sitiou Cosne. Filipe, o Bom, preparou-se para socorrer a cidade e pediu a Henrique que fizesse o mesmo. Era o final de julho. O rei da Inglaterra partiu, mas não foi além de Melun. Exausto, foi levado de volta em uma liteira para o Castelo de Vincennes, onde morreu em 31 de agosto. A causa exata da morte é desconhecida. O povo, no entanto, a considerou um castigo divino. Pelos massacres? Não: pelo saque do oratório de Saint-Fiacre, perto de Meaux, conforme relatado pelo cronista Thomas Basin. O corpo foi repatriado para a Inglaterra e sepultado na Abadia de Westminster.

Uma situação sem precedentes, imprevista, até mesmo imprevisível. O Tratado de Troyes estipulava que Henrique V se tornaria Rei da França após a morte de Carlos VI, mas não previa que esse atleta de trinta e quatro anos morreria antes do frágil e doente rei de cinquenta e quatro anos. O herdeiro da coroa inglesa era um bebê de nove meses, Henrique VI. Uma longa regência se anunciava, complicada pelo fato de envolver dois reinos simultaneamente. Era mais uma vez a era dos tios. Henrique V, na época de sua morte, tinha dois irmãos. O mais velho era João, Duque de Bedford, de trinta e três anos; o outro era Humphrey, Duque de Gloucester, de trinta e um anos. Em seu testamento, datado de 10 de junho de 1421, complementado por disposições feitas em seu leito de morte, o rei dividiu as tarefas: Bedford governaria a Normandia até a morte de Carlos VI, e então seria regente do reino da França em nome de seu sobrinho Henrique VI. Gloucester, por sua vez, seria regente do reino da Inglaterra até que o sobrinho atingisse a maioridade.

Essas disposições foram mais ou menos implementadas. Na França, o Duque da Borgonha poderia ter reivindicado seus direitos à regência. Talvez sob pressão inglesa, ele se retirou, e quando Carlos VI morreu em 21 de outubro de 1422, o arauto Berry proclamou Henrique VI Rei

da França, e o Duque de Bedford assumiu o papel de regente. Experiente e determinado, ele era o homem certo para o cargo. Era um político astuto, hábil em usar a força e a persuasão para criar um partido inglês na França. Alto, com feições austeras, era imponente e inspirava tanto medo quanto respeito. Era um estrategista frio, flexível e autoritário. Estava perfeitamente ciente das dificuldades da situação e certamente mais capaz do que Henrique V de administrá-la. Culto e grande apreciador de obras de arte, confiscou as coleções reais francesas: as tapeçarias de Carlos VI, os restos da biblioteca de Carlos V e os vitrais do Château de Coucy foram enviados para a Inglaterra. Ele enfrentava uma dupla tarefa: administrar e conquistar, pois mais da metade da França ainda permanecia fora do controle inglês, e em Bourges, o Delfim Carlos se proclamou Rei da França em 30 de outubro de 1422: Carlos VII.

Gloucester, irmão de Bedford, estava, portanto, no comando da Inglaterra. Impetuoso e caprichoso, ele não possuía as qualidades do irmão mais velho. Seu comportamento errático era visto com suspeita e, para seu grande desgosto, não lhe foi concedido o título de regente, mas simplesmente o de "protetor, defensor e principal conselheiro", e cada vez que seu irmão mais velho, Bedford, retornava à Inglaterra, era ele quem assumia esse papel. Além disso, Gloucester tinha que lidar com a presença de várias figuras poderosas cujas visões políticas se opunham às suas: Henry Beaufort, seu tio, Bispo de Winchester, um homem rico, capaz e experiente na casa dos cinquenta anos; Henry Chichele, na casa dos sessenta, Arcebispo de Canterbury; e o Chanceler Thomas Langley, de sessenta e três anos, Bispo de Durham. Thomas Beaufort, irmão do bispo, Duque de Exeter e tio de Henrique V. O impetuoso Gloucester suportava impacientemente a tutela desses homens idosos, e as rivalidades dentro do conselho eram acirradas. Isso era especialmente verdade no caso de Henry Beaufort, que se tornou chanceler em 1424 e defendeu uma política pacífica diametralmente oposta às arriscadas empreitadas de Gloucester. Beaufort contava com o apoio no conselho de seu irmão, o Duque de Exeter, de seus cunhados, os Duques de Westmorland e Northumberland, do Conde de Warwick, de Lord Cromwell, de Sir Walter Hungerford e de Sir Walter Beauchamp. Tudo isso complicava a tarefa de Bedford, que, além de seus problemas na França, tinha que retornar periodicamente à Inglaterra para arbitrar as disputas entre seu irmão e seu tio.

Como era a França inglesa por volta de 1422? Paris e a região parisiense, Normandia, a região de Chartres, Brie, Champagne, o norte de Maine, Calais, Ponthieu e, no sudoeste, uma Aquitânia cujas fronteiras estavam mais indefinidas do que nunca. Esses territórios encontravam-se em um estado deplorável, devastados durante dez anos pela retomada da guerra. Thomas Basin, bispo de Lisieux, é uma boa testemunha ocular. Ele escreveu:

"Nós mesmos vimos as vastas planícies de Champagne, Beauce, Brie, Gâtinais, a região de Chartres, a região de Dreux, Maine e Perche, o Vexin, tanto francês quanto normando, Beauvaisis, a região de Caux, do Sena a Amiens e Abbeville, a região de Senlis, o Soissonnais e o Valois até Laon, e além, no lado de Hainaut, absolutamente desertas, incultivas, abandonadas, desprovidas de habitantes, cobertas de arbustos e sarças, ou, na maioria das regiões que produzem as árvores mais densas, estas crescendo em florestas espessas. [...] Tudo o que podia ser cultivado naquelas partes, naquela época, era apenas ao redor e dentro das cidades, praças ou castelos, perto o suficiente para que, do alto da torre ou da torre de vigia, o vigia pudesse ver os bandidos correndo atrás deles. Então, com o som de sinos, trombetas ou algum outro instrumento, ele sinalizava a todos os que trabalhavam nos campos ou vinhedos para recuarem para o ponto fortificado."

A insegurança era generalizada. O banditismo e os ataques para comprar Armagnac se uniram para semear o terror no campo e até mesmo dentro dos muros de Paris. Bedford não tinha recursos

para manter a ordem. As tropas de ocupação eram irrisórias em número: 160 homens em Cherbourg, 75 em Rouen e 12 em Évreux. Em Paris, John Fastolf, governador da Bastilha, a cidade fortificada de Saint-Antoine, tinha que controlar uma população de mais de 100.000 pessoas com apenas oito homens de armas e 17 arqueiros — aproximadamente 35 soldados, incluindo os criados. Seu sucessor, Thomas More, teria entre 40 e 50 homens.

Bedford, no entanto, contava com comandantes experientes para suas operações militares, que haviam se provado nesse tipo muito específico de guerra, composta por incursões, escaramuças, cercos e hostilidades — operações que precisavam ser constantemente repetidas, uma guerra de desgaste sem batalhas decisivas. O Conde de Salisbury, Thomas Montague, era um mestre nessa arte. Ele era considerado "o mais sutil, experiente e afortunado de todos os capitães da Inglaterra", segundo um cronista. Cavaleiro da Ordem da Jarreteira, ele participou de Agincourt e dos cercos de Harfleur, Caen e Rouen; Tenente-General do Rei na Normandia em 1419, e depois Governador de Champagne e Brie, ele era um líder notável que preparava suas batalhas meticulosamente. Em 31 de julho de 1423, ele deu uma bela demonstração de seu talento ao esmagar um exército de escoceses, aragoneses, lombardos e franceses liderados por John Stuart de Darnley e pelo Conde de Vendôme em Cravant, quinze quilômetros a sudeste de Auxerre. Salisbury deu ordens rigorosas, escolheu cuidadosamente o terreno e atravessou o rio Yonne, que o separava das tropas francesas, em um ponto onde o inimigo tinha a guarnição de Cravant na retaguarda. Foi uma debandada. Pelo menos 3.000 mortos, inúmeros prisioneiros; Darnley escapou com apenas um olho, e o caminho para a Borgonha foi cortado para os Armagnacs.

Além de Salisbury, dois líderes ingleses alcançaram renome prestigioso nas décadas finais da Guerra dos Cem Anos: John Fastolf e John Talbot. John Fastolf, nascido em 1378 em uma família nobre de Norfolk, viu sua primeira ação em 1405-1406 na Irlanda, a serviço de Thomas de Lancaster, Duque de Clarence. Em 1413, ele servia como capitão de Veires, na Gasconha. Em 1415, jurou servir a Henrique V com dez homens de armas e trinta arqueiros. Nomeado capitão de Harfleur, distinguiu-se em Agincourt e nos cercos de Rouen e Caen. Em 1417, foi governador de Condé-sur-Noireau; Ele conquistou o castelo de Bec-Crespin em 1418 e tornou-se governador da Bastide Saint-Antoine em Paris em 1420. Em 1422, foi Grão-Mestre da Casa do Duque de Bedford e, em 1423, serviu como Tenente do Rei na Normandia, onde participou do cerco de Meulan. Durante quarenta anos, lutou na França e foi considerado um dos melhores militares de sua época. Também foi um teórico de táticas militares, apresentando repetidamente relatórios ao governo sobre como conduzir a guerra.

John Talbot era dez anos mais novo e também seu rival. Nascido por volta de 1388, era o segundo filho de Richard Talbot, o quarto Barão Talbot, do Castelo de Goodrich. Ainda jovem, lutou no País de Gales pelos Lancaster, incluindo a captura do Castelo de Harlech em 1409. Em 1414, aos vinte e seis anos, era tenente do rei na Irlanda, onde entrou em conflito com o Duque de Ormond. Em 1419, começou a participar da guerra na França, onde se destacaria até sua morte, trinta e quatro anos depois, na Batalha de Castillon. Acima de tudo, era um bom líder, mas também severo, ganancioso e, por vezes, cruel. Suas habilidades táticas eram bastante controversas. Basin o considerava impetuoso e imprudente, mas ele frequentemente se recusava a lutar. Participou de apenas duas batalhas importantes, ambas derrotadas: Patay e Castillon. Mas seu legado é melhor medido pela régua da guerra de desgaste que travou incansavelmente, construindo uma reputação formidável na qual adquiriu uma imagem temível: o nome Talbot inspirava pavor entre os franceses e valia por um corpo inteiro do exército. As mães o usavam para assustar seus filhos pequenos.

Bedford não deve apenas lidar com o Delfim. Ele deve administrar os territórios sob seu controle sem dar a impressão de uma ocupação. Henrique VI é o Rei da França, não um conquistador vitorioso impondo sua vontade: essa é a ficção que o regente deve cultivar, exigindo considerável tato em seu governo. A primeira regra é respeitar as instituições locais e o pessoal nativo: pela ordenança de 5 de dezembro de 1422, Bedford mantém todos os oficiais franceses em seus cargos; nomeia Simon Morhier, natural de Chartres, como Preboste de Paris, e Louis de Luxembourg, Bispo de Thérouanne, como Chanceler; e o conselho de regência inclui apenas dois ingleses entre seus dezesseis membros.

Bedford dedicou especial atenção à administração da justiça, uma área extremamente sensível da qual muito dependia da aceitação pública da monarquia inglesa. Anunciando sua intenção de combater as "extorsões, enganos e mentiras" da administração do Châtelet, ele encomendou uma notável ordenança de 185 artigos, que regulamentava os salários dos funcionários e punia inúmeros abusos, da corrupção aos maus-tratos a prisioneiros. As relações com o Parlamento eram mais difíceis. A maioria dos conselheiros eram protegidos do Duque da Borgonha e zelosos da independência da corte. Conflitos surgiam frequentemente quando Bedford buscava que casos geralmente reservados ao Parlamento fossem julgados pelo conselho, como em 1424 e 1425. Além disso, ele selecionava pessoalmente novos conselheiros em caso de vagas, em vez de permitir a realização de eleições. Contudo, o Presidente do Parlamento, Philippe de Morvilliers, colaborava ativamente com ele.

O mesmo rigor foi aplicado à administração financeira. Bedford mandou cunhar moedas de ouro e prata de boa qualidade em todas as casas da moeda da França anglo-borgonhesa, com a imagem de Henrique VI, e denunciou as moedas desvalorizadas de Carlos VII. Os impostos eram votados regularmente pelas assembleias provinciais, a arrecadação era estritamente controlada e as despesas alocadas com rigor. Mas, como sempre, as receitas eram insuficientes. A posição do governo de Henrique VI em Londres era de que a França deveria arcar com os custos de sua manutenção: o contribuinte inglês não deveria ter que financiar os territórios conquistados. O problema era que a conquista ainda não estava completa: as tropas ainda precisavam ser mantidas, e o interior da França estava em tal estado que a arrecadação de impostos era precária. Bedford chegou a recorrer à cobrança de impostos sobre o clero. Martinho V concedeu-lhe o direito de cobrar dízimos.

O regente selecionava cuidadosamente os bispos, que eram instrumentos muito úteis para controlar a opinião pública, ao mesmo tempo que precisava evitar as sensibilidades galicanas: o clero era muito protetor de sua independência. Em 1423, o conselho da província de Reims acusou Bedford de nomear bispos unicamente com base em sua lealdade política. Foi o caso de Luís de Luxemburgo, bispo de Thérouanne, que ele transferiu para o arcebispado de Reims, e de Pierre Cauchon, devotado à causa borgonhesa, que ele colocou em Beauvais. Já em 1422, todos os benefícios eclesiásticos na França tiveram que jurar cumprir o Tratado de Troyes. Para garantir o favor do Papa, Bedford fez cumprir a concordata preparada em 1418 no Concílio de Constança.

A margem de manobra do regente era estreita: conquistar sem destruir, ocupar sem oprimir, ganhar os corações dos franceses e convencê-los da retidão de Henrique — essa era a difícil tarefa que ele assumiu. Na Normandia, ele suavizou o regime imposto por seu irmão: reduziu o resgate pago pelo povo de Rouen, devolveu as chaves da cidade, confirmou os privilégios de Caen e abandonou a política de colonização e transferência de terras, que havia alimentado as tropas errantes de senhores desapossados que se tornaram bandidos. A população estava grata, segundo Thomas Basin. Em Paris, Bedford exigiu um juramento de fidelidade de toda a população. "Alguns

o fizeram de bom grado, outros com grande relutância", escreveu o burguês de Paris. O regente desconfiava dos parisienses; seus espiões estavam ativos; viajantes que chegavam da zona "livre", da França de Bourges, assim como seus anfitriões, eram presos. Conspirações de contrabando de Armagnac foram descobertas. No geral, porém, Paris aceitou a tutela inglesa, desde que a aliança com o Duque da Borgonha fosse mantida.

Bedford, Filipe o Bom e João V

Bedford estava bem ciente disso: a cooperação de Filipe, o Bom, era essencial para os ingleses, não tanto militarmente, mas emocionalmente. Os corações dos parisienses eram borgonhês, em grande parte porque seus afetos estavam ligados às suas carteiras. E 95% do comércio de Paris era com o Norte e o Leste, através dos rios Oise, Marne, Sena e Yonne — todos originários do território borgonhês. O comércio de tecidos, madeira, trigo, peixe, vinho e sal sustentava uma multidão de barqueiros, medidores, avaliadores e arautos, além dos mercadores e comerciantes. Enquanto os negócios fossem razoavelmente bons, a nova situação era aceita. Isso se mostrou uma sorte para o regente: a década de 1420 viu uma leve recuperação econômica. Modesto, certamente, mas promissor, enganosamente promissor: as receitas da ponte de Neuilly, por exemplo, foram arrendadas por 36 libras em 1425, 48 libras em 1426, 66 libras em 1427 e 80 libras em 1428; a feira de Lendit reabriu em 1426. Nessas circunstâncias, por que não um rei da Casa de Lancaster? E por que não uma França dividida em duas? Os belicistas patriotas eram vistos pela comunidade empresarial como aventureiros perigosos que comprometiam a recuperação econômica. E havia também todos aqueles que se comprometeram irremediavelmente com os anglo-borgonheses. Para eles, o rei de Bourges tinha que permanecer em Bourges. Sua vitória significaria a ruína deles.

Mas Bedford ainda precisava garantir a segurança das áreas que deveria controlar. Isso estava longe de ser o caso. Os ataques dos Armagnacs eram frequentes. Em 1423, eles conseguiram se estabelecer por algumas semanas na ponte de Meulan, de onde extorquiram mercadorias da região até Mantes. Os esconderijos dos bandidos espalhavam o terror pela capital. Em Orsay, por exemplo, ou em Ivry-la-Chaussée, onde o jornal "The Bourgeois de Paris" fala de "uma grande companhia de ladrões que se autodenominavam Armagnacs ou membros da quadrilha, dos quais nada escapava, a menos que fosse muito quente ou muito pesado, e, pior ainda, matavam, incendiavam, agrediam mulheres e meninas, enforcavam homens, caso não pagassem o resgate a seu bel-prazer, e nenhuma mercadoria conseguia escapar dali."

Para fortalecer a aliança com o Duque da Borgonha, Bedford casou-se com sua irmã, Ana. O contrato foi assinado já em 12 de dezembro de 1422 e finalizado em abril de 1423, durante uma importante conferência que também permitiu o estabelecimento de laços com o Duque da Bretanha, o que foi significativo para a Normandia. Bedford, Filipe, o Bom, e João V se encontraram em Amiens, onde assinaram um tratado de aliança "para o bem do rei nosso senhor e de seus reinos da França e da Inglaterra, de nossas terras, países e súditos". Eles prometeram permanecer por toda a vida "em verdadeira fraternidade, amor e união", amar-se mutuamente "como irmãos, parentes e bons amigos" e fornecer apoio militar um ao outro, com pelo menos 500 homens cada. O objetivo declarado é restaurar a paz e acabar com as desgraças do reino: "Com todo o nosso poder e pelos melhores meios e métodos que pudermos conceber, lutaremos pela melhoria da vida do povo pobre deste reino, que tanto sofre e tanto sofre com a pobreza, para expulsar as guerras deste reino e trazer-lhe paz e tranquilidade, para que neste reino Deus seja servido e honrado e que o comércio e o trabalho prosperem."

Este tratado foi concluído "em consideração às amizades e à estreita linhagem". De fato, foi nesta conferência em Amiens que Bedford se casou com Ana, e que um contrato de casamento foi firmado entre Arthur de Richemont, irmão do Duque João V da Bretanha, e Margarida da Borgonha, outra irmã de Filipe, o Bom, viúva desde 1415 do Delfim Luís da Guiana, irmão falecido de Carlos VII. O contrato estipulava que, se Filipe morresse sem herdeiros, a Borgonha passaria para Margarida e, portanto, para Arthur; se houvesse herdeiros, estes pagariam a Richemont 100.000 écus. O casamento foi de fato celebrado em 10 de outubro de 1423, em Dijon. Assim, Bedford, Filipe, o Bom, e Arthur de Richemont tornaram-se cunhados.

A relação entre o regente, a Bretanha e a Borgonha era, contudo, bastante ambígua. Do lado bretão, enquanto Arthur era cunhado de Bedford, seu irmão, o duque João V, era cunhado do rei Carlos VII, tendo se casado com sua irmã, Joana da França. Sua principal preocupação diplomática era manter a neutralidade da Bretanha entre os dois reis. Essa difícil tarefa conferiu às suas políticas um caráter bastante caótico, marcado por mudanças frequentes e desconcertantes. Ele permitiu prontamente que seus irmãos servissem a Carlos VII: Ricardo recebeu o Condado de Étampes para esse fim, enquanto Arthur tornou-se Condestável; ele também permitiu que bandos mercenários bretões se alistassem a serviço de ambos os lados. Mas, quanto a si próprio, passou a vida assinando tréguas para se proteger de corsários ingleses, bem como das tropas de Armagnac. Em 1421, reconciliou-se com o Delfim e, em 8 de maio de 1422, assinou um tratado de aliança e amizade com Carlos VII. Em 8 de outubro, ele se aliou aos ingleses e ratificou o Tratado de Troyes; em abril de 1423, assinou o tratado de aliança e amizade com Bedford; nesse mesmo ano, porém, permitiu que os habitantes de Saint-Malo expulsassem os ingleses que sitiavam o Mont-Saint-Michel; em 1424, concordou em deixar que seu irmão, Arthur de Richemont, recebesse a espada de Condestável. Os Estados da Bretanha eram geralmente favoráveis à causa de Carlos VII, que controlava as províncias vizinhas de Maine, Anjou e Poitou, onde os senhores bretões detinham terras consideráveis.

Para Bedford, o Duque da Borgonha era um aliado mais confiável, com Ana como sua fiadora. O regente amava genuinamente a irmã de Filipe, a quem levava consigo para todo o lado — um exemplo excepcional de amor conjugal nos círculos principescos. Quanto ao Duque, embora Bedford fosse obrigado a tratá-lo com cautela devido à ameaça representada por Carlos VII, acreditava que ele acabaria por ter de regressar às fileiras dos vassalos de Henrique VI. O Duque Filipe, por sua vez, estava principalmente focado em tirar proveito da luta franco-inglesa para obter o máximo de independência possível e expandir os seus domínios. Contudo, no Norte, as suas ambições colidiam com as posições inglesas em torno de Calais. Os Duques da Borgonha ambicionavam controlar Hainaut, a Holanda e Brabante. Em 1420, Filipe, o Bom, garantiu uma opção sobre o Condado de Namur, adiantando ao Conde João III a enorme quantia de 132.000 écus de ouro. Em troca, o condado deveria reverter para ele após a morte do conde, que não tinha herdeiros. Isso aconteceu em 1429.

Ainda mais grave foi o caso de Hainaut. Em 1417, Guilherme da Baviera, Conde de Hainaut, Holanda e Zelândia, faleceu. Sua única filha e herdeira, Jacqueline da Baviera, tinha dezesseis anos. Seu tio, João, o Destemido, arranjou às pressas seu casamento com João IV, Duque de Brabante, filho de Antônio da Borgonha. Fisicamente frágil, João IV era incapaz de ter filhos, o que abriu caminho para a futura reunificação de Hainaut com o estado borgonhese. A nobreza de Hainaut, temendo cair sob o domínio de seu poderoso rival, a vizinha Flandres, então instou Jacqueline a buscar apoio na Inglaterra, pois ela não se dava bem com o marido. Em 1421, ela fugiu para Londres, onde o Duque de Gloucester, irmão de Bedford, a cortejou, ajudou-a a obter a

anulação de seu casamento pelo Antipapa Bento XIII e casou-se com ela em março de 1423. Ele então assumiu o título de Conde de Hainaut, Holanda e Zelândia, e anunciou sua intenção de liderar uma expedição ao continente para garantir a posse dos estados de sua esposa.

A situação era muito delicada para Bedford, preso entre as ambições imprudentes de seu irmão Humphrey e a ira de seu cunhado Filipe, furioso ao ver seus planos de tomar o controle dos Países Baixos frustrados pelos ingleses. A princípio, o regente deixou as coisas seguirem seu curso: de certa forma, não se incomodava em ver seu irmão se colocar em uma posição difícil e mostrar a Filipe, o Bom, que ele precisava levar em conta os ingleses. Mas as tensões aumentaram alarmantemente. Em outubro de 1424, Gloucester desembarcou em Calais com um exército, cruzou Artois e entrou em Hainaut. Filipe se preparava para confrontá-lo. Para Bedford, a farsa já durava tempo demais e ameaçava levar o Duque da Borgonha para o lado de Carlos VII. Poton de Xaintrailles e outros senhores da guerra de Armagnac já haviam se juntado ao exército de Filipe. O regente, portanto, ordenou que seu irmão interrompesse a ofensiva, e o Duque de Gloucester, já cansado de Jacqueline, retornou à Inglaterra com uma dama de companhia, Eleanor Cobham. O Papa anulou novamente o casamento de Jacqueline, e Humphrey de Gloucester casou-se com Eleanor.

Este episódio ilustra a fragilidade da aliança anglo-borgonhesa e presenciaria desdobramentos posteriores. Em 1425, Gloucester enviou um exército para auxiliar sua ex-esposa contra Filipe; em 1427, após a morte de João IV de Brabante, Jacqueline buscou novamente o auxílio de Humphrey, e o regente teve que proibir seu irmão de intervir; em 1428, Jacqueline reconheceu o Duque da Borgonha como seu herdeiro, e em 1432 Hainaut, Holanda e Zelândia foram adicionadas às possessões de Filipe, o Bom, complementando Brabante, adquirido em 1430. O poder do Duque da Borgonha tornou-se formidável, mesmo para seus aliados ingleses.

O Reino dos Bourges

Ao sul, está o verdadeiro inimigo, aquele que se autoproclama Rei da França, mas é apelidado de "Rei de Bourges", Carlos VII. Um personagem curioso, sem dúvida, este jovem de vinte anos, introvertido, reservado, solitário, hesitante, ansioso, repleto de dúvidas e fobias. Cresceu em meio a intrigas e assassinatos, perto de um pai insano e uma mãe de má reputação. Rumores sobre sua ilegitimidade o atormentam. Desconfiado, ele não gosta de grandes aglomerações e detesta as grandes cidades, especialmente Paris, onde viveu com medo durante o período dos Cabochiens. Isso é conveniente: a "capital" está em mãos inglesas, mas mesmo quando a recuperar, jamais residirá lá. Na verdade, ele não tem residência fixa; Embora sua administração estivesse sediada em Bourges e Poitiers, onde estabeleceu um parlamento e uma câmara de contas em 1418, ele próprio vagava de castelo em castelo, visitando Loches, Chinon, Amboise, Montils, Maillé, Le Rivau, Razilly e, especialmente, Mehun-sur-Yèvre. Tinha fobia de pontes (talvez uma lembrança de Montereau?), de salas com piso de madeira (talvez uma lembrança do acidente de 11 de outubro de 1422, quando o piso desabou sob seus pés na sede do bispado de La Rochelle?) e de grandes aglomerações. Era afável, educado, culto e lúcido, e não lhe faltava coragem, mas preferia a diplomacia à guerra.

Ele era senhor de toda a França meridional: Touraine, Berry, Poitou, Aunis, Saintonge, Limousin, Auvergne, Agenais, Quercy, Rouergue, Dauphiné e Languedoc. Mas, com exceção da região do Ródano, as fronteiras do reino eram muito vagas. Não havia uma linha divisória clara, mas sim zonas intermediárias onde as cidades e castelos controlados pelos ingleses e pelos "franceses" — isto é, escoceses, espanhóis, bretões e outros gascões empregados como

mercenários por Carlos VII — se misturavam. Para defender sua parte do reino, o rei tinha à sua disposição "um grande exército de todos os tipos de pessoas, tanto privadas quanto estrangeiras, pois em seu exército havia franceses, lombardos, aragoneses, escoceses e espanhóis", escreveu Saint-Rémy. No cerco de Orléans, por exemplo, havia dez capitães escoceses, cinco espanhóis e um italiano. As tropas eram comandadas por formidáveis líderes bandidos, por vezes verdadeiros salteadores, como o castelhano Rodrigue de Villandrando, o escocês Archibald Douglas, Robert de Baudricourt, Raoul de Gaucourt, Poton de Xaintrailles e Etienne de Vignolles, conhecido como La Hire, que era aleijado desde que uma chaminé caiu sobre sua perna. Entre os mais respeitáveis estavam Arthur de Richemont e Dunois, o bastardo de Orléans, meio-irmão do duque Carlos de Orléans. Carlos VII não carecia de tropas nem de líderes capazes, especialistas em guerras de escaramuça e incursões, nas quais obtiveram alguns sucessos, como em La Gravelle, na fronteira entre a Bretanha e Maine, em setembro de 1423. O Conde de Aumale, apoiado pelo Duque João II de Alençon e por André de Laval, derrotou William de La Pole, Conde de Suffolk, que retornava pacificamente de uma expedição de pilhagem a Segré, trazendo consigo 1.200 bois e vacas para abastecer as tropas inglesas. Isso ocorreu naquela zona intermediária onde ingleses e franceses realizavam inúmeras incursões, capturando e recapturando castelos e pequenas cidades, e onde sucessos e fracassos se equilibravam: em 1423, a vitória em La Gravelle foi seguida pela derrota em Cravant, encontros isolados sem influência no curso da guerra.

Nessa região, ao norte de Anjou, Carlos VII beneficiou-se do apoio efetivo de sua madrasta, Yolande, Duquesa de Anjou e Condessa da Provença, cuja filha, Maria de Anjou, ele havia desposado. O clã angevino era particularmente influente no séquito do Rei de Bourges, e Yolande foi a força motriz por trás das principais linhas políticas nos primeiros anos de seu reinado. O rei, ainda inseguro e sem confiança, encontrou nela uma guia ainda mais valiosa, visto que seu próprio círculo era, na época, bastante desonroso. Carlos, facilmente influenciável, cercou-se de aventureiros de todos os tipos, parasitas inescrupulosos e cortesãos de lábia fácil, sempre em busca do menor ganho pessoal. Ele também estava sob o feitiço de vários favoritos que exploravam a situação: Jean Louvet, especialista em expedientes financeiros e notório corrupto; Pierre Frotier, ex-trabalhador de estábulo e arrogante conspirador; o médico Cadart; o oficial de justiça Guillaume d'Avaugour; O bispo de Laon, Guilherme de Champeaux; o mercenário bretão Tanguy du Chastel; e, acima de tudo, o perigoso trio de Giac, La Trémoille e Richemont. Pierre de Giac, senhor de Châteaugay, perto de Riom, foi mestre das finanças a partir de 1424 e chefe do conselho em 1425. Bonito, corajoso e ardiloso, tinha uma reputação escandalosa: assassinara a esposa em circunstâncias horríveis para casar com uma viúva rica e vendera a mão direita ao diabo. Não nos esqueçamos que estamos na época de Gilles de Rais. Carlos VII está fascinado por Giac. E também por Georges de La Trémoille, um poitevino perto dos quarenta, com um passado mergulhado em banditismo, traição e devassidão, com ligações em todos os lados e pronto para servir a qualquer um de acordo com os seus interesses. Quanto a Arthur de Richemont, que se tornará seu inimigo mortal, ele é, antes de tudo, um guerreiro. Este irmão do Duque da Bretanha, cunhado do Duque da Borgonha e de Bedford, como vimos, foi ferido no rosto e capturado em Agincourt. Lutou então no exército inglês e acabou por entrar ao serviço do Delfim graças à intervenção de Iolanda de Anjou. Carlos VII não apreciava muito os modos rudes deste homem marcado por cicatrizes, baixo, atarracado e feio, apelidado de "Lábios Grandes", mas reconhecia as suas qualidades militares, ao ponto de o nomear seu condestável em 1425. A sua personalidade e porte físico eram semelhantes aos do seu compatriota e antecessor Du Guesclin.

Foi com essa comitiva duvidosa e mafiosa que Carlos VII governou na década de 1420. Seus conselheiros "naturais", membros da alta aristocracia, haviam sido dizimados em Agincourt. Muitos ainda estavam prisioneiros na Inglaterra, incapazes de pagar os enormes resgates exigidos: o Duque de Orléans, o Conde de Angoulême, o Conde de Vendôme e o Duque de Bourbon. A esposa deste último estava arruinando completamente a família para conseguir os 254.000 écus; vítima de vigaristas italianos, ela jamais conseguiria libertar o marido. Outros estavam mortos, como o Conde de Nevers. Os que restaram ou estavam no campo inimigo, como Filipe, o Bom, ou seguiam uma política de alianças voláteis que tornava sua lealdade altamente incerta.

Carlos VII certamente tinha muitas vantagens, mas inicialmente não conseguiu explorá-las. Possuía recursos financeiros muito maiores do que, por exemplo, o Duque de Bedford. A cobrança de impostos era mais fácil no sul da França do que na região de Paris, onde a guerra era endêmica. Em 1425, por exemplo, o rei cobrou 550.000 libras das regiões de língua oiliana e 250.000 das regiões de língua ociana; somente o Alto Limousin pagou 13.000 libras, e o porto de La Rochelle, 14.000. Parte desse valor desapareceu nos bolsos de Louvet e de alguns outros; o rei esbanjou outra parte, é verdade. Mas o rei de Bourges não tinha falta de dinheiro.

Além disso, seus funcionários são pagos com bastante regularidade. Ao contrário de seus pares em Paris, os conselheiros do Parlamento de Poitiers não precisam entrar em greve para receber seus salários. A máquina administrativa funciona muito bem. A chancelaria, chefiada por Martin Gouge, bispo de Clermont, jurista experiente, ex-tesoureiro do Duque de Berry, depois diretor-geral da administração de impostos sob Carlos VI, conselheiro do Delfim Luís e chanceler de Berry, envia regularmente cartas reais. A Câmara de Contas e a Câmara da Moeda em Bourges também desempenham funções essenciais: a manipulação monetária faz parte do arsenal na luta contra os anglo-borgonheses: denegrir a moeda inimiga, produzir moedas de baixa qualidade para eliminar as de boa qualidade e lucrar com a cunhagem nas casas da moeda — tudo vale para desestabilizar a economia inimiga, mas com o risco de desagradar a classe empresarial. Em Poitiers, o Parlamento, habilmente conduzido por Jean Jouvenel, garante um mínimo de justiça.

Em direção a uma guerra patriótica?

E então, Carlos VII tinha outra vantagem, da qual ainda não se dava conta: o início da consciência da necessidade de união entre o povo francês. O acúmulo de infortúnios, o espetáculo de ruínas e desastres, fomentava a ideia de solidariedade no âmbito popular, e essa mudança de mentalidade favoreceria o rei de Bourges. Falar de sentimento nacional ou patriótico seria um exagero. Contudo, os sinais prenunciavam a transição gradual da guerra dinástica para a guerra patriótica. O inimigo já não era tanto Henrique VI, mas os ingleses.

Pois na raiz do patriotismo reside a xenofobia. É opondo-se ao outro que um povo toma consciência de sua identidade. Na década de 1420, os ingleses eram cada vez mais vistos como responsáveis pelos infortúnios do reino. As observações do burguês de Paris são reveladoras a esse respeito. Ele não perdia a oportunidade de expressar sua hostilidade e de observar as reações antiinglesas na capital: "Naquela época, nada era feito senão pelos ingleses, e nenhum dos senhores da França interferia no governo do reino". Na Normandia, uma guerra de guerrilha antiinglesa se desenvolveu no campo. Alguns deixaram sua província, como Colin Bousquet, para "escapar da subjugação inglesa". Nobres, como Robert de Carrouges em 1424, formaram tropas de partidários, hostilizando as guarnições e os novos proprietários de terras ingleses. Em Reims, Guilherme Prieuse, superior dos carmelitas, declarou que "nenhum inglês jamais fora rei da França, nem jamais voltaria a ser". Em Abbeville, escreveu Chastellain, os habitantes "mostraram grande

simpatia ao jovem duque [Filipe, o Bom] e ao seu grupo, sem desejarem ser ingleses". Em 1417, os cônsules de Toulouse decidiram expulsar os ingleses e, em 1420, os mercadores de Agen que tinham vindo comprar vinagre tiveram de prometer não o revender aos ingleses: "Temia-se que eles quisessem levar o referido vinagre para território inglês".

Essa hostilidade latente acompanhou o desenvolvimento das línguas nacionais. No início do século XV , as línguas faladas eram extraordinariamente variadas: occitano e francês antigo, bretão, gascão, basco, flamengo, provençal e línguas românicas, com uma infinidade de variações de entonação em nível microrregional. Mas o dialeto francês, falado na Île-de-France, ganhava crescente importância, enquanto na Inglaterra o dialeto londrino prevalecia, e os reis da Casa de Lancaster agora tinham documentos oficiais redigidos em inglês, embora o francês tivesse sido anteriormente a língua dominante. Tradutores acompanhavam os exércitos, e na comunicação cotidiana a barreira linguística tornou-se mais evidente. O estrangeiro era, antes de tudo, alguém que não podia ser compreendido, e em Paris, as pequenas tropas inglesas eram notórias justamente por esse motivo.

Um país, um povo, uma língua: a ideia de uma identidade natural começava a surgir e era usada para rejeitar o domínio de "ingleses estrangeiros cuja língua é desconhecida". Esse sentimento jogou contra Bedford e a favor de Carlos VII. No nível da mentalidade coletiva, esse foi um elemento crucial para explicar seu sucesso final. Em 1420, um breve tratado anônimo, * *Resposta de um Bom e Leal Francês ao Povo da França de Todos os Estados* *, explicava que o Tratado de Troyes era inválido porque Carlos VI, quando o assinou, estava nas mãos de seus "antigos inimigos mortais", os ingleses. Além disso, ele estava doente. Portanto, esse tratado "deve ser combatido e impedido por todo bom cristão". Os bons franceses deviam apoiar Carlos VII.

No mesmo ano, 1420, o normando Robert Blondel, em sua " *Complainte des bons Français" (Lamento dos Bons Franceses)* , justificou o assassinato de João Sem Medo alegando que este havia traído Carlos VI e o reino aos ingleses. Ele exortou os "bons franceses" a "defenderem seu país" contra o rei inglês, "um inimigo mortal e ancestral do reino". Eles deveriam ajudar Carlos a "defender a França" e lembrou-lhes que "não se deve temer morrer lutando por sua pátria" e que "aqueles que morrem por sua pátria são julgados como vivendo no paraíso". Dirigindo-se ao Delfim, pediu-lhe que lutasse por seu país: "Defendendo assim seu país, o rei será belo na França", e chamou os cavaleiros de "defensores da pátria francesa".

No início do século, proliferaram obras que exaltavam a beleza, a grandeza e a missão desta "terra francesa". Algumas chegaram a considerar os franceses como um povo escolhido e a França como uma espécie de terra santa. Também em 1420, o jurista Jean de Terrevermeille apresentou a teoria do corpo místico do reino, do qual o rei era o chefe. Christine de Pisan, em sua *Epístola sobre a Prisão da Vida Humana* , descreveu a guerra contra os ingleses como uma espécie de guerra santa. Os mortos de Agincourt, escreveu ela, estão "com os mártires de Deus escolhidos em justa defesa pela batalha, tornados obedientes até a morte para defender a justiça e o direito da coroa francesa e de seu soberano, de quem, por quem e como eles, o Evangelho diz: Bem-aventurados os que sofrem pela justiça". O Monge de Saint-Denis afirmou que "lutar pela pátria é um direito natural, imutável". Já o *Songe du Vergier* afirmava que a França deveria ser chamada de "Terra Santa", porque Deus lhe havia "mostrado uma maior demonstração de amor" do que a qualquer outro país, e Étienne de Conty, em seu *Brevis Tractatus,* escreveu: "Deve-se saber que, entre todos os reis cristãos, o Rei da França é considerado o maior, o mais poderoso, o mais nobre, o mais santo e o mais razoável". Em 1417, o Cardeal Pierre d'Ailly, durante o Concílio de Constança, denunciou "os invasores que vêm perturbar sua honra e glória, sua prosperidade e paz".

Jean de Montreuil, em seu *Tratado contra os Ingleses* , refutou as reivindicações dos Lancaster à coroa francesa. Jean Gerson desenvolveu a ideia de que o país deve obedecer ao seu soberano "natural", isto é, ao seu soberano hereditário, "em sucessão direta", e deve rejeitar um soberano "estrangeiro ou novo". Para Jean Jouvenel des Ursins, colaborar com Lancaster era um ato antinatural: a presença do Canal da Mancha indicava que Deus havia desejado a separação entre a França e a Inglaterra. Para Alain Chartier, Carlos era "o príncipe justo e senhor natural" da França.

Ele se beneficiou, portanto, de uma enorme reserva de boa vontade, que ainda se expressava apenas de forma dispersa, mas que a propaganda exploraria e orquestraria através das vozes de oficiais pagos, funcionários e cronistas durante a Reconquista. Um famoso texto de 1422 serve como uma espécie de manifesto para os "patriotas": *o Quadrílogo de Invectivas de Alain Chartier* . O autor era um normando de Bayeux, que estudou na Universidade de Paris e se tornou secretário do Delfim. O *Quadrílogo* emprega a forma de conversa alegórica, muito popular na época: os três estados da nação — clero, nobreza e "povo comum" — discutem entre si a lamentável situação em que a França se encontrava. A França responde a eles, revelando a cada um sua parcela de responsabilidade, sua covardia, sua discórdia e seu egoísmo. É, portanto, simultaneamente um retrato da situação, uma análise de suas causas e um apelo por reparação.

O "estado deplorável do alto senhorio e da gloriosa casa da França" deve-se principalmente às nossas dissensões internas. Deus nos castiga porque abandonamos "o amor natural à pátria". A França acusa os cavaleiros de pensarem apenas em enriquecer-se, o clero de levar uma vida confortável e o povo de não mais querer obedecer ou pagar impostos. Os franceses perderam o gosto pelo esforço, tornaram-se "fracos", não trabalham mais e adormeceram no "hábito mais formidável e perigoso dos prazeres e da ociosidade, ... da pompa e das delícias". A França acusa seus filhos de terem perdido o significado do trabalho, da família e da pátria, o que explica a derrota e a ocupação pelo inimigo. Um presságio impressionante do desastre de 1940 e das explicações do regime de Vichy!

Mas sempre há um salvador. Aqui, é Carlos VII, cuja atividade Alain Chartier elogia, falando de "nosso príncipe que, por quatro anos, viajou incessantemente, sem descanso nem pausa", e em quem deposita todas as esperanças para a recuperação da França. Na década de 1420, porém, o jovem rei de Bourges parece totalmente incapaz de reagir. Atormentado por suas dúvidas e atrapalhado pelas intrigas de seu círculo íntimo, ele está pronto para abdicar. Serão necessários mais trinta anos de guerra antes que o rei de Bourges se torne verdadeiramente o rei da França.

8
O equilíbrio

A Guerra de Atrito de 1424 a 1444

A luta pelo poder iniciada pelo Tratado de Troyes levou a uma prolongada guerra de desgaste entre os dois lados, o de Henrique VI e o de Carlos VII. O primeiro controlava o norte da França, o segundo o sul. No nordeste, Filipe, o Bom, atuava como árbitro, um árbitro bastante parcial, capaz de desequilibrar a balança. Até o Tratado de Arras, em 1435, ele se aliou aos ingleses, embora com reservas. Depois, reconciliado com Carlos VII, retirou-se do conflito, e esse fator decisivo deu novo ímpeto a uma guerra que havia se tornado estagnada.

De 1420 a 1435, o conflito se fragmentou em uma série de confrontos isolados, desprovidos de qualquer estratégia geral, nos quais ambos os lados experimentaram sucessos e reveses ocasionais, nunca decisivos. O conflito foi caótico, e a normalização da guerra levou à insegurança generalizada e ao movimento anárquico de tropas mercenárias que devastaram o país. Os bandidos, agora conhecidos como os Esfoladores, reviveram os piores momentos da era das companhias mercenárias.

O conflito fica atolado (1424-1428)

A incapacidade de Bedford e Carlos VII de alcançar uma vitória rápida deveu-se em grande parte às dificuldades que enfrentaram dentro de suas próprias fileiras, o que prejudicou as operações militares em larga escala. No entanto, 1424 prometia ser um ano decisivo. Bedford reuniu 10.000 homens e liderou pessoalmente as operações nas fronteiras da Normandia e do Maine, enquanto Carlos VII enviou um exército considerável para atacar as cidades do sudeste da Normandia. Verneuil caiu rapidamente, graças a um estratagema: milhares de soldados escoceses do exército francês, amarrados e cobertos de sangue, foram desfilados diante das muralhas, lamentando-se em inglês para fazer os defensores acreditarem que o exército de Bedford havia sido aniquilado. Apesar do formidável sotaque escocês, que deveria tê-los intrigado, os ingleses caíram na armadilha e se renderam. Era meados de agosto.

Bedford não estava longe: estava rezando em Évreux. Ao saber da queda de Verneuil, dirigiu-se para lá com 8.000 homens e, em 17 de agosto, obteve uma retumbante vitória, da mesma magnitude que a de Agincourt. O curso da Batalha de Verneuil é bem conhecido: nada menos que dezenove cronistas a descreveram em detalhes, e seus relatos coincidem. Do lado francês, o Duque de Alençon, o Conde de Aumale, o Visconde de Narbonne e o Marechal Lafayette teriam preferido evitar o confronto. Mas seus aliados escoceses, Buchan, Douglas e seu filho, que contavam com 4.000 a 5.000 homens, estavam determinados a lutar. Segundo Thomas Basin, "se a luta foi tão feroz e cruel, foi devido ao orgulho e à presunção dos escoceses". Antes do início da batalha, o Duque de Bedford enviou um arauto para perguntar aos capitães escoceses quais termos de guerra pretendiam observar naquele dia. E esses capitães, superestimando sua força e número com excessiva arrogância e imprudência, teriam respondido que não fariam prisioneiros ingleses naquele dia e que eles próprios não desejavam ser prisioneiros dos ingleses enquanto vivessem.

Então, tomamos nossas posições. O lado inglês empregou uma formação clássica: os homens de armas, a pé, estavam dispostos em dois corpos principais; Bedford comandava a direita e Salisbury a esquerda; em cada flanco estavam os arqueiros, cada um carregando uma estaca afiada

nas duas pontas. O trem de bagagens foi deixado para trás, na orla da floresta, guardado por 2.000 arqueiros. Para evitar serem atacados pela retaguarda, Bedford mandou amarrar todos os cavalos juntos em uma formação de quatro fileiras e colocou essa paliçada viva atrás de seu exército. Do lado francês, também desmontamos, os escoceses de frente para Salisbury e os demais de frente para Bedford. Mas em cada flanco estavam as unidades de cavalaria italianas, especialmente protegidas, cuja tarefa seria dispersar os arqueiros das duas alas inglesas.

Durante várias horas, os dois exércitos se enfrentaram. Então, por volta das 16h, foi dada a ordem de avançar, ao som de gritos de "São Jorge, Bedford!" de um lado e "São Denis, Montjoie!" do outro. Os arqueiros ingleses, tendo chegado a 250 metros do inimigo, pararam para fincar suas estacas. Foi então que a cavalaria italiana avançou, empurrando-os para o lado, pois ainda não estavam preparados, e continuou sua carga em direção ao trem de bagagens, que começaram a saquear, sem qualquer consideração pela batalha em si. O restante do exército francês, que esperava que eles retornassem e atacassem os ingleses pela retaguarda, ficou "muito surpreso" com essa deserção. Os ingleses, por sua vez, se reorganizaram, reformando suas fileiras; muitos simplesmente se afastaram para deixar a cavalaria lombarda passar. Aqueles que haviam sido repelidos se levantaram, e uma furiosa luta corpo a corpo se seguiu contra os escoceses e os franceses. Todos os líderes deram tudo de si. Bedford, em particular, se destacou, relata Pierre de Fénin: ele se comportou "com muita bravura pessoalmente e lutou com o machado com tanta ferocidade que teve a honra de lutar acima de todos os outros".

Na ala esquerda francesa, a cavalaria de La Hire, que também atacara os guardas do comboio de bagagens, estava dispersa. Os arqueiros ingleses na retaguarda vieram espontaneamente em auxílio de Salisbury, atacando a ala direita escocesa. Bedford, que acabara de derrotar os franceses, logo apareceu atrás deles. Após duas horas de combate, seguiu-se um massacre, em conformidade com a ordem dada desde o início: sem quartel! O exército francês foi aniquilado. Apenas 200 prisioneiros foram feitos, incluindo o Duque de Alençon, encontrado sob uma pilha de cadáveres após a batalha, que se rendeu a John Fastolf.

As perdas foram enormes: Bedford contabilizou 7.262 mortos franco-escoceses, incluindo os Condes de Aumale e Ventadour, e o Visconde de Narbonne. Os escoceses foram exterminados. Mas as perdas inglesas também foram pesadas: mais de mil mortos, o que impediu Bedford de capitalizar seu sucesso. Ele retornou a Paris. Carlos VII, ao saber do desastre em Bourges, aparentemente não demonstrou nenhuma reação, um fato criticado em um documento anônimo de 1425: "Quando ocorre uma batalha na qual o rei perde alguns de seus próprios homens, barões, cavaleiros, escudeiros e outros, ele deve demonstrar sinais de ira e realizar um funeral solene para eles."

Em 1425 e 1426, as manobras foram mais diplomáticas do que militares, e as intrigas proliferaram em ambos os lados. Bedford teve que retornar à Inglaterra em meados de abril de 1425 para arbitrar o conflito entre seu irmão Gloucester e seu tio Beaufort. Em seguida, teve que apaziguar a ira do Duque da Borgonha, causada pela expedição de Gloucester a Hainaut. Em dezembro, foi forçado a retornar à Inglaterra mais uma vez, onde permaneceria por dezesseis meses, até 17 de março de 1427. Beaufort, por sua vez, foi para Roma, de onde retornou em 1428 com o título de cardeal.

Tudo isso favoreceu Carlos VII, que em 1425 obteve uma vitória diplomática graças a Iolanda de Anjou. Temendo a ameaça inglesa ao seu ducado, ela conseguiu persuadir os duques da Borgonha e da Bretanha a se aliarem ao rei. A Borgonha, insatisfeita com os ingleses, assinou uma trégua de quatro anos. Concordou em casar sua irmã Inês com o Conde de Clermont, um dos

líderes do partido do rei, e ele próprio, agora viúvo, casou-se com Bona de Artois, meia-irmã de Carlos de Bourbon. Iolanda de Anjou, uma casamenteira formidável, também conseguiu casar seu filho, Luís III de Anjou, com Isabel, filha do Duque da Bretanha. Assim, teceu-se uma rede de alianças matrimoniais que fortaleceu o apoio ao rei.

Mas o maior sucesso de Yolande foi persuadir Carlos VII a aceitar Arthur de Richemont como Condestável. Ela organizou um encontro entre os dois homens em sua casa em Angers, e em 7 de março de 1425, nos prados de Chinon, Arthur recebeu a espada de Condestável. Seu irmão, o Duque João V, havia dado sua aprovação e se juntado ao lado francês. Yolande foi recompensada por seus serviços com baronias e castelões para si e seus filhos.

Todas essas reconciliações poderiam ter beneficiado Carlos VII. Mas não o fizeram. Na corte de Bourges, reinava a anarquia. Intrigas e conspirações transformaram a comitiva real, naquela época, num verdadeiro ninho de vespas. A chegada de Richemont foi recebida com grande desaprovação pelos conselheiros, particularmente pelos antigos líderes da Armagnac, que haviam sido implicados no assassinato de João Sem Medo. Os duques da Bretanha e da Borgonha, de fato, haviam condicionado sua lealdade à expulsão dessas figuras, e Richemont chegara para fazer uma limpeza geral. Então, o presidente Louvet, sentindo-se ameaçado, levou o rei consigo e reuniu uma tropa para marchar contra Richemont. Foi Yolande quem, mais uma vez, resolveu a crise. Ela persuadiu as cidades de Touraine a não acolherem Louvet e, finalmente, convenceu o rei a se desfazer de seus Armagnacs: Tanguy du Chastel foi enviado a Beaucaire como senescal, Louvet a Dauphiné, o médico Cadart partiu para o exílio com uma indenização de 25.000 écus, e o Conde de Foix, Jean I · retornou à sua distante Guyenne, onde recebeu o Condado de Bigorre, o Viscondado de Lautrec e uma anuidade de 24.000 libras. O caminho estava livre para o governo do primeiro camareiro, Pierre de Giac.

Uma calma precária. O novo homem forte é Georges de La Trémoille, que cerca o rei com seus comparsas: o duque Jean d'Alençon, o bastardo inteligente e culto de Orléans; Dunois, da mesma idade do soberano com quem foi criado; e Regnault de Chartres, um personagem sinistro e totalmente inescrupuloso a quem o rei nomeou arcebispo de Reims — um título em grande parte teórico, já que Reims fica em território inglês. Esse grupo tem todo o interesse em manter o status quo: a anarquia reinante permite que esses homens se envolvam em todo tipo de atividades ilícitas, desviem consideráveis riquezas e controlem a mente de um soberano que parece completamente subjugado pela situação e que se refugiou em seus castelos com suas amantes. Para os que detêm o poder, é crucial impedir a vitória de qualquer um dos lados; a guerra, fonte de todos os lucros e justamente o que os torna indispensáveis, deve ser prolongada, mas operações decisivas jamais devem ser iniciadas. Eles também tinham ligações em ambos os lados, ou mesmo em todos: o irmão de Georges, Jean de La Trémoille, era mordomo-mor de Filipe, o Bom, em cujo círculo construiu uma vasta clientela. O prolongamento do conflito deve-se em grande parte às ações desses oportunistas.

Mas na corte de Bourges, La Trémoille tinha um adversário formidável: Richemont, contra quem travou uma verdadeira guerra particular a partir do inverno de 1427-1428. Os dois homens empregaram mercenários estrangeiros, que devastaram Poitou. Assim, enquanto os ingleses ameaçavam invadir o reino de Bourges, o condestável e o camareiro estavam ocupados com sua própria guerra, sob o olhar aparentemente indiferente do rei: "Nunca vi ninguém perder o reino com tanta alegria", teria comentado La Hire. Carlos VII estava sob a influência de La Trémoille. Ele não gostava de seu condestável e o proibiu de comparecer à corte.

Nessas circunstâncias, não surpreende que os ingleses tenham obtido novos sucessos e continuado seu avanço de 1426 a 1428. Eles ainda concentravam seus ataques no setor sul da Normandia. O Conde de Salisbury capturou Le Mans e 36 cidades e castelos em Maine; o Conde de Warwick avançou até os portões de Rennes e, em março de 1426, Richemont sofreu uma humilhante derrota em Saint-James-de-Beuvron. Em maio de 1427, Bedford retornou da Inglaterra com consideráveis reforços, o que ajudou Warwick a capturar Pontorson. O Mont-Saint-Michel foi sitiado. A Bretanha estava diretamente ameaçada e o Duque João V, profundamente decepcionado com a aliança francesa, deu mais uma guinada: em julho, ele voltou a aderir ao Tratado de Troyes. Essa foi a terceira vez que ele mudou de lado. No leste, a situação não era melhor. Suffolk e Salisbury sitiaram Montargis, que foi aliviado por La Hire e Dunois em setembro de 1427.

Enquanto o avanço inglês se intensificava no norte, em Maine e Orléanais, o sul era deixado à mercê das extorsões dos agentes do rei. O Conde de Foix, Jean I de Grailly, foi nomeado Tenente-General de Languedoc, com o poder de "fazer o que bem entendesse para o bem destas terras" — uma infeliz formulação que o Conde interpretou como a liberdade de fazer o que bem entendesse: confiscou uma parte dos impostos, expulsou o Bispo de Béziers e ocupou o palácio episcopal, cunhou moeda desvalorizada e permitiu que mercenários saqueassem o campo. Outro predador atuava na região: Guilherme de Champeaux, Bispo de Laon e Conselheiro Geral das Finanças de Languedoc, que cobrava impostos à vontade para seu próprio benefício. Mesmo em Bourges, a corrupção e o desfalque eram desenfreados. A casa da moeda da cidade é arrendada a um jovem empreendedor, Jacques Cœur, que emite moedas com uma percentagem de metal precioso inferior à planeada e embolsa a diferença.

A miséria está por toda parte. Mercenários e bandidos percorrem as províncias; em Poitou, os camponeses acorrem às cidades, especialmente Poitiers, para escapar das tropas descontroladas de La Trémoille e Richemont, que continuam sua guerra particular. A peste reaparece; o deserto se alastra; as fronteiras dos campos se tornam imprecisas, como evidenciado pelos arquivos judiciais de Poitou, que em 1428 descrevem propriedades "há muito abandonadas e em ruínas, tanto em consequência das guerras, pestes e outras doenças que assolaram a região, quanto por outros motivos, a ponto de seus limites e distâncias serem desconhecidos". Nas regiões ocupadas pelos ingleses, a situação não é melhor. Thomas Basin pinta um quadro apocalíptico da situação: “Os homens de armas de ambos os lados, que realizavam constantes incursões uns contra os outros, levavam os camponeses capturados para castelos e fortalezas e, trancando-os em prisões imundas ou masmorras, torturando-os de todas as maneiras, tentavam forçá-los a pagar resgates exorbitantes. [...] Havia também muitos homens desesperados e perdidos que, seja por covardia, ódio aos ingleses, desejo de se apoderar da propriedade alheia ou, conscientes de seus crimes, desejando escapar da justiça, tendo abandonado seus campos e lares, na verdade não habitavam as cidades ou castelos dos franceses e não lutavam em suas fileiras, mas, como feras e lobos, viviam nas florestas mais densas e inacessíveis.” De lá, levados ao desespero e enfurecidos pela fome, quase sempre se aventuravam à noite, sob a proteção da escuridão. Por vezes, embora mais raramente, durante o dia, invadiam as casas dos camponeses, confiscavam os seus pertences e levavam-nos prisioneiros para os seus esconderijos nas florestas. Ali, através de todo o tipo de maus-tratos e privações, obrigavam os camponeses a entregar grandes somas de dinheiro para o seu resgate e libertação, bem como outros artigos que consideravam essenciais, em horários e locais determinados. Se não cumprissem as ordens, ou os camponeses que tinham deixado como reféns sofriam o tratamento mais desumano, ou os próprios camponeses, caso os saqueadores

conseguissem recapturá-los, eram massacrados, ou as suas casas, misteriosamente incendiadas durante a noite, eram destruídas pelo fogo. Estes homens, capazes de tudo e conhecidos como bandidos, semearam o caos na Normandia, bem como nas províncias vizinhas e nas terras ocupadas pelos ingleses, saqueando sistematicamente os habitantes e devastando o campo.

Na região de Paris, o *Journal* du Bourgeois de Paris (O Burguês de Paris) relata os infortúnios da época: "Todos os dias, assassinos e ladrões percorriam Paris, saqueando e roubando como sempre"; um inverno particularmente rigoroso, com geadas e chuvas até maio, colheitas de uva desastrosas e epidemias. Tudo isso prejudicou as forças de ocupação, acusadas de esbanjar o dinheiro dos impostos em banquetes; Bedford foi criticado por levar uma vida de inação e indolência, por amar demais sua esposa e dedicar-lhe mais atenção do que à guerra. "Ele descansava à vontade nas cidades da França, ele e sua esposa, que o seguia aonde quer que fosse", escreveu o Burguês em 1428, insinuando que sua paixão amorosa estava sendo exercida em detrimento de seu zelo militar. Porque o ódio por aquele que ainda é chamado de "o chamado delfim" permanece mais forte do que o dos ingleses, e sente-se que Bedford e a Borgonha não estão lutando com a seriedade necessária contra ele.

Bedford, contudo, fez o que pôde. Mas as escapadas de seu irmão, a desordem reinante na Normandia, o mau humor dos parisienses, as dificuldades financeiras e a procrastinação do Duque da Borgonha limitaram suas ações. O clero também protelou: o regente, para agradar ao papa, restabeleceu em 1426 as expectativas, reservas e anatas, que favoreciam as nomeações papais e os tributos romanos sobre os benefícios franceses. Em troca, o papa adotou uma atitude benevolente e nomeou Beaufort cardeal. Mas os bispos franceses estavam insatisfeitos e expressaram seu descontentamento em uma reunião em Paris, em 1429, para adotar reformas disciplinares no clero.

A ofensiva inglesa de 1428: Orléans

Bedford sequer conseguiu impor sua estratégia ao conselho de regência. Em 1428, quando o Conde de Salisbury desembarcou em Calais com reforços substanciais de homens e equipamentos, decidiu-se lançar uma grande ofensiva para cruzar o Loire e penetrar no coração do Reino de Bourges. O regente teria preferido que a ofensiva fosse feita por Angers, o que lhe permitiria ocupar Maine e Anjou, territórios que lhe haviam sido concedidos pessoalmente com antecedência. O conselho decidiu de outra forma: a ofensiva seria feita por Orléans, uma localização mais central, o que lhes permitiria chegar rapidamente a Bourges. Embora o código de cavalaria tacitamente proibisse atacar as possessões de um prisioneiro de guerra, e o Duque de Orléans ainda estivesse na Inglaterra desde Agincourt, os imperativos estratégicos prevaleceram.

Salisbury foi então encarregado da operação. Ele era, sem dúvida, o mais capaz de realizá-la, pois "tomava castelos e cidades à vontade, já que era muito habilidoso em armas", escreveu o jornal Bourgeois de Paris. Ele começou assegurando o controle sistemático das fortalezas vizinhas. Em agosto e setembro de 1428, ocupou Chartres, Nogent-le-Roi, Beaugency, Marchenoir, Cléry, Janville, Rochefort-en-Yvelines e, em 7 de outubro, iniciou o cerco de Orléans.

A cidade é bastante grande: sem dúvida, com mais de 20.000 habitantes. Situada na margem direita do Loire, é bem defendida por um forte anel de muralhas flanqueado por torres; cinco portões fortificados com pontes levadiças; e algumas defesas externas com parapeitos de terra e paliçadas. Na margem esquerda, desenvolveu-se um subúrbio, ligado à cidade por uma ponte de dezenove arcos. Na extremidade sul desta ponte, para proteger a entrada, ergue-se uma estrutura fortificada composta por duas torres: as Torres. A guarnição é comandada pelo Bastardo de Orléans e compreende cerca de 200 soldados. Há 71 canhões e bombardas de todos os calibres,

todos de cobre, montados nas muralhas, incluindo um grande canhão chamado Rifflard, que dispara balas de pedra de 120 libras. Durante o cerco, um canhão muito grande será fundido, com um alcance extraordinário para a época de 1.500 metros.

Quando Thomas Montague, Conde de Salisbury, chegou diante da cidade, o principal problema tornou-se imediatamente evidente: não havia tropas suficientes para cercá-la completamente, pois o perímetro era muito extenso. Seria impossível impedir totalmente a entrada e saída do inimigo, o que tornava o resultado do cerco problemático se o objetivo fosse subjugar a cidade pela fome. Os ingleses construiriam uma série de bastides fortificadas na margem direita: Saint-Laurent, La Croix-Buisée, Londres, Paris, Rouen e Saint-Loup. Para impedir que suprimentos chegassem à cidade pela margem esquerda, Salisbury decidiu tomar as Tourelles, na entrada da ponte, desde o início, o que foi conseguido após intensos combates. No dia 24 de outubro, ele veio inspecionar a obra e foi mortalmente ferido por uma bala de canhão disparada aleatoriamente por um dos grandes canhões, um veuglaire, instalado na torre de La Croiche-de-Meffray, do outro lado do Loire, a cerca de 500 metros de distância, o que demonstra a eficácia dessas máquinas.

Para os ingleses, isso representou um duro golpe. Bedford, que estava baseado em Chartres para coordenar as operações, substituiu Salisbury pelo Conde de Suffolk, auxiliado pelos Lordes Scales e Talbot. Em seguida, foram feitos os preparativos para um longo cerco. Talbot chegou em 1º de dezembro com um reforço de 300 homens e bombas, que causaram danos consideráveis à cidade.

Do lado francês, a importância desse cerco tornava-se evidente. Para Carlos VII, a queda de Orléans "significaria a destruição total de suas fronteiras e territórios, e de si próprio também", escreveu Monstrelet. Tropas e dinheiro foram, portanto, reunidos para apoiar a cidade. Em 1º de outubro · os Estados Gerais, reunidos em Chinon, votaram um imposto excepcional de 400.000 libras "para resistir aos ingleses, que então detinham grande poder no rio Loire, e para o socorro da cidade de Orléans". O rei da Escócia, contatado, enviou mil homens com seu condestável, John Stuart. Uma aliança havia sido firmada com ele durante o verão: Jaime I deu sua filha, Margarida Stuart, em casamento ao Delfim Luís, um menino alto de cinco anos, o futuro Luís XI.

Saindo de sua habitual apatia, Carlos VII demonstrou interesse pessoal no cerco. Enviou reforços, artilheiros e seu médico pessoal, Jean de Jondoigne. Dunois, o bastardo de Orléans, que parecia poder entrar e sair da cidade à vontade, tão incompleto era o cerco, veio relatar a situação. A defesa foi vigorosa. Em 2 de janeiro de 1429, um ataque inglês ao Portão de Renard foi repelido. A artilharia desempenhou um papel significativo em ambos os lados. Em 11 de janeiro, o Mestre Jean, artilheiro de culverina, conseguiu destruir o telhado da casa fortificada inglesa em Les Tourelles. Pierre Bessonneau, Mestre-Geral e Inspetor de Artilharia do rei, participou das operações.

O problema do abastecimento era crucial, tanto para os sitiantes quanto para os sitiados. Em fevereiro, 300 carroças carregadas de arenque foram enviadas de Paris para as tropas inglesas, escoltadas por John Fastolf. No dia 12, um destacamento francês foi enviado para apreendê-las, mas a "Batalha dos Arenques" foi um completo fiasco, durante o qual John Stuart e seu irmão William foram mortos, assim como William d'Albret e Jean Chabot. O peixe de Fastolf chegou em segurança.

Do lado francês, todos os capitães disponíveis foram convocados para hostilizar os sitiantes. Além de Dunois, estavam Poton de Xaintrailles, La Hire, Raoul de Gaucourt e Jean de Bueil, que tinha vinte e três anos e iniciava uma longa carreira militar, a qual mais tarde relataria em *Le

Jouvencel *. E então, dois outros jovens promissores: os irmãos Chabannes. O mais velho, Jacques, um líder bandido que se tornou camareiro de Carlos VII em 1425, era um formidável escalador de muralhas, e seu irmão, Antoine, se tornaria Conde de Dammartin.

Em abril de 1429, um comboio de suprimentos foi organizado em Blois para subir o rio Loire e reabastecer a cidade sitiada. Era escoltado por La Hire, Ambroise de Loré, Louis de Granville, o almirante da França, Gilles de Rais, e uma jovem recém-chegada da Lorena, Joana d'Arc, sobre quem Dunois e os habitantes de Orléans tinham muitas perguntas. O Bastardo de Orléans havia indagado sobre a jovem enviando o Senhor de Villars e Jamet du Tillet ao rei. Eles retornaram com as seguintes notícias: Joana vinha da região de Bar, perto de Vaucouleurs; ela se apresentava como inspirada, tendo sido incumbida por São Miguel, Santa Catarina e Santa Margarida, particularmente venerados naquela região, da missão de encontrar o Delfim Carlos e coroá-lo em Reims após a libertação de Orléans. Em 4 de março, ela chegou a Chinon, onde Carlos VII estava hospedado. Ele estava extremamente desconfiado e só a recebeu no dia 6. Ele não ficou muito surpreso, pois o fanatismo era comum nessa época de tensões exacerbadas. Infelizmente, o que ocorreu durante a entrevista foi distorcido por lendas hagiográficas, disseminadas pela propaganda real, posteriormente amplificadas pelo patriotismo republicano e orquestradas pela Igreja Católica com tamanha consistência que a lenda adquiriu o status de quase verdade histórica. O único fato comprovado, notavelmente atestado por Raoul de Gaucourt, é que ela estava lúcida: a jovem, para uma pastora, demonstrava uma autoconfiança notável, o que incomodou um pouco o rei. Ele se deixou persuadir pelo Duque de Alençon, um jovem bastante zeloso que chegou a Chinon alguns dias depois e se convenceu imediatamente da missão divina de Joana, a levá-la para ser examinada em Poitiers. Foram realizados exames ginecológicos e teológicos, ambos interligados: a jovem afirmava ser virgem, condição essencial como garantia de virtude e consagração a Deus, e também provando que não havia tido relações com o diabo. Uma vez comprovada sua virgindade, os doutores em teologia verificaram a ortodoxia de suas crenças. O exame foi conclusivo, ao final do qual o advogado do parlamento, Jean Barbin, concluiu: “Dada a situação difícil em que o rei e o reino se encontravam, visto que o rei e os habitantes a ele leais estavam naquele momento em desespero e não conheciam nenhuma esperança de ajuda, exceto a de Deus, o rei poderia recorrer a ela em busca de auxílio”. O frade dominicano Seguin chegou à mesma conclusão: “Relatamos tudo isso ao conselho do rei e fomos da opinião de que, dada a necessidade premente e o perigo em que a cidade de Orléans se encontrava, o rei poderia recorrer a ela em busca de auxílio e enviá-la a Orléans”.

Vamos traduzir: neste momento, arriscamos muito pouco enviando-a para Orléans. É exatamente isso que Carlos VII pensa. O soberano introvertido e hesitante, que também tem apreço por mulheres bonitas, não tem nenhuma afinidade por essa garota com jeito de menino que dá tapinhas no ombro dos soldados e exibe uma autoconfiança insolente. Em nenhum momento o rei demonstra o menor sinal de simpatia por Joana, que é a antítese de seu temperamento e cujo comportamento o irrita. La Trémoille e Regnault de Chartres ficam igualmente chocados com a autoconfiança dela, a autoconfiança daqueles que se consideram inspirados e, portanto, pensam que isso lhes dá o direito de desprezar opiniões contrárias.

Yolande de Anjou financiou a pequena expedição. Carlos VII enviou o Duque de Alençon, que organizou o comboio para Blois, onde Joana chegou após ter mandado confeccionar armaduras e um estandarte em Tours. No final de abril, partiram para Orléans, entrando na cidade no dia 29, após um longo desvio para atravessar o Loire rio acima. Os capitães mostraram-se bastante

relutantes em aceitar a tática rudimentar defendida por Joana: atacar o inimigo diretamente e derrotá-lo com a ajuda de Deus. Dunois preferiu esperar por reforços e, com eles, capturou a bastide de Saint-Loup, a leste da cidade, em 4 de maio. No dia 6, foi realizada uma incursão; atravessaram o Loire rio acima a partir de Orléans e tomaram Les Tourelles, no final da ponte na margem sul, em 7 de maio. No dia 8, preparativos estavam em andamento para uma batalha campal sob as muralhas da cidade, quando os ingleses decidiram levantar o cerco.

A coroação de Carlos VII (1429)

A repentina ocorrência do evento causou forte impacto, conferindo-lhe um ar de milagre. Joana apenas presenciou os combates. Sua presença pode ter encorajado os soldados, mas a retirada inglesa claramente não foi um milagre. Eles sitiavam Orléans havia sete meses e acabavam de sofrer duas derrotas. O bom senso lhes dizia que persistir era inútil. Em Paris, havia consternação. Le Bourgeois estava perplexo; não conseguia acreditar na história de uma "donzela armada". Os capitães ingleses estavam furiosos. Talbot fervia de raiva pela covardia dos homens que se impressionaram com essa "vaca prostituta". Bedford é mais polido, mas escreve a Henrique VI que "o motivo do desastre reside, em minha opinião, em grande parte nas ideias tolas e no medo irracional inspirados em seu povo por uma discípula e serva do diabo, chamada a Donzela, que usou falsos encantamentos e feitiçaria".

A notícia espalhou-se rapidamente, através de correspondência de importantes casas comerciais e bancos: na Itália e na Alemanha, o evento foi comentado e o mito surgiu: o nascimento de Joana foi rodeado de fenômenos maravilhosos; ela nunca perdeu uma única ovelha; ela conseguia permanecer armada por seis dias e seis noites… O mais contido foi Carlos VII, que, em uma carta circular enviada às cidades do reino para anunciar a libertação de Orléans, mencionou a presença de Joana apenas de passagem, de forma bastante anedótica: "A Donzela… sempre esteve pessoalmente envolvida na execução de todas essas coisas."

Em Londres, havia grande preocupação. A derrota em Orléans foi sentida como uma afronta à nação: Joana d'Arc havia contribuído tanto para o desenvolvimento do patriotismo inglês quanto para o francês. Bedford solicitou reforços. Era precisamente nessa época que o Cardeal Beaufort reunia tropas em Kent para liderar uma cruzada contra os hussitas, a pedido do Papa. Não era o momento de desviar soldados para a Europa Central. A expedição foi cancelada. Bedford também solicitou que Henrique VI fosse coroado, a fim de reforçar sua legitimidade. Em novembro de 1429, isso aconteceu em Westminster, com sua coroação como Rei da Inglaterra; mas ele também precisava ser coroado Rei da França.

A prioridade imediata era restabelecer a situação militar, que se deteriorava cada vez mais. Após a vitória em Orléans, os franceses capturaram Jargeau em 12 de junho; o Conde de Suffolk foi feito prisioneiro; em seguida, Beaugency caiu. E em 18 de junho, o desastre se abateu sobre o exército inglês. Apesar de ser comandado por seus melhores capitães — Talbot, Fastolf e Scales — foi completamente derrotado entre Orléans e Chartres, em Patay, pelas forças francesas lideradas por Richemont, que finalmente fora autorizado a retornar, La Hire, Xaintrailles, Gaucourt, Dunois, Alençon, Lafayette, o Conde de Laval e Gilles de Rais — um número considerável de comandantes. A batalha foi extremamente confusa, com um desentendimento entre Talbot e Fastolf causando pânico e, por fim, a debandada. Os ingleses sofreram 2.000 mortos e 200 prisioneiros, incluindo Talbot e Scales. John Talbot, absolutamente furioso, acusa Fastolf de ser o responsável pela derrota e de ter fugido como um covarde. A rivalidade entre os dois homens é antiga. Fastolf, que havia capturado o Duque de Alençon em Verneuil, reclamara que não

recebera a sua parte integral do resgate. Em 1426, ele recebera a Ordem da Jarreteira após seus sucessos em Maine, mas Talbot o substituira como governador de Anjou e Maine. Sua vitória na Batalha dos Arenques provocara o ciúme de Talbot, que agora se vingava acusando-o de covardia. Essa acusação é adotada por Monstrelet e parece ser a origem da caricatura totalmente injusta que Shakespeare criaria mais tarde do personagem, sob o nome de Falstaff, em *Henrique IV* .

Os franceses então se viram diante de uma escolha entre duas opções: a reconquista da Normandia, uma opção estratégica defendida por La Trémoille e Regnault de Chartres, e a coroação de Carlos VII em Reims, uma opção simbólica vigorosamente defendida por Joana d'Arc, que acabou prevalecendo. O problema era que Reims estava em território inimigo; um caminho teria que ser aberto à força. A empreitada era arriscada, e o rei não estava particularmente entusiasmado. Mesmo assim, ele reuniu um exército em Gien e partiu em 29 de junho. Ele precisava tirar proveito da desorganização inglesa. Havia obstáculos ao longo do caminho, e levaria dezessete dias para percorrer os 250 quilômetros de Gien a Reims. A rota passava por território borgonhese, e as guarnições das cidades ao longo do caminho estavam bastante hesitantes, já que a posição de Filipe, o Bom, era incerta. Em Auxerre, as negociações duraram três dias antes que os habitantes finalmente concordassem em fornecer provisões ao exército. Troyes era um obstáculo ainda mais formidável. Local da assinatura do tratado que foi a origem de todos os problemas, a cidade estava bem defendida por uma guarnição de 600 ingleses e borgonheses e se preparava para um cerco. Mas a Guerra de Troia não aconteceria: o bispo e os habitantes da cidade, impressionados com os preparativos franceses, cederam. A marcha continuou. Châlons-sur-Marne abriu seus portões em 12 de julho e, no dia 16, estavam diante de Reims, cujo capitão, o Senhor de Châtillon, não se considerava capaz de resistir. Carlos entrou em Reims na noite de sábado, 16 de julho. Foi coroado na manhã seguinte, dia 17, na catedral.

insígnias: cetro, mão da justiça, estandarte, coroa — tiveram que ser reunidos às pressas . Mas todos esses objetos estavam em Saint-Denis, em posse dos ingleses. Portanto, cópias teriam que ser usadas. Contudo, ainda havia um pouco de crisma sagrado na ampola sagrada trazida por um anjo para o batismo de Clóvis, que milagrosamente se mantivera em um nível constante desde então. Foi verdadeiramente milagroso. Joana d'Arc ficou radiante.

Que se tratou de uma coroação apressada é óbvio. Várias figuras proeminentes estiveram notavelmente ausentes: a rainha, o condestável, o primeiro par do reino (o Duque da Borgonha), o Duque da Bretanha (outro par secular) e o Bispo de Beauvais (um par eclesiástico). Não existe nenhum relato da cerimônia, embora os cronistas geralmente se dediquem a descrever com entusiasmo o esplendor do ritual. Esperava-se, contudo, que o efeito fosse o mesmo. Pois a coroação deveria conferir ao rei um prestígio simbólico essencial à sua autoridade, conferindo-lhe uma legitimidade de origem divina. O primeiro soberano a ser ungido e consagrado foi Luís, o Piedoso, filho de Carlos Magno, em 816, e desde Henrique I, em 1026, apenas um rei não havia sido coroado em Reims: Luís VI. A coroação torna o rei uma figura excepcional, participante da natureza divina, e esse aspecto foi consideravelmente reforçado desde meados do século XIV . Durante o reinado de Carlos V, avô de Carlos VII, o carmelita Jean Golein, em seu *Tratado sobre a Coroação* , compara-a à entrada na vida religiosa e ao batismo: confere um novo status à pessoa e apaga todos os seus pecados.

A coroação de 1429, realizada em condições particularmente difíceis, acentuou o elemento sobrenatural aos olhos dos contemporâneos: a intervenção divina, para muitos, parecia evidente. O rei havia milagrosamente aberto caminho através de território hostil até Reims; ele foi guiado por Joana d'Arc, cuja fama atingiu o seu auge. Em muitos lugares, ela começou a ser venerada

como santa; objetos e doentes eram levados a ela para serem tocados; em Lagny, chegaram a pedir que ela ressuscitasse uma criança; estatuetas foram feitas em sua homenagem; canções foram compostas sobre ela; acreditava-se que ela podia desencadear tempestades; na Alemanha e na Itália, seu caso foi tema de muita discussão. Alguns líderes buscaram sua ajuda, como Bona Visconti, para recuperar o Ducado de Milão. Os próprios intelectuais foram contagiados pelo entusiasmo: Jean Gerson, que estava exilado em Lyon, escreveu uma defesa de Joana d'Arc em junho, pouco antes de sua morte em 12 de julho. Christine de Pisan celebra o evento da coroação em 448, que ela também atribui à intervenção divina.

De uma coroação a outra (1429-1431)

E a coroação criou um ímpeto que Joana d'Arc esperava aproveitar. Cidades em Soissonnais, Valois, Picardia e nas regiões de Senlis e Beauvais enviaram mensageiros espontaneamente, levando suas chaves ao soberano. O próprio Duque da Borgonha parecia hesitante. De qualquer forma, ele estava sendo cortejado por ambos os lados. Já em 30 de junho, La Trémoille havia iniciado negociações; em 16 de agosto, Regnault de Chartres chegou a Arras e fez ofertas atraentes. Por sua vez, Bedford o convidou para passar alguns dias em Paris, de 10 a 15 de julho, ofereceu festividades em sua homenagem e o cobriu de presentes. Em seguida, enviou Hugues de Lannoy. Filipe estava agora, mais do que nunca, na posição de árbitro.

Bedford agora esperava um ataque a Paris, cujas defesas ele reforçou. Em 25 de julho, finalmente recebeu reforços dos soldados que seu tio, Henrique Beaufort, havia equipado para a Cruzada Hussita, e, em vez de esperar por Carlos VII, foi ao seu encontro em 4 de agosto. No dia 14, os dois exércitos se enfrentaram perto de Senlis. Durante todo o dia 15 de agosto, observaram-se mutuamente, imóveis, sob um sol escaldante e em meio a uma poeira cegante: "Havia tanta poeira que não se conseguia distinguir franceses de ingleses", disse Perceval de Cagny. Por fim, nenhum dos dois ousou entrar em combate. O rei retomou sua curiosa jornada, que refletia sua hesitação. Em 18 de agosto, entrou em Compiègne; em 7 de setembro, estava em Saint-Denis. Ele não tinha intenção de sitiar Paris seriamente, onde as fortificações de Carlos V, defendidas por 2.000 soldados anglo-borgonheses, representavam um obstáculo formidável. Para testar as defesas, ele permitiu que os entusiastas — o Duque de Alençon, Raoul de Gaucourt, Gilles de Rais e Joana d'Arc — tentassem um ataque no dia 8 contra o portão de Saint-Honoré. Joana d'Arc era a curiosidade do dia, "uma criatura em forma de mulher, a quem chamavam de Donzela", escreveu Le Bourgeois. Copiosamente chamada de "vadia", "prostituta" e "a prostituta do Delfim", ela foi ferida na perna por uma flecha de besta.

O ataque é repelido, o feitiço quebrado. Em 13 de setembro, o rei ordena sua partida. Ele retorna aos seus castelos em Berry. O que fazer com Joana d'Arc agora? Ela não demonstra nenhuma intenção de voltar para suas ovelhas e começa a irritar seriamente a comitiva real. Encontram para ela um pequeno trabalho para o inverno: a cinquenta quilômetros de Bourges, há um líder bandido a serviço dos anglo-borgonhês, Perrinet Gressart. Já que ela está tão disposta a lutar, deixam-na ir e desalojá-lo. É um fracasso completo, o que faz mais de uma pessoa escárnio. No final de dezembro, Carlos VII enobrece a Donzela e toda a sua família pelos "serviços louváveis, graciosos e úteis já prestados, de qualquer forma, pela dita Joana d'Arc". Em abril de 1430, ele a envia com algumas tropas para a Île-de-France, para ajudar a guarnição de Compiègne, que estava ameaçada pelos borgonheses.

A situação era de fato confusa. No final de agosto de 1429, o rei e o duque da Borgonha haviam concluído uma trégua que terminaria em 1º de janeiro de 1430. Ela estipulava a organização

de uma conferência de paz, e Carlos VII havia prometido verbalmente devolver Compiègne, Creil, Pont-Sainte-Maxence e Senlis. Mas os habitantes recusaram a transferência. Sentindo-se enganado, Filipe adiou a conferência e decidiu retomar as cidades à força. O rei acusou o duque de duplicidade e, portanto, enviou soldados contra os borgonheses. Joana d'Arc chegou a Compiègne em 13 de maio. No dia 23, ela liderou uma incursão, e quando tentou retornar, o capitão da cidade, Guilherme de Flavy, mandou fechar o portão, temendo que os borgonheses atacassem os franceses, com quem estavam em combate corpo a corpo. Cercada e perplexa, Joana rendeu-se ao bastardo de Wandonne, um homem de Jean de Luxemburgo, bispo de Thérouanne e um dos principais tenentes do Duque da Borgonha.

Houve rumores de traição, o que é bastante plausível. Numerosas crônicas a mencionam, a começar pela *Crônica de Joana d'Arc* : "Alguns dizem que um dos franceses foi o responsável por impedir sua retirada; o que é fácil de acreditar"; segundo a *Crônica de Henrique Token* , Joana é vítima do ciúme "dos capitães que mal suportavam ter uma jovem liderando-os". A *Crônica de Flandres* afirma que houve uma conspiração genuína: "Depois, muitos disseram e afirmaram que, por inveja dos capitães franceses, combinada com o favoritismo que alguns membros do conselho do rei tinham com Filipe da Borgonha e Sir João de Luxemburgo, eles conspiraram para que a dita jovem fosse queimada viva".

Essa expressão "alguns membros do conselho do rei" poderia se referir a La Trémoille, cujos planos ardilosos foram frustrados pelas vitórias de Joana d'Arc, e a Regnault de Chartres, o Arcebispo de Reims, que por acaso estava em Compiègne em maio de 1430, onde encontrou seu antigo pupilo, Guilherme de Flavy. O que é certo é que Joana era uma pedra no sapato de muitos em ambos os lados, e que sua captura aliviou o fardo de muitos partidários de Carlos VII. Escrevendo para sua diocese em Reims, o arcebispo não escondeu sua satisfação. Ela era muito autoconfiante, disse ele, "não queria aceitar conselhos, mas fazia tudo como bem entendia".

Joana d'Arc está em poder de João de Luxemburgo. Os ingleses pressionam-nos para que a adquiram, mas não há qualquer menção a resgate. Não se resgata um símbolo. A ideia é julgá-la por heresia, para inverter os papéis: mostrar que a sua "missão divina" é, na verdade, diabólica, e que, portanto, Deus está do lado dos ingleses. Para ambos os lados, trata-se puramente de propaganda. No início de dezembro, Joana é vendida aos ingleses por 10.000 libras. Bedford decide que o julgamento ocorrerá em Rouen, presidido por Pierre Cauchon, Bispo de Beauvais, visto que foi na sua diocese que a captura aconteceu. Joana d'Arc foi condenada em maio de 1431 como "herege, herege reincidente, idólatra" e queimada na fogueira em Rouen, no dia 30 de maio. A propaganda inglesa, por meio de pregadores, deu máxima publicidade ao evento, e Henrique VI ordenou ao Duque da Borgonha que afixasse a sentença em todos os lugares, para que "daqui em diante as pessoas pudessem estar mais seguras e melhor alertadas para não acreditarem em erros semelhantes aos que prevaleceram por ocasião da referida donzela". Na Inglaterra, o episódio contribuiu para o aumento da xenofobia. As tensões aumentaram contra os súditos franceses do rei. Em Londres, os bairros de má reputação ao sul do Tâmisa eram conhecidos por serem frequentados por espiões e criminosos da Picardia, Flandres, Gasconha e França. O séquito francês da Rainha Mãe Catarina de Valois era visto com muita desaprovação, e os borgonheses não eram muito mais bem vistos: os súditos de Filipe, o Bom, na Flandres, eram rivais. A consciência da identidade insular foi construída em oposição ao continente, e a xenofobia irrompeu em tratados como o *Libelle of Englysche Polycye* , de 1436.

Com a problemática Joana d'Arc eliminada, a guerra pôde retomar seu curso normal. De fato, ela não havia cessado durante o cativeiro e julgamento da Donzela. Os anos de 1430 e 1431 foram

particularmente turbulentos. O Duque de Bedford enfrentou inúmeras dificuldades, além da questão de Joana d'Arc. A Normandia continuava sendo um foco de agitação, mantendo muitas tropas ocupadas. Calais era motivo de preocupação, um dreno financeiro, e periodicamente, tropas mal pagas confiscavam carregamentos de lã. A Aquitânia, um tanto negligenciada desde que os combates se deslocaram para o norte do Loire, estava vulnerável a um ataque francês: o Senescal John Rascliffe contava com apenas 200 ou 300 homens em fortificações dilapidadas. A Escócia também precisava ser monitorada, já que o Rei Jaime continuava enviando reforços a Carlos VII. E na própria Inglaterra, Gloucester permanecia turbulenta; tumultos eclodiram em Kent em 1428, devido aos abusos cometidos pelas tropas mal pagas que aguardavam sua transferência para a França.

Para reforçar a posição inglesa, abalada pelo caso de Orléans e pela coroação em Reims, Bedford acreditava ser essencial que Henrique VI também fosse coroado na França: aos olhos da opinião pública, um rei coroado era imbuído de autoridade divina. Henrique VI tinha agora oito anos; era um homem feito. A viagem foi, portanto, decidida e organizada em grande escala: a majestade e o poder do rei inglês tinham de ser demonstrados perante os súditos franceses. Trezentas pessoas acompanhariam o soberano, incluindo oito duques e condes — Norfolk, York, Devon, Arundel, Warwick, Stafford, Huntingdon e Ormond — e uma dúzia de outros lordes, cinco cirurgiões, 137 valetes e 182 servos diversos. A viagem custaria 22.000 libras.

Em 21 de abril de 1430, Henrique VI partiu de Dover para Calais, onde as defesas e as medidas de segurança haviam sido reforçadas. No entanto, teve de esperar várias semanas antes de poder prosseguir viagem devido à presença de destacamentos franceses a norte do Vale do Sena. Foi apenas na última semana de julho que o rei chegou a Rouen, onde permaneceria durante dezesseis meses, aguardando condições favoráveis para a sua cerimónia de coroação em Paris.

A situação está – mais uma vez – confusa. Em outubro de 1430, o cerco de Compiègne foi levantado; La Hire chegou a fazer incursões na Normandia; o Duque da Borgonha estava em apuros: Liège se rebelou, o Duque Frederico da Áustria, o futuro Imperador Frederico III, assinou um acordo com Carlos VII; um exército borgonhês foi completamente derrotado por Raoul de Gaucourt no Delfinado, e tropas francesas percorriam os Charolais e o Mâconnais. Filipe, o Bom, desiludido com a aliança inglesa, escreveu uma carta de reprovação a Henrique VI em 4 de novembro e recusou a Ordem da Jarreteira oferecida por Bedford. O Papa o encorajou a reconciliar-se com Carlos VII.

Mas nem tudo ia bem no acampamento deste último. A guerra particular entre Richemont e La Trémoille havia recomeçado. Outros conflitos locais devastavam Auvergne e Gévaudan. Os Condes de Armagnac e Foix estavam novamente em conflito, assim como os Duques de Alençon e da Bretanha. Em 1431, o acampamento de Carlos VII sofreu grandes reveses. Em julho, La Hire, Xaintrailles e o Marechal de Boussac reuniram tropas entre Beauvais e Senlis, com o objetivo de marchar sobre Rouen. Levavam consigo a nova maravilha, um jovem pastor de Gévaudan, que também alegava estar inspirado e, além disso, portava os estigmas. Segundo Regnault de Chartres, "ele não disse nada mais nem menos que Joana", e, pelo menos, obedeceu. Se o encanto da Donzela funcionara em Orléans, por que não tentar o encanto da virgem em Rouen? Mas desta vez, Talbot, libertado, Warwick e Suffolk não foram pegos de surpresa. O exército francês foi disperso, o pastor foi capturado, desfilado em Paris e afogado no Sena; Xaintrailles foi capturado. Essa "Derrota do Pastor", como ficou conhecida, foi seguida por outro revés em outubro: a captura de Louviers pelos ingleses após um cerco de vários meses. A cidade era defendida por Étienne de Vignolles, conhecido como La Hire, que realizou feitos heroicos, mas também foi feito prisioneiro. Essa foi

uma captura significativa, pois ele era um líder "ilustre entre os líderes de guerra franceses", segundo Thomas Basin, um capitão temido por sua natureza violenta, "o pior, o mais tirânico e o menos digno de pena de todos os capitães dos Armagnacs, e foi apelidado por sua maldade de La Hire", em certo sentido, "a ira de Deus", escreveu o Burguês de Paris. O rei rapidamente garantiu sua libertação pagando parte de seu resgate. Quanto a Xaintrailles, ele foi levado para a Inglaterra em 1432, mas a partir de 1435 esteve envolvido em todas as campanhas da guerra.

Outro revés para as forças de Carlos VII em 1431 foi a derrota e captura de René de Anjou, filho de Yolande, em Bulgnéville, na Lorena, em 2 de julho, pelos anglo-borgonheses. René herdara o Condado de Bar em 1430 e o Ducado da Lorena em 1431, após a morte de seu sogro, o Duque Carlos II. Filipe, o Bom, que cobiçava a Lorena, cujo território dividia suas próprias possessões entre Borgonha-Franco-Condado ao sul e Flandres-Artois-Hainaut-Holanda ao norte, apoiou o rival de René: Antônio da Lorena, Duque de Vaudémon, sobrinho de Carlos II. A captura de René em Bulgnéville foi uma vitória significativa para o Duque da Borgonha. René permaneceria em cativeiro por seis anos, teria que pagar um enorme resgate de 400.000 écus e dar sua filha em casamento ao Conde de Vaudémont.

Com esses eventos tendo melhorado a situação militar inglesa, Bedford finalmente pôde arriscar levar Henrique VI a Paris para sua coroação no final de novembro de 1431. Antes disso, o Vale do Sena, que se estende desde Rouen, precisava ser assegurado. Reforços chegaram durante o verão para fortalecer as guarnições. O rei fez sua entrada solene na capital pelo Portão de Saint-Denis no primeiro domingo do Advento. Ele tinha então dez anos e não inspirava entusiasmo popular. Era um menino retraído, tímido e apático, extremamente piedoso, que passava a maior parte do tempo na capela e detestava exercícios militares. Desde cedo, ganhou a reputação de ser simplório e, mais tarde, mergulharia na loucura antes de terminar miseravelmente como prisioneiro na Torre de Londres durante a Guerra das Rosas. O historiador britânico R.A. Griffith, que lhe dedicou uma biografia brilhante, certamente demonstrou que a reputação de Henrique VI como um rei fanático e simplório foi em grande parte fabricada pela propaganda Tudor após a sua morte, e essa imagem foi, mais uma vez, consolidada pelo gênio shakespeariano. No entanto, esse jovem frágil era demasiado frágil para suportar o duplo legado da monarquia anglo-francesa herdado de seu formidável pai, Henrique V.

A coroação, aliás, foi tão desastrosa quanto a de seu rival, Carlos VII. Primeiro, a tradicional cidade de Reims, considerada muito exposta, teve que ser abandonada. E então, os parisienses ficaram desapontados. Bedford fez o seu melhor: uma procissão suntuosa, apresentações de rua, um banquete, mas o entusiasmo não era genuíno. A ausência de onze dos doze pares do reino foi lamentada; os ingleses monopolizaram a cena: foi o Cardeal-Bispo de Winchester, Henry Beaufort, quem oficiou a cerimônia, e a Catedral de Notre-Dame, naquele 16 de dezembro de 1431, estava repleta de grandes senhores vindos do outro lado do Canal da Mancha. O burguês parisiense expressou sua amargura ao ver "todos esses ingleses", cuja língua ele não entendia: "Nós não os entendemos, e eles não nos entendem". E então, disse ele, a celebração foi insignificante: qualquer burguês teria se saído melhor no casamento de sua filha. No banquete, a comida foi servida ao estilo inglês: carne cozida três dias antes e mais ou menos reaquecida; nenhuma distribuição aos pobres, nenhum perdão para os prisioneiros. Tinha-se mesmo a impressão, disse o burguês, de que os ingleses queriam se livrar dessa tarefa o mais rápido possível: "Os ingleses estavam encarregados da tarefa e não se importavam com a honra envolvida, contanto que se livrassem dela, e na verdade ninguém jamais a elogiou."

Henrique VI não se demorou em Paris. Em 26 de dezembro, partiu da capital para Rouen e depois para Calais. Em 29 de janeiro de 1432, estava em Dover, *finalmente de volta para casa* ! Ele nunca mais pisaria em seu reino da França.

O conflito está perdendo força (1432-1435)

E a guerra prosseguiu, tornando-se cada vez mais fragmentada. Em 1432, uma ousada operação de comando, organizada por um frade franciscano e um especialista em escalada da região de Béarnais, Pierre de Biou, quase resultou na captura de Rouen em fevereiro. Em abril, Dunois tomou Chartres, graças a um estratagema clássico: soldados disfarçados de mercadores bloquearam a ponte levadiça virando sua carroça. Em agosto, Bedford foi forçado a levantar o cerco de Lagny. Em 1433, Sillé-le-Guillaume caiu nas mãos dos ingleses. Em 1434, Lord Scales sitiou o Mont-Saint-Michel, mas o ataque foi repelido, e duas de suas bombas ainda adornam a entrada da rocha até hoje. Em março, Talbot capturou Creil. Tropas francesas e inglesas cruzaram as regiões de Beauvaisis, Vermandois e Picardia. Tudo isso pouco contribuiu para o avanço da guerra, mas certamente exauriu os três lados opostos.

Bedford foi quem mais sofreu. Exausto, desmaiou em Lagny e teve que se retirar para a Normandia. 1432 foi um ano sombrio para ele; o banditismo se intensificou nos arredores de Paris, onde, segundo Le Bourgeois, os ladrões "ficaram tão enfurecidos que nem pagãos nem lobos raivosos jamais fizeram pior aos cristãos do que fizeram às pessoas de bem". Em 14 de novembro, o regente perdeu sua esposa, Ana da Borgonha, de 28 anos. Ela havia conquistado a simpatia dos parisienses, e sua morte rompeu o principal elo entre seu irmão, Filipe, o Bom, e Bedford. 1433 não foi melhor para este último: conspirações anti-inglesas em Paris, revoltas na Normandia e motim em Calais. O duque foi para lá em abril e reprimiu a revolta com dureza: quatro execuções e dez exílios. Ele aproveitou a viagem para se casar com uma jovem de 17 anos, Jacquette de Luxemburgo, em Thérouanne. O Duque da Borgonha ressentiu-se disso: não só havia ficado viúvo apenas cinco meses após a morte de sua irmã Ana, como a nova esposa era sobrinha de Luís de Luxemburgo, que estava em maus termos com Filipe; além disso, o pai de Jacquette era o Conde de Saint-Pol, vassalo da Borgonha; Bedford deveria ter pedido a permissão deste último, o que não fez. Ademais, suas relações com o irmão Gloucester voltaram a ficar tensas. Este criticou sua condução dos assuntos franceses e o acusou de negligenciar Calais. Bedford teve que ir à Inglaterra para se defender.

Ele estava assolado por preocupações financeiras. Em 1433, as despesas de manutenção, guarnição e fortificação em Calais totalizaram 11.930 libras, enquanto as receitas atingiram apenas 2.866 libras; a Gasconha consumiu 4.138 libras; no total, as despesas somaram 80.700 libras, contra 64.800 libras em receitas. Os custos da coroação foram cobertos apenas por meio de empréstimos. Em 1432, o Parlamento votou apenas metade do imposto solicitado; em 1433, os próprios empréstimos foram mal pagos.

Em 1434, a situação na Normandia saiu completamente do controle. Para combater o banditismo desenfreado, surgiu a brilhante ideia de armar os camponeses e treiná-los em autodefesa. Na região de Saint-Pierre-sur-Dives, um incidente se agravou. Milhares de camponeses se reuniram para lutar contra as guarnições inglesas saqueadoras. Os camponeses foram massacrados por cerca de 300 cavaleiros: 1.300 mortos. Para aplacar a fúria dos habitantes, Bedford mandou decapitar alguns dos líderes. Mas ele precisava desesperadamente de dinheiro: em setembro, exigiu que os Estados da Normandia aprovassem uma ajuda exorbitante de 244.000 libras. Isso desencadeou uma revolta. Em pleno inverno, em meio à neve, milhares de camponeses

convergiram para Caen. Sem liderança e sem estratégia, estavam fadados ao massacre. Foi Thomas Basin, bispo de Lisieux, quem relatou esses eventos: “Como eles estavam lá havia apenas alguns dias, o frio, a fome e a falta de roupas os dominaram; muitos deles foram mortos e esquartejados por um pequeno grupo de ingleses, de modo que tiveram que partir à noite e se dispersar em todas as direções. A maioria, com medo de voltar para casa por receio dos ingleses, fugiu para o interior da floresta.”

Em um contexto tão difícil, Bedford foi forçado a considerar a negociação. Uma tentativa foi feita em 1432 em Cambrai, sob os auspícios do Cardeal Nicolas Albergati, enviado pelo Papa. Outra tentativa foi feita em Corbeil em 1433 e novamente em 1434, sem sucesso. Em 1435, o regente concordou em enviar uma grande delegação ao importante congresso que estava sendo preparado para agosto em Arras. Isso representava uma chance real de alcançar a paz geral, já que tanto os parceiros quanto os adversários estavam igualmente exaustos.

Filipe, o Bom, por sua vez, desejava desesperadamente pôr fim a esse conflito ruinoso. Ele tinha outras preocupações: a agitação em Liège e Namur, a atitude ameaçadora de Frederico do Tirol, Duque da Áustria, e do Imperador Sigismundo, que o considerava "ousado demais". Assim, em janeiro de 1435, Filipe encontrou-se em Nevers com enviados de Carlos VII: Richemont, Lafayette e Regnault de Chartres. Prevalecia um clima amistoso, com abraços calorosos e largos sorrisos trocados entre esses homens que até então se declaravam inimigos mortais, levando alguns a comentar, segundo um cronista: "Ele foi um tolo que foi à guerra e se deixou matar por eles". Concordaram em se encontrar novamente em uma conferência de paz, onde "ofertas razoáveis" seriam feitas aos ingleses. Esta conferência ocorreria em Arras, em agosto.

Bedford e Filipe da Borgonha estavam dispostos a negociar, o que agradou a Carlos VII, que viu uma oportunidade de separar seus dois adversários. Em 1432, o Duque da Bretanha mudou de lado mais uma vez, retornando aos franceses, o que permitiu a Richemont recuperar o favor do rei. O Condestável já havia eliminado vários dos favoritos do rei pela força: o assassinato de Pierre de Giac em 1427 e, no mesmo ano, o de Camus de Beaulieu. Agora, ele se livrou de La Trémoille, a quem prendera na noite de 3 de junho de 1433, em Chinon, a poucos passos dos aposentos do rei. Foi uma verdadeira tentativa de assassinato, durante a qual o corpulento Georges foi esfaqueado, com uma lâmina que não era longa o suficiente para penetrar sua proteção natural, a camada de gordura que o envolvia. La Trémoille escapou com um ferimento superficial, mas foi exilado para seu castelo em Sully.

A nova equipe governante tinha duas cabeças: Richemont e Carlos de Anjou, um jovem de dezoito anos, terceiro filho de Yolande. Inteligente e charmoso, ele também compartilhava dos prazeres e amantes do rei, sob o olhar atento de sua mãe, que continuava a colocar seus filhos em posições de poder. O filho mais velho, Luís III de Anjou, morreu em 14 de novembro de 1434, e foi seu irmão mais novo, René, quem herdou todos os seus títulos, acrescentando-os aos seus: Duque de Anjou, Duque de Maine, Duque de Lorena, Duque de Bar, Conde da Provença, Rei de Nápoles e da Sicília, mas ele estava preso desde Bulgnéville. Yolande administrava seus interesses e, de certa forma, governava a França: sua filha Maria era esposa do rei e mãe do Delfim, e seu filho Carlos era o favorito do rei, cujas amantes também eram suas protegidas. O clã angevino dominava a Corte: jovens como Pierre de Brézé, Jean de Bueil e Bertrand de Beauvau, cujo papel estava em ascensão, permaneceram leais a ele. Quanto aos demais, havia alguns remanescentes da era anterior, como Regnault de Chartres, o chanceler, e Robert le Maçon, além de novos talentos como Étienne Chevalier, Guillaume Cousinot, os irmãos Bureau e Prigent de Coëtivy.

O rei agora está bem cercado. Aos poucos, ele se torna "o bem-servido", antes de se tornar "o vitorioso". Ele gradualmente restaura a ordem no reino. Na primavera de 1434, ele viaja pelo sul. Em Vienne, preside os Estados de Languedoc, que lhe concedem um auxílio extraordinário de 170.000 ovelhas de ouro. Lá, ele recebe embaixadores do imperador, do Marquês de Ferrara e também do Concílio de Basileia. A situação dentro da Igreja está se deteriorando novamente. Após o Cisma, a crise conciliar. Em 1431, o novo papa, Eugênio IV, convocou um concílio em Basileia, que rapidamente escapou de seu controle. Prelados reformistas pretendiam impor mudanças na disciplina do clero, bem como na liderança da Igreja. O papa dissolveu o concílio, que se recusou a acatar as ordens. Em 1432, Carlos VII convocou seus bispos em Bourges, que aprovaram o concílio. O concílio ameaçou depor o papa. O espectro do cisma ressurgiu. Essa era a situação quando, em Viena, os delegados de Basileia, o Cardeal Luís Alemán, conhecido como Cardeal de Arles, e o Cardeal de Chipre, Hugo de Lusignan, pediram ao rei que interviesse em nome do concílio. Ele tentou adiar. Todos reconheciam a necessidade de uma grande reunião internacional para resolver os conflitos que dilaceravam a cristandade, particularmente a interminável guerra anglo-francesa. A reunião foi marcada para julho de 1435 em Arras.

Congresso e Tratado de Arras (julho-setembro de 1435)

O Congresso de Arras foi um dos maiores encontros internacionais da Idade Média. Nada parecido havia sido visto em tempos recentes. Isso gerou problemas com moradia e estábulos, e trouxe alegria e riqueza aos mercadores e prostitutas da cidade. As discussões durariam mais de um mês. E, claro, o congresso foi um evento animado; festas, banquetes, danças e torneios se sucediam, para grande deleite dos correspondentes que cobriam as festividades.

Os ingleses foram os primeiros a chegar. Uma imponente delegação, incluindo o Cardeal Beaufort, Bispo de Winchester e tio-avô do rei, o Arcebispo de Canterbury, os Bispos de Norwich e St. David's, os Condes de Suffolk e Huntingdon e o Guardião do Selo Privado. Em 23 de julho, chegaram os borgonheses, liderados pelo próprio Duque Filipe. Sua procissão não foi menos impressionante: ele estava acompanhado pelo Duque de Guelders e 200 cavalos, o Duque de Cleves e 24 cavalos, o Conde de Étampes e 40 cavalos, o Conde de Nassau e 86 cavalos, e uma multidão de duques, condes e lordes da Holanda, Flandres e Brabante, com centenas de camareiros, mordomos, escudeiros e outros servos: 2.000 pessoas no total, estimou o Herald, o Velocino de Ouro.

Em 31 de julho, chegou a delegação francesa: o Duque de Bourbon e o Marechal Lafayette, com 25 cavaleiros, 30 cavalheiros e 200 cavalos; o Condestável de Richemont, "muito numeroso e acompanhado por sete cavaleiros e escudeiros, cerca de quarenta". Carlos VII também estava representado pelo Arcebispo Regnault de Reims, com 55 cavalos, o Conde de Vendôme, com 60 cavalos, e muitos outros; no total, cerca de 1.000 cavaleiros.

Em 3 de agosto, chegou a Duquesa da Borgonha, "e foi recebida por brabantes, hainautenses, holandeses, flamengos, artois, picardos, burgúndios, namurianos e muitas outras pessoas, senhores e príncipes...". Entretanto, representantes dos reis da Polônia, Castela, Aragão, Navarra, Portugal, Chipre, Dinamarca, Sicília, o Imperador, o Duque da Bretanha, Iolanda de Anjou, a Universidade de Paris, o Parlamento e inúmeras cidades já haviam chegado. O Concílio de Basileia foi representado pelo Cardeal de Chipre, que chegou já em 8 de julho com 150 pessoas, incluindo muitos bispos de toda a Europa, o Abade de Vézelay, seus auditores, "um mestre de teologia, seu confessor, seis capelães, dezesseis cavalheiros, todos os membros de sua casa". Em 13 de julho, o homem que presidiria as negociações entrou em Arras: Nicolas Albergati, Cardeal de Sainte-Croix,

legado do Papa Eugênio IV. Ele tinha como secretário um futuro papa, Enéias Sílvio Piccolomini, e uma importante comitiva.

Os assuntos sérios começaram em 5 de agosto com as negociações franco-britânicas. As duas delegações estavam em salas separadas, entre as quais o legado transitava. Desde o início, suas posições pareceram irreconciliáveis. Os ingleses apresentaram primeiro suas propostas: Henrique VI seria reconhecido como Rei da França; Carlos, o "Delfim", manteria todos os territórios que efetivamente controlava, aproximadamente ao sul do Loire, pelos quais prestaria homenagem ao Rei da França e da Inglaterra; ele também teria que devolver, em troca de compensação, as cidades e fortalezas recentemente e ilegalmente conquistadas; uma de suas filhas se casaria com Henrique VI, e uma trégua de trinta a quarenta anos seria concluída. Essa proposta foi recebida com risos e exclamações indignadas por parte dos franceses. Para eles, era impensável que Carlos VII renunciasse ao título de Rei da França. A situação militar no terreno não justificava mais tais exigências dos ingleses.

O que propuseram? Que Henrique VI renunciasse ao título de Rei da França; em troca, receberia a Guiana e a Normandia, talvez até mesmo o Condado de Alençon e o Mont-Saint-Michel, pelos quais prestaria homenagem a Carlos VII; o princípio do casamento era aceito, mas uma paz verdadeira, e não apenas uma trégua, precisava ser alcançada. "Ridículo e risível", declararam os ingleses. Para Lord Hungerford, essas eram "zombarias e desprezo", como uma maçã oferecida a uma criança. O legado tentou explicar que se tratavam de ofertas "grandes, substanciais e razoáveis", e que Carlos VII estava cedendo a eles "o melhor e mais saudável terço do reino da França", mas eles se recusaram a ouvir. Beaufort e Kemp, o Arcebispo da Cantuária, estavam se iludindo quanto às verdadeiras capacidades de seu exército. Os dias de Crécy, Poitiers e Agincourt haviam acabado, sem que eles sequer percebessem. De modo geral, a delegação inglesa se comportava com arrogância.

Em 1º de setembro Filipe, o Bom, ofereceu um grande banquete em homenagem ao Cardeal Beaufort e, perto do fim, chamou-o à parte e tentou persuadi-lo a aceitar as propostas francesas. O cardeal ficou furioso, gritando, gesticulando descontroladamente e suando profusamente; com sessenta e três anos, estava à beira de um ataque cardíaco, mas demonstrou a maior obstinação. Finalmente, em 6 de setembro, os ingleses, enfurecidos, partiram. Oficialmente, estavam lá para entregar as propostas francesas a Henrique VI, mas, na realidade, isso marcou o fim das negociações para eles. Esse fracasso devastou o Duque de Bedford, que, durante todo esse tempo, estivera doente em Rouen. Ele morreu em 14 de setembro.

A porta estava aberta para negociações entre os borgonheses e os franceses. Há vários dias, elas já vinham sendo conduzidas discretamente. O duque da Borgonha aparentemente tinha remorsos de consciência: precisava vingar o assassinato de seu pai e havia jurado cumprir o Tratado de Troyes. Ao trair sua palavra, não estaria arriscando sua salvação eterna? Isso ignorava o fato de que os teólogos podiam fazer milagres. Os melhores casuístas franceses e italianos, consultados, não tiveram dificuldade em provar que o dever de Filipe era perdoar a ofensa e denunciar o Tratado de Troyes. Os bispos o compeliram a aliviar o sofrimento do povo trabalhando pela paz. Os legados papais e conciliares o liberaram de seu juramento. Os juristas demonstraram-lhe que o Tratado de Troyes era nulo e sem efeito, uma vez que havia sido assinado por um rei insano e aprovado por estados que representavam apenas uma parte do reino.

Os conselheiros do duque também o instaram à reconciliação com Carlos VII. Estavam ainda mais convencidos porque o rei da França lhes havia apresentado argumentos irrefutáveis: 10.000 moedas de ouro para Nicolas Rolin, o mesmo para Antoine de Croy, 8.000 para Pierre de

Bauffremont, Senhor de Charny, para Philippe de Ternant, para Jean de Hornes, e 10.000 a serem divididas entre Jean de Croy, irmão de Antoine, Jean de Brimeu, Guy Guilbaut e Jacques de Crèvecœur. A diplomacia de Carlos VII não poupou esforços. Assim subornados, os conselheiros borgonheses mostraram-se zelosos defensores da paz.

A partir daí, tudo aconteceu muito rapidamente. O tratado foi solenemente proclamado em 21 de setembro. Carlos VII pagou um preço alto: teve que condenar o assassinato em Montereau, do qual foi desculpado apenas por causa de sua juventude. Ele processaria e baniria todos os envolvidos no assassinato e confiscaria seus bens. Estabeleceria uma missa de réquiem diária e perpétua na igreja colegiada de Montereau pela salvação da alma de João Sem Medo. Financiaria a criação de um mosteiro cartusiano perto da cidade. Estabeleceria outra missa de réquiem na Cartuxa de Champmol, em Dijon. Compensaria todos os que sofreram danos durante o ataque. Concederia 50.000 écus de ouro para compensar a perda das joias após o assassinato. Além disso, "na ponte de Montereau, no local onde ocorreu o referido delito, uma bela cruz será feita, erguida, bem esculpida e mantida para sempre, às custas do rei". Ele concederá perdão geral por todos os atos cometidos durante a guerra civil, exceto pelos assassinos de João Sem Medo.

Ele cederá ao Duque da Borgonha os condados de Mâcon e Auxerre, o senhorio de Bar-sur-Seine, os castelões de Roye, Péronne e Montdidier, e o condado de Boulogne. Empenhará ao Duque as cidades do Somme, Saint-Quentin, Corbie, Amiens e Abbeville, além dos condados de Ponthieu, Doullens, Saint-Riquier, Crèvecœur, Arleux e Mortagne; poderá resgatar essas cidades por 400.000 écus, mas até que o faça, "os frutos de todas as referidas cidades, vilas, fortalezas e senhorios, tanto os domínios quanto os impostos e demais bens, pertencerão ao meu dito Senhor da Borgonha, sem qualquer dedução ou redução do principal". Filipe, o Bom, está isento de toda homenagem e serviço ao rei por suas possessões no reino, em sua capacidade pessoal. Durante toda a vida de Filipe, o Bom, seus vassalos não eram obrigados a servir o rei em tempos de guerra, enquanto o rei prometia socorrer o Duque da Borgonha caso este fosse atacado pelos ingleses. O rei não firmaria nenhuma aliança com os ingleses sem o consentimento do duque e renunciaria a qualquer aliança com o imperador ou "qualquer outro príncipe ou senhor" que pudesse ser dirigida contra o Duque da Borgonha. Em troca, Carlos VII obteve apenas uma coisa, mas foi significativa o suficiente para justificar todos esses sacrifícios: o reconhecimento de seu título como Rei da França.

Em seguida, ocorreu a humilhante cerimônia durante a qual Jean Tudert, decano de Paris e conselheiro de Carlos VII, ajoelhado aos pés de Filipe, o Bom, recitou, em nome do rei, a fórmula de desculpas estipulada pelo tratado. O duque então prometeu esquecer todo ressentimento, jurou sobre a cruz nunca mais mencionar a morte de seu pai e viver em harmonia com o rei.

Do lado francês, alguns criticaram o tratado, considerando-o demasiado severo. O próprio rei hesitou. Thomas Basin falou de "remorso e tristeza". Ele deliberou durante quatro meses antes de ratificá-lo em 10 de dezembro de 1435. Contudo, no geral, foi um sucesso, como comprovam os eventos subsequentes. O Tratado de Arras permitiu a Carlos VII concentrar todas as suas forças contra os ingleses e, sem dúvida, ajudou a encurtar a Guerra dos Cem Anos. Ajudou a conquistar o apoio das populações do norte da França, particularmente as de Paris, que permaneceram simpáticas aos borgonheses. E então, em troca do apoio concreto de Filipe, o Bom, o rei fez apenas promessas, e sabemos o valor das promessas dos reis. Além disso, quando os conselheiros de ambos os lados vieram prestar juramento de cumprimento do tratado, Jean de Lannoy declarou cinicamente, erguendo a mão direita sobre o Evangelho: "Eis a mão que jurou fidelidade a cinco tratados de paz, nenhum dos quais foi cumprido." Muitas cláusulas do Tratado de Arras nunca

foram implementadas, causando grandes desavenças entre o rei e o duque. Mas Carlos VII começou imediatamente a colher os frutos do acordo. A partir de 1435, os ingleses ficaram sozinhos, na defensiva e perdendo terreno constantemente. Seriam necessários mais dezoito anos para que o tratado fosse finalizado. Mas a questão já vinha sendo negociada há 98 anos.

Captura de Paris (1436); os ingleses na defensiva (1436-1439)

Ao persistirem em exigências irrealistas, os ingleses condenaram-se a uma corrida desenfreada rumo à conquista impossível do Reino da França, quando já lutavam para defender o que ocupavam. Ao tentarem ganhar tudo, perderiam tudo. Ainda apegados às memórias de vitórias passadas, recusavam-se a reconhecer que a era de sua superioridade militar havia chegado ao fim. As táticas haviam evoluído; os arqueiros eram menos eficazes e a artilharia, mais formidável. O sábio Bedford estava morto. Foi substituído em 1º de maio de [1436] por um jovem de vinte e cinco anos, sem experiência, o Duque Ricardo de York, com o título de "Tenente-General e Governador", menos prestigioso que o de Regente, que fora abolido.

E seu amigo Filipe da Borgonha agora é seu inimigo. Já em 1436, ele tenta tomar Calais. A expedição mal preparada fracassa. Mas os avisos se multiplicam: corsários bretões atacam constantemente a costa sul da Inglaterra, onde se espalha o temor de um desembarque. A situação na Aquitânia é alarmante, pois os Condes de Foix e Armagnac declararam-se aliados a Carlos VII. Acima de tudo, há grande temor pela Normandia, para onde são enviados consideráveis reforços: 1.770 homens em dezembro de 1435 com Henrique Norbury, depois outros 800 na primavera de 1436, seguidos por 2.000 com o Conde de Mortain, 5.000 com o Duque de York e os Condes de Salisbury e Suffolk. Tudo isso para resultados insignificantes: Dieppe e Harfleur são tomadas em 1435; Talbot recapturou Pontoise em 1437 e Tancarville em 1438. Regiões inteiras se revoltaram: o Pays de Caux em 1435, o Val de Vire no início de 1436, e a repressão implacável apenas intensificou o ódio aos ingleses. Thomas Basin falou dos "ingleses perversos", que "são considerados os antigos e naturais inimigos deste país e de seus habitantes", cometendo "saques e massacres para satisfazer seus ódios".

Em Londres, o governo era impotente. Henrique VI atingiu a maioridade, mas, "muito jovem, inexperiente e vigiado como um monge cartuxo", relatou o agente prussiano Hans Winter, ainda estava sob o jugo de Gloucester e Beaufort, que o mantinham em um estado de intolerância para preservar o poder. Para governar a França, o jovem Duque de York foi substituído em maio de 1436 pelo Venerável Ricardo Beauchamp, Conde de Warwick, que se mostrou muito relutante em assumir essa tarefa ingrata e ruinosa: ainda lhe deviam 12.606 libras esterlinas pelo período em que fora guardião de Calais, dez anos antes.

Por outro lado, o otimismo prevaleceu sob o reinado de Carlos VII. Em janeiro de 1436, os Estados de Poitiers votaram pela alocação de 120.000 libras em auxílio para os quatro anos seguintes, viabilizando uma grande operação: a reconquista de Paris. Os preparativos foram tanto psicológicos quanto militares. Em 28 de fevereiro, o rei garantiu anistia aos parisienses e prometeu que não haveria saques. A população, exasperada pelas dificuldades causadas pela ocupação, estava pronta para se revoltar. Os negócios estavam em declínio, a liberdade de movimento era restrita, os preços disparavam devido ao bloqueio e a administração era amplamente desprezada. O governo estava nas mãos de quatro bispos: Luís de Luxemburgo, bispo de Thérouanne; Pedro Cauchon, que se tornou bispo de Lisieux; Pasquier de Vaux, bispo de Meaux; e Jacques du Châtelier, bispo de Paris. Eles exigiram um novo juramento de fidelidade em fevereiro, o que não

impediu a formação de novas conspirações, especialmente em torno do mestre de contas Michel de Laillier.

Militarmente, foi o Condestável de Richemont quem, juntamente com Dunois e Villiers de L'Isle-Adam, organizou a operação. Ele começou apertando o cerco em torno da capital: Meulan caiu em setembro de 1435, Pontoise em fevereiro de 1436; com Vincennes, Corbeil, Brie-Comte-Robert, Saint-Germain-en-Laye, Melun e Lagny, o bloqueio estava completo. O cerco foi organizado. A guarnição inglesa contava com apenas 400 homens. Em 13 de abril de 1436, o ataque foi lançado em colaboração com os habitantes da cidade, que instigaram um motim no norte para atrair a maior parte dos soldados ingleses, enquanto o ataque ocorria no sul, no portão de Saint-Jacques. A movimentação das tropas de um portão para o outro era difícil devido à falta de bulevares internos ao longo das muralhas da cidade. Tiveram que retornar pelo labirinto de ruas estreitas do centro da cidade, facilmente bloqueadas por correntes e carroças. Os poucos combatentes no portão de Saint-Jacques foram rapidamente subjugados. Os ingleses recuaram para a Bastilha. A cidade caiu. Richemont tranquilizou a população, confirmou a anistia real e proibiu os saques. A guarnição foi autorizada a partir para Rouen em 17 de abril, e Laillier foi nomeado prefeito dos comerciantes.

O assunto foi tratado com rapidez e a transição ocorreu sem problemas. Algumas cabeças rolaram, é claro, entre colaboradores muito comprometidos; alguns burgueses anglófilos notórios foram expulsos, mas em dezembro, "foram perdoados com muita gentileza, sem repreensão, nem sem prejuízo para eles ou seus bens", diz o burguês. O Parlamento foi fundido com o de Poitiers e a Câmara de Contas com a de Bourges: a unidade administrativa foi restaurada, sem conflitos ou caça às bruxas.

Mas Carlos VII recusou-se a voltar a Paris. O seu ressentimento em relação à capital, onde guardava memórias muito desagradáveis, era profundo. Permaneceu no Loire. Esta atitude foi considerada insultuosa pelos burgueses, que escreveram em setembro: "Naquela altura, não havia qualquer notícia do rei, nem se ele se encontrava em Roma ou Jerusalém". Na verdade, ele tinha ido a Languedoc para presidir aos Estados da Baixa Auvergne em Clermont, antes de seguir para Lyon, depois para o Delfinado e, passando por Uzès e Nîmes, presidir aos Estados de Languedoc em Montpellier, em fevereiro de 1437. Viajou então para norte, em pequenas etapas, passando por Pézenas, Millau, Rodez, Saint-Flour, Clermont e Roanne. Em julho de 1437, regressou à sua verdadeira capital, Bourges.

Esta longa viagem para o sul demonstra a recém-adquirida confiança de Carlos VII. Talvez uma confiança prematura, pois a guerra está longe de terminar e problemas começam a surgir dentro do próprio campo francês. O crescimento do poder real começa a preocupar vários senhores poderosos que se aproveitaram da situação anárquica do período anterior para ampliar sua liberdade de ação, manobrando entre as três facções. Eles também se sentem mal recompensados pelos serviços prestados e pelos sacrifícios feitos na luta contra os ingleses. É o caso de Carlos de Bourbon, que se vangloria de ter protegido as propriedades do rei em Bourges; outras figuras descontentes incluem o Duque de Alençon, arruinado pelo pagamento de um resgate de 200.000 écus; e o Bastardo de Orléans, que acredita que o rei não está fazendo nada para libertar seu meio-irmão. René de Anjou, finalmente livre de suas prisões (douradas) na Borgonha, guarda ressentimento de Carlos VII por não tê-lo ajudado; o Conde de Armagnac e o Duque da Bretanha não têm interesse em ver o rei se tornar muito poderoso. Todos esses descontentes tentam aproveitar a ausência do soberano durante sua viagem por Languedoc para fomentar a agitação em Touraine, utilizando os serviços do mercenário Rodrigue de Villandrando. Ao retornar, o rei não

tem dificuldade em reafirmar sua autoridade, diante do que então era apenas uma demonstração de mau humor. Trata-se apenas de um alívio temporário.

Tendo-se tornado mais combativo com o sucesso, Carlos VII assumiu pessoalmente o comando das operações militares para socorrer os vales do Sena, do Marne e do Yonne. Château-Landon, Nemours e Charny foram capturadas em agosto de 1437. Em setembro, ele sitiou Montereau e impôs um imposto de 36.000 libras aos parisienses para cobrir os custos da operação. Em 10 de outubro, a cidade caiu, e ele estava entre os primeiros a subir às muralhas, espada em punho. Entre os defensores, os franceses foram enforcados, e os ingleses foram autorizados a retornar a Rouen navegando pelo Sena. Os parisienses ficaram furiosos com essa leniência porque, como escreveu Le Bourgeois, esses ingleses "em número de trezentos, todos assassinos e ladrões", e era até proibido insultá-los quando navegavam pela capital, "o que desagradou muito o povo de Paris".

Em 12 de novembro de 1437, um ano e meio após a reconquista da cidade, Carlos VII finalmente entrou em Paris, mas mais como um conquistador do que como um soberano pacífico: estava em armadura completa, seguido por 2.000 soldados, e não se demorou: em menos de três semanas, estava de volta a Bourges. Os parisienses ficaram ressentidos: sua visita "não trouxe nenhum benefício para a cidade de Paris naquele momento, e parecia que ele viera apenas para ver a cidade, e de fato a captura de Montereau e sua chegada custaram à cidade de Paris mais de 60.000 francos", observou um burguês. Decididamente, as coisas não são melhores do que sob o domínio inglês, lamentou ele em 1438: impostos pesados, insegurança endêmica, com os bandidos de Chevreuse chegando até o portão de Saint-Jacques, fome em janeiro, tempestade em abril, peste bubônica em outubro, invasão de besouros e toupeiras, retorno dos lobos, que devoraram quatorze pessoas entre Montmartre e o portão de Saint-Antoine.

O ciclo de calamidades continuou sem cessar. E na frente militar, o ciclo de captura e perda de cidades recomeçou. Os ingleses recapturaram Pontoise já em fevereiro de 1437. Em 1438, Rodrigue de Villandrando, agora a serviço de Carlos VII, operou na Guiana, capturando Fumel, Issigeac e Lauzun, cruzando o rio Garona em Tonneins, tomando Blanquefort e aparecendo diante de Bordéus pelo norte, enquanto Poton de Xaintrailles, Albret e o Bastardo de Bourbon se aproximavam pelo sul. Apenas a falta de artilharia os impediu de atacar a cidade. Eles decidiram passar o inverno ali, e o rei ordenou que os Estados de Languedoc cobrassem um imposto para pagar seus soldados, a fim de evitar que causassem muitos danos: "Sem o pagamento imediato da referida quantia, é impossível que nossos queridos primos Rodrigo e Poton permaneçam e se sustentem nessas terras, devido ao alto custo dos alimentos e de outras necessidades", disse o rei. A ideia de um exército permanente vinculado a um imposto ganhava força.

Na primavera de 1439, Villandrando retomou suas operações de pilhagem nas regiões de Albi, Toulouse, Carcassonne e, em seguida, em Gévaudan. Em todos os lugares, só foi deposto mediante o pagamento de indenizações: 2.000 écus de Toulouse, a mesma quantia dos Estados de Gévaudan, após o que foi lutar a serviço do Rei de Castela. Poton, entretanto, cruzou para a Normandia, capturando Louviers e Conches, além de Brézé, enquanto os ingleses tomaram Lillebonne e Harfleur. Richemont apoderou-se de Meaux.

Os curtidores e a Praguerie (1439-1440)

Isso pode se prolongar por muito tempo. E em meio a essa guerra endêmica, que mais uma vez se encontra atolada, um novo flagelo se desenvolve: os esfoladores. Na verdade, a novidade é relativa, já que se trata de um fenômeno observado diversas vezes ao longo do último século:

soldados mercenários desempregados que se voltam para o banditismo, vivendo da terra, sustentados por uma multidão de pequenos nobres e camponeses empobrecidos, pois é verdade que a melhor maneira de deixar de ser vítima é se tornar algoz. O fenômeno ganha impulso após o Tratado de Arras, que, embora não garanta uma paz geral, contribui para uma certa desmobilização das tropas. Este é um dos paradoxos desta guerra: os tratados de paz se mostram tão catastróficos quanto os períodos de combate. Já havíamos notado isso após Brétigny, com as companhias mercenárias.

O fenômeno não passou despercebido pelos cronistas. Os burgueses de Paris falam de "um grande número de pessoas que eram chamadas de os maiores ladrões do mundo, e eram conhecidas como os esfoladores". Thomas Basin oferece uma explicação para o termo, que é bastante explícita em si mesma: "De fato, existiam bandos de homens armados em número indeterminado e sem pagamento, que vagavam por todo o reino; o horror dos crimes e crueldades que cometiam sem a menor piedade, em detrimento das populações de seu próprio país e nação, fez com que fossem chamados de Açougueiros ou, como é comumente dito, Esfoladores." Olivier de La Marche é mais preciso e analisa as causas do flagelo: "Todo o reino da França estava repleto de lugares e fortalezas, cujos guardas viviam de pilhagem e saques; e por todo o reino e países vizinhos, todo tipo de mercenários (chamados esfoladores) se reuniam, cavalgavam e iam de país em país, de marcha em marcha, buscando provisões e aventuras para sobreviver e ganhar dinheiro... e os principais capitães eram o bastardo de Bourbon, Brussac, Geófroy de Saint-Bélin, Lestrac, o bastardo de Armignac, Rodrigues de Villandras..." Pierre Regnaut, Regnaut Guillaume e Antoine de Chabannes, Conde de Dammartin: e embora Poton de Saintrailles e La Hire fossem dois dos principais e mais renomados capitães do grupo francês, eles se envolveram nessa pilhagem e nesse esfolamento; … e, de fato, esses esfoladores causaram muitos danos e sofrimento ao povo pobre da França e aos comerciantes…

“Quem me perguntaria como é possível que, após a paz firmada em Arras, jurada e prometida pelo Rei da França tão solenemente como anteriormente escrito e registrado, seus capitães, servos e homens de armas estivessem saqueando… a isso respondo, e é verdade, que o Rei e o Reino da França estavam, naquela época, sobrecarregados com um grande número de homens de armas de vários países e regiões que haviam servido bem; e era necessário, por dever, prover-lhes sustento, pagamento ou recompensa. O Rei não podia prover isso, devido aos assuntos já realizados, executados e sustentados.”

Isso se refere, portanto, ao excedente de tropas liberado pelo Tratado de Arras. Os mercenários formaram bandos, liderados por chefes notórios que podiam se transformar em bandidos da noite para o dia. Aos nomes fornecidos por Olivier de La Marche, devem ser acrescentados Jean de Grailly, Conde de Foix, Guillaume de Flavy, Senhor de Pons, Jean de Salazar, o inglês Matthew Gough, Perrinet Gressart, Pierre-Raymond de Fauga e um espanhol de alta patente, Jean de Surienne, conhecido como "o Aragonês", que trabalhou para Suffolk a partir de 1436, mas que podia muito bem servir a ambos os lados, recebendo, por exemplo, 3.000 libras dos ingleses para entregar Montargis e 12.000 moedas de ouro reais dos franceses para devolvê-la a Carlos VII. Antoine de Chabannes, por sua vez, devastou Cambrésis, Hainaut, Ponthieu e depois Charolais em 1438 com seus Écorcheurs, antes de entrar para o serviço do Conde de Vaudémont, então Bispo de Estrasburgo; o rei o empregou novamente a partir de 1441.

Aparentemente, apenas a Bretanha escapou da peste, enquanto Poitou está "quase desabitada", Angoumois "virtualmente deserta"; Champagne foi devastada, a população de Provins reduzida à metade, o bispo de Sens roubado, Limousin arrasada, Limoges quase deserta;

dois terços das igrejas de Quercy foram saqueadas; na Borgonha, o que os Écorcheurs (mercenários) não levaram foi recolhido pelos "re-tosquiados" (aqueles que tosquiavam os mortos). Em Beauvaisis, 300 camponeses foram queimados vivos em uma igreja. Forez, Velay, Auvergne e Lyon revivem as terríveis cenas da época das companhias mercenárias. Textos oficiais, crônicas e cartas de remissão se combinam para pintar um quadro apocalíptico do Reino da França no final da década de 1430. Clérigos soam o alarme. Em 1439, Jean Jouvenel des Ursins, Bispo de Beauvais, em uma ousada *Epístola ao Rei* , dirigiu-se ao soberano: "Portanto, posso dizer com toda a certeza que o senhor deve despertar, pois não aguentamos mais… Pelo amor de Deus, Senhor, perdoe-me, pois posso dizer com toda a certeza que o senhor está muito errado… O povo está como que em desespero e fúria, e não faz nada além de murmurar e amaldiçoar o senhor e aqueles que afirmam estar do seu lado." Segundo Thomas Basin, Carlos VII, "entregue-se inteiramente à ociosidade e ao luxo, permitiu que o reino fosse dilacerado e devastado tanto por inimigos quanto por seus próprios súditos e não demonstrou, por assim dizer, nenhuma preocupação com sua segurança, proteção e defesa."

O rei tinha consciência da gravidade do problema? Até 1439, as medidas tomadas foram certamente inadequadas. A solução convencional era enviar os Écorcheurs para serem massacrados em outro lugar. Foi o que aconteceu com 6.000 deles, colocados à disposição do Bispo de Estrasburgo para sua guerra contra os príncipes alemães; outros foram enviados para o cerco de Avranches, sem artilharia; Richemont empregou alguns deles, mas foi derrotado, "pois os homens de Monsenhor de Bourbon, que estavam no Bois de Vincennes e em Corbeil, estavam causando tanto dano quanto os ingleses; e havia pilhagem por toda Champagne, Brie e Beauce..."

O cerne do problema residia na organização do exército, que exigia uma reformulação completa. Foram os Estados Gerais da Língua de Oïl, reunidos em Orléans em outubro de 1439, que abordaram a questão de frente, propondo medidas que foram formalizadas na ordenança de 2 de novembro. O princípio era o seguinte: a nobreza estava proibida de recrutar tropas ou cobrar impostos, sob pena de confisco de bens e perda do status de nobreza. Somente o rei recrutaria companhias de homens de armas, cujos capitães ele nomearia, e que seriam aquartelados em cidades fronteiriças; para sua manutenção, ele cobraria um imposto permanente. Essa ordenança, em grande parte inspirada na de 1374, contudo, permaneceria letra morta. Ela provocou forte oposição entre a alta nobreza, pois entrava em conflito direto com as doutrinas militares feudais, que consideravam os vassalos, com seus contingentes locais, os oficiais naturais do exército. Tal reforma os colocaria completamente à mercê do rei. A ordenança de 1439, que se soma às queixas já mencionadas pela nobreza, é, na verdade, uma das causas da Pragarie de 1440.

Essa nobre revolta, ocorrida enquanto a guerra continuava, poderia ter tido sérias consequências. Os poderosos vassalos usaram o Delfim Luís, um jovem de dezesseis anos ansioso por governar, a quem facilmente convenceram de que seria um rei melhor que seu pai. A ideia era colocar este último sob tutela, nomear o Delfim regente e usá-lo para restaurar as antigas práticas feudais. Os líderes do movimento foram os Duques de Bourbon e Alençon, o Conde de Vendôme, Dunois, Georges de La Trémoille, que sonhava em recuperar sua posição, e vários senhores da guerra que estavam preocupados com a nova ordenança.

Essa nobre rebelião, apelidada de Pragarie devido à sua semelhança com os recentes acontecimentos na Boêmia, onde o rei Sigismundo fora derrotado pelo sistema feudal, rapidamente fracassou. O rei apelou às principais cidades do reino, que corriam o risco de perder tudo com o retorno dos grandes nobres ao poder; reuniu um exército e marchou sobre Niort, onde os conspiradores estavam entrincheirados, surpreendido pela força da reação. Dunois rendeu-se e foi

perdoado. Alençon e Bourbon refugiaram-se na região de Auvergne com o Delfim. Em julho, ocorreram negociações em Montferrand. Finalmente, os duques se submeteram e, no dia 19, Carlos VII e o Delfim tiveram uma acalorada discussão em Cusset. O rei mostrou clemência. Todos receberam anistia. Os nobres claramente não estavam mais em posição de se opor ao rei enquanto os vassalos mais poderosos permanecessem neutros. Borgonha e Bretanha, contudo, mantiveram-se neutras. Dois anos depois, uma nova tentativa não obteve mais sucesso.

A retirada dos ingleses (1440-1443)

Os ingleses não conseguem tirar proveito dos problemas de Carlos VII. Na verdade, percebendo gradualmente o novo equilíbrio de poder, procuram retomar as negociações que interromperam de forma tão desajeitada em Arras. E, para esse fim, tentam agora usar seu prisioneiro mais antigo e ilustre como intermediário: o Duque de Orléans. A esperança em Londres é libertar o príncipe-poeta para que ele possa intervir no conselho do rei em favor de um tratado de paz, onde a influência do Duque é superestimada: ausente da cena francesa há vinte e cinco anos, envelhecido, amargurado e rabugento, Orléans é mais adequado para compor um rondó do que para exercer influência na vida política. Além disso, Carlos VII não tem pressa em vê-lo retornar; por um quarto de século, não fez nada para incentivá-lo.

Foram organizadas reuniões preparatórias para estabelecer as condições da libertação, como a realizada em Oye, perto de Calais, no final de junho de 1439, entre franceses, ingleses, bretões e borgonheses. Os ingleses estavam divididos. O Duque de Gloucester, apoiado pelos Lordes Bourchier, Popham, Stafford e pelo sempre belicoso Conde de Oxford, opôs-se à libertação. O Cardeal Beaufort, apoiado pelo Arcebispo de Canterbury, Kemp, e pelos Bispos de Norwich e St. David's, era favorável à paz. O rei, cuja consciência era atormentada pelo remorso e pela culpa, também era a favor. No início de 1440, ele pediu ao conselho que redigisse uma declaração a favor da libertação do Duque, afirmando que Carlos VII "não estava realmente disposto a concluir um tratado de paz sem a participação do referido Duque". O texto levava em consideração "a improbabilidade da conquista da França por meio da guerra". Este reino é "tão vasto, tão grande e tão poderoso" que não se pode esperar que seja vencido; finalmente, ele declara que as populações estão reduzidas "a tal extremo e a tal miséria" que não podem suportar a continuação da guerra.

Assim, em 2 de julho de 1440, chegou-se a um acordo: um resgate de 40.000 nobres seria pago pela libertação do Duque, e outro pagamento de 80.000 nobres seria feito nos seis meses seguintes. Se o Duque conseguisse intermediar a paz entre os dois reis dentro desse prazo, o resgate seria cancelado. Caso contrário, ou se os 80.000 nobres não fossem pagos a tempo, o Duque de Orléans retornaria para se entregar. A Duquesa da Borgonha então organizou a arrecadação de fundos para o resgate. A maioria dos príncipes contribuiu, com a notável exceção de Carlos VII, que, no entanto, ratificou o acordo em 16 de agosto.

Em 28 de outubro, o Duque de Orléans despediu-se de Henrique VI na Abadia de Westminster, enquanto Gloucester saiu ostensivamente do salão em protesto. Em 5 de novembro, o Duque estava em Calais, onde visitou seus libertadores borgonheses, que o receberam calorosamente: Filipe, o Bom, o nomeou Cavaleiro do Tosão de Ouro e deu sua sobrinha de quatorze anos, Maria de Cleves, em casamento a este homem de quarenta e seis anos. Este foi o golpe final. O casamento foi celebrado em 26 de novembro.

No curto prazo, as esperanças inglesas foram frustradas. O duque nada fez para promover a paz. Carlos VII recebeu seu primo friamente e continuou a reconquista do reino em 1441. De janeiro a abril, Richemont fez campanha em Champagne "para pôr fim à pilhagem que ali ocorria

e para restabelecer a ordem entre os homens de armas", segundo o cronista Guillaume Gruel. De junho a setembro, o rei liderou uma brilhante campanha na região de Paris, durante a qual recapturou Creil e Pontoise, apesar dos esforços de Talbot e Ricardo de York, que foi novamente nomeado "Tenente e Governador-Geral da Guerra" na França. Desembarcando em Harfleur em junho com 5.000 homens e líderes capazes como o Conde de Oxford, o Conde de Eu e Ricardo Woodville, York não conseguiu impedir que Carlos VII, Richemont e Poton retomassem Pontoise em 19 de setembro com uma considerável força de artilharia. O rei estava no centro da batalha, e a captura da cidade foi seguida por um massacre: "Todos os ingleses que foram encontrados com armas na mão... foram mortos à espada, em número de setecentos ou oitocentos", escreveu Thomas Basin. Évreux caiu ao mesmo tempo. A região de Paris foi libertada.

Em 1442, Carlos VII redobrou seus esforços. Na primavera, expulsou Poitou e Saintonge dos líderes bandidos que ainda atuavam a serviço de La Trémoille. Em seguida, a partir de maio, esteve na Aquitânia, onde realizou uma notável demonstração de força. Reuniu um exército considerável em Limoges, incluindo Richemont, dois marechais, o Conde de Maine, o Conde de Eu, o Delfim, Jean Bureau, e uma poderosa força de artilharia. Em 8 de junho, entrou em Toulouse, onde convocou seus vassalos do sul, marchando então em direção a Mont-de-Marsan e à pequena cidade de Tartas, às margens do rio Adour, a nordeste de Dax. Tartas estivera sob o controle de Carlos II d'Albret e fora tomada pelos ingleses em 1441, lançando um curioso desafio: organizemos uma batalha antes de 24 de junho de 1442 para determinar quem ficará com Tartas e a suserania sobre Albret. Essa foi a razão da chegada de Carlos VII. Como os ingleses não apareceram, ele tomou posse de Tartas, mas não havia feito tal viagem apenas para capturar uma pequena cidade. No segundo semestre de 1442, vários grupos franceses tomaram Agen, Dax, Condom, Marmande, Tonneins, Millau e Royan. O cerco se apertou em torno de Bordéus, onde o arcebispo, Pey Berland, decidiu ir a Londres para solicitar reforços urgentes. Alguns soldados foram reunidos em Bristol sob o comando de Philip Chatwynd, mas só chegariam em fevereiro de 1443. Bordéus, no entanto, não cairia. Carlos VII não tinha suprimentos suficientes para tentar um grande cerco antes do inverno e, enquanto o estuário do Gironde não pudesse ser bloqueado, a cidade poderia resistir indefinidamente. Em 23 de dezembro, o rei, deixando Prigent de Coëtivy em La Réole, retirou-se para Languedoc.

Em Londres, no final de 1442, o moral estava em baixa. A queda de Bordéus era esperada em 1443; a região de Paris acabara de ser perdida; na Normandia, Gallardon e Graville haviam caído; Le Crotoy estava ameaçada. O conselho de 6 de fevereiro de 1443 estava dividido por desavenças pessoais; havia hesitação quanto à estratégia a adotar. Finalmente, decidiu-se confiar ao Duque de Somerset a liderança de uma grande expedição à França. Por isso, foi-lhe concedido o título de "Tenente e Capitão-General da Aquitânia e França", com uma pensão de 600 marcos, a liberdade de escolher as fontes de receita de onde seria arrecadada, o título de Conde de Kendall e os ducados de Anjou e Maine, cabendo-lhe a responsabilidade de conquistá-los. Essas honras e esse status irritaram o Duque de York, que era tenente na Normandia e se sentia subordinado a Somerset. Tentativas foram feitas para tranquilizar York, dizendo-lhe que o exército de Somerset formaria um escudo para a Normandia e que a autoridade de Somerset se estendia a todos os territórios que não estavam sob controle inglês. No entanto, existia uma profunda desconfiança entre os dois comandantes, cada um invejando os reforços e os fundos recebidos pelo outro.

Quanto à expedição de Somerset, seu objetivo era muito mal definido. Ele deveria salvar a Aquitânia, mas, ao mesmo tempo, buscar um confronto com o próprio Carlos VII; contudo, este havia se deslocado para o norte em 1443. Além disso, Somerset estava tentado a tomar seus

ducados de Maine e Anjou. De qualquer forma, o ponto de desembarque escolhido foi Cherbourg, o que, considerando o propósito de socorrer a Aquitânia, pode parecer surpreendente. Ele tinha bastante tempo para dispersar suas forças ao longo do caminho.

Com muito mais razão ainda, o homem era incapaz da tarefa que lhe fora confiada. Era incompetente, egocêntrico, sem qualquer senso de organização, "um homem cheio de orgulho e presunção, mas na realidade vaidoso e incapaz... desprezando todos os conselhos, confiando apenas em si mesmo e na sua própria prudência", disse Basin. Os preparativos se arrastaram; ele nunca estava presente quando necessário, e sua comitiva era corrupta e ineficaz. O conselho teve que lembrá-lo repetidamente de seus deveres, mostrando-lhe que seus atrasos custavam ao governo 500 libras por dia. Finalmente, desembarcou perto de Cherbourg com seus 5.000 homens. Devastou a região, saqueou o interior de Anjou e não conseguiu pensar em nada melhor para fazer do que invadir a Bretanha, sem qualquer motivo válido, tomando a pequena cidade de La Guerche e exigindo 20.000 salvas para se render. O resultado foi provocar a ira do Duque Francisco I · que sucedeu seu pai, João V, após a morte deste em 1442, arriscando a criação de mais um inimigo para Henrique VI. Somerset foi repreendido e, após novas andanças pela região de Bessin, retornou à Inglaterra, tendo dilapidado os preciosos recursos que lhe foram confiados. Ele mal sobreviveu à vergonha desse lamentável fracasso, como relata Thomas Basin: "Ele ficou tão aflito que, sua impetuosidade e orgulho incapazes de suportar as críticas e os comentários mordazes, logo adoeceu e morreu", talvez por suicídio.

Carlos VII foi o grande beneficiário dos erros de seus inimigos. Ele continuou sua sequência de vitórias em 1443. Depois de passar o Natal de 1442 em Montauban e, em seguida, em Toulouse, viajou de volta para Touraine, passando por Tulle. Na primavera, nomeou o Delfim governador das terras entre o Sena e o Somme, incumbindo-o de levantar o cerco de Dieppe, que Talbot liderava havia vários meses. Designou o experiente Dunois para auxiliá-lo nessa tarefa. Luís foi a Paris em julho; lá, impôs um novo imposto e repreendeu o Parlamento, que protestava contra um presente do rei ao Conde de Maine. Em 24 de julho, esteve em Compiègne, em 5 de agosto, em Amiens, e compareceu perante Dieppe no dia 14. Talbot não insistiu no cerco e o levantou. Luís se reuniu ao rei em Saumur, em outubro.

Carlos VII imediatamente lhe atribuiu uma nova missão, desta vez no outro extremo da França: manter o filho ocupado era a melhor maneira de evitar que ele se metesse em encrenca. Desta vez, tratava-se de punir o Conde de Armagnac, João IV, que acabara de tomar o controle de Comminges, recusava-se a reconhecer-se como vassalo do rei e a pagar impostos, e cujos bandos de ladrões, liderados por João de Lesquin, o bastardo de Armagnac, e João de Salazar, estavam causando estragos até mesmo na região de Auvergne. O Parlamento condenou João IV, e o rei enviou seu filho para executar a decisão em dezembro de 1443. Ao chegar em L'Isle-Jourdain, onde o Conde de Armagnac se encontrava, Luís o prendeu, juntamente com seu filho e filhas mais novos, e confiscou suas terras. Quanto aos líderes dos bandidos, Salazar foi comprado por 5.000 écus, e João de Lesquin, percebendo com quem estava lidando, tornou-se um de seus companheiros mais leais. Na região, a preocupação aumentou e Carlos VII considerou mais prudente trazer de volta seus ambiciosos filhos. Quanto a João IV, suas terras lhe seriam devolvidas em 1445, após confessar seus crimes e prometer lealdade. Mesmo assim, guarnições permaneceriam em suas propriedades.

A Trégua de Tours (1444)

No início de 1444, a situação na Inglaterra tornou-se alarmante. Negociações eram urgentemente necessárias. A facção de Beaufort, favorável à paz, gradualmente ganhou vantagem sobre a facção de Goucester. O cardeal afastou-se progressivamente da vida política, mas seus partidários dominavam o conselho, incluindo Thomas Brown, Bispo de Norwich, Edmund Beaufort, Marquês de Dorset, e Lord Dudley. A figura dominante era agora William de La Pole, Conde de Suffolk, que havia participado de diversas campanhas na França e se tornara um fervoroso defensor da paz. Em 1º de fevereiro de 1444, o conselho o incumbiu de liderar uma embaixada à França para tentar chegar a um acordo.

Dois pontos intimamente ligados estão no cerne dos debates: os termos da paz e o casamento do rei. Até que ponto podem ser feitas concessões territoriais? O que pode ser cedido sem perder a face? Selar a paz com um casamento real é uma ideia atraente. Henrique VI tem agora vinte e dois anos: já é hora de lhe encontrar uma esposa. Carlos VII ainda tem duas filhas para casar: Joana e Madalena. Mas o rei da França se recusa a participar dessa manobra, que só serviria para fortalecer as pretensões dos Lancaster à coroa. Tentativas anteriores haviam sido, de fato, infelizes: Isabel, filha de Filipe IV, casada com Eduardo II, fora o pretexto de Eduardo III para reivindicar o trono francês; os casamentos das filhas de Carlos VI com dois reis ingleses não foram mais bem-sucedidos: Isabel, esposa de Ricardo II, viu seu marido ser destronado; Catarina, esposa de Henrique V, simbolizava a união das duas coroas. Chegou mesmo a tornar-se, diz Thomas Basin, "um provérbio comum em França, que as filhas da França quase sempre encontravam casamentos e uniões infelizes em Inglaterra. Elas tinham sido a causa de grandes infortúnios no reino de França, uma vez que, sob o pretexto dessas uniões, os reis de Inglaterra reivindicavam o direito de governar o reino de França e ainda hoje estão em disputa com os franceses sobre este assunto."

Outra princesa poderia resolver o problema. Seu nome parece ter sido sugerido pelo Duque da Bretanha: Margarida de Anjou, filha do Rei René e, portanto, sobrinha do Rei da França, "uma jovem muito bonita, tanto no corpo quanto no rosto", diz Basin. Ela tem quinze anos, a idade ideal para a longa carreira como mãe que a aguarda. A família Anjou, todo-poderosa na corte, obviamente apoia muito esse casamento, que coroaria a obra da avó de Margarida, Yolande. Esta última faleceu em 14 de novembro de 1442, em Saumur, aos sessenta e dois anos.

O Conde de Suffolk foi, portanto, enviado à França para negociar os termos da paz e do casamento. A delegação que liderava era composta por diplomatas experientes: Adam Moleyns, Deão de Salisbury, Guardião do Selo Privado e um dos mais fiéis apoiadores do Cardeal Beaufort; Sir Robert Roos, que gozava da total confiança do rei; Richard Andrew, secretário do soberano; e John Wenlock, versado em assuntos franceses. Uma reunião preliminar ocorreu em Vendôme em 8 de abril, e então Suffolk fez uma parada em Blois a convite do Duque de Orléans, chegando a Tours em 16 de abril. Lá, encontrou-se com René, os Duques da Bretanha e de Alençon. No dia seguinte, em Montils-les-Tours, teve uma audiência com Carlos VII, que acabara de se recuperar de uma grave doença. Os borgonheses chegaram em 3 de maio e, pouco depois, Margarida de Anjou foi apresentada aos embaixadores ingleses.

As negociações podem começar. Rapidamente, torna-se claro que nenhum acordo substancial é possível. A questão da coroa francesa sequer é abordada. Nas cartas que delineiam a missão de Suffolk, Henrique VI se refere a Carlos VII como "seu príncipe muito elevado e excelente, seu tio muito querido da França", o que certamente é melhor do que a expressão "Delfim, seu adversário da França", usada até então, mas não o compromete com nada. Em questões territoriais, as

divergências giram em torno do conceito de soberania: Carlos VII está disposto a ceder Guyenne, Quercy, Calais e Guînes a Henrique VI, mas apenas sob a condição de que o Rei da Inglaterra lhe preste homenagem por essas terras; por sua vez, os ingleses reivindicam Guyenne e Normandia em plena soberania, sem necessidade de homenagem. Nessas condições, concluir a paz estava fora de questão, mas como ambos os lados estavam exaustos, precisavam recuperar suas forças e ainda esperavam vencer militarmente, concordaram em 20 de maio com o princípio de uma trégua de longo prazo.

No dia 22, foi decidido o casamento entre Henrique VI e Margarida de Anjou, e o noivado foi celebrado no dia 24 na Catedral de Tours, durante uma grande cerimônia presidida pelo legado papal, Piero da Monte, Bispo de Brescia. Suffolk representou seu rei, e entre os presentes estavam Carlos VII e a Rainha Maria de Anjou, o Rei René, o Delfim Luís e sua esposa Margarida da Escócia, e os Duques da Bretanha e de Alençon. Finalmente, em 28 de maio, o texto do que seria chamado de Trégua de Tours foi assinado e selado, estipulando a cessação das hostilidades por vinte e dois meses, até 1º de abril de [1446].

O resultado pode parecer modesto: alguns meses de trégua em uma guerra que já durava mais de um século. Na verdade, as Tréguas de Tours revelam o desejo de ambos os lados de pôr fim ao conflito. Planejadas para durar vinte e dois meses, elas acabaram se estendendo por cinco anos, refletindo o anseio geral pela paz.

Contudo, o entusiasmo não foi generalizado nem duradouro. Em primeiro lugar, na Inglaterra, onde a população foi afetada apenas indiretamente pela guerra, o casamento do rei com Margarida de Anjou não foi muito popular. A noiva pouco contribuiu para a união. Um dote de 20.000 francos era escasso para uma rainha da Inglaterra; quanto a quaisquer potenciais heranças, eram meras ilusões: os grandiosos títulos de seu pai sobre Nápoles, Sicília, Jerusalém, Maiorca e Menorca não eram mais reais do que o título de Henrique VI de Rei da França. Seus únicos bens tangíveis eram Maine e Anjou. E rumores começaram a circular em 1445 de que Henrique VI renunciaria aos seus direitos sobre esses ducados.

A recepção de Margaret na Inglaterra foi, portanto, bastante mista. Mesmo assim, não se pouparam esforços para tornar a ocasião solene. Já no verão de 1444, Suffolk recebeu uma nova missão: retornar à França para buscar a filha de René de Anjou e trazê-la de volta à Inglaterra. Sua escolta era ainda mais imponente do que da primeira vez, incluindo o Conde de Shrewsbury, Lorde Greystoke, Lorde Clifford, Sir James Ormond e Sir Hugh Cokesay. Havia também damas que acompanhariam a rainha: Beatriz, Lady Talbot, que havia servido a Catarina de Valois, Jacquette de Luxemburgo, Duquesa de Bedford, as Condessas de Shrewsbury e Salisbury, Lady Scales, Lady Grey, a Marquesa de Suffolk e, finalmente, Walter Lyhert, Bispo de Norwich. O custo de uma embaixada tão suntuosa é estimado em 3.000 libras, o que se provaria insuficiente devido aos atrasos acumulados.

Foi necessário viajar até Nancy, onde Carlos VII residiu durante o inverno de 1444-1445. Lá, os ingleses tiveram que esperar até fevereiro de 1445 pela chegada de Margarida. Finalmente, o casamento foi celebrado em Nancy, com Suffolk ainda representando o rei, e em 2 de março a embaixada inglesa partiu, levando a jovem e chorosa Margarida de volta para seu marido e seu reino. Uma dispensa papal foi facilmente obtida para celebrar o casamento durante a Quaresma, e a cerimônia ocorreu em 22 de abril na Abadia de Titchfield, na Floresta Nova. O oficiante foi o Bispo de Salisbury, William Aiscough, confessor e conselheiro do rei. Para a rainha de quinze anos e meio, começou um longo e turbulento reinado. Recebida com suspeita, ela rapidamente se tornou impopular. No entanto, integrou-se rapidamente à corte inglesa, tendo trazido consigo

poucos franceses. Mas logo foi acusada de ser uma agente de Carlos VII. E, acima de tudo, durante oito anos e meio ela falhou no dever primordial de uma rainha, que é gerar herdeiros. Que o rei tenha a responsabilidade é quase certo, mas aos olhos de seus contemporâneos, a culpa só poderia ser da mulher. Henrique VI, imerso em piedade, um rei-monge, criado em meio a um séquito de capelães que lhe incutiram horror ao sexo, não parece ter tido relações íntimas regulares e frequentes com sua jovem esposa. Em 1447, circularam rumores na corte de que o confessor do rei, o bispo Aiscough, estava dissuadindo o soberano de praticar "seu passatempo" com Margarida. Essa mente frágil, que mergulhou na loucura em 1453, era a exceção nos círculos principescos e aristocráticos da época, onde reinava uma extraordinária liberdade sexual. Não havia príncipe ou rei que não tivesse uma dúzia ou mais de bastardos. Os de Filipe, o Bom, eram incontáveis. E Carlos VII certamente não era estranho à paternidade, além de seus doze filhos legítimos. No entanto, para os ingleses, Margarida de Anjou foi uma rainha ruim, resultado de um mau acordo: a Trégua de Tours.

Na França, o povo se alegrou unanimemente com essas tréguas. Mas entre a nobreza e na corte, as opiniões estavam divididas. Para alguns, essa pausa era benéfica, pois permitiria que as forças do reino se reorganizassem em preparação para uma reconquista completa. Para outros, ao contrário, foram um erro, devido à fraqueza do rei, que poderia ter se aproveitado da fragilidade inglesa para tomar a Normandia e a Guiana. As tréguas permitiriam que os ingleses se recuperassem. Os eventos subsequentes provaram que os primeiros estavam certos. A França estava exausta. A Trégua de Tours foi, em todo caso, um sucesso para Carlos VII, que agora estava em posição de recusar categoricamente não apenas a coroa, mas também a menor parte do reino em plena soberania. Os ingleses haviam exigido paz e uma filha do rei. Ele lhes concedeu uma trégua e uma filha do Duque de Anjou; eles queriam duas províncias, ele não lhes deu nada. 1444 marcou a inversão da hierarquia de forças: os Valois agora estavam em posição de ditar seus termos. E essas tréguas também lhes permitiriam continuar o trabalho de reorganização administrativa, militar, financeira e religiosa do reino.

9
O fim de uma guerra sem fim.

Das tréguas de Tours à Batalha de Castillon (1444-1453)

De 1444 a 1449, as operações militares entre a França e a Inglaterra praticamente cessaram. Em retrospectiva, esses cinco anos parecem uma pausa durante a qual ambos os adversários curaram suas feridas e reconstruíram suas forças antes da batalha final. De fato, a trégua beneficiou principalmente a França, onde Carlos VII, agora no controle total de seus assuntos, reorganizou o exército, a tributação e a Igreja, permitindo-lhe enfrentar a fase final do conflito com um reino que não era próspero, mas determinado e possuidor de um poder militar sem precedentes. A Inglaterra, por outro lado, estava atolada durante a trégua em conflitos pessoais e faccionais, prenunciando a Guerra das Rosas. No entanto, foi a Inglaterra que rompeu a trégua, por meio de uma provocação deliberada, seguida por duas campanhas relâmpago que resultaram na perda da Normandia e da Guiana.

A recriação de Nancy e Châlons (1444-1445)

Assim que Carlos VII assinou a Trégua de Tours, lançou uma operação militar no Oriente, na Lorena e na Suíça, já em julho de 1444. A burguesia parisiense expressou a surpresa e a desaprovação de grande parte da opinião pública: o que o rei fazia naquela região, dada a constante ameaça inglesa? "Naquele ano, o rei foi para a Lorena, e o Delfim, seu filho, para a Germânia, para guerrear contra aqueles que nada lhe pediam, e trouxeram consigo aquele povo malvado mencionado anteriormente, que causou tanto mal que o rei e todos os seus governadores exploraram o povo de tal forma que nada de bom lhe advinha, onde quer que fosse; pois abandonou seu reino, que estava inteiramente infestado de ingleses, que abasteciam e fortificavam seus castelos, e ele e seu filho foram para terras estrangeiras onde nada tinham, para gastar e esbanjar as finanças de seu reino."

Le Bourgeois, em sua crítica, reconhece que isso livra o país de vários bandidos. Mas o verdadeiro motivo, a menos que seja apenas um pretexto, é algo completamente diferente. Carlos VII recebeu dois pedidos de ajuda: um do Imperador Frederico III, que está lutando contra a Confederação Suíça, e o outro de René de Anjou, que quer punir a cidade de Metz por exigir o dinheiro que lhe deve. Tudo isso está acontecendo fora do reino da França, mas para o rei, como ele escreve em 11 de setembro, seria uma boa oportunidade para "remediar várias usurpações e apropriações feitas contra os direitos de nosso reino e coroa da França em vários países, senhorios, cidades e vilas, localizados deste lado do rio Reno, que desde tempos antigos pertenceram a nossos predecessores, os reis da França, e restaurá-los e trazê-los de volta sob nosso senhorio e devida obediência". É provável que Carlos VII alimentasse ambições expansionistas em relação aos bispados de Metz, Toul e Verdun, com a possibilidade, uma vez lá, de usar a força para estabelecer seus próprios direitos. Era também uma boa oportunidade para se opor à expansão borgonhesa através de uma demonstração de força nesses territórios cobiçados. E, finalmente, era mais uma oportunidade para atrair os Écorcheurs (soldados mercenários) para o território vizinho, como o rei afirmou inequivocamente em uma carta datada de 9 de janeiro de 1445: tratava-se, disse ele,

de "encontrar uma maneira de esvaziar e expulsar de nosso reino os soldados que ali viviam nos campos de batalha".

Assim, em julho de 1444, foi organizada uma expedição dupla simultânea. O Delfim liderou um exército pelo Alto Reno contra os suíços, e o Rei liderou outro para a Lorena contra Metz. O Delfim Luís primeiro derrotou os suíços em Prateln, depois aliou-se a eles em outubro, acampando seus Écorcheurs (tropas mercenárias) na Alsácia, que se transformou num verdadeiro inferno durante todo o inverno. Enquanto isso, o Rei lançou suas tropas sobre os arredores de Metz. Metz se rendeu e declarou René livre de sua dívida. Mas os maiores lucros foram para Carlos VII, que também obrigou Toul e Verdun, bem como várias outras cidades, a se colocarem sob sua proteção. Tratados foram assinados com príncipes alemães, preocupados com as ambições borgonhesas: o Eleitor Palatino, os Arcebispos de Trier e Colônia, o Eleitor e Duque da Saxônia, o Duque de Jülich e o Conde de Blanckenheim. O rei, assim, afirmou suas ambições em território imperial e, nos bastidores, criou dificuldades para Filipe, o Bom, que acabara de invadir Luxemburgo e cujo apetite insaciável por território se tornava preocupante. As sementes de um conflito franco-borgonhês foram semeadas. Seria para a próxima geração.

Durante um ano, de agosto de 1444 a agosto de 1445, Carlos VII esteve no Oriente, primeiro em Nancy até o final de abril de 1445, e depois em Châlons. Essa longa estadia foi como um período de recreação, pontuado por festividades e recepções. O rei divertia-se, recebia convidados, banqueteava, dançava, participava de justas e até colhia flores: "Após o jantar, os reis da França e da Sicília foram brincar nos campos e prados, na relva verde, colhendo ervas e flores, conversando e proferindo diversos ditos encantadores", relata a *Crônica de Jacques de Lalain* . Sim, de fato! O rei estava apaixonado. Não pela rainha, é claro, a um tanto insípida Maria de Anjou, mas por uma esplêndida jovem de vinte anos, que fazia parte da comitiva da Rainha da Sicília, Agnès Sorel. Desde 1443, ela era inclusive amante oficial, uma novidade com um futuro promissor na monarquia. A rainha Maria, "feia o suficiente para assustar os ingleses", disse um cronista, continuou a gerar herdeiros, mas agora a bela Inês, Senhora da Beleza (o rei lhe havia presenteado com a mansão de Beauté-sur-Marne), era a verdadeira soberana.

Isso não é mera anedota. Agnès Sorel era de fato inteligente e culta, e impulsionou a carreira de diversas pessoas que desempenharam papéis importantes na corte do rei: Pierre de Brézé, primeiro-ministro a partir de 1444; Jamet du Tillet; Jean de Maupas; Beauvau de Précigny; Guillaume d'Estouteville; Étienne Chevalier, que se tornou controlador-geral da arrecadação de impostos em 1445 e tesoureiro da França em 1452; Guillaume Gouffier; Guillaume Cousinot; Simon de Varye; e os irmãos Bureau. Estes últimos, filhos de um burguês parisiense, desempenharam um papel crucial na vitória final. O mais velho, Jean, advogado de formação que se tornou engenheiro militar por acaso, era mestre de artilharia desde 1439. Graças à sua perícia em balística, esse técnico e organizador fez da artilharia de Carlos VII a mais eficaz da Europa. O irmão mais novo, Gaspard, era o responsável pela fundição de canhões. Mas a estrela do clã Sorel era Jacques Cœur, filho de um comerciante de peles de Bourges, um empreendedor e homem de negócios de ambição insaciável, que fascinava seus contemporâneos com sua perspicácia comercial incomparável. Ele começou sua ascensão criando uma empresa que fornecia ao rei e à corte artigos de luxo em troca de diversos privilégios: isenções, salvo-condutos, patentes e reduções de impostos — fontes de lucros futuros. Em seguida, fundou uma companhia comercial sediada em Montpellier que negociava com o Oriente, tornou-se mestre da casa da moeda de Paris em 1436, tesoureiro da casa real em 1438, comissário real dos Estados de Languedoc em 1441 e operador das minas de prata da região de Lyon em 1444. Seus negócios eram extraordinariamente

diversificados, e ele também lucrou com a guerra: como comerciante de armas, possuía arsenais em Tours e Bourges; comprava e vendia prisioneiros para resgate. Ele possuía seus próprios navios, tripulados por homens baratos: em 1443, o rei o autorizou a recrutar à força "pessoas ociosas, vagabundos e outros patifes". À frente de uma fortuna colossal, acumulou propriedades rurais, senhorios, mansões e castelos, mandou construir um verdadeiro palácio para si em Bourges e financiou as últimas campanhas militares do rei. Casou sua filha com o Visconde de Bourges, e seu filho tornou-se arcebispo da mesma cidade aos vinte e dois anos, com uma dispensa papal, pois era muito estimado pelo Papa, que lhe concedeu permissão para comerciar com os muçulmanos. O rei também o empregou em missões diplomáticas: a Gênova em 1445, a Roma em 1448. Nobre em 1441, tornou-se a famosa personificação de seu famoso lema: "A cuer vaillans riens impossible" (Para um coração valente, nada é impossível). Um homem valente e inescrupuloso, poderíamos acrescentar, pois é fácil imaginar que tal ascensão ao poder não poderia ter sido alcançada sem algumas liberdades com a moral tradicional. Mas Jacques Cœur não é pior do que outros financistas. Ele desperta muita inveja, mas, apoiado por Agnès Sorel, não tem nada a temer enquanto ela estiver viva.

Se o rei podia ser apelidado de "Carlos, o Bem-Servido", era em parte graças à Dama da Beleza, que o cercava de pessoas capazes, competentes e eficientes. Agnès, por outro lado, tinha um inimigo mortal: o Delfim, que não suportava ser ofuscado na mente do rei pela jovem dama. Luís e Carlos já haviam se desentendido durante a Pragarie, mas depois se reconciliaram mais ou menos. Em 1446, Luís tentou assassinar Pierre de Brézé, o homem de confiança de Agnès junto ao rei. O complô foi descoberto; uma violenta altercação ocorreu na corte, durante a qual o Delfim ameaçou fisicamente sua amante. Em 1º de janeiro de [1447], o Delfim partiu para sempre, batendo a porta e proferindo a ameaça: "Por esta cabeça sem capuz, vingarei-me daqueles que me expulsaram de casa." "Ocorreu uma ruptura dramática entre pai e filho, que nunca mais se viram. Luís estabeleceu-se em seu Delfim, onde se envolveria em inúmeras intrigas com os inimigos do rei."

Voltemos a Nancy e Châlons em 1444 e 1445. Carlos VII estava ali a descansar. Recebeu numerosas embaixadas, o que demonstrava o prestígio adquirido pelo Rei de França graças aos seus recentes sucessos. Em dezembro de 1444, a grande embaixada do Duque de Suffolk veio buscar Margarida, que já mencionamos; em fevereiro, o Arcebispo de Trier e o Conde de Blanckenheim vieram para concluir uma aliança perpétua. No dia 23 desse mesmo mês, foi assinado um tratado com Frederico, Eleitor da Saxónia, e com Guilherme, Duque da Saxónia. Em março, decorreram negociações com o Duque de Jülich. Em maio, enviados do Duque de York vieram discutir o casamento do seu filho Eduardo com uma filha do rei. Nessa altura, Carlos VII tinha-se estabelecido com Agnès Sorel em Sarry, a poucos quilómetros de Châlons. “Diariamente, embaixadores e pessoas de muitos países chegavam ali, com grandes assuntos a tratar com ele”, escreveu o cronista Mathieu d’Escouchy. A embaixada mais espetacular foi a da Duquesa da Borgonha, Isabel de Portugal, a quem Filipe, o Bom, incumbiu de apresentar a Carlos VII a lista de queixas acumuladas desde o Tratado de Arras: dez anos após a assinatura, de fato, os culpados pelo assassinato de João Sem Medo não haviam sido julgados, as fundações piedosas planejadas como reparações não haviam sido estabelecidas, a indenização destinada a compensar o Duque pelas perdas sofridas em Montereau não havia sido paga, oficiais reais constantemente invadiam os direitos do Duque no Condado de Mâcon, no Condado de Auxerre, no Senhorio de Bar-sur-Aube e no Condado da Borgonha, tropas reais haviam causado danos às terras ducais e outros ocupavam ilegalmente certos lugares em Luxemburgo. Assim, a suposta capitulação de Arras não passara de uma farsa. O rei explorou a complexa rede de direitos e soberanias, a ambiguidade dos

termos, para se esquivar da maioria de suas obrigações. Mas ele não podia arriscar que o duque retomasse a guerra. Portanto, fez novas promessas.

No outro extremo do reino, o outro grande vassalo, o novo Duque da Bretanha, Francisco I · era inteiramente devotado à causa francesa. Marido de Isabel, irmã do Rei da Escócia, e sobrinho do Condestável de Richemont, ele tinha uma relação muito tensa com os ingleses, e a expedição de Somerset em 1443, que capturou La Guerche, em nada contribuiu para melhorar a situação. Contudo, o irmão mais novo do Duque, Gilles da Bretanha, era amigo pessoal de Henrique VI. Residindo no Château du Guildo, perto de Saint-Cast, ele recebia seus amigos ingleses da Normandia, que vinham visitá-lo de barco. O Rei queixou-se ao Duque, que mandou aprisionar seu irmão no Château de La Hardouinaie, no centro da Bretanha, onde ele foi assassinado em 25 de abril de 1450.

O rei estava, portanto, seguro no Oriente e no Ocidente. No Sul, o problema era o Delfim, a partir de 1447. Em Grenoble, Luís conspirava, espalhava rumores, subornava os criados do rei, semeava suspeitas e lançava acusações para desestabilizar o pai. Em 1451, viúvo, chegou a casar-se novamente sem consultar o rei, com a jovem Carlota de Saboia. Ela tinha apenas onze anos, mas era filha do Duque de Saboia, vizinho do Delfim, e neta do Antipapa Félix V. Isso foi o suficiente para enfurecer Carlos VII.

Essas preocupações familiares, porém, eram para o futuro. Em 1444-1445, enquanto descansava em Nancy e Sarry, o rei pôde se congratular com os resultados alcançados. Certamente, nem todos estavam satisfeitos. Em Paris, a burguesia ainda fervia de raiva. O rei, escreveu ele em 1444, não estava fazendo nada. O que ele esperava para retomar a Normandia? Ele se divertia, flertava com sua amada; a Corte dançava e banqueteava, os nobres não treinavam mais, estavam perdendo suas virtudes marciais; estávamos sendo esmagados por impostos sob o pretexto de retomar a Normandia, e ainda assim nada era feito: "Em suma, todos os senhores da França se tornaram como mulheres, pois só se mostravam ousados contra os camponeses e os comerciantes pobres, que estavam completamente desarmados."

A mesma situação em 1445: o rei devastou a Lorena com seus 20.000 bandidos; Ele já não se importava conosco, a não ser para cobrar impostos: "O rei, nem nenhum dos senhores da França, ia ou vinha a Paris, e em todos os momentos eram cobrados impostos exorbitantes, sem que nenhum bem fosse feito ao povo comum; e os ingleses estavam sempre se fortalecendo e abastecendo suas fortalezas, sem fazer trégua nem paz, e o rei nada fazia a respeito de como as coisas estavam indo, a não ser cavalgar de um país para o outro, sempre bem acompanhado por vinte mil ou mais ladrões que estavam destruindo todo o seu país. "Tropas de crocodilos ainda aterrorizam a região de Paris, sequestrando e mutilando crianças para transformá-las em mendigas: 'Naquela época, crocodilos, ladrões e assassinos foram capturados, os quais, por meio do inferno ou de outra forma, confessaram ter empalado crianças, um ter arrancado os olhos, outros ter cortado as pernas, outros os pés e outras maldades suficientes e em excesso.'"

Exército e reformas fiscais na França

No reino da França, a situação estava longe da perfeição. Contudo, a restauração da ordem prosseguia, beneficiando o poder real. Carlos VII, portanto, aproveitou-se da profunda crise que mais uma vez abalava a Igreja. Em 1432, o Papa Eugênio IV, em conflito com o Concílio de Basileia, dissolveu este último, que se recusara a submeter-se e começara a tomar medidas para aprimorar a disciplina eclesiástica. Em 1438, o Papa convocou outro concílio, desta vez em Florença. O rei navegou habilmente entre essas autoridades rivais e, tendo convocado uma

assembleia do clero francês em Bourges, em 1º de maio de 1438, persuadiu-os a adotar uma série de reformas sugeridas pelo Concílio de Basileia. Essas reformas tornaram o rei o verdadeiro senhor das nomeações eclesiásticas no reino, em detrimento do papa. Tratava-se da Pragmática Sanção, que servia como dissuasão contra Roma: se a Santa Sé fosse complacente, o papa tinha permissão para recorrer a reservas e graças expectantes; Caso contrário, a sanção era ameaçada. A Igreja Galicana estava, portanto, sujeita ao rei.

A posição de Eugênio IV foi ainda mais enfraquecida pela eleição, em Basileia, em 1439, de um antipapa, Amadeu VIII, Duque de Saboia, que se tornou Félix V. Assim, havia agora dois papas e dois concílios em conflito. A crise durou dez anos, com cada lado disputando o favor do rei para obter seu apoio. Esta foi mais uma maneira de Carlos VII aumentar a autonomia da Igreja na França, antes de emergir, em 1449, como o principal arquiteto da unidade restaurada, graças aos seus esforços amistosos.

A lealdade do clero foi um trunfo significativo para o rei durante a Guerra dos Cem Anos. Intervindo constantemente nas nomeações episcopais, Carlos VII garantiu o apoio inabalável dos bispos, os mais capazes e ardilosos dos quais ocupavam posições políticas importantes. Recrutados unicamente por sua utilidade e lealdade política, esses bispos eram figuras poderosas, para quem a piedade era a menor das preocupações, e que cometeram inúmeros abusos em assuntos religiosos. Exemplos deploráveis aos olhos dos fiéis, eles provocaram uma crescente demanda por reformas dentro da Igreja, mas para o rei, eram aliados inestimáveis. Um exemplo excepcional é o da família Jouvenel des Ursins, que forneceu bispos, chanceleres, presidentes de parlamentos e bailios. O pai, Jean Jouvenel, morreu como presidente do parlamento de Poitiers em 1431. Dos seus dezesseis filhos, o segundo, Jean, nascido em 1388, doutor em direito civil e canônico, seguiu carreira eclesiástica e diplomática: foi advogado do rei no parlamento de Poitiers em 1429, capelão do rei, arcipreste de Carmaing, deão de Avranches, bispo de Beauvais, onde sucedeu a Pierre Cauchon, em 1432, bispo de Laon em 1444, arcebispo de Reims, onde sucedeu ao seu irmão Jacques em 1449. Era um negociador hábil, empregado em numerosas missões, e um autor de importância considerável: a ele são atribuídos um tratado de 1452 para a assembleia do clero de Bourges e uma *História de Carlos VI* . Seu irmão Jacques, nascido em 1410, tornou-se advogado do rei no Parlamento em 1436, cônego da Sainte-Chapelle em Bourges, arquidiácono da diocese de Paris em 1441 e presidente da Câmara de Contas em 1443. Foi nomeado arcebispo de Reims aos trinta e quatro anos, em 1444. Envolvido em numerosas missões no exterior, desempenhou um papel importante na renúncia do antipapa Félix V, e Nicolau V o recompensou concedendo-lhe o patriarcado de Antioquia em 1449. Outro irmão, Guilherme, foi nomeado chanceler em 1445. Michel tornou-se bailio de Troyes.

Com um clero devoto e tendo silenciado a oposição feudal, Carlos VII, durante as tréguas, empreendeu a reforma essencial do exército, que lhe permitiria lançar-se nas campanhas finais com uma força militar formidavelmente eficaz. Em 1444 e 1445, realizou extensas consultas com os líderes do exército: Richemont, Dunois, Carlos de Anjou, os Condes de Clermont, Foix, Tancarville e Saint-Pol, bem como vários capitães dos Écorcheurs (companhias mercenárias). O resultado foi a ordenança de 26 de maio de 1445. Ela criou quinze companhias conhecidas como "companhias de ordenança", por serem ordenadas pelo rei. Cada companhia era composta por cem lanceiros, cada um com seis cavaleiros: um homem de armas, um cuteleiro, um pajem, dois arqueiros e um servo de guerra. Cada companhia era aquartelada em uma cidade específica, e os soldados eram alojados nas casas de hóspedes. O pagamento, inicialmente em espécie, será posteriormente de trinta libras por mês por lance. A disciplina deve ser rigorosamente mantida, e

a qualidade das tropas e do equipamento será verificada regularmente durante as inspeções. Os homens de armas devem usar armadura completa, enquanto os demais devem usar pelo menos uma túnica de couro.

Isso deveria garantir um bom exército permanente de 9.000 a 10.000 homens, que poderia ser reforçado por recrutamentos parciais, se necessário. A questão permanecia: quem seria escolhido? Todos os capitães que desejassem se alistar deveriam apresentar-se com seus homens perante o Condestável, que selecionaria os melhores. Olivier de La Marche observa que isso fez com que o preço dos cavalos de guerra disparasse, pois todos queriam se exibir para obter vantagem. Quinze comandantes de companhia seriam escolhidos. Entre eles, estavam nomes conhecidos de veteranos das guerras da primeira parte do reinado: Robert Flocques, Poton de Xaintrailles, Raoul de Gaucourt, que tinha mais de setenta anos e ainda assim participaria ativamente da conquista da Normandia, onde seria nomeado capitão de Rouen e Gisors, e Grão-Mestre do Hôtel de France em 1453. Antoine de Chabannes também obteve uma companhia. Ele havia participado da expedição a Metz e daquela contra os suíços. Mais tarde, ele participaria das campanhas da Normandia e da Guiana, e se tornaria senescal de Carcassonne e Béziers, além de tenente-general das Marcas de Lyon. Seu irmão Jacques seria tenente na companhia de artilharia do Duque de Bourbon; participaria de todas as campanhas da Normandia e da Guiana, seria Grão-Mestre da França em 1451, antes de falecer vítima da peste em 1454.

Os outros líderes eram Olivier de Coëtivy, Charles de Culant, Joachim Rouault, Pierre de Brézé, o Senhor de Albret, Tristan L'Hermite, e também alguns estrangeiros: os escoceses Robert Pettylow e Robert Cunningham, o espanhol Martin Garcia e o italiano Boniface de Valpergue. Estes eram os poucos escolhidos. Os que não foram selecionados foram solicitados a retornar para casa e encontrar um emprego pacífico. O milagre foi que obedeceram. Essa submissão foi a melhor prova da restauração da autoridade real. Tudo indicava uma possível revolta por parte desses mercenários dispensados. Se ela não ocorreu, deveu-se em grande parte ao fato de que aqueles que haviam sido escolhidos estavam agora prontos para defender sua posição privilegiada pela força das armas.

A criação das companhias da Grande Ordenança foi complementada em 1449 pela das companhias da "Pequena Ordenança", ou "Pequeno Pagamento", ou "Pagamento Morto", compostas por soldados de infantaria, com salários menores, que forneciam guarnições às fortalezas: de 3.000 a 4.000 homens no total. Tentou-se inclusive estabelecer uma espécie de exército de reserva, composto por plebeus, instituindo, por meio da ordenança de 28 de abril de 1448, o corpo de arqueiros livres. Cada grupo de 50 famílias era responsável por fornecer um homem robusto e saudável que deveria treinar arco e flecha todos os domingos e feriados e possuir equipamento leve. Ele era isento de impostos, mas tinha que se apresentar ao exército se convocado. Segundo o pergaminho, isso totalizava 8.000 arqueiros treinados. Na realidade, eram principalmente 8.000 indivíduos de todos os tipos e tamanhos, incluindo idosos, enfermos e barrigudos, que se reuniam aos domingos para beber, rir e talvez tomar um ou dois tiros (com arco). Os voluntários pareciam ser numerosos, atraídos pela isenção de impostos. Os mais interessados eram, portanto, os mais ricos, que subornavam os recrutadores para serem escolhidos. Sem motivação, não desejavam morrer pelo rei ou pelo reino. O patriotismo não os dominava, como ilustra o burguês, citado por Charles Petit-Dutaillis, que declarou: "Se o reino da França tivesse que ser perdido para cravar um único prego nele, ele não o cravaria". Podemos imaginar o espírito combativo desse tipo de Falstaff shakespeariano. A instituição entrou em rápido declínio antes de ser oficialmente abolida em 1480.

Embora o corpo de arqueiros livres tenha sido um fracasso, o resultado geral das reformas militares de 1445-1449 foi, no entanto, muito positivo, permitindo a Carlos VII reconquistar a Normandia e a Guiana em quatro anos. Possuindo um corpo permanente de 10.000 a 12.000 cavaleiros e 3.000 a 4.000 soldados de infantaria, ocasionalmente reforçado por mercenários e tropas feudais, que ele não havia abandonado, Carlos VII também dispunha da melhor artilharia da Europa, "o maior número de bombardas pesadas, canhões pesados, veuglaires, serpentinas, bicas d'água, coluveiras e ribaudigues que ninguém se lembrava de ter visto em um rei cristão", afirmou Du Clercq. Os irmãos Bureau utilizaram todas as habilidades disponíveis, como a de um judeu alemão que conhecia "certas sutilezas" nessa área, e a do genovês Louis Giribault, inventor de uma carroça "para transportar a artilharia".

Mas a reforma tem um custo. Um custo exorbitante. Thomas Basin, embora reconheça a eficácia do novo sistema, faz duas críticas: o exército permanente é um instrumento de tirania e sua manutenção é um fardo esmagador para o povo, que "foi mergulhado, sob o pretexto da necessidade de manter esse exército mercenário, nesse abismo de servidão de tributos e exigências, a ponto de todos os habitantes serem publicamente declarados sujeitos à tributação por vontade do rei".

O problema era, de fato, significativo, para dizer o mínimo. Nenhuma decisão isolada criava um imposto permanente: esse princípio foi gradualmente incorporado à prática a partir do final da década de 1430, e a necessidade de manter um exército permanente apenas o tornou mais inevitável. O imposto real direto por excelência era a taille, um imposto considerado excepcional, que o rei só podia cobrar anualmente após obter a aprovação dos Estados Gerais ou das assembleias provinciais. Em 1436, os Estados Gerais da região de Langue d'oïl, reunidos em Poitiers, votaram por um "auxílio para a condução da guerra", que na verdade era uma taille, seguindo o procedimento usual. Mas em 1437 e 1438, devido a certos acontecimentos, os Estados não se reuniram, e o governo presumiu que o imposto havia sido tacitamente renovado. A partir de então, o conselho seria responsável por decidir o valor da taille a cada ano. Já em 1442, Carlos VII declarou, com humor involuntário, que isso aliviaria o povo, que não precisaria mais pagar os custos de manutenção dos deputados nos estados.

Com a criação das companhias de artilharia, surgiu em 1446 o "imposto sobre os soldados" para sua manutenção. Quando a guerra terminou, o "auxílio para a condução da guerra" desapareceu, mas o "imposto sobre os soldados" foi mantido, e tornou-se comum chamá-lo simplesmente de "imposto do rei". Era cobrado anualmente e usado para diversos fins. Um imposto direto permanente havia se tornado uma realidade.

Ao mesmo tempo, o mesmo princípio aplicava-se aos impostos indiretos, os aides. Os Estados de Langue d'oïl, em 1435, propuseram a sua reintegração por quatro anos, apesar da oposição dos deputados de Tours. Os Estados de Poitiers, em 1436, confirmaram o princípio, e ficou entendido que este imposto deveria ser temporário. Ao longo da história, o significado de "temporário" em matéria fiscal tem sido bem compreendido. A abolição dos aides nunca mais seria considerada. Contudo, o sul do reino gozou de maior autonomia fiscal até ao final do reinado.

Não só os impostos se tornaram permanentes, como também passaram a ser cobrados com maior eficiência. Diversas portarias buscaram organizar o sistema fiscal, e a influência direta de Jacques Cœur, atuando como um Ministro das Finanças não oficial, pode ser percebida por trás dessas medidas administrativas. Mais uma vez, a década de 1440 foi crucial. Já em 1439, uma portaria reiterou que somente o rei tinha o direito de cobrar impostos; os senhores que retivessem parte dos impostos reais ou que adicionassem uma taxa extra à taille (imposto territorial) teriam

suas propriedades confiscadas. Essa decisão foi reiterada em 1442, que também enfatizou que o imposto real deveria ser cobrado em todos os lugares. Em 1443, uma portaria de 25 de setembro estabeleceu as regras da contabilidade pública, a obrigação de manter registros, fornecer demonstrações detalhadas e a obrigação dos funcionários de prestar contas do uso dos fundos que lhes fossem alocados; o Tesoureiro Geral era obrigado a manter um registro de todas as movimentações de fundos. O Tribunal de Contas é declarado soberano, livre da influência do Parlamento, o que o torna muito mais independente. O mesmo se aplica ao Tribunal de Auxílio.

Outras medidas foram tomadas para reconstituir o domínio real, que havia sofrido usurpação, esbanjamento, má administração, peculato e alienação durante a turbulência do período anterior. De 1443 a 1444, os oficiais do rei perseguiram os proprietários das antigas propriedades reais, que foram obrigados a apresentar seus títulos. O reino foi dividido em quatro regiões, chamadas de "charges" para a administração do domínio real e "généralits" para a administração das finanças extraordinárias: Languedoc, Languedoïl, a região além do Sena e Yonne (a partir de 1436) e Normandia (a partir de 1450). Em cada charge, recebedores comuns coletavam as receitas reais, que eram centralizadas pelo "Tesoureiro da França". Em Paris, o "Câmbio do Tesouro" supervisionava o orçamento do domínio real. Para impostos extraordinários, como a taille (imposto territorial), cada généralité possuía um "General de Finanças", auxiliado por um "Recebedor Geral". A generalidade era dividida em "eleições", cada uma com dois funcionários eleitos, um escrivão, um procurador real e um ou dois cobradores de impostos. As disputas relativas a impostos extraordinários eram julgadas pelo tribunal de funcionários eleitos e, em caso de recurso, pelo Tribunal de Auxílios; as relativas ao domínio real ficavam sob a jurisdição da Câmara de Contas. Uma parcela significativa da receita tributária era utilizada localmente para necessidades municipais, limitando assim o transporte de fundos, que era sempre arriscado.

O sistema, sem dúvida, não era perfeito. Em todos os níveis, ocorreram desfalques, a começar pelo topo, onde Jacques Cœur tendia a confundir os cofres reais com sua fortuna pessoal, mas a melhoria em comparação com o período anterior era inegável. As principais vítimas, além dos contribuintes comuns, foram os nobres de alta patente, forçados a renunciar às numerosas usurpações de terras e impostos que a anarquia dos anos de 1420 a 1435 havia possibilitado. Ao final de seu reinado, Carlos VII possuía recursos financeiros sem paralelo na Europa, com uma renda anual de 1.800.000 libras.

Assim, quando a guerra recomeçou em 1449-1450, Carlos VII, com seu reino unificado, seu exército reorganizado e poderosamente equipado, e seus cofres repletos, encontrava-se em uma posição de força sem precedentes desde o início do conflito. A Inglaterra, por outro lado, estava em meio a uma crise. Seu colapso durante as recentes campanhas era inevitável.

A desordem e as fraquezas da Inglaterra

Desde a assinatura da Trégua de Tours, o governo de Henrique VI enfrentava dificuldades de todos os tipos. A fragilidade do soberano permitiu que as lutas internas entre facções tomassem o poder. O Conde de Suffolk era o novo homem forte. Sua rivalidade com o Duque de Gloucester, tio do rei, dominou os anos de 1443 a 1447. Gloucester opôs-se à trégua; fiel à sua postura belicosa, desejava que ela fosse rompida. Suffolk, de forma insidiosa, persuadiu o rei de que seu tio conspirava para destroná-lo. Já em 1441, a esposa de Gloucester, Eleanor Cobham, fora julgada por praticar bruxaria contra a vida do rei. A partir de 1446, Gloucester deixou de comparecer às reuniões do conselho. Preso por traição, morreu em 23 de fevereiro de 1447, em circunstâncias suspeitas.

O Conde de Suffolk então se comportou como um governante absoluto, "liderando franceses e ingleses com mão de ferro", diz Chastellain. Um verdadeiro vice-rei, ele acumulou uma série de títulos e poderes: Camareiro da Inglaterra, Capitão de Calais, Guardião dos Cinque Ports, Condestável do Castelo de Dover, Administrador do Ducado de Lancaster, *Juiz-Chefe* de Chester, Flint e Norte do País de Gales, Administrador de todas as minas da Inglaterra, e ele próprio foi proclamado Duque em 1448. Seus capangas percorriam o país, multiplicando as extorsões, das quais até mesmo Sir John Fastolf, um veterano da Guerra dos Cem Anos, retirou-se para suas terras em East Anglia, e se queixou.

Mas logo surgiu um rival: Ricardo, Duque de York. Primo do rei, era filho do Conde de Cambridge, irmão de Henrique V, que fora decapitado por seu envolvimento numa conspiração. Ricardo, contudo, herdou o Condado de Cambridge, bem como as vastas propriedades de seu tio materno, Edmund Mortimer, nas Marcas Galesas. Era também Conde de Ulster e Condestável da Inglaterra em 1430. O governo de Henrique VI tentou confiná-lo a funções militares, nomeando-o Tenente-General na França em 1436 e novamente em 1440. Retornou à Inglaterra em 1445. Para Suffolk, era um homem perigoso. Foi enviado para longe mais uma vez, nomeado Tenente na Irlanda em 1447.

O poder excessivo que Suffolk arrogou para si lhe valeu ódio e inveja. Acusações foram feitas contra ele, que variavam de corrupção a traição. Notavelmente, foi acusado de ser cúmplice do rei da França, de ter devolvido Maine e Anjou a ele, de ter enfraquecido a Normandia e a Guiana, de ter incitado Carlos VII a retomar a guerra e de ter conspirado uma invasão da Inglaterra. Para salvar sua vida, o rei o exilou por cinco anos em 1450. Ele partiu em 30 de abril, mas seu navio foi interceptado, talvez por um corsário que buscava resgatá-lo. Ao se recusar, foi decapitado e seu corpo foi jogado na praia de Dover.

Isso sinalizou mais violência. Em 29 de junho de 1450, o Bispo de Salisbury, aliado de Suffolk, foi assassinado. Ao mesmo tempo, o condado de Kent se rebelou sob a liderança de Jack Cade. Após derrotar um exército real em Sevenoaks, os rebeldes entraram em Londres, onde decapitaram o tesoureiro, Lord Saye, e o xerife de Kent, William Crowmer, cujas cabeças foram posteriormente exibidas na ponte. Tratava-se de um movimento contra maus conselheiros, acusados tanto de oprimir o povo com impostos quanto de administrar a guerra de forma incompetente, desperdiçando as gloriosas conquistas de Henrique V, como a Normandia. Exigiam reformas, execuções e o retorno do Duque de York, em quem haviam depositado sua confiança. O motim foi uma consequência direta do caos da guerra, e seu líder, Jack Cade, era um soldado recém-chegado do continente, que testemunhara em primeira mão a incompetência dos capitães, particularmente a de Somerset. O movimento foi, como de costume, rapidamente esmagado, e Jack Cade foi assassinado, mas isso foi indicativo do descontentamento nesta fase do conflito.

O Duque de York, em quem muitos esperavam que retornasse, veio da Irlanda em agosto de 1450 e marchou sobre Londres à frente de 4.000 homens. Para detê-lo, o governo convocou Edmund Beaufort, Duque de Somerset, da França, nomeando-o Condestável da Inglaterra. Somerset era neto de João de Gaunt, Duque de Lancaster: York contra Lancaster, e as bases da Guerra das Rosas começavam a ser lançadas. Por ora, York se apresentou simplesmente como um reformador. Em uma audiência com o rei em setembro, assegurou a Henrique VI sua lealdade e pediu reformas. O Parlamento exigiu a remoção de certos conselheiros, incluindo Somerset. A rainha, Margarida de Anjou, ficou do lado dele. Em 1452, um confronto foi evitado por pouco e, em agosto de 1453, o rei enlouqueceu, poucos dias após o desastre militar em Castillon, que marcou o fim da Guerra dos Cem Anos. A Inglaterra estava à beira de uma guerra civil.

A crise financeira agravou a situação. As dívidas acumuladas durante a guerra sobrecarregaram o orçamento além de qualquer possibilidade. Em 1443, o Chanceler do Tesouro, Lord Cromwell, renunciou. Ele teria quatro sucessores incompetentes entre 1443 e 1452. Enviar até mesmo a menor embaixada à França representava problemas de financiamento insuperáveis. A proliferação de isenções de impostos sobre exportações, usadas como meio de pagamento de credores, fez com que as receitas alfandegárias despencassem: o declínio foi de 17% entre as décadas de 1420 e 1440. Os parlamentos estavam cada vez mais relutantes em cobrar impostos, enquanto as defesas de Calais, Normandia e Guyenne eram cada vez mais negligenciadas, com guarnições esqueléticas e fortificações mal conservadas. Com uma renda média anual de 25.000 libras no período de 1445 a 1453, o orçamento inglês não era mais capaz de sustentar suas ambições no continente. Durante esse mesmo período, os empréstimos acumularam-se a uma taxa de 7.500 libras por ano, das quais 3.200 libras foram subscritas por mercadores em Calais e 2.700 libras por mercadores em Londres. Em 1444, já era difícil cobrir as despesas da coroação da Rainha Margarida.

A situação diplomática e militar estava se deteriorando. A Escócia continuava sendo uma ameaça e forjava alianças por meio de casamentos principescos com os adversários da Inglaterra: em 1442, Isabel, filha de Jaime II, casou-se com o Duque da Bretanha; sua irmã Leonor casou-se com Sigismundo da Áustria em 1448, e em 1449 o próprio Jaime II casou-se com Maria de Gueldres, sobrinha-neta do Duque da Borgonha. No sul, havia temores de ataques franco-bretões ao litoral. Em 1449, o Parlamento votou a favor de 2.333 libras para reforçar as defesas contra a Escócia, 2.000 para proteção marítima no Canal da Mancha e 2.433 para a proteção de Calais. Na Normandia, a situação continuava a se deteriorar. Havia escassez de dinheiro, de tropas e também de capitães competentes. Os veteranos estavam desaparecendo gradualmente. Talbot completou sessenta anos em 1448. Sir John Fastolf, após relatar em 1435 como conduzir operações e servir na Normandia de 1436 a 1440, aposentou-se em 1441 aos sessenta e três anos. Ele continuou a levar a vida de um grande proprietário de terras em East Anglia até os oitenta e dois anos.

As guarnições inglesas mal pagas na Normandia extorquiam o campo, às vezes disfarçadas de forma que ninguém enganava: eram as "falsas faces" descritas por Jean Chartier e Jacques Du Clercq. A situação rapidamente se agravou, como relata Thomas Basin: "Pouco a pouco, os ingleses deixaram de administrar a justiça adequadamente e de pagar suas tropas; desenvolveram o hábito, primeiro nos territórios sob seu controle, de saquear e roubar sistematicamente, disfarçados, aqueles que usavam as estradas públicas..."

Tréguas e negociações (1444-1449)

Cercado por uma infinidade de problemas, o governo inglês procurou transformar a Trégua de Tours em uma paz duradoura. Mas, incapaz de fazer as dolorosas concessões necessárias, todas as tentativas fracassaram. Os líderes do conselho ainda se apegavam à ilusão de um possível ressurgimento; recusavam-se a aceitar a ideia de declínio.

A Trégua de Tours expiraria em 1º de abril de 1446. Discussões após o casamento de Henrique VI e Margarida levaram à sua prorrogação. Em 14 de julho de 1446, uma importante delegação francesa chegou a Londres, liderada por Luís de Bourbon, Conde de Vendôme, e Jacques Jouvenel des Ursins, Arcebispo de Reims. Carlos VII enviara seus melhores conselheiros: Bertrand de Beauvau, Senhor de Précigny, que também era um confidente de René de Anjou; Guilherme Cousinot, Senhor de Montreuil, camareiro do rei; e Étienne Chevalier, seu secretário. Também estavam presentes Guy, Conde de Laval, e representantes dos Duques da Bretanha e de Alençon.

A recepção foi cordial e o ambiente, descontraído. No dia 15, Henrique VI recebeu a delegação com alegria evidente.

A verdadeira ação começou no dia 19. Os ingleses ofereceram-se para renunciar implicitamente a todas as reivindicações ao trono francês em troca da soberania total sobre a Normandia e uma Gasconha expandida. Os franceses recusaram, plenamente conscientes da superioridade militar de seus senhores. Bertrand de Beauvau propôs então uma reunião de cúpula entre Henrique VI e Carlos VII. Henrique concordou em princípio. Enquanto isso, a única decisão concreta que podia ser tomada era a prorrogação da trégua até 11 de novembro de 1446.

Uma delegação inglesa viajou então para a França. Uma delegação francesa, liderada por Guillaume Cousinot, retornou a Londres em novembro. A trégua foi prorrogada até 1º de abril de 1447. Os preparativos para um encontro direto entre os dois reis, a ser realizado em Le Mans, estavam bem encaminhados. Em fevereiro de 1447, Dunois esteve em Londres para discutir o assunto. Carlos VII era favorável. Em 25 de fevereiro, em Tours, ele declarou que iria a Paris ou Chartres antes de novembro para se encontrar com Henrique. Mas na Inglaterra, surgiu a questão do financiamento da viagem real; então a crise de Le Mans eclodiu, colocando tudo em dúvida.

Em 1445, Carlos VII foi persuadido por seu cunhado, René de Anjou, a propor o seguinte acordo a Henrique VI: Henrique devolveria Maine e sua capital, Le Mans, a seu sogro, René, em troca de uma aliança com René e uma trégua de vinte anos com a França. Em novembro de 1445, Guilherme Cousinot e Jean Havart apresentaram o plano a Henrique VI, enquanto Margarida de Anjou, a pedido do rei, interveio junto ao marido com base nos mesmos princípios. O benevolente Henrique cedeu em 22 de dezembro. A devolução de Maine deveria ser concluída até 30 de abril de 1446. Ele se comprometeu com isso em uma carta a Carlos VII.

Mas ele não tem os meios para cumprir a ordem. Sua decisão é profundamente impopular na Inglaterra, onde a população acredita que ele está vendendo conquistas arduamente obtidas simplesmente para agradar sua esposa, a francesa Margaret. Localmente, os capitães ingleses não desejam deixar uma região onde lhes foram concedidas propriedades: terras, senhorios e diversas rendas. Eles exigem compensação. O Marquês de Dorset, que governa Anjou e Maine desde 1442, demonstra extrema resistência quando Matthew Gough e Fulk Eyton, comissionados pelo rei para receber as cidades e castelos a fim de entregá-los aos franceses, chegam. Em 1º de maio · um dia após o prazo final, a evacuação ainda não começou. E na Inglaterra, o Duque de Gloucester se opõe veementemente à retirada, que considera uma capitulação covarde.

A paciência de Carlos VII foi notável. Em 17 de outubro, em Bourges, ele incumbiu Guillaume Cousinot e Jean Havart de determinar a compensação para os ingleses que seriam expulsos de Maine. No final de dezembro, enviou outra delegação, incluindo o Bastardo de Orléans, Pierre de Brézé, e Guillaume Cousinot, que se encontraram com Matthew Gough em Rouen. Lá, os termos da troca foram esclarecidos mais uma vez: uma trégua de vinte anos com René e a prorrogação da trégua entre os reis da França e da Inglaterra por um ano. Um novo prazo foi estabelecido: 15 de janeiro de 1448.

Em vão. O dia 15 de janeiro passou e a guarnição inglesa ainda estava em Le Mans. Carlos VII perdeu a paciência. Enviou Raoul Regnault a Londres com uma carta expressando sua exasperação com os "subterfúgios, pretextos e dissimulações" ingleses e reuniu um exército na fronteira do Maine, determinado a usar a força. Os ingleses entraram em pânico: o chanceler da Normandia, Thomas Hoo, escreveu a Brézé para assegurar-lhe que eles atenderiam imediatamente às suas exigências. Anunciou a chegada de uma nova embaixada inglesa. Tarde demais. Dunois apareceu diante de Le Mans com 7.000 homens, os irmãos Bureau posicionaram sua artilharia e

Carlos estabeleceu-se em Lavardin para supervisionar o cerco. O efeito foi imediato. Em poucos dias, Le Mans foi evacuada. A trégua ainda se mantinha, mas era frágil. Não se falava mais em um encontro entre os dois reis. Carlos VII incumbiu Jean Jouvenel des Ursins de escrever um *tratado abrangente sobre a disputa entre a França e a Inglaterra* , no qual argumentava que o Rei da Inglaterra não tinha direito à coroa francesa, enquanto, inversamente, o Rei da França tinha direito à coroa inglesa. Robert Blondel, por sua vez, compôs um tratado em latim na mesma linha, intitulado * *Sobre os Direitos da Coroa da França** . O rei estava preparando sua campanha de propaganda.

Os incidentes estão aumentando as tensões. Isso se torna ainda mais evidente pelo fato de o Duque de Somerset, Tenente-General na França desde 1447, não perceber a precariedade de sua posição diante do crescente poder do exército francês e adotar uma postura provocativa. Em 1448, tropas inglesas, recém-evacuadas de Maine, se estabelecem na fronteira entre a Normandia e a Bretanha, em Pontorson, Mortain e Saint-James-de-Beuvron, uma forma de pressionar o Duque da Bretanha, Francisco I · considerado francófilo demais. Carlos VII envia um protesto a Somerset, ao qual o Duque responde com uma carta "em um estilo desrespeitoso para com o rei", escreve o cronista Mathieu d'Escouchy. O ex-capitão de Le Mans, Osbert Mundford, então Tesoureiro da Normandia, alimenta ainda mais a situação.

Então, na noite de 23 para 24 de março de 1449, veio a gota d'água: François de Surienne, o aragonês, e um grupo de alpinistas experientes tomaram de surpresa a cidade de Fougères, na Bretanha. A cidade foi então saqueada, com "sacrilégios, incêndios criminosos, assassinatos, trabalhos forçados e estupro de mulheres, prisões, resgates, pilhagens e roubos de nossos súditos, e todos os outros males execráveis que podem ser cometidos em guerra aberta pelos ingleses", escreveu o Duque da Bretanha em uma carta a Carlos VII. Surienne e seus homens ocuparam a cidade. O rei soube do ataque enquanto estava a caminho de Bourges. Ele parou em Chinon para consultar seu conselho sobre como responder.

A questão central é se a operação foi uma iniciativa do próprio Surienne, um ato de banditismo perpetrado por um líder solitário, ou se ele agiu em colaboração com as autoridades inglesas em Londres e Rouen, sob suas ordens. O Duque de Somerset, em carta a Carlos VII, declarou que não tinha nada a ver com o caso, que condenava as ações de Surienne, mas que não faria nada para obrigá-lo a devolver a cidade.

De fato, é certo que a captura de Fougères foi uma operação decidida e planejada com muita antecedência pelo governo inglês, em seu mais alto nível, sem o conhecimento de Henrique VI. Vários documentos confirmam isso de forma irrefutável: os resultados de uma investigação realizada em Rouen no final de 1449 por Guillaume Jouvenel des Ursins e as confissões do próprio Surienne. Aliás, esse líder bandido não era qualquer um e jamais teria se aventurado em tal empreitada sem ter recebido ordens para tal.

A resposta francesa foi imediata: em 16 de maio, Jean de Brézé e Robert Flocques tomaram Pont-de-l'Arche; em seguida, Conches, Gerberoy e Cognac também foram capturadas. Seguiu-se uma frenética dança diplomática entre Carlos VII e Somerset, que estava em Rouen. Parecia claro que a retomada da guerra estava decidida. O rei tinha o pretexto que esperava. O Duque da Borgonha, consultado, declarou-se a seu favor e permitiu que sua nobreza se alistasse no exército real. Uma campanha de propaganda foi lançada: o rei divulgou o tratado de Jean Jouvenel sobre seus direitos; enviou um manifesto às cidades e aos príncipes para justificar suas ações. Segundo Mathieu d'Escouchy, houve um verdadeiro debate no país sobre a responsabilidade pela retomada da guerra: "Em muitos lugares, começaram a circular boatos, tanto no reino da França quanto nos

países vizinhos, sobre a maneira como as tréguas mencionadas foram quebradas; e havia alguns que, segundo seus próprios caprichos e sentimentos particulares, diziam o que lhes parecia bem, atribuindo a responsabilidade aos franceses. Outros não compartilhavam dessa opinião, afirmando que os ingleses haviam começado a guerra e que, por intermédio deles, as tréguas haviam sido quebradas."

Até meados de maio, o Duque de Somerset parecia alheio aos riscos que corria. Persistiu em sua atitude arrogante até que a captura de Pont-de-l'Arche o fez perceber que o tempo para negociações havia terminado. Foi então tomado pelo pânico: "Ele quase enlouqueceu de tristeza. Ainda era bem cedo, por volta das sete para o meio-dia. Como um louco, começou a correr pelo castelo para acordar os que ainda dormiam, chamando cada um pelo nome. Ao mesmo tempo, ordenou que soldados ingleses fossem reunidos em vários pontos da cidade e que diversos barcos fossem armados e equipados no porto onde estavam, ainda na esperança de conseguir organizar meios suficientes de resistência para expulsar o inimigo da cidade e da cidadela."

Era tarde demais. Em 17 de julho, Carlos VII convocou seu conselho no Château des Roches-Tranchelion, perto de Chinon. A retomada da guerra foi decidida por unanimidade. As companhias de artilharia foram convocadas. Dunois foi nomeado "Tenente-General das Marcas além dos rios Somme e Oise até o mar", e Richemont foi encarregado da fronteira bretã. As operações começaram imediatamente.

A reconquista da Normandia (1449-1450)

O sucesso foi avassalador. Uma verdadeira onda varreu a Normandia. A penetração simultânea de vários exércitos e seus movimentos coordenados levantaram dúvidas sobre se seguiam uma estratégia geral. Não resta nenhum vestígio dela. O que é certo é que as fortalezas caíram como frutos maduros, na maioria das vezes sem sequer oferecer resistência. As guarnições inglesas, poucas em número e completamente desmoralizadas, diante da hostilidade da população local e impressionadas com o número e a organização das tropas, particularmente com o poder da artilharia dos irmãos Bureau, preferiram render-se, e a capital, Rouen, rapidamente se viu isolada.

O trabalho essencial foi concluído em três meses. Carlos VII dirigiu pessoalmente as operações. Em 6 de agosto, partiu de Amboise; de 12 a 18, esteve em Vendôme e depois em Chartres, reunindo seu exército. Verneuil caiu no dia 23. Em Rouen, Talbot reuniu 1.500 cavaleiros e foi ao encontro dos franceses, mas, perto de Harcourt, percebeu que enfrentava forças significativamente superiores e preferiu recuar. Os franceses o seguiram. Não haveria, portanto, uma batalha campal. Daí em diante, a campanha se resumiu a uma série de rendições de cidades, tão numerosas que a cronologia é incerta. Dunois, partindo de Verneuil, tomou Évreux, Bernay, Lisieux e Argentan. O Conde de Saint-Pol, vindo da Picardia, tomou Neufchâtel e Gournay. O Duque de Alençon tomou Alençon. Ao longo do Vale do Sena, outro grupo capturou Mantes, Vernon, Château-Gaillard e Gisors, e o rei estabeleceu-se em Louviers para dirigir as operações. Ao mesmo tempo, o duque Francisco I, tendo partido de Dinan, invadiu a península de Cotentin. Deixando seu irmão Pierre sitiar Fougères, ele conquistou Coutances, Granville, Saint-Lô, Carentan, Valognes, Thorigny e Hambye. A guarnição de Dieppe capturou Fécamp.

Na maioria das vezes, a rendição era obtida sem luta. Apenas duas fortalezas resistiram por mais de um dia: o Castelo de Harcourt foi defendido por John Worcester durante oito dias, e Touques resistiu por três dias sob o comando de Edward Bromfield. Às vezes, o comandante da guarnição optava pela traição direta: foi o caso do galês John Edward em La Roche-Guyon. Em Coutances, o comandante da guarnição decidiu render-se após observar o impressionante exército

do Duque da Bretanha: 6.000 homens, liderados pelo Condestável de Richemont, o Marechal de Lohéac, o Almirante Prigent de Coëtivy, o Conde de Laval e os senhores de Estouteville, Retz, Derval, Malestroit, La Hunaudaye e Coëtquen. Em outras ocasiões, como em Argentan, foram os habitantes das cidades que permitiram a entrada dos sitiantes, e a guarnição não resistiu. Frequentemente, os comandantes das fortalezas se rendiam para manter ou recuperar seus territórios na França. Foi o caso, por exemplo, em Gisors. Tratava-se de uma derrota completa, com pouquíssimos combates reais. Até mesmo o espetacular Château-Gaillard, um dos símbolos do domínio inglês sobre a Normandia, caiu sem dificuldades.

Em seu quartel-general em Louviers, Carlos VII foi acompanhado pelo Rei René, Carlos de Anjou, o Marechal Lafayette, os Condes de Dammartin e Tancarville e o Senhor de Culant. Uma das razões para a rapidez de seus sucessos, segundo Thomas Basin, foi a moderação que demonstrou: nada de pilhagens; os capitães foram autorizados a manter seus bens; os soldados ingleses simplesmente tiveram que deixar as cidades e recuar para Rouen; nenhuma execução: "Algo aumentou ainda mais o desejo deles, pois quase todos tinham ouvido falar que o Rei da França garantia justiça e liberdade aos seus súditos e mantinha um controle muito rigoroso para impedir que suas tropas pilhassem e maltratassem os habitantes das províncias."

No início de outubro, Rouen estava completamente isolada. Os reforços solicitados por Somerset não haviam chegado. Carlos VII, em Louviers, preparava o ataque à capital normanda. Reuniu todas as suas forças e, em 9 de outubro, escoltado pelo rei René, pelo conde de Maine, por Dunois e pelos marechais Lafayette e Jalognes, apresentou-se diante da cidade. As defesas eram fortes. A guarnição, reforçada por tropas das cidades perdidas, contava com entre 2.000 e 3.000 homens, sob o comando de formidáveis comandantes, incluindo o implacável Talbot.

Os habitantes da cidade, em sua grande maioria pró-franceses, planejaram ajudá-los a entrar. Eles contataram os comandantes do exército sitiante e combinaram um plano: os franceses atacariam pelo norte para atrair os ingleses, enquanto os moradores de outro setor indicariam uma seção acessível da muralha, permitindo que os soldados subissem uma escada e abrissem um portão. O plano falhou. Talbot, desconfiado, chegou com soldados atrás dos conspiradores, que estavam ajudando os franceses a escalar as muralhas. Alguns foram mortos, outros empurrados das torres e caíram nos fossos. Os que ficaram apenas feridos foram executados pelos soldados que faziam uma investida. O exército francês foi forçado a recuar. De volta a Pont-de-l'Arche. Era 16 de outubro.

Em Port-Saint-Ouen, iniciaram-se negociações tripartidas entre representantes ingleses, os habitantes da cidade liderados pelo Arcebispo Raoul Roussel e o Rei da França: Dunois e o Chanceler Jouvenel des Ursins. Rapidamente se chegou a um acordo com os habitantes, que concordaram em entregar a cidade ao rei. Contudo, um acordo com os ingleses mostrou-se impossível, pois estes se recusaram a capitular, apesar das promessas de poupar suas vidas e propriedades. No dia 19, eclodiu um motim na cidade; barricadas foram erguidas; os ingleses, subjugados, refugiaram-se nas fortificações: o palácio, rio abaixo da cidade, às margens do Sena; o castelo, ao longo das muralhas do norte; e a barbacã, na margem esquerda. Enquanto isso, as tropas francesas tomaram o subúrbio e o mosteiro de Sainte-Catherine, na colina com vista para a cidade a sudeste. O rei instalou-se ali. Alguns burgueses abrem os portões, mas, como já era noite, Carlos VII, que não queria saques, permitiu a entrada na cidade apenas de 400 a 500 homens, incluindo Brézé, Basin e o senhor de Torcy.

Somerset e Talbot ficaram encurralados dentro das fortificações. A cidade estava perdida. Desta vez, negociações sérias se fizeram necessárias. De fato, bombardeios haviam sido iniciados

e começaram a atingir o castelo. Somerset teve que aceitar condições humilhantes: foi-lhe permitido deixar Rouen com sua família e bens, mas também teve que ceder Caudebec, Tancarville, Montivilliers, Harfleur, Honfleur e Arques. Dentro de um ano, ele teria que pagar um resgate de 50.000 écus e, como garantia desses termos, reféns de alto escalão permaneceriam sob a custódia do Rei da França: Lorde Talbot, filho do Conde de Ormond, e o filho do primeiro casamento da Duquesa de Somerset. Em 29 de outubro de 1449, os ingleses deixaram Rouen e recuaram para Caen. Poucos dias depois, em 4 de novembro, Surienne capitulou em Fougères ao exército de Francisco I. [A] primeira fase da conquista havia terminado. O triunfo está completo, e o rei o celebra ao estilo romano, com uma entrada solene na capital normanda em 10 de novembro de 1449.

Com a recusa dos capitães de Harfleur e Honfleur em se renderem, os cercos dessas cidades tiveram que ser iniciados. O cerco de Harfleur, em dezembro, ocorreu em condições extremamente difíceis. O frio era intenso, os rios estavam congelados e o solo coberto de neve. O rei abrigou-se em um abrigo escavado no solo. Trincheiras foram meticulosamente cavadas ao redor da cidade, e os bombardeios realizaram a maior parte do trabalho. Harfleur se rendeu em 1º de janeiro de [1450.] Honfleur teria que esperar até 18 de fevereiro.

Após o cerco de Harfleur, Carlos VII instalou-se na Abadia de Jumièges, onde passou o inverno no início de janeiro de 1450. Foi lá que Agnès Sorel se juntou a ele, por razões desconhecidas. Ela estava grávida de oito meses. No início de fevereiro, deu à luz uma filha e morreu poucos dias depois, no dia 9. Exames recentes de fragmentos ósseos revelaram envenenamento por mercúrio, embora ainda não esteja claro se a causa foi acidental ou criminosa.

A campanha foi retomada em março de 1450. No dia 15, reforços ingleses comandados por Thomas Kyriel desembarcaram em Cherbourg: entre 4.000 e 5.000 homens, cuja formação se mostrou difícil devido a restrições financeiras. Seu objetivo era reforçar Somerset em Caen e, se possível, salvar a Baixa Normandia. No caminho, Kyriel capturou Valognes. Em seguida, teve que atravessar a área pantanosa que separava a península de Cotentin da região de Bessin, rumo a Bayeux. Em 14 de abril, chegou à vila de Formigny. Lá, juntou-se ao Conde de Clermont, que estava acompanhado por Jacques de Chabannes, Jacques d'Allemagne, o Senescal de Poitou, Albret, o Jovem, Odet d'Aydie, Prigent de Coëtivy, Pierre de Brézé e Pierre Flocques.

Clermont enfrentava um dilema: ele tinha apenas cerca de 3.000 homens contra os 5.000 ou 6.000 de Kyriel. Deveria arriscar a batalha sozinho ou esperar por Richemont, que estava em Saint-Lô, e para quem enviou um mensageiro com urgência? No primeiro caso, ele corria o risco de ser subjugado pela superioridade numérica; no segundo, corria o risco de deixar Kyriel passar em direção a Bayeux e Caen, o que fortaleceria Somerset, já que ninguém sabia quando Richemont chegaria. Por fim, parece que foi sob a pressão de suas próprias tropas, ansiosas por um combate, que ele optou pela batalha.

Em 15 de abril de 1450, Thomas Kyriel, observando que o exército do Conde de Clermont buscava batalha, tomou suas precauções táticas habituais. Seguindo o método que lhe servira tão bem em Crécy, Poitiers e Agincourt, mandou cavar valas e fincar estacas no chão, atrás das quais seus arqueiros se entrincheiraram. Seu exército foi posicionado atrás de bosques e pomares densamente plantados com macieiras, tornando impossível um ataque pelos flancos. Sua cavalaria era comandada pelo formidável Matthew Gough. Por sua vez, Clermont protelou. Buscou ganhar tempo, na esperança de que Richemont, então em Trévières, a poucos quilômetros ao sul, tivesse tempo de chegar a Formigny. Durante toda a manhã, os dois exércitos se observaram mutuamente. Então, por volta do meio-dia, Clermont lançou sua artilharia, ou seja, os pequenos canhões

chamados culverinas ou serpentinas, que estavam sob o comando do genovês Giribault. Os dias de Crécy haviam terminado: em vez de um ataque frontal de cavalaria indisciplinada, que sucumbiria às flechas dos arqueiros e seria empalada em estacas, Kyriel recebeu uma chuva de pequenas balas de canhão que dizimou seus arqueiros. Ele então enviou cerca de 600 cavaleiros para atacar as colubrinas francesas. Tudo se tornou confuso, e os relatos dos cronistas divergem. Segundo Basin, a cavalaria francesa repeliu o ataque inglês; segundo d'Escouchy, o combate corpo a corpo foi inconclusivo, e foi então que novas tropas apareceram ao sul, em uma colina perto de um moinho. Kyriel pensou por um momento que se tratava de Somerset. Era Richemont, com 300 lanceiros e 800 arqueiros. Os ingleses recuaram para a vila de Formigny e se abrigaram junto ao rio, mas foram massacrados.

O número de mortos é impressionante: do lado inglês, 3.500, segundo Basin; 3.774, segundo Escouchy e Du Clercq; e 6.000, segundo Gruel; os primeiros números são os mais plausíveis. A carnificina é parcialmente explicada pela intervenção dos camponeses no final da batalha, que massacraram impiedosamente os cavaleiros no campo de batalha. Kyriel foi feito prisioneiro juntamente com mil de seus homens, incluindo líderes renomados como Henry Norbury, William Herbert e Elis Longworth. Segundo Basin, um número tão grande de prisioneiros fez com que os preços caíssem, pois, "levados para cidades e fortalezas francesas, eram vendidos a preço de banana como escravos".

Após Formigny, a queda da Normandia era inevitável. No final de abril, Vire caiu. Em seguida, em 16 de maio, Bayeux, onde Gough havia se refugiado, foi alvo de intenso bombardeio. Os 900 soldados ingleses na cidade foram autorizados a recuar para Cherbourg com suas esposas e filhos. Enquanto isso, o Duque da Bretanha capturou Avranches e, em seguida, o afloramento rochoso de Tombelaine, perto do Mont-Saint-Michel. Richemont tomou Briquebec, Valognes e Saint-Sauveur-le-Vicomte. Carlos VII reuniu todas as suas forças no início de junho diante de Caen. Todos estavam lá: pelo menos nove companhias de artilharia, arqueiros livres e um parque de artilharia como nunca se vira antes. A testemunha ocular Thomas Basin escreveu: “Foi uma coisa maravilhosa e horrível ver gigantescas bombas e lançadores de pedras, e outras bombas muito menores, mas em números enormes, formando um cinturão quase ininterrupto ao redor delas.” Ele também menciona 24 bombardas gigantes, “em cujas bocas um homem poderia facilmente sentar-se ereto. Embora todas estivessem posicionadas e dispostas para disparar balas de canhão, bastava um único disparo para semear o terror entre os sitiados”. Essas máquinas tinham um poder destrutivo fenomenal: um único tiro era suficiente para destruir uma torre e várias casas.

O Duque de Somerset tinha cerca de 3.000 homens para defender a cidade, pois todas as guarnições das fortalezas capturadas haviam convergido para lá. O castelo era formidável, mas as muralhas da cidade não resistiriam por muito tempo às poderosas forças de Carlos VII, e já não havia esperança de reforços. Era apenas uma questão de tempo. Assim, após cerca de três semanas de bombardeios e minagem, um acordo foi alcançado em 24 de junho. Somerset rendeu-se. Foi-lhe permitido partir, juntamente com a sua família e todos os ingleses, cerca de 4.000 pessoas. Vários ingleses que se tinham casado novamente em França, "lembrando-se de que já se tinham casado em Inglaterra, abandonaram as suas segundas esposas", diz Basin. A 6 de julho, Carlos VII fez a sua entrada solene em Caen, numa longa procissão que espelhava a sua entrada em Rouen. As ruas estavam decoradas e o entusiasmo era a ordem do dia.

A obra está quase concluída. Mas os cofres estão vazios. É nesse momento que Jacques Cœur generosamente oferece 40.000 écus, o que permite o pagamento das tropas para os cercos finais:

Falaise, Domfront e Cherbourg. O cerco de Falaise começa em 6 de julho. Carlos VII comparece pessoalmente, com toda a sua comitiva, que já o acompanhava em Caen. Este fim de campanha assume ares de demonstração de força. Talbot, que comanda a guarnição, pouco insiste: em 21 de julho, decide negociar e render a cidade caso não cheguem reforços antes daquela noite, o que é altamente improvável. Ele, portanto, capitula, com seus 1.500 homens, que ficam livres para partir. Ele próprio parte em peregrinação a Roma! Poton de Xaintrailles é nomeado capitão da cidade. Em 24 de julho, o castelo de Domfront é tomado.

O ato final se passa em Cherbourg, sitiada por Richemont e os irmãos Bureau, cujos cronistas relatam uma notável façanha de engenharia: as bombas, posicionadas na praia, eram cobertas duas vezes ao dia com lonas para protegê-las da água do mar na maré alta. A cidade "foi fortemente bombardeada por canhões e bombas, com a maior sutileza imaginável". O capitão da guarnição, Thomas Gruel, não insiste no ataque: em 12 de agosto de 1450, ele capitula, exatamente um ano após o início da campanha, quando os franceses capturaram Pont-Audemer.

A rapidez da conquista da Normandia impressionou os contemporâneos, que a consideraram um verdadeiro milagre. Jacques Du Clercq escreveu: "Nunca antes um país tão vasto foi conquistado em tão pouco tempo, nem com tão poucas mortes e baixas, nem com tão poucos danos", acrescentando: "o que poderia parecer uma intervenção divina". Jean Chartier observou: "Nunca um país tão vasto foi conquistado em tão pouco tempo, com perdas tão mínimas". O próprio rei, em carta datada de 31 de agosto, falou de um "feito divino e milagroso".

O verdadeiro milagre foi o poder da artilharia. Nenhuma cidade, nenhum castelo podia agora afirmar resistir aos bombardeios do rei por mais de um mês, capazes de romper qualquer muralha. O cronista Jacques Du Clercq ficou impressionado com "o maior número de bombardas pesadas, canhões grandes, veuglaires, serpentinas, cogumelos d'água, coluveiras e ribaudequins que alguém pudesse se lembrar de ter visto na história de um rei cristão, bem abastecidos com pólvora, munição e tudo o mais necessário para se aproximar e capturar cidades e castelos, e muitas carroças para transportá-los e artilheiros para operá-los. Sir Jehan Bureau e seu irmão foram encarregados do comando dessa artilharia e desempenharam seu dever admiravelmente e a governaram com grande habilidade." E, para dizer a verdade, durante essa conquista da Normandia, a maioria das cidades e vilas teria sido tomada de assalto e pela força das armas.

Além disso, o sistema de companhias de artilharia funcionava perfeitamente, principalmente graças ao pagamento regular das tropas. Isso permitiu manter um número estável e substancial de soldados em serviço durante um ano inteiro, e assegurar o apoio da população local, prevenindo saques. Diante de um exército inglês desmoralizado, cujas táticas permaneciam inalteradas desde Crécy, o poderio militar de Carlos VII parecia irresistível.

Para celebrar o evento, o rei decidiu tornar o dia 12 de agosto, data da captura de Cherbourg, um feriado nacional, marcado anualmente por cerimônias de ação de graças em comemoração à vitória. Essa foi uma grande inovação, revelando o desejo de criar uma memória nacional e real compartilhada. Essa espécie de 11 de novembro medieval representou um passo importante na ascensão do sentimento patriótico.

A primeira conquista da Aquitânia (1451)

Na Inglaterra, a ansiedade era palpável. Os soldados e civis repatriados espalhavam "por toda parte o rumor não só do poder do Rei da França e de seu exército, mas também de sua sabedoria, prudência, habilidade e magnanimidade", escreveu Thomas Basin. O pânico se alastrava entre os mercadores: o próximo alvo poderia muito bem ser Calais. Muitos traziam suas mercadorias de

volta para a Inglaterra. Forças foram reunidas em Sandwich e Dover em 1451 para defender o posto avançado no continente, sob o comando de um líder experiente: Gervase Clifton. Lorde Beauchamp e Lorde Sudeley, companheiros do rei, anunciaram sua intenção de lutar por Calais. Segundo alguns rumores, o próprio Henrique VI considerava a possibilidade. Alguns temiam um desembarque de Carlos VII na Inglaterra. Contatos foram feitos com o Duque da Borgonha para ao menos garantir sua neutralidade.

Mas o rei da França tinha outros planos. Ele queria aproveitar a desordem inglesa e explorar o entusiasmo francês para reconquistar imediatamente a Guiana. Deixando 600 lanceiros na Normandia, onde Richemont foi nomeado governador e Pierre de Brézé, Grande Senescal, ele retornou a Tours em 2 de setembro e transferiu parte das tropas para a região de Bordéus, sob o comando do Conde de Penthièvre, do Conde de Foix e de Arnaud-Amanieu d'Albret, Senhor de Orval. As fortalezas começaram a cair: Cognac, Saint-Mégrin, Mauléon, Guiche, Bergerac, Jonzac e Bazas. Uma força de Bordéus foi derrotada em Blanquefort em 1º de novembro .

Contudo, a temporada está demasiado avançada para se esperar um fim antes do inverno. Especialmente porque a resistência aqui deverá ser muito mais feroz do que na Normandia. Os ingleses controlam uma região que se estende a oeste de uma linha que corre a norte de Blaye, na margem direita do Gironde, atravessando o Dordogne a jusante de Bergerac, o Garonne a jusante de Agen, e alcançando o País Basco a sul de Bayonne. Nestes territórios, as pessoas sentem-se bastante confortáveis com o domínio inglês. O senhor está longe e os seus representantes são discretos: alguns oficiais, algumas guarnições escassas. As exigências fiscais são muito moderadas, uma vez que Londres foi obrigada a fazer concessões para garantir a lealdade dos habitantes. São os Estados da Guiana, ou os dos Bordelais, dos Bazadais e das Landes, que votam sobre os impostos. Aqui, não houve transferência de terras ou senhorios. Os únicos ingleses vistos, para além da administração, são os comerciantes. O senescal da Guiana é, desde 1442, Sir William Bonville, um homem capaz e moderado.

Economicamente, a Aquitânia estava intimamente ligada à Inglaterra, que comprava a maior parte de seus vinhos. Privilégios foram concedidos aos viticultores e comerciantes de Bordéus, que tinham todos os incentivos para permanecerem alinhados com a Inglaterra. O clero também demonstrava lealdade a Henrique VI, a começar pelo arcebispo de Bordéus, Pey Berland. Desde 1441, a capital possuía uma universidade, permitindo que os estudantes evitassem viajar para Toulouse ou Paris. De modo geral, a população estava satisfeita com sua situação e sabia que perderia muito ao cair sob o domínio francês: perda de oportunidades comerciais, impostos muito mais pesados e uma administração muito mais rigorosa, com pouca consideração pelas liberdades locais. Consequentemente, relutava em auxiliar os exércitos de Carlos VII.

O rei está perfeitamente ciente disso. É por isso que ele quer agir com cautela e instrui suas tropas a respeitarem rigorosamente a propriedade e as pessoas. É o mínimo que se pode fazer ao se apresentar como um libertador. O método provou ser bem-sucedido na Normandia. Um conjunto muito preciso de regulamentos, elaborado sob a própria direção do rei, é publicado em todos os lugares onde o exército francês está presente. Ele estipula que todas as cidades e equipamentos requisitados serão pagos integralmente: 5 soldos por uma ovelha, 10 soldos por um bezerro, 20 soldos por um porco, 30 soldos por uma novilha, e assim por diante.

A campanha começou na primavera de 1451. Enquanto o rei permanecia em Tours com sua nova amante, Antoinette de Maignelais, Dunois e o Conde de Clermont marcharam em direção ao estuário do Gironde com 7.000 homens e os formidáveis bombardeios de Jean Bureau. Simultaneamente, uma frota, comandada por Jean Le Bourchier, um general francês, entrou no

estuário do Gironde para bloquear Bordeaux pelo mar. Os habitantes de Bordeaux tinham pouca esperança de receber reforços: a Inglaterra estava em caos; Jack Cade ocupava Londres e York havia retornado da Irlanda, mais ameaçador do que nunca. Não havia tempo para pensar na Aquitânia. Um exército foi meticulosamente reunido nos portos do sul sob o comando de Lord Rivers, mas depois de esperar meses por seus pagamentos, foi enviado de volta para casa. Que Bordeaux se defendesse sozinha!

O avanço francês era inexorável. Dunois chegou pelo nordeste e capturou Montguyon em maio. Em seguida, sitiou Blaye e Bourg, que controlavam a rota de acesso a Bordéus pela margem direita do rio Gironde. Os bordeleses enviaram alguns navios para reabastecer as duas cidades. Estes foram facilmente dispersos pela frota de Jean Le Bourchier, que completou o bloqueio marítimo. O bombardeio e a escassez de suprimentos rapidamente convenceram a guarnição de Blaye a capitular. Depois foi a vez de Bourg, que se rendeu em 29 de maio. Seguiu-se a captura sistemática de todas as cidades do vale do Dordogne: Castillon, Saint-Émilion, Libourne e Fronsac.

Jacques de Chabannes então entrou na região de Entre-Deux-Mers. Bordéus estava à vista. Enquanto isso, mais ao sul, Carlos, Senhor de Albret, tomou Dax, Duras e Rions: o cerco se fechava. Em Bordéus, todos estavam cientes da situação. Os pedidos de ajuda ao Rei da Inglaterra não haviam sido atendidos. Suportar um cerco seria catastrófico para os negócios, sem mencionar as mortes, a destruição e o risco de pilhagem. Era, portanto, melhor negociar, especialmente porque os franceses estavam fazendo ofertas generosas. Jean Bureau, a quem Carlos VII já havia designado como futuro prefeito da cidade, recebeu salvo-conduto e veio negociar com o Arcebispo Pey Berland e representantes dos três estados da cidade.

Em 12 de junho, chegou-se a um acordo altamente vantajoso para o povo de Bordéus: “A região”, escreveu Basin, “era isenta de impostos e taxas, impostos sobre o sal e todos os outros impostos e taxas com que o reino da França estava tão sobrecarregado. Foi, portanto, solenemente prometido aos habitantes que gozariam das mesmas imunidades sob o domínio francês.” Não teriam de servir nos exércitos do rei; os gascões manteriam todos os seus privilégios; aqueles que não desejassem ficar sob o domínio francês teriam seis meses para emigrar, levando consigo as suas propriedades; um tribunal soberano seria estabelecido em Bordéus para impedir que os casos fossem levados ao Parlamento de Paris.

A rendição da cidade foi então formalmente organizada para cumprir suas obrigações para com o Rei da Inglaterra: um dia de batalha foi marcado para 14 de junho. Se nenhum exército inglês aparecesse nesse dia, as autoridades da cidade reconheceriam isso e se renderiam. Um arauto subiria às muralhas ao pôr do sol e bradaria: "Socorro dos ingleses para os de Bordéus!" Se ninguém aparecesse, seria um sinal de que Henrique VI estava falhando em seu dever de proteção. Obviamente, havia pouca chance de o grito ser ouvido em Londres, e mesmo que fosse, levaria meses para trazer os improváveis reforços. Um episódio curioso, um vestígio das convenções da guerra feudal.

Tudo ocorreu conforme o planejado e, em 30 de junho, Dunois entrou em Bordéus com todo o exército francês, com exceção dos arqueiros livres, cujo potencial de agitação os bordeleses temiam. Todos os comandantes estavam presentes: Armagnac, Vendôme, Nevers e Angoulême. Apenas o rei estava ausente, tendo optado por não comparecer. A pedido de Dunois, contudo, ele viajou até Taillebourg, entre Saintes e Saint-Jean-d'Angély, para a casa de Olivier de Coëtivy, filho do almirante Prigent de Coëtivy, que havia sido morto no cerco de Cherbourg.

A captura de Bordéus foi um evento memorável: a cidade havia sido inglesa por 300 anos! E caiu em poucos dias, contrariando todas as expectativas. O exército de Carlos VII parecia pronto

para tomar tudo. E as finanças acompanharam o ritmo. Jacques Cœur havia adiantado somas substanciais: 70.680 libras tournois. Ao longo de julho de 1451, o rei, que permaneceu em Taillebourg, presenteou seu tesoureiro com inúmeros presentes, e no dia 30, Cœur escreveu à esposa: "Sou tão generoso com o rei como sempre fui". No dia seguinte, ele se viu na prisão.

Durante várias semanas, o rei investigou discretamente as atividades de Jacques Cœur, cuja posição havia sido enfraquecida pela morte de Agnès Sorel. Na corte, o ardiloso Guillaume Gouffier espalhou rumores hostis ao tesoureiro, alegando peculato e até mesmo uma improvável tentativa de envenenar Agnès Sorel. Após uma longa investigação, o julgamento ocorreu em 1453 e terminou com a sentença de confisco de seus bens e prisão até que pagasse uma pesada multa de 400.000 écus. Após uma fuga ousada, Jacques Cœur terminou seus dias em cruzada, em novembro de 1456.

A prisão do tesoureiro em Taillebourg, no final de julho de 1451, arrefeceu um pouco a atmosfera eufórica que se seguira à queda de Bordéus. A campanha prosseguiu, contudo, enquanto Bayonne permaneceu sob cerco. Dunois chegou lá a 7 de agosto. A cidade foi sitiada. As autoridades, "vendo que não eram suficientemente poderosas para resistir ao poderio do Rei Carlos", negociaram. Um tratado foi rapidamente alcançado, estipulando que a guarnição inglesa poderia partir, assim como os habitantes locais que preferissem ir para Inglaterra: estes teriam seis meses para arrumar os seus pertences. A cidade pagaria uma multa de 40.000 écus por não se ter rendido à primeira convocação, o que obrigara o envio do exército real, a um custo elevado, para este remoto recanto do reino. Toda a artilharia foi confiscada pelo Rei de França, que decidiria os privilégios e liberdades da cidade a seu critério.

Em 20 de agosto de 1451, os franceses entraram na cidade. Era o fim da Aquitânia inglesa. Isso certamente justificava um milagre. Deus, evidentemente francês desde Joana d'Arc, concedeu um prodígio: uma cruz branca, emblema do partido de Carlos VII, apareceu no céu e se transformou em uma coroa e uma flor-de-lis. O próprio Dunois ficou impressionado com essa fantasmagoria atmosférica e enviou um relato oficial do ocorrido ao rei.

Assim, o céu pareceu abençoar a reconquista. Carlos VII, encantado, recebeu a notícia em Taillebourg e prontamente distribuiu 20.000 écus dos 40.000 estipulados no Tratado de Bayonne. Nomeou as novas autoridades para administrar a Aquitânia: o Conde de Clermont como governador, Olivier de Coëtivy como senescal, Jean Bureau como prefeito de Bordéus, Jean du Puy-du-Fou como vice-prefeito, Jean de La Fain como prefeito real e Joachim Rouault como condestável.

Apenas Calais permanecia em mãos inglesas. Por que não aproveitar a oportunidade e retomar a cidade? O sucesso parecia garantido. É verdade que era final de agosto; a maior parte do exército estava em Bayonne, e transferi-lo para Calais levaria semanas, mas não era impossível. Eduardo III levara um ano para capturar a cidade, mas Carlos VII tinha todo o tempo do mundo. Então, por que não tentar terminar o trabalho?

Filipe, o Bom, e o Delfim Luís

Contudo, outros problemas exigiam imediatamente sua atenção. Primeiro, o Duque da Borgonha lembrou-lhe de sua existência, pedindo-lhe que não interferisse nos assuntos das cidades flamengas, que mais uma vez lhe causavam preocupação. Em julho de 1451, em carta ao rei, Filipe, o Bom, queixou-se da cidade de Ghent, com a qual tinha uma disputa. Em dezembro, o povo de Ghent pediu ajuda ao rei. Em janeiro de 1452, os embaixadores do Duque da Borgonha pediram ao rei que não interviesse. Em fevereiro, o povo de Ghent, em carta a Carlos VII, a quem

chamavam de "o príncipe mais excelente e poderoso, seu senhor e soberano mais querido", apontou os efeitos da má administração de Filipe e pediu-lhe que interviesse.

Para Carlos, aquilo era uma dádiva divina, uma magnífica oportunidade para interferir nos assuntos do Duque e causar-lhe problemas. Desde o Tratado de Arras, ele o havia importunado implacavelmente, sabendo que Filipe não estava realmente em condições de lançar um conflito armado contra ele. De fato, o Rei da França estava determinado a desmantelar, pouco a pouco, as concessões que fora forçado a fazer em Arras. As cláusulas relativas às reparações morais pelo assassinato de João Sem Medo nunca foram implementadas, os assassinos nunca foram presos e as fundações religiosas nunca foram estabelecidas. O Rei tentava por todos os meios recuperar as cidades ao longo do Somme, apoiando-se em cartas régias antigas e sem valor. Pretendia cobrar impostos reais ali e opor-se aos impostos ducais. Na própria Borgonha, os funcionários reais constantemente provocavam o Duque, argumentando que ele não tinha o direito de cunhar moedas em Dijon, de estabelecer portagens ou de conceder cartas de remissão e enobrecimento. Eles exigiam impostos nas regiões fronteiriças ao domínio real, recrutavam homens de armas para as companhias de artilharia e incentivavam os apelos da Borgonha ao Parlamento de Paris. O rei repreendeu o duque por manter relações com os ingleses, por trocar correspondências amistosas com o Delfim, os duques de Bourbon, Orléans e Bretanha, e por tentar seduzi-los com a Ordem do Tosão de Ouro. Tudo isso, naturalmente, exasperou profundamente o duque da Borgonha. Essa exasperação transformou-se em raiva declarada quando Carlos VII começou a explorar o problema flamengo.

Em 1451, Ghent estava no centro dos acontecimentos. A cidade mais poderosa e independente da Flandres, gozando de privilégios judiciais e fiscais, havia se beneficiado da atenção ducal sob Filipe, o Ousado, e João, o Destemido. O próprio Filipe, o Bom, era cuidadoso com a cidade; ele frequentemente residia lá e havia realizado o sétimo capítulo da Ordem do Tosão de Ouro em 1445. Mas, em 1447, precisando de dinheiro, ele planejou estabelecer um imposto sobre o sal na Flandres, semelhante à gabela francesa. As autoridades de Ghent recusaram categoricamente. O duque considerou isso uma afronta pessoal e, nos anos seguintes, tentou, sem sucesso, outra manobra: eleger apoiadores de suas políticas para o conselho municipal. Em dezembro de 1451, a situação escalou para um conflito aberto: os comerciantes se revoltaram, executaram partidários do duque e enviaram pedidos de ajuda a Bruges, Liège e ao rei da França. Filipe tentou bloquear a cidade. Em 31 de março de 1452, ele publicou um manifesto condenando os atos revolucionários do povo de Ghent. Em seguida, veio a ação: o povo de Ghent ocupou o castelo do Conde em Gavre, às margens do rio Escalda, e sitiou Oudenaarde. O Duque contra-atacou. Em 16 de junho, seu exército derrotou uma tropa de Ghent perto de Rupelmonde, mas seu filho bastardo, Corneille, foi morto. Foi então que a embaixada de Carlos VII chegou.

Para Filipe, esta era a oportunidade perfeita para tirar proveito das suas dificuldades. Foram os habitantes de Ghent que lhe pediram a intervenção: afinal, ele era o suserano do Conde de Flandres. Assim, encarregou Jean Dauvet, seu procurador-geral, Louis de Beaumont e Guy Bernard, arquidiácono de Tours e mestre de petições, de se encontrarem com o Duque. E, astutamente, adicionou o Conde de Saint-Pol à sua equipa. Ora, este era um dos comandantes do exército ducal, que abandonou para se juntar à embaixada. As instruções dadas aos embaixadores datavam de 5 de junho de 1452. Centravam-se em dois pontos: reconciliar o Duque e o povo de Ghent e aproveitar a oportunidade para recapturar as cidades ao longo do Somme. A 11 de junho, o Conde de Saint-Pol juntou-se a eles em Saint-Amand. No dia 16, estavam em Bruxelas e, no dia 20, encontraram-se com Filipe, o Bom, no seu acampamento em Wäsmünster. Ele os recebeu "com

grande reverência e alegria" e "os ouviu com benevolência", afirma Mathieu d'Escouchy. Na verdade, ele ficou furioso ao ver o Rei da França interferindo em seus assuntos.

O Duque defendeu-se, acusando o povo de Ghent de "grandes faltas, abusos, extorsão e escárnio". Eram súditos rebeldes, pura e simplesmente. "Tendo ouvido esta resposta dos referidos embaixadores, já não ousaram falar contra a vontade do Duque." Contudo, anunciaram a sua intenção de visitar o povo de Ghent, o que desagradou muito o Duque. Foi acordada uma trégua de três dias e chegaram a Ghent, com exceção do Conde de Saint-Pol, cuja posição era ambígua, visto que "tratava guerra contra eles todos os dias". O povo de Ghent recebeu-os "com grande alegria" e ofereceu-lhes presentes. Apresentaram a sua versão dos acontecimentos, acusando o Duque de "recusar-se terminantemente a ouvi-los ou a reconhecer as suas liberdades e privilégios". Segundo Du Clercq, os embaixadores "perceberam o grande orgulho que existia entre o povo de Ghent" e voltaram a visitar o duque.

Seguiram-se negociações, culminando em 21 de julho com a assinatura de uma trégua de seis semanas. Ao longo do verão, as negociações continuaram. Em 21 de agosto, os embaixadores de Carlos VII aproveitaram a oportunidade para levantar a questão das cidades ao longo do Somme. Filipe, o Bom, rejeitou com desdém qualquer ideia de restituição, afirmando que "as razões para a cessão das cidades do Somme eram bem conhecidas, mas ele não desejava revelá-las em nome da honra do rei". Esta foi uma alusão hostil ao antigo caso de Montereau. Por fim, o caso de Ghent foi resolvido pela força das armas: a guerra assolou o país do outono de 1452 à primavera de 1453. No início do verão, o exército ducal obteve vitórias significativas. Em 5 de julho, no cerco de Poeke, o renomado campeão de justas, Jacques de Lalain, foi morto por uma bala de canhão. A batalha decisiva ocorreu no dia 23, sob as muralhas de Gavre. Isso foi um desastre para o povo de Ghent, que teve de aceitar condições muito severas: uma multa de 350.000 ridders, equivalente a 1,2 toneladas de ouro; restrições aos poderes da administração municipal; a reintegração dos patrícios que apoiaram a política ducal; e medidas simbólicas humilhantes, como o fechamento, todas as quintas-feiras, dos portões da cidade por onde a milícia marchava para combater o exército borgonhese. Essas condições foram lidas em voz alta pelo Chanceler Rolin durante uma cerimônia pública de desculpas.

Ao longo de todo esse episódio, Carlos VII não tinha intenção de tentar nada contra Calais, numa área tão sensível, por receio de empurrar Filipe de volta para os braços dos ingleses, que estavam mais do que dispostos a fazê-lo. E havia ainda outro problema: o Delfim, que estava forjando alianças na Itália que contrariavam os interesses franceses. Thomas Basin descreveu a deterioração da relação entre pai e filho: “Luís era, por natureza, movido por más intenções para com o pai, e na verdade para com todos os outros, que não conseguia disfarçar. Ele procurava continuamente, por todos os meios possíveis, atrair os soldados mercenários e capitães do pai para o seu Delfim. Através de promessas e intrigas, conquistou vários que estavam ávidos por novidades e, como tal, bastante volúveis; ao fazê-lo, tinha plena consciência de que desagradava muito o pai e dava origem a suspeitas desagradáveis, mas não temia deixar de demonstrar o respeito que a lei natural, divina e humana nos ordena a todos a observar para com os nossos pais.”

O rei estava bem ciente disso e sabia aonde as coisas levariam se deixadas à própria sorte. Portanto, antes de permitir que o mal se alastrasse, pensou em tomar precauções para si e para o seu reino. Teria exilado o filho sem hesitar, se tivesse tido recursos suficientes para satisfazer sua vontade e desejo, pois não se esquecera de como aquele filho desprovido de natureza, mal um adolescente, tentara expulsá-lo do reino. Cauteloso por causa dessas lembranças, procurou resistir

à tempestade que se aproximava. Muitos se queixavam do filho, lembrando-o constantemente de todos os atos vis e injustiças que ele cometia diariamente.

Em 7 de março de 1451, o Delfim casou-se com Carlota de Saboia por procuração, contra a vontade de seu pai. No dia 13, assinou um tratado com Amadeu de Saboia, pelo qual este se comprometia a guerrear contra o rei caso este se opusesse ao casamento: "Se o rei se descontente com o referido casamento e deseje causar algum mal ao meu dito senhor, o Delfim, eu o ajudarei com todas as minhas forças, conforme ele julgar conveniente."

A partir de então, um conflito latente se instaurou entre pai e filho, marcado por uma correspondência agridoce na qual ameaças e recriminações se escondiam sob as fórmulas polidas. Em 1452, o rei pôs fim à pensão que pagava ao filho e, em agosto, liderou uma expedição armada ao sul. O pretexto era que o Duque de Saboia "havia feito certas alianças com alguns senhores, com as quais não estava totalmente satisfeito". Seria o verdadeiro objetivo reaver o filho? Em todo caso, o Duque de Saboia ficou amedrontado e acabou se submetendo. Encontrou-se com o rei em Cleppé, perto de Montbrison. O delfim não ousou aparecer pessoalmente, mas trocou cartas e embaixadas com o pai, que resumiam suas queixas mútuas.

Foi durante essa estadia em Cleppé que o rei soube do retorno dos ingleses à Guiana, o que provocou uma carta sarcástica e de rara impertinência de Luís: "Então, parece que os problemas estão começando de novo? Me disseram que os ingleses estão voltando? Quer que eu vá lhe dar uma mãozinha?". Essa é a essência da missiva, à qual Carlos VII, fora de si, fez Gabriel de Bernes responder que "se não o visse obedecer, voltaria em breve, tão poderoso que certamente remediaria tais empreendimentos insensatos". Tradução: Você se livrará dos ingleses e voltará.

A segunda conquista da Aquitânia (1453)

De fato, tudo em Guyenne precisava ser reconstruído, e Carlos VII só tinha a si mesmo a culpar. A submissão dos gascões fora obtida unicamente pela promessa de isenção de impostos reais e do serviço militar. Contudo, mal os ingleses partiram, a nova administração francesa invadiu o país como uma revoada de abutres. Enquanto o domínio inglês fora distante, flexível e pouco exigente, confiando a maioria dos cargos a locais, os oficiais do Rei da França agora estavam presentes, exigentes e arrogantes. O senescal, Olivier de Coëtivy, trouxe consigo um grupo de bretões que se comportavam como se estivessem em território conquistado — o que, reconhecidamente, era —, mas concessões haviam sido feitas e não estavam sendo honradas. O Parlamento de Bordéus foi estabelecido conforme prometido, mas os cargos de conselheiros foram dados a franceses. E, acima de tudo, impostos começaram a ser cobrados, em violação das promessas feitas.

Segundo Thomas Basin, os cobradores de impostos de Carlos VII foram os responsáveis por esses abusos. Eles não conseguiam conceber que essa rica região vinícola devesse ser isenta de impostos, dada a necessidade de manter guarnições para defendê-la contra um possível retorno inglês. Os gascões deveriam arcar com os custos da defesa; era o justo. Como resultado, os habitantes se sentiram enganados. Impostos e outras taxas começaram a ser impostos a eles, apesar das promessas feitas. "De fato, eles possuíam cartas seladas com o grande selo real confirmando essas promessas e as liberdades acordadas." Portanto, em julho de 1452, enviaram representantes ao rei em Bourges para exigir que essas promessas fossem cumpridas. Carlos VII recusou-se a ouvi-los: "No entanto, o rei, persuadido pelos cobradores de impostos e seus capitães, não se deu ao trabalho de atender aos seus apelos." Ele decidiu impor tropas, tributos e impostos para a defesa do país e, encerrado esse assunto, os mandou de volta para casa.

Um grave erro. Quando "os enviados retornaram aos seus compatriotas e relataram o que haviam feito e a recusa do rei em atender aos seus pedidos, foi espantoso ver o mau humor com que todos os habitantes receberam a notícia. Concluíram que, no fim, seriam submetidos à mesma servidão que os habitantes das outras províncias do reino da França."

Assim, eles se voltaram para Henrique VI. Na verdade, as relações entre a Guiana e a Inglaterra nunca haviam realmente cessado desde a captura de Bordéus no ano anterior. Um poderoso lobby bordéusico foi estabelecido em Londres, liderado por Pierre Tastar, Deão de Saint-Seurin. O governo inglês, como se ainda controlasse a Guiana, distribuiu terras, rendimentos e lucros a vários gascões residentes na Inglaterra, o que lhes proporcionaria um forte incentivo para a reconquista. Em Bordéus, Guilherme Bec, que fora Juiz-Chefe do Tribunal de Apelações da Gasconha, recebeu a promessa de recuperar seu título. O Captal de Buch, por sua vez, receberia a cidade e o castelo de Bazas; os habitantes de La Réole seriam isentos de um imposto sobre o vinho. O governo de Henrique VI prometia tudo e qualquer coisa, com o objetivo de mobilizar o maior número possível de pessoas.

Uma delegação de Bordéus, liderada pelo Lorde de Lesparre, viajou para Londres. Decidiu-se enviar um exército. As tropas já haviam sido reunidas em junho, como comprovam os tratados de servidão firmados com Sir Edward Hull, antigo Condestável de Bordéus, e Gervase Clifton, Tesoureiro de Calais: 2.000 homens estavam prontos. O objetivo inicial parece ter sido a Normandia, ou a proteção da costa do Canal da Mancha, e era principalmente nesse setor que os franceses esperavam um ataque. A intervenção dos gascões desviou a expedição para o sul. Em 25 de setembro, o idoso Talbot, Conde de Shrewsbury, foi nomeado Tenente-General na Gasconha. Se não tinha oitenta anos, como se costuma dizer, certamente tinha sessenta e cinco. Este veterano da Guerra dos Cem Anos era um verdadeiro símbolo. Primeiro, o fato de ele ter sido escolhido para liderar a expedição mostra que os oficiais do exército inglês não foram renovados: esse exército vive de sua reputação, já bastante abalada em Formigny; e segundo, a morte de Talbot será a morte das ambições continentais do Rei da Inglaterra.

O antigo líder deixou a ilha à frente de uma frota com 5.000 homens em outubro de 1452. Levava consigo também um corpo de gascões anglófilos, a quem Jean Chartier chama de Judas. O exército desembarcou no Médoc e avançou em direção a Bordéus sem encontrar resistência. A cidade foi tomada sem luta em 23 de outubro. A guarnição, limitada a 70 homens, foi neutralizada durante a noite; os habitantes abriram um portão aos ingleses; o senescal Olivier de Coëtivy, traído por Arnaud Bec, foi enviado para Inglaterra, onde permaneceu até ao final de 1454. Várias cidades vizinhas também se renderam, e o Conde de Clermont, cujas forças eram muito insuficientes, teve de recuar precipitadamente.

A notícia foi um verdadeiro choque para Carlos VII. Como todas as más notícias, chegou no pior momento possível, bem no meio das disputas entre o rei e seu filho. E então, apenas um ano após o triunfo de 1451, que levara as pessoas a crer que a questão inglesa estava resolvida, esse revés foi particularmente doloroso. Tudo precisava ser reconstruído. Essa guerra interminável jamais terminaria. Tropas e impostos teriam que ser arrecadados novamente. Por fim, o aspecto mais preocupante e humilhante era a facilidade com que os ingleses haviam retomado Bordéus: tudo o que precisavam fazer era mostrar a cara! O rei ficou indignado com o que considerou uma traição dos gascões, que haviam jurado lealdade no ano anterior. Sem dúvida, também se culpava por não ter dado ouvidos às suas queixas em julho. Sabia que tinha alguma responsabilidade por esse desastre, e isso só aumentava sua raiva contra o povo de Bordéus: ao puni-los, sufocava simultaneamente sua consciência culpada, ou pelo menos a consciência de ter cometido um erro.

Sua reação foi brutal, proporcional ao choque. Não havia mais espaço para clemência. Ele imediatamente convocou seu conselho, cuja opinião foi unânime: eles tinham que reagir de forma imediata e vigorosa.

Contudo, como a temporada já estava bem avançada, no início de novembro, o plano imediato era enviar aproximadamente 600 lanceiros e arqueiros ao Conde de Clermont para reforçar as defesas das fortalezas que ainda não haviam caído nas mãos dos ingleses. Essas fortalezas precisavam resistir durante o inverno, e a campanha para recapturá-las começaria na primavera seguinte. Reforços também foram enviados a Richemont e Dunois, na Normandia, pois havia receio de outro desembarque inglês naquela região.

A reconquista de Bordéus reacendeu a esperança na Inglaterra, onde se envidavam esforços para enviar a Talbot os reforços que ele solicitara. Empréstimos foram obtidos, impulsionados por uma onda renovada de patriotismo, permitindo a reunião de 2.400 homens, colocados sob o comando do Visconde Lisle, filho de Talbot, que se juntou ao pai no início de 1453. Talbot organizou as defesas da região, mas seus métodos brutais desagradaram a muitos: ele requisitou navios, impôs impostos e obrigou os habitantes a contribuir, enquanto suas tropas indisciplinadas causavam estragos em igrejas e aldeias. O inverno de 1452-1453, contudo, permitiu-lhe fortalecer suas forças, enquanto outros 2.200 homens eram treinados na Inglaterra. Eles não estariam prontos a tempo.

A campanha de 1453 foi, sem dúvida, a mais enérgica de todas as travadas por Carlos VII. O rei, que celebrou seu quinquagésimo aniversário em fevereiro, demonstrou uma determinação inabalável. Excepcionalmente, todo o contingente militar foi convocado, além dos arqueiros e companhias de artilharia, bem como a artilharia de Jean Bureau. Em junho, o exército partiu e o rei estabeleceu seu quartel-general em Saint-Jean-d'Angély para dirigir a campanha. Suas forças foram divididas em quatro grupos. E, diferentemente da campanha de 1451, a ordem desta vez era ser implacável. Isso ficou evidente desde o início de junho, quando Jacques de Chabannes capturou Chalais, na região de Charente. Entre os prisioneiros, os ingleses foram resgatados e todos os combatentes gascões foram decapitados.

A decisão foi tomada de sitiar Castillon, cuja captura permitiria o controle do vale inferior do Dordogne. Em 14 de julho de 1453, as forças francesas, com cerca de 4.000 homens, posicionaram-se diante da cidade. Entre eles estavam o Senhor de Lohéac, Jacques de Chabannes, Jean de Bueil e vários outros líderes, como Joachim Rohaut, Senhor de Gamaches e comandante dos Arqueiros Livres. Havia também um forte contingente bretão de cerca de 1.500 homens, liderado pelo Conde de Étampes, François de Bretagne, primo do Duque Pierre II. Os indispensáveis irmãos Bureau estavam presentes com seus canhões. Para proteger seu parque de artilharia, composto por aproximadamente 300 peças, Jean Bureau mandou construir um vasto acampamento fortificado, medindo 600 metros por 300, completo com fosso e aterro reforçado com troncos de árvores. A artilharia era comandada por Louis Giribault. A maior parte das tropas francesas está protegida dentro deste recinto, enquanto os 800 arqueiros de Gamaches estão entrincheirados em uma abadia com vista para a cidade de Castillon.

Talbot estava em Bordéus, a cerca de cinquenta quilômetros de distância. Ao saber da chegada dos franceses, partiu com forças consideráveis, estimadas em cerca de 8.000 homens. Suas tropas avançaram em marchas forçadas, chegando a Castillon em 17 de julho, três dias depois dos franceses. Por isso, ele tinha consigo apenas a cavalaria: a infantaria e a artilharia ficaram para trás. O velho agiu impetuosamente, até mesmo de forma imprudente, contando com o simples fato de seu nome para fazer o inimigo fugir, como relata Basin: "Por causa do terror que seu nome

inspirava, que lhe havia trazido tanto sucesso em muitas batalhas, ele confiou mais na covardia do inimigo do que em sua própria força." O confronto inicial pareceu justificá-lo: ele dispersou os arqueiros da abadia e se estabeleceu ali, chegando ao ponto de celebrar uma missa e distribuir vinho aos seus homens.

A Batalha de Castillon, travada na manhã de 17 de julho de 1453, é um episódio peculiar. A conduta de Talbot quase se assemelhava a um suicídio. Um de seus capitães, Thomas Evringham, tentou dissuadi-lo, aconselhando-o a aguardar a chegada de sua infantaria e artilharia, salientando que seria uma loucura atacar aquele acampamento fortificado, repleto de colubrinas, em plena batalha campal. Teria Talbot, cujo temperamento já era naturalmente impetuoso, bebido um pouco demais de vinho de Bordeaux na abadia? Seu comportamento era estranho. Tal estado de agitação era incomum para aquele homem que, segundo d'Escouchy, "era dotado de bom senso natural" e que, poucos dias antes, respondera "friamente" aos que o instavam a ir para Castillon que preferia esperar até que os franceses estivessem mais perto de Bordeaux. Essa prudência gerou boatos: estaria o velho leão com medo? "Isso foi relatado a Lorde Talbot, o que o perturbou profundamente." Profundamente ofendido, ele imediatamente reuniu seus homens e correu para o local. Sua audácia em Castillon, sem dúvida, devia-se em grande parte ao seu desejo de provar que ainda fazia jus à sua reputação.

De que outra forma se pode explicar tamanha imprudência em um homem tão experiente? O abuso de álcool não pode ser descartado, pois, como diz Escouchy, na abadia encontraram "cinco ou seis garrafas de vinho, que foram imediatamente servidas e distribuídas a cada homem, e que não duraram muito". Esses dois fatores combinados explicam por que ele aceitou sem qualquer verificação o relato de um soldado que, ao ver uma nuvem de poeira, afirmou que os franceses estavam tentando fugir de seu acampamento entrincheirado. Na verdade, eles estavam simplesmente levando seus cavalos para um local seguro. Mas Talbot, que estava prestes a assistir à missa, apareceu do lado de fora da abadia, declarando: "Eu nunca irei à missa, ou hoje mesmo correrei para a companhia dos franceses que estão neste parque aqui diante de mim".

Ele investiu de cabeça no ataque, completamente desarmado, tendo como única proteção uma simples brigantina coberta de veludo carmesim. Para lançar o ataque ao acampamento francês, ordenou que toda a sua cavalaria desmontasse. Apenas ele permaneceu montado, oferecendo-se como alvo. Jean Chartier o descreve como "montado em um pequeno palafrene, do qual não desmontou nem sequer pisou, pois era um homem muito velho, já debilitado e exausto". Um espetáculo grandioso e ridículo: este velho desarmado, em seu pequeno cavalo, avançando à frente de seus homens, que gritavam "Talbot! Talbot! São Jorge!" contra as posições francesas. Diante deste Dom Quixote inglês não estavam moinhos de vento, mas os canhões de Jean Bureau. Foi um massacre. Talbot parecia buscar a morte. Um ataque incompreensível. Os ingleses, a pé, avançaram abertamente sobre o acampamento francês, como se o mero nome de Talbot os tornasse invulneráveis. Apesar das perdas infligidas pela artilharia, eles alcançaram o aterro, e durante uma hora houve uma luta furiosa, num choque abominável de metais pontuado por detonações. "Havia então, e podia-se ouvir dentro do acampamento, uma tempestade tão terrível e um estrondo tão grande de culverinas e ribaudequins, que era uma coisa maravilhosa de se ouvir; e tanto foi feito a esses ingleses naquele momento que eles foram finalmente derrotados e forçados a fugir", diz Jean Chartier.

Para Talbot, foi o fim. Seu cavalo foi morto por um tiro de espingarda e ele caiu junto. Preso sob o animal, já ferido nas pernas, foi brutalmente massacrado por arqueiros, que lhe cortaram a garganta e o esfaquearam repetidamente; um deles o empalou pelo ânus, com a espada saindo pela

garganta: "um arqueiro enfiou uma espada em seu reto, de modo que ela desembocou em sua garganta". O cadáver estava irreconhecível, a ponto de, no dia seguinte, um arauto ter que ser chamado para identificá-lo, "pois ele estava muito desfigurado pelo corte no rosto e havia permanecido ali a noite toda e o dia seguinte até aquela hora, quando já estava muito desfigurado". Rosto dividido ao meio, crânio esmagado: quando o esqueleto foi exumado em 1884, um buraco de sete centímetros por dois era visível no crânio. Foi, por fim, um arauto quem o identificou por um detalhe em seus dentes: faltava-lhe um molar.

Tal como Formigny, Castillon foi um verdadeiro banho de sangue para os ingleses: 4.000 mortos, muitos dos quais afogados no rio Dordogne durante o pânico que se seguiu à batalha. Alguns foram perseguidos e mortos até Saint-Émilion; cerca de mil refugiaram-se em Castillon; apenas 200 foram feitos prisioneiros. Entre os mortos estavam o filho de Talbot e 30 cavaleiros. No dia seguinte, Castillon rendeu-se.

A reconquista sistemática da Guiana prosseguiu: Saint-Émilion e Libourne capitularam. Os Condes de Clermont, Foix, Albret e Poton de Xaintrailles assumiram o controle do Médoc. Blanquefort, Saint-Macaire e Langon foram recapturadas sucessivamente. Navios bretões, espanhóis e franceses controlavam o estuário do Gironde. O rei, tendo partido de Angoulême em 17 de julho, acompanhado pelos Condes de Maine, Nevers e Vendôme, chegou a Libourne, capturou Fronsac e participou do ataque a Cadillac. A cidade caiu, mas o castelo resistiu até outubro.

No final de julho, Carlos VII reuniu todas as suas forças para sitiar Bordéus. Estabeleceu o seu quartel-general no Castelo de Montferrant e bloqueou toda a cidade, incluindo a sua zona costeira. Jean Bureau posicionou a sua artilharia e, confiante na sua posição, declarou ao rei, segundo Escouchy: “Senhor, … prometo-lhe, pela minha vida, que em breve lhe devolverei a cidade completamente destruída e devastada pelas suas máquinas voadoras, de tal forma que os que lá estiverem não saberão onde se apoiar, e o senhor os terá inteiramente à sua mercê.”

Completamente isolada, Bordéus tinha poucas chances de sobreviver. É verdade que suas fortificações eram formidáveis, com três conjuntos de muralhas e cerca de vinte grandes torres. Os habitantes mais afetados por seus conflitos com os ingleses estavam determinados a resistir. Mas Roger de Camoys, senescal da Guiana para Henrique VI, sabia que havia pouca esperança de que reforços chegassem. O desastre em Castillon havia desanimado o governo inglês, que logo abandonou os planos de enviar Sir William Bonville, que havia começado a preparar uma nova expedição.

Os habitantes de Bordéus só podiam contar com os seus próprios recursos. No final de setembro, a situação alimentar tornou-se crítica. Não lhes restou outra alternativa senão negociar. Uma grande delegação de cerca de cem cidadãos proeminentes dirigiu-se ao rei em Montferrant, oferecendo-se para capitular sob a condição de que as suas vidas e propriedades fossem garantidas. Carlos VII manteve-se inflexível. Não perdoara a sua mudança de posição. A sua resposta, conforme relatada por d'Escouchy, foi direta: "Não atenderemos ao vosso pedido, tendo em conta as graves falhas que já constatámos em vós. E é nossa intenção, com a ajuda do nosso Criador, ter a cidade, todos os que nela habitam e os seus bens, ao nosso dispor e vontade."

O cerco continuou. Carlos VII recebeu reforços de quinze navios holandeses enviados por Filipe, o Bom, e a situação para o povo de Bordéus deteriorou-se rapidamente. Roger de Camoys fez outra tentativa: um encontro foi organizado em Lormont entre cerca de vinte representantes da cidade e os do rei. Outro encontro foi realizado no sábado seguinte; outro fracasso. A cada vez, o povo de Bordéus fazia novas concessões. Ofereciam agora 100.000 écus e a rendição de vinte

oficiais, escolhidos pelo rei. Em 9 de outubro, Camoys retornou ao rei em Montferrant e fez as mesmas propostas. Carlos pediu-lhe que se retirasse por um momento e depois consultou os seus conselheiros. Estes opinaram que ele deveria aceitar, pois a situação já não era tão favorável: uma epidemia espalhava-se pelo exército e ameaçava levar tudo ao fracasso.

O acordo foi assim concluído e as condições foram colocadas por escrito naquele mesmo dia. No dia 12, os habitantes de Bordéus entregaram doze reféns, seis ingleses e seis gascões, como garantia. Alguns detalhes atrasaram ainda mais a rendição, e foi finalmente em 19 de outubro de 1453 que a cidade foi aberta e os agentes de Carlos VII hastearam as suas bandeiras sobre os portões. As condições eram rigorosas: os habitantes de Bordéus prestaram juramento de fidelidade; tiveram de pagar 100.000 écus; vinte dos burgueses mais comprometidos, incluindo os senhores de Duras e Lesparre, foram banidos do reino; todos os ingleses tiveram de partir imediatamente; os vereadores da cidade seriam, dali em diante, agentes do rei, e Jean Bureau tornou-se novamente prefeito. Em breve, o arcebispo Pey Berland seria deposto. Chegou-se mesmo a falar em demolir as muralhas. "Muitos aconselharam isso para semear o terror em outras cidades", diz Thomas Basin. Mas o rei, inclinado a uma solução mais branda, não concordou. Contudo, para conter um pouco a inconstância de Bordéus, decidiu que duas cidadelas seriam construídas e fortificadas dentro da cidade, às custas dos habitantes, para que, caso algum habitante mal-intencionado tentasse novamente invocar ou acolher o inimigo, essas cidadelas servissem de jugo do qual não poderiam se libertar livremente. Essas cidadelas eram o Forte du Hâ e o Castelo Trompette.

Em sinal de desprezo, o rei recusou-se a entrar na cidade. Quanto à Guiana, perdeu todas as vantagens concedidas em 1451: o parlamento foi abolido, os poderes do senescal reduzidos, os estados deixaram de ser convocados e, naturalmente, a região ficou sujeita, sem restrições, a todos os impostos reais. Os mercadores ingleses eram vigiados de perto. Muitos mercadores de Bordéus optaram então pelo exílio na Inglaterra e, durante vários anos, o comércio de Bordéus diminuiu quase a zero. A transição para o domínio francês foi um desastre económico para a região, alimentando a nostalgia anglófila, que se manifestou em várias conspirações, como a de Pierre de Lesparre em 1454 e outra em 1456. Em 1457, os conselheiros do rei declararam que os gascões estavam "todos inclinados a apoiar a Inglaterra" e que a vigilância da região custava 300.000 libras a mais do que as suas receitas. Após a captura de Bordéus, Carlos VII regressou a Tours em novembro de 1453.

A Guerra dos Cem Anos terminou, mas ninguém sabe disso. Melhor ainda: ninguém sequer sabe que ela aconteceu. Os historiadores irão reconstruí-la, decidindo que começou em 1337 com a confiscação da Aquitânia. Foram necessários 116 anos para que essa confiscação se tornasse efetiva. Tudo começou em Bordéus e tudo termina em Bordéus. Mas será que realmente terminou? Nenhum tratado foi assinado, escaramuças ainda ocorreriam, como o saque da Île de Ré e do porto de Sandwich em 1457. Calais ainda estava em mãos inglesas. Não poderíamos decidir que a guerra só terminou verdadeiramente com a "Paz" de Picquigny, concluída entre Luís XI e Eduardo IV em 29 de agosto de 1475? Ou mesmo com a captura de Calais pelo Duque de Guise em 1558? Ou — por que não? — com o Tratado de Amiens de 1801, onde o Rei da Inglaterra finalmente renunciou ao título de Rei da França? A guerra ainda persiste na mente das pessoas, na mente de algumas delas? Desde a sugestão de Churchill sobre uma cidadania franco-britânica compartilhada em 1940 até a retórica inflamada da imprensa popular britânica, e por vezes francesa, a cada incidente que ameaçava o orgulho nacional, poderíamos pensar que sim. Joana d'Arc e a Guerra dos Cem Anos permanecem parte da memória coletiva, juntamente com alguns outros fragmentos de lembranças históricas que sobreviveram ao naufrágio da cultura nacional.

Mas, embora a França e a Inglaterra tenham continuado a entrar em conflito em inúmeras guerras até 1815, a natureza desses conflitos era certamente muito diferente. De 1337 a 1453, a integridade do território francês estava em jogo: poderia o Rei da Inglaterra possuir, em plena soberania, uma porção, ou mesmo a totalidade, do território francês? Essa era, em última análise, a essência desse conflito interminável, o que lhe conferia seu caráter unificador. Em 1453, a resposta foi dada. Certamente, Calais permaneceu, assim como Gibraltar permanece hoje, mas isso pode ser considerado uma anomalia anacrônica. Mesmo sem a assinatura de um tratado, a Guerra dos Cem Anos terminou efetivamente em 1453.

A questão não é a de vencedores ou vencidos, mas sim a resposta a uma pergunta fundamental: o Rei da Inglaterra não tem direito ao território francês. As armas decidiram isso; a propaganda consagrou-o como dogma. Mas, para além desta constatação, é evidente que 116 anos de guerra perturbaram profundamente a vida política, económica, social e até cultural da Europa Ocidental. A Guerra dos Cem Anos contribuiu para a transição da Cristandade medieval para uma Europa de nações. Esta é a avaliação que devemos agora apresentar.

10
A Guerra dos Cem Anos

Leve em consideração as mudanças econômicas e sociais.

Mais de um século de guerra endêmica entre os dois reinos mais poderosos da Europa, mesmo com tréguas e embora nem todas as regiões tenham sido afetadas na mesma medida, foi um evento marcante que impactou necessariamente todos os aspectos da vida contemporânea. O século XX não inventou a "guerra total". A Guerra dos Cem Anos foi uma guerra total: sua duração a tornou impossível. Não se vive um século em estado de guerra sem que isso tenha repercussões na vida cotidiana, na economia, na sociedade, nas estruturas políticas, nos assuntos militares, é claro, mas também nas mentalidades e crenças coletivas. Toda a cultura e civilização europeias foram afetadas. De modo geral, a Europa em 1337 ainda era a Cristandade feudal; a Europa em 1453 já era a Europa das nações.

O problema reside em determinar o papel específico da Guerra dos Cem Anos nessa transformação, qual foi a sua função: foi simplesmente um acelerador da história, acentuando tendências e desenvolvimentos já em curso no início do século XIV, ou foi um gatilho, a causa direta das mudanças? Foi apenas uma anomalia em uma evolução de longo prazo, ou constituiu, em si mesma, uma fase decisiva, de longo prazo e distinta que provocou essas transformações? Em outras palavras: foi a causa ou a consequência do declínio da civilização medieval?

Aqui entramos no domínio da interpretação. Os historiadores estão divididos, com uma tendência, no último meio século, de minimizar o papel da guerra em favor de movimentos de longo prazo. A guerra é vista apenas como um aspecto da recessão socioeconômica generalizada que afetou a Europa Ocidental de cerca de 1300-1310 a cerca de 1440-1450. No entanto, parece-nos que seu papel foi mais significativo, sem negar os outros fatores em jogo. Causa e consequência, a guerra amplificou os efeitos — negativos, mas também, por vezes, positivos — da grande crise dos séculos XIV e XV .

Demografia: Perdas humanas e migrações

Isso é particularmente evidente na esfera demográfica. Uma coisa é inegável: o declínio populacional, tanto na França quanto na Inglaterra. Embora os números absolutos sejam necessariamente imprecisos devido às fontes utilizadas, especialmente os registros fiscais, a tendência em si é inquestionável. Para a França, a diminuição é estimada em cerca de 42%: 17 milhões por volta de 1330, 10 milhões por volta de 1450. Todas as regiões foram afetadas: na Borgonha, estudos específicos focados em diversas aldeias indicam um declínio populacional de 50% na primeira metade do século XV . Na região de Paris, no decanato de Montmorency, no arquidiaconato de Josas, em Beauvaisis e no bailiado de Senlis, o declínio chegou a 66%. Na Normandia, as descrições apocalípticas de Thomas Basin são confirmadas por historiadores: Guy Bois fala de um "modelo Hiroshima" para esta província, que perdeu três quartos de sua população sob os efeitos combinados da guerra, da pilhagem e da peste. Emmanuel Le Roy Ladurie se refere ao "apocalipse final de 1438-1439". Na região de Bordéus, segundo o mesmo autor, "é possível, com base em pesquisas recentes, que a população tenha diminuído em dois terços". Em Artois, o declínio foi de 42,4%; em Hainaut, o número de famílias caiu de 31.000 para 21.000; em Brabante, de 92.000 para 75.000. A população da Bretanha diminuiu em um quarto. Para a França como um

todo, "pode-se dizer, sem muita margem de erro, que entre 1.000 e 3.000 aldeias foram apagadas do mapa para sempre", escreve o mesmo autor. Terras devastadas se espalharam por toda parte: estima-se que as áreas cultivadas diminuíram de nove milhões para cinco milhões de hectares entre 1330 e 1430. A floresta recuperou seu território, fornecendo alimento adicional para os sobreviventes: caça ilegal, frutas, mel, bolotas, além de madeira abundante e, potencialmente, abrigo. O ponto mais baixo foi atingido por volta de 1430-1450. Em seguida, houve uma recuperação, que coincidiu com o fim da guerra. Os senhores feudais concederam benefícios aos camponeses que vieram se estabelecer em suas terras, e a infraestrutura — pontes, canais, moinhos — foi restaurada.

Na Inglaterra, o declínio foi exatamente da mesma ordem: 40%. Segundo as estimativas de J.-C. Russell, a população caiu de 3.750.000 em 1348 para 2.100.000 em 1430. E também aqui, todas as regiões foram afetadas; as mais atingidas foram Yorkshire, Lincolnshire e as Midlands. Muitas aldeias foram completamente abandonadas: 58 apenas em Warwickshire, por exemplo. O fenômeno das *aldeias desaparecidas* afetou todo o país, mas as cidades também foram impactadas: York caiu de 11.000 para 8.000 habitantes, e Coventry de 10.000 para 6.600.

Claramente, a guerra não foi a causa direta desse declínio, que começou muito antes do início das hostilidades e afetou toda a Europa, incluindo regiões distantes das zonas de combate. Na Dinamarca e na Noruega, por exemplo, os verões rigorosos, frios e úmidos causaram perda populacional já na primeira metade do século XIV , e estima-se que, para a Europa como um todo, a população tenha caído de 73,5 milhões de habitantes em 1340 para 50 milhões em 1450, um declínio de 32%. A população normanda diminuiu 10% entre 1310 e 1332, antes do início da guerra. Além disso, o fato de a população inglesa ter diminuído tanto quanto a da França indica claramente que isso não foi um efeito da guerra, que mal afetou o território insular, exceto na Escócia. No entanto, em Essex, por exemplo, havia metade dos habitantes em 1370 em comparação com 1300.

As principais razões para esse declínio foram, antes de tudo, que por volta de 1300, a Europa atingiu os limites da superpopulação após um século e meio de crescimento. O equilíbrio entre população e produção de alimentos foi rompido; surgiram escassez e fomes, sendo a de 1315-1316 o primeiro alerta sério; o preço dos grãos aumentou dez vezes; e a mortalidade disparou. A deterioração das condições climáticas, com primaveras frias e chuvosas, contribuiu para a redução das colheitas. A Peste Negra atingiu a população subnutrida a partir de 1348; com suas recorrências em 1361-1362, 1369, 1375, 1379-1383, 1400-1401, 1420, 1433-1434 e 1438-1439, foi a mais mortal dos quatro cavaleiros do Apocalipse. Os números urbanos mais conhecidos são tragicamente claros: Paris passou de 213.000 habitantes para 100.000, Toulouse de 45.000 para 19.000, Barcelona de 50.000 para 38.000 e Florença de 110.000 para 37.000.

Isso significa que a guerra não matou? Não, claro que não. Mas o número de vítimas diretas dos combates é muito baixo comparado ao número de vítimas da peste e da fome. Os exércitos eram muito pequenos e, mesmo que as batalhas resultassem em verdadeiros massacres entre a infantaria do exército derrotado, o número total de mortes nos cerca de vinte principais confrontos do conflito pode ser estimado entre 50.000 e 100.000, o que é proporcionalmente baixo. É claro que devemos adicionar as baixas militares da guerra de cerco, que provavelmente dobram esse total. Mas, em todo caso, Philippe Contamine acredita que o número de soldados em relação à população masculina adulta total não deve ultrapassar 1%. O número de mortes militares em combate deve, portanto, ser de fato bastante pequeno.

O número de vítimas civis é completamente desconhecido. Pode-se presumir razoavelmente que tenha excedido o de militares, dada a natureza desta guerra, que prenunciou a guerra de guerrilha moderna. Sabe-se que 90% das vítimas da guerra de guerrilha são civis. Indefesos, são presas fáceis para as companhias mercenárias, bandidos, esfoladores e salteadores de todos os tipos que vagavam livremente pela França durante um século.

Mas a guerra matou principalmente de forma indireta, ao perturbar a vida econômica, destruir plantações e casas, dizimar o gado e forçar os camponeses a fugir, mendigar, sofrer privações e passar fome. Na Inglaterra, John Gower observou que a guerra privou a agricultura de mão de obra: "Todos estão indo trabalhar". Thomas Basin descreveu repetidamente a devastação causada pelos soldados na Normandia. Em uma região periférica, Navarra, Maurice Berthe estudou os efeitos diretos e indiretos da passagem das tropas. Em 1378, o pequeno reino foi invadido pelos castelhanos. Os registros de impostos revelam a extensão dos danos, vale por vale. O vale de Villatuerta perdeu 22 de seus 72 habitantes; as plantações foram destruídas, privando os camponeses de reservas para o plantio seguinte; o gado desapareceu; e a tributação real agravou esse desastre, levando a um êxodo em massa. Em 1429, as tropas castelhanas passaram novamente. No vale do Araquil, mais de 400 camponeses foram mortos; Os demais fugiram, aldeias foram incendiadas e, na sequência da guerra, a peste reapareceu: 300 mortes no Vale de Allin, 800 no Vale de Larraum. Em muitos lugares, mais da metade da população pereceu. No Vale de Araquil, matou dois terços dos sobreviventes da guerra. Por fim, chegou a fome, pois os campos não podiam ser semeados: dizimou o punhado de miseráveis sobreviventes. As ações coordenadas dos Quatro Cavaleiros do Apocalipse são claramente evidentes neste caso. Fenômenos semelhantes afetaram repetidamente muitas regiões da França, e pode-se dizer que a guerra muitas vezes abriu caminho para o contágio e a fome.

O campo está se esvaziando, mesmo na Inglaterra, onde a guerra não está ocorrendo diretamente. Aqui, outro fenômeno entra em jogo: as ovelhas estão expulsando os homens. Os senhores feudais estão expandindo suas propriedades, aproveitando-se do declínio demográfico e da partida de muitos de seus homens para a guerra, comprando terras, cercando-as e transformando-as em pastagens para ovelhas, pois a lã é mais lucrativa do que as plantações, sem exigir trabalho. Aqui também, o movimento é acelerado pela guerra. É verdade que a guerra também contribui, por meio dos espólios trazidos pelos arqueiros, para melhorar a vida cotidiana das famílias rurais. Um cronista inglês escreveu por volta de 1350 que "uma mulher não era nada se não possuísse algo dos espólios de Caen, Calais e outras cidades além-mar, na forma de roupas, peles, cintos ou utensílios". Em toda a Inglaterra, em cada casa, podiam-se ver toalhas de mesa, joias, vasos de mirra ou prata, linho ou lingerie. Nada parecido na França, é claro.

Outro efeito demográfico da guerra foi a migração e a mistura populacional. A migração para as cidades foi a primeira consequência, pois estas surgiam como refúgios de relativa segurança com a aproximação das tropas. Isso era especialmente verdadeiro em regiões menos populosas, onde as áreas protegidas eram mais escassas. Guy Fourquin destacou esse fenômeno na região de Paris, onde as áreas de Brie e Hurepoix foram praticamente esvaziadas de seus habitantes. A região de Auvergne, Gévaudan e certas regiões da Aquitânia vivenciaram o mesmo fenômeno, que contribuiu para a constante renovação das populações urbanas.

Embora as migrações sejam por vezes temporárias, na maioria das vezes são permanentes. As razões são inúmeras, mas sempre ligadas à guerra. Os deslocamentos mais massivos são, obviamente, aqueles que envolvem populações expulsas pela pobreza e pela devastação. Os normandos, por exemplo, fugindo dos ingleses e dos bandidos, estabeleceram-se na Bretanha ou

no sul da França; com a reconquista francesa, muitos também foram para a Inglaterra, temendo represálias após uma geração de colaboração. Alguns obtiveram pensões e cartas de naturalização do governo de Henrique VI. Na direção oposta, vimos muitos ingleses se estabelecerem na França: arqueiros e nobres aquartelados no sudoeste, na Bretanha e em Paris casaram-se e se estabeleceram lá. Alguns eram até bígamos, tendo deixado suas esposas na Inglaterra. Eduardo III e Henrique V, os reis conquistadores, também organizaram a colonização de Calais e Harfleur, redistribuindo propriedades francesas confiscadas a voluntários ingleses. Os exércitos recrutaram tropas estrangeiras, algumas das quais se estabeleceram nos territórios conquistados: italianos, escoceses, espanhóis e alemães. Essa mistura de populações, causada pela guerra, alimentou a xenofobia. Os recém-chegados, na maioria das vezes, se estabeleciam à força e eram considerados invasores. Portanto, não eram bem-vindos. Até então, a hostilidade contra estrangeiros tinha como alvo principal os mercadores e banqueiros italianos, acusados de explorar o país anfitrião. Com a guerra, a proliferação de grupos estrangeiros, vivendo em condições difíceis, aumentou significativamente as reações xenófobas. Foi no século XIV que estereótipos depreciativos sobre os defeitos dos estrangeiros se disseminaram no pensamento popular: bretões como ladrões, flamengos como falastrões, lombardos como covardes, ingleses como bêbados, e assim por diante. Com o início da recuperação econômica por volta de 1440, surgiu outra causa de mistura: os senhores feudais, para repovoar suas propriedades, convocavam colonos de regiões vizinhas, estabelecendo-se assim fluxos migratórios de Limousin, Auvergne, Rouergue, Bretanha e dos Pirenéus Orientais em direção à região de Bordéus, Quercy e à região de Paris.

Contudo, a guerra diminuiu significativamente, ou mesmo interrompeu, as viagens estudantis. Paris, o principal centro universitário da Europa, foi particularmente afetada. Com as viagens tornando-se perigosas, os estudantes estrangeiros evitaram a cidade; a colaboração da Universidade com a ocupação inglesa e seu papel na condenação de Joana d'Arc levaram posteriormente a medidas controversas que enfraqueceram sua influência: em 1437, o rei revogou seu privilégio fiscal, depois seu privilégio judicial em 1445, e apoiou a reforma de seus estatutos em 1452. Oxford foi a principal beneficiária do declínio de Paris: em 1369, os estudantes franceses foram expulsos da cidade. Paris tornou-se ainda mais fácil de ser abandonada à medida que a criação de novas universidades proliferava durante a guerra. O caráter internacional do ensino superior declinou, com o recrutamento tornando-se cada vez mais nacional: de Perpignan (1350) a Colônia (1388), passando por Praga (1347), Leipzig (1409), Heidelberg (1385), Barcelona (1450), St Andrews (1413), Glasgow (1450) e uma dúzia de outras cidades. Na própria França, a divisão do território explica a criação de novas universidades para atrair estudantes: a Guerra dos Cem Anos foi a causa direta da fundação da Universidade de Poitiers em 1431, o equivalente a Paris para o Reino de Bourges, e das de Caen em 1432 e Bordéus em 1441, nas regiões sob domínio inglês.

Insegurança e militarização do espaço

Enquanto a guerra reduz drasticamente o fluxo de estudantes, lança um número cada vez maior de mendigos, vagabundos, párias e bandidos nas estradas. A população errante cresce a proporções alarmantes. Mercenários desempregados, camponeses impelidos pela pobreza e pela destruição de suas aldeias, mas também jovens nobres em busca de fortuna e aventura formam grupos nômades que perpetuam a insegurança. Por volta de 1350, o franco Conrado de Megenberg escreveu em sua * *Economia** : “Há jovens cavaleiros cujos pais são tão pobres que se envergonham de permanecer com eles… Nesse caso, o jovem cavaleiro irá se alistar onde

encontrar a posição mais lucrativa, como fazem os nobres da Alemanha que se tornam mercenários para aqueles que lutam na Lombardia. E o jovem não deve hesitar em deixar sua terra natal tão cedo, pois os pássaros nobres atingem a maturidade voando para longe do ninho de seus pais."

Essas tropas descontroladas, que vivem do banditismo, são o principal flagelo do campo. As autoridades são completamente impotentes diante desse fenômeno. As tentativas de desviar as companhias e os Écorcheurs (bando de mercenários) para países vizinhos obtiveram apenas sucesso limitado e temporário. É por isso que a ideia de Jacques Cœur, aprovada por Carlos VII, de recrutar à força esses vagabundos para compor as tripulações de seus navios é considerada uma medida de saúde pública para se livrar de "pessoas ociosas, vagabundos e outros crocodilos". Na Inglaterra, o problema não é tão grave, mas a guerra, mesmo assim, causa desordem em muitas regiões. Os condados do sul são frequentemente perturbados por grupos de soldados que esperam, às vezes por meses, para embarcar rumo à França. Dificuldades financeiras são a causa desses atrasos, e as tropas não remuneradas vagam pelo campo, onde causam sérios danos. Dentro dos limites da cidade, numerosos foras da lei, jovens nobres e camponeses, perturbam a vida local. Eles eram ainda mais perigosos porque eram treinados no uso de armas. Os estatutos de Northampton, em 1328, e de Westminster, em 1331, exigiam que todos os homens entre quinze e sessenta anos possuíssem armamento básico — arco, flechas e faca — e, para os nobres, capacete, cota de malha e espada, e soubessem como usá-los. O treinamento em arco e flecha tornou-se, sob Eduardo III, não apenas um esporte nacional, mas também obrigatório. Os registros do Parlamento estão repletos de queixas de comunidades rurais contra as "companhias, conspiradores e confederados" que percorriam o campo e viviam da pilhagem. Isso às vezes podia escalar para rebeliões declaradas, como em Cheshire em 1353, Oxfordshire em 1355 e Kent e Essex em 1381. A militarização da sociedade poderia acarretar sérios problemas de ordem pública. Uma solução era recrutar esses indivíduos marginalizados para o exército, especialmente contra os escoceses: dizia-se que a vitória em Halidon Hill, em 1333, se devia a assassinos, ladrões e caçadores furtivos. Entre os recrutas que serviram na Escócia em 1334-1335, 200 receberam perdão real por crimes cometidos.

A constante insegurança, tanto em tempos de guerra quanto de trégua, explica a militarização da paisagem, cujos vestígios permaneceriam por muito tempo. Uma verdadeira onda de fortificações espalhou-se pela França nas décadas de 1350 e 1360: moinhos, casas senhoriais, igrejas, fazendas e celeiros foram cercados por fossos, equipados com ameias e até mesmo guaritas; projéteis eram empilhados nesses locais. Toda comunidade queria ter um lugar para se defender. As torres das igrejas eram particularmente adequadas para essas fortificações. O cronista Jean de Venette descreveu essas obras de autodefesa na região de Paris. Em 1371, os comissários encarregados de inspecionar as defesas do bailiado de Caen contabilizaram 111 locais fortificados de todos os tipos; Em 1367, no oeste de Gâtinais, entre os rios Loing, Sena e Essonne, num território de 30 por 20 quilômetros, existiam 6 castelos, 12 fortes, 5 torres, 5 fazendas, 28 igrejas e uma ponte fortificada, sem contar as cidades e vilas muradas. Essas fortificações eram, em geral, bastante ineficazes. Além dos castelos, os locais mais seguros eram as abadias, que geralmente possuíam recintos e áreas onde os camponeses podiam se refugiar. As maiores se tornaram verdadeiras fortalezas: em 1356, na Abadia de Bec, na Normandia, o claustro, o dormitório e os anexos foram demolidos, e as pedras foram reutilizadas para construir muralhas ameias cercadas por fossos, e mercenários foram contratados para a defesa.

A proliferação de obras defensivas, contudo, apresentou mais desvantagens do que vantagens. Contribuiu para a dispersão dos defensores por uma infinidade de locais indefensáveis, facilmente

capturados e explorados por bandidos. As autoridades urbanas, em particular, deploravam essa proliferação, que as privava de um grande número de homens aptos para a própria defesa. As autoridades reais também reiteraram que somente o rei poderia conceder o direito de fortificar. Uma ordenança de 1358 nomeou comissários encarregados de examinar as fortificações e demolir aquelas consideradas inúteis ou muito frágeis. Essa decisão, ao que parece, foi mal implementada.

A fortificação era a principal preocupação e a maior despesa das vilas e cidades. A tarefa era imensa: quando a guerra começou, as muralhas da maioria das vilas e cidades estavam abandonadas, após o longo período de paz que a precedeu. Muitas vezes, as muralhas datavam dos séculos XI e XII , ou mesmo do período galo-romano. Algumas eram usadas como pedreiras; casas haviam sido construídas junto a elas; os fossos estavam cheios de entulho; e os subúrbios tornavam as fortificações inutilizáveis. A restauração era realizada com urgência. Às vezes, tudo tinha que ser feito do zero: nenhuma cidade na região de Forez era fortificada em meados do século XIV . Entre 1360 e 1370, oito delas ganharam muralhas, seguidas por mais quatro no início do século XV . Ao final da Guerra dos Cem Anos, poucas vilas e cidades na França com mais de 2.000 habitantes não possuíam muralhas. Por exemplo, existem 21 cidades fortificadas no bispado de Liège, 12 no Lyonnais, 11 no Bourbonnais e 11 no Beaujolais.

Os custos eram exorbitantes: 22.000 florins para Dijon, 67.000 libras para Cahors, 112.000 florins para Avignon e 150.000 libras para Reims. As obras de construção e manutenção pesavam muito nos orçamentos urbanos: de 40 a 50% das despesas em Rennes a partir de 1419, de 60 a 80% em Tarascon no final do século XIV , 60% em Tours e de 14 a 45% em Saint-Flour. Isso exigiu um aumento de impostos e perturbou severamente a vida econômica, já que a receita provinha principalmente de pedágios. O preço das mercadorias subiu exorbitantemente, comprometendo a produção local, reduzindo o padrão de vida e aumentando o descontentamento. Isso foi ainda mais significativo considerando que foi acompanhado por medidas draconianas, como a destruição de subúrbios inteiros para abrir espaço para a defesa. Por exemplo, em 1359, o administrador de Sens, a fim de restaurar as capacidades defensivas da cidade, ordenou a destruição, fora das muralhas, de dois mosteiros, duas igrejas, um hospital, um convento franciscano, um albergue para peregrinos, dois conjuntos de moinhos de água e inúmeras casas. Em 1352, a pequena cidade de Martel, na região de Quercy, com 2.500 habitantes, obrigou seus moradores a trabalhar nas trincheiras, destruiu casas que obstruíam o tráfego ao longo das muralhas, arrasou os subúrbios, exigiu um juramento de fidelidade dos habitantes e prendeu estrangeiros.

O trabalho consistia principalmente em selar brechas, erguer as muralhas, adicionar ameias (Saint-Omer tinha 1.202 ameias em 1338 e Montpellier 1.757 em 1411) e, nas cidades maiores, flanqueá-las com torres: havia mais de cinquenta em Narbona, Reims, Chalon e Troyes. Os portões eram particularmente reforçados e alguns foram murados. Para defender essas fortificações, as cidades pequenas e médias raramente contavam com soldados profissionais, que eram caros e propensos a revoltas. Em vez disso, elas tinham que se organizar: todos os contribuintes tinham que contribuir, divididos por setores geográficos. Obrigados a fazer a guarda, os cidadãos mais confiáveis e ricos eram designados para os portões, enquanto os outros vigiavam as muralhas. Todos tinham que possuir um nível mínimo de equipamento. Em uma cidade de porte médio como Rodez, a guarda era feita por equipes de 50 homens trabalhando em turnos: aproximadamente um homem a cada 50 metros. Em Lyon, a equipe conta com 200 pessoas. Esse serviço de plantão é bastante árduo, pois se soma à jornada de trabalho regular. É compreensível que várias cidades tenham sido alvo de operações devido à negligência dos guardas. Ao mesmo tempo, esse serviço contribui para fortalecer os laços comunitários.

Até o início do século XV , as defesas urbanas restauradas eram altamente eficazes. Exércitos consideráveis eram mantidos à distância por meses por cidades insignificantes, como Bécherel em 1363. Isso se devia à falta de equipamentos adequados por parte dos sitiantes. As armas de projéteis eram imprecisas, as operações de minagem eram arriscadas e facilmente detectadas, e os ataques com escadas eram muito dispendiosos em termos de mão de obra. O engano ou a traição eram os meios mais eficazes. Eduardo III precisou de onze meses e um exército considerável para capturar Calais em 1347. E, com essa exceção, todos os principais cercos fracassaram: Bordéus (1339), Tournai (1340), Melun (1359), Reims (1360) e Rennes (1367). Grandes cidades podiam ser consideradas praticamente inexpugnáveis. Além disso, os ataques ingleses as evitavam cuidadosamente. Para além da ineficácia das muralhas, a área a ser defendida era demasiado extensa para as forças disponíveis na época, tornando impossível um bloqueio completo. Além disso, manter um exército de vários milhares de homens no local rapidamente criou problemas de abastecimento insuperáveis. A artilharia reverteria essa tendência, a partir das décadas de 1420 e 1430. Logo, nenhuma muralha conseguia resistir ao fogo direto dos canhões. As cidades, naturalmente, também adquiririam essas armas, mas apenas as maiores conseguiam manter um número suficiente: o equipamento era caro e exigia a presença de profissionais.

A militarização das cidades a partir de meados do século XIV teve outra consequência: o isolamento do campo circundante. Despojadas de seus subúrbios e entrincheiradas atrás de altas muralhas que demarcavam fisicamente a divisão, as cidades tornaram-se ilhas de segurança, tanto protetoras quanto dominadoras. Dentro de sua jurisdição estendia-se uma vasta planície da qual obtinham serviços e impostos em troca de abrigo em caso de ataque. A jurisdição de Châteaudun, por exemplo, abrangia cerca de quinze quilômetros; Troyes exercia domínio sobre cerca de quarenta aldeias, e Châlons-sur-Marne sobre quarenta e cinco. Essa complementaridade era frequentemente percebida como oposição; as relações tornaram-se tensas. Os habitantes das cidades desconfiavam dos refugiados, que eram cuidadosamente selecionados na fronteira. Os camponeses ressentiam-se dos habitantes das cidades, cuja dominação econômica sofriam. As miniaturas do século XV ilustram muito bem, ao esquematizá-las, esse contraste brutal entre a cidade opulenta, repleta de campanários, dentro de seu anel de muralhas, e o campo deserto.

As cidades inglesas estavam obviamente menos ameaçadas. Várias delas, e não menos importantes, eram cidades abertas, sem fortificações, o que seria impensável na França: Salisbury, Derby, Reading, Bedford — ou seja, assentamentos centrais, longe das áreas de alto risco das costas e fronteiras escocesas. Cerca de cem cidades eram fortificadas, e o financiamento provinha de um imposto especial, o imposto sobre muralhas, que tinha de ser renovado anualmente pelo Conselho Real. Com a guerra, os pedidos de pagamento do imposto sobre muralhas aumentaram na segunda metade do século XIV , e o rei frequentemente o concedia por dez anos, um sinal de certa preocupação. Entre 1310 e 1400, oito cidades cobraram esse imposto por mais de cinquenta anos: Dover, Yarmouth, York, Newcastle, Shrewsbury, Ludlow, Hereford e Bristol. Outras — Rye, Southampton, Londres, Carmarthen, Worcester, Bridgnorth, Stamford, Hull, Hartlepool — têm entre vinte e cinquenta anos. Todas são cidades costeiras ou cidades fronteiriças. Mas a preocupação com a defesa urbana é claramente menos comum na Inglaterra do que na França.

Desorganização da rede urbana francesa

Esse contraste, explicado pelo fato de a Guerra dos Cem Anos ter ocorrido principalmente na França, reflete-se no desenvolvimento urbano em geral. A guerra interrompeu o crescimento urbano francês e estimulou o da Inglaterra.

Para a França, alguns números reveladores: em 1440, Périgueux havia perdido 68% de seus habitantes em comparação com 1330; Arles, 58% em relação a 1319; Rodez, 63% desde 1328; Rouen e Montpellier haviam sofrido uma redução de dois terços; Paris, Toulouse, Reims e Lyon, pela metade. Em Cambrai, 30% das sepulturas cavadas para os pobres no hospital de Saint-Julien entre 1377 e 1473 foram feitas entre 1432 e 1440. Embora a peste tenha obviamente desempenhado um papel importante nesse declínio, as consequências da guerra podem ser consideradas igualmente catastróficas. Vale lembrar que centenas de cidades sofreram cercos, e muitas vezes vários. O ritual era bem conhecido: ou se rendia, pagando uma multa enorme, como era especialmente comum durante a era das companhias mercenárias; ou resistia, o que levava a saques, resgate dos cidadãos mais influentes e, às vezes, deportações. Em todos os casos, a vida foi interrompida por meses, até mesmo anos, levando ao empobrecimento, desemprego, fome e epidemias. O aumento dos impostos para financiar a reconstrução foi outro incentivo à fuga. Os subúrbios foram, obviamente, os mais atingidos. Quando não foram completamente arrasados para facilitar a defesa, foram devastados pelos invasores. Os registros fiscais são inequívocos: em Saint-Flour, 45% dos contribuintes viviam nos subúrbios em 1345, e apenas 8% em 1364, após a passagem das companhias mercenárias; em Rodez, as proporções caíram de 34% para 17% entre 1355 e 1397; em Chalon-sur-Saône, o declínio dos subúrbios foi duas vezes mais rápido que o da própria cidade. Às vezes, podem ser necessárias décadas para apagar os vestígios da destruição: em Amiens, em 1410, ainda era possível ver ruínas causadas pela passagem dos navarros em 1358.

A guerra perturbou profundamente a rede urbana. Todas as cidades encolheram, algumas mais do que outras, enquanto algumas poucas experimentaram um novo dinamismo. No geral, o declínio urbano foi mais acentuado numa ampla faixa norte-sul que atravessava a França central, da Picardia ao Languedoc, passando por Île-de-France, Normandia, Champagne, Borgonha, Bourbonnais, Auvergne, Limousin, Gévaudan, Margeride, Quercy e Agenais: uma espécie de vazio vertical, sistematicamente devastado pela passagem repetida de tropas, tanto regulares quanto bandidos. Algumas regiões jamais se recuperariam. Nessa área, desertada por mercadores, as rotas comerciais desapareceram e os mercados se extinguiram; diversas localidades, consideradas cidades de porte médio até o século XIII, tornaram-se vilas ou mesmo aldeias insignificantes, e ainda hoje é surpreendente encontrar vestígios de fortificações e casas de pedra suntuosas nesses lugares, testemunhando um passado próspero, como no Vale do Lot, uma via muito utilizada por viajantes de todas as origens. A Guerra dos Cem Anos devastou o tecido urbano dessas regiões durante vários séculos.

Por outro lado, as cidades em regiões periféricas beneficiaram-se do redirecionamento das rotas comerciais. Na Bretanha, por exemplo, após o difícil período da Guerra da Sucessão Bretã, a política dos duques de alternância de alianças e manutenção da neutralidade estimulou o desenvolvimento dos portos: Nantes, Vannes, Quimper, Morlaix e Guérande expandiram suas muralhas para abranger novos subúrbios. A Alsácia e o Vale do Reno tornaram-se o novo eixo de comunicação entre Flandres e Itália. As cidades cresceram e o advento da imprensa, coincidindo com o fim da Guerra dos Cem Anos, simbolizou essa expansão.

E então, outras cidades se beneficiaram da turbulência dessa época: as capitais principescas, permanentes ou temporárias, dos duques de Berry, Bourbon, Anjou, Bretanha e, especialmente, Borgonha. A presença do duque garantia a presença de centenas de oficiais, dignitários, nobres de alto escalão e advogados, todos conhecedores de artigos de luxo, enquanto os guardas, criados e valetes mantinham a demanda por itens do dia a dia. A corte de Berry era composta por pelo menos 400 pessoas com considerável poder aquisitivo; a da Bretanha, 500; e a da Borgonha, 1.200. Além

disso, esses poderosos senhores fundaram universidades e parlamentos, que atraíram estudantes e litigantes. Dijon, Bruxelas, Vannes, Rennes e Nantes lucraram com essas circunstâncias. Com o reinado de Carlos VII, Bourges, Poitiers e Tours experimentaram um crescimento espetacular. Bourges testemunhou o desenvolvimento do comércio de luxo, primeiro com o estabelecimento da corte Berry e depois com as atividades de Jacques Cœur. Tours era sede de um bailiado real, uma casa da moeda e um arcebispado, mas as frequentes estadias do rei em Montils atraíram para a cidade uma clientela muito extravagante, que construiu residências suntuosas. Jacques Cœur estabeleceu seus armazéns ali em 1448; cambistas, ourives e armeiros se instalaram na cidade, e a população chegou a 15.000 habitantes no final do reinado.

Em Poitiers, a transferência temporária do parlamento para o palácio, seguida pela do Tribunal de Auxílios, as sete assembleias dos Estados de Poitou e as cinco assembleias dos Estados Gerais da Língua de Olho, e a criação da universidade em 1431-1432, atraíram uma multidão de notáveis para a cidade, fazendo com que os aluguéis disparassem. Já em 1425, Carlos VII teve que intervir para conter esses aumentos.

A guerra não alterou apenas a malha urbana; transformou também as atividades das cidades francesas, com um declínio generalizado no setor comercial, que se tornara demasiado precário devido à insegurança, e um aumento drástico no mundo dos cargos públicos, com o desenvolvimento de funções administrativas que ofereciam empregos menos remunerados, mas mais seguros. Isto resultou num crescimento da classe média. Assim, em Agde, em 1453, o contribuinte mais rico era 18 vezes mais rico do que o mais pobre; em 1320, a proporção era de 1 para 152. Em Lyon, em 1446, os contribuintes da "classe média" representavam 31% da população. A desaceleração do comércio durante a guerra penalizou os mercadores; as desvalorizações cambiais afetaram particularmente aqueles que viviam com rendimentos fixos. Mesmo para os mercadores mais ricos, o volume de negócios foi bastante modesto.

França do século XV . Sob Carlos VII, a burguesia buscava cada vez mais posições mais seguras, como cargos públicos, especialmente após 1440. O desenvolvimento das administrações governamentais e o retorno da estabilidade tornaram esses cargos refúgios lucrativos, evitando as incertezas do comércio. Os salários eram modestos, mas o cargo oferecia inúmeras oportunidades de renda complementar por meio de práticas como a venda de especiarias e todo tipo de negociação. O acesso ainda era relativamente fácil, pois a venalidade ainda não havia se instalado. A burguesia, portanto, incentivava seus filhos a estudar direito, e há muitos exemplos de transições dos negócios para o judiciário, como na família provençal Guiran la Brillane, onde Guilhem Guiran era um merceeiro em Aix no início do século, e cujo irmão mais velho se tornou presidente do parlamento de Aix. Os advogados desfrutavam de um padrão de vida confortável: em 1426, tanto em Beauvais quanto em Reims, estavam entre os mais ricos da cidade; Em Lyon, em 1446, a fortuna dos juristas era três vezes maior que a média municipal, e eles detinham 20% do capital da cidade. Compravam propriedades no campo e obtinham títulos de nobreza, ou então fabricavam genealogias falsas.

Essa ascensão de uma nova classe de "arrivistas" também gerou ressentimento entre os conservadores, como Thomas Basin, que denunciou sua rapacidade: "Quase todos os ocupantes de cargos públicos enriqueceram em todo o reino, infelizmente ficando totalmente livres para saquear os súditos pobres e cometer extorsão."

Outra consequência direta da guerra foi a constante rotatividade da população urbana, fonte de instabilidade e conflito. Em 1376, três quintos dos habitantes de Avignon não haviam nascido na cidade; em Crest, em 1448, 30% dos chefes de família residiam na cidade há menos de cinco

anos; em Périgueux, 65,8% dos sobrenomes nos séculos XIV e XV tinham uma duração inferior a vinte anos; em Chalon-sur-Saône, em 1381, três quartos dos chefes de família tinham nomes desconhecidos vinte anos antes; em Castres, entre 1370 e 1380, a taxa de rotatividade em dez anos era de 49,1%. O movimento era incessante: a chegada de camponeses expulsos de suas aldeias pela guerra, aprendizes, operários e artesãos em busca de trabalho, e a fuga de habitantes sobrecarregados por impostos. Os recém-chegados são úteis, pois necessitam de mão de obra extra, e considerados perigosos, o que exacerba a segregação étnica: tendem a se agrupar em bairros para se ajudarem mutuamente: os bretões de Paris ou Toulouse, os saboianos da Rue Neuve em Lyon, os normandos do bairro de Toussaint em Rennes, o que fomenta preconceitos e estereótipos xenófobos. Muitas vezes, essas distinções também são profissionais: operários bretões, barqueiros lioneses, padeiros de Bresse, açougueiros da região da Auvergne, e a competição entre o núcleo da população local e os imigrantes é acirrada. A desconfiança, as acusações e as ameaças de deportação se intensificam dez vezes durante períodos de tensão.

A vida urbana é ainda mais perturbada pela guerra, que aumenta o número de deslocados, andarilhos, vagabundos e mendigos que afluem às cidades, instalam-se nas ruínas e criam um clima de insegurança exacerbado por rumores. O *Diário de um Burguês Parisiense* está repleto de relatos de horrores cometidos por esses indivíduos marginalizados. Gangues de "caimãos", "ladrões de patas" e "chaveiros" geram uma psicose de conspiração entre bandidos e marginais, que se acredita terem formado uma verdadeira contrassociedade. O medo obriga as autoridades a tomarem medidas coercitivas: vigilância, fechamento de portões, despejos, prisões e a proibição de abrigar vagabundos por mais de um dia e uma noite.

A insegurança gerada pela guerra apenas exacerbou o nervosismo natural dos habitantes das cidades, que ainda eram em grande parte não urbanizados. As condições de vida precárias, a superlotação, a brutalidade e a escassez testaram severamente seus nervos; brigas eram comuns. Em uma pequena cidade como Foix, em 1401, 43 processos judiciais foram abertos por agressão em nove meses: as disputas eram resolvidas com martelos, facas e picaretas. Em Paris, 0% dos julgamentos na jurisdição do Templo foram causados por brigas violentas. E esses ataques foram perpetrados por cidadãos comuns. Esse clima de violência diária foi ainda mais inflamado pela guerra. Todos estavam armados; o serviço de guarda nas muralhas transformou a burguesia em mercenários.

E isso cria um clima propício à sedição. Rumores de traição, impostos e diversas ameaças bastam para inflamar os ânimos. A intervenção de um representante da autoridade, ou, inversamente, de um demagogo que joga lenha na fogueira, provoca a explosão. Maillotinos, Cabochiens, partidários de Capeluche, Armagnacs e Borgonheses desencadeiam sua fúria.

Indiscutivelmente, a Guerra dos Cem Anos contribuiu para o aumento da agitação urbana. Por outro lado, fomentou o desenvolvimento de instituições municipais, que evoluíram mais em vinte anos do que nos dois séculos anteriores. As necessidades de defesa obrigaram os habitantes a criar comissões de funcionários eleitos, a nomear líderes, síndicos e responsáveis pelas fortificações, e a estabelecer impostos, taxas e auxílios que, embora impopulares, fomentaram um senso de solidariedade, também evidente na proliferação de sociedades de ajuda mútua. Os municípios, confrontados com novas responsabilidades, aprimoraram sua organização. Os reis, além disso, os incentivaram a fazê-lo. Tradicionalmente, os monarcas capetianos contavam com as "boas cidades", concedendo-lhes cartas de liberdades para enfraquecer o poder dos vassalos. Durante a guerra, cultivaram relações públicas com os órgãos urbanos para garantir sua lealdade. Cartas circulares eram enviadas aos municípios para explicar as decisões tomadas, e as liberdades

municipais eram confirmadas. No entanto, isso sempre beneficiava os comerciantes mais ricos e certos ofícios, o que contribuiu para exacerbar os conflitos sociais.

Declínio de Paris, ascensão de Londres

A guerra também teve consequências significativas para o destino de Paris. Até o final do século XIV , apesar da estagnação demográfica causada pela peste, a capital permaneceu um rico centro comercial, com uma grande comunidade de banqueiros italianos que abasteciam a Corte e os príncipes. O dinheiro fluía para a capital; todos os grandes vassalos possuíam residências na cidade e lá residiam frequentemente; eram grandes gastadores, assim como a Corte, o bispo e os colégios e mosteiros que obtinham sua renda das terras circundantes; havia também as receitas do comércio e das feiras Lendit. Além disso, houve muita construção: o Louvre, o Hôtel Saint-Pol, o Hôtel Neuf, as Tournelles, o Hôtel de Bourgogne, o Hôtel de Nesle e a Bastide Saint-Antoine.

Então veio o colapso. Massacres entre habitantes de Armagnac e da Borgonha, a ocupação inglesa, a devastação dos subúrbios por bandidos e o bloqueio do comércio pelas tropas inimigas. O sofrimento da capital na primeira metade do século XV preenche as páginas do *Diário de um Burguês Parisiense* . A reconquista por Carlos VII não foi um sinal de recuperação: o rei detestava a cidade e não residia lá. A guerra continuou e o comércio declinou. A clientela rica desapareceu e os italianos partiram. E quando a recuperação começou, por volta de 1440, as atividades haviam se transformado. As transações financeiras eram rudimentares. A indústria de luxo era agora menos importante do que a de Tours ou Bourges: das 51 forjas de ourives que outrora existiam na Grand-Pont, 32 estavam vazias em 1440. Por outro lado, o aumento do número de notáveis — advogados, conselheiros — favoreceu os mercadores, encadernadores e iluminadores. Se tomarmos novamente o Grand-Pont como referência, constatamos que entre 1425 e 1460 o número de mercadores de artigos de armarinho aumentou de 0 para 3, o de fabricantes de cintos de 1 para 3, o de fabricantes de pentes de 1 para 5, o de chapeleiros de 1 para 7, o de escribas de 1 para 6, o de encadernadores de 2 para 3 e o de iluminadores de 1 para 5. Havia também cambistas, que figuravam no topo da escala de riqueza.

Paris continuou sendo um centro comercial, mas esse comércio estava nas mãos de pessoas de fora de Paris. Normandos, picardos e habitantes de Arras dominavam. O ressurgimento das feiras de Lendit também revela uma redução em sua esfera de influência: no final do século XIV , essa feira era internacional, embora totalmente voltada para os países do norte. Um século depois, os únicos "estrangeiros" presentes eram mercadores de Tournai e dois de Mons, em comparação com 11 de Beauvais, 15 de Troyes, 47 de Rouen e 130 de Paris. Ela havia se tornado uma feira regional para a Bacia de Paris. É revelador que Jacques Cœur, que tinha armazéns em Tours, Bourges, Lyon e Montpellier, não tivesse nenhum em Paris, e que em 1447 vendeu a casa de câmbio que havia comprado em 1441 na Grand-Pont, sem nunca tê-la inaugurado.

Os cambistas passaram a dominar a vida parisiense. Em 1423, quando 502 parisienses foram obrigados a pagar um empréstimo forçado, 43 eram cambistas, representando 17% do valor total emprestado. Eram também, muitas vezes, os responsáveis pelo arrendamento das receitas. A partir de 1440, em particular, os cambistas, assim como outros comerciantes, tornaram-se os principais compradores de cargos. Entre 1440 e 1460, Paris tornou-se uma cidade de funcionários: eles compunham pelo menos três quartos da administração municipal, em comparação com um quinto anteriormente. Em 1444, Pierre des Landes, o último cambista a ocupar o cargo de Preboste dos Comerciantes, foi substituído por Jean Baillet, membro do Parlamento. Os mesmos sobrenomes reaparecem, mas agora como conselheiros no Tribunal de Auxílios, no Tribunal de Contas e no

Parlamento, como as famílias Le Breton, Doriac, Thumery, Gensien, Laillier e Des Landes. A guerra transformou Paris em uma cidade administrativa. Os cargos seguros e estáveis, que ofereciam prestígio, oportunidades e possibilidades de ascensão social, tornaram-se cada vez mais atraentes. E todos esses profissionais do direito começaram a comprar terras nos arredores, como demonstraram os estudos de Guy Fourquin.

Paris já não era a residência real, mas continuava sendo a capital administrativa e o principal centro de consumo do reino. A alta aristocracia e a hierarquia clerical abandonaram a cidade, e as casas senhoriais mudaram de mãos: a do Conde de Sancerre, no Quai des Augustins, tornou-se a de Jean Le Viste, um conselheiro do Parlamento. Os Duques de Orléans e da Borgonha mantiveram as suas, mas deixaram de as visitar; as do Duque da Bretanha e do Arcebispo de Rouen caíram em ruínas. Apenas os Arcebispos de Reims e Sens, o Bispo de Laon e os Abades de Cluny e Fécamp conservaram as suas. A construção civil foi retomada timidamente. Reparos e restaurações eram realizados com muito mais frequência do que a construção de novos edifícios. Paris, em meados do século XV, ainda se recuperava.

Por volta de 1450, a população havia diminuído para apenas cerca de 100.000 habitantes, duas vezes e meia menos do que no início da guerra. Casas abandonadas, ruínas, terrenos baldios e vegetação exuberante criavam um cenário de desolação. A população era uma mistura diversa, proveniente de todas as regiões da França, com um número significativo de bretões e normandos. O extenso estudo de Bronislaw Geremek destacou a importância dos grupos marginalizados. Mendigos estavam por toda parte, reunindo-se em grupos, importunando a classe média e não hesitando em usar qualquer meio para despertar sua piedade.

O tráfico e a mutilação de crianças para esse fim foram revelados pelo infame caso de 1448-1449, relatado pelos burgueses e confirmado pelos atos do Parlamento. Crianças eram raptadas da região, tinham os olhos arrancados e uma perna ou um braço cortado para que se tornassem mendigos convincentes. As autoridades endureceram a legislação. Uma portaria de 1422 ordenava aos sargentos que prendessem qualquer vagabundo armado sem dono. Propôs-se a nomeação de comissários em cada distrito. Os ladrões seriam punidos da mesma forma que aqueles que lhes dessem abrigo: "os ditos ladrões e o receptador dos bens roubados serão queimados vivos". Mendigos e vagabundos saudáveis seriam colocados para trabalhar. As punições tinham o objetivo de serem ostentosas, para impressionar a multidão: queima na fogueira, enforcamento, açoite, marcação a ferro, mutilação, fervura, afogamento. A presença desse mundo perigoso preocupava os líderes. João Sem Medo já tinha dificuldades em suprimir o movimento capeluco, cujos apoiadores haviam sido afogados, decapitados, esquartejados e enforcados em forcas.

Outro ambiente turbulento era o dos estudantes. De 1444 a 1453, eles se mostraram indisciplinados, maltratando os habitantes da cidade e provocando os homens do reitor. Carlos VII tinha uma relação ruim com a Universidade, que havia se aliado aos borgonheses. Em 1446, ele concedeu ao Parlamento jurisdição sobre todos os assuntos referentes a esse grupo indisciplinado, que assim perdeu sua independência. Em 1452, o legado papal, Cardeal d'Estouteville, impôs uma reforma com o objetivo de acabar com uma série de abusos: os doutores não obrigariam mais os solteiros a lhes oferecer uma refeição após a defesa de seus diplomas; nenhum mestre de artes turbulento e sedicioso seria recrutado; os solteiros deveriam usar roupas decentes; e as assembleias seriam pacíficas, com cada pessoa falando em sua vez. Essas medidas, porém, eram mais um desejo do que uma mera ilusão. A guerra, sem dúvida, não foi a única responsável por esses distúrbios. Mas contribuiu muito para desestabilizar a vida parisiense, arruinando sua economia, enfraquecendo seu prestígio intelectual e acentuando seu papel administrativo.

Londres, ao contrário, beneficiou-se enormemente da Guerra dos Cem Anos, fortalecendo seu papel como capital política e tornando-se o principal centro econômico do país. Não houve grandes revoltas urbanas na cidade. Os levantes de Wat Tyler e Jack Cade afetaram diretamente a cidade por apenas cerca de oito dias em 116 anos, com um intervalo de setenta anos entre eles. Sua função política foi reforçada; os reis residiam lá com mais frequência, devido à sua proximidade com o continente. O distrito governamental de Westminster, ainda separado da City por campos, expandiu-se; os escritórios da Chancelaria e do Tesouro empregavam um número crescente de funcionários, e as frequentes reuniões do Parlamento atraíam regularmente uma clientela rica. Ricardo II embelezou o palácio, adicionando uma magnífica estrutura de carvalho irlandês. O Guarda-Roupa Real foi estabelecido perto do Castelo de Baynard, no Rio Fleet, e a leste da City, a Torre de Londres tornou-se um enorme edifício administrativo multifuncional. Desde o início da guerra, ela já apresentava sua aparência atual, com sua muralha dupla ao redor da Torre Branca de Guilherme, o Conquistador. Era simultaneamente uma prisão de luxo, frequentada por grande parte da nobreza francesa, uma casa da moeda, uma residência real, um centro administrativo, um arsenal, onde se armazenavam arcos, flechas, espadas, lanças, máquinas de guerra, canhões e armaduras, e onde se fabricava pólvora desde 1346.

A cidade de Londres foi a principal beneficiária do influxo de espólios e resgates durante a maior parte da guerra, o que possibilitou a construção de diversas mansões opulentas, sendo a obra-prima o Palácio de Savoy, construído pelo Duque de Lancaster. A presença de prisioneiros de alto escalão, cercados por uma equipe numerosa e extravagante, também impulsionou o comércio londrino. As necessidades financeiras da monarquia atraíram inúmeros banqueiros. No final do século XIV , a cidade era responsável por um terço das exportações de lã do país, e a indústria têxtil estava em plena expansão, assim como a indústria de bens de luxo. Os ofícios, firmemente organizados em guildas, controlavam a municipalidade, que governava a cidade. O próprio rei tinha que lidar com esse poder. Londres, com 35.000 habitantes por volta de 1400, ainda era apenas um terço do tamanho de Paris, mas a Guerra dos Cem Anos havia estimulado significativamente seu crescimento. Imigrantes afluíram de todos os condados. A classe média aumentava suas aquisições de terras em Kent, Surrey e Essex.

As outras cidades inglesas eram definitivamente inferiores. Em 1377, segundo o historiador demográfico J.C. Russell, York tinha 10.872 habitantes, Bristol 9.518, Plymouth 7.256 e Coventry 7.226. As cidades inglesas não sofreram as ameaças e a devastação que afetaram as cidades francesas, exceto no extremo norte, perto da fronteira com a Escócia. Os custos de fortificação eram muito menores ali. Apenas os portos da costa sul sofreram danos durante os ataques navais franceses. A maioria das cidades experimentou um crescimento lento e constante, notadamente com o desenvolvimento da indústria do linho no século XV , que começou a trazer riqueza para a Ânglia Ocidental e Oriental.

O declínio das exportações de lã e o aumento das exportações de linho foram as principais mudanças na economia inglesa durante a primeira metade do século XV . As exportações de lã, que ainda somavam 19.359 sacos anualmente entre 1392 e 1395, caíram para uma média de 13.625 sacos entre 1410 e 1415, e para 7.654 sacos entre 1446 e 1448, enquanto o comércio de tecidos aumentou de 20.000 para 56.000 unidades. Essa nova atividade fez fortuna aos mercadores aventureiros nos portos do leste e do sul, que travaram uma verdadeira guerra econômica contra seus rivais da Liga Hanseática alemã. Colônias de mercadores italianos também se estabeleceram em Londres, Southampton, Plymouth e Bristol. A produção de linho desenvolveu-se dentro de uma estrutura capitalista: os comerciantes-fabricantes das cidades distribuíam matérias-primas e

mão de obra aos artesãos das aldeias vizinhas, que assim complementavam sua renda agrícola. Embora tenha havido inegavelmente um êxodo rural, com a expansão da criação de ovelhas, isso beneficiou as cidades maiores, contribuindo para a densificação do tecido urbano.

O papel da Guerra dos Cem Anos nessa evolução não é quantificável, mas é inegável. Ao interromper as exportações de lã bruta, ameaçadas por corsários, impostos e pelas dificuldades do comércio de diligências, e ao reduzir a demanda nas cidades produtoras de tecidos da Flandres, afetadas por repetidos conflitos com os duques, a guerra contribuiu significativamente para o aumento da produção têxtil local e, consequentemente, para o desenvolvimento do espírito capitalista e da estrutura urbana. O contraste duradouro entre uma França predominantemente rural e uma Inglaterra mais urbanizada começou a surgir já no século XV , e a Guerra dos Cem Anos está na origem dessa característica da Europa moderna.

A guerra, geradora de políticas econômicas: privatizações, nacionalizações, intervenção estatal.

É também o exército que revela ou desencadeia os primeiros sinais da oposição fundamental entre uma França onde a terra permanece a principal fonte de riqueza e uma Inglaterra onde o dinheiro substitui gradualmente a propriedade fundiária como base do poder econômico e político. O exército está na origem da ascensão da iniciativa privada do outro lado do Canal da Mancha. Desde o início do conflito, diante de uma monarquia francesa que ainda dependia do recrutamento militar obrigatório e da milícia real, o rei da Inglaterra mobiliza preferencialmente banqueiros italianos, cujo crédito lhe permite recrutar tropas por meio de contratos comerciais. Os nobres mantêm uma "reserva" de algumas dezenas ou algumas centenas de soldados, cujos serviços alugam ao soberano por meio de contratos de servidão, por prazo e valor fixos. De fato, o exército inglês é composto por uma força de trabalho profissional empregada por empresários da guerra de acordo com as forças de mercado. Trata-se de entidades privadas, empresas privadas, cujas vantagens, como já apontamos do ponto de vista militar, destacam-se o espírito de corpo, fomentado pelo hábito de lutar em conjunto, enquanto o exército feudal, por vezes, reúne homens que não se conhecem.

Para financiar esse exército, o Rei da Inglaterra recorreu a esquemas financeiros, por vezes arriscados, mas que já refletiam um espírito capitalista. Como não podia cobrar impostos tão livremente quanto o Rei da França, e a taxas tão elevadas, contraiu empréstimos, mesmo sem os pagar, o que levou à falência de vários bancos italianos: o Peruzzi, em 1343, a quem devia 77.000 libras, e o Bardi, em 1346, com uma dívida de 103.000 libras. Recorreu então a consórcios de mercadores ingleses, como o criado já em 1343 por William de La Pole com 33 sócios: estes forneciam 10.000 marcos por ano e 1.000 marcos a cada quatro semanas em troca do monopólio das exportações de lã, o que lhes permitia controlar o preço. Em maio de 1346, a companhia liderada por Walter Chiriton e Thomas Swanland prometeu ao rei 50.000 libras por ano durante dois anos, com um adiantamento imediato de 4.000 libras, em troca da gestão da alfândega durante esse período. Dado que a receita alfandegária era em média de 60.000 libras, a companhia poderia esperar um lucro de 20.000 libras.

Na França, as deficiências do sistema tributário também forçaram os soberanos, a partir de meados do século XIV , a recorrer a recrutamentos privados, mas as irregularidades das companhias mercenárias após 1360 desacreditaram esse tipo de recrutamento, e os esforços do governo se voltaram para o fortalecimento do controle estatal sobre o exército. A criação das compagnies d'ordonnance por Carlos VII foi o ápice desse movimento. Ao final da Guerra dos Cem Anos,

podia-se dizer que a França possuía um exército "nacional", no sentido de que todas as suas forças armadas dependiam do Estado, mesmo que incluíssem muitos estrangeiros, enquanto a Inglaterra utilizava exércitos privados sob contrato.

O mesmo contraste existe entre as atitudes dos Plantagenetas-Lancaster e dos Valois em relação ao desenvolvimento econômico. A Guerra dos Cem Anos desenrolou-se em um contexto de grande depressão econômica europeia, que começou no início do século XIV e é confirmada por todos os indicadores disponíveis. As estatísticas inglesas, as mais numerosas e confiáveis, são inequívocas. Por exemplo, os índices de preços de grãos para as propriedades do Bispado de Winchester, que começaram em 100 no período de 1300 a 1319, caíram para 79 em 1340-1359, 65 em 1380-1399, 64 em 1420-1439 e 53 em 1440-1459, colocando proprietários de terras e senhores em situação precária. Isso foi agravado pelo fato de que, simultaneamente, a escassez de mão de obra causada pelos estragos da peste elevou os níveis salariais. Nas mesmas contas Winchester, sempre começando do nível 100 em 1300-1319, atingimos respectivamente os níveis 117, 151, 130 e 125.

Essa situação não foi causada pela guerra, mas forçou os governos a intervir, especialmente para apoiar os produtores, que constituíam a força vital do país durante o conflito. Tanto na França quanto na Inglaterra, decretos tentaram conter o aumento dos salários. Foi o caso, por exemplo, dos "Estatutos dos Lavradores" de 1349 e 1351, que denunciavam "a malícia dos servos que, após a peste, eram caros e se recusavam a trabalhar sem receber salários exorbitantes" e estabeleciam um teto salarial para cada ofício. Essas medidas se mostraram amplamente ineficazes e extremamente impopulares, já que os preços dos produtos artesanais continuaram a subir.

Mas, acima de tudo, a combinação de depressão econômica e estado de guerra levou a um crescente controle estatal sobre a economia, ostensivamente para sua própria proteção. A Guerra dos Cem Anos foi um período de significativo crescimento do nacionalismo econômico. Prisões, vigilância e expulsão de comerciantes estrangeiros refletiram um aumento da xenofobia, que discutiremos mais adiante.

Os círculos mercantis exigiam proteção estatal contra a concorrência estrangeira. Em 1436, o anônimo *Libelle de English Polycye* foi um verdadeiro manifesto do nacionalismo econômico, clamando pelo retorno às políticas "fortes" dos reis que haviam defendido o poder marítimo da Inglaterra. Exigia a apreensão de carregamentos de lã e tecidos espanhóis provenientes da Flandres, o controle dos navios flamengos que comerciavam com a Bretanha e La Rochelle, a punição dos corsários bretões e a proibição da importação de artigos de luxo italianos, visto que os mercadores da península, utilizando o dinheiro que assim extraíam dos ingleses, emprestavam-lhes dinheiro a taxas exorbitantes.

E assim eles se permitem, pode acreditar,
Limpar o nariz com a própria manga.

Já em 1381, uma ordenança, que pode ser considerada o primeiro ato de navegação, tentou impor um monopólio à bandeira inglesa (que ainda não existia) nos portos das ilhas. Uma decisão utópica, é claro, já que a marinha inglesa era na época pequena demais para prescindir dos navios espanhóis, italianos, flamengos e hanseáticos, mas que reveladora da mentalidade dos mercadores! Em 1449, alguns chegaram a pedir a destruição dos navios bretões e normandos "para que a Inglaterra pudesse dominar os mares".

Enquanto na Inglaterra a intervenção estatal se concentrava principalmente no comércio em larga escala, com o aumento das taxas alfandegárias e a vigilância de mercadores estrangeiros, na França o controle econômico ia muito além. As regulamentações que regiam o comércio, a fixação de preços e salários tornaram-se mais rigorosas e, sobretudo, o Estado desempenhou o papel de aprendiz de feiticeiro, utilizando a manipulação monetária como arma política. Inicialmente, isso foi feito para aumentar as receitas da monarquia e, assim, contribuir para o recrutamento do exército no século XIV e, posteriormente, durante a ocupação inglesa, para expulsar a moeda forte do inimigo, circulando moeda desvalorizada e sem valor. Apesar de alguns reforços, a tendência geral a longo prazo foi a diminuição da proporção de metais preciosos, especialmente a prata, nas moedas. A moeda de referência, o "dinheiro bom de São Luís", tornou-se uma espécie de mito nostálgico da era de ouro. O livre tournois caiu de 8,40 gramas no final do século XIII para 4,63 gramas no final do século XIV . As principais mudanças datam sobretudo de antes de 1364, o que motivou a escrita, por volta de 1360, da famosa obra de Nicolas Oresme, *De Moneta* , na qual o erudito demonstra a natureza imoral e os efeitos nocivos dessas manipulações: “Primeiro, é demasiado detestável e vergonhoso para um príncipe cometer fraude falsificando moeda, chamando de ouro o que não é ouro e de libras o que não são libras… Além disso, é seu dever condenar os falsificadores. E como pode ele ter a audácia de admitir culpa por algo que deve punir todos os outros com a mais vergonhosa das mortes? Ademais, é um grande escândalo e degradante para um príncipe que a moeda de seu reino nunca permaneça constante, mas flutue de dia para dia e, às vezes, até mesmo na mesma data, valha mais em um lugar do que em outro.” Da mesma forma, muitas vezes, a longo prazo, durante essas mudanças, não sabemos o valor desta ou daquela moeda, e temos que pechinchar, comprar, vender ou discutir o preço da moeda, o que é contrário à sua natureza…

De 1364 a 1414, sob Carlos V e Carlos VI, a moeda retornou a um estado estável, mas sob Carlos VII, as autoridades de Bourges travaram uma verdadeira guerra monetária: ocorreram 41 mudanças de moeda entre 1422 e 1438. A reconquista do reino foi finalmente acompanhada por uma tentativa de restaurar uma moeda estável. Essas mudanças incessantes provocaram a indignação da burguesia parisiense.

Com o território devastado pela guerra, Carlos VII, nas décadas de 1440 e 1450, tomou iniciativas na esfera econômica para retificar a situação. A Guerra dos Cem Anos levou à percepção da capacidade do Estado de intervir para promover a prosperidade do reino. A ideia de intervencionismo econômico surgiu durante esse período. Isso significa que o rei tinha uma política econômica? "O que transparece com mais clareza", escreve Charles Petit-Dutaillis, "é que ele queria supervisionar as corporações de ofício e extrair delas alguma receita. O prestígio da coroa havia se tornado tal que, de todos os lados, os ofícios juramentados buscavam sua confirmação de seus antigos ou novos estatutos." O rei só as confirma sob a condição de que incluam certas cláusulas que fortaleçam sua autoridade e enriqueçam o Tesouro: uma parte das multas deve ser destinada a ele, os mestres devem prestar juramento ao rei perante o tribunal do bailio ou o tribunal do prefeito, e as assembleias de guildas e confrarias só podem ser realizadas na presença de um sargento real.

É inegável que o objetivo principal do rei era fiscal: aumentar suas receitas para financiar suas políticas. Mas, ao fazê-lo, ele também reconhecia a ligação de fato entre a prosperidade de seus súditos e a sua própria. Cidadãos franceses prósperos pagariam mais impostos. Portanto, medidas eram necessárias para promover o retorno à prosperidade. Claramente, o rei estava ciente das dificuldades econômicas do reino. O liberalismo estava obviamente fora de questão para ele.

Mesmo Jacques Cœur, que sem dúvida orientou suas ações nessa área, acreditava que o Estado deveria governar e regular a economia de uma maneira que beneficiasse seus próprios interesses.

Para repovoar o campo, Carlos VII tomou medidas por vezes contraditórias. Em 1447, autorizou os senhores a concederem novos arrendamentos de terras abandonadas, garantindo os direitos dos novos ocupantes contra o possível retorno dos antigos arrendatários ou seus descendentes: após quatro proclamações públicas, a cada duas semanas durante a missa solene, se ninguém se apresentasse, a posição do novo arrendatário estaria segura. Contudo, uma ordenança de 28 de outubro de 1450 prometia restituir a propriedade dos súditos que haviam sido desapossados durante a guerra, e em 1451 o rei isentou do taille (imposto territorial) por oito anos os súditos que haviam emigrado para países onde o imposto real não era cobrado, desde que retornassem às suas antigas terras. Se seus títulos de propriedade fossem destruídos, seria realizada uma investigação, com recurso a depoimentos de testemunhas. Conflitos entre antigos e novos arrendatários eram de se esperar.

Medidas também foram tomadas para repovoar as cidades e revitalizar suas economias. Carlos VII declarou que não queria deixar as principais cidades do reino "pouco povoadas". Para Paris, de quem não gostava, mas que era uma fonte de riqueza, decidiu em 1444 abolir os pedágios impostos durante a guerra no Sena e seus afluentes. Nesse mesmo ano, restabeleceu as feiras de Lendit, com isenções fiscais. Isentou de todos os impostos os normandos que viessem morar na "capital" por três anos. Então, em uma medida drástica, autorizou a falência dos comerciantes parisienses que haviam contraído dívidas durante a guerra; quebrou as anuidades estabelecidas para as barracas de mercado, na esperança de que isso atraísse os comerciantes de volta. Em outros lugares, forneceu assistência financeira a certas cidades, como Narbona, onde as pontes sobre o rio Aude precisavam de reparos.

Se há uma área onde a abordagem proativa do rei é mais evidente, é na criação de feiras, como se a simples multiplicação delas fosse suficiente para atrair comércio. O caso de Lyon é muito esclarecedor, tanto em termos dessa abordagem proativa quanto das limitações dessa política. Lyon, uma encruzilhada excepcional, manteve-se consistentemente leal ao rei durante as lutas do reinado. Como recompensa, o Delfim estabeleceu duas feiras livres ali já em 1420 e, ao ascender ao trono, uma terceira em 1444. O objetivo era contrabalançar o crescimento das feiras de Genebra, desviando o comércio entre o Mediterrâneo e o norte da Europa. Para tanto, foram tomadas medidas excepcionais: livre circulação de moeda francesa e estrangeira nessas feiras e isenção do "rève", ou seja, o imposto sobre transações. Em 1445, chegou-se a decretar a proibição da venda de mercadorias em Genebra que não tivessem sido previamente oferecidas à venda em Lyon. Foi um fracasso. Os mercadores traziam para Lyon muito mais mercadorias do que o necessário e vendiam o excedente em Genebra. Ao mesmo tempo, presumia-se que todas essas mercadorias haviam sido compradas em Lyon, escapando assim à tributação. Carlos VII foi forçado a emendar sua lei: qualquer mercadoria que saísse de Lyon sem ter sido objeto de uma transação teria que pagar o imposto. No final de seu reinado, as feiras de Lyon ainda enfrentavam dificuldades.

A ordenança de 1445, que restabelecia as seis feiras de Champagne, confirmando os antigos privilégios e criando novos, também fracassou. Era tarde demais. As renomadas feiras de Troyes, Bar, Lagny e Provins, arruinadas pela Guerra dos Cem Anos, não se recuperariam. Novas rotas alternativas haviam sido estabelecidas, através dos passos de São Gotardo e do Brennero, por um lado, e por mar, por outro.

O governo tinha pouco controle sobre o comércio em larga escala, e os sucessos de Jacques Cœur nessa área não devem obscurecer a realidade: o comércio internacional estava nas mãos dos italianos e seus parceiros flamengos. As medidas de Carlos VII para atrair mercadorias para os portos franceses tiveram pouco efeito. Além disso, essas medidas eram desajeitadas e tiveram um efeito bastante dissuasor: para favorecer La Rochelle, foi decretado que esse porto teria o monopólio exclusivo sobre especiarias e drogas; para favorecer Aigues-Mortes, que o rei considerava o porto "mais bonito, lucrativo e seguro" do reino, ele impôs uma taxa de 10% em 1445 sobre especiarias e drogas que entrassem na França por qualquer outro porto. Essas foram medidas esporádicas, contraditórias e ineficazes, pois quase não havia recursos para aplicá-las.

A guerra, um fator de tributação permanente e agitação social.

Uma das principais consequências da duração do conflito é o agravamento da carga tributária, particularmente no campo, uma carga tributária que é ao mesmo tempo mais pesada e mais desigual, o que é fonte de descontentamento e, após certo tempo, de revolta.

O peso da tributação é inegável. De qualquer forma, os impostos são sempre excessivos. Mas quando recaem sobre populações já afetadas por guerras, fomes e epidemias, e quando são mal utilizados, tornam-se intoleráveis, e então surge a revolta camponesa, como em 1358. Os impostos são ainda mais ressentidos porque são concedidos a financistas ávidos por recuperar seus investimentos e obter lucros, utilizando métodos de cobrança brutais. Além disso, a avaliação da riqueza real dos contribuintes é obviamente muito aproximada e, portanto, uma fonte de controvérsia.

O sistema tributário francês era particularmente complexo e desigual, mesmo após o estabelecimento do imposto permanente sob Carlos VII. A Guerra dos Cem Anos foi a causa direta dessa inovação. A carga tributária era desigual tanto socialmente, já que os nobres eram isentos, quanto geograficamente. Consideremos o sistema como existia na fase final da guerra, a partir das décadas de 1430 e 1440. A taille, cujo valor era decidido anualmente pelo conselho e, às vezes, aumentado durante o ano em um "crue", representava a maior parte. Em Languedoc e parte da Guyenne, era um imposto "real", ou seja, incidia sobre as terras dos plebeus, fossem elas de propriedade de um nobre ou de um plebeu. Em Languedoc, era um imposto "pessoal", cobrado exclusivamente dos plebeus, independentemente da natureza de suas terras. Os aids, um imposto indireto de um sou por libra sobre a compra e venda de todos os bens, eram frequentemente difíceis de cobrar. Em 1443, foram substituídos em Languedoc por um "equivalente" cobrado exclusivamente sobre carne e peixe, cujo valor era fixado antecipadamente. O imposto sobre o sal (gabelle) era o mais desigual, com uma taxa muito baixa em algumas províncias, como Poitou e Saintonge, e uma taxa muito alta em outras, como em Languedoc. A gestão desse imposto, que era terceirizada, gerava grandes somas, e Jacques Cœur acompanhava de perto de perto o assunto.

O sistema tributário, portanto, permaneceu complexo e desigual. Carlos VII, contudo, impôs repetidamente contribuições ao clero: um imposto sobre a Universidade de Paris em 1437 para contribuir com o cerco de Montereau, e novamente em 1441 para o cerco de Pontoise. No inverno de 1443-1444, um imposto foi imposto ao clero de Languedoc, em nome da justiça social, como explicado nas cartas de 26 de fevereiro de 1444: "É razoável e equitativo, visto que os referidos fundos são arrecadados para serem usados para o bem público, que todos, em geral e em particular, contribuam." Esse argumento foi reiterado na ordenança de 19 de junho de 1445, que explicava que o clero deveria contribuir financeiramente para a "defesa do reino", sob pena de prisão e confisco de seus bens temporais.

Como eram, na maioria das vezes, os clérigos que escreviam os grandes tratados teóricos sobre a monarquia ideal e os deveres morais do poder, eles não hesitaram em criticar veementemente o governo de Carlos VII nesse ponto, contribuindo assim para sua reputação de arbitrariedade. Para eles, a função tradicional do clero era rezar; essa era a sua maneira — barata e de eficácia duvidosa — de contribuir para a defesa do reino. Pedir-lhes dinheiro, além disso, era um abuso de poder, e sua resistência era feroz quando se tratava de obrigá-los a contribuir para a taille (imposto territorial) dos soldados. O *Journal* du Bourgeois de Paris, cujo autor era, sem dúvida, um cônego da catedral, está repleto de recriminações contra a tributação real. Para Thomas Basin e muitos pregadores, Carlos VII havia esmagado seu povo com impostos, com sua escandalosa inovação do imposto regular. Em 1452, Jean Jouvenel des Ursins lembrou ao rei que o antigo costume era consultar os Estados antes de impor impostos e que, com o novo sistema, os franceses haviam se tornado "servos sujeitos a tributação arbitrária". Alguns sermões apresentavam a morte do rei como um castigo divino por ter explorado seu povo. Todos acreditavam que, com o fim da guerra, os impostos não eram mais justificados. Olhando para um passado idealizado, viam o Estado monárquico como um predador insaciável.

É difícil mensurar a extensão exata da carga tributária sob o reinado de Carlos VII. Pierre Chaunu tentou fazê-lo no contexto da **Histoire économique et sociale de la France*, de Fernand Braudel e Elisabeth Labrousse* . Segundo ele, a arrecadação de impostos até por volta de 1430 correspondia a aproximadamente 50 a 55 toneladas de prata fina por ano, representando um milhão de libras para os estados de língua oiliana e 150.000 libras para os estados de língua ociana. Ao final do reinado, esses valores haviam subido para 75 toneladas e 1.800.000 libras para todo o reino. Como o reino era muito maior em 1460 do que em 1430, devido à recuperação de territórios dos ingleses, pode-se supor que a carga tributária tenha permanecido praticamente constante. Na verdade, diz Chaunu, provavelmente aumentou, porque as regiões recuperadas estão arruinadas e o nível de impostos aplicado ali é semelhante ao de 1430, que já era excepcionalmente alto.

E depois há enormes disparidades regionais. A Normandia é particularmente sobrecarregada, contribuindo com um quinto dos impostos nacionais. Carlos VII herdou o eficiente sistema tributário inglês nesta província. Já duramente atingida pela guerra, a Normandia pagou um preço muito alto pela sua anexação ao Reino da França. É compreensível o receio que os gascões, enfrentando por sua vez a reconquista, pudessem ter nutrido. De fato, o Sul é relativamente poupado: "Languedoc sempre se beneficiou de um paraíso fiscal", escreve Pierre Chaunu, "uma consequência de sua distância e talvez de um sistema tributário baseado em registros de terras; uma consequência de uma menor densidade populacional e de um certo arcaísmo tecnológico na agricultura, um arcaísmo que se torna perceptível a partir do século XIII ". De 1420 a 1430, foram as províncias de língua oïl, reduzidas à região do Centro-Loire, que forneceram a maior parte do esforço para a reconquista. Há uma sensação de que o Sul é uma reserva da França, escondida atrás da cortina do Maciço Central. Até 1450, Languedoc contribuiu com 170.000 libras, depois sua participação caiu gradualmente para 114.000 libras: "As razões para essa mudança, que contraria a média do reino, nos escapam. Necessidade tática, recompensa por lealdade inestimável em tempos difíceis, uma espécie de reserva de uma segunda França...? Mas uma observação é inevitável. Com uma população semelhante, Languedoc contribui com aproximadamente um terço da Normandia..." Entre as duas, em posição intermediária, estariam Île-de-France, Orléanais e o Baixo Loire. Isso nos ajuda a entender melhor as queixas de Thomas Basin, o bispo normando. Uma coisa é certa: ao final da Guerra dos Cem Anos, era melhor viver em Montpellier do que em Rouen.

A pressão tributária e os novos desenvolvimentos nesta área foram fonte de muita agitação, especialmente quando combinados com as derrotas militares, que davam aos contribuintes a impressão de que os impostos estavam sendo mal utilizados e que aqueles que se beneficiavam não estavam cumprindo seu dever. As pessoas estavam dispostas a pagar, mas apenas sob a condição de que os nobres garantissem efetivamente a segurança e a proteção do reino. Assim, as exigências tributárias de Carlos V não provocaram sedição, enquanto os impostos impostos após a derrota em Poitiers levaram a uma revolta camponesa.

Na Inglaterra, a agitação social e as grandes revoltas, como as de 1381 e 1451, tiveram uma natureza diferente. Aqui, ao contrário da Jacquerie francesa, não foram camponeses famintos e desesperados que se insurgiram. Em vez disso, foram camponeses de posses moderadas, a categoria conhecida como *yeomen* , que trabalhavam nas terras do senhor feudal ou possuíam pequenas propriedades que já lhes permitiam gerar um certo excedente comercializável. Com a escassez de mão de obra que se seguiu à Peste Negra de 1348-1349, eles viram uma oportunidade de melhorar sua situação. Os senhores feudais, desesperados para manter seus camponeses e atrair novos, concederam benefícios, reduziram obrigações e aumentaram os salários. As classes média e alta do campesinato perceberam que a libertação da condição camponesa estava ao seu alcance. Nada é pior do que alimentar esperanças apenas para depois frustrá-las. Foi exatamente isso que aconteceu com a adoção do Estatuto dos Trabalhadores em 1349 e 1351, seguido pelo *imposto per capita* de 1380. O Parlamento, composto principalmente por grandes proprietários de terras, aprovou petições destinadas a bloquear as reivindicações dos camponeses: proibições de deixar o senhorio, tetos salariais e a recusa em abolir a servidão. Por exemplo, aqui está o texto de uma petição adotada em 1377, na qual os senhores reclamavam que os vilões "afirmam ser livres e totalmente isentos de qualquer tipo de servidão devida sobre suas pessoas ou suas terras, e não permitirão que nenhuma apreensão ou outra medida legal lhes seja imposta; mas ameaçam os agentes dos senhores com suas vidas e membros e, além disso, reúnem-se em grandes grupos e concordam, por confederação semelhante, que cada um ajudará os outros a resistir a seus senhores".

Essas reivindicações caracterizavam uma classe camponesa relativamente consciente e próspera, que se via à beira da libertação. Essa inquietação foi alimentada e recebeu uma espécie de enquadramento teológico e político pelos sermões de John Ball. A revolta de 1381 não foi uma revolta de fome; foi um movimento de classe.

As vicissitudes da guerra, contudo, desempenham um papel importante. Este é um período desastroso para as armas inglesas. Todas as conquistas acabam de ser perdidas; a guerra não só deixou de ser lucrativa, como também se tornou fonte de humilhação. Não nos esqueçamos de que esses *yeomen* que se insurgem são precisamente os homens que compõem os principais batalhões de arqueiros do exército inglês. Todas as grandes revoltas, tanto na França quanto na Inglaterra, coincidem com períodos de derrota militar. Mas isso não é mera coincidência: a guerra tem consequências diretas sobre o moral da população, e isso é um sinal do início de uma consciência de solidariedade e orgulho nacional. Essa consciência cresce com o tempo: a revolta de Jack Cade em 1450 é um exemplo muito claro disso.

Este movimento foi o mais político e estruturado dos levantes do período. Foi uma consequência direta da guerra. Eclodiu em Kent, um condado afetado pelo conflito por mais de um século. O tráfego de tropas era mais frequente ali do que em outros lugares, devido aos numerosos pontos de embarque na costa de Pas-de-Calais. A população era submetida às exigências e requisições desses soldados, que às vezes esperavam meses para receber seus

pagamentos antes de embarcar. O declínio das exportações de lã por Sandwich e Rye foi outra fonte de descontentamento. Então, na primavera de 1450, chegou o fluxo de normandos expulsos pela reconquista francesa: civis comprometidos por suas relações com os ingleses, soldados desanimados e humilhados que se sentiam traídos e que relatavam a vergonhosa rendição de Somerset e o poder do exército francês. Segundo alguns relatos, o líder da revolta, Jack Cade, cuja origem é desconhecida, chegou a lutar na França. Os negociadores reais que conversaram com ele o descreveram como um homem corajoso, inteligente e eloquente. Ele era claramente bem-educado, e o programa que desenvolveu com seus assessores demonstrou considerável perspicácia política. Tanto que o prestigiado veterano John Fastolf, que na época desfrutava de uma aposentadoria tranquila em East Anglia, enviou um de seus criados, John Payn, para obter os artigos com as reivindicações dos rebeldes.

Esses manifestantes denunciavam os abusos das autoridades reais em Kent, particularmente a brutalidade e o poder arbitrário do Xerife. Eles expressavam as reivindicações dos pequenos e médios proprietários de terras — esse era o aspecto social —, mas a dimensão política não era menos importante: uma administração corrupta, conselheiros reais que haviam traído o interesse nacional e provocado a catástrofe na França. As duas principais vítimas, praticamente entregues aos rebeldes pelo Rei e pelos londrinos, foram Lord Saye, um conselheiro, e seu genro, William Crowmer, Xerife de Kent. Suas cabeças, desfiladas em estacas por Londres, foram manipuladas como marionetes antes de serem colocadas na ponte.

O curso da rebelião foi extremamente confuso, com um rei hesitante que, após ser derrotado em Blackheath, preferiu recuar para Kenilworth, nas Midlands; os próprios londrinos divididos, permitindo a entrada dos rebeldes e depois expulsando-os; e uma guarnição na Torre de Londres, composta em parte por soldados que retornavam da Normandia, que abriu os portões para Cade. Este último, como Wat Tyler setenta anos antes, deixou o sucesso subir à cabeça. Vagou por um tempo com seus despojos; uma recompensa foi oferecida por sua cabeça em 10 de julho. Ferido e capturado pelo novo xerife de Kent, morreu em decorrência dos ferimentos. Seu corpo foi decapitado e depois esquartejado, assim como os de seus tenentes, e os pedaços foram enviados por todo o reino. A repressão abateu-se sobre Kent e Sussex, executada por tribunais itinerantes. Decapitações e enforcamentos eram proporcionais ao medo gerado pela revolta: "Os habitantes de Kent chamavam-na de colheita de cabeças", diz *a Crônica de Gregory* .

A guerra e a crise do solar

A classe social mais diretamente afetada pela guerra foi a nobreza, visto que, na divisão teórica do trabalho tal como concebida na Idade Média, a guerra era domínio exclusivo dos nobres. Um século de conflito quase ininterrupto não poderia deixar o mundo feudal, sujeito ao serviço militar, ileso. Deixando as considerações técnicas sobre a arte da guerra para o próximo capítulo, consideremos agora a evolução socioeconômica dessa nobreza.

A principal característica é a crise do senhorio e, portanto, da renda dos nobres. Este fato é inegável. Afeta principalmente a pequena e média nobreza, mas todos os senhorios são impactados. Na França, a renda monetária da Abadia de Saint-Denis caiu de 30.000 libras parisienses por volta de 1340 para menos de 15.000 libras por volta de 1404, o que, levando em conta a desvalorização da libra, representa uma queda de cerca de dois terços. A situação é ainda pior em relação à renda em espécie: o aluguel da terra em grãos da mesma abadia havia perdido quase 90% do seu nível pré-guerra por volta de 1430. Os monges foram forçados a conceder reduções nos aluguéis para manter os camponeses. Em Tonnerrois, a renda das terras de Jeanne de

Chalon caiu de um índice de 100 em 1343 para 35 em 1405 e 23 em 1421. Em termos de poder de compra real, Jeanne possuía entre 15% e 20% da renda de seus avós. Na Île-de-France, novos contratos de arrendamento reduziram consideravelmente as exigências dos senhores. Na Normandia, em Neubourg, três prebostes da baronia não renderam nenhuma renda em 1444-1445; o preço de um acre de terra no preboste de Neuville-du-Bosc caiu de 15 libras em 1400 para 8 libras em 1445. Os direitos de passagem na floresta de Neubourg renderam aos senhores apenas 3 libras e 11 soldos em 1445, em comparação com 23 libras em 1398: restaram 430 porcos onde antes havia 2.000.

No sudoeste, onde o sistema senhorial se mostrou mais resistente, os senhores feudais foram, no entanto, obrigados a conceder reduções de impostos. Muitos deles, vivendo nos "castelos da miséria", encontravam-se em situação desesperadora: Bertrand, senhor de Preignan, solicitou aos cônsules de Auch o título de burguês para poder retirar feixes de lenha da floresta municipal para aquecimento. Os caprichos da guerra e o custo dos armamentos agravaram seu sofrimento. Em 1460, o senescal de Saintonge descreveu a desolação dos castelos e solares da seguinte forma: "Pode-se ver que, deste lado do rio Charente, todos os lugares nobres e grandes aldeias foram e estão desertos, tomados pela vegetação e em ruínas, e onde antes existiam os belos solares, propriedades e heranças, agora só há grandes matagais e outros terrenos baldios."

Com a queda das receitas senhoriais, despesas de guerra, resgates e manutenção de castelos, os senhores feudais se viam presos em um dilema entre a queda vertiginosa da renda e o aumento exorbitante dos gastos. Sob essa perspectiva, seu comportamento era frequentemente aberrante: as despesas domésticas continuavam a crescer para manter um estilo de vida de luxo ostentoso. Roupas e comidas extravagantes atingiam níveis vertiginosos, desafiando toda a razão — a razão burguesa, diga-se. Esses nobres sem um tostão jogavam pela janela o dinheiro que não tinham; endividavam-se para comprar roupas de cama de luxo, sapatos pontiagudos e estolas estonteantes. Quanto mais sua posição era ameaçada, mais espetacularmente afirmavam sua presença.

São imprudentes? Certamente que alguns o são. A maioria, porém, está bem ciente da situação: "Não podemos viver do nada, e nossa renda não é suficiente para cobrir os custos da guerra", diz um cavaleiro a Alain Chartier. Assim, tentam melhorar a administração da propriedade, mas a resistência camponesa é feroz. Também se unem: o fenômeno da família extensa afeta tanto arrendatários quanto senhores feudais, especialmente no Sul. E chegam a considerar a possibilidade de trabalhar: os escritórios atraem aqueles com pelo menos alguma formação jurídica; para os demais, há trabalhos braçais: mestres de ferro, vidreiros. Também é possível casar-se com uma rica herdeira burguesa, implorar por pensões ou, para os mais empreendedores, tornar-se um bandido: o número de nobres menores em desgraça que se juntam às fileiras dos Écorcheurs (um bando de bandidos) é incontável. Bronislaw Geremek relatou o caso desse jovem sobrevivente de Agincourt, Colin de Sales, de dezoito anos, um escudeiro que se tornou um ladrão comum no submundo parisiense. Aqueles mais talentosos nos esportes sempre podiam tentar a sorte como cavaleiros profissionais, como o famoso Jacques de Lalain, uma espécie de "Dom Quixote", escreveu Charles Petit-Dutaillis, que morreu aos trinta e dois anos.

A nobreza estava desorientada. O declínio do seu poder de compra, a desintegração das suas propriedades e famílias, foi agravado pela perda de poder político para uma monarquia cada vez mais opressora, controlada pela burguesia. As tentativas de resistência foram rapidamente esmagadas, como exemplificado pela Pragarie de 1440, ilustrando a fragilidade de um grupo social que lutava para encontrar o seu lugar no mundo, emergindo das catástrofes do período de 1340-1440.

Embora a Guerra dos Cem Anos não tenha sido a causa imediata do declínio das receitas senhoriais, contribuiu significativamente para ele. Isso se deveu principalmente à devastação infligida ao gado, aos equipamentos agrícolas e às construções. Por exemplo, o contrato de arrendamento concedido a Le Tremblay pela Abadia de Saint-Denis em fevereiro de 1452 especifica que as reduções no aluguel se deviam à destruição "causada pelos infortúnios da guerra". Além disso, o equipamento de guerra dos senhores era extremamente caro e, na França, os resgates pesavam muito sobre os orçamentos da nobreza. Muitas famílias foram forçadas a vender toda ou parte de suas propriedades para pagá-los. Outras foram completamente arruinadas.

A Guerra dos Cem Anos deu origem ao que provavelmente é o maior comércio de resgates da história europeia. Tornou-se tão difundido que pode ser considerado uma verdadeira economia paralela, na qual os ingleses obtiveram lucros consideráveis. Nos estágios iniciais do conflito, um homem como Walter Mauny acumulou uma fortuna por meio desse comércio: 11.000 libras em prisioneiros na Flandres e no norte da França entre 1337 e 1340, seguidos por sete nobres bretões capturados em 1342. A Batalha de Auberoche em 1345 e a captura de Caen em 1346 resultaram no resgate de centenas de prisioneiros, incluindo o Conde de Eu, por exemplo, que Eduardo III comprou de Thomas Holland por 12.000 libras. Em Poitiers, Jacques de Bourbon foi resgatado por 25.000 écus, e o Conde de Eu, novamente, por 30.000. Em Nájera, o Conde de Dénia foi avaliado em 28.800 libras; Em Launac, o resgate do Conde de Armagnac chegou a 42.500 libras e o de Arnaud-Amanieu d'Albret a 14.000 libras, o que lhe causou sérias dificuldades financeiras.

O resgate era regido por um conjunto de convenções, e após grandes batalhas, os prisioneiros eram trocados e vendidos. Assim, após Poitiers, o Príncipe Negro vendeu um grupo de prisioneiros franceses a seu pai, Eduardo III, por 20.000 libras, e comprou o prisioneiro de Sir John Wingfield, o Sire d'Aubigny, por 1.666 libras. De modo geral, o rei reservava para si os maiores prêmios, mesmo que isso significasse compensar a captura. Isso era estipulado nos contratos de servidão: prisioneiros com valor superior a 500 libras pertenciam ao rei. No exército inglês, um sistema bastante preciso foi estabelecido sob Eduardo III: os soldados tinham que pagar um terço do valor de seus prêmios ao seu capitão, e o capitão tinha que pagar um terço de seus ganhos ao rei.

O valor de mercado de um prisioneiro dependia, obviamente, de sua posição social. Um burguês podia ser resgatado por casacos e utensílios diversos, um cavaleiro ou escudeiro por dinheiro ou cavalos. Uma boa captura podia render uma fortuna. Em 1347, Eduardo III ofereceu 4.900 libras a Thomas Dagworth por Carlos de Blois. A captura de um rei era uma dádiva excepcional. De 1360 a 1370, o tesouro de Eduardo III recebeu 268.333 libras em resgates de João, o Bom, David Bruce e do Duque da Borgonha. Frequentemente, o prisioneiro era libertado sob palavra ou em troca de reféns para arrecadar o resgate por conta própria: foi o caso de Carlos de Blois e Du Guesclin.

O valor do resgate era fixado a critério do vencedor, mas o vencido raramente contestava a quantia: quanto maior o resgate exigido, mais honrado era o prisioneiro. Segundo a tradição, Du Guesclin, após Nájera, estipulou seu próprio resgate na enorme soma de 100.000 doubles castelhanos. É difícil estimar o valor real dessas cifras devido à multiplicidade de moedas utilizadas. De acordo com especialistas, a conversão para uma quantidade de ouro puro ilustra a ascensão social de Du Guesclin, um nobre bretão de menor importância: ele foi resgatado por 106 quilos de ouro em 1360, 155 quilos em 1364 e 460 quilos em 1367.

A isso se somam os custos dos danos de guerra, e um senhor poderia se ver completamente arruinado. Foi o que aconteceu com Raymond-Bernard de Gaulejac, senhor de Puich-Calvet e Lunegarde, em Quercy. Primeiro, ele foi vítima dos ingleses, que destruíram seu castelo: "Os ditos

ingleses tomaram seu solar e castelo de Puich-Calvet e o arrasaram e demoliram tão completamente que deixaram apenas uma torre, na qual ele, seu pai e toda a sua família viveram em grande pobreza e necessidade." Ele foi então feito prisioneiro cinco vezes em um ano, forçado a liquidar os bens da família para pagar os resgates e reduzido à mendicância. Mesmo no topo da hierarquia, é bem sabido o quanto os resgates podiam perturbar o bom funcionamento de ducados e condados.

Na Inglaterra, o saldo dos resgates foi em grande parte positivo e os senhorios não sofreram destruição. A nobreza, portanto, foi menos afetada do que na França. Contudo, as receitas fundiárias também diminuíram. No senhorio de Forncett, um acre era arrendado por uma renda média de 10 pence em 1376-1378 e de 6 pence em 1451-1460, uma redução de mais de um terço. Além disso, os tributos em espécie caíram drasticamente em favor dos aluguéis em dinheiro. Isso levou à ascensão dos *yeomen* , os ricos arrendatários que trabalhavam nas terras do senhor. Eles formavam o núcleo do exército inglês. Os servos estavam se extinguindo.

Mas enquanto na França a nobreza, empobrecida pela queda nas rendas senhoriais, sobrecarregada pelo pagamento de resgates, criticada e humilhada por derrotas militares, encontrava-se em total desordem, e a crise que a atingiu beneficiou o poder real sob Carlos VII, na Inglaterra, ao contrário, houve um fortalecimento da alta nobreza através da concentração de propriedades de terra. Enquanto na França o declínio da nobreza fomentou a ascensão do absolutismo real, na Inglaterra, duques e condes, coroados e destituídos de reis, controlavam a nobreza e logo entrariam em conflito na Guerra das Rosas. A Guerra dos Cem Anos foi diretamente responsável por esse desenvolvimento contraditório.

Os Lancaster, Bohun, Beauchamp, Arundel, Mortimer, Warenne e outros ascenderam ao poder graças aos seus sucessos como líderes militares. Henrique de Grosmont, que se destacou nos estágios iniciais do conflito, tornou-se Conde de Lancaster em 1345, depois Duque em 1351, e seu condado foi transformado em um estado palatino. João de Vere, Conde de Oxford, Tomás Beauchamp, Conde de Warwick, Roberto Ufford, Conde de Suffolk, e Guilherme Bohun, Conde de Northampton, construíram seu poder no exército de Eduardo III. Esses grandes senhores, frequentemente ausentes por longos períodos, eram administradores astutos que confiavam a gestão de suas propriedades a um parente próximo, auxiliado por numerosos funcionários. Evitavam a fragmentação de sua herança, transmitindo-a a um único filho e criando reservas por meio do sistema de *usos* ou *fideicomissos* : as terras eram confiadas à administração de parentes até a morte do senhor, momento em que ele podia dispor delas livremente em seu testamento. Para manter a lealdade da alta aristocracia, Eduardo III concedeu-lhe total liberdade nessa questão. Permitiu-lhe também empregar, por contrato , *reservistas* que vestiam o uniforme do empregador: várias dezenas, por vezes centenas de pessoas, formando uma espécie de exército privado, uma guarda cuja função era primordialmente honorária e ostentosa, que cercava o duque ou conde durante as suas viagens. O sistema era mais prático do que o serviço feudal, mas podia revelar-se perigoso em períodos de fragilidade monárquica.

Os gastos extravagantes com móveis, roupas, carruagens, mansões e castelos isolaram ainda mais a nobreza do resto da sociedade, transformando-a em uma verdadeira casta, cada vez mais exclusiva. O desenvolvimento de brasões e o uso de "reis de armas" — especialistas em heráldica e porta-vozes da nobreza em assuntos diplomáticos e militares — contribuíram para essa mesma tendência. A criação da Ordem da Jarreteira em 1348 revela o desejo de estabelecer a cavalaria como uma espécie de corpo honorário internacional, uma irmandade guerreira, com seu próprio arauto, Windsor. Vários estrangeiros foram admitidos, como Jean de Grailly, Captal de Buch,

Robert de Namur e o Duque da Bretanha. Para o rei, a ordem servia como um substituto para o feudalismo, permitindo-lhe garantir pessoalmente a lealdade da alta nobreza.

Nobreza, da realidade ao sonho

Isso também sinaliza a transformação da nobreza militar que, durante a Guerra dos Cem Anos, perdeu seu papel dominante nas batalhas. Destronada na guerra por piqueiros, arqueiros e artilheiros, ameaçada na cidade pela ascensão de banqueiros, burgueses e comerciantes, e expulsa dos conselhos por advogados, a nobreza refugiou-se no sonho de um mundo ideal de beleza e grandeza, para o qual construiu um cenário espetacular, teatral e extravagante. A ornamentação exuberante de igrejas e castelos, os trajes e banquetes extravagantes e a etiqueta social meticulosamente codificada, cujos choques de polidez davam origem a balés grotescos, serviram principalmente para definir o mundo da nobreza, para erguer barreiras entre ele e o resto da sociedade.

As barreiras eram claramente visíveis no vestuário: as leis suntuárias proibiam certos tipos de roupas aos plebeus, reservando para a nobreza o ridículo de meias pontiagudas, turbantes com cornetas pendentes, vestidos longos ou curtos, de comprimento médio, com mangas fendidas, e enormes hennins. A filiação a um grupo ou partido era marcada por cores e emblemas, lemas e gritos de guerra; brasões, complexos, herméticos e indecifráveis para os não iniciados, individualizavam os membros da aristocracia, com todo um bestiário simbólico e o uso de arautos. E a burguesia estava fascinada: seu maior desejo era o enobrecimento, e assim que o alcançavam, mandavam confeccionar brasões para si.

A cavalaria representa o ápice desse ideal aristocrático. Reservada à nobreza, ela representa a sociedade ideal, a de cavaleiros valentes unidos por um código de honra. As ordens de cavalaria proliferaram: o Escudo de Ouro de Luís de Bourbon, o Porco-Espinho de Luís de Orléans, a Espada de Pedro de Lusignan, a Estrela de João, o Bom, a Jarreteira de Eduardo III, o Tosão de Ouro de Filipe da Borgonha. Cada ordem tinha seu arauto; juramentos eram feitos, como o Juramento do Faisão no banquete em Lille, em 1454. Formalismo, convenções — tudo isso tinha ares de brincadeira infantil, recusando-se a entrar no mundo adulto da modernidade emergente. Enquanto o destino das guerras era decidido por tiros de canhão, com exércitos de mercenários sem lei, os príncipes desafiavam-se uns aos outros para duelos a fim de resolver disputas internacionais: em 1425, por exemplo, Filipe, o Bom, desafiou Humphrey de Gloucester "para evitar o derramamento de sangue cristão e a destruição do povo, por quem sinto compaixão...". Como Monstrelet relata com a maior seriedade, o duque levou a farsa ao extremo de treinar: uma dieta especial, exercícios físicos, "abster-se de comida e empenhando-se para entrar em forma". Uma tenda foi erguida, todo o cenário para o futuro combate, que, é claro, jamais aconteceria. Era tudo um jogo, uma convenção.

Algumas práticas obsoletas da guerra cavalheiresca também foram preservadas. Vimos exemplos disso, que confirmam a natureza transitória da primeira metade do século XV . Mas essas convenções só eram respeitadas quando convinha a ambos os lados, algo semelhante à observância muito esporádica das "leis da guerra" no século XX : encontro em um dia e local específicos para travar batalha; prazo para socorrer uma fortaleza sitiada; libertação sob juramento com a proibição de portar armas até que o resgate fosse efetivamente pago, e assim por diante. O problema do resgate, tão economicamente significativo, deu origem a todo um corpo de casuística formal, debatido no *Jouvencel:* a quem pertence um prisioneiro se ele escapa e é recapturado por outro cavaleiro? Um

prisioneiro pode escapar se sua palavra foi esquecida? Se ele foi acorrentado? A quem pertence um prisioneiro se ele foi agarrado pelo braço por um capitão, mas que deu sua palavra a outro?

O formalismo também se expressa na cerimônia de homenagem, onde até mesmo uma irregularidade involuntária pode romper o vínculo. O pensamento simbólico é muito importante, assim como a alegoria e os lemas enigmáticos: "Tempos melhores", "Mais cedo ou mais tarde chegarão", "Mais tristeza do que alegria", "Seu prazer": tudo o que possa contribuir para se destacar, para se situar em um mundo diferente, é cultivado por essa nobreza que se reconhece cada vez menos no mundo real.

A confusão entre sonho e realidade, esse desfoque das fronteiras entre diferentes esferas, é típico de períodos de crescente irracionalidade e de sociedades em transformação, que perdem seus rumos tradicionais e vivenciam uma desordem cultural. A erosão das linhas divisórias entre plausível e implausível, virtual e real, possível e impossível, revela uma profunda crise civilizacional, como a do início do século XXI . No século XV , a nobreza, garantidora da ordem feudal, foi particularmente afetada. Ameaçada em sua própria razão de ser, em sua própria essência, por convulsões militares, ela criou um espaço reservado para si, no qual reproduzia seu próprio papel idealizado. O papel que não desempenhava mais em batalhas, passou a desempenhar nos esportes, desenvolvendo jogos rigorosamente codificados: justas, esgrima e outras simulações de guerra. A justa substituiu a rudimentar luta corpo a corpo que era o torneio de outrora. Em um espaço claramente definido, os campeões se enfrentam com lanças ou espadas; É uma representação teatral, onde cada um tem seu papel e a virtude da coragem determina os heróis. Os jogadores se identificam com as figuras míticas dos Nove Heróis: Rolando, Artur, Perceval e Lancelote. *O Livro dos Torneios do Rei René de Anjou* explica todas as sutilezas desse esporte, do qual o "pas d'armes" (um tipo de justa) é uma variante que surgiu nas décadas de 1430 e 1440. Este jogo particularmente violento tem suas raízes na mitologia cavalheiresca. Nos romances arturianos, Lancelote, Perceval ou Gawain frequentemente lutam para defender ou forçar uma passagem, uma ponte, uma travessia, um "passo". O "empreendedor", ou organizador do grande jogo, escolhe um local adequado e emite uma declaração pública estabelecendo as regras, desafiando qualquer um a forçar a travessia. Os competidores se inscrevem e, por vários dias, enfrentam o campeão em um espetáculo saído diretamente dos romances cavalheirescos. Na Borgonha, este jogo perigoso é particularmente popular. Em 1443, Pierre de Bauffrement, Senhor de Charny, organizou a "Passagem da Árvore de Carlos Magno" em Marsannay-la-Côte, perto de Dijon, inspirado no episódio da Passagem de Roncesvalles da *Canção de Rolando* . Em 1449, a "Passagem do Belo Peregrino" aconteceu em Saint-Omer, organizada pelo Bastardo de Saint-Pol e inspirada no romance arturiano *Alexandre, o Órfão* . Nesse mesmo ano, Jacques de Lalain organizou a "Passagem da Fonte das Lágrimas" em Chalon-sur-Saône, baseada na história de *Ponthus e a bela Sidoine* . Em 1454, o "Passo do Cavaleiro do Cisne" foi criado em Lille por Adolphe de Clèves, inspirado no romance *O* Cavaleiro do Cisne. Mais tarde, em Bruges, surgiram o "Pas du Perron Fée" (Passo da Fada) e o "Pas de l'Arbre d'or" (Passo da Árvore de Ouro). Os jovens aristocratas apreciavam essas oportunidades para se exibirem às damas, como relata Mathieu d'Escouchy: "Como as tréguas entre franceses e ingleses, mencionadas anteriormente, eram bastante raras, e como os senhores e nobres tinham pouco com que se ocupar em relação à guerra, começaram a organizar vários torneios a pedido do Rei da França, dos príncipes e grandes senhores, bem como outros entretenimentos de grande custo e despesa, a fim de manter seu povo ocupado com a prática de armas e também para passar o tempo de forma mais alegre." O Rei René, em 1446, organizou um torneio em Saumur, que resultou em uma morte e vários feridos graves.

Esses jogos, é claro, tinham seus campeões, seus ídolos, como aquele jovem cavaleiro de Hainaut, Jacques de Lalain, um prodígio da lança e da espada, que conquistou seu primeiro título aos dezenove anos, em 1440, o prêmio de "melhor intérprete". Ele então embarcou em uma brilhante carreira como cavaleiro profissional, acumulando prêmios, derrotando todos os seus oponentes, uma personificação extravagante de uma Idade Média em declínio, um campeão nostálgico e já romântico de uma era passada. A crônica que leva seu nome, há muito atribuída a Georges Chastellain, narra incessantemente suas façanhas fúteis pela Europa. Como não conseguia mais encontrar um oponente à altura na França, empreendeu uma grande viagem pela Europa, "pretendendo visitar todos os reinos cristãos um após o outro", começando pela Espanha e terminando na Escócia, onde derrotou James Douglas. Amigo do Duque da Borgonha, recebido por Jacques Cœur, felicitado por Carlos VII e elogiado aos céus pelos cronistas, "ele era a flor dos cavaleiros; era tão belo quanto Páris, o troiano; era tão piedoso quanto Eneias; era tão sábio quanto Ulisses, o grego. Quando se encontrava em batalha contra seus inimigos, sentia a ira de Heitor, o troiano."

Este super-herói ilustra perfeitamente a esquizofrenia aristocrática do século XV : invencível em torneios, ele é abatido por uma bala de canhão em "guerra real", aos trinta e dois anos, na Batalha de Poucques, em 1453. O fim da Guerra dos Cem Anos também marcou o fim da supremacia dos cavaleiros no campo de batalha. A nobreza cedeu lugar à tecnologia, ao dinheiro e àqueles que os controlavam.

11
A Guerra dos Cem Anos

Leve em consideração as mudanças políticas e militares.

Dois grandes eventos emolduram a Guerra dos Cem Anos e lhe conferem seu profundo significado: em 1336-1337, uma grande cruzada franco-inglesa estava pronta para partir para o Oriente. No último minuto, foi cancelada devido à tensão entre Filipe VI e Eduardo III na Aquitânia. Em vez de lutarem contra os turcos, os dois reis voltaram-se um contra o outro. O que deveria ter sido o ano da cruzada tornou-se o ano em que a Guerra dos Cem Anos começou; 116 anos depois, em 1453, os turcos tomaram Constantinopla e derrubaram um império cristão milenar que servira de baluarte da Europa contra o Islã. Nenhum soberano ocidental se mobilizou. Para eles, o grande evento do ano não foi a queda de Constantinopla, mas a conquista de Bordéus por Carlos VII, que pôs fim à Guerra dos Cem Anos. Assim, isso coincide exatamente com a transição da Cristandade para uma Europa de nações.

É evidente que há mais do que uma coincidência: uma relação de causa e efeito. Durante este século, a ideia de cruzada e cristandade tornou-se uma abstração, relegada ao estatuto de ideais nostálgicos perdidos para sempre. Deu lugar a uma visão e práticas muito mais realistas e secularizadas. A diplomacia papal cedeu lugar à diplomacia nacional e aos seus novos métodos; os Estados desenvolveram-se, estruturaram-se e adquiriram as suas próprias identidades únicas; as relações tornaram-se cada vez mais conflituosas e as práticas de guerra transformaram-se. A Guerra dos Cem Anos foi em grande parte responsável por tudo isto.

Colapso e distorção da ideia de cruzada

De 1330 a 1336, a França e a Inglaterra fervilhavam com os preparativos para a cruzada. Em 1331, os dois reis fortaleceram sua amizade e declararam sua determinação de partir. Os monges Roger de Stavegni e Marino Sanudo dedicaram-lhes dois tratados sobre a guerra santa: o primeiro, * *Du Conquest de la Terre sainte** *(Sobre a Conquista da Terra Santa)* , a Eduardo III, e o segundo, * *Secreta Fidelium Crucis** *(O Segredo da Cruzada Fiel*), a Filipe VI. O Papa João XXII incentivou a expedição. Em 1332, incumbiu Pierre Roger, Arcebispo de Rouen, de pregar a cruzada na França e nomeou Filipe VI para liderar a empreitada. Em dezembro, uma delegação armênia chegou a Londres, e Eduardo III declarou-se pronto para partir em dois anos. Renovou sua promessa em 1334, e a arrecadação de fundos teve início: um dízimo foi imposto ao clero francês. Em 1335, as coisas se tornaram mais claras. Os reis da França, da Boêmia e de Navarra se encontraram em Villeneuve-lès-Avignon. As frotas de Veneza e dos Hospitalários se prepararam, e os armênios fizeram uma segunda viagem a Londres. O novo papa, Bento XII, estava pronto para dar o sinal de partida. Filipe VI declarou-se pronto para embarcar em agosto de 1336.

Então, no último minuto, o Papa cancelou tudo. As tensões entre a Inglaterra e a Escócia tinham atingido um ponto perigoso, com os franceses fortalecendo seus laços com os escoceses. O conflito na Aquitânia ameaçava se agravar. Lançar uma cruzada em tal contexto representava o risco de uma catástrofe cristã. O Papa pediu aos reis da França e da Inglaterra que resolvessem seus próprios problemas primeiro. Mas isso levaria mais de um século, tempo suficiente para que a cruzada se tornasse um mito.

A ideia, contudo, jamais foi abandonada. Permaneceu como um ideal, chegando a inspirar algumas pequenas tentativas de concretização. Mas, acima de tudo, a ideia de uma cruzada, ao longo da Guerra dos Cem Anos, foi constantemente distorcida e manipulada para servir a objetivos nacionais. Os reis usavam os artifícios da guerra santa para santificar suas guerras feudais e, posteriormente, suas guerras nacionais. O Cisma proporcionou uma oportunidade para rotular operações puramente seculares como "cruzadas". Demonizar o adversário, anatematizá-lo e rotulá-lo de herege faziam parte do arsenal de propaganda utilizado para fortalecer o moral das tropas e desmoralizar o inimigo. A "cruzada" das companhias mercenárias na Espanha, a "cruzada" dos ingleses em Castela, a "cruzada" do Bispo de Norwich na Flandres: todas essas foram distorções do ideal da Cristandade a serviço de interesses nacionais.

Contudo, os apelos continuaram. Nas décadas de 1330 e 1340, o franciscano espanhol Álvarez Pelayo, em suas obras **De Statu et planctu Ecclesiae** e * *Speculum regum** , escreveu que os reinos cristãos haviam sido estabelecidos com o propósito de reconquistar a Terra Santa e que os reis que não participassem das cruzadas cometiam um grande pecado. Ele denunciou os nobres que desperdiçavam seu tempo em torneios e guerras particulares. No final do século, Filipe de Mézières e João de Montreuil lançaram novos apelos. Em 1429, circularam rumores em Avignon de que Joana d'Arc havia prometido a Carlos VII que o levaria em uma cruzada. O Papa redobrou seus esforços para pôr fim ao interminável conflito franco-inglês, condição essencial para a organização de uma expedição cristã. Em 1435, uma delegação do Concílio de Basileia esteve presente no Congresso de Amiens, com o objetivo, segundo Thomas Basin, de "exaltar os benefícios da paz para as partes presentes e, se necessário para a salvação de todo o mundo cristão e da Igreja de Deus, recorrer sem reservas a censuras espirituais para obrigá-las a aceitá-la".

Nessa época, a preparação de uma cruzada havia se tornado, em grande parte, um jogo para as cortes principescas e reais, um meio de exercer pressão ou chantagem, um pretexto para a cobrança de impostos adicionais. Alguns sucessos parciais ainda ocorriam, como em 1344, com a captura de Esmirna por tropas predominantemente italianas. Nessa ocasião, o Papa ordenou procissões e renovou suas injunções aos reis da França e da Inglaterra para que cessassem a guerra. Ele conseguiu criar uma liga de curta duração com Veneza, o rei de Nápoles, os genoveses, os catalães, os Hospitalários e o rei de Chipre. Em 1345, o excêntrico e melancólico Delfim de Viena, Humberto II, foi a Avignon e se colocou à frente de uma cruzada destinada a socorrer Esmirna, onde os líderes cristãos haviam acabado de ser massacrados. A exaltação era extrema na Itália, onde fenômenos miraculosos eram relatados entre o povo comum. Pregadores exaltados percorriam a península. Uma carta apócrifa do Rei de Chipre para Joana de Nápoles relata uma batalha na qual 200.000 cristãos supostamente derrotaram 1.200.000 turcos, matando 73.000 deles. Humberto desembarca em Negroponte; porém, os genoveses e venezianos estão mais preocupados em lutar entre si do que contra os turcos. Em 1346, Humberto retira-se para Rodes e, doente, retorna para casa. Uma trégua é concluída com o Emir de Esmirna. Enquanto isso, franceses e ingleses entram em conflito em Crécy, e Eduardo III cerca Calais. As preocupações dos dois reis estão muito distantes da cruzada. Em seguida, vêm Poitiers e Brétigny; Carlos V está ocupado demais reconquistando seu próprio reino para pensar em conquistar Jerusalém. Os apelos dos cristãos dos Bálcãs não têm chance de serem ouvidos. Em 1396, um exército de socorro, incluindo alemães e borgonheses, foi formado e dizimado em Nicópolis.

No século XV , o Duque da Borgonha, dando continuidade a uma tradição familiar, nutria ambições de cruzada. Em 1421, enviou Gilbert de Lannoy ao Oriente para explorar as possibilidades de desembarque no Egito e na Síria. Entre 1425 e 1426, cavaleiros borgonheses

foram em auxílio do Rei de Chipre. Em 1432, enquanto Jacques Cœur e Carlos VII negociavam com o Sultão, Filipe, o Bom, enviou outro espião sob o disfarce de peregrino, Bertrandon de la Broquière, que trouxe informações destinadas a apoiar uma expedição militar. O Duque enviou vários navios e, entre 1442 e 1443, recebeu embaixadores do Imperador Bizantino que vieram solicitar auxílio. Entre 1444 e 1445, uma pequena frota borgonhesa, liderada por Waleran de Wavrin, lutou contra os turcos. Em 1451, no capítulo da Ordem do Tosão de Ouro realizado em Mons, o bispo de Châlons, Jean Germain, exortou os cavaleiros a tomarem a cruz, e o duque o enviou como embaixador a Carlos VII para pedir-lhe que liderasse uma cruzada. A resposta foi bastante evasiva.

Na corte borgonhesa, as mentes estavam preparadas para a ideia da "viagem ultramarina". No capítulo de Mons, já se planejava organizar um grande banquete durante o qual os nobres jurariam partir. Os eventos de 1453 confirmaram a necessidade disso, o que levou à famosa Festa do Faisão em Lille, em 17 de fevereiro de 1454. No juramento que fez durante esse banquete teatral, Filipe prometeu ir em cruzada, seja na comitiva do rei, se assim agradasse a este príncipe "cristãoíssimo e vitorioso", seja sem ele, mas com sua permissão.

O príncipe "mais cristão e mais vitorioso", não desejando entrar em conflito com o sultão Mehmed II em prol de um papado decadente, depositou toda a responsabilidade da operação no duque, que enfrentou obstáculos intransponíveis na organização de sua expedição. Filipe, contudo, não poupou esforços. Uma propaganda ativa alimentou o medo e o ódio aos turcos em seus estados. Um "Aviso para Corrigir a Viagem que Meu Senhor Mais Temido Pretende Empreender em Breve, a Pedido de Nosso Senhor, Contra os Turcos" convocava a reunião de 12.000 homens e 36 navios. Mas a parte mais difícil era convencer os soberanos.

O imperador hesitou. Na Dieta de Regensburg, em maio, a questão foi evitada. Filipe havia feito a viagem pessoalmente: "Ele empreendeu uma longa e perigosa jornada com poucos frutos, mas, ainda assim, repleta de mérito e glória pessoal", escreveu Chastellain. As Dietas de Frankfurt e Wiener-Neustadt, onde ele foi representado por Simon de Lalain, Cavaleiro do Tosão de Ouro, e pelo Bispo de Toul, Guilherme Fillastre, não produziram mais resultados. O rei francês fez ouvidos moucos, e a resposta foi bastante irônica. Eles desconfiavam demais um do outro para arriscar colocar em perigo o interesse nacional em uma empreitada que parecia cada vez mais utópica e antiquada. Além disso, no Ocidente, havia uma crescente preferência pelos muçulmanos em detrimento dos cristãos ortodoxos, que, discretamente, acreditavam ter recebido o que mereciam. O fracasso na reunificação das Igrejas em 1439, apesar do decreto de união emitido pelo Concílio de Florença, demonstrou a hostilidade persistente em relação aos cristãos orientais, mesmo quando vozes se erguiam para reconhecer o valor do Islã. Já em 1345-1346, um curioso documento, sob a forma de uma carta forjada do Emir Morbasianus ao Papa Clemente VI, destacava os interesses comuns dos turcos e italianos contra os gregos, e também contra os judeus, os assassinos de Jesus. No Concílio de Constança, o polonês Vladimir afirmou que um rei católico poderia aliar-se a um soberano muçulmano para defender uma causa justa. Pouco depois, o **Livro da Aparição*, do Mestre Jean de Meun,* elogiava os costumes muçulmanos. Além disso, os turcos eram valiosos parceiros comerciais, com os quais os venezianos, e até mesmo Jacques Cœur, mantinham negócios lucrativos.

Nessas circunstâncias, os soberanos ocidentais não estavam dispostos a atender aos apelos do Papa por uma nova cruzada. Carlos VII citou a ameaça inglesa sempre presente. Tudo o que ele concordou em fazer foi confiar 200 homens e alguma artilharia ao Grão-Prior da França, que viera

solicitar ajuda para a ilha de Rodes. Mas a má vontade do Doge de Gênova impediu que a expedição prosseguisse.

Não havia dúvidas de que era possível ir além. Além da persistente ameaça inglesa, a desconfiança em relação ao Duque da Borgonha, as intrigas do Delfim e a precária situação financeira eram razões suficientes para não arriscar essa longa viagem. Para Carlos VII, os interesses do Reino da França eram mais importantes do que a ameaça turca. Realista, ele não compartilhava nem os sonhos de glória cavalheiresca nem o fervor religioso da aristocracia de sua época. Consequentemente, proibiu a publicação na França das bulas papais que autorizavam a cruzada e, embora tenha concordado com a cobrança de dízimos naquele ano, o dinheiro seria usado para construir navios que, na verdade, seriam utilizados contra os aragoneses de Nápoles e em um ataque a Sandwich em 1457.

O Papa está furioso. Ele ameaça. Os soberanos fazem ouvidos moucos. Até Filipe, o Bom, encontra pretextos para não respeitar o voto do faisão. A Cristandade está definitivamente morta e, graças à Guerra dos Cem Anos, deu lugar a uma Europa de nações. Foi precisamente isso que Enea Piccolomini, o futuro Papa Pio II, observou em 1453: “A Cristandade é um corpo sem cabeça, uma república sem leis nem magistrados. O Papa e o Imperador têm o esplendor que acompanha as grandes dignidades; são fantasmas deslumbrantes, mas são incapazes de comandar, e ninguém quer obedecer: cada país é governado por um soberano em particular, e cada príncipe tem seus próprios interesses. Que eloquência seria necessária para unir sob a mesma bandeira tantos poderes que não concordam e que se detestam? Se suas tropas pudessem ser reunidas, quem ousaria servir como general? Que ordem poderia ser estabelecida em tal exército?” Como seria a disciplina militar? Quem se atreveria a alimentar uma multidão tão grande? Seria possível aprender suas diferentes línguas ou administrar seus costumes incompatíveis? Que homem conseguiria reconciliar ingleses e franceses, genoveses e aragão, alemães e os povos da Hungria e da Boêmia?

Uma diplomacia da desconfiança

Que as nações ocupem o centro do palco, então. O movimento já havia começado e foi anunciado desde o início da guerra por dois intelectuais que eram opositores ferrenhos da supremacia papal e defensores das monarquias nacionais: Marsílio de Pádua e Guilherme de Ockham. Marsílio de Pádua, que morreu em 1343, publicou *Defensor Pacis já em 1324* , obra dedicada ao imperador Luís da Baviera, em cuja corte buscou refúgio. Este médico e professor da Faculdade de Artes de Paris atacou diretamente o poder exercido pelo papado na esfera civil. O clero e as autoridades eclesiásticas devem estar sujeitos ao príncipe, isto é, ao governo investido de poder pelo legislador humano, que nada mais é do que a totalidade dos cidadãos, ou pelo menos a parte mais valiosa, o *valentior pars* . A Igreja não constitui uma sociedade separada da sociedade civil; é o nome dado à sociedade civil quando considerada como o corpo de fiéis. A sociedade só pode ter um líder, o príncipe. Com isso, Marsílio se refere principalmente ao imperador, embora os governantes locais também possuam autoridade. Ele, portanto, desejava transformar a cristandade em uma Europa secular, o que não necessariamente romperia sua unidade. Guilherme de Ockham, por outro lado, contemporâneo de Marsílio e falecido em 1350, insiste na necessidade de respeitar os direitos e liberdades dos reis e príncipes. Ele possui uma concepção mais "federalista" ou "descentralizada" da Europa. Suas ideias encontram eco na Inglaterra nas mãos de seu colega acadêmico de Oxford, John Wycliffe, que vai além, declarando que o rei é o vigário de Deus, o representante da divindade de Cristo, e que seus súditos lhe devem obediência absoluta; ele é tanto o líder secular quanto o chefe do clero, à frente da Igreja nacional. Ele é independente

tanto do Papa quanto do Imperador. Aí reside o germe tanto do anglicanismo quanto do absolutismo.

Os ingleses, contudo, não seguiram essa segunda direção. O infortúnio de Ricardo II e a longa menoridade de Henrique VI os conduziram a um sistema parlamentar. Mas, no século XV , o princípio da autonomia política para cada nação, livre para adotar o regime que considerasse apropriado, parecia estar firmemente estabelecido. Em meados do século XV, o jurista inglês John Fortescue distinguiu entre o regime inglês, que denominou * *regime politicum et regale** , combinando monarquia hereditária e o Estado de Direito, e o regime francês, ***regime regale** , onde o rei governava segundo seu próprio desejo. A autoridade do imperador era agora mera ficção; cada nação gozava de completa liberdade política. O próprio papado reconheceu, na prática, a vitória das forças centrífugas ao multiplicar as concordatas — isto é, acordos bilaterais entre a Santa Sé e os príncipes — que se sobrepunham às decisões universais.

O modelo político preferido era, portanto, o reino, e a Guerra dos Cem Anos contribuiu poderosamente para esse resultado, ao colocar os dois maiores reinos do Ocidente em conflito por mais de um século. Esse resultado foi um tanto paradoxal, visto que a guerra foi travada, da perspectiva inglesa, em nome da unidade dos dois estados, que deveriam compartilhar um único soberano. De fato, a guerra instaurou um clima de constante suspeita, manifestado, por exemplo, na vigilância e nas prisões periódicas de estrangeiros.

Desde o início do conflito, Eduardo III confiscou todas as propriedades dos residentes franceses na Inglaterra, com exceção dos gascões e bretões e, posteriormente, após 1338, dos flamengos. As principais vítimas foram os priorados dos mosteiros franceses. Cluny, por exemplo, possuía 38 casas religiosas na Inglaterra, incluindo os principais priorados de Lewes, Wenlock, Bermondsey e Montacute; diversas abadias normandas também tinham casas filiais na Inglaterra: Bec, por exemplo, possuía mais de 40 propriedades rurais no sul do país, e priorados como Stoke-by-Clare (Suffolk), Saint Neots (Huntingdonshire) e Ogbourne. Todas essas propriedades foram confiscadas em 1337. Os bens de nobres franceses também foram confiscados, como os de Raoul, Conde de Eu. Outras ondas de confiscos ocorreram em 1360 e 1369. Em 1346, uma petição do Parlamento exigiu a expulsão de monges estrangeiros; Essa exigência foi reiterada em 1377, 1379 e 1380. Por vezes, o rei preferia impor um tributo especial e muito pesado aos priorados estrangeiros: 500 marcos em Lewes, 120 libras em Montacute e 100 libras em Bermondsey. Isso foi acompanhado pelo frequente rompimento dos laços com a casa-mãe francesa: Thedford em 1376, Bermondsey em 1399, Northampton e St. Andrew's em 1405 e Montacute em 1417. Os priorados foram concedidos a leigos. Quando Henrique IV tentou devolvê-los, encontrou oposição do Parlamento, e o movimento foi retomado com renovado vigor: uma lei de 1414 simplesmente aboliu os priorados estrangeiros. Alguns foram usados para financiar colégios, como o All Souls em Alberbury, em 1441.

Medidas semelhantes foram tomadas na França, com a apreensão dos bens da Catedral de Canterbury, que foram devolvidos na trégua de 1344. Os mais afetados deste lado do Canal da Mancha foram os leigos ingleses residentes na França. Em 1338, eles foram obrigados a declarar todos os seus bens e pagar um imposto equivalente a um terço do seu valor. Muitos, então, solicitaram cartas de naturalização. Residentes temporários — mercadores, viajantes e marinheiros — foram presos. Em agosto de 1338, Filipe VI ordenou que as casas de residentes ingleses fossem revistadas para verificar a presença de armas; prisões foram efetuadas em áreas sensíveis: costas e zonas de combate. Por exemplo, em 1340, dois ingleses que trabalhavam em uma cervejaria em Compiègne foram presos durante o cerco de Tournai. As mesmas precauções foram tomadas na

Inglaterra: em 1342, residentes franceses em portos foram presos, revistados e seus documentos apreendidos foram rigorosamente examinados. O mesmo aconteceu em ambos os lados do Canal da Mancha em setembro de 1345. O medo de espiões e agentes infiltrados aumentou na véspera de grandes operações militares.

Essas medidas alimentaram o medo de um inimigo oculto, que poderia provocar ataques espontâneos contra estrangeiros perfeitamente leais e integrados. Cita-se o caso de Peter Hughes, um francês que viveu por mais de vinte anos com sua esposa e filhos em Cirencester, nos Cotswolds. Ele foi forçado a solicitar cartas de naturalização no início da guerra para se proteger de acusações. Um caso semelhante é o de Jean Tête-Noire, um servo na casa de Filipe VI, filho de um francês e uma inglesa, e nascido na Inglaterra. Os estrangeiros se denunciavam por sua língua, o que representava um problema para os franceses na distinção entre inimigos ingleses e amigos escoceses: William Scot, um alfaiate escocês que vivia em Noyon, herdou o (para ele) infame apelido de "o inglês", e foi perseguido por cobradores de impostos em 1337. Perto de Amiens, quatro escoceses foram mortos por soldados que os confundiram com ingleses. Na Inglaterra, era ainda mais difícil distinguir entre bretões, gascões, flamengos e borgonheses, que eram considerados amigos, e os verdadeiros franceses, que eram vistos como inimigos. Além disso, a discriminação não era sistemática: por volta de 1340, um inglês que vivia em Amiens com uma família francesa para aprender francês não foi considerado mais problemático do que um picardo aprendendo inglês em Salisbury.

· embargos comerciais: a Idade Média não era estranha à guerra econômica. Mas, enquanto na era moderna o foco era principalmente impedir as importações do inimigo, nos séculos XIV e XV o objetivo era bloquear as exportações destinadas ao inimigo. Desde o início, o governo inglês usou a lã como arma; o embargo às exportações para Flandres conseguiu arruinar a região e provocar tamanha agitação que esta rejeitou seu duque e se entregou aos braços de Eduardo III. Tendo alcançado esse resultado, este último posteriormente relaxou os controles: as exportações eram essenciais por razões fiscais. O comércio de trigo também era rigorosamente monitorado: as exportações só eram permitidas por meio de certos portos, com a emissão de certificados, e o capitão tinha que jurar que não descarregaria em local proibido. Ele tinha que trazer de volta um certificado do porto de desembarque. Regras semelhantes se aplicavam ao comércio de peles, madeira e cavalos. Os controles são muito difíceis de executar e sua eficácia é, sem dúvida, limitada. Mas tudo isso fomenta a desconfiança e a hostilidade em relação aos estrangeiros, que são sempre vistos como rivais malévolos. As atitudes coletivas não saem ilesas de um século de suspeita.

As relações diplomáticas entre a França e a Inglaterra eram muito frágeis, o que exacerbou os mal-entendidos entre as duas cortes. Além das dificuldades inerentes à comunicação — o estado das estradas, as incertezas da travessia do Canal da Mancha — que podiam causar atrasos fatais na tomada de decisões, a falta de representantes permanentes contribuiu para a falta de conhecimento e para os mal-entendidos. Nos estágios iniciais do conflito, Eduardo III tinha apenas alguns advogados representando-o perante o Parlamento em Paris, devido ao caso Guyenne. Ele estava um pouco mais bem informado sobre os assuntos franceses do que Filipe VI sobre os ingleses. Em Westminster, havia um departamento que guardava todos os documentos relativos aos assuntos da Aquitânia, com certa continuidade de pessoal. Mas esses advogados, versados nas reviravoltas das disputas passadas, estavam mal informados sobre os desenvolvimentos recentes. Do lado francês, os maiores conhecedores dos assuntos ingleses na década de 1330 eram o bispo de Tournai, Andrea Ghini, e o bispo de Rouen, Pierre Roger.

Para resolver os problemas, as autoridades recorreram ao envio de embaixadas formais, o que complicou mais do que facilitou as coisas: preparativos e viagens lentos, questões protocolares delicadas devido ao alto cargo dos embaixadores e a natureza pública das negociações, o que dificultou os compromissos, já que ninguém queria perder a face publicamente. Além disso, os embaixadores tinham instruções precisas e eram obrigados a informar o governo assim que surgisse um problema imprevisto, prolongando indefinidamente as discussões.

O sucesso das campanhas militares depende muito do nível de preparação do inimigo e do elemento surpresa. Isso é obviamente verdade para os desembarques ingleses na França: onde? quando? com que recursos? É essa a tarefa dos espiões. E é por isso que, antes de cada grande expedição, o Rei da Inglaterra fecha os portos do sul. Em julho de 1346, por exemplo, os navios foram proibidos de deixar Londres, Dover, Winchelsea e Sandwich por uma semana após a partida da frota. Em 1359, para sua última campanha na França, Eduardo III tomou precauções extras, porque Londres estava repleta de espiões franceses, muitos dos quais eram de origem inglesa, o que os tornava indetectáveis. E havia também os numerosos prisioneiros franceses em semi-liberdade, com seus criados que viajavam entre suas propriedades na França e Londres e que podiam servir como agentes de inteligência. Em 5 de julho, todos os franceses foram expulsos da Inglaterra, exceto os prisioneiros, é claro, mas estes foram transferidos para outra residência, incluindo João II, que foi transferido para Somerton sob vigilância rigorosa.

Por outro lado, os ingleses obviamente tinham espiões na França, e embora ainda não fosse possível falar de um Serviço Secreto Real formal, sua eficácia era formidável. Em 20 de novembro de 1338, Eduardo III já estava ciente do plano para atacar a Aquitânia, tramado poucos dias antes em absoluto segredo em Vincennes: quatro espiões enviados por John Stratford conseguiram se infiltrar entre os cortesãos e coletar rumores. Em agosto de 1413, para preparar sua expedição, Henrique V incumbiu o Bispo de Norwich de organizar um serviço de inteligência. Seus informantes incluíam parisienses proeminentes, um médico de origem lombarda, um cônego de Notre-Dame e o Mestre Jean Fusoris, mestre em medicina, astrônomo e astrólogo. Quando descoberto, ele alegou durante seu julgamento por traição e lesa-majestade que apenas havia passado ao bispo o segredo de uma dieta para emagrecer!

O Rei da França: Rumo ao Direito Divino

O estado de guerra, portanto, manteve uma extrema desconfiança entre os dois governos por mais de um século. As relações diplomáticas muito limitadas aprofundaram a divisão entre os dois reinos, que tinham pouco em comum em 1453. Pois a guerra também acentuou as diferenças políticas entre as duas monarquias, como John Fortescue observou acertadamente: o poder real inglês enfraqueceu e evoluiu para o parlamentarismo, enquanto na França se fortaleceu e evoluiu para o absolutismo.

Na França, paradoxalmente, foram os infortúnios da monarquia que a fortaleceram, pois estimularam a reflexão sobre a natureza do poder real, cujo caráter sagrado foi enfatizado para evitar que sucumbisse completamente aos desastres das derrotas, do cativeiro, das facções minoritárias e da loucura. O poder real já havia alcançado progressos notáveis sob Filipe IV, o Belo, cujos especialistas em direito haviam construído uma administração formidavelmente eficiente, mas os desastres do início da guerra, sob Filipe VI e João II, haviam comprometido tanto a integridade do território quanto a legitimidade do soberano. Esses eventos foram o ímpeto direto para o trabalho de reflexão, estudo aprofundado e teorização do poder real sob Carlos V.

Os trabalhos começaram com o conceito de soberania. Esse progresso deveu-se diretamente às vicissitudes da guerra, visto que foram as dificuldades na implementação do Tratado de Brétigny que levaram o conselho a enumerar os "direitos de soberania e jurisdição e os direitos reais". Durante as negociações de Bruges, Jean Le Fèvre, abade de Saint-Vaast d'Arras, proferiu um discurso em 8 de dezembro de 1376, delineando os fundamentos da soberania real: o rei, pelo juramento de coroação, proibia-se de alienar os direitos da coroa; o território do reino era indivisível e inalienável. Essa posição foi incorporada por Evrart de Trémaugon no *Songe du Vergier (Sonho do Pomar)* , em 1378, uma compilação das reflexões e discussões políticas do reinado.

Esta obra, tal como *o Tratado da Coroação de Jean Golein* , contribui para a conceptualização do poder real e para a clarificação da terminologia. A noção de *coroa* , representando a dinastia na sua continuidade e o corpo político na sua permanência e direitos soberanos, separa-se da noção de *reino* como entidade geográfica. Os problemas de sucessão, que estão no cerne da Guerra dos Cem Anos, conduzem a um esclarecimento das regras. A 21 de maio de 1375, foi solenemente lido o Édito do Bois de Vincennes, que estabelecia a ordem de sucessão na monarquia francesa: o filho primogénito do rei, cuja maioridade era fixada aos treze anos e um dia, seguido do filho do rei, ou, na sua falta, dos seus irmãos, por ordem de nascimento. As mulheres são completamente excluídas; nem sequer "fazem a ponte e a tábua", ou seja, não transmitem o direito de reinar.

O prestígio real foi reforçado por toda uma cerimônia da corte, que começou a ser registrada por escrito; o ritual das entradas solenes tornou-se um importante elemento de propaganda, a procissão modelada segundo a procissão de Corpus Christi: o rei avançava sob um dossel, as casas eram decoradas e o chão coberto de folhagens. O clero proferia homilias em honra ao soberano, cuja estatura, graças à coroação, transcendia a mera humanidade; a cura da escrófula era prova tangível disso. Em 1369, a prática de sermões sobre São Luís foi inaugurada por teólogos do Colégio de Navarra: a cada ano, um panegírico ao rei era recitado.

A sacralização do rei foi levada ao extremo. Carlos V adotou o título de "O Mais Cristão", e Cristina de Pisan o chamou de "vassalo de Deus e o primeiro dos reis". A coroação foi envolta em uma mitologia miraculosa, com a Santa Âmbula que nunca se esvaziava, o escudo com três lírios trazidos pelo anjo para o batismo de Clóvis e o oriflamme, comparado à Arca da Aliança. Na crença popular, o rei carregava marcas divinas em seu corpo: ele nascera com uma flor-de-lis na pele.

A sacralização do rei intensificou-se sob Carlos VI, apesar de, ou talvez por causa de, sua fraqueza: seu poder vacilante foi reforçado ao colocá-lo além do alcance dos mortais comuns. Philippe de Mézières, em * *O Sonho do Velho Peregrino** , retrata o jovem rei como um novo Moisés, que conclui um pacto entre Deus e a humanidade. Esboça-se o retrato do soberano ideal, cuja qualidade essencial é a sabedoria, a mesma que seu pai personificava. O paradoxo reside no fato de essa exaltação da sabedoria real ocorrer durante o reinado de um rei insano. Em *O *Livro dos Feitos e Bons Costumes do Sábio Rei Carlos V** , publicado em 1404, e em *O *Livro do Corpo Político* *, de 1407, Christine de Pisan enumera as virtudes do rei modelo: humilde, piedoso e moderado, ama seus súditos como um pai, tem piedade dos pobres, é magnânimo, generoso e justo; Ele é uno com o corpo místico do reino, e sua virtude, portanto, reflete-se nele. Possui um aspecto sacerdotal, evidente quando aparece em trajes reais nas cerimônias. Deve cercar-se de conselheiros bons e honestos. O Édito do Bois de Vincennes já declarava que "quanto mais grandes assuntos e tarefas importantes forem empreendidos pelo conselho de sábios, em grande número, mais seguros e certos eles serão", e Jean Gerson acrescenta que "Um rei sem conselhos prudentes é como a

cabeça de um corpo sem olhos, ouvidos ou nariz". O rei deve escolher conselheiros honestos e competentes e não hesitar em vigiá-los de perto: Philippe de Mézières chega a sugerir que sejam espionados pelo confessor.

A própria loucura de Carlos VI contribuiu para o desenvolvimento do culto à realeza de duas maneiras distintas: ao contrastar o "bom governo" dos Marmousets com o governo feudal desordenado dos tios do rei, a administração real tornou-se sinônimo de justiça e eficiência; ao conferir ao soberano a aura de martírio, o sofrimento do infeliz rei lhe garantiu a piedade e o amor de seus súditos. As demonstrações de luto em seu funeral foram uma prova tangível disso. Jean Gerson havia declarado ao soberano em 1390: "Vós sois um rei muito cristão, um rei consagrado por milagre, um rei espiritual e sacerdotal".

Essa tendência se confirmou sob o reinado de Carlos VII, que, segundo Jean Jouvenel des Ursins, não era mais "simplesmente um leigo", mas "uma figura eclesiástica", "o principal prelado eclesiástico do seu reino, que, depois do Papa, é o braço direito da Igreja". Nessa perspectiva, ele foi favorecido pelas circunstâncias: os problemas da Igreja o colocaram na posição de árbitro, bajulado por ambos os lados, o concílio e o Papa, o Papa e o antipapa. Sua participação ativa na resolução desses cismas lhe rendeu uma reputação comparável à de São Luís, que arbitrou entre o Papa e o Imperador. Ele se aproveitou disso para aumentar o controle real sobre o clero galicano e, ao fazê-lo, conquistou o elogio do episcopado e da Universidade.

A Guerra dos Cem Anos confirma até que ponto o rei é o escolhido do Senhor: não é milagrosa a recuperação do reino, com os feitos da Donzela, a expedição de coroação, a reconquista relâmpago da Normandia? O julgamento de reabilitação de Joana d'Arc, em 1456, será uma espetacular operação de propaganda, cujo verdadeiro propósito é mostrar que Deus apoia o rei.

De fato, sob Carlos VII, a propaganda monárquica atingiu proporções sem precedentes. Proliferaram tratados, desde o do jurista Jean de Terrevermeille, em 1420, que desenvolveu a teoria do corpo místico do reino, do qual o rei era o chefe, até a obra anônima * *Des Droiz de la couronne* * *(Sobre os Direitos da Coroa*), em 1460. Apesar de sua aversão a lugares públicos, o rei se empenhava em cultivar sua imagem. Viajou extensivamente por todo o reino. Foi visto — ou vislumbrado — em Tours, Poitiers, La Rochelle, Toulouse, Montpellier, Clermont, Lyon, Bourges, Orléans, Rouen, Caen, Reims e até mesmo em Paris!

A propaganda real era particularmente ativa entre as "boas cidades": Carlos VII fazia questão de enviar-lhes cartas para explicar suas políticas, justificar suas decisões e compartilhar boas notícias. A burguesia se sentia lisonjeada e tornou-se a mais fiel apoiadora da monarquia. A decisão de celebrar o aniversário da reconquista da Normandia todos os anos também serviu para unir o culto real. Por fim, como tudo era válido, as artimanhas astrológicas eram prontamente empregadas para o mesmo propósito. Durante o julgamento de reabilitação de Joana d'Arc, o próprio Grande Inquisidor, Jean Bréhal, lembrou uma previsão astrológica de Giovanni Montalcino, um astrólogo sienês, que supostamente teria previsto a vitória de Carlos VII em 1429 graças a uma Donzela de Orléans. A Igreja se opunha veementemente à astrologia, mas quando se é inquisidor, usa-se todos os truques possíveis. Em 1437, foi um monge beneditino normando, Simon de Boesmare, quem elaborou um horóscopo prevendo a eventual vitória de Carlos VII. Este último contava, portanto, com o apoio de Deus, das estrelas, da burguesia provincial, dos bispos e de uma rede administrativa bem estabelecida. Rompeu com diversas tradições capetianas, mas também inovou em certas áreas, sendo um rei de transição entre a era da cavalaria e a de Maquiavel. Com um realismo pragmático, soube aproveitar as oportunidades, redirecionando

elementos tradicionais para novos objetivos. Dessa forma, foi o primeiro rei moderno. Uma evolução simbólica: abandonando o antigo Saint-Denis, a quem raramente visitava, adotou São Miguel como seu protetor celestial, mais moderno em sua armadura de última geração e também mais poderoso: afinal, um arcanjo é superior a um antigo santo humano. Além disso, Saint-Denis é Paris; São Miguel não está ligado a nenhuma localidade específica, exceto talvez o Mont Saint-Michel; ele é mais universal.

A Guerra dos Cem Anos: um fator de centralização ou descentralização?

Se o poder real era muito maior em 1453 do que em 1337, isso se devia ao fato de a monarquia francesa ter explorado habilmente as vicissitudes da Guerra dos Cem Anos, transformando sua provação em uma fonte de força. Ela emergiu não apenas sacrossanta, mas também notavelmente mais eficiente administrativa e financeiramente. A máquina administrativa foi reforçada sob Carlos V e ainda mais desenvolvida na década de 1380 pelos Marmousets. Um verdadeiro corpo de servidores públicos estava surgindo, recrutado das fileiras dos parlamentares. Em sua maioria, graduados das faculdades de direito de Paris e Orléans, esses indivíduos eram competentes e cultos. Nossa compreensão desse meio foi revitalizada pelos estudos de Françoise Autrand, que demonstrou que, no início do século XV , conselheiros, advogados e promotores do Parlamento de Paris eram inegavelmente indivíduos capazes, com uma concepção elevada do Estado. Sua cultura é ilustrada pela posse de grandes bibliotecas: uma média de cem volumes, o que é bastante notável quando se sabe que a famosa biblioteca de Carlos V continha 910 volumes, a do Duque de Berry 297 e a de Carlos de Orléans 80.

Essa administração, contudo, parece bastante inadequada para governar o enorme reino da França. Um Grande Conselho, onde se discutiam assuntos importantes, presidido pelo rei e pelo chanceler; uma chancelaria com cerca de quarenta secretários para redigir e emitir documentos oficiais; uma Câmara de Contas e uma Câmara do Tesouro para receitas ordinárias e extraordinárias; uma casa da moeda para cunhar moedas; dois tesoureiros de guerra; cinco mestres de pedidos da casa real; um parlamento de cerca de cem membros para julgar casos importantes, registrar decisões e, por vezes, emitir pareceres políticos: aproximadamente 250 pessoas no total. A novidade é que esses servidores da monarquia começam a adotar a postura de altos funcionários. As ordenanças de 1389 lhes concedem um status especial, privilégios legais inerentes ao seu cargo: entre eles, começa a se traçar uma distinção entre as esferas pública e privada.

Carlos VII não aumentou o tamanho da burocracia: em 1454, o Parlamento tinha praticamente o mesmo número de conselheiros que em 1345, e a Câmara de Contas contava com apenas vinte e quatro membros, enquanto em 1338 tinha vinte e nove. O que mudou, gradualmente, foi a prática, que se tornou mais eficiente, particularmente na esfera judicial. Este era um dos deveres essenciais dos reis, como São Luís bem havia compreendido. O rei é o administrador da justiça, e seu prestígio é julgado pela qualidade da sua justiça. Carlos VII dedicou considerável atenção pessoal a esta área, e este é um dos aspectos mais positivos do seu reinado.

O Parlamento de Paris, reorganizado a partir de 1436 através da sua fusão com o de Poitiers, só se consolidou verdadeiramente em 1454. O rei nomeava o procurador público, os advogados e o escrivão civil; para os conselheiros, geralmente escolhia entre os candidatos apresentados pelos outros magistrados. A partir de 1444, os salários passaram a ser pagos regularmente e a proibição de subornos e outros presentes corruptíveis, bem como a compra e venda de cargos, foi reiterada. Segundo Thomas Basin, o rei selecionava cuidadosamente os conselheiros, "recomendados pela sua lealdade, experiência jurídica e elevado caráter moral".

O Parlamento estava sobrecarregado de trabalho, pois se recusava a renunciar a qualquer uma de suas prerrogativas. Atuava como juiz em primeira instância e em apelação, desempenhava funções administrativas e, por fim, registrava os decretos reais. Esta última função permitia-lhe controlar meticulosamente a alienação de propriedades reais, em particular. Foi para tentar agilizar o processo, entre outros motivos, que o rei promulgou duas importantes ordenanças sobre justiça, em 1446 e 1454.

Apesar do enorme volume de casos a serem tratados, o Parlamento de Paris opôs-se veementemente à criação de parlamentos provinciais, iniciativa pioneira de Carlos VII. Já em 1420, ele havia estabelecido o Parlamento de Toulouse, que foi definitivamente organizado em 1443 e recebeu apelos de Languedoc, Guyenne e Gasconha. Em 1452, foi criado o Parlamento de Bordéus, mas este foi abolido quase imediatamente devido à revolta na cidade. Em 1453, o rei confirmou o Parlamento de Grenoble, criado pelo Delfim, mas, no mesmo ano, o Parlamento de Paris opôs-se à criação do Parlamento de Poitiers.

A Guerra dos Cem Anos desencadeou um movimento duplo na esfera administrativa, duas tendências aparentemente contraditórias, mas na realidade complementares: centralização e descentralização. A centralização era evidente. Em todos os lugares, as instituições locais foram enfraquecidas. Os reis da Reconquista, Carlos V e Carlos VII, aproveitaram seus sucessos militares e a penetração de seus exércitos para reduzir a autonomia das províncias "libertadas". Assim, as assembleias representativas locais, os estados principescos, viram suas prerrogativas cerceadas. Elas existiam em quase todos os lugares: Champagne, Berry, Touraine, Poitou, Saintonge, Aunis, Limousin, Quercy, Rouergue, Gévaudan, Vivarais, Velay, Anjou, Maine, Marche, Auvergne, Lyonnais e, claro, Normandia e Delfinado. Eram assembleias modestas, que reuniam certos detentores de feudos e cargos eclesiásticos, juntamente com deputados burgueses de algumas cidades, que se encontravam durante dois ou três dias, frequentemente numa igreja, para discutir o montante dos impostos reais, as taxas para satisfazer as necessidades locais e as medidas para melhorar as comunicações ou combater os Écorcheurs (bandos mercenários). Por exemplo, em 1431, os Estados de Saintonge decidiram demolir os castelos que serviam de esconderijo para os bandidos; em 1441, votaram a favor de uma expedição contra o senhor de Pons.

Carlos VII atacou essas assembleias, impondo autoritariamente o valor dos impostos reais e proibindo a votação de impostos para necessidades locais. Por exemplo, em 1442, quando os Estados da Baixa e Alta Auvérnia votaram um subsídio de 24.000 libras para combater os bandos mercenários, o rei lembrou-lhes que somente ele tinha o direito de cobrar impostos e impôs uma multa de 20.000 libras à província. Ele também retirou o poder dos Estados da França central de alocar impostos, uma tarefa confiada aos "funcionários eleitos" da realeza. Os Estados provinciais foram gradualmente desaparecendo durante a década de 1450.

Em um nível ainda mais local, os estados da corte do senescal e da corte do prefeito também foram subjugados. Em 1443, os estados da corte do senescal de Agenais e Gasconha recusaram-se a votar um subsídio de 2.000 écus: os comissários do rei prenderam os líderes, os cônsules de Condom e Montreal. Os habitantes protestaram e apelaram ao Parlamento. Foi tudo em vão. Tiveram que pagar e, dali em diante, não ousariam mais protestar. A autonomia local declinou e Carlos VII foi considerado o coveiro do sistema representativo medieval. Ele aproveitou-se plenamente de sua vitória sobre os ingleses para expandir sua rede de funcionários locais por toda parte e deixar claro que o retorno à segurança tinha um preço: o pagamento inquestionável de impostos. Os estados locais foram cada vez mais reduzidos a meros serviços técnicos.

Essa centralização não é geográfica, mas pessoal. O centro do poder não é um lugar, mas reside na pessoa do rei. Seus agentes estão por toda parte, cada vez mais eficazes. Ao final de seu reinado, o reino está dividido em 27 bailiados e 15 senescais, além da prefeitura de Paris e do governo de La Rochelle. Bailios e senescais são figuras importantes, frequentemente empregados em funções diplomáticas ou militares. Seus assistentes — tenentes, juízes, promotores e advogados do rei — formam o conselho do bailiado ou senescal. Temidos, são agentes eficazes do poder real e limitam o poder dos senhores feudais. As ações dos bailiodos e senescais se combinam com as dos tenentes e governadores, funções que não possuem definições precisas; a eles podem ser confiadas as mais diversas missões. Finalmente, de tempos em tempos, aparecem comissários itinerantes, ou comissários de reforma, enviados para supervisionar os oficiais e corrigir irregularidades. A chegada desses agitadores foi muito mal recebida: em 1445, os Estados de Auvergne preferiram comprar sua demissão.

Assim, o aumento da centralização administrativa é em parte consequência da vitória. Mas é contrabalançado pela descentralização cultural, que por sua vez é consequência dos períodos de insegurança e ocupação parcial do território durante a guerra. Fatores políticos certamente prepararam o terreno para isso, como a prática dos apanágios. Os apanágios, convém lembrar, eram vastos senhorios separados do domínio real e concedidos aos filhos mais novos do rei, que os governavam como verdadeiros soberanos. Os príncipes com apanágios tinham capital, administração completa, receitas fiscais e um sistema judicial com direito de apelação. Isso constituía um verdadeiro desmembramento do reino, não fosse o fato de os príncipes serem filhos ou irmãos do soberano reinante e, portanto, presumivelmente leais a ele. Aqui, novamente, foram as condições criadas pela guerra que revelaram a utilidade desse sistema: após 1360, João, o Bom, prisioneiro, distribuiu apanágios a seus filhos, Luís, João e Filipe; Isso permitiu que aliviassem o fardo sobre seu filho mais velho, o Delfim Carlos, e evitassem disputas familiares, concedendo satisfação territorial aos filhos mais novos. Carlos V perpetuou o sistema, estabelecendo as regras de sucessão em 1374-1375: os apanágios só podiam ser transmitidos a descendentes diretos do sexo masculino. Assim, surgiram diversas grandes entidades territoriais que gozavam de semiautonomia: Luís, Duque de Anjou, detinha Anjou, Maine e Touraine; João, Duque de Berry, detinha Berry, Auvergne e Poitou; Filipe, Duque da Borgonha, detinha a Borgonha; e Carlos, o rei, detinha o domínio real, centrado na Île-de-France. Na periferia do reino, os últimos grandes vassalos detinham feudos que também possuíam todos os atributos de um Estado: o Condado de Flandres, o Ducado da Bretanha e o Condado de Foix.

A prática dos apanágios foi duramente criticada pelos historiadores até recentemente, pois parecia contradizer e dificultar os esforços de uma monarquia centralizadora para consolidar o território francês. Essa monarquia havia lutado para superar os poderosos vassalos e agora parecia estar desfazendo seu próprio trabalho. A ascensão da Borgonha e os problemas que causou ao rei no século XV ilustraram a natureza prejudicial dessa prática.

Hoje, tendemos a ver isso como um passo no desenvolvimento de uma monarquia absoluta centralizada. Os apanágios e os últimos grandes feudos faziam parte do processo de concentração de poder. Príncipes, duques e condes agrupavam os senhorios menos importantes sob sua autoridade e desenvolviam uma administração eficiente que preparava as populações para o governo monárquico. Principados e ducados eram níveis intermediários entre os senhorios locais e o poder real, dentro da estrutura do que pode ser chamado de descentralização.

Os apanágios e os últimos grandes feudos contribuíram para a manutenção de uma certa forma de patriotismo local e provincial, reforçado pela diversidade de dialetos e crioulos, dentro

daquilo que pode ser verdadeiramente chamado de Estados. Assim, o "Estado bretão", estudado no século XV por Jean Kerhervé, possuía quase todas as estruturas políticas de um Estado independente. Em torno do duque estavam os altos funcionários: tesoureiro-geral, chanceler, presidente da Bretanha (que presidia o parlamento), marechal (que presidia as reuniões) e almirante. O conselho ducal era composto por membros da família ducal, altos funcionários, prelados, conselheiros e mestres de pedidos. Uma Câmara de Contas governava o domínio e controlava as finanças. Os Estados, reunidos anualmente, eram compostos por aproximadamente 200 pessoas, incluindo 56 representantes do clero, 100 da nobreza e 50 das cidades, que discutiam e votavam o orçamento. O ducado está dividido em oito senescais, e o duque recebe homenagem de muitos vassalos.

No leste do reino ficava o "Estado Borgonhês", estudado por Bertrand Schnerb: o duque governava com um conselho ao qual Filipe, o Bom, deu uma estrutura estável. Já em 1419, ele nomeou um "chefe do nosso conselho", que presidia as reuniões na ausência do chanceler. Em 1426, estabeleceu dez "camareiros-conselheiros", representando a nobreza da corte, que atuavam ao lado dos mestres de petições, especialistas na área. Em 1433, decidiu-se que um "conselho ordinário" se reuniria duas vezes por dia, com figuras proeminentes como o senhor de Croy, o senhor de Charny e Hugo de Lannoy. Duas vezes por semana, um conselho seria realizado na presença do duque.

Ele estava cercado por uma equipe competente de especialistas jurídicos: após 1430, 80% dos conselheiros de Brabante possuíam formação em direito. De fato, foi com o objetivo de criar um grupo de profissionais que Filipe fundou a Universidade de Dole em 1422, composta pelas faculdades de artes, medicina, direito e teologia. Entre os juristas qualificados do conselho estavam Jean de Toisy, Jean Chevrot e Jean Jouard. A figura dominante foi Nicolas Rolin, chanceler por quarenta anos, de 1422 a 1462. O duque possuía um sistema judiciário altamente eficiente, com "conselhos" ou "salas de conselho" em cada principado e um "grande conselho de justiça" para todos eles. Em questões financeiras, ele recorria cada vez mais a impostos extraordinários, aprovados pelos estados de cada território após negociação. Tal como o Duque da Bretanha, o Duque da Borgonha tinha o seu próprio exército, bastante heterogéneo, composto principalmente por bandos de mercenários, mas equipado com uma poderosa artilharia: 575 peças de todos os calibres para a expedição a Calais em 1436, por exemplo.

Assim, o reino da França pode parecer um mosaico peculiar, uma justaposição de países com diferentes status: Gilles le Bouvier, no século XV , menciona cerca de cinquenta deles, e no século XIV Froissart fala dos bretões, flamengos, picardos, normandos e poitevinos como tantos povos diferentes, que têm dificuldade em se entender. A Guerra dos Cem Anos aumentou notavelmente as diferenças e oposições entre o Norte e o Sul. As terras de língua occitana têm um forte senso de originalidade cultural e linguística: o Papa João XXII, originário de Cahors, disse que não conseguia ler as cartas do Rei da França a menos que fossem traduzidas para o latim. O futuro Bispo de Montauban, figura importante na corte de Armagnac, declarou em 1442: "Não sei falar francês bem, e muito menos escrevê-lo." Durante a guerra, as comunidades locais de Languedoc organizaram a sua própria defesa contra as companhias comerciais, concordando em cobrar impostos apenas se a receita fosse usada localmente. Os laços diretos com a monarquia enfraqueceram até o final do reinado de Carlos VI, quando o conflito se concentrou principalmente no norte. Sob Carlos VII, a divisão entre a França anglo-borgonhesa, no norte, e o Reino de Bourges, no sul, apenas exacerbou a divisão.

Essa diversidade gerou certa tensão, e as forças centrífugas permaneceram um obstáculo significativo à eficácia do governo monárquico. A guerra teve um duplo efeito: aumentou o prestígio do poder real, o que contribuiu para a centralização, e fomentou particularidades locais, com cada região tendendo a se isolar e a garantir sua própria defesa, dadas as deficiências do governo central. Essas duas tendências contraditórias são evidentes na conduta dos Estados Gerais. Essas assembleias, eleitas segundo métodos extremamente variados, representavam a elite burguesa, nobre e clerical do reino. Seu principal objetivo era votar sobre impostos, e elas se reuniam apenas mediante convocação real. Mas também serviam como meio para os súditos expressarem suas queixas. Eram, portanto, o equivalente ao Parlamento inglês. Contudo, enquanto este último se tornou o principal mecanismo de governo, os Estados Gerais franceses caíram em desuso: nada ilustra melhor a evolução divergente dos sistemas políticos francês e inglês durante a Guerra dos Cem Anos.

Na França, a realização de uma verdadeira Assembleia Geral de todo o reino tornou-se praticamente impossível em um país dividido em territórios separados, onde províncias inteiras estavam sob controle inglês, rivalidades e tensões locais eram exacerbadas e a comunicação era extremamente difícil. Durante o reinado de Carlos VII, o rei convocou a Assembleia Geral quatro vezes, mas uma sessão verdadeiramente eficaz só foi realizada uma vez, de setembro a novembro de 1428, em Chinon. Mesmo assim, muitos delegados estavam ausentes: nenhum delegado da Normandia, muito poucos da Île-de-France, os de Rouergue se recusaram a comparecer e os de Languedoc estavam descontentes por terem que viajar. Desejos piedosos foram expressos: a pilhagem tinha que cessar, a luta contra os ingleses tinha que ser travada com mais eficácia, Richemont tinha que ser reconduzido ao cargo e as finanças e o sistema judiciário tinham que ser reformados. Em 1439, foi feita a última tentativa de uma assembleia geral: os habitantes de Languedoc e Rouergue se recusaram a comparecer.

França do século XV e deve ser levada em consideração para contextualizar o suposto surgimento de um "sentimento nacional". De fato, existiam uma França meridional e uma França setentrional, que mal se entendiam e cujos representantes se recusavam a sentar juntos. Por isso, na prática, o rei convocava cada grupo separadamente: os Estados da Língua de Oïl e os Estados da Língua de Oc. Os primeiros reuniam delegados de Touraine, Maine, Anjou, Orléanais, Poitou, Saintonge, Angoumois, Marche, Limousin, Berry, Auvergne, Bourbonnais, Forez, Beaujolais e Lyonnais. O rei convocou-os quinze vezes: em Bourges (1423), Selles (1423 e 1424), Poitiers (1424, 1425, 1431, 1435, 1436), Chinon (1425, 1428), Mehun-sur-Yèvre (1426), Amboise (1431), Tours (1433, 1434) e Orléans (1439). As sessões eram breves: um único dia em Selles em 1423, cinco dias em Poitiers em 1425. Por vezes, a convocação teve mesmo de ser cancelada devido à insegurança reinante, como em Poitiers em 1427. Ou a sessão era dividida em duas para reduzir a duração das viagens: em 1426, alguns dos deputados foram para Mehun, outros para Montluçon.

A eficácia dessas assembleias era muito limitada. Os delegados protestavam contra abusos e expressavam desejos que, em sua maioria, permaneciam piedosos. Apenas duas ordenanças sobre disciplina militar foram promulgadas, em 1431 e 1439, e uma sobre moeda em 1431, nenhuma das quais chegou a ser efetivamente aplicada. Seu principal objetivo era votar sobre impostos, e como o rei passou a renová-los automaticamente a partir de 1440, as assembleias que representavam a língua francófona caíram em desuso. Já as que representavam a língua francófona, que abrangiam os senescais de Beaucaire e Toulouse, permaneceram mais ativas. O isolamento geográfico e a necessidade de estabelecer rapidamente condições de segurança nessas regiões lhes conferiam maior autonomia, e elas também debatiam acirradamente o valor dos impostos. Em 1442, Carlos

VII manifestou sua intenção de aboli-las, mas acabou por mantê-las como simples assembleias provinciais.

O imposto permanente, uma consequência direta da guerra.

A Guerra dos Cem Anos foi uma das causas do declínio das instituições representativas do reino, em benefício do rei. O exemplo mais marcante disso é o sistema tributário, com o estabelecimento do imposto permanente. Que este foi de fato uma consequência direta da guerra é amplamente demonstrado pela cronologia e pelo contexto: a necessidade de arrecadar a enorme quantia devida pelo resgate de João, o Bom, foi a razão para a Ordenança de Compiègne de 5 de dezembro de 1360: um imposto de 12 denários por libra (5%) deveria ser cobrado sobre todas as mercadorias vendidas, bem como um imposto sobre o sal e um imposto de um décimo terceiro sobre o vinho. Então, em 5 de dezembro de 1363, um imposto sobre lareiras de três libras por família, "o forte sustentando o fraco", foi decretado "para a defesa do reino". Em 1369, os Estados de Paris endureceram o sistema tributário: mantendo a taxa de 12 denários por libra e a décima terceira sobre o vinho no atacado, com a adição de um imposto de 25% sobre o vinho no varejo, uma sobretaxa de um quinto sobre o imposto do sal e um imposto sobre lareiras de 6 libras por lareira na cidade e 2 libras no campo circundante. Para organizar a arrecadação de impostos, foram nomeados funcionários dentro das dioceses: estes eram os "funcionários eleitos", eleitos apenas nominalmente. Eles entregavam os fundos aos três "tesoureiros gerais para o resgate do rei", que eram um prelado, um barão e um burguês. Em 1363, foram criados os três "generais eleitos para a defesa do reino" e, em 1369, os doze "conselheiros gerais", também representando os três estados do reino. Eles supervisionavam o uso da receita tributária assinando o verso das ordens de pagamento.

Nem todo o dinheiro chegou a Paris: parte dele foi desviada através do sistema de apanágios, por exemplo, em 1372-1373, 13.000 libras para o Duque de Anjou, 14.000 para o Duque de Orléans e 6.200 para o Duque de Bourbon. No Louvre, em Vincennes e em Melun, milhares de moedas eram guardadas em sacos de couro: esse era o cofre de guerra, destinado ao pagamento das tropas.

Esses impostos sempre foram considerados "extraordinários", ou seja, temporários. O próprio princípio foi debatido com fervor no Conselho Real, e * *Le Songe du Vergier** refletiu essas discussões. A opinião predominante era de que o imposto real deveria ser cobrado apenas em tempos de guerra. Mas se a guerra durasse cem anos, isso o tornaria, na prática, permanente. E foi exatamente isso que acabou acontecendo, como vimos, sob o reinado de Carlos VII. Assim que o conflito terminou, muitos acreditavam que o imposto deveria cessar. Para Thomas Basin, a guerra serviu de pretexto para o estabelecimento de impostos, que são uma forma de tirania: "Assim, o reino da França, outrora uma terra de nobreza e liberdade, foi mergulhado, sob o pretexto da necessidade de manter este exército mercenário, neste abismo de servidão de tributos e exigências, a ponto de todos os habitantes serem publicamente proclamados sujeitos à tributação por vontade do rei, por tesoureiros chamados generais das finanças, bem como por seus escrivães e satélites, e serem de fato tributados da maneira mais desumana, sem que ninguém ouse proferir uma palavra ou sequer apresentar um protesto."

Assim, para Thomas Basin, a Guerra dos Cem Anos conduziu o sistema político francês à tirania. Uma afirmação exagerada, mas que reflete uma realidade inegável: a progressão do poder real rumo ao absolutismo por direito divino. O Rei da França emergiu da guerra fortalecido, consagrado, com um exército permanente, um sistema tributário eficiente, nobreza enfraquecida e

instituições representativas moribundas. Os infortúnios da guerra, assim como seus sucessos, contribuíram para esse desfecho.

O poder real inglês preso num impasse entre o Parlamento e a aristocracia.

Na Inglaterra, a Guerra dos Cem Anos teve o efeito oposto. Lá, o verdadeiro vencedor foi o Parlamento. O papel fundamental dessa instituição já estava bem estabelecido no início do século XIV , mas com a guerra, tornou-se absolutamente indispensável como mecanismo de votação sobre impostos. Os empréstimos estavam longe de ser suficientes para financiar expedições. Desde a Magna Carta de 1215 e os problemas de Henrique III, os reis da Inglaterra sabiam que não podiam prescindir da cooperação dessa assembleia, que precisavam apaziguar aceitando suas petições: conceder pedidos em troca de votação sobre impostos — essa era a negociação usual. Uma das principais razões para o sucesso de Eduardo III foi sua capacidade de envolver o Parlamento em suas decisões. A partir de 1341, após alguns conflitos iniciais, o Parlamento apoiou invariavelmente sua política de guerra. Durante seus 50 anos de reinado, Eduardo III convocou 48 parlamentos. O controle, portanto, foi praticamente constante. Isso destaca a diferença em relação à prática francesa, onde o rei quase nunca consegue convocar uma Assembleia dos Estados Gerais completa.

O reino da Inglaterra, muito menor e mais homogêneo, era obviamente mais adequado à convocação de uma assembleia representativa. Essa assembleia era composta por dois membros. Entre os Lordes, os Lordes Espirituais, que se sentavam à direita do rei, incluíam os dois arcebispos, os bispos e os abades; os Lordes Temporais, à esquerda, eram convocados individualmente, e seu número variava: 63 em 1334, 30 em 1348, 56 em 1351, 38 em 1376, 48 em 1384, 45 em 1388 e 38 em 1397. Foi somente no século XV que a lista se tornou fixa. Duques, condes e barões: toda a alta aristocracia estava representada. A Câmara dos Comuns era composta por delegados dos condados e cidades. Os xerifes eram responsáveis por organizar as eleições de dois cavaleiros por condado e dois burgueses em cada cidade. O número exato de cidades representadas é desconhecido; estima-se que seja em torno de 80. Quanto aos eleitores, são os membros mais ricos das comunidades, tanto urbanas quanto rurais. Dessa forma, o sistema garante um nível satisfatório de representação para as classes mais altas.

As sessões eram geralmente curtas: cerca de dez dias. A comunicação com o rei e a Câmara dos Lordes era feita por meio de delegações e, a partir de 1376, a Câmara dos Comuns passou a ter um porta-voz: o Presidente da Câmara. As relações sob o reinado de Eduardo III eram muito boas. As frequentes ausências do rei apenas fortaleciam o papel do Parlamento. Sob Ricardo II, no entanto, a oposição cresceu e o rei foi forçado a ceder diversas vezes às exigências da Câmara dos Comuns. O Parlamento desempenhou um papel crucial na deposição do rei. Com a nova dinastia, sua posição foi ainda mais fortalecida, pois a base legal do poder de Henrique IV era frágil; ele precisava absolutamente do apoio dos representantes da nação. Sob os Lancaster, praticamente toda a legislação originava-se de petições parlamentares. O rei parecia ter renunciado ao poder de iniciar legislação, transferindo-o para a assembleia. Além disso, a Câmara dos Comuns ganhou cada vez mais poder sobre a Câmara dos Lordes. Esta última reunia-se com menos frequência: em 1406, dos 84 pares convocados, apenas 41 estavam presentes. Durante o reinado de Henrique IV, a média de comparecimento às sessões foi de 60% dos Lordes Espirituais e 50% dos Lordes Temporais. Isso se devia ao fato de a nobreza, mesmo os membros de mais alto escalão, depender quase que exclusivamente da Câmara dos Comuns para expressar seus desejos. Consequentemente, as eleições tornaram-se mais disputadas, pois se percebeu que a Câmara dos

Comuns era, de fato, a verdadeira sede do poder. Os eleitores acorreram em massa à Câmara e, em 1429, uma petição exigiu que o eleitorado fosse estritamente definido, pois, como afirmava o texto (em francês, como ainda era o caso da legislação inglesa na época), as eleições estavam sendo realizadas "por um número excessivamente grande de pessoas residentes nos mesmos condados, a maior parte das quais eram pessoas de pouco ou nenhum valor, cada uma das quais reivindicava ter direito a um voto igual, em eleições que deveriam ser realizadas, até os cavaleiros ou escudeiros mais valentes residentes nos mesmos condados". Um estatuto de 1429, portanto, fixou o privilégio eleitoral em uma renda de 40 xelins e exigiu que os eleitores residissem no condado. Quanto aos eleitos, frequentemente pertenciam à corte dos grandes nobres, o que explica por que estes não consideravam necessário deslocar-se pessoalmente para ocupar seus assentos na Câmara dos Lordes. Muitos membros da Câmara dos Comuns também faziam parte da casa real: em 1453, 18 condados elegiam um *curial* , Hertfordshire e Northamptonshire elegiam dois, e muitos burgos faziam o mesmo, o que obviamente facilitava as boas relações entre o rei e o Parlamento e ajudava a relativizar o enfraquecimento do poder real. O Presidente da Câmara, que era eleito desde 1384, também era frequentemente um homem do rei.

A Guerra dos Cem Anos, contudo, foi um período de enfraquecimento do poder real na Inglaterra: dois soberanos foram depostos e assassinados no século XIV , e a série terminou com a longa minoria de uma personalidade fraca, que mergulhou na loucura em 1453. Certamente, também houve dois gigantes, que deviam sua estatura aos seus sucessos militares, mas suas frequentes ausências e a vigilância constante do Parlamento limitavam sua liberdade de ação.

A sacralização da figura real não teve o mesmo sucesso na Inglaterra que na França. Contudo, baseava-se nos mesmos subterfúgios religiosos. Desde o século XII , o soberano também alegava curar pessoas com escrofulose. Eduardo III, durante sua estadia na Flandres entre 1338 e 1340, recorreu à propaganda para demonstrar que era tão poderoso quanto seu colega e rival Valois naquela região, ou melhor, que somente ele era o rei da França. A coroação do rei da Inglaterra era cercada pelas mesmas lendas que a do rei da França. Aqui também se usa um frasco de óleo sagrado, que teria sido dado pela própria Virgem Maria a Thomas Becket, mas que permaneceu escondido em Poitiers, na Igreja de São Jorge, e que o Duque João II de Brabante finalmente trouxe para a Inglaterra em 1307. Essa história é uma invenção do dominicano Nicolau de Stratton, em 1318. De qualquer forma, o famoso frasco supostamente desapareceu, perdido entre as quinquilharias da Torre de Londres, o que, no entanto, demonstra uma certa indiferença em relação aos dons celestiais. Então, milagrosamente, Henrique IV o redescobriu logo após destronar Ricardo II, o que lhe permitiu, em 1399, ser ungido com o óleo de Thomas Becket, mitigando assim sua ilegitimidade. O engano é bastante flagrante, especialmente porque aproveitam a oportunidade para alterar a lenda: foi o Duque de Lancaster quem encontrou o frasco em Poitiers, o deu ao Príncipe Negro, e depois ele se perdeu novamente; Ricardo II o encontrou, mas somente após sua coroação, o que significa que ele não havia se beneficiado das virtudes do óleo sagrado. Já que estão nisso, acrescentam uma profecia: o primeiro rei a usar esse óleo seria o conquistador da Normandia e da Aquitânia.

Até mesmo a credulidade medieval tem seus limites. O frasco de Thomas Becket é ainda mais improvável que a ampola de São Remígio, e os próprios ingleses são bastante céticos a respeito. O caráter sagrado de seu rei é muito menos pronunciado do que na França. Por outro lado, a reflexão jurídica sobre a natureza do poder real é mais avançada, e isso não é vantajoso para o soberano. A maioria das obras teóricas relacionadas à monarquia são simplesmente tratados morais que enumeram as virtudes do rei ideal, mas é a deposição de Ricardo II que oferece a oportunidade

de esclarecer os limites do direito monárquico. Era necessário, de fato, justificar essa deposição e, portanto, explicar quais limites o soberano não deveria ultrapassar.

Esses limites são fixados pela lei natural. O rei está sujeito à lei; ele não tem o direito de alterar um estatuto sem o consentimento do Parlamento; ele não tem o direito de perseguir o Presidente da Assembleia se este expressar opiniões diferentes das suas. Esses conceitos foram formulados pelo jurista John Fortescue, que se tornou *Juiz-Chefe* , ou Procurador, do Tribunal *do Rei* em 1442. Em sua obra * *De Natura legis Naturae** , ele distingue três tipos de *dominium* , ou exercício da soberania. No primeiro, que ele chama de "domínio régio", o chefe reina de acordo com suas próprias leis, que pode alterar à vontade; o rei não consulta o povo, a quem pode tributar como bem entender. Esse sistema era o dos antigos reis, como Ninrode, e é o da monarquia francesa. Ao contrário, no "domínio político", são os cidadãos que fazem a lei, e o governo pode ser coletivo; esse era o sistema da República Romana. Finalmente, há o sistema inglês, que é uma combinação dos dois anteriores, onde o rei cria a lei de acordo com os representantes do povo e com a lei natural. Em * *De laudibus legum Anglia** , Fortescue retoma a imagem da cabeça e do corpo, emprestada do * *Policrático* * de João de Salisbury: “Assim como a cabeça do corpo físico é incapaz de alterar os nervos, ou de negar força ou nutrição sanguínea aos seus membros, também o rei, que é a cabeça do corpo político, é incapaz de alterar as leis desse corpo, ou de privar o povo de seus bens sem ser convidado ou contra a sua vontade. Eis aqui, Príncipe, a forma da instituição do reino político.”

Em muitos aspectos, o sistema político inglês que emergiu da Guerra dos Cem Anos foi, de fato, um compromisso original que se consolidaria nos séculos seguintes: era simultaneamente uma monarquia aristocrática e democrática. O poder da alta aristocracia, combinado com o do Parlamento, limitava o poder real. O governo central foi reduzido a um pequeno número de entidades: o Conselho, três secretários, o Tesouro e os tribunais. A Chancelaria era o coração do sistema, e sua eficiência aumentou sob Henrique V devido às suas frequentes ausências, já que ele precisava governar a Inglaterra de sua tenda durante as campanhas militares. Na prática, ele tinha dois governos: um embrionário sob seu controle, cujas decisões eram autenticadas pelo anel *de sinete* , e um governo plenamente estabelecido em Westminster, centrado no Chanceler. A Guerra dos Cem Anos contribuiu para aprimorar a eficiência da máquina governamental.

Isso é especialmente verdadeiro no que diz respeito à política fiscal. A grande conquista da monarquia inglesa foi sua capacidade de envolver o povo inglês nos empreendimentos reais na França por meio da tributação. Pode-se dizer que, na Inglaterra, a guerra é uma questão privada, financiada pelo povo e dirigida pelo rei. Os ingleses são como acionistas nessa empreitada, esperando retornos, e o Parlamento é como o conselho de administração, supervisionando a gestão do soberano. Os ingleses, portanto, sentem-se muito mais envolvidos no conflito do que os franceses, e não é surpreendente que, como veremos no próximo capítulo, o patriotismo inglês tenha se desenvolvido antes do patriotismo francês, e de uma forma diferente.

O rei da Inglaterra fazia questão de relatar os acontecimentos de suas campanhas ao Parlamento, a fim de envolvê-lo no esforço de guerra. Por exemplo, em 1343, Eduardo III incumbiu Bartolomeu Burghersh de explicar à Câmara dos Comuns que a Trégua de Malestroit havia sido concluída a pedido do Papa, mas que ele, o rei, não queria se comprometer sem consultar os representantes do povo: "Devo enviar representantes a Avignon?", perguntou-lhes. Cada batalha, cada tratado era objeto de um relatório detalhado. Em 1346, um documento encontrado em Caen, que previa uma invasão francesa da Inglaterra, foi lido perante a Câmara dos Comuns: uma boa maneira de manter o *espírito combativo* dos ingleses. A Câmara dos Comuns apreciava

a confiança que o rei depositava neles e, em geral, concedia-lhe prontamente os impostos que solicitava. A guerra do rei é a guerra de todo o país, e essa solidariedade, totalmente inexistente na França nas primeiras décadas do conflito, explica em grande parte a confiança dos exércitos ingleses e suas vitórias.

As receitas ordinárias do rei eram, naturalmente, lamentavelmente insuficientes para financiar uma guerra desta magnitude. Auxílio extraordinário era essencial. A Magna Carta já estipulava que, para obtê-lo, o rei precisava da aprovação do "conselho comum do reino". Essa necessidade explica o desenvolvimento simultâneo do Parlamento e da tributação durante a Guerra dos Cem Anos. O déficit crônico impulsionou o engenhosidade dos serviços do Tesouro, promovendo assim a economia política por meio da prática de empréstimos via consórcios mercantis e esquemas para controlar as receitas alfandegárias; o rei acabou monopolizando os impostos sobre a exportação de lã. Mas, apesar de todas essas medidas, as despesas excediam regularmente as receitas, daí a importância dos resgates para cobrir o déficit. A guerra forçou melhorias nos métodos de gestão financeira do governo e, em particular, o desenvolvimento de um orçamento provisório genuíno. Por exemplo, o orçamento para 1362-1363, de um Michaelmas ao seguinte, prevê despesas de 98.929 libras, 10 soldos e 10 denários, incluindo 12.000 libras para a casa real, 14.000 libras para a sua construção, 7.500 libras para salários de guerra na Irlanda, 4.000 libras para as guarnições de Calais, Dover e Berwick, e 5.600 libras para salários de guerra na França. As receitas projetadas atingiram apenas 45% das despesas: 42.254 libras, 13 soldos e 4 denários. "Assim, as despesas excederão as receitas no ano mencionado em 56.674 libras, 17 soldos e 6 denários, que serão recuperados e pagos por meio de resgates da França e da Borgonha e das receitas de Ponthieu e Calais."

As dificuldades financeiras crônicas da monarquia também tiveram uma séria consequência política: a crescente dependência do rei em relação a alguns financistas e à alta aristocracia. Os primeiros, como Richard Whittington, emprestavam generosamente ao Tesouro, enquanto os duques e condes eram frequentemente obrigados a adiantar as despesas militares de seus cargos, sendo reembolsados apenas tardiamente e de forma incompleta. Henrique V devia £ 5.737 em salários atrasados ao Conde de Northumberland por suas despesas como Guardião da Marca Oriental Escocesa; devia £ 1.054 ao Duque de Exeter como Guardião da Marca Ocidental e £ 1.007 a Richard Grey. Essa situação piorou durante a menoridade de Henrique VI, cuja renda anual média era de £ 75.000 e cujas despesas chegaram a £ 95.000. Assim, a guerra, por meio das enormes despesas que acarreta, confirma a fragilidade do poder real inglês, preso na armadilha formada pelo Parlamento, que vota sobre os impostos, e pela grande aristocracia, que tem enormes reivindicações sobre o soberano.

A eficácia do exército inglês no século XIV : O grande arco, uma arma mítica.

Se há uma área que a Guerra dos Cem Anos transformou significativamente, é sem dúvida a do exército e das técnicas militares. O conflito começou com flechas e terminou com tiros de canhão: essa simplificação mascara mudanças profundas com implicações sociais e culturais.

Desde o início, as diferenças entre os dois exércitos eram marcantes. Do lado inglês, o exército de estilo feudal, composto por vassalos que prestavam serviço militar gratuito e por tempo limitado, já estava obsoleto há muito tempo, embora o rei ainda recorresse a ele na Irlanda em 1332 e na Escócia, pela última vez em 1333 e 1385. O exército de Eduardo III era composto por soldados profissionais remunerados. Eles eram contratados por um capitão, que assinava um

contrato de *servidão* com o soberano, estipulando a força do exército, a duração do serviço, o valor do soldo e várias compensações. Havia muitos voluntários, devido à perspectiva de pilhagem, salários e remissão de delitos criminais. Para as grandes campanhas, no entanto, um número de homens, com idades entre dezesseis e sessenta anos, era recrutado em cada aldeia pelos comissários das *comissões de recrutamento* , e sua manutenção era de responsabilidade da comunidade. Os líderes eram membros da alta aristocracia, que se presume serem guerreiros natos. Eles contam com a ajuda de capitães experientes, como Calveley, Knolles, Scales, Talbot e Fastolf.

Todos são cavaleiros, trajando armaduras pesadas que combinam cota de malha e placas de metal com um capacete com viseira. As armaduras estão evoluindo rapidamente; tornando-se mais complexas e mais caras. Nos últimos anos da guerra, o cavaleiro de cavalaria pesada, o homem de armas, veste armadura completa, o "arnês branco", um conjunto complexo de peças de metal articuladas, que é tanto um símbolo de status social quanto uma forma de proteção. A armadura, que custa uma fortuna, distingue o nobre de alta patente, transformando-o em uma estátua viva, impassível e indestrutível, o homem de ferro, cujas falhas, medos e feiura agora são invisíveis a todos, quando, com a viseira abaixada, ele é reconhecível apenas por seu brasão. A armadura é mais eficaz em desfiles do que em batalhas; simbolicamente, é uma maneira de a nobreza reafirmar dramaticamente sua natureza distinta em uma era de declínio da importância social.

Mais eficazes, por serem mais móveis, eram os cavaleiros de armamento mais leve, os *hobelars* , cujo nome deriva de *hobyns* , pôneis de origem irlandesa. Armados com espada, faca e, por vezes, lança, eram utilizados em operações de reconhecimento e de guerrilha. Gradualmente, cederam lugar ao arqueiro montado, o guerreiro que tornou o exército inglês famoso durante a Guerra dos Cem Anos.

O arco ocupa um lugar fundamental na história da guerra. É uma arma com profundo significado cultural. Na mitologia, não só oriental, mas também grega, é a arma do herói. Apolo é um arqueiro divino e, na *Odisseia* , o arco é tanto o objeto que permite a Odisseu afirmar sua legitimidade quanto matar seus pretendentes. É também com um arco que Diana caça e Eros fere corações. A velocidade da flecha, sua capacidade de atingir à distância e seu poder de penetração conferem-lhe um aspecto mágico, quase sobrenatural. No mundo cristão, porém, o arco tem uma conotação bastante diabólica: é a arma dos Quatro Cavaleiros do Apocalipse, dos executores de São Sebastião, dos exércitos do Inferno e dos muçulmanos. Os anjos, por outro lado, lutam com a espada, a arma nobre e leal, a arma do combate corpo a corpo. Na guerra feudal, as armas de longo alcance, que permitiam a qualquer plebeu matar um príncipe, eram consideradas desleais. Sabe-se que, no século XII , a Igreja tentou proibir a besta. Assim como o arco, era a arma de camponeses, mercenários, caçadores e foras da lei: de Robin Hood a Guilherme Tell, eram instrumentos de libertação popular, de desafio à ordem estabelecida, os Kalashnikovs da Idade Média.

A ampla adoção do arco pelo exército inglês foi, portanto, uma verdadeira revolução cultural, um triunfo da praticidade e da eficiência sobre as tradições cavalheirescas. O arco em questão era de um tipo muito especial: o *arco longo* , com dois metros de altura, que só podia ser usado por um soldado de infantaria. Exigia força e habilidade e, portanto, prática regular, incentivada na Inglaterra desde o reinado de Eduardo I. Um bom arqueiro podia disparar até dez flechas por minuto e perfurar uma cota de malha a 150 metros. Mas era uma arma exclusivamente defensiva: os arqueiros, estacionários e posicionados nos flancos do corpo principal da batalha, em um ângulo e ligeiramente à frente, dizimavam as cargas inimigas — eram as metralhadoras da Idade Média. Isso explica os intermináveis impasses entre os exércitos antes das batalhas: nenhum dos lados queria lançar o ataque. Mas fora das batalhas, os arqueiros viajavam a cavalo, o que lhes dava

grande mobilidade. Esses homens eram geralmente camponeses prósperos, homens livres, pequenos proprietários de terras, yeomen (pequenos agricultores) , muitas vezes dos condados do oeste, particularmente Cheshire. Movidos por um forte espírito de camaradagem e bem remunerados – 6 pence por dia – eles abraçaram a causa real e foram imbuídos de patriotismo.

O exército também inclui soldados de infantaria, em sua maioria galeses, com seus uniformes verdes e brancos, cuja principal tarefa é eliminar os inimigos com facas. Eles recebem 2 pence por dia. Além disso, há inúmeros técnicos: especialistas em mineração, especialistas em escavação, carpinteiros, ferreiros, pedreiros, armeiros e muitos outros. Os serviços de abastecimento devem fornecer comida para vários milhares de homens em marcha por meses, o que exige uma organização notável.

Se havia muitos voluntários no exército inglês, era porque a guerra na França oferecia excelentes oportunidades. O pagamento por si só era atraente: mesmo um soldado de infantaria galês ganhava em 80 dias o equivalente à renda anual de um fazendeiro; um arqueiro, em 25. Mas também havia bônus a cada quatro meses e, acima de tudo, os espólios que podiam ser coletados ao longo do caminho. Os cronistas relatam que não havia uma inglesa que não carregasse uma pequena joia trazida de Caen, Harfleur, Calais ou de outros lugares por um marido, um parente ou um amante. Às vezes, mais do que pequenas lembranças eram trazidas: objetos litúrgicos eram particularmente valorizados; em 1381, um alfaiate de Nottingham acumulou mercadorias no valor de 36 libras, uma pequena fortuna para a época. E, para os oficiais, havia os resgates. É compreensível que a guerra fosse extremamente popular na Inglaterra, mesmo que houvesse reclamações ocasionais sobre os impostos que ela gerava. O que queremos são líderes competentes que conquistem cidades e alcancem vitórias importantes. Ir lutar na França também significa aventura, o orgulho do combatente, o espetáculo de bandeiras e armaduras, liberdade e o prazer de saquear cidades e belas mulheres. Durante cem anos, a França foi o campo de batalha dos ingleses.

Este aspecto deve ser levado em consideração para compreender a longa sequência de sucessos ingleses. O ambiente no exército inglês era completamente diferente do do exército francês. Por um lado, havia tropas coesas, homogêneas e unidas, integrando tanto plebeus quanto aristocratas, com os nobres depositando total confiança em seus arqueiros. Era um exército bem comandado, com espírito conquistador, cuja confiança era reforçada por cada vitória. Por outro lado, havia um exército heterogêneo, composto em parte por mercenários estrangeiros desmotivados, que falavam línguas diferentes e era permeado por desconfiança e rivalidades sociais. A nobreza persistia na crença de que a guerra era seu domínio, que todo nobre era um guerreiro nato e que os arqueiros comuns eram desprezíveis, inúteis e até mesmo perigosos para o seu próprio lado. Como vimos, eles não hesitavam em subjugá-los, se necessário, para enfrentar o inimigo.

O exército francês, do cavaleiro ao canhão.

Apesar dos crescentes reveses, o cavaleiro mantém seu prestígio, e somente muito lentamente reconhece seu declínio. O exército é um microcosmo que reflete estruturas sociais mais amplas. O nobre, que vive de seus senhorios, vê sua posição ameaçada tanto pela diminuição de sua renda quanto pela evolução da tecnologia militar. Enquanto antes ele formava a espinha dorsal do exército feudal, comparecendo ao chamado do recrutamento com seu pequeno grupo de guerreiros, cujo tamanho dependia da importância de seu feudo, agora ele é substituído pelo soldado profissional, infante ou cavaleiro. O verdadeiro cavaleiro, aquele que foi nomeado, torna-se uma relíquia incômoda, formando com seus colegas um grupo pitoresco, colorido e quase folclórico:

revestido de ferro, carregando sua pesada lança, indisciplinado, buscando glória pessoal no combate corpo a corpo, ele não se adapta mais às novas formas de luta. Não vamos exagerar: ainda representa uma força impressionante e, se o terreno permitir, suas cargas ainda podem ser mortais. No entanto, é mais adequado para desfiles e demonstrações do que para batalhas reais. Para fazer outra comparação com o século XX , é um pouco como o navio de guerra pesado enfrentando ataques aéreos na Guerra do Pacífico: completamente superado.

E então, o cavaleiro se desnorteia com o realismo que rege a guerra moderna. Uma guerra que mata: eis algo novo! Claro, os nobres adversários sempre tentam fazer prisioneiros para obter resgate, mas os soldados de infantaria e mercenários, que nada têm a esperar e a quem a rendição é recusada, matam sem remorso; açougueiros e carpinteiros na vida civil, sabem muito bem como encontrar o ponto fraco da armadura para cravar a faca, como quem abre uma ostra. Ao matar o nobre, têm a satisfação de se vingar do inimigo de classe mais do que do inimigo "nacional", e se não conseguirem um resgate, sempre podem saquear os cadáveres. As batalhas da Guerra dos Cem Anos, como vimos, resultaram em uma hecatombe do lado dos vencidos, o que era uma novidade.

Os cavaleiros também não são adequados para a guerra naval. Lutar no convés de um navio, onde também se corre o risco de enjoar, não condiz com a dignidade de um nobre. Os ingleses não têm tais reservas. Os condes e o próprio rei participaram da Batalha de Sluys. Em meados do século XV , no *Debate dos Arautos da França e da Inglaterra* , um tratado que discute os méritos respectivos dos dois exércitos, o arauto inglês pergunta ao seu homólogo francês por que o rei da França não construiu uma frota de guerra. A resposta: batalhas navais não são cavalheirescas, o enjoo marítimo é indecoroso e, além disso, há o risco de afundamento: "Pois há perigo e perda de vidas, e Deus sabe o que é ter piedade quando Ele causa uma tempestade, e o enjoo marítimo é um fardo pesado para muitos suportarem." "Além disso, há a vida dura que se deve levar, o que não é muito compatível com a nobreza."

A ética cavalheiresca não desapareceu por completo. Alguns resquícios foram mantidos, mas apenas quando serviam para se livrar de uma situação difícil ou para salvar as aparências; os vestígios das convenções cavalheirescas foram explorados cinicamente a serviço do novo realismo, e, nesse aspecto, a Guerra dos Cem Anos foi de fato uma guerra de transição. Príncipes e reis desafiavam-se para duelos a fim de resolver suas disputas homem a homem, mas isso era pura propaganda: os duelos nunca aconteciam de fato. Eles combinavam o campo de batalha e a data, mas não hesitavam em emboscar o inimigo se a oportunidade surgisse. Prisioneiros eram libertados sob palavra se fossem considerados um fardo. O formalismo era particularmente evidente durante os cercos: a cidade se rendia se reforços não chegassem até uma determinada data. Um costume cavalheiresco peculiar ainda era frequentemente observado: fazer um juramento. Na maioria das vezes, envolvia a imposição de uma privação que serviria como estímulo para a ação. O famoso *voto da garça,* feito na corte de Eduardo III na véspera da guerra contra a França, é o arquétipo. Cada lorde faz um juramento perante o rei e sua dama: o Conde de Salisbury jura não abrir o olho direito até ter lutado na França, e Froissart relata ter visto ingleses cobrirem um dos olhos com um pano até terem realizado um feito heroico. Em Dinan, Thomas de Canterbury jura não dormir em uma cama até ter enfrentado Du Guesclin, e este jura não beber nada além de sopa de vinho até ter lutado contra Thomas. Em Pontvallain, Bertrand jura não desmontar nem comer pão até ter travado batalha; em Moncontour, ele jurou não desarmar até que a cidade fosse tomada; em Sainte-Sèvère, ele fez dois votos: executar todos os franceses que haviam se aliado aos ingleses e não comer nem beber até que isso fosse cumprido.

Em *A Decadência da Idade Média* , Huizinga analisou essa prática: “É aqui que aparecem os próprios fundamentos do ideal cavalheiresco. O caráter bárbaro é tão manifesto nos votos que é impossível duvidar da conexão que une a cavalaria, os torneios e as ordens aos costumes primitivos… O voto cavalheiresco pode ter um significado religioso e étnico, o que o coloca no mesmo patamar do voto religioso; pode também ser romântico e amoroso por natureza e, finalmente, é possível que degenere em um divertimento cortesão. Essas três características ainda estão, de fato, presentes e unidas; o voto é a consagração da vida a um ideal sério; é também a zombaria que brinca, em certa medida, com a coragem, o amor e os interesses do Estado.”

O exército do rei francês, de estrutura arcaica sob Filipe VI, evoluiu após as derrotas. Apesar da resistência, o recrutamento e as táticas foram modernizados. Sob Carlos V, a prática do contrato de retentor tornou-se generalizada. A grande ordenança de 13 de janeiro de 1374 regulamentou esse método de recrutamento. Nela, o rei indicou que os capitães retentores eram frequentemente desonestos: durante as inspeções, apresentavam aos marechais contingentes fictícios, que depois enviavam de volta, ficando com o pagamento dessas tropas imaginárias. Não comunicavam as partidas prematuras de seus homens aos tesoureiros de guerra para continuarem recebendo seus salários. O equipamento necessário não era fornecido. Para evitar essas práticas, o rei organizou um sistema de inspeções mais eficiente, sob a responsabilidade dos Marechais da França e seus oito tenentes. Cada homem deveria comparecer totalmente equipado, sem possibilidade de substituição, e jurar servir nesse estado enquanto permanecesse a serviço do rei. Os capitães recrutarão apenas homens de armas de boa qualidade e reputação, aos quais não concederão licenças excessivas. Devem comunicar as suas ausências e evitar causar danos à população civil. Os pagamentos serão feitos pelos escrivães dos marechais em grupos de pelo menos cem homens. Só se pode ser nomeado capitão da reserva por carta patente do rei, dos seus tenentes ou de um príncipe.

As táticas tornaram-se mais realistas, sobretudo graças às ações pessoais de Du Guesclin, que envolviam operações de assédio utilizando astúcia e surpresa. Historiadores acadêmicos muitas vezes desconsideraram esse senhor da guerra, que demonstrava pouco respeito pelas leis da guerra e pela grande estratégia, mas é preciso reconhecer que ele soube aproveitar ao máximo os recursos limitados à sua disposição. Sua abordagem à guerra era, sem dúvida, a mais adequada ao contexto de sua época, num momento em que a Guerra dos Cem Anos se transformava em guerra de guerrilha. Suas ações se encaixavam perfeitamente na estratégia geral de defesa ativa desenvolvida por Carlos V: evitar grandes batalhas, entrincheirar-se em fortalezas inexpugnáveis e deixar o inimigo se desgastar enquanto o assediava constantemente. O conflito havia entrado então em sua fase de desgaste, e os métodos pouco ortodoxos do Condestável provaram ser eficazes.

A organização militar francesa continuou sua adaptação sob Carlos VII, e as principais reformas por ele implementadas alteraram o equilíbrio de poder: a partir da década de 1440, o exército francês tornou-se inegavelmente superior. O recrutamento, com as companhias de artilharia, passou a ser de alta qualidade; as táticas finalmente evoluíram o suficiente para neutralizar a vantagem dos arqueiros ingleses, por meio da escolha criteriosa do terreno e do fim das imprudentes cargas de cavalaria. Por fim, o poder da artilharia tornou-se um grande trunfo. Assim como o arco, o canhão era mais do que apenas uma arma. Possuía uma dimensão cultural que moldava a mentalidade. Combinando ruído e fogo, esse dispositivo parecia ter vindo diretamente do inferno, descrito como uma descoberta "não humana, mas diabólica" por Francesco di Giorgio. Por volta de 1390, John Mirfield menciona "este instrumento bélico ou diabólico comumente chamado de canhão", do grego *kanun* , ou do latim *canna* , tubo. Na época de Carlos

VII, as bombardas já não eram uma novidade: as primeiras haviam surgido nos campos de batalha um século antes. Mas foi na primeira metade do século XV que essa arma se tornou verdadeiramente eficaz, com diversos modelos adaptados a diferentes usos: bombardas, veuglaires, culverins, serpentinas, crapaudeaux, crapaudines, courtauds e morteiros, que disparavam bolas de pedra ou ferro. As técnicas de fabricação melhoraram com a introdução de moldes cilíndricos; a pólvora era de melhor qualidade. Engenheiros, como os irmãos do Bureau, aperfeiçoaram os métodos de uso e o ajuste do fogo. As máquinas variavam muito em tamanho: veuglaires e crapaudeaux pesavam entre 1,5 e 5 toneladas, e havia os gigantescos: 7,5 toneladas para *Mons Meg* , que ainda pode ser visto no Castelo de Edimburgo, e 16,5 toneladas para *Dulle Griet* . Em 1410, o Duque de Brabante mandou forjar um canhão de 35 toneladas em Bruxelas!

Daí os problemas de transporte. Na maioria das vezes, o cano e a câmara do canhão eram transportados em duas carroças de quatro rodas e precisavam ser descarregados antes do uso. Por exemplo, o transporte do *Bergère* , uma bombarda que participou do cerco de Orléans em 1429, exigiu uma carroça puxada por 29 cavalos para o cano e outra com 7 cavalos para a câmara. Ao longo do caminho, as estradas também precisavam ser reparadas e as pontes reforçadas. Em 1436, a bombarda *Bourgogne* exigiu duas carroças de transporte: uma com 48 cavalos para carregar o cano e a outra com 36 cavalos para a câmara.

A eficácia dos canhões em batalhas campais era bastante limitada devido à sua baixa cadência de tiro e alcance reduzido. Uma vez disparada a primeira salva, o inimigo podia avançar sem receio, apoderar-se das armas e destruí-las com pregos. Por isso, eram protegidas por paliçadas, fossos e taludes, como em Castillon, em 1453, onde, excepcionalmente, a artilharia causou estragos devido ao ataque desesperado de Talbot: os canhões dispararam diretamente contra a densa multidão de atacantes e, "a cada tiro, cinco ou seis caíam no chão, todos mortos". Em guerras de cerco, contudo, a artilharia era absolutamente indispensável, e foi graças ao poder do parque de artilharia de Carlos VII que a reconquista das cidades normandas e gascãs foi tão rápida. Todos os teóricos enfatizavam o papel dos canhões no ataque e na defesa de fortalezas.

Prática e teoria da guerra

A condução da guerra e o desenrolar das batalhas evoluíram consideravelmente ao longo de um século. É evidente que a Guerra dos Cem Anos impulsionou o que hoje chamamos de arte da guerra. A ideia de uma estratégia global era bastante rudimentar, mas não totalmente ausente. Do lado inglês, aproveitaram-se as vantagens proporcionadas por suas bases em Calais, Bretanha e Guiana. A vastidão do território a ser conquistado e a limitada mão de obra disponível levaram à preferência por incursões, que seguiam um plano abrangente para reforçar as fortalezas fronteiriças e enfraquecer as defesas inimigas. Essas incursões demonstram um domínio notável do terreno em uma época em que não existiam mapas do mundo e os avanços eram feitos com a ajuda de guias, espiões e informações coletadas junto a mercadores e figuras religiosas. Ser capaz de planejar e dominar um teatro de operações que abrangia centenas de quilômetros – e por vários meses – demonstra qualidades táticas notáveis.

As campanhas quase sempre ocorriam no verão, por razões óbvias de facilidade de deslocamento, abastecimento e conforto. Das 120 batalhas travadas nos séculos XIV e XV , 88 ocorreram entre abril e setembro. No entanto, as campanhas podiam se estender até o inverno.

Em batalha, a natureza das tropas dita uma tática bastante rotineira: o exército é disposto em uma frente que raramente ultrapassa um quilômetro de largura; os arqueiros são intercalados entre os grupos de cavalaria ou posicionados à frente, com a obrigação de recuar para abrir caminho

para a carga. São eles que iniciam o combate: arqueiros ingleses de um lado, besteiros, principalmente genoveses, do outro. Estes últimos possuem uma arma formidável, porém pesada, e sua cadência de tiro é três vezes menor que a do arco. A cavalaria está em formação rasa: geralmente três ou quatro fileiras, divididas em pequenos grupos compactos chamados estandartes, à frente dos quais está o cavaleiro estandarte, cercado por homens de armas e escudeiros. Seu escudo e grito de guerra servem como pontos de reagrupamento para as tropas no combate corpo a corpo. A carga começa lentamente, atingindo sua velocidade máxima no momento do impacto. O objetivo era então romper a formação inimiga isolando pequenos grupos, cercando-os e capturando os cavaleiros. A infantaria deveria terminar o trabalho, matando todos aqueles que não tivessem sido capturados por não terem valor de mercado. O século XIV testemunhou melhorias na ordem e na disciplina durante o combate: todos tinham uma posição designada; alguns cavaleiros tinham que permanecer na retaguarda ou na reserva, o que muitas vezes era difícil de organizar, pois todos queriam participar do ataque, idealmente na linha de frente, por honra e para poder escolher as melhores recompensas.

Nas batalhas, quem ataca primeiro quase sempre é derrotado, daí a interminável espera antes do confronto. Jean de Bueil estava convicto disso: "Quem marcha perde, e quem permanece a pé e se mantém firme vence". Ele falava por experiência própria. Da mesma forma, recomendava a escolha cuidadosa do terreno antes de lançar uma carga de cavalaria, pois, segundo ele, recuar uma vez iniciado o movimento era impensável: "A batalha a cavalo deve atacar seus inimigos furiosamente, mas precisa estar em um local onde possa avançar, pois realizar uma carga e recuar seria uma derrota na batalha".

Estas recomendações, contidas em *Le Jouvencel* , que data de cerca de 1460, revelam outra inovação decorrente da Guerra dos Cem Anos: o surgimento de uma literatura sobre a arte da guerra. A duração do conflito fez da guerra o estado normal das coisas, integrada à cultura predominante; pelo menos três gerações não conheceram nada além da guerra, e é lógico que ela tenha sido objeto de reflexão e dado origem a tratados teóricos. Esses tratados, além disso, introduziram pouca inovação: suas referências eram os romanos Frontino e Vegécio, o que sugere que a guerra pouco mudou em mil anos. Suas obras podem ser encontradas em certas bibliotecas principescas, e o teólogo Jean de Rouvroy traduziu *os Stratagemata de Frontino para o francês para Carlos VII* , apresentando-os como um catálogo de estratagemas de guerra, sempre úteis porque, segundo ele, as guerras são vencidas pela "cautela e subterfúgio" muito mais do que pela "grande força dos combatentes". Isso demonstra claramente que a guerra cavalheiresca está ultrapassada.

Entre os tratados que obtiveram algum sucesso, destaca-se o escrito em 1327 por Teodoro Paleólogo, traduzido para o francês no final do século XIV por Jean de Vignai, sob o título *Enseignemens et ordenances pour un seigneur qui a guerres et grans gouvernementmens à faire (Ensinamentos e Ordenanças para um Senhor que Tem Guerras e Grandes Governos a Fazer*). Em 1360, o jurista italiano Jean de Legnano escreveu *De Bello, de represaliis et de duello (Sobre a Guerra, a Repressão e o Duelo*); em 1387, o beneditino Honoré Bovet (ou Bonet) publicou *L'Arbre des batailles (A Árvore das Batalhas*), dedicado a Carlos VI; em 1410, Christine de Pisan publicou *Le Livre des fais d'armes et de chevalerie (O Livro dos Feitos de Armas e Cavalaria*). Ao mesmo tempo, Conrad Kyeser descreveu máquinas de guerra e como usá-las em *Bellifortis; e em 1449,* Marciano di Jacopo Taccola publicou *De machinis* .

Monges, teólogos, juristas, mulheres: a guerra realmente diz respeito a todos e é uma preocupação geral. Gerson recomenda Vegécio ao Delfim. "Clero" e "ciência" devem acompanhar

"cavalheirismo" e "destreza", acreditam os autores. O tratado militar adentra o domínio da literatura geral e, sob essa perspectiva, a obra-prima, tanto por suas qualidades literárias quanto por suas observações técnicas, é *Le Jouvencel* . Seu autor é, pela primeira vez, um verdadeiro profissional que sabe do que está falando. Nascido em 1405, ele lutou na guerra por cerca de quarenta anos, e seu livro é uma espécie de autobiografia ficcionalizada. Jean de Bueil ama sua profissão: "A guerra é uma coisa alegre. Ajudamo-nos tanto uns aos outros na guerra. Quando vemos nossa luta bem-sucedida e nosso sangue bem derramado, somos levados às lágrimas." Uma doçura de lealdade e piedade preenche o coração ao ver um amigo arriscando a vida com tanta bravura. A pessoa se prepara para morrer ou viver com ele e, por amor, para nunca o abandonar. Você acha que um homem que faz isso tem medo da morte?

À frente dos exércitos, dizia ele, eram necessários especialistas; o tempo dos amadores havia acabado: “A condução da guerra é astuta e sutil; portanto, é necessário governar com arte e ciência, procedendo pouco a pouco, até que se tenha um conhecimento perfeito dela”. Para ele, “o ponto principal de toda guerra, depois de Deus, é a discrição do comandante”, ou seja, sua competência. Ele dá como exemplo La Hire, que certamente não é discreto no sentido moderno da palavra, com seu longo casaco vermelho e trajes extravagantes, mas que é “um bom doutor da ciência da guerra”. A guerra, como Jean de Bueil a concebe, é assunto para profissionais, realistas e eficientes, que utilizam canhões, propaganda, astúcia e espionagem: “Um príncipe deve destinar um terço de suas despesas a espiões”.

Outros profissionais também contribuíram, oferecendo opiniões fundamentadas na forma de relatórios técnicos. O mais famoso foi John Fastolf, veterano das fases finais do conflito e autor de diversas memórias com conselhos aos comandantes do exército inglês. Em suas memórias de 1435, ele delineou a teoria das chevauchées (incursões), com um plano bastante rudimentar: duas expedições de 3.000 homens cada, partindo de Calais em 1º de junho · fariam um circuito por Artois, Picardia, Laon e Champagne, destruindo tudo em seu caminho. Retornariam a Calais em 1º de novembro ◦ reembarcariam com os despojos. Alguns comandantes pareciam estar realizando pesquisas sérias: Guichard Dauphin, Senhor de Jaligny e Mestre dos Besteiros da França, possuía em sua biblioteca as biografias de Alexandre e César, livros sobre torneios e tratados de Teodoro Paleólogo e Geoffroy de Charny, incluindo * *A Árvore das Batalhas* *. Em 1432, Bertrandon de la Brocquière, em *sua *Voyage d'Outremer* *, dedicada a Filipe, o Bom, imaginou o exército ideal: homens de armas e arqueiros franceses e alemães, juntamente com 1.000 homens de armas ingleses e 10.000 arqueiros ingleses. Nesse exército europeu, os cavaleiros seriam equipados com lanças leves, espadas e machados; os soldados de infantaria, com guisarmes. Para a batalha, arqueiros e ribaudequins seriam posicionados entre a cavalaria. Para manter a coesão, escaramuças e perseguições ao inimigo ao final da batalha eram proibidas.

A guerra está tão profundamente enraizada na cultura que existe uma tendência a caracterizar os povos de acordo com sua proeza marcial. É o que faz o heraldo Berry na década de 1450, em seu *Livro da Descrição dos Países* . Ele classifica os povos de acordo com suas qualidades militares. Eis os napolitanos, que são "valentes homens de armas montados, em maior número, melhor montados e melhor vestidos do que quaisquer outros de todas as nações". Os alemães são "bons besteiros a cavalo e a pé, e disparam bestas de chifre ou tendão que são boas, seguras e fortes porque não quebram". Os húngaros "têm pequenos arcos de chifre e tendão e bestas com as quais disparam, e têm bons cavalos, e são levemente armados e não desmontam facilmente para lutar". Os checos, "quando entravam em batalha contra os alemães, fortificavam-se com seus carros de ferro-carvalho, e tinham varas fortes, ou então ferro-carvalho na extremidade, com uma bala de

chumbo na ponta, e para cada bala atingida, derrubavam um homem, e dessa forma sempre permaneciam em seus carros fortificados." Os suíços o impressionaram: "Esse povo é cruel e rude, e luta contra todos os seus vizinhos, se estes lhes pedirem algo, e tanto nas planícies quanto nas montanhas, podem ser encontrados quarenta ou mil homens juntos para lutar." A qualidade suíça é a revelação da época. O Delfim está cheio de admiração por esses homens que sabem como se matar no local, e Mathieu d'Escouchy relata que líderes experientes lhe disseram que em nenhum lugar jamais "viram ou encontraram pessoas com tamanha capacidade defensiva, nem tão ousadas em sacrificar suas vidas".

Embora os suíços possuíssem todas as qualidades necessárias para servirem de bucha de canhão, os ingleses continuavam sendo o padrão de comparação. O arauto Berry era só elogios: eram cruéis, sanguinários, guerreavam contra todos e até lutavam entre si – ele escrevia durante a Guerra das Rosas – e tinham uma organização notável: “são bons arqueiros e todos homens de guerra. E quando seu rei quer reunir um exército para guerrear na França, Espanha ou Bretanha porque está em guerra com o rei da França e os países mencionados são aliados do rei da França, ele os envia por mar para esses países para obter o que puderem ou, por acaso, morrer, dependendo da grande resistência que encontrarem. Essa nação é cruel e sanguinária.” E eles próprios, em sua própria condição, lutam entre si em seu próprio país, alguns contra outros, e travam grandes batalhas, e tal é a condição deste dito reino, e eles guerreiam contra todos os povos do mundo por mar e por terra, e tudo o que ganham nas terras estrangeiras para onde vão, enviam de volta para o seu reino, e por esta razão ele é rico.

Um dos pontos debatidos nos tratados militares dizia respeito ao armamento do povo comum: deveriam ser armados e treinados para participar da defesa? Os porta-vozes da aristocracia reconheciam o perigo. Christine de Pisan denunciou "o perigo de dar ao povo comum mais autoridade do que merece". Para ela, "não há maior tolice, se me permitem dizer, para um príncipe que deseja obter seu senhorio livre e pacificamente do que dar ao povo comum permissão para se armar". Uma população armada representava um perigo constante de revolta, como demonstraram os eventos na Normandia. Jean Jouvenel des Ursins expressou o mesmo temor, lembrando que, sob o reinado de Carlos VI, em 1384, fora proibido jogar qualquer jogo que não fosse arco e flecha e tiro com besta, e que, se essa proibição tivesse sido aplicada, os camponeses "teriam sido mais poderosos do que os príncipes e nobres". É melhor deixá-los jogar cartas, diz Jouvenel des Ursins. Assim, com o sistema de arqueiros livres, em 1448, contentaram-se em impor o exercício a poucos habitantes por paróquia: um para cada 120, 80 ou 50 famílias. Uma cidade como Poitiers, por exemplo, tinha apenas 30 arqueiros livres, número que logo se reduziu a 12; 8.000 para todo o reino, "e depois disso o povo começou a jogar outros jogos e se divertir como fazia antes".

O problema também surgiu na Inglaterra. Os estatutos de Eduardo I · complementados pelos de Eduardo III em 1328 e 1331, exigiam que todos os homens entre quinze e sessenta anos possuíssem armas ofensivas e defensivas: de uma simples faca a um arco e espada, com cota de malha e capacete, se pudessem adquiri-los. O treinamento também era obrigatório, com exercícios conduzidos sob a direção dos condestáveis. A vantagem era a capacidade de garantir um mínimo de autodefesa no litoral e na fronteira escocesa, mas o perigo não era menos real: milhares de párias, vagabundos e bandidos estavam armados e treinados em técnicas de guerra. Estima-se que, no século XIV · aproximadamente 10% do efetivo do exército inglês era composto por foras da lei, assassinos e outros condenados. A Inglaterra escapou do flagelo das companhias mercenárias e dos bandidos, mas o banditismo era endêmico. Os Robin Hoods eram numerosos, e se roubavam dos ricos, não era para dar aos pobres. Na ausência de uma força policial efetiva, os bandidos

prosperavam. Um exemplo entre centenas: nos primeiros anos do reinado de Eduardo III, os seis irmãos Folville, um dos quais era padre, aterrorizaram Leicestershire durante dezesseis anos, roubando e estuprando.

As rebeliões eram ainda mais perigosas para as autoridades porque até o mais humilde camponês era um especialista no manuseio do machado, da faca e do arco. Em 1353, o Príncipe Negro teve que intervir contra os rebeldes de Cheshire; em 1355, bandos de aldeões de Oxfordshire se levantaram, gritando slogans estranhos e assassinos: " *Havak, havok, smygt faste, gyf good knok"* ("Destrua, saqueie, mate rapidamente, ataque com força"). É compreensível que as grandes revoltas de 1381 e 1450 tenham alarmado seriamente as autoridades.

Os mercenários

A Guerra dos Cem Anos também testemunhou, na esfera militar, a grande ascensão dos mercenários. Desde a Antiguidade, os governantes empregavam tropas profissionais que lutavam por pagamento. No século XIV , as deficiências do exército feudal, particularmente do lado francês, tornaram-nos indispensáveis. De fato, eles garantiriam a transição entre os exércitos feudal e nacional. A crescente necessidade de soldados nessa guerra aparentemente interminável abriu oportunidades inesperadas para uma multidão de indivíduos marginalizados e semi-bandidos, bem como para filhos mais novos da nobreza empobrecida e clérigos destituídos, que encontraram neles uma forma de viver, ganhar dinheiro com salários e pilhagens, enquanto satisfaziam seus instintos impunemente. Contratados por um capitão, pertenciam a uma "rota", uma espécie de irmandade, de 50 a 200 membros. O líder, guiado por um conselho de *cabos* , supervisionava a distribuição dos espólios. A disciplina é imposta dentro do grupo, mas esses mercenários têm liberdade praticamente ilimitada para saquear, matar, torturar, incendiar e estuprar. A violência é sua profissão, e muitos entre eles são indivíduos desequilibrados e psicopatas. Completamente apátridas, eles vêm de toda a Europa, com uma grande proporção de gascões, bretões, flamengos, alemães, italianos e espanhóis. Esses mercenários, como são conhecidos, formam federações em meados do século XIV — as grandes companhias, que já discutimos — que se tornam um flagelo ineradicável após o Tratado de Brétigny.

mercenários medievais , o historiador britânico Kenneth Fowler traçou as origens de 91 capitães de aventureiros que participaram das grandes companhias da década de 1360: 31 eram ingleses, 27 da Aquitânia (incluindo 21 da Gasconha propriamente dita), 4 do Périgord e 2 de Quercy. Alguns tiveram carreiras brilhantes e eventualmente se tornaram figuras proeminentes, ricas e respeitadas, como o famoso Bascot (ou Bascon) de Mauléon, que teve a honra de ser entrevistado pelo grande correspondente de guerra Jean Froissart em Orthez, em 1399. Este béarnais, nascido por volta de 1335, passou a vida em guerra, e suas aventuras parecem saídas de um romance. Inicialmente a serviço do Capitão de Buch, lutou em Poitiers no exército inglês, depois na Lituânia sob o comando de Gastão Febo, na França por Carlos, o Mau, e novamente por Eduardo III. Tendo-se tornado um líder mercenário, devastou o campo e acumulou uma fortuna, o que lhe permitiu viver como um senhor, ostentando sua riqueza. Para ele, como declarou a Froissart, saquear era perfeitamente normal quando não se tinha mais um empregador: era preciso viver! Ele se vangloriava de seus feitos e se apresentava como um homem totalmente honrado. Isso diz muito sobre o declínio dos valores morais provocado pela Guerra dos Cem Anos. Quase na mesma época que Bascon, outros líderes mercenários também se tornaram figuras proeminentes que negociavam com príncipes e reis: já mencionamos Arnaud de Cervole, o Arcipreste, Seguin de Badefol, Bertucat d'Albret, Bernard de la Salle, John Cresswell, Hugh Calveley e Robert

Knolles. Menos conhecidos são os alemães, como Albert Sterz, Winrich von Fischenich, Folekin Volemer, Johann Hazenorgue, Frank Hennequin e dezenas de outros.

Muitos desses líderes eram bastardos de famílias nobres, ou, como se diz no Sudoeste, filhos ilegítimos *:* as famílias Bourc Camus, Bourc de Breteuil, Bourc Campagne, Bourc d'Armagnac, Bourc Lesparre, Bourc de Périgord, Bourc Aussain e Bourc Monsac. Alguns eram de origem humilde: Arnaud de Solier e Petit Meschin eram servos, Frank Hennequin, "um pobre rapaz alemão", segundo Jean le Bel. Para eles, a guerra era um meio de ascensão social. Outros provinham da nobreza propriamente dita, como Seguin de Badefol, filho de um grande senhor de Périgord. Os ingleses ofereciam uma seleção bastante variada. Muitos tinham origens honrosas e vinham dos condados do Norte e do Oeste: John Cresswell era de Northumberland, John Amory e David Holgrave de Cheshire, Geoffrey Worsley de Lancashire e Richard Holon de Yorkshire. Alguns eram assassinos e foragidos: William Bardolf, Richard Holm, que foi para a França após um assassinato em Coventry em 1359; Jannequin Nowell recebeu cartas de perdão na década de 1380 por vários assassinatos, estupros, traições e roubos.

Esses homens eram inegavelmente bons soldados. A expressão coloquial "feras da guerra" os descreve perfeitamente. Alguns possuíam talentos excepcionais, como Bernard de La Salle, um nobre da região de Agen, renomado por sua audácia e agilidade como um "escalador de muralhas forte e sutil", como o chamou Froissart. Em novembro de 1359, ele capturou o castelo de Clermont-en-Beauvaisis "escalando como um gato" as muralhas, um feito que repetiu em La Charité-sur-Loire e Figeac. Em 1375, o Papa o incorporou ao seu serviço. Essas figuras coloridas e formidáveis semearam o terror por décadas no interior da França. A última geração, a de Villandrando, La Hire, Xaintrailles, Jean de Grailly, Mathew Gough, Perrinet Gressart, Jean de Surienne e Guillaume de Flavy, não foi menos temida. Com a Guerra dos Cem Anos, o cavaleiro destemido e, sobretudo, irrepreensível, defensor de viúvas e órfãos, foi definitivamente relegado ao reino dos mitos da era dourada da cavalaria, sendo substituído pelo líder bandido sem lei, uma figura muito real, tanto um bandido quanto um capitão. Ele representa a transição entre o exército feudal e o exército real regular, uma transição longa e dolorosa, da qual a Guerra dos Cem Anos é o episódio principal.

Uma deficiência: a marinha

O recrutamento para o exército e os métodos de combate não foram os únicos aspectos a evoluir durante esse período crucial. A logística também progrediu. A guerra desenrolou-se num teatro de operações surpreendentemente vasto, estendendo-se de Calais a Bigorre e de Brest a Nancy. Os exércitos deslocavam-se a uma velocidade notável, considerando a tecnologia disponível. Os ataques ingleses cobriam centenas de quilómetros em poucas semanas: 900 quilómetros em dois meses na campanha do Príncipe Negro em 1355, devastando simultaneamente o campo e trazendo consigo enormes pilhagens. Nas estradas principais, os percursos eram razoavelmente bem conservados; eram caminhos de terra batida, compactados pela passagem de carroças, com os buracos maiores preenchidos com feixes de madeira. Um grande problema era a navegação. Sem mapas, os comandantes não tinham uma visão geral do país; avançavam à vista, confiando em guias e espiões. Os únicos mapas existentes eram mapas globais, sem qualquer consideração pelas proporções, numa escala tão pequena e com tantas aproximações que eram completamente inutilizáveis. O primeiro mapa confiável data de meados do século XIV , mas está na escala de 1:1.000.000 e cobre apenas a Inglaterra: é o mapa de Gough. Os pontos problemáticos são, obviamente, os vaus e as pontes, que são raros e frágeis. Os mais importantes são fortificados. As distâncias são frequentemente expressas em tempo, e não em extensão. Segundo Le Bouvier,

no século XV , a viagem de Sluis a Saint-Jean-Pied-de-Port, na França, levava vinte e dois dias, e de Brest a Lyon, dezesseis dias. Esses valores são obviamente aproximados, já que pedestres, peregrinos, mercadores e soldados podiam, em terreno plano, percorrer de 30 a 40 quilômetros por dia, e mensageiros rápidos, mais de 100 quilômetros. O recorde parece pertencer ao mensageiro que, em 1381, trouxe a Carlos VI a notícia de que o Rei de Castela havia reconhecido o Papa Clemente VII: três dias para percorrer os 600 quilômetros de Avignon a Paris.

Durante a Guerra dos Cem Anos, as operações anfíbias aumentaram significativamente. A necessidade de atravessar o Canal da Mancha apresentava problemas muito específicos, e é surpreendente notar o quão negligenciada essa área foi. Em 1453, os navios não eram mais adequados para o transporte de tropas do que em 1338. Navios mercantes, totalmente inadequados para esse propósito, ainda eram requisitados. Um navio médio de 60 toneladas, com seu porão profundo e convés muito limitado, mal conseguia transportar mais de dez homens de armas com seus cavalos, que precisavam ser içados a bordo tanto para embarque quanto para desembarque. Um número enorme de navios era, portanto, necessário para transportar um exército: em 1338, 350 navios e 12.000 tripulantes foram necessários para transportar um exército de 4.400 homens para Antuérpia; em 1346, 750 navios foram requisitados para transportar os 7.000 a 8.000 homens de Eduardo III. A travessia levava entre um e dois dias, dependendo do vento, e a partida era frequentemente adiada por semanas. O desembarque poderia ter apresentado sérios problemas. Na verdade, não apresentou, porque o inimigo não conseguia prever o ponto de desembarque. Isso coloca a importância de Calais em perspectiva, já que a cidade era usada mais para reembarque do que para embarque: a maioria das grandes expedições chegava pela Normandia, do Pays de Caux à Península de Cotentin.

O custo de manutenção de uma verdadeira marinha era demasiado elevado para as finanças de qualquer uma das monarquias. Os franceses preferiam contratar os serviços dos castelhanos e genoveses. Em Inglaterra, os Cinco Portos deveriam fornecer 57 navios, cada um com uma tripulação de 24 homens, por um curto período de tempo todos os anos, mas este serviço estava a cair em desuso e os portos também estavam a assorear-se. O principal ponto de encontro das frotas era a zona de Southampton-Portsmouth, que oferecia um porto excelente e abrigado, e o Castelo de Portchester para alojar o comandante da expedição.

Apesar de algumas batalhas navais importantes – Sluys, La Rochelle, Winchelsea – e repetidos desembarques, a Guerra dos Cem Anos foi essencialmente uma guerra terrestre. Os reis pareciam não compreender a importância do controle dos mares, em parte devido às incertezas e aos perigos inerentes à guerra naval. Ventos, tempestades e a impossibilidade de navegar em alto-mar significavam que esse teatro de operações não era facilmente dominado. O Canal da Mancha era simplesmente um trecho de mar a ser cruzado, um obstáculo natural cujo controle não oferecia nenhuma vantagem intrínseca. O único problema que parecia preocupar ambos os governos era o ataque de corsários às costas, que causava danos consideráveis. Mas desenvolver uma verdadeira frota de combate não era uma prioridade. A Guerra dos Cem Anos, ao concentrar a atenção da Inglaterra no território francês, atrasou suas ambições marítimas. Enquanto os dois reinos estavam ocupados com as batalhas, os castelhanos e portugueses começaram a explorar o Atlântico. No ano de Agincourt, os portugueses de Henrique, o Navegador, conquistaram Ceuta; em 1434, chegaram ao Cabo Bojador. As primeiras caravelas começaram a navegar. Um novo mundo se abriu, desconhecido para a França e a Inglaterra.

12
A Guerra dos Cem Anos

Um fator nas mudanças culturais e religiosas

Por mais de três gerações na França e na Inglaterra, a guerra foi a única realidade, do nascimento à morte. Certamente, nem todas as regiões foram afetadas na mesma medida, e mesmo nas áreas mais atingidas, houve tréguas. E a Inglaterra não sofreu diretamente. No entanto, as populações viviam em um clima de conflito perpétuo; alguns homens passaram a vida inteira lutando, desde a adolescência, e morreram em batalha, como Du Guesclin e Talbot: quarenta anos de campanhas militares cada um. De 1337 a 1453, a guerra era a norma; a paz era apenas uma palavra, até mesmo um mito. Como esse estado de coisas não poderia ter consequências na mentalidade coletiva? A Guerra dos Cem Anos deixou sua marca na cultura ocidental.

A normalização da violência e a inevitabilidade da guerra

O efeito mais generalizado foi o aumento da violência nos costumes. É claro que a brutalidade está na raiz das relações humanas desde o princípio; assírios, gregos, romanos e merovíngios têm seus próprios exemplos de horrores. A Alta e a Baixa Idade Média não são conhecidas pela gentileza de seus costumes. Contudo, por meio de esforço paciente, a cristandade promoveu o ideal de paz: a Paz de Deus, a Trégua de Deus, o direito de asilo, a proteção de mulheres, crianças, clérigos e peregrinos, e a proliferação de refúgios de paz que os mosteiros e abadias deveriam representar. Novamente: não sejamos ingênuos, a gentileza está longe de reinar; mas é reconhecida como um valor, e a paz como um ideal pelo qual devemos lutar.

Cem anos de guerra arruinaram tudo isso. No dia a dia, a violência é a norma, pois todos precisam se defender. A ameaça de bandidos, esfoladores e mercenários é constante. Já em 1364, o Papa Urbano V descreveu a situação da seguinte forma: “Multidões de canalhas de várias nações, unidos em armas pelo desejo ganancioso de se apropriar dos frutos do trabalho de pessoas inocentes e desarmadas, prontos para as piores crueldades para extorquir dinheiro, devastam sistematicamente o campo, queimam casas, cortam árvores e vinhas, forçam os camponeses pobres a fugir, atacam, sitiam, saqueiam e destroem castelos e cidades muradas, torturam, sem levar em conta a idade ou o status eclesiástico, estupram damas, virgens e freiras, e obrigam damas gentis a segui-los para seus acampamentos para servir aos seus prazeres e carregar suas armas e bagagens.”

As pessoas vivem em constante medo, e o medo intensifica a agressão. Elas atacam e matam ao menor pretexto, e é um ciclo vicioso. O sistema de justiça responde com punições brutais: enforcamento, afogamento, decapitação, esquartejamento, empalamento, desmembramento, mutilação, tortura, exibição pública de cabeças e membros — não há limites para a variedade de torturas. Em Dijon, em meados do século XV , três falsificadores da quadrilha Coquillarts foram fervidos vivos. Novos métodos de combate desempenharam um papel importante. O combate corpo a corpo os forçava a atacar com a maior ferocidade possível, deixando ferimentos atrozes, como evidenciado pelo exame de esqueletos pela arqueologia medieval. Os sobreviventes estão cobertos de cicatrizes; o número de pessoas que ficaram cegas de um olho é incontável. Lionel de Wandonne, que capturou Joana d'Arc, foi completamente desfigurado por um golpe de machado no rosto desferido por Poton de Xaintrailles; Em 1423, ele saiu da batalha aleijado "nos braços e nas pernas". Seu mestre, Jean de Luxembourg, perdeu um olho; em outra batalha, um golpe de

espada lhe rachou o rosto e o nariz. Não se mata anonimamente como na guerra moderna: crava-se a lâmina no corpo do homem que se enfrenta.

Travamos uma guerra "de fogo e sangue", empregando "crueldades, assassinatos e desumanidades", segundo Philippe de Vigneulles. A violência bélica sempre existiu, é claro, e nossa era não é menos horrenda que a Idade Média nesse aspecto. Mas, durante a Guerra dos Cem Anos, ela não se limitou a ocasionais surtos de violência; tornou-se comum, permeando as relações sociais. As práticas bélicas tornaram-se um padrão. Jean de Bueil as transformou em uma escola de ascetismo onde, por meio do "sofrimento, perigo, pobreza e fome", adquiria-se "honra e glória"; "vestir armadura dia e noite, jejuando o máximo possível" era o equivalente à vida monástica, mas com o objetivo de alcançar a "glória perfeita neste mundo".

Na vida política, o assassinato tornou-se uma prática comum, enquanto que havia diminuído consideravelmente entre 800 e 1300 no sistema feudal. A ruptura das relações pessoais fez do assassinato o meio mais eficaz de resolver disputas privadas e públicas, e o debate sobre o tiranicídio, após o assassinato do Duque de Orléans em 1407, contribuiu para conferir a esse método certa respeitabilidade, inclusive entre o clero: o teólogo Jean Petit não teve dificuldade em encontrar argumentos bíblicos em favor do crime político.

Sob a influência da violência predominante, a própria religião se militarizou. Na primeira metade do século XV , os santos curadores e evangelizadores deram lugar aos santos guerreiros e libertadores. Essa evolução é evidente em um santuário como o de Noblat, por exemplo, perto de Limoges. Ali, São Leonardo, um eremita do século VI com a reputação de libertar prisioneiros, era venerado. Depois de 1400, ele se tornou parente próximo de Clóvis, sendo considerado o salvador de Clotilde e, assim, o guardião da dinastia. Carlos VII fez uma promessa a ele em 1422, e em 1439 peregrinou até o local, trazendo um relicário em forma da Bastide de Santo Antônio, simbolizando a libertação de Paris. Outro exemplo é o santuário de Fierbois. Ali, Santa Catarina era venerada como protetora do reino. Por ter vencido um demônio, acreditava-se que esse demônio representava os ingleses, e soldados vinham em busca de proteção e depunham suas armas. Joana d'Arc foi até lá para encontrar a espada que usaria em Orléans, e não é coincidência que Santa Catarina tenha feito parte de suas visões.

Assim como São Miguel, o arcanjo militar, que começou a ser representado nessa época com armadura e espada, Carlos VII o tornou seu protetor predileto. Já em 1418, ele adotou como emblema um São Miguel armado, triunfante sobre o dragão, com o lema: "Miguel é meu único defensor". O rei declarou que o arcanjo havia realizado "mais milagres para ele do que para Carlos Magno ou São Luís". A resistência do Mont-Saint-Michel aos ingleses confirmou essa crença, e a cruz branca do arcanjo era carregada por suas tropas em frente à cruz vermelha de São Jorge, outro santo militar e matador de dragões.

O próprio misticismo é permeado pelo espírito guerreiro. A vida espiritual é uma guerra perpétua contra o pecado, e os tratados estão repletos de questões sobre táticas, estratégias, ataques, defesas, cercos e as armas da fé contra as tropas de Satanás. "A ciência do combate é talvez a única coisa que faltava a esses eremitas em sua vida sublime, e que, na solidão, sucumbiram", observa Tauler em *A Armadura do Cristão* , enquanto Jean de Bonilla, no *Tratado da Paz da Alma* , descreve a vida como uma longa batalha. Tomás de Kempis, no *Hospital dos Pobres* , lista as armas do cristão: as armas de ouro são os nomes de Jesus e Maria, seguidas pelas armas de prata, bronze brilhante e ferro. A *Imitação de Cristo* aconselha estar sempre em guarda, pronto para atacar ou recuar conforme a situação exigir. Um inimigo é particularmente temido: a luxúria, contra a qual a tática mais sábia é a fuga. Pois render-se está fora de questão, é claro.

O cuidado pastoral também abrange a guerra. Castigo divino pelos nossos pecados, a guerra está onipresente nos sermões da Quaresma da primeira metade do século XV , onde se intensificam os massacres entre habitantes de Armagnac e da Borgonha: "Deus permite as guerras por causa dos infinitos males cometidos por homens nobres e poderosos e por habitantes das cidades"; "quando Deus está irado conosco por causa dos nossos pecados, ele demonstra isso por meio de tempestades, doenças ou guerras". Numa série de quarenta sermões compostos entre 1411 e 1417, o frade franciscano Pierre-aux-Bœufs coloca a guerra na vanguarda das calamidades que Deus envia para nos punir, à frente dos preços altos, da fome, da pobreza e da necessidade, das adversidades, dos massacres, das pestes, das tribulações, do cativeiro e dos resgates, das doenças e das mortes, das dissensões, do cisma e da devastação.

Particularmente reveladora é a ideia da inevitabilidade da guerra: a duração do conflito a confirma; a paz é uma ilusão, uma utopia, um ideal inatingível neste mundo. O fatalismo e a resignação tomam conta. O flagelo da guerra é um aspecto do problema do mal moral, uma consequência do pecado original. Já que a guerra é inevitável porque a humanidade é pecadora, é melhor codificá-la do que tentar em vão eliminá-la: essa é a visão de Honoré Bonet. Além do próprio pecado original, a guerra faz parte das estruturas fundamentais do universo, em que tudo se baseia no confronto: Lúcifer contra Deus, demônios contra anjos, o Mal contra o Bem, o frio contra o calor, os planetas uns contra os outros. Tudo é combate e oposição.

Para o jurista italiano Jean de Legnano, que escreveu um tratado sobre a guerra em 1360, *De Bello, de represaliis et de duello* , as seis razões para os conflitos humanos são: as más ações ficam impunes, os bens materiais são abundantes, não lutamos o suficiente contra o diabo, não consideramos suficientemente os danos causados pela guerra, não avaliamos suficientemente a sua incerteza e não respeitamos os mandamentos de Deus.

O ideal de paz era agora defendido por hereges: a Guerra dos Cem Anos havia invertido todas as perspectivas. As igrejas nacionais estavam tão profundamente enraizadas no clima de guerra que as declarações pacifistas eram praticamente consideradas heresia. Entre os hussitas, embora algumas facções considerassem legítimo resistir à perseguição com violência, o pacifismo prevalecia. Na Inglaterra, Wycliffe e os lolardos também se opunham à guerra. Nesse aspecto, argumentavam, os exemplos do Antigo Testamento eram anulados pelos do Novo, que era inteiramente pacifista: "O assassinato em batalha é expressamente contrário ao Novo Testamento, em virtude da injunção de Cristo ao homem de amar e ter misericórdia de seus inimigos e não matá-los". Essa foi uma das doze proposições lolardas condenadas em 1395, enquanto outra denunciava a profissão de fabricante de armas. Nicolau de Hereford teve o cuidado de separar a batalha espiritual da temporal: "Jesus Cristo, Duque de nossa batalha, nos ensinou a lei da paciência e a renúncia ao combate físico". Os lolardos interrogados nos julgamentos da Diocese de Norwich entre 1428 e 1431 eram todos contrários à guerra, mesmo para defender seu país e suas propriedades.

Por outro lado, os teólogos oficiais defendiam a legitimidade da guerra. Foi o que expressaram os de Cambridge numa declaração de 1393: “Lutar em defesa da justiça contra os infiéis, bem como contra os cristãos, é em si mesmo santo e lícito: sustentar a opinião contrária é estar em erro… Os ensinamentos dos santos padres aprovaram e apoiaram as guerras justas como permitidas e autorizadas para os cristãos, se o seu fim for a defesa da justiça ou a proteção da Igreja e da fé católica. Assim, os santos aprovados pela Igreja concederam indulgências aos homens que iam à guerra por esses motivos; o próprio Deus aprovou guerras justas deste tipo e, na verdade, muitas vezes ordenou ao povo escolhido que lutasse, como se evidencia na leitura de quase todo o

Antigo Testamento… Os cristãos podem defender-se resolutamente, sobretudo, contra os insultos que lhes são injustamente dirigidos, e podem opor força com força, especialmente quando a punição não ameaça imediatamente os agressores." Philippe de Mézières vislumbra a paz apenas em uma utopia, na terra dos Brigadins, onde "eles não guerreiam uns contra os outros", ou na Etiópia, onde "eles não sabiam que era guerra".

Guerra justa, um tema de propaganda

A Guerra dos Cem Anos transformou a teologia da guerra justa. Desenvolvida a partir do século XII com o *Decreto de Graciano* em 1140, e refinada por inúmeros comentários, foi codificada por volta de 1270 por Tomás de Aquino em sua *Suma Teológica* . Havia um consenso de que, para ser justa e, portanto, legítima aos olhos de Deus, a guerra deveria cumprir três condições: deveria ser declarada pela autoridade legítima, o "Príncipe"; deveria ter uma causa justa, como vingar injustiças ou recuperar bens roubados; e, finalmente, deveria ser travada com intenção justa, evitando o mal e buscando o bem, com o objetivo de restaurar uma paz justa. Teólogos e canonistas dos séculos XIV e XV elaboraram sobre esses temas. Entre 1386 e 1390, o monge beneditino Honoré Bonet, em *sua *Árvore das Batalhas* *, tentou estabelecer uma espécie de código de direito internacional, no qual o direito da guerra estaria incluído. Ele enfatiza particularmente o respeito pelos não combatentes e suas propriedades. Este é também o único ponto abordado por William de Pagula em 1330 em * *De speculo regis Edwardi III** . Jean Gerson (1363-1429), Chanceler da Universidade de Paris, observa que os romanos guerreavam apenas por pilhagem e conquista; os cristãos não deveriam imitá-los, mas existem, no entanto, causas justas para a guerra. Na mesma linha, o Bispo de Chalon-sur-Saône, Jean Germain (1400-1461), em * *Le Patron des deux pans de la tapisserie chrétienne** , escrito por volta de 1455 para o clero de sua diocese, menciona como pecados contra o sexto mandamento os casos de soberanos que iniciam guerras por avareza, ambição ou ódio, de capitães que colocam seus exércitos em perigo, daqueles que causam a captura de uma cidade por meio de traição e daqueles que instigam guerras privadas.

Santo Antonino, Arcebispo de Florença, vai além. Em sua *Suma Teológica* , ele declara que a guerra só deve ser travada em circunstâncias verdadeiramente excepcionais e extremas. Implicitamente, ele introduz um novo conceito crucial: o da proporcionalidade. A guerra, quaisquer que sejam seus motivos, causa danos tão grandes que, antes de iniciá-la, é preciso considerar se esses danos superam os prejuízos sofridos pela manutenção da paz. Além disso, "aquele que trava uma guerra injusta é obrigado a reparar todos os danos sofridos por seus súditos que o seguiram, não voluntariamente, mas sob coação": este é o dever de indenizar os súditos.

Tudo isso é, naturalmente, pura teoria. Na prática, a noção de guerra justa é cooptada pelos soberanos como mera ferramenta de propaganda. Cada um alega estar travando uma guerra justa e pede a seus juristas e teólogos que o provem: que reúnam todas as evidências necessárias para demonstrar que, de fato, estão cumprindo as condições exigidas. Isso é brincadeira de criança para os clérigos de ambos os lados. O próprio Froissart não se deixa enganar. Ele mostra como, em 1369, Eduardo III e Carlos V usaram a religião para preparar psicologicamente seus súditos para a retomada da guerra. Todos se sentiram injustamente atacados: "E com isso, o Rei da França, movido por devoção e humildade, mandava fazer procissões contínuas na cidade de Paris com todo o clero, e ele próprio, descalço e sem sapatos, e Madame la Reine também, iam até lá nesse estado, suplicando e pedindo fervorosamente a Deus que os ouvisse e atendesse aos assuntos e necessidades do reino, que há muito se encontrava em grande tribulação. E o dito Rei da França fez de seu reino o seu povo por completo, pela força dos prelados e clérigos, nessa aflição."

“O Rei da Inglaterra agiu de maneira semelhante em seu reino; e ele tinha um bispo em Londres na época, que proferiu muitos sermões grandiosos e belos, e explicou e mostrou ao povo, em seus sermões, que o Rei da França e os franceses, para seu grande erro e preconceito, haviam reacendido a guerra, e que isso era contrário à justiça e à razão, por meio de diversos pontos e artigos que ele lhes apontou. Vendo isso, tornou-se necessário que ambos os lados, já que desejavam guerrear, expressassem em palavras e relatassem ao seu povo os termos da contenda, para que cada um compreendesse com maior convicção a importância de apoiar seu senhor; e a partir disso, todos em ambos os reinos despertaram para a guerra.”

Ao longo da Guerra dos Cem Anos, vemos soberanos ansiosos por apresentar sua causa como um caso de guerra justa, tanto para se tranquilizarem quanto para mobilizar a opinião pública. Eduardo III, particularmente escrupuloso a esse respeito, foi efetivamente apoiado por seu clero. Assim, em seus sermões, o Bispo de Winchester, John Stratford, declarou aos fiéis que a guerra de 1327 contra a Escócia foi travada pela fé, pela justiça e pelo país; Deus estava, portanto, do lado do rei, que, como um soberano valente, arriscou a própria vida em batalha. Em 1337, ele defendeu os direitos de Eduardo III com igual fervor contra Filipe VI na disputa pela Aquitânia, e quando, em dezembro, o Papa enviou cardeais para tentar resolver a crise, os bispos ingleses se uniram em apoio ao rei.

Sem a participação do clero, o esforço de guerra inglês teria sido impossível: somente eles forneciam metade dos impostos, organizavam expedições, construíam armas, máquinas e tendas, transportavam e pagavam salários, e até mesmo prestavam serviço armado quando o país era ameaçado por um desembarque francês, até 1418. A grande maioria da administração era composta por clérigos. Eduardo III cultivava sua imagem de tenente de Deus realizando peregrinações antes de suas campanhas militares e consultando teólogos.

Seu adversário, Filipe de Valois, não lhe cedeu em nada nesse aspecto: antes de partir para as guerras flamengas, visitava todas as manhãs igrejas, hospitais e hospícios parisienses, distribuindo esmolas, beijando os pés dos pobres e servindo-os à mesa; visitou os corpos dos mártires em Saint-Denis, mandou levar o corpo de São Luís ao altar-mor e o venerou. Seu confessor o acompanhou durante a campanha militar; em Kassel, ajudou a salvar sua vida, alertando-o sobre um ataque flamengo e auxiliando-o a vestir a armadura. Em 1336, o rei fez questão de que uma declaração fosse lida em todas as igrejas do reino, demonstrando a todos que o Rei da Inglaterra o estava atacando, "embora tenhamos justa causa e bom direito, segundo o juízo de todo o nosso conselho".

Os filhos de Eduardo III e Filipe VI fizeram jus ao pai: em Poitiers, em 1356, cada um colocou Deus ao seu lado. João, o Bom, carregava consigo os *Milagres de Nossa Senhora* e uma Bíblia histórica, enquanto o Príncipe Negro ofereceu uma fervorosa oração ao Deus das batalhas. O trovador Cuvelier, em *A Canção de Bertrand Du Guesclin* , chega a atribuir ao futuro Condestável, não particularmente devoto, uma exortação às suas tropas sobre o tema da guerra justa: "Não duvideis, Deus e a justa causa em que confiamos nos ajudarão", declarou ele em 1364, antes da Batalha de Cocherel. Ele foi ainda mais longe a ponto de prometer o paraíso àqueles que fossem mortos, reivindicando assim um dos privilégios da guerra santa: "pois aquele que morre em batalha por seu senhor, Deus tem piedade dele e o acolhe em sua glória". Mais tarde, durante sua campanha na Castela, antes de confrontar o Príncipe Negro, Du Guesclin apresentou a iminente batalha como um julgamento de Deus: "Que o Deus das batalhas, que vê a justiça, o destino e o acaso protegendo o homem, esteja do nosso lado". Ao mesmo tempo, Carlos de Blois, cuja beatificação os franciscanos logo garantiriam, intensificou suas devoções durante as campanhas militares na

Bretanha; de temperamento pacífico e hesitante, ele estava perpetuamente ansioso pela justiça de sua causa.

Em 1368 e 1369, após o desastroso Tratado de Brétigny, Carlos V procurou retomar a guerra contra Eduardo III. Consultado, prelados e barões asseguraram-lhe a justiça de sua causa: "Meu senhor, empreenda a guerra com ousadia, o senhor tem uma causa para isso". Fortalecido por esse conselho, o rei começou a preparar o país moralmente: submeteu-se a penitências e procissões e ordenou que seus súditos em todos os lugares o imitassem ao pedir a Deus a vitória.

Henrique V estava particularmente preocupado com sua imagem como rei cristão e administrava cuidadosamente sua propaganda de guerra. Um de seus capelães se esforçou para provar que sua guerra era justa, pois, como escreveu, ele desejava apenas recuperar sua herança legítima, havia oferecido a paz nos termos de Deuteronômio, queria pacificar a cristandade e preparar-se para a cruzada, sua intenção era justa, como demonstrado por seus decretos de guerra, ele tinha a autoridade necessária, já que era o príncipe legítimo, e não pediu ao clero que derramasse sangue: em Agincourt, os capelães foram mantidos à parte, junto aos servos, à bagagem e aos soldados, e apoiaram os combatentes com suas orações.

A primeira biografia de Henrique V, escrita em 1513 por um autor anônimo, contém um episódio curioso: em 1418, Vicente Ferrer foi pregar perante o rei, que estava ocupado conquistando a Normandia, e o denunciou como opressor e destruidor do povo de Deus. Após a missa, o soberano convocou o Mestre Vicente, com quem teve uma longa conversa que durou de duas a três horas. Não sabemos o que lhe foi dito, mas ao final do encontro, o dominicano, convencido pelos argumentos do rei, declarou aos capitães: "Meus senhores e todos os meus mestres, sirvam ao seu mestre com diligência e fidelidade, como têm feito até agora, pois agindo assim vocês agradarão a Deus." Esta manhã, antes de vir para cá, eu acreditava que o vosso senhor, o rei, era o mais tirano dos príncipes cristãos, mas agora penso o contrário, pois asseguro-vos que ele é o mais perfeito e o mais aceitável a Deus, e que a sua causa é tão justa e tão verdadeira que, sem dúvida, Deus é e será o seu auxílio em todas as suas guerras.

Com a Guerra dos Cem Anos, Deus tornou-se, antes de tudo, o Deus dos exércitos. Era Ele quem concedia a vitória, que, em última análise, era o verdadeiro critério de uma guerra justa. Esse já era o argumento do Bispo de Maillezais, perto de La Rochelle, em 1346, para convencer seus paroquianos a não resistirem: as vitórias inglesas eram a prova de que Deus estava realizando milagres para eles e, portanto, que estavam travando uma guerra justa. No século XV , surgiu a prática de celebrar um *Te Deum* pelas vitórias militares. Os troféus tomados do inimigo eram oferecidos ao Deus das Vitórias. Carlos VI doou sua armadura à Catedral de Notre-Dame de Chartres após a Batalha de Roosebeke, em 1382. Carlos VII instituiu uma missa perpétua para comemorar o fim do cerco de Tartas, em 1442.

Os exércitos estavam adornados com símbolos religiosos. Revivendo uma prática das Cruzadas, os soldados adotaram o costume de usar cruzes de tecido de formatos e cores variados, dependendo do exército: a cruz vermelha de São Jorge para os ingleses, a cruz branca para o exército Valois e a cruz vermelha ou branca de Santo André para os borgonheses. Estandartes e bandeiras traziam inscrições religiosas, e alguns estandartes eram considerados objetos quase sagrados: os de Santiago de Compostela e São Lamberto de Liège, por exemplo; os exércitos do Rei da França marchavam atrás do Oriflamme de Saint Denis. Durante as batalhas, os gritos de guerra imitavam ladainhas; eram invocações de santos: "São Jorge pela Inglaterra!" "Nossa Senhora Guesclin!", enquanto os capelães e esmoleiros, retirados com o comboio de bagagens, rezavam aos céus pela vitória. A Guerra dos Cem Anos às vezes assume a aparência de uma guerra

santa, com promessas de paraíso para os "mártires de Deus" que "expõem suas vidas por uma causa justa e em defesa da justiça e da verdade com intenção correta", como diz Gerson, enquanto do outro lado estão os "mártires do inferno", que "apoiam contendas injustas".

O clero e a guerra: uma participação ativa

A propaganda não se preocupava apenas com a noção de uma guerra justa. Ela também cultivava cuidadosamente a imagem do comportamento dos soldados, que deveriam travar uma "boa guerra", ou seja, sem ódio ou crueldade. O inimigo tinha que ser morto, demonstrando-se, de certa forma, algum afeto por ele. Regulamentos abundavam nessa área: proibições contra saques, profanação de igrejas e estupro, como estipulado nos estatutos de Ricardo II em 1385 e nas leis imperiais de 1393. No século XV , proliferaram textos que condenavam toda crueldade e devastação desnecessárias. Uma crônica espanhola declarava que, em uma boa guerra, prisioneiros não deveriam ser mortos, aqueles que se refugiaram em igrejas ou não combatentes não deveriam ser maltratados, e plantações e casas não deveriam ser queimadas. Philippe de Vigneulle exigia "que ninguém force nenhuma menina ou mulher, nem cause qualquer dano a qualquer mulher deitada, e que ninguém cause qualquer dano ou força a qualquer pessoa, seja qual for, como é próprio na condução da guerra". Os soberanos tinham interesse em respeitar essas instruções de boa conduta, que contribuíam para a manutenção da disciplina no exército. Vimos como isso se desenrolou na prática. Os soberanos conduziram campanhas sistemáticas de devastação, das quais os ataques ingleses foram o principal exemplo. O objetivo era enfraquecer o potencial do inimigo, arruinando seus contribuintes e desencorajando qualquer resistência por meio do terror. Alguns mercenários, diz Froissart, "não consideram um homem morto até que lhe tenham cortado a boca como a de uma ovelha, aberto sua barriga, retirado seu coração e o levado embora, e alguns que conhecem sua natureza dizem que o comem como um grande crime e não levam nenhum homem para resgate".

Dada a magnitude dos danos, alguns teóricos defenderam a consideração da proporcionalidade entre os objetivos da guerra e os prováveis prejuízos: um conflito só seria justo se a vantagem obtida com os primeiros fosse claramente maior do que as perdas decorrentes dos últimos. Assim, em 1395, Filipe de Mézières sugeriu o princípio dos dois terços: a parte que se sentisse lesada deveria concordar, desde o início, em ceder dois terços das províncias reivindicadas, cujo equivalente perderia de qualquer forma com os custos da guerra. Essa solução, mais uma vez, era demasiado teórica para ser adotada: como seriam feitas as estimativas?

Teólogos, tanto engenhosos quanto ingênuos, também se preocupam em regulamentar certos pontos de tática. "É permitido usar o engano nas guerras?", pergunta São Tomás. Não, ao que parece, porque o engano é desleal, e está escrito em Mateus que não se deve fazer aos outros o que não se quer que façam a si mesmo; mas Josué usou o engano contra a cidade de Ai. Portanto, há enganos permitidos, como ocultar os próprios planos, e enganos ilícitos, como quebrar promessas. "É permitido guerrear em dia de festa?" Sim, porque não há descanso para o bem comum. É legítimo saquear? Sim, se a guerra for justa e se não for travada por ganância (!). "Pode uma ordem religiosa propor uma vida militar como seu objetivo?" "Sim, desde que só guerreie sob as ordens do príncipe ou da Igreja."

Tudo isso é puramente formal e pode, em última análise, legitimar todas as práticas, desde que uma guerra justa seja travada. Mas o que deve fazer um soldado se duvidar da justiça da guerra que seu soberano está travando? A resposta de Santo Antonino, por volta de 1450, é característica da tendência permissiva dos teólogos: "Um súdito daquele que trava uma guerra, se o segue numa

guerra injusta, sabendo que é injusta, não é, por segui-lo, desculpado do pecado, nem isento de reparar o dano que ele próprio causou; mas se, depois de ter consultado pessoas experientes em tais assuntos, permanecer em dúvida quanto à justiça da guerra, então estará desculpado, pois na dúvida deve obedecer; mas seu senhor não estará desculpado."

O conceito de guerra justa entra em conflito com a obrigação de obedecer à autoridade legítima, que se torna um princípio absoluto, absolvendo o soldado de responsabilidade: o que ele deve fazer se seu superior legítimo lhe ordenar que faça algo ilegítimo, como lutar por uma causa injusta ou executar reféns? Ele deve obedecer; seu superior responderá por isso perante Deus. Esta é hoje a posição da maioria dos teólogos. Enquanto no século XIII Robert de Courçon, Stephen Langton e Thomas Chobham defendiam a desobediência dos súditos em caso de guerra injusta, hoje é aceito que o soldado não é culpado se agir sob ordens. Este princípio, favorável à disciplina nos exércitos, naturalmente goza do pleno apoio dos soberanos. O debate, contudo, é puramente formal: é improvável que o mercenário comum se questione sobre questões éticas enquanto saqueia uma aldeia.

Existe outra proibição canônica que parece não importar mais para ninguém no campo de batalha: a proibição absoluta de um clérigo portar armas, e ainda mais contra lutar e derramar sangue. Esse princípio nunca foi devidamente observado. Na melhor das hipóteses, os mais escrupulosos recorriam a subterfúgios, como o Arcebispo de Mainz que, no exército de Frederico Barbarossa, usava apenas a maça, que permite atordoar um oponente sem derramar sangue (uma afirmação que ainda precisa ser verificada). Mas nem todos possuíam tal delicadeza, como o capelão do Conde de Douglas, que Froissart retrata na Batalha de Otterburn em 1388, participando alegremente da carnificina, machado em punho: “Ele não agia como um sacerdote, mas como um valente homem de armas, pois durante toda a noite, no auge da luta, perseguiu-o implacavelmente, machado em punho, e novamente, como um homem valente, escaramuçou ao redor do Conde, repelindo e repreendendo os ingleses com golpes de machado com os quais os arremessava brutalmente.” Durante a Guerra dos Cem Anos, clérigos de todas as patentes, de simples sacerdotes a bispos, como Henry Despenser de Norwich, participaram dos combates. Alguns senhores da guerra, como o arquipreste, o Abade de Malepaye, eram clérigos. Ninguém se incomoda com isso, pois a guerra agora está tão integrada à vida cotidiana.

Tanto na França quanto na Inglaterra, o clero, longe de condenar a guerra, a justificou e a apoiou ativamente por meio de sermões, orações e participação direta e financeira. Na Inglaterra, contribuições voluntárias votadas pelas convocações de Canterbury e York forneceram somas consideráveis; estas foram complementadas por impostos excepcionais, como uma doação de 50.000 libras em 1371, um *imposto per capita* em 1377 e outro em 1380. Desde o início do conflito, decretos sujeitaram o clero, especialmente nas regiões costeiras, à obrigação de possuir armas e saber como usá-las. Comunidades religiosas e clérigos paroquiais representavam milhares de homens disponíveis. Eles foram convocados em 1400, 1415 e 1418 para enfrentar os ataques franceses; bispos e arquidiáconos revistaram suas tropas. A maioria dos membros da administração militar também era composta por clérigos. Mas foi principalmente por meio da pregação patriótica que eles intervieram, defendendo a causa real. As únicas vozes dissidentes, além do pacifismo dos lolardos (cuja perseguição por Henrique IV e Henrique V é mais facilmente compreendida), foram as de clérigos desiludidos com suas ambições de carreira, como Thomas Hoccleve e William Langland. O episcopado era inteiramente devotado à causa do soberano. Já mencionamos John Stratford, bispo de Winchester de 1323 a 1333, arcebispo de Canterbury de 1333 a 1348, tesoureiro em 1326-1327, chanceler em 1330-1334, 1335-1337 e 1340, que justificou a guerra, atribuindo

toda a culpa a Filipe VI. Em missão diplomática à França, de julho de 1338 a outubro de 1339, ele aproveitou a oportunidade para espionar as defesas: seus agentes coletaram informações sobre Dieppe, as fortificações da costa da Normandia e a composição do exército francês que se reunia em Amiens. Em 1339, ele fez com que o plano francês para a invasão da Inglaterra, descoberto em Caen, fosse publicado em frente à Catedral de São Paulo. Certamente, ele também protestou contra os impostos excessivos sobre o clero e se viu dividido entre seus sentimentos patrióticos e as exortações do Papa pela paz. Mas, como o restante do clero, ele era inglês antes de ser cristão, e esse foi um importante desenvolvimento fomentado pela Guerra dos Cem Anos: a desintegração da Igreja universal em igrejas nacionais.

A Guerra dos Cem Anos: um declínio da cristandade em favor das igrejas nacionais.

O movimento foi tanto espontâneo quanto incentivado. Na Inglaterra, a hostilidade em relação ao papado era uma tradição firmemente estabelecida que remontava pelo menos ao século XII , com os conflitos entre Henrique II e Thomas Becket. O período dos papas de Avignon reforçou essa desconfiança: a série de pontífices franceses residentes na França foi acusada, não sem razão, de parcialidade na guerra. De 1305 a 1378, os sete papas subsequentes foram franceses e intimamente ligados aos Capetianos: Clemente V, de 1305 a 1314 (Bertrand de Got, Arcebispo de Bordéus), João XXII, de 1316 a 1334 (Jacques Duèze de Cahors), Bento XII, de 1334 a 1342 (Jacques Fournier, Bispo de Pamiers), Clemente VI, de 1342 a 1352 (Étienne Aubert de Corrèze), Urbano V, de 1362 a 1370 (Guillaume Grimoard de Languedoc), Gregório XI, de 1370 a 1378 (sobrinho e homônimo de Clemente VI).

Rodeados por cardeais, em sua maioria franceses, os papas se aliaram ao rei da França, mais ou menos abertamente. O mais comprometido foi Clemente VI, a quem Guilherme de Ockham chamou de "cismático", acusando-o de ter provocado a guerra e de apoiar descaradamente o rei da França. Até mesmo um "neutro" como o alemão Conrado de Megenberg reconheceu seu viés, justificando-o ao salientar que os laços entre a França e o papado sempre foram estreitos. O francês Jean de La Porte foi praticamente o único a saudá-lo como um homem de concórdia. Enquanto arcebispo de Rouen, o futuro Clemente VI, em 1339, em um sermão da Quarta-feira de Cinzas, declarou abertamente que Eduardo III era um vassalo desobediente e rebelde, que travava uma guerra injusta. Filipe VI estava tão certo de que tinha o Papa "em suas mãos" que, em 1343, escreveu a Pedro de Aragão sobre Clemente: "que é verdadeiramente nosso amigo". Tanto que o dinheiro dos impostos papais arrecadados na Inglaterra em 1343 e 1344 foi usado para financiar o esforço de guerra francês na forma de empréstimos. Na Inglaterra, essa crença era generalizada. Eduardo III proibiu todos os apelos à corte papal e mandou afixar seu édito nas portas da Catedral de São Paulo e da Abadia de Westminster. O Papa respondeu enviando embaixadores à Inglaterra e ameaçando com represálias caso fossem maltratados. Quando, poucos dias depois, nomeou Luís da Espanha, um aliado próximo do Rei da França, "Príncipe das Ilhas Afortunadas" (as Ilhas Canárias), incumbindo-o de conquistá-las, acreditava-se amplamente na Inglaterra que ele havia incluído as Ilhas Britânicas nessa conquista, a fim de preparar uma invasão francesa. Clemente VI trouxe à luz antigos pergaminhos do início do século XIII que mostravam que o Rei João havia sido forçado a se reconhecer como vassalo da Santa Sé, e os fez ler perante o embaixador inglês. Quando este último lhe salientou que João Sem-Terra não tinha o direito de alienar o seu reino, o papa perdeu a paciência, " *et incoepit aspere loqui* " – "começou a levantar a voz" – observa John Offord, Deão de Lincoln.

Para Clemente VI, era evidente que o Rei da França estava travando uma guerra justa, e para ele, tratava-se de uma guerra tipicamente feudal. Em uma carta de 1346 à Duquesa da Normandia, sobre a morte de seu pai, João da Boêmia, morto em Crécy, ele declarou que este havia morrido *in iusto bello regnum Francie defendendo* , em uma guerra justa defendendo o reino da França. Mesmo em seus planos para uma cruzada, o Papa favoreceu o Rei da França, permitindo-lhe reter os rendimentos dos dízimos arrecadados para a expedição em defesa do reino, enquanto proibia Eduardo III de fazê-lo. Além disso, concedeu indulgências em todos os países cristãos àqueles que participassem da cruzada, exceto na França, para que os melhores soldados do reino não fossem tentados a desertar e, assim, permanecessem à disposição do rei. Finalmente, em 1348, ele fez uma admissão surpreendente: escrevendo a Eduardo III para persuadi-lo a enviar um representante a Avignon para participar de uma conferência de paz, prometeu-lhe que, desta vez, seria imparcial, " *omno partialitate cessante* ", "cessando toda parcialidade", reconhecendo claramente que esse não havia sido o caso até então.

É compreensível que o Papa não seja a pessoa mais indicada para promover a paz. A desconfiança reina. De qualquer forma, os papas medievais não eram exatamente pacifistas exemplares. Foram os primeiros a usar a guerra para resolver seus problemas: na década de 1350, Inocêncio VI incumbiu o cardeal espanhol Agide Albornoz de reconquistar os territórios papais na Itália pela força das armas; em 1373, Gregório XI recrutou mercenários para defender Avignon; em 1376, enviou um legado à frente de um exército contra Florença. E se o Papa buscava restaurar a paz entre a França e a Inglaterra, era unicamente para fomentar a guerra contra os turcos. Os princípios evangélicos eram usados para a paz de um lado, para a guerra do outro.

Em todo caso, a Guerra dos Cem Anos marcou o completo fracasso da diplomacia papal. Como vimos, os legados acompanhavam os exércitos francês e inglês, mas os soberanos só os ouviam quando estavam em apuros e precisavam de uma trégua para recuperar o fôlego. Acabaram-se os dias em que o papa podia ditar seus termos ao imperador, a Filipe Augusto ou a João Sem-Terra. Os reis não iam mais a Canossa. Nem mesmo a ameaça de excomunhão os afetava mais. Era o canhão que restaurava a paz, não as orações do papa.

O Cisma certamente não melhorou as coisas, pois arrastou o papado para a Guerra dos Cem Anos, com cada rei tendo seu próprio papa. Em certo momento, chegou-se a cogitar a resolução do problema pela força: teólogos como Henrique de Langenstein, Conrado de Gelnhausen, Raul d'Oulmont, Jean Goulain e, especialmente, o Cardeal Pierre d'Ailly, ponderaram os prós e os contras de uma abordagem mais conciliatória (*via factis) versus uma* mais rigorosa (*via rigoris*). Ao final do Cisma, foram os franceses que expressaram sua desconfiança em relação a Martinho V, e nos conflitos entre o papa e o concílio, os ingleses tenderam a apoiar o papa, enquanto os franceses tenderam a apoiar o concílio. Em 1422, o papa retomou suas tentativas de mediação entre os reis. Ele enviou um legado, o Arcebispo de Colônia, Niccolò Albergati, a Bourges, Paris e Senlis para se encontrar com o Delfim, Henrique V e Carlos VI. A tarefa que ele lhe confia é como uma admissão de impotência. Como poderia ser diferente, quando todas as preces e esforços diplomáticos permaneceram em vão por quase um século? "Como sabes", escreve o Papa ao seu legado, "uma guerra detestável, instigada por graves e atrozes dissensões entre os príncipes franceses, tem estado e continua a estar a devastar o país, causando o extermínio destes povos e a ruína desastrosa de toda a república cristã; Nós, desejando pôr fim a tantos males e apaziguar os corações endurecidos destes príncipes, e nomear para estas regiões, em prol desta paz tão necessária e santa, um núncio apostólico que possa ser, na presença destes príncipes e destes povos, o pregador adequado e persuasivo da paz e do amor, escolhemo-lo dentre todos os outros prelados

como o mais digno núncio de tão grande paz, para ir ter com o nosso querido filho Henrique, ilustre Rei de Inglaterra, e com os seus queridos filhos, nobres homens, o Delfim e o Duque da Borgonha, e negociar a paz e a concórdia entre eles."

Será que o Papa ainda acredita nisso? Tudo o que Albergati consegue é a realização de mais uma conferência, desta vez em Chalon-sur-Saône. Além disso, ninguém mais dá ouvidos ao Papa. Estranhamente, a situação está até se invertendo. Com a crise conciliar, não é mais a Igreja que tenta estabelecer a paz entre os reis, mas sim os reis que tentam estabelecer a paz dentro da Igreja. Carlos VII intervém diversas vezes para tentar reconciliar o Papa Eugênio IV e o Concílio de Basileia. Agora é ele quem dá conselhos pacíficos aos bispos e ao Papa, e os exorta à moderação! Ele escreve ao Concílio em 28 de agosto de 1433: "É a caridade de Jesus Cristo, o amor filial que nutrimos por nosso santo pai, o Papa, o zelo e a afeição que temos por vossa assembleia, que nos impelem a inspirar em vós sentimentos de paz." Fomos informados, veneráveis Padres, do decreto que recentemente emitiram contra o nosso santo pai, o sumo pontífice da Igreja universal, e, para dizer a verdade, ficamos aterrorizados com ele, temendo os escândalos, a perturbação das consciências e a discórdia que tal medida poderia suscitar nos estados cristãos. Afinal, ainda são poucos os príncipes e reis que têm enviados em Basileia e que consentem com este decreto. Por isso, suplicamos-vos encarecidamente, pela própria misericórdia e caridade de Jesus Cristo, que não controlem tão rigidamente o nosso santo pai, o Papa, para que não surja um cisma desastroso como consequência destas medidas. Ai de nós! Ainda estremecemos ao recordar a cruel divisão que há tanto tempo assola as Igrejas. O que aconteceria se um fogo tão cuidadosamente extinto estivesse prestes a reacender? "Ao mesmo tempo, enviou uma delegação ao Papa, para o instar, da mesma forma, à reconciliação."

Se, em plena Guerra dos Cem Anos, o rei podia se dar ao luxo de dar lições ao Papa e ao Concílio sobre amor fraternal, era porque, na verdade, a guerra lhe permitira, assim como ao Rei da Inglaterra, afirmar sua autoridade sobre a Igreja nacional. Ele era o senhor do seu clero e não precisava mais temer a interferência papal. A cristandade estava fragmentada em igrejas nacionais; o que já se podia chamar de anglicanismo e galicanismo ganhava força. Embora essas tendências já existissem antes da guerra, foi ela que as intensificou, pela necessidade de reunir todas as forças do país em torno do rei. O Papa foi, de fato, o grande perdedor da Guerra dos Cem Anos, que testemunhou o triunfo das forças centrífugas dentro da Igreja. Em ambos os países, documentos oficiais agora afirmavam a supremacia disciplinar do rei sobre o clero.

Na França, essa foi a Pragmática Sanção de 1438. O texto, adotado por uma assembleia do clero realizada em Bourges, reduziu consideravelmente os direitos do Papa: bispos e abades seriam eleitos pelos capítulos; o Papa não poderia mais reservar para si o direito de nomear certos benefícios, nem usar a prática das "graças expectantes", pela qual anteriormente concedia um benefício antecipadamente enquanto o titular ainda estava vivo; ele não poderia mais criar novos canonários; ele não poderia mais consagrar os recém-eleitos, a menos que estes estivessem em Roma no momento de sua eleição, caso em que teriam que prestar juramento de obediência ao seu superior imediato. As eleições para benefícios não deveriam ser baseadas em pressão ou petições, mas unicamente na competência dos candidatos. Contudo, reconhece-se que "o rei e os príncipes do reino, abstendo-se de toda ameaça ou violência, por vezes exercem uma influência gentil e benevolente sobre indivíduos meritórios e zelosos pelo bem do Estado e do reino". Na verdade, o significado de "influência suave" é bem compreendido: o rei tem total discricionariedade para impor seus candidatos. Além disso, um terço dos lucros deve ser reservado para graduados universitários.

O Papa era obrigado a renunciar a todos os impostos cobrados na nomeação para um benefício, como o pálio e as anatas, que representavam a renda anual do benefício em questão. Para atenuar a desvantagem percebida por Eugênio IV, foi acordado que ele poderia arrecadar um quinto dos impostos habituais durante toda a sua vida. Em questões de justiça eclesiástica, os recursos a Roma só podiam ser interpostos após o esgotamento de todas as instâncias intermediárias. A Pragmática Sanção, registrada pelo Parlamento como um édito em 13 de julho de 1439, estabeleceu o rei como o verdadeiro senhor das nomeações eclesiásticas na França.

Na Inglaterra, Eduardo III havia arrogado para si os mesmos poderes, explorando a impopularidade do papa de Avignon devido à guerra. Em 1343, numa carta contundente a Clemente VI, tornada pública para fins de propaganda, invocou razões piedosas, lembrando ao papa que a nomeação de bispos estrangeiros prejudicava a qualidade da vida religiosa, uma vez que esses pastores não conheciam a língua de seus fiéis; a caridade era negligenciada; e as receitas da Igreja eram desviadas para o exterior, especialmente para Avignon. Os fiéis estavam convencidos de que esses fundos estavam sendo usados para financiar os exércitos franceses. Cartas semelhantes foram enviadas em 1344 e 1348, e em 1351 o Parlamento adotou o Estatuto dos *Provisores:* o rei podia destituir qualquer candidato a bispado que possuísse cartas papais de nomeação, caso o capítulo tivesse eleito outro; na prática, o rei nomeava o bispo. Em 1353, o Estatuto de *Praemunire* proibiu o julgamento de um inglês perante um tribunal estrangeiro, o que significava que um candidato nomeado pelo rei não podia ser convocado perante um tribunal papal. Os detentores de comissões papais podiam até ser presos. Medidas semelhantes foram tomadas em relação a benefícios menores. Ricardo II foi além com um segundo Estatuto de *Provisores* em 1390, ameaçando com severas penalidades qualquer pessoa que aceitasse favores papais. Em 1393, um terceiro estatuto proibiu a entrada na Inglaterra de qualquer bula de excomunhão ou carta de provisão para um benefício inglês. Em 1398, Ricardo II concluiu uma concordata com o papa, compartilhando com ele o direito de conceder benefícios.

Todos esses textos, porém, não foram aplicados estritamente. Assim como a Pragmática Sanção, faziam parte de uma manobra diplomática para pressionar o papado. Nenhum dos reis podia se dar ao luxo de romper completamente com a Santa Sé em meio à guerra. Mas na Inglaterra, a oposição à tributação papal era extremamente forte, e o soberano explorou amplamente essa hostilidade como uma espécie de chantagem. Todos os compromissos eram possíveis, como no caso do pagamento do resgate de João, o Bom: quando Inocêncio VI impôs 15.000 libras ao clero inglês para contribuir com o resgate, Eduardo III não apresentou objeções, já que o dinheiro se destinava a ele. Por outro lado, quando doze anos depois Gregório XI quis impor um imposto para suas próprias necessidades, o governo proibiu sua cobrança.

Na Inglaterra, o problema religioso ia além da mera hostilidade ao papado. Existia um genuíno anticlericalismo, que se intensificou com as dificuldades do final do reinado de Eduardo III. Derrotas militares, combinadas com problemas econômicos, o peso dos impostos e a perda de confiança no governo, onde os bispos monopolizavam todos os cargos importantes, criaram condições extremamente desfavoráveis para o clero, cuja riqueza parecia escandalosa. Em 1380, a Câmara dos Comuns declarou que, como o clero possuía um terço das terras, deveria pagar um terço do *imposto per capita de 100.000 libras* . Alguns extremistas chegaram a defender a confiscação dos bens da Igreja. John Wycliffe, em seus sermões e escritos, declarou que, se o clero abusasse de seus bens, o governo poderia confiscá-los, que o papa e seus cardeais poderiam errar e que um papa herege poderia ser deposto. Em sua obra de 1379, **De Eucharistia* *, ele atacou a própria raiz da autoridade clerical: o sacerdócio, e negou o dogma da transubstanciação. Graças à

proteção de João de Gaunt e da Princesa de Gales, e ao apoio de seus colegas em Oxford, escapou da perseguição judicial até sua morte em 1384. Mas suas ideias, radicalizadas por John Ball e pelos lolardos, prepararam o terreno para uma ruptura com o papado. Suas críticas à confissão, ao purgatório, às indulgências, ao monasticismo e à veneração de relíquias e santos difundiram os temas de uma "heresia nacional". Com Wycliffe, e no contexto da Guerra dos Cem Anos, que aumentou a desconfiança em relação ao resto da cristandade, a Igreja Anglicana começou a se aproximar da Igreja Anglicana.

A fragmentação da cristandade em igrejas nacionais era evidente até mesmo nos concílios, que deveriam representar a unidade. Em Constança, as divisões eram tanto nacionais quanto teológicas. A partir de 1415, as votações em sessões solenes passaram a ser conduzidas por nação: ingleses, alemães, franceses, italianos e espanhóis votavam separadamente. Os franceses chegaram a propor que a eleição do papa fosse realizada, dali em diante, pelo Colégio de Cardeais, ao qual seriam adicionados seis representantes de cada uma das cinco nações.

O sentimento nacionalista prevalecia agora sobre o espírito de unidade. A Guerra dos Cem Anos contribuiu enormemente para a desintegração das forças da paz e da unidade. Embora o anseio pela paz certamente tenha motivado apelos em meados do conflito, como o **Livro da Paz * de* Christine de Pisan , ** O Sonho do Velho Peregrino * de* Philippe de Mézières , **Livro de Pedidos do Rei Carlos VI* de Pierre Salmon* e os sermões de Gerson, essa literatura também era, na verdade, inspirada por objetivos nacionais: os autores sugeriam discussões bilaterais, que apenas refletiam a dinâmica do poder, e Christine de Pisan chegou a instar o Delfim a primeiro obter a vantagem no campo de batalha. A ideia de uma paz geral e estável parecia agora utópica, na ausência de uma autoridade internacional credível. O * *De concordancia catholica* *, do cardeal alemão Nicolau de Cusa, publicado em 1433, e o seu **De pace fidei** , publicado em 1453, ambos clamando por concórdia universal, não encontraram ressonância. O fracasso do papado revela que agora apenas a força é capaz de impor a paz, numa Europa onde as nações passaram a ter precedência sobre a cristandade.

Xenofobia e sentimento nacional: França

A Guerra dos Cem Anos foi a causa direta da ascensão das identidades nacionais. Na raiz dessas identidades, mesmo antes da consciência da própria singularidade, residia a rejeição do outro. A identidade cultural começou com a xenofobia. Todos se definiam em oposição, tanto como indivíduos quanto como nações inteiras. Eles não eram como nós e, portanto, devíamos desconfiar deles. Sinais de xenofobia espontânea se multiplicaram durante a guerra. Não se limitavam aos franceses e ingleses: "Preferir um estrangeiro a um compatriota é o oposto do verdadeiro amor", declarou o rei Venceslau da Boêmia no decreto de Kutná Hora de 18 de janeiro de 1409, e acrescentou, em uma frase que não envelheceu um dia sequer em seis séculos: "Consideramos injusto que estrangeiros e imigrantes possam desfrutar da riqueza destinada aos habitantes do país, enquanto estes se sentem oprimidos pela pobreza prejudicial".

Na França, escreveu Thomas Basin, os habitantes por volta de 1410 "tinham horror ao nome 'inglês', completamente desconhecido na época para os locais, apesar da estreita largura do estreito que separava os dois povos e que, como dissemos, remetia mais a feras ferozes do que a homens, aos olhos da maioria dessas pessoas simples". Não seria a própria existência do Canal da Mancha uma prova de que Deus quis a separação entre franceses e ingleses?, pergunta um panfleto da mesma época: "O mar é e deve ser uma fronteira"; como se pode chegar a um entendimento com esses "ingleses estrangeiros cuja língua é desconhecida"? "Como podem bárbaros como vocês...

desejar nos comandar, a nós, os franceses?" O inglês é violento, ganancioso, glutão, grosseiro e embriagado de cerveja, enquanto nós, franceses, somos um povo trabalhador e pacífico. O *Journal* du Bourgeois de Paris está repleto de comentários depreciativos sobre esses comedores de carne cozida, que falam uma língua incompreensível e habitam uma terra sombria, envolta em neblina e chuva. Jean de Montreuil escreve um *Tratado contra os Ingleses* , no qual refuta suas reivindicações à Aquitânia e à coroa francesa. Em 1417, Pierre d'Ailly, perante o Concílio de Constança, critica "os detratores da Gália, os invasores que vêm perturbar sua honra e glória, sua prosperidade e paz". *Le Songe du Vergier* os acusa de travar uma guerra desumana; em todo caso, "a terra da França é mais sagrada que a de Roma", acrescenta; a França é a "Terra Santa", que Jesus ama acima de tudo. Para Étienne de Conty, em seu *Brevis Tractatus* , "o rei da França é considerado o maior, o mais poderoso, o mais nobre, o mais santo e o mais razoável".

Todos esses relatos datam da virada do século XIV para o XV , o que parece marcar a grande ascensão da xenofobia antiinglesa. Essa xenofobia, portanto, não esperou por Joana d'Arc, que é apenas um exemplo. No entanto, isso precisa ser colocado em perspectiva. No norte da França, os casamentos franco-ingleses eram frequentes até 1435. Depois disso, a retirada inglesa representou um problema. Em Paris, em 1437, o Parlamento proibiu uma certa Jeannette, filha de um burguês da rua Saint-Antoine, de se unir ao seu noivo, um soldado inglês, para casar-se com ele e assim "tornar-se inglesa". O Châtelet confiscou a propriedade de Denise Le Verrat, outra filha de um notável, que queria se unir ao marido, Bernardini, que havia se refugiado em Rouen com seus quatro filhos. Ele era italiano, mas profundamente comprometido por seus negócios com os ingleses. E o procurador do rei declara que "todos estão obrigados e vinculados à proteção e defesa do país onde residem, e tanto que estão mais obrigados do que aos seus pais".

Ao que parece, na França, o "patriotismo" era mais uma atitude ditada por exigências administrativas e disseminada de cima para baixo pela propaganda real, transmitida por alguns intelectuais. O patriotismo não se originou no povo. Era uma ferramenta cujo potencial os líderes descobriram e que utilizaram para fins políticos e militares. Os escritos patrióticos da época eram todos propaganda.

A partir da década de 1380, iniciou-se a campanha patriótica, sobretudo por parte dos bispos, que convocavam os bons franceses a lutar contra os ingleses. O caso de Laurent de La Faye, natural de Tours, Mestre de Petições na corte de Carlos V, Bispo de Saint-Brieuc de 1375 a 1379 e de Avranches de 1379 a 1391, é revelador. Cerca de sessenta sermões, recentemente estudados por Hervé Martin, contêm apelos apaixonados pela defesa da pátria: "É melhor para todos nós morrermos na guerra do que ver nossa raça em desgraça"; que aqueles que podem, lutem; que os outros paguem seus impostos sem reclamar: "Portanto, apoiem seu clero e seus cavaleiros, cumpram suas obrigações para com seu rei, e vocês terão a vitória sobre seus inimigos e, assim, obterão a paz, tanto dos inimigos quanto dos saqueadores, tanto temporais quanto espirituais." "Ao mesmo tempo, ele critica os maus cavaleiros, que se tornaram saqueadores da igreja."

Foi também *a toda a cavalaria da França* que Jean de Montreuil se dirigiu em 1411: “Quando vejo que eles [os ingleses] nada desejam tanto quanto saquear e destruir este reino, Deus me livre, e que travam guerra mortal contra todos os seus vizinhos, sinto-os com tamanha abominação e ódio que amo aqueles que os odeiam e odeio aqueles que os amam”. Em 1420, o anônimo *Diálogo da Verdade e da França* declara que “a guerra que eles [os ingleses] travaram e estão travando é falsa, desleal e condenável, mas eles são uma seita de pessoas amaldiçoadas, que contradizem todo o bem e toda a razão, lobos vorazes, orgulhosos, pomposos, hipócritas, enganadores e sem

consciência, tiranos e perseguidores de cristãos, que bebem e engolem sangue humano, assemelhando-se à natureza de aves de rapina, que vivem da pilhagem".

No final do conflito, a propaganda xenófoba tornou-se sistemática. É evidente que a iniciativa partiu dos líderes, dos conselheiros do rei. Escritos patrióticos foram, de fato, colocados sob o patrocínio dos arautos reais. Na década de 1450, surgiram dois livros reveladores. O *Debate dos Arautos da França e da Inglaterra* compara os méritos dos dois reinos e insiste na superioridade da França, que possuía todas as vantagens, em particular a de sua localização geográfica: "O reino da França está muito melhor situado do que você", disse o arauto da França ao arauto da Inglaterra, "pois está entre as regiões quentes e frias". "Na Inglaterra, sempre chove e faz frio, mas na França, que está entre as duas e na melhor posição, a virtude floresce, o ar é ameno e agradável, todas as frutas crescem em abundância e são virtuosas e deliciosas, e o povo vive de forma agradável e confortável, sem muito calor nem muito frio."

Em seu *Livro da Descrição dos Países* , o arauto Berry também exalta as virtudes da França. Gilles le Bouvier, conhecido como o Arauto Berry, nasceu por volta de 1386. Serviu primeiro ao Duque de Berry, depois ao Delfim João e, em seguida, ao Delfim Carlos. Em 1420, era um "cavaleiro dos estábulos do Senhor" em Mehun-sur-Yèvre e, em dezembro daquele ano, tornou-se Rei de Armas. Participou de diversas missões diplomáticas importantes, campanhas militares e entrou em Paris em 1437 antes do rei. Após 1440, viajou para o Oriente, participou da expedição à Guiana em 1451 e faleceu pouco depois de 1455. Sua *Descrição* descreve a maioria dos países europeus: França, Suíça, Baviera, Itália, Hungria, Polônia, Irlanda, Inglaterra, Espanha e Portugal, e descreve seus habitantes. Assim, os gascões são "leves e bons homens de armas", os bretões "cautelosos, ótimos litigantes e bons marinheiros", os flamengos, "perigosos" e rebeldes, o povo de Berry "gente boa, simples e muito obediente ao seu senhor". A França, muito fértil, "é a mais bela, a mais agradável, a mais graciosa e a mais produtiva de todas, pois tem seis meses de verão e seis meses de inverno".

Um dos principais instrumentos para o desenvolvimento deliberado do patriotismo é a história. Desde o final do século XIV , reis e príncipes incentivaram intelectuais a produzir histórias oficiais que glorificassem seu país ou dinastia. Esse movimento se desenvolveu no século XV no âmbito das cortes e do mecenato. Na Bretanha, por exemplo, todas as obras históricas eram encomendadas pelos duques ou compostas por secretários, advogados e oficiais ducais para fins de propaganda, semelhante ao que acontecia em outros estados na mesma época: a *Crônica de Saint-Brieuc* , por volta de 1415, a *Crônica de Arthur de Richemont* , de Guillaume Gruel, e as obras de Pierre Le Baud, Alain Bouchart, Guillaume de Saint-André e Jean de Saint-Paul.

Filipe, o Bom, reuniu a mais prestigiada equipe de cronistas de sua época, que trabalharam a serviço de sua casa: Enguerrand de Monstrelet, Mathieu d'Escouchy, Jacques du Clercq, Jean de Wavrin, Olivier de La Marche, Jean Molinet, Jean Le Fèvre e Georges Chastellain forjaram uma narrativa sob medida para glorificar o passado e o presente da família ducal.

Para o Reino da França, a obra monumental é a altamente oficial *Grandes Chroniques de France (Grandes Crônicas da França*), que narra a epopeia nacional. A ideia é anterior à Guerra dos Cem Anos, mas esta imbuiu a narrativa num sentido patriótico. A ideia teve origem com São Luís, e o primeiro autor, Primaz, um monge de Saint-Denis, já enfatizava a assistência especial de Deus ao Rei da França. Crônicas mais curtas foram então adicionadas, compiladas por outro monge de Saint-Denis, Richard Lescot, por volta de 1350. A obra assumiu então um tom mais nacionalista, refletido no título: passou de *Roman des rois (Romance dos Reis) de* Primaz para *Chroniques de France (Crônicas da França*) de Lescot. Com Carlos V, tornou-se uma obra de

propaganda. Para narrar a história dos reinados de João II e do seu próprio, o sábio rei não escolheu Lescot, apesar de sua considerável competência, mas sim seu chanceler, Pierre d'Orgement. Trata-se de um texto jurídico, apresentado de maneira imparcial, porém convincente, apoiado por evidências, em favor da justa causa do rei. Além disso, o texto é ricamente ilustrado, com miniaturas que conferem peso e brilho à argumentação. Sob Carlos VI, cerca de cinquenta cópias foram feitas e distribuídas a membros da alta aristocracia, contribuindo para a crescente admiração pela monarquia nacional. Seu sucesso foi inegável: outras cinquenta cópias foram feitas no século XV , e Carlos VII incumbiu Jean Chartier de continuar a obra, o que solidificou ainda mais o mito da nação francesa. Bernard Guénée, que traçou a história desta obra monumental, conclui acertadamente: "No desenvolvimento do sentimento nacional francês no final da Idade Média, o conhecimento do passado francês desempenhou um papel fundamental. O sentimento nacional francês tem um componente histórico essencial." As *Crônicas da França* foram, sem dúvida, a história mais elaborada, prestigiosa e talvez a mais amplamente divulgada da França.

O nascimento do orgulho nacional inglês

A Inglaterra não foi exceção no que diz respeito à xenofobia e à afirmação de uma identidade nacional. Parece até que esses traços de mentalidade coletiva surgiram lá antes mesmo de existirem na França. Já em meados do século XIII , o cronista beneditino Mateus Paris considerava todos os estrangeiros maus, a menos que permanecessem em seu próprio país. Eles fariam qualquer coisa para se apoderarem de terras inglesas; a respeito de um grupo de poitevinos que encontrou, fez um comentário depreciativo sobre sua aparência física — como atores, palhaços — e suas vestimentas — botas indecentes. A Guerra dos Cem Anos só pôde exacerbar essa xenofobia. Desde o início, medidas foram tomadas contra os franceses residentes na Inglaterra. Durante a Guerra de Saint-Sardos, um édito real de 13 de outubro de 1324 declarou que "uma vez que a guerra eclodiu entre nós e o Rei da França, foi ordenado por nós e pelo nosso conselho que os estrangeiros, sejam cônegos seculares ou clérigos beneficiados, em todas as igrejas, catedrais e instituições colegiadas, que sejam súditos ou partidários do Rei da França, ou ligados a ele por laços de amizade ou afinidade de qualquer tipo, … que vivam perto da costa ou de rios navegáveis, sejam transportados para lugares mais distantes, onde possam viver sem levantar suspeitas…". Os bispos foram obrigados a fornecer uma lista de todos esses estrangeiros. Em 10 de novembro, todos os súditos beneficiados do Rei da França foram obrigados a prestar juramento perante o seu bispo, comprometendo-se a não fazer nada contra o Rei da Inglaterra.

Em 1340, o *Conto da Rebelião da Inglaterra e Flandres* , dirigido a Filipe VI, declara: "Tu bem podes saber e compreender que nenhum inglês jamais amou um francês." Em 1346, um poema em latim fala da "França efeminada e fariseia, sombra de vigor, / lince, víbora, raposa, loba, Medeia, / sereia astuta e impiedosa, repugnante e orgulhosa." O poema retrata uma disputa entre um inglês e um francês, destacando todos os defeitos deste último. Apresentado principalmente como efeminado, preocupado com o amor lascivo, com suas vestes e seus cabelos, com um andar delicado, ele fala em tom afetado, enquanto o inglês é viril, corajoso e leal. Composto logo após Crécy, o texto expressa o orgulho inglês. Após Poitiers e Agincourt, isso se transforma em pura arrogância: dizia-se que um inglês podia derrotar três estrangeiros. Panfletistas, como o poeta Lawrence Minot e o escriturário de Oxford Geoffrey Baker, desencadearam uma ferocidade e vulgaridade assombrosas contra os franceses. As atrocidades cometidas por corsários durante os ataques à costa inglesa foram amplamente divulgadas para alimentar sermões e discursos francófobos.

Com os reveses e o declínio que começaram na década de 1430, a humilhação alimentou o ódio aos franceses e até mesmo aos estrangeiros em geral. Registrados, monitorados e tributados, tornaram-se alvo de manifestações populares orquestradas pelos círculos mercantis. Para eles, os estrangeiros, tanto quanto potenciais espiões, eram concorrentes dos mercadores nativos, e é por isso que os mercadores hanseáticos e os italianos foram submetidos à mesma discriminação que os franceses. As medidas xenófobas se multiplicaram em 1439-1440, quando a Câmara dos Comuns tomou decisões draconianas: foi organizado um censo completo de estrangeiros, cujos resultados revelaram 16.000 nomes, talvez indicando uma comunidade de 30.000 pessoas, das quais 10% viviam em Londres. Um imposto especial de 1 xelim e 4 pence foi cobrado dos proprietários estrangeiros e de 6 pence dos servos ou clérigos estrangeiros. Apenas mulheres estrangeiras casadas com ingleses, crianças menores de doze anos e servos da nobreza, como os da Rainha Margarida, estavam isentos. Comerciantes estrangeiros e suas transações eram rigorosamente vigiados. Somente trabalhadores altamente qualificados e empreendedores que desenvolviam atividades raras eram bem recebidos, como os fabricantes de vidro ou os dois gregos que chegaram em 1445, especialistas em damasquinagem.

A xenofobia inglesa nunca foi desprovida de motivações econômicas. O estrangeiro era tanto o inimigo político quanto o concorrente comercial, e libelos e panfletos interligavam intimamente essas duas esferas, como exemplificado pelos escritos de John Lydgate em 1436, durante o ataque de Filipe, o Bom, a Calais. Canções e baladas antiflamengas circulavam, ridicularizando os habitantes de Ghent e Bruges como soldados fracos e mercadores desleais. Foi também pouco depois de 1436 que circulou o *Libelle of Englysche Polycye* ("Libelo da Política Inglesa"), uma obra xenófoba, conclamando os bons ingleses a rejeitarem os flamengos, italianos e franceses, e a garantirem o controle do Canal da Mancha. Já encontramos indícios do famoso verso shakespeariano de *Ricardo II* sobre "este lugar abençoado, esta terra, este reino, esta Inglaterra": o autor fala do "verdadeiro caminho da política inglesa / para manter verdadeiramente este reino em paz, / nossa Inglaterra, para que ninguém possa negar / que é o melhor".

Esses apelos encontraram ainda mais força por terem surgido num momento em que a situação militar na França se deteriorava seriamente e os interesses comerciais em Calais estavam ameaçados. Os súditos franceses de Henrique VI que vieram para Londres eram vistos com crescente suspeita, considerados espiões e potenciais criminosos. Segundo R.A. Griffith, biógrafo do monarca inglês, "a propaganda despertou a xenofobia latente dos ingleses e, após Arras, os renovados esforços militares proporcionaram-lhes a oportunidade de demonstrar seu patriotismo de maneira mais agressiva do que antes".

O episódio de Joana d'Arc já havia radicalizado a oposição, transpondo o conflito para o reino sobrenatural e transformando-o em uma oposição maniqueísta entre o Bem e o Mal. Muitas vezes se esquece que Joana d'Arc contribuiu mais para o desenvolvimento do patriotismo inglês do que para o francês. Nesse aspecto, a Donzela merece mais estátuas na Inglaterra do que na França. A "vaqueira", a "prostituta do Delfim", ajudou a ridicularizar os franceses crédulos e supersticiosos, e a propaganda inglesa explorou o episódio mais do que a de Carlos VII. Cartas abertas denunciavam a atitude dos líderes franceses, grosseiros o suficiente para serem enganados por essa criatura imoral em vestes masculinas. Foi precisamente isso que Bedford escreveu a Carlos em 7 de agosto de 1429. Após a execução, o regente enviou uma carta aos duques, príncipes, cidades e prelados para que tirassem lições do episódio. Monstrelet reproduziu o texto, no qual as autoridades inglesas recordam que "esta mulher, que se autodenominava Joana, a Donzela, durante dois anos ou mais, contra a lei divina e a condição de seu sexo feminino, vestiu-se com roupas

masculinas, algo abominável a Deus, e nesse estado transportou-se para a capital do nosso inimigo e do vosso; ... nesse estado, foi para os campos de batalha, liderou homens de armas e arqueiros, em exercícios e grandes grupos, para cometer crueldades desumanas, derramando sangue humano e causando sedições e levantes de povos, induzindo-os ao perjúrio, rebeliões e falsas crenças, perturbando toda a verdadeira paz e renovando guerras mortais, sofrendo ser honrada e reverenciada por muitos como uma mulher santificada, e agindo de forma condenável em vários casos demasiado longos para serem descritos, os quais, no entanto, foram conhecidos em diversos lugares, e que escandalizaram quase toda a cristandade." Jeanne foi considerada culpada de ser "supersticiosa, adivinha de demônios, blasfema contra Deus e seus santos, cismática e errante em toda sorte de fé em Jesus Cristo". Ela reconheceu seus erros, então "o fogo de seu orgulho, que parecia ter se extinguido dentro dela, foi reacendido em chamas pestilentas pelos sopros do inimigo; e imediatamente a infeliz mulher recaiu em seus erros e fúrias… Por essas razões, de acordo com o que os julgamentos e instituições da Santa Igreja ordenaram, para que ela não contaminasse os outros membros de Jesus Cristo, ela foi novamente pregada publicamente; e como havia recaído em seus crimes e faltas, em sua vileza habitual, foi entregue à justiça secular, que imediatamente a condenou a ser queimada". Vendo seu fim se aproximar, ela reconheceu e confessou plenamente que os espíritos que, segundo ela, frequentemente lhe apareciam eram malignos e enganadores, e que as promessas que haviam feito de libertá-la eram falsas. Assim, ela confessou ter sido enganada e zombada por esses espíritos. Em seguida, foi conduzida, amarrada pelo juiz, ao antigo mercado de Rouen, onde foi queimada na fogueira publicamente, diante dos olhos de todo o povo. A santa certamente contribuiu mais para o estabelecimento de um ódio duradouro do que para a reconciliação entre os dois povos.

A propaganda oficial inglesa, muito ativa após o Tratado de Troyes, encontrava-se, contudo, numa posição difícil, pois, embora o rei detivesse agora o título de Rei da Inglaterra e da França, tinha de considerar os franceses como iguais aos ingleses. A propaganda, portanto, concentrou-se no aspecto dinástico, esforçando-se por demonstrar que Lancaster era o soberano legítimo. Para esse fim, recorreram a medidas drásticas, que permitiram alcançar até mesmo o povo comum analfabeto. Em 1423, Bedford encomendou a Lawrence Calot a criação de uma grande genealogia ilustrada, que foi pendurada nas paredes da Catedral de Notre-Dame, em Paris. Em 1425, depois de um cônego de Reims a ter danificado, foi-lhe ordenado que fizesse duas cópias. Em 1426, o Conde de Warwick mandou traduzir um poema intitulado " *Sobre os Direitos à Coroa da França* ", demonstrando que Henrique VI era "da linhagem e do sangue de São Luís". Sermões, canções, cartazes e representações simbólicas esforçavam-se por persuadir o povo dessa verdade.

Mas na Inglaterra, a hostilidade em relação aos franceses superava em muito qualquer sentimento de solidariedade. Os franceses continuavam sendo o inimigo, especialmente porque, a partir da década de 1430, a soberania de Henrique VI sobre "seu" reino da França tornou-se cada vez mais teórica. O Duque de Gloucester, por sua vez, contrário a medidas conciliatórias, esforçou-se para reacender o espírito combativo contra o antigo adversário; em 1437-1438, ele encomendou ao humanista italiano Tito Lívio Frulovisi a escrita de uma *biografia* de Henrique V, concebida como uma grande epopeia em louvor aos exércitos ingleses.

Ao final da guerra, os ingleses se recolheram ferozmente em seu isolamento. Atribuindo a derrota à má gestão dos assuntos públicos, adotaram uma postura isolacionista, que só se intensificaria durante a Guerra das Rosas. Os sucessos das fases iniciais do conflito os haviam convencido definitivamente de sua superioridade, e os reveses no final em nada diminuíram sua arrogância. O orgulho nascido de Crécy, Calais, Poitiers, Agincourt e Troyes estava na raiz do

orgulho britânico que se desenvolveria no século XVI e seria magnificamente expresso por Shakespeare. Esse senso de superioridade era acompanhado por um proverbial desprezo por estrangeiros, por continentais, levando o italiano Andrea Trefisano a observar: "Os ingleses acham os estrangeiros repugnantes e imaginam que eles só vêm à sua ilha para conquistá-la e usurpar seus bens." "Quando veem um estrangeiro bonito", acrescenta ele, "dizem: 'Ele parece um inglês.'"

A guerra linguística

Um elemento fundamental do sentimento nacional é a língua. A Guerra dos Cem Anos testemunhou a formação da divisão linguística, da qual foi parcialmente responsável. Inicialmente, por volta de 1330, as línguas faladas e escritas na França e na Inglaterra não possuíam significado "nacional". O latim, a língua quintessencial da cristandade, ainda reinava supremo nas universidades, nos tratados acadêmicos, nos serviços religiosos e nos documentos mais oficiais e solenes, como os tratados internacionais. Em seguida, vinha o francês, que, em ambos os lados do Canal da Mancha, era a língua da aristocracia desde Guilherme, o Conquistador, bem como a língua da diplomacia inglesa, dos atos judiciais e parlamentares. A população analfabeta, contudo, falava uma variedade de dialetos, e não apenas na França: os ingleses do sul tinham grande dificuldade em compreender os do norte e do oeste, sem mencionar as línguas celtas da Cornualha, do País de Gales e da Escócia. Em 1342, Adam de Carleton, arquidiácono da Cornualha, teve que renunciar por não conseguir entender as pessoas.

Foi sob a influência de tensões crescentes que, mesmo antes do início da Guerra dos Cem Anos, essa Torre de Babel começou a se desenvolver. Já em 1295, Eduardo I acusou Filipe, o Belo, de querer erradicar a língua inglesa. Entre 1300 e 1320, o autor anônimo do poema épico *Cursor Mundi* se posicionou como defensor da língua inglesa contra o invasor francês: "Este livro, eu o escrevi para ser lido em inglês e por amor ao povo inglês, o povo inglês da Inglaterra... É muito raro que, por algum acaso, a língua inglesa seja elogiada na França. Que cada um tenha sua própria língua: isso não prejudica ninguém."

Em 1344, Eduardo III reviveu a curiosa acusação de seu avô: Filipe VI queria erradicar a língua inglesa. Uma alegação absurda, mas que demonstra que, mesmo naquela época, a língua era considerada um elemento importante do patrimônio cultural, ainda que fosse principalmente oral. A posição do rei inglês era, além disso, ambígua. Falando francês e sendo filho de uma francesa, ele ordenou "que todos os senhores, barões, cavaleiros e pessoas honradas de boas cidades tivessem o cuidado e a diligência de instruir e ensinar a língua francesa a seus filhos, para que pudessem ser mais capazes e mais hábeis em suas guerras", escreveu Froissart. E, ao mesmo tempo, por uma lei de 1362, prescreveu que todos os processos judiciais fossem "apresentados, demonstrados, defendidos, respondidos, debatidos e julgados em inglês". Devemos entender isso como um desejo de diversidade socioprofissional no idioma? Falar a língua do inimigo era certamente útil para os militares, especialmente se alguém alegasse representar o poder legítimo. Da mesma forma, os mercadores foram apresentados ao francês do dia a dia por meio de manuais de conversação. Em 1362, o Duque de Lancaster escreveu um livro de piedade, o *Livro das Remédios de Seyntz, em francês* . Já em 1395, Froissart, recebido por Ricardo II, observou que o rei falava e escrevia francês muito bem.

No entanto, a ascensão do inglês parecia irresistível. Em 1385, Jean de Trévise observou que, desde a Peste Negra, todos os estudos nas escolas inglesas eram conduzidos em inglês, enquanto anteriormente eram em francês. E no final do século, William Nassington escreveu: "Alguns conhecem francês, mas não latim, / que frequentaram e permaneceram nas cortes, / e alguns

conhecem um pouco de latim, mas mal conhecem francês; / e alguns entendem inglês, / que não conhecem nem latim nem francês; / mas clérigos e leigos, jovens e idosos, todos entendem a língua inglesa."

O ponto de virada ocorreu por volta de 1400. Foi nessa época que surgiram as primeiras obras literárias verdadeiras em inglês, escritas por autores nascidos durante a Guerra dos Cem Anos. John Gower, de uma família de fidalgos de Kent, estava familiarizado com os movimentos das tropas; ele começou seu trabalho em francês (29.000 versos) e o continuou em inglês a partir de 1392 (33.000 versos). William Langland, nascido em 1332, compôs sua obra *"Piers Plowman"* entre 1362 e 1393. Geoffrey Chaucer, filho de um comerciante de vinhos londrino, participou ativamente da guerra: a campanha de 1359-1360, na qual foi feito prisioneiro e resgatado; Ele esteve com o Duque de Lancaster na Picardia em 1369, realizou diversas missões diplomáticas na França e na Itália, ocupou cargos de responsabilidade e faleceu em 1400. Homem de vasta cultura, versado nas obras de seus contemporâneos franceses Guilherme de Machaut, Eustache Deschamps e Froissart, escolheu deliberadamente o inglês para seus próprios escritos. As primeiras traduções da Bíblia para o inglês, obra dos lolardos, começaram a circular em 1396.

A partir de 1400, a nova dinastia Lancaster explorou o sentimento nacionalista para consolidar sua legitimidade e incentivou entusiasticamente o uso do inglês. Em 1422, por exemplo, os cervejeiros londrinos o utilizavam nos atos administrativos de sua guilda. A literatura nacional floresceu em estreita ligação com a epopeia nacional e, nesse sentido, foi de fato um produto da Guerra dos Cem Anos. Os feitos de Henrique V tornaram-se a base para poemas e crônicas, alguns mais romantizados do que outros. Thomas Malory, em *Le *Morte d'Arthur* *, chegou ao ponto de alterar a jornada de seu herói britânico para coincidir com a dos Lancaster. E agora toda essa literatura tinha um público. A proliferação de *escolas de gramática* e a fundação de faculdades universitárias contribuíram significativamente para o aumento da proporção de pessoas alfabetizadas. O estudo de testamentos mostrou que aproximadamente 20% dos burgueses londrinos possuíam alguns livros no final da Guerra dos Cem Anos. Naquela época, o inglês praticamente havia expulsado o francês da Inglaterra.

Na França, a questão linguística surgiu de forma diferente, visto que o dialeto da Île-de-France não tinha rival a eliminar. Seu único rival era o latim, que permanecia como a língua das obras acadêmicas, dos tratados teológicos e políticos e dos estudos no Quartier Latin. Carlos V empreendeu uma campanha para promover a língua francesa, mandando traduzir para o francês as melhores obras de sua biblioteca. João II já havia encomendado traduções das *Décadas* de Lívio e *do Xadrez Moralizado de Jacques de Cessoles* , mas, com o sábio rei, a tradução tornou-se uma verdadeira política cultural. Christine de Pisan observou que o rei havia mandado traduzir "todos os livros mais notáveis do latim para o francês". A lista é longa e reveladora das intenções do rei. Inicialmente, as traduções consistiam em livros científicos, como *o Quadripartium de Ptolomeu* (1362-1363), *o Livro das Propriedades das Coisas de Aristóteles* (1372), *o Rusticon* (1373) e *a Meteorologia* e Sobre *os Céus e o Mundo de Aristóteles* (1377); também incluíam numerosas obras religiosas e históricas. Por volta de 1370, no entanto, os objetivos tornaram-se mais claros: era necessário traduzir livros de ciência política, essenciais para o trabalho de administração e diplomacia. Nessa área, Nicolas Oresme foi a força motriz. No *prólogo da tradução da Ética e Política de Aristóteles* , ele escreveu que essas obras eram "a arte e a ciência de governar reinos, cidades e comunidades". A tradução para o francês tinha, portanto, um propósito prático, tanto na política interna quanto na externa. Afirmar a identidade e a independência da França era o objetivo, desenvolvido no contexto da Guerra dos Cem Anos. As embaixadas francesas insistiam em

conduzir as negociações em francês, o que desagradava os ingleses: em 1402, dois enviados de Henrique IV à corte francesa declararam que eram "tão ignorantes de francês quanto de hebraico", e em diversas ocasiões no século XV , o início das negociações foi dificultado pelo problema da língua, com os ingleses alegando que não entendiam francês.

No âmbito popular, os mal-entendidos, e consequentemente a desconfiança e a hostilidade, também se agravam devido à barreira linguística: "não os ouvimos [entendemos] o que falam, e eles não nos ouvem", escreveram os burgueses de Paris; "não entendemos o que dizem"; arranjam briga com todos: "os ingleses sempre querem declarar guerra aos seus vizinhos sem motivo".

O nascimento da identidade cultural

A Guerra dos Cem Anos também contribuiu para o desenvolvimento de um argumento particularmente insidioso em favor da identidade nacional: a "natureza". Nada é mais artificial do que a sensação do que é natural, que, em última análise, é uma noção cultural que tem a vantagem de parecer indiscutível. Isso também se aplica ao território nacional. A existência do Canal da Mancha não seria uma prova de que a "natureza" — ou seja, na época, Deus — procurou separar franceses e ingleses? É o que argumenta Jean Jouvenel des Ursins. A noção de território nacional torna-se mais definida. Para os ingleses nas ilhas, é autoevidente. Na França, a Guerra dos Cem Anos também desenvolveu a noção de fronteiras: Froissart, por exemplo, fala em "criar uma fronteira contra os ingleses", e no sudoeste, um documento de 1384 declara que "os inimigos do reino... mantêm uma importante fronteira na terra da Guiana". O guia de Froissart, durante uma excursão à Aquitânia, conseguiu mostrar-lhe precisamente a fronteira entre o Reino da França e o Viscondado de Béarn. No leste, a fronteira entre o Reino da França e o Sacro Império Romano-Germânico, tão indistinta nos mapas históricos, era perfeitamente clara para os habitantes, como demonstram os levantamentos realizados em 1387 e 1390 no castelo de Vaucouleurs: marcos divisórios, riachos e árvores antigas demarcavam o território. Foi por pouco que Joana d'Arc não era alemã.

Cada território tinha seu próprio povo "natural" e seu próprio soberano "natural": este era um dos temas recorrentes da propaganda Valois. "O príncipe legítimo e senhor natural" era o Delfim Carlos, segundo Alain Chartier, e era antinatural lutar por um príncipe "estrangeiro ou novo", como disse Gerson. O soberano natural descendia diretamente do fundador da dinastia; o sangue puro de Clóvis, Carlos Magno e São Luís corria em suas veias. Antes mesmo de surgir a ideia de raça no sentido étnico do termo, a palavra já era aplicada às dinastias reais: as raças merovíngia, carolíngia e capetiana, em torno das quais a historiografia oficial construiu uma mitologia e um panteão.

Um povo, um território, uma língua, um soberano natural: essas ideias emergiram gradualmente em meio às lutas da Guerra dos Cem Anos. Um verdadeiro culto patriótico criou raízes, exigindo devoção e sacrifício. Morrer pela pátria tornou-se o dever mais nobre por excelência, uma nova versão do martírio. A guerra real absorveu a guerra santa: morrer pela fé garantia o paraíso, morrer pela pátria garantia o reconhecimento da nação. A evolução das motivações do cavaleiro é muito clara. E aqui, novamente, a ruptura ocorreu após 1400. No século XIV , o cavaleiro ainda lutava principalmente por razões pessoais. Isso fica evidente tanto no *Livro de Cavalaria de Geoffroy de Charny* , por volta de 1350, quanto na *Árvore das Batalhas de Honoré Bonet* , por volta de 1385-1390. Busca-se honra, o amor da dama, pilhagem, glória; defende-se um amigo, um parente, uma linhagem; esforça-se-se para superar os outros; E em cruzada, claro, morre-se por Cristo. O reinado de Carlos V marca o início de uma transição, com a propaganda real já impregnada de pré-humanismo pelos Marmousets: encontramos em Horácio e Cícero apelos

ao sacrifício em defesa das terras ancestrais. Mas, naquela época, até mesmo o bom Condestável Du Guesclin ainda lutava mais por lealdade feudal e gosto pela ação do que por amor a uma pátria que nem sequer compreendia.

O verdadeiro choque foi o ataque a Henrique V e o cataclismo de Agincourt. A brutalidade do evento, que, de certa forma, poderia ser comparada ao colapso de junho de 1940, despertou uma nova consciência entre os intelectuais franceses. O normando Robert Blondel conclamou os "bons franceses" a "defenderem seu país" contra o "inimigo mortal e ancestral do reino". Seus escritos são repletos de alusões à "França", ao "país francês", e ele foi um dos primeiros a fazer o apelo: o cavaleiro "não deveria temer morrer lutando por sua pátria". Ele também foi um dos primeiros a distorcer o passado recente para resgatar Du Guesclin e retratá-lo como um patriota. Fazendo uma comparação com Heitor, escreveu que "o bom Bertrand, assim como / Du Guesclin, cheio de valor / muitas vezes se preparou / para morrer defendendo a França". Subvertendo também o espírito das cruzadas, ele não hesitou em retratar a Guerra dos Cem Anos como uma guerra santa, na qual "aqueles que morrem por sua pátria são julgados como dignos de viver no paraíso". É verdade que Gerson já havia dito a Carlos VI em 1392 que "toda a cristandade, Senhor, é sua pátria", e que os cavaleiros que "expoem suas vidas por uma causa justa e em defesa da justiça e da verdade com intenção correta" são "mártires de Deus".

Foi também logo após Agincourt que Christine de Pisan escreveu à viúva de Jean de Berry que aqueles que morriam em batalha eram "com os mártires de Deus, escolhidos em justa defesa pela batalha, tornados obedientes até a morte para defender a justiça e o direito da coroa francesa e de seu soberano senhor". Em 1422, Jean de Terrevermeille escreveu que somente a defesa do corpo místico do reino era digna de morte. Nesse mesmo ano, Alain Chartier, em seu *Quadrilogue invectif,* tornou a defesa da pátria algo "natural": para ele, "o amor natural à pátria" obriga a todos a se sacrificarem por ela: "A natureza, acima de tudo, vos obrigou à salvação comum da terra natal e à defesa daquele senhorio sob o qual Deus vos fez nascer e ter vida... Nenhum trabalho deve ser um fardo para vós..., nenhuma aventura deve ser estranha para vós empreender a fim de salvar essa pátria e esse senhorio." "Lutar pela pátria é um direito natural, imutável", afirma a *Crônica de Carlos VI* . O caminho está traçado, o que conduzirá ao "amor sagrado à pátria" e à glorificação de massacres patrióticos.

Para manter esse espírito de sacrifício, o Estado, e portanto o rei neste caso, deve prestar homenagem àqueles "que morreram pela pátria" por meio de comemorações, monumentos, celebrações e até mesmo pensões para suas famílias. Isso é o que Carlos VII parece não ter compreendido, demonstrando total indiferença às notícias das enormes perdas registradas na Batalha de Verneuil em 1424. Um escrito anônimo de 1425 o lembrou "de que, quando houver uma batalha na qual o rei perdeu pessoas de seu sangue, barões, cavaleiros, escudeiros e outros, ele deve mostrar um sinal de indignação e realizar solenemente os ritos fúnebres, pelos quais os amigos dos mortos ficam mais contentes e mais determinados a continuar servindo ao rei e ao bem público até a morte, e assim os filhos daqueles que morreram em batalhas devem ascender em posições de poder e cargos, se forem dignos, antes dos outros, para sempre dar coragem aos vivos para se exporem à defesa do reino e se tornarem valentes."

O rei, ao que parece, aprendeu a lição: ordenou a celebração de uma missa anual para comemorar a captura de Tartas e, sobretudo, foi a força motriz por trás do que ficou conhecido como um "11 de novembro medieval": em 12 de agosto, aniversário da captura de Cherbourg, que marcou a libertação da Normandia em 1450, uma missa solene e uma procissão de ação de graças deveriam ser realizadas em todas as cidades com catedrais, com a participação de todos os clérigos

e chefes de família. Os bispos deveriam proferir um sermão patriótico, e temos o texto do sermão proferido em 12 de agosto de 1451 pelo bispo de Bayeux, escrito por um de seus cônegos, que, aliás, não era francês — o italiano Orlando dei Talenti. Nela, ele agradece a todos os que morreram por "amor à pátria" e os apresenta como exemplos para os vivos, para que não se esqueçam e saibam como lutar no futuro para evitar a servidão: temas comuns a todas as futuras cerimônias em memoriais de guerra. O bispo vai além e transforma a guerra contra os ingleses em uma guerra do Bem contra o Mal, de Deus contra Satanás. Uma visão de mundo maniqueísta com um futuro promissor.

Localmente, as cidades também realizam suas próprias cerimônias comemorativas: Bruges celebra o aniversário de Roosebeke, que foi uma derrota, mas para agradecer à Virgem Maria por proteger seus soldados. Ypres celebra o fim do cerco pelos ingleses, conhecido como Thuyntag; Orléans comemora sua libertação, já em 1430, assim como Rouen após 1449; em Troyes, Abbeville e Compiègne, uma peça, *La Déconfiture de Talabot (A Derrota de Talabot*), é encenada para celebrar a partida dos ingleses.

É óbvio que esses grupos não celebram os mesmos eventos, mas em sua memória coletiva, o Dia de São Crispim, o dia de Agincourt, serve como um feriado quase nacional. Quase dois séculos depois, Shakespeare faz Henrique V proferir palavras que prenunciam "Eu estava em Austerlitz: – Eis um homem corajoso!".

Hoje é o dia de São Crispim.
Quem sobreviver e voltar são e salvo
Em sua casa, erguendo-se em toda a sua altura,
Ele se sentirá exaltado em nome de Crépinien.
Quem presenciar aquele dia e chegar à velhice,
Ele costuma oferecer um presente aos seus vizinhos todos os anos na véspera de Natal.
E ele dirá: Amanhã é o Dia de São Crispim.
Então, arregaçando a manga para mostrar suas cicatrizes,
Ele dirá: Recebi esses ferimentos no dia de São Crispim…
O velho contará essa história ao seu filho.
E Crispin Crispin nunca mais voltará.
A partir de hoje até o fim do mundo, sem que nada seja mencionado.
Nossa memória, a de um pequeno número,
De uma pequena e feliz canção, surge um grupo de irmãos.

Em 1438, quando o Bispo Chichele fundou o All Souls College na Universidade de Oxford, Henrique VI, na carta de fundação, ordenou que ali fossem oferecidas orações "pelas almas do ilustríssimo Príncipe Henrique, falecido Rei da Inglaterra, de Thomas, falecido Duque de Clarence, seu tio, e dos duques, barões, cavaleiros, escudeiros e outros nobres súditos de nosso pai e nossos, *que tombaram na guerra pela coroa da França* ". As almas dos soldados rasos — será que eles sequer tinham alma? — não foram mencionadas, mas a ideia subjacente estava presente. De certa forma, o Rei da Inglaterra estava revivendo a tradição grega, iniciada por Péricles, de honrar os mortos em guerra. Esta é a primeira vez que orações são organizadas pelos mortos da grande guerra, a Guerra dos Cem Anos, e também demonstra uma consciência da unidade dessa guerra, que naquela época ainda não havia terminado, mas já durava exatamente um século (1337-1438).

Diante dos crescentes sinais de uma consciência nacional emergente, é preciso questionar se essa consciência é espontânea ou provocada pela propaganda real. A resposta é complexa, pois os dois aspectos são interdependentes. De modo geral, porém, parece que o que poderíamos chamar de "patriotismo" tem uma origem diferente nos dois países. Na Inglaterra, o senso de identidade nacional surge primeiro entre o povo, e a propaganda só intervém posteriormente. O isolamento, as lutas entre bretões e anglo-saxões, e depois entre estes últimos e os normandos, bem como a pequena dimensão do país, fizeram com que o povo comum percebesse, desde cedo, sua identidade cultural, sua distinção em relação aos estrangeiros, facilmente identificáveis por chegarem de navio em número limitado. Trata-se de uma identidade cultural baseada na vida cotidiana, na existência material e nas rotinas diárias de um povo cuja unidade foi ainda mais fortalecida pelas vitórias militares de Eduardo III, que também lhes incutiram um senso de superioridade. A propaganda só entra em cena mais tarde, e de forma bastante superficial. O aspecto teórico é secundário.

Na França, o processo foi inverso. As elites políticas e intelectuais tomaram a iniciativa, construindo, a partir do reinado de Carlos V, um edifício ideológico em torno da mística real e da criação de um passado mítico. Tratava-se de uma identidade construída de cima para baixo, intelectual e teórica, obra de juristas e oficiais. Foi somente mais tarde, com os problemas decorrentes da ocupação, que o sentimento nacional penetrou o povo. Os ingleses abraçaram um patriotismo prático, enquanto os franceses abraçaram um patriotismo mais teórico e intelectual. Um país maior, com fronteiras mais fluidas e uma grande diversidade de línguas e costumes, explica suficientemente a demora na disseminação do sentimento nacional, que primeiro teve de ser construído do zero. Os franceses precisavam ser convencidos de que constituíam um povo; então, a ocupação inglesa os convenceu.

Outro contraste: o patriotismo inglês foi forjado na vitória, conferindo-lhe um ar triunfalista, até mesmo arrogante; é autoconfiante. O patriotismo francês foi forjado na derrota, razão pela qual também necessita de construções intelectuais para se reafirmar; derrotado no campo de batalha, mas vitorioso nos embates verbais. Os ingleses não se esforçam para definir a nação; contentam-se em simplesmente ser uma só e agir; os franceses, por sua vez, buscam primeiro definir a si mesmos, provar a si mesmos que constituem uma nação. A Guerra dos Cem Anos, ao colocar esses dois temperamentos coletivos em confronto, contribuiu poderosamente para forjar as duas identidades nacionais.

A guerra, um catalisador para a história e a profecia.

Também estimulou um senso de história. A história é, antes de tudo, a história das desgraças, como sabemos: um povo feliz não tem história. Portanto, não é surpreendente que uma era tão conturbada tenha visto uma proliferação de crônicas. Mas não há apenas inflação quantitativa; há também, gradualmente, um desejo de compreender e explicar. Nesse aspecto, a diferença entre Froissart e Thomas Basin é reveladora. Jean Froissart nasceu em meio à guerra, em 1337. Os três livros de suas *Crônicas* abrangem o período de 1328 a 1400, e o título é plenamente justificado. Trata-se de um relato neutro e superficial, focado nos acontecimentos, que se detém nas "grandes maravilhas e nos gloriosos feitos de armas que ocorreram durante as grandes guerras da França e da Inglaterra". Fatos, sem reflexão. Sem qualquer lealdade particular, ele tem o toque de um repórter esportivo que torna sua narrativa vívida, mas superficial. Seus contemporâneos Jean le Bel e Jean de Venette são, por vezes, melhor documentados, mas dificilmente mais analíticos. Ao contrário do que ocorreu no final da guerra, o normando Thomas Basin, bispo de Lisieux a partir

de 1441 e posteriormente a serviço de Carlos VII, escreveu uma obra bem fundamentada, estudando as motivações dos atores, as causas e as consequências, inclusive sociais e econômicas, dos eventos. Enquanto Froissart se manteve neutro, Basin mostrou-se parcial; sua *História de Carlos VII* , composta entre 1471 e 1472 durante seu exílio, é uma defesa do rei. Isso o levou a aprofundar-se no significado dos eventos, buscando suas origens. A indiferença neutra dos cronistas no início da guerra deu lugar à parcialidade dos historiadores no final do conflito. É importante reconhecer que isso representa um progresso na historiografia. A história não é uma ciência exata, e o desejo de justificar uma causa é uma poderosa motivação para a pesquisa e a análise aprofundada. As maiores obras de história são todas tendenciosas, impulsionadas pelo desejo de sustentar uma tese específica, o que também estimula aqueles que defendem a visão oposta, e é assim que a historiografia se constrói dialeticamente. Basin, além disso, não carece de espírito crítico, dirigindo duras críticas ao rei em relação à sua vida privada, à tributação e ao exército permanente. Antecipar objeções também é uma preocupação que facilita a análise. A Guerra dos Cem Anos deu origem a cronistas propagandistas, encarregados de construir um passado nacional; sua flagrante falta de imparcialidade é precisamente o que os torna interessantes, já que testemunham tanto seu próprio tempo quanto o passado que narram.

Os príncipes e soberanos da Guerra dos Cem Anos recrutaram cronistas, incumbindo-os de escrever a história oficial, glorificando suas dinastias e lançando as bases da identidade nacional. Não se deve esperar deles uma "verdade histórica" que não existe; a "verdade" é o que eles escrevem, mesmo que eles próprios só acreditem nela parcialmente. Eles são testemunhas de seu tempo e até contribuem para moldar o futuro, dando credibilidade a fábulas que moldarão atitudes patrióticas: Clóvis e sua Âmbar, Becket e seu frasco, Conan Mériadec e suas 71.000 virgens bretãs. Esse desejo de fixar o passado nacional em algumas imagens marcantes é ilustrado pela escrita de pequenos tratados, uma espécie de resumo, manual ou catecismo da história oficial, enumerando os dogmas do credo nacional. Assim, o *Brevis Tractatus* de Étienne de Conty, por volta de 1400, declara que "entre todos os reis cristãos, o rei da França é considerado o maior, o mais poderoso, o mais nobre, o mais santo e o mais razoável".

Por volta de 1400, outro tipo de crônica também proliferou: diários e livros de contabilidade, mantidos para uso privado e familiar por burgueses, clérigos, mercadores e funcionários. Estes surgiram da ansiedade predominante e do desejo de compreender e explicar essa sucessão aparentemente caótica de eventos trágicos. Através dessas anotações, percebe-se um questionamento perturbador sobre o significado dessa era desconcertante. Qual era o significado dessa proliferação de catástrofes, fenômenos estranhos, monstros, cometas, terremotos, convulsões políticas e massacres? Tudo estava em turbulência, e as pessoas ouviam pregadores que proclamavam o apocalipse. O *Diário de um Burguês Parisiense* é um excelente exemplo. O Diário de Guilherme de Metz, que testemunhou a destruição dos subúrbios de sua cidade em 1444, reflete a mesma abordagem: esses homens presenciaram convulsões que, acreditavam, prenunciavam grandes transformações. A explicação para o presente, portanto, reside tanto no passado quanto no futuro.

Daí a importância das profecias como complementos e auxílios à história. Elas proliferaram e alguns as compilaram. Em meados do século XV , um manuscrito da Abadia de Marmoutiers continha mais de 200, das quais mais da metade tratava de guerras. Os infortúnios da época estimularam a imaginação apocalíptica: "Estamos sobrecarregados, a ponto de sentirmos náuseas, com profecias anunciando a vinda do Anticristo, os sinais do Juízo Final e a reforma da Igreja", escreveu Bernardino de Siena. Até mesmo os mais sensatos se perturbavam com esses excessos, que

incitavam as multidões, desencadeavam sinistras procissões de flagelantes, semeavam o pânico e aumentavam a desordem. Em 1416, Jean Gerson escreveu a Vincent Ferrer para repreendê-lo pela presença, ao seu redor, "desta seita de pessoas que se autoflagelam" e pediu-lhe que os mandasse embora.

Outra grande mente da época também ficou desorientada por essa onda de irracionalidade profética: Pierre d'Ailly, chanceler da Universidade de Paris, cardeal em 1411 e legado papal em 1417. "Parece que estamos perto do fim do mundo", escreveu ele. Traumatizado pelo Grande Cisma, declarou em um sermão do Advento: "Quanto a esta terrível sedição do presente cisma, é muito preocupante que esta seja a horrível divisão e perseguição cismática, após a qual virá rapidamente a furiosa perseguição do Anticristo."

A burguesia parisiense também testemunhou a chegada à sua cidade de um daqueles fervorosos pregadores itinerantes, tão numerosos naquela época, que vociferavam contra a decadência moral, clamavam por arrependimento e anunciavam o Anticristo e o apocalipse, semeando confusão e pânico entre os fiéis desorientados, prontos a acreditar em qualquer orador que se declarasse inspirado. Um frade franciscano, Frei Ricardo, chegou a Paris em meados de abril de 1429. Ele pregava continuamente, todos os dias, durante cinco horas, em um cenário apropriado: diante da Dança da Morte no Cemitério dos Inocentes. As pessoas acorriam aos seus sermões logo às cinco horas da manhã. E o que Frei Ricardo proclamava? Que o Anticristo havia nascido, que o apocalipse chegaria em 1430, ecoando assim os temas de Vicente Ferrer, que havia morrido em Vannes poucos dias antes, e de Bernardino de Siena.

Esses visionários e fanáticos faziam parte do jogo político e militar. Tinham acesso aos poderosos, que buscavam seus conselhos enquanto, simultaneamente, os manipulavam e os utilizavam em sua propaganda. Aí reside a ambiguidade dessas figuras e suas profecias. Fabricadas posteriormente, essas profecias visavam legitimar as ações de um lado ou de outro, e a Guerra dos Cem Anos forneceu terreno fértil para tal propaganda. Por exemplo, uma profecia em versos, atribuída ao agostiniano João de Bridlington, que morreu em 1379, foi composta pouco depois de 1361 em círculos favoráveis ao Príncipe Negro, apresentado como a figura messiânica do governante dos últimos dias. Seu propósito era dar uma dimensão apocalíptica à luta contra os franceses e justificar a retomada da guerra após o Tratado de Brétigny, em 1360.

A intenção partidária é ainda mais evidente em um comentário em prosa sobre a profecia de Bridlington, escrito pelo agostiniano João Ergome de York. O texto é grosseiramente retrodatado, atribuído ao prior do mosteiro, Roberto, o Escriba, que morreu em 1160. Contém uma previsão de todas as vitórias inglesas e da devastação da França. Na mesma linha, encontram-se profecias atribuídas a João de Roquetaillade, Santa Brígida da Suécia, ou supostamente descobertas após a Batalha de Agincourt.

O episódio de Joana d'Arc obviamente daria origem a esse tipo de prática. Uma guerra de profecias se alastrou em torno dela, com fins puramente propagandísticos. Do lado de Carlos VII, não havia dúvidas: não só a Donzela profetizava, como ela própria fora alvo de profecias; e citavam, avidamente, o inevitável Merlin, bem como a Sibila e os autores mais ortodoxos. Assim escreveu Christine de Pisan sobre ela:

Porque Merlin, Sebile e Bede
Mais do que anos de capital de risco a viram
Em espírito e como remédio.
Na França, eles colocam isso em seus excripz,

E as suas profecias os tornaram
Dizendo que carregaria uma bandeira.
As guerras francesas, e eles disseram
Por causa dele, em todos os sentidos.

Ela está destinada a reconciliar a Cristandade e conquistar a Terra Santa. Um clérigo alemão anônimo a descreveu em 1429 como a *Sibila Francesa* , inspirada por Deus, e relatou que ela contemplava os céus à noite e profetizava. Isso é confirmado por Cosimo Raimondi de Cremona, enquanto em 10 de maio de 1429, Pancrazio Giustiniani escreveu de Bruges para seu pai que em Paris, "muitas profecias circulam... que concordam em anunciar que o Delfim prosperará muito", e acrescentou em 9 de julho: "Em Paris, muitas profecias foram encontradas que mencionam esta jovem". E há também Maria de Avignon, que teria previsto a chegada de uma jovem de armadura.

Em 1429, surgiu outra vidente: Catarina de La Rochelle, descoberta pelo famoso Irmão Ricardo. Todas as noites, uma dama branca, vestida de ouro, aparecia para ela; Catarina ordenava que fosse até o rei, a quem revelaria tesouros escondidos que lhe permitiriam recrutar tropas. Não parece que Carlos VII a tenha recebido. Contudo, Joana d'Arc teve uma audiência com ela perto de Baugé. Como outras videntes, elas compartilharam suas visões, e Joana não se convenceu com a de Catarina. Ela escreveu ao rei que "as ações desta Catarina eram loucura e nada", e deu à sua colega e rival o conselho desdenhoso de "voltar para o marido, cuidar da casa e alimentar os filhos". Catarina obviamente tinha uma grande desvantagem em comparação com Joana: ela não era virgem.

No ano seguinte, outra vidente ganhou as manchetes. Ela vinha da Baixa Bretanha. Suas visões eram mais impressionantes do que as de Joana e Catarina, pois Pierronne, a bretã, tinha conversas íntimas — em bretão? — com o próprio Deus, que lhe aparecia em forma humana, vestido com uma túnica branca sobre um manto vermelho. Foi essa fantasia de vestimenta que expôs o engano: todos os teólogos sabiam que Jesus usava um manto vermelho sobre uma túnica branca, e não o contrário. Pierronne foi, portanto, queimada viva como herege em 3 de setembro de 1430, em frente à Catedral de Notre-Dame. Videntes “verdadeiros” e “falsos” compartilhavam o mesmo destino. Pierronne também aparentemente pertencia ao círculo do Irmão Ricardo e fazia campanha para Carlos VII.

Guerra, medo e irracionalidade.

A Guerra dos Cem Anos contribuiu em grande parte para a ascensão do irracional. As mentes estavam perturbadas e, em seu desejo de compreender, misturavam o profano e o sagrado, o natural e o sobrenatural, o plausível e o implausível. Traumatizadas por catástrofes e inflamadas por pregadores zelosos, foram levadas a excessos incontroláveis e a uma credulidade sem limites. Foi uma era fértil para visionários, profetas, prodígios, manifestações demoníacas e bruxaria. Tudo era um sinal, emanando do mundo sobrenatural. O *Journal* du Bourgeois de Paris relata uma infinidade de tais eventos: uma fonte de sangue no portão de Saint-Honoré em 1421, o nascimento de um bezerro de duas cabeças e de gêmeos siameses em 1429, pão cor de cinza em 1431, raios atingindo a igreja agostiniana em 1428 e 1449, e a igreja de Saint-Martin-des-Champs em 1444. As *Memórias* de Jacques Du Clercq são ricas em histórias de bruxaria. Em 1453, o prior de Saint-Germain-en-Laye, Guillaume de l'Ollive, fez um pacto com o diabo "para se divertir com uma dama cavalheiresca": montou numa vassoura, que o levou a uma assembleia diabólica, onde beijou as nádegas de Satanás. Em 1460, em Cambrai, um homem chamado Jennin foi queimado na

fogueira, "e confessou vários atos diabólicos, e que o diabo frequentemente lhe aparecia e lhe era muito familiar". Nesse mesmo ano, em Soissons, um padre batizou um sapo e lhe deu a comunhão a pedido de uma bruxa, que depois o usou para fazer uma poção mortal. Esses são meros detalhes comparados às façanhas sádicas de Gilles de Rais, companheiro de Joana d'Arc, condenado por assassinar 140 crianças, estupradas com inconcebível refinamento, esquartejadas, queimadas e drenadas de seu sangue para fazer pactos com o diabo. Para ele também, foi a fogueira.

Esses casos ilustram a ascensão do satanismo na cultura ocidental durante o século XV . Os julgamentos por bruxaria aumentavam constantemente, assim como o número de tratados relacionados a esse fenômeno: 13 foram publicados entre 1320 e 1420, e 28 entre 1435 e 1485. Já nas décadas de 1330 e 1340, julgamentos contra bruxas foram instaurados em Toulouse; o sabá das bruxas foi mencionado nesses casos. O número de casos se multiplicou: 12 julgamentos foram registrados entre 1320 e 1420, um número aparentemente pequeno, mas não exaustivo, e 34 de 1420 a 1486 perante os tribunais da Inquisição, enquanto nos tribunais seculares o número de casos aumentou, no mesmo período, de 24 para 120. Alguns foram consideráveis: 67 bruxas e feiticeiros foram queimados na fogueira em Carcassonne em 1387, por exemplo. Entre 1428 e 1447, 110 mulheres e 57 homens foram condenados no caso valdês de Briançonnais por apostasia, sacrilégio e pacto com o diabo. Na verdade, toda a cristandade foi afetada.

Um sinal de irracionalidade coletiva, que afetou até mesmo as elites: o incomum, o "mágico", começou a ser demonizado, atribuído à obra de Satanás por uma opinião pública dominada pelo medo. As mentes foram abaladas por fomes, epidemias, guerras intermináveis com seu rastro de devastação e atrocidades, insegurança constante e agitação religiosa. A ansiedade e o pessimismo também afetaram o clero, de qualidade medíocre, que compartilhava das superstições populares.

Nessa atmosfera crepuscular, florescem os movimentos milenaristas. A mentalidade apocalíptica ressurge; esta é a última grande batalha, anunciando o fim do mundo; o diabo lidera o ataque final, como *afirma o Malleus Maleficarum:* "Em meio às calamidades de um século em colapso", quando "o mundo ao entardecer desce rumo ao seu declínio e a malícia dos homens cresce", Satanás "sabe em sua fúria que lhe resta pouco tempo", e assim ele instiga essa onda de feitiçaria.

Por trás de toda essa desordem, dessa ascensão do irracional, reside o medo, tão bem estudado por Jean Delumeau. Um medo que contamina até o riso, que se torna agressivo e estridente, assumindo a aparência de protesto social e religioso. A elite agora desconfia de festas alegres e do carnaval, que começa a ser proibido. Por trás do riso da loucura — ela própria em ascensão — e do escárnio, a elite intelectual enxerga o desprezo do diabo. Na verdade, é principalmente o desprezo da morte, onipresente.

Um dos grandes sucessos iconográficos do período, além do *Conto dos Três Mortos e dos Três Vivos* , é a Dança da Morte, cuja origem, segundo pesquisas recentes, remonta a cerca de 1350, logo após o primeiro grande surto da Peste Negra. Embora a terrível epidemia possa ter sido o ponto de partida para esse tema, os estragos da guerra certamente contribuíram para sua disseminação. Em 1421, um cronista francês escreveu: "Já se passaram quatorze ou quinze anos desde que esta dança fúnebre começou; e a maioria dos senhores morreu pela espada, por veneno ou por alguma outra morte não natural". O tema é verdadeiramente europeu: das 80 representações registradas, 22 são francesas e 14 inglesas, mas também existem 22 na Alemanha, 8 na Suíça, 8 na Itália e 6 na Holanda. A mais famosa é a pintada em 1424 na parede do Cemitério dos Inocentes em Paris, um local de encontro, passeio, discussão e pregação, em meio aos ossos empilhados ao longo das arcadas. Até mesmo os poderosos apreciavam esses lugares: o Duque de Berry desejava

ser sepultado ali e mandou esculpir os três mortos e os três vivos no portal da igreja. Já Filipe, o Bom, mandou retratar a Dança da Morte em sua residência em Bruges, em 1449.

Uma era de terror e desespero, de tristeza e melancolia: "Tudo está dando errado", lamenta Eustache Deschamps, nascido em Crécy, que morreu sete anos antes de Agincourt. Como administrador de Senlis, ele esteve no centro dos horrores da guerra, e sua visão do mundo e da vida é marcada pela tristeza, pela melancolia, "Lady Merencolie", como ele a chama alegoricamente:

Um tempo de tristeza e tentação,
Eras de lágrimas, inveja e tormento,
Um tempo de languidez e desgraça
Líder da Aages perto do fim do processo,
Tempos repletos de horror que fazem tudo de forma falsa,
Aages, um mentiroso, cheio de orgulho e inveja,
Tempo sem honra e sem verdadeiro julgamento,
Age en tristour que abre a vida.

Alain Chartier, que assombra a corte de Bourges, é igualmente desesperado, um estado de espírito compartilhado por poetas e cronistas: René d'Anjou, que chama a tristeza de seu "parente mais próximo"; Charles d'Orléans, que deve à guerra uma estadia forçada de vinte e cinco anos nas brumas da Albion, onde, segundo ele, extrai o "tédio" "do poço profundo da minha melancolia"; Jean Chastellain, que se define como "um homem triste, nascido em eclipses de escuridão em densas brumas de lamentação"; Olivier de La Marche, cujo lema é: "Tanto ele sofreu". Na Inglaterra, Geoffrey Chaucer culpa Saturno, o planeta nefasto, que causa guerras.

A minha é a prisão na masmorra escura;
Os meus estão pendurados e estrangulados pela garganta;
O murmúrio e a rebelião dos camponeses,
Descontentamento e envenenamento secreto.
Eu executo vingança e justiça rigorosa.
Embora eu seja do signo de Leão.
A minha é a ruína dos altos palácios,
A queda das torres e das muralhas
Sobre o mineiro e o carpinteiro.

Em 1405, Jean Gerson culpou a guerra pela onda de desespero suicida que acreditava presenciar: “Hoje em dia, muitos se desesperam e se matam… um por enforcamento, outro por afogamento, outro por apunhalamento no peito”. A guerra era onipresente na mente das pessoas, obsessiva. O tema retornava constantemente. “Não há nada que a guerra não mate… a guerra é toda prisão… a guerra, se busca possuir e apoderar-se de tudo, é veneno”, escreveu Jean Régnier em 1433. Christine de Pisan, em suas *Lamentações sobre as Guerras Civis* , ecoou seu mestre Eustache Deschamps, que, em 1385, soou o alarme: “A guerra avança dia a dia”, “Teremos guerra, guerra”, “Príncipes, em todo caso, lamento a guerra”, “Guerra por toda parte”...

Sua famosa balada contra a guerra ilustra a atmosfera crepuscular desse período do final da Idade Média, quando a cristandade afundava nos horrores de uma guerra sem fim.

Porque ali são cometidos os sete pecados capitais.
Tollir, murdrir, um mata o outro,
As mulheres estão encantadas, os templos estão destruídos,
Loy não vê rivalidade entre eles; o menor é o maior.
E um vizinho vai até o outro para desabafar.
Corpo e alma levam à perdição.
Quem segue a guerra, que se dane o modo de vida!
Fazer guerra nada mais é do que punir.

EPÍLOGO

Da Cristandade a uma Europa de Nações

"Vejo toda a santa cristandade sobrecarregada por guerras e ódios, por roubos e dissensões, a tal ponto que mal se pode citar um pequeno país, seja um ducado ou um condado, que esteja em paz." Assim falou Honoré Bonet em 1380 em **A Árvore das Batalhas **. Ainda não estamos no meio da Guerra dos Cem Anos, e a impressão predominante já é a da ruína da cristandade.

É aqui que reside, a longo prazo, o principal resultado do conflito. Até por volta de 1330, a Europa se concebia em termos de cristandade feudal. Ou seja, justapunha a unidade religiosa à extrema fragmentação política. Apesar de algumas heresias locais, a Igreja permanecia um edifício magnífico e unificado, com suas estruturas clericais hierárquicas e uniformes, dirigidas por Roma, sua língua universal, o latim, seu credo único, sua administração e sua tributação. O mundo secular, por outro lado, consistia em uma dispersão de feudos, ligados por laços instáveis entre indivíduos dentro de federações locais que eram os principados e reinos, e no topo, uma figura puramente teórica, o Imperador. O que aconteceu entre aproximadamente 1350 e 1450 foi uma dupla evolução em direções opostas: a unidade da cristandade fragmentou-se em igrejas nacionais, e os feudos concentraram-se em unidades monárquicas nacionais; fragmentação por um lado, reagrupamento por outro, levando a uma convergência que alinhou elementos religiosos e políticos dentro das monarquias nacionais. Passamos da cristandade feudal para uma Europa de nações.

Este período coincide com a Guerra dos Cem Anos. Uma mera "coincidência"? Não acreditamos nisso. Em numerosas ocasiões, observamos uma relação causal direta. No que diz respeito à desintegração da Cristandade, a guerra contribuiu significativamente para intensificar a hostilidade das igrejas nacionais em relação ao papado, que os ingleses acusavam de favorecer o Rei da França durante o período de Avignon, até 1378. Além disso, a guerra perpetuou o Cisma, com cada lado tendo seu próprio papa; ambos os países exploraram as dificuldades da Santa Sé em adotar, por meio dos estatutos dos *Provisores* e *do Praemunire* , e da Pragmática Sanção, legislação que reduziu os direitos do papa em favor dos direitos dos reis. O clima de guerra aumentou a desconfiança em relação aos beneficiários estrangeiros, reforçando a preferência nacional nas nomeações. A incapacidade de Roma e Avignon de reformar o clero levou os governos francês e inglês a desenvolverem medidas disciplinares em seus respectivos reinos. O surgimento de línguas nacionais, outra consequência da guerra, levou às primeiras traduções da Bíblia, notadamente pelos lolardos. Em ambos os lados do Canal da Mancha, havia uma crescente tendência de recorrer às autoridades seculares para empreender a necessária reforma da Igreja: a guerra não a iniciou, mas certamente intensificou as tendências galicanas e anglicanas.

Na esfera política, precipitou o colapso do feudalismo, que provou sua impotência justamente na área que havia sido sua principal justificativa: o auxílio militar. O serviço vassalista foi substituído pelo uso de mercenários, diretamente dependentes do rei. Até mesmo a inovação tecnológica fortaleceu o poder do rei, já que somente ele possuía artilharia poderosa. Ao concentrar-se no duelo entre os dois reis, a Guerra dos Cem Anos forçou os nobres a se alinharem a um lado ou ao outro, relegando as guerras privadas, típicas do mundo feudal, a um segundo plano. As exigências dessa guerra de desgaste permitiram aos soberanos, por meio de impostos, intervenção econômica e desenvolvimento da administração, aumentar decisivamente seu poder. A transição da monarquia feudal para a monarquia nacional estava completa.

Nesse aspecto, a guerra também lançou as bases para os dois futuros regimes políticos francês e inglês, moldando assim a sua história pelos séculos seguintes. Do lado francês, a série de derrotas e massacres dizimou a aristocracia, arruinada por resgates; o rei Carlos VII construiu a sua vitória e expandiu o seu poder sobre as ruínas da nobreza. As derrotas foram inicialmente da nobreza; a vitória, do rei. Isso permitiu-lhe estabelecer um exército permanente e a tributação: o caminho para a monarquia absoluta estava aberto. Na Inglaterra, a evolução foi inversa. As vitórias fortaleceram e enriqueceram a alta aristocracia, que conseguiu destronar o soberano em 1399. As derrotas no final da guerra resultaram inicialmente num maior enfraquecimento do poder real, que estava nas mãos frágeis de Henrique VI. O rei estava sujeito às duas grandes forças emergentes: o Parlamento e a aristocracia, a lei e o poder. Os grandes nobres primeiro se matariam uns aos outros na Guerra das Rosas, criando um equilíbrio instável entre o soberano e o Parlamento sob o domínio dos Tudor, antes da vitória definitiva do Parlamento sob os Stuart: o caminho para a monarquia parlamentar estava aberto.

A Guerra dos Cem Anos também determinou os principais rumos da futura política externa de ambos os países: o continente para a França, o oceano para a Inglaterra. Claro que nem tudo era tão simples. Contudo, pode-se argumentar que, a partir do momento em que os ingleses perderam suas duas principais bases territoriais no continente, Guyenne e Normandia, eles se conscientizaram de sua natureza insular, afastaram-se das aventuras europeias e voltaram seus olhos para o horizonte marítimo. Derrotados no continente e paralisados pela Guerra das Rosas, buscaram compensação, tanto comercial quanto colonial, no mar. A monarquia francesa, por outro lado, agora controlando seu território, virou as costas para seu antigo inimigo e buscou afirmar seu crescente poder ao sul e ao leste.

E então, a Guerra dos Cem Anos criou uma divisão cultural duradoura entre os dois países, tornando-os conscientes de, ou melhor, forjando suas identidades nacionais. Língua, sistemas políticos, modo de vida — tudo se tornou fonte de oposição e incompreensão, desprezo, escárnio e até mesmo ódio. A Guerra dos Cem Anos tornou-se um reservatório de imagens e símbolos que alimentaram a hostilidade franco-britânica por séculos, e cujos resquícios ainda podem ser vistos hoje na mídia populista. Joana d'Arc, santa de um lado, "vadia" do outro (como *disse Talbot* em *Henrique V , de Shakespeare*), Agincourt, glória para alguns e vergonha para outros, o Príncipe Negro e Du Guesclin, heróis nacionais cujas efígies em Canterbury e Saint-Denis são como símbolos da luta implacável entre dois países, onde tudo une e tudo se opõe em um jogo de atração e repulsão que ainda alimenta um folclore que nem mesmo a União Europeia conseguiu dissipar completamente.

Por fim, a Guerra dos Cem Anos, enquanto guerra, foi uma ocasião para uma demonstração de selvageria sem precedentes. As miniaturas em manuscritos e as expressões estereotipadas dos cronistas criaram uma cortina de fumaça estética que, juntamente com a moda do neogótico e a reabilitação de uma Idade Média kitsch, contribuiu para conferir a essa carnificina atroz um ar de romance cavalheiresco. Nunca antes a guerra, tanto organizada quanto selvagem, havia marcado tão profundamente as estruturas da sociedade. Essa realidade foi amplamente lamentada, mas também fascinava: "Fazer guerra não é nada além de danação", disse Eustache Deschamps; de modo algum: "A guerra é uma coisa alegre", respondeu Jean de Bueil, profundamente comovido: "Traz lágrimas de ternura aos olhos. Traz doçura ao coração." Isso diz muito sobre a atmosfera da época, sobre a esquizofrenia que herdamos do homem medieval: a guerra é horrível e fascinante; rezamos para evitá-la e fazemos de tudo para que aconteça; É um aspecto fundamental da vida social.

Como nos lembra Philippe Contamine, a Guerra dos Cem Anos marcou indelevelmente todos os aspectos da civilização ocidental: "Parece que a guerra pesou muito sobre uma cristandade latina que já se encontrava espiritualmente desorientada, ansiosa, até mesmo dividida, dilacerada por profundas rivalidades políticas e sociais, economicamente enfraquecida e desequilibrada, e demograficamente esgotada. A guerra, em grande medida, contribuiu para esse mal-estar, para esse longo período de estagnação pontuado por crises e convulsões, mas, ao mesmo tempo, como tantos outros fatores beligerantes, a depressão e as tensões alimentaram conflitos, criando uma espécie de círculo vicioso do qual o Ocidente só emergiu, gradual e incompletamente, após 1450."

A onipresença da guerra, a onipresença da morte: a Guerra dos Cem Anos deixou uma marca indelével na mentalidade ocidental. Ela ilustra, da maneira mais brutal possível, não apenas que "as civilizações também são mortais", mas que elas sempre morrem em convulsões e sempre nascem em sofrimento, independentemente dos valores que as sustentam. A Cristandade deu origem aos horrores da Guerra dos Cem Anos, que por sua vez deu origem a uma Europa de nações, elas próprias mergulhadas em duas guerras mundiais, que dolorosamente trouxeram à tona a civilização da globalização. Cabe a cada indivíduo imaginar os próximos passos lógicos de acordo com seu próprio temperamento.

Marcos cronológicos

1327 Eduardo II é deposto por Isabel e Mortimer. Eduardo III inicia seu reinado.

1328 Morte de Carlos IV. Filipe de Valois é proclamado Rei da França: Filipe VI.

1329 Eduardo III presta homenagem a Filipe VI pela Guiana.

1330 Início do reinado pessoal de Eduardo III. Mortimer executado.

1331 Homenagem de Eduardo III aos seus feudos franceses.

1337 Revolta Flamenga de Jacques Van Artevelde.

Confisco da Guiana por Filipe VI e desafio de Eduardo III ao Rei da França: o verdadeiro início da Guerra dos Cem Anos.

1339 Expedição de Eduardo III à Flandres. Cerco de Cambrai.

1340 Batalha naval de Sluys.

1341 Começa a Guerra da Sucessão da Bretanha. Filipe VI apoia Carlos de Blois contra João de Montfort.

1345 Cavalgada do Conde de Lancaster em Poitou.

1346 Cerco de Aiguillon pelo Príncipe João, filho de Filipe VI.

Batalha de Crécy.

Captura do Rei David Bruce da Escócia.

1347 Captura de Calais por Eduardo III.

Trégua anglo-francesa.

1348 A Peste Negra.

1350 Morte de Filipe VI. Ascensão de João II, o Bom.

1354 O Condestável de La Cerda foi assassinado por instigação do Rei de Navarra.

1355 A cavalgada do Príncipe Negro de Bordéus a Narbona.

1356 Prisão de Carlos, o Mau.

Batalha de Poitiers. João II feito prisioneiro.

1357 Revolta parisiense de Étienne Marcel e Robert Le Coq.

A Grande Ordenança da Reforma.

1358 A Jacquerie em Beauvaisis e na região de Paris.

O assassinato de Etienne Marcel.

1359 A cavalgada de Eduardo III pela região de Champagne.

1360 Tratado de Brétigny: Eduardo III anexa um quarto da França.

1362 Batalha de Brignais: vitória das Grandes Companhias.

1364 João II retornou à Inglaterra. Sua morte. Ascensão de Carlos V.

Batalhas de Cocherel e Auray. Morte de Carlos de Blois.

1365 Tratado de Guérande.

1367 Batalha de Nájera.

1369 Retomada da guerra franco-britânica.

Batalha de Montiel.

1370 Passeio por Robert Knolles.

Du Guesclin, Guarda.

1372 Batalha naval de La Rochelle.

Reconquista de Poitou.

1375 Trégua de Bruges.

1377 Morte de Eduardo III. Ascensão de Ricardo II.

1378 Visita do Imperador Carlos IV a Paris.

Início do Grande Cisma.

1380 Morte de Du Guesclin e Carlos V. Adesão de Carlos VI.

1381 Revolta camponesa no sudeste da Inglaterra: Wat Tyler.

1382 Movimentos do Harelle de Rouen e dos Maillotins de Paris.

Revolta flamenga de Van Artevelde. Broosebeke.

1383 Cruzada do Bispo de Norwich na Flandres.

1389 Tréguas franco-britânicas.

1392 O início da loucura de Carlos VI.

1396 Casamento de Ricardo II e Isabel de França.

1399 Deposição de Ricardo II. Ascensão de Henrique IV Lancaster.

1404 João, o Destemido, Duque da Borgonha.

1407 Assassinato do Duque de Orléans.

Começou a guerra entre os Armagnacs e os Borgonheses.

1413 Morte de Henrique IV. Ascensão de Henrique V.

Revolta cabochiana em Paris.

1415 Captura de Harfleur por Henrique V. Batalha de Agincourt.

1418 Conquista da Normandia por Henrique V.

Entrada dos borgonheses em Paris.

1419 A captura de Rouen pelos ingleses.

Assassinato de João Sem Medo. Filipe, o Bom, Duque da Borgonha.

1420 Tratado de Troyes.

1422 Morte de Henrique V. Ascensão de Henrique VI.

Morte de Carlos VI. Ascensão de Carlos VII.

1423 Batalha de Cravant.

1424 Batalha de Verneuil.

1428 Começou o cerco de Orléans.

1429 O cerco de Orléans foi levantado e Carlos VII foi coroado em Reims.

Derrota contra Paris.

1431 Execução de Joana d'Arc.

A coroação de Henrique VI como Rei da França em Paris.

1435 Tratado de Arras: reconciliação entre Carlos VII e Filipe, o Bom.

1436 A captura de Paris pelo Condestável de Richemont.

1440 O Duque de Orléans retorna do cativeiro.

1442 Expedição a partir de Tartas.

1444 Tréguas de Turnos.

Campanha de Carlos VII na Lorena e do Delfim Luís na Suíça.

1445 Criação de empresas farmacêuticas.

1449 Captura de Fougères por François de Surienne. Retomada da guerra

Reconquista da Normandia. Captura de Rouen.

1450 Batalha de Formigny.

Captura de Caen e Cherbourg.

1451 Reconquista da Guiana. Captura de Bordéus.

1452 Os ingleses retornaram à Guiana.

1453 Segunda reconquista de Guyenne. Batalha de Castillon.

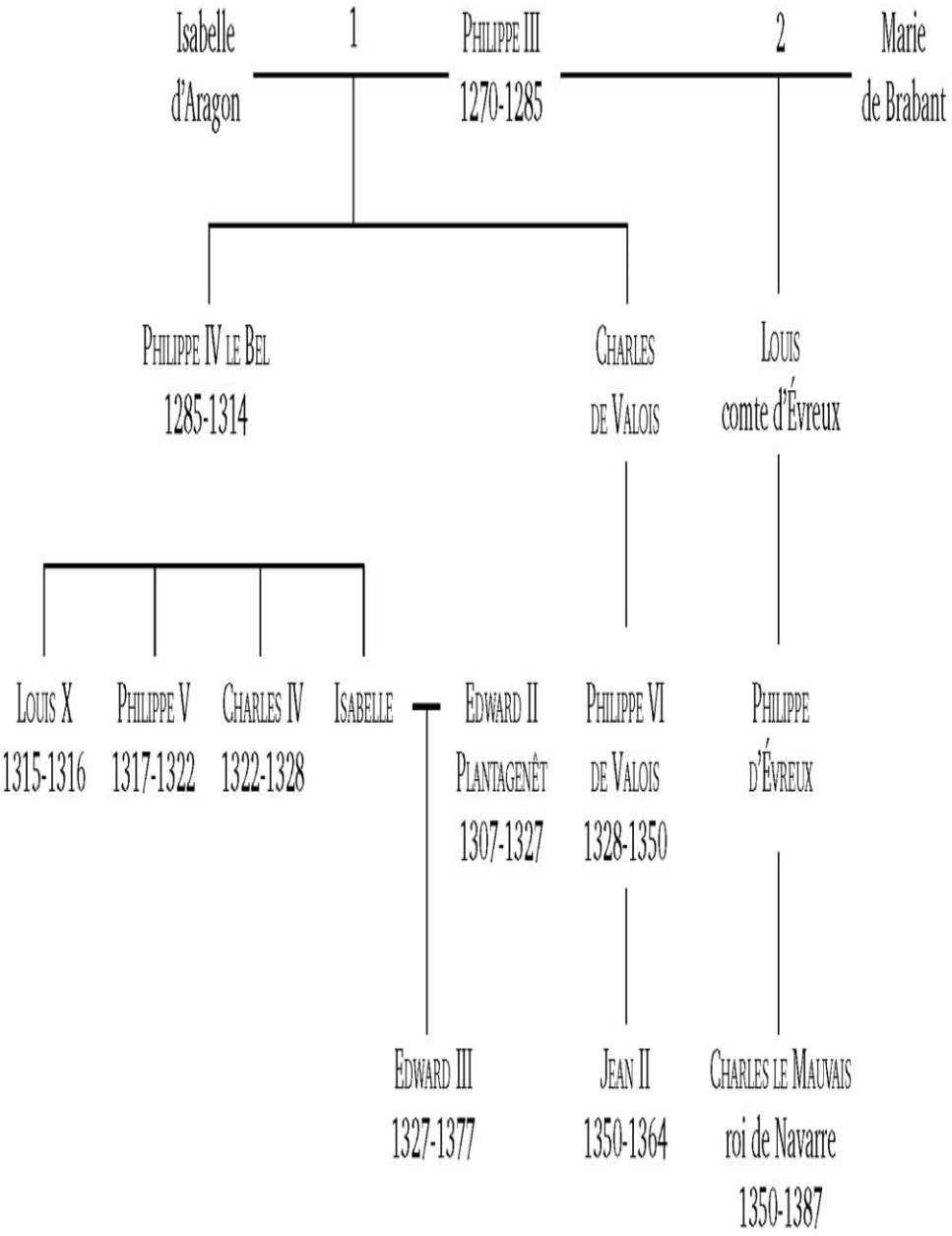
Morte de Talbot.

Segunda conquista de Bordeaux.

Fim da Guerra dos Cem Anos.

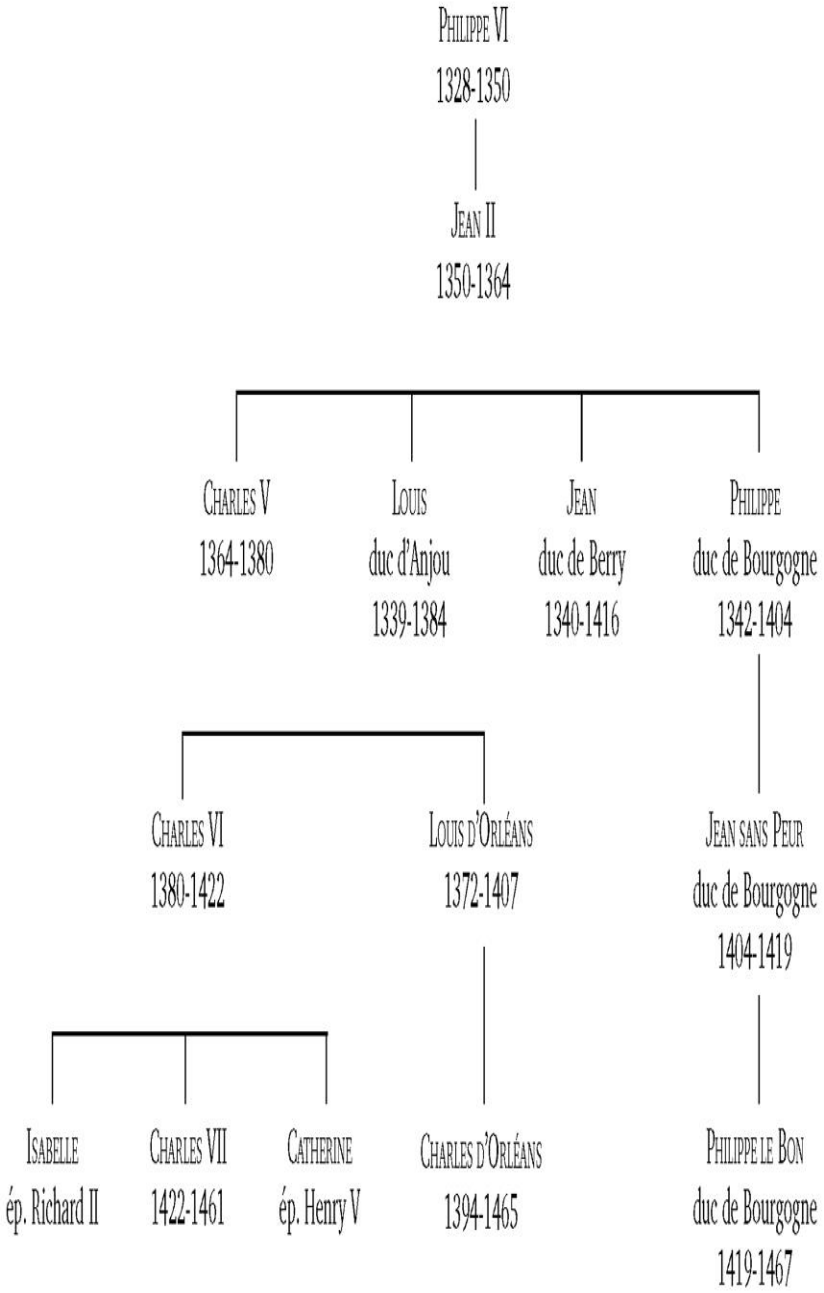
Genealogias

1. LA SUCCESSION FRANCO-ANGLAISE : LES VALOIS, LES PLANTAGENÊTS ET LES ÉVREUX



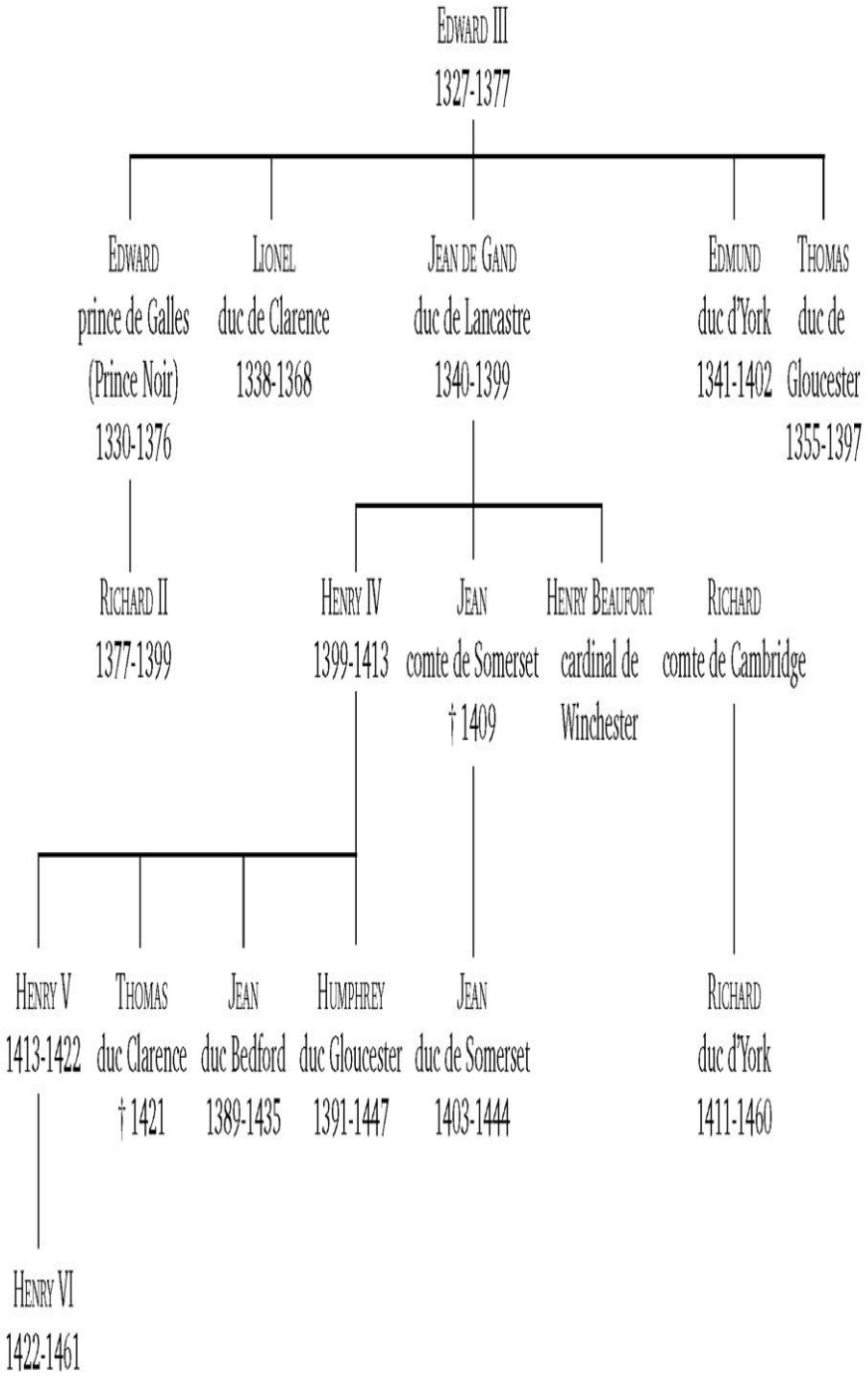
2. LES VALOIS, ORLÉANS ET BOURGOGNE

(pour les souverains, les dates sont celles du règne)



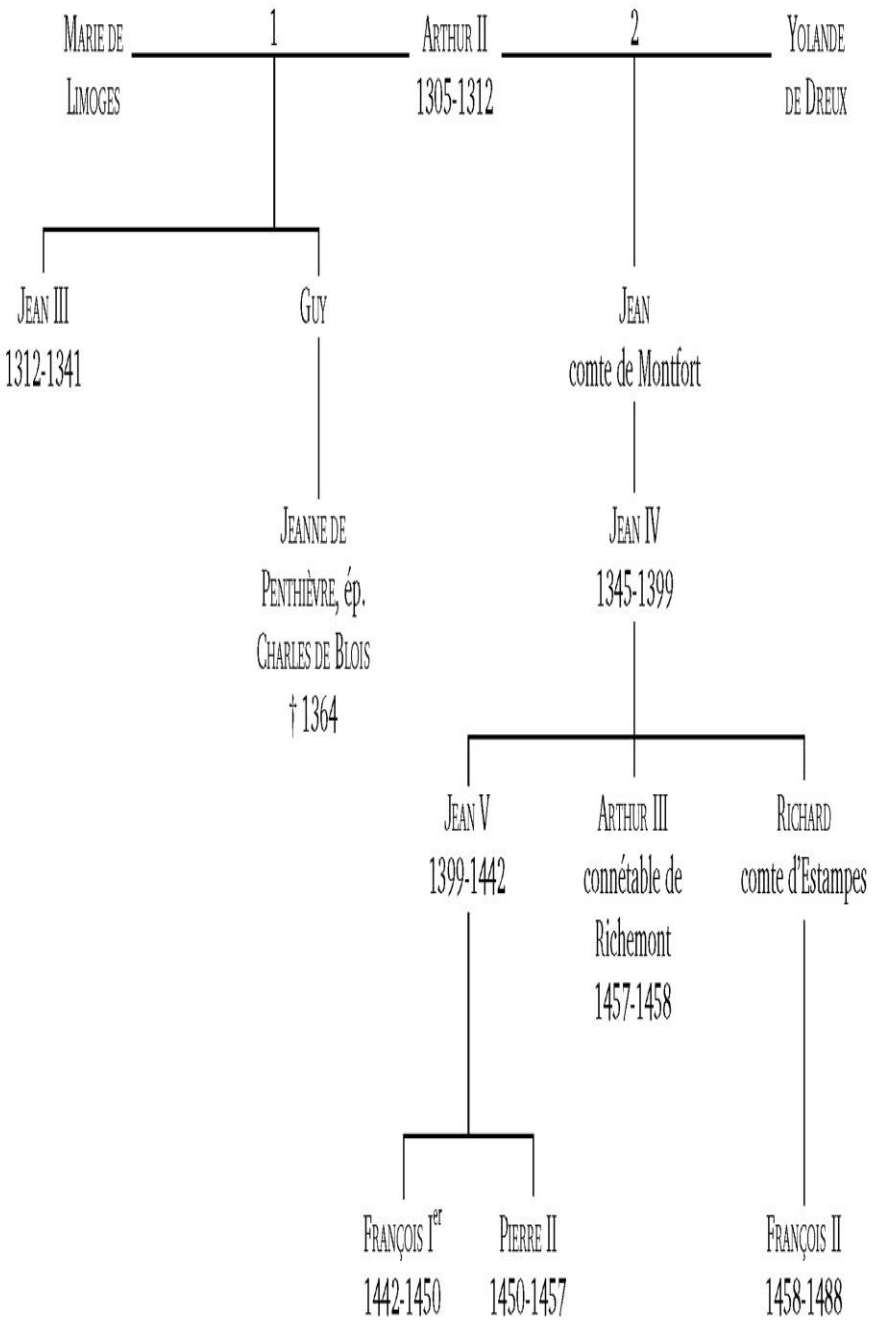
3. LES PLANTAGENÊTS, LANCASTRE ET YORK

(pour les souverains, les dates sont celles des règnes)



4. LA SUCCESSION DE BRETAGNE

(les dates sont celles des règnes)



Bibliografia selecionada

O tema é vasto: mais de 7.000 artigos e livros na França e na Inglaterra abordam aspectos da Guerra dos Cem Anos. A bibliografia a seguir, portanto, limita-se a uma seleção das publicações mais importantes, omitindo uma infinidade de artigos regionais, alguns dos quais, no entanto, são de alta qualidade.

Abreviações

AB: Anais da Bretanha
ABSHF: Anuário – Boletim da Sociedade Histórica Francesa.
AE: Anais do Oriente.
AESC: Anais de Economia, Sociedades e Civilizações.
AM: Anais do Sul.
Arc.: Arqueologia.
BEC: Biblioteca da École des Chartes.
BH: Boletim Hispânico.
BIHR: Boletim do Instituto de Pesquisa Histórica.
BJR: Boletim da Biblioteca John Ryland.
BPH: Boletim Filológico e Histórico do Comitê de Obras Históricas e Científicas.
BSAN: Boletim da Sociedade Arqueológica de Nantes.
CLD: Cadernos de Léopold Delisle.
CM: Miscelânea de Camden.
CV: Les Cahiers Vernonnais.
EHR: Revisão Histórica Inglesa.
EcHR: Revisão Histórica Econômica.
Dele: História.
MA: A Idade Média.
MAIBL: Memórias da Academia de Inscrições e Belas-Letras.
MANC: Memórias da Academia Nacional de Caen.
Med: Medieval.
MSHP: Memórias da Sociedade Histórica de Paris.
PP: Passado e Presente.
RBPH: Revista Belga de Filologia e História.
RH: Revisão Histórica
RHDFE: Revisão Histórica do Direito Francês e Estrangeiro.
RHE: Revisão da História Eclesiástica.
RIS: Rerum Itálicarum Scriptores.
RN: Revue du Nord.
Rom: Romênia.
RQH: Revisão de Questões Históricas.
Especificação: Espéculo.
TRHS: Transações da Sociedade Real de História.
Tra: Traditio.
WHR: Revista Histórica Galesa.

Fontes e documentos impressos

Atas do Parlamento de Paris, 2ª série, de 1328 a 1350 , ed. H. Furgeot, 3 vols., 1920-1975.

Atos normandos da Câmara de Contas sob Filipe de Valois , ed. L. Delisle, 1871.

Allmand, CT, "Documentos relativos às negociações anglo-francesas de 1439", CM, XXIV.

"Negociações anglo-francesas em Bruges, 1374-1377", ed. E. Perroy, CM, XIX, 1952.

Aumale, H. (duque de), "Notas e documentos relativos a João, Rei da França, e ao seu cativeiro na Inglaterra", *Miscelâneas da Sociedade Philobiblon* , II, 1855-1856.

Balfour-Melville, EWM, "Documentos relacionados ao cativeiro e à libertação de David II", *Miscelânea da Sociedade de História Escocesa* , IX, 1958.

Bautier, RH, "Inventários de contas reais privadas de 1328 a 1351", BPH, 1960.

Beaucourt, G. Du Fresne de, *Extrato do catálogo dos Atos de Carlos VII do cerco de Orléans à coroação de Reims (1428-1429)* , 1896.

Bento XII, *Cartas e Patentes Fechadas relativas a países que não a França* , ed. JM Vidal e G. Mollat, 2 vols., 1913-1935.

Bento XII, *Cartas Fechadas, patentes e cartas da Cúria relativas à França* , ed. G. Daumet, 1920.

Blois, Charles de, *Coleção dos Atos de Charles de Blois e Jeanne de Penthièvre, Duque e Duquesa da Bretanha (1341-1364)* , ed. M.Jones, 1996.

Bock, F., *Das deutsch-englische Bundniss von 1335-1342* , I, 1956.

BF., ed., Alguns novos documentos ilustrando os primeiros anos da Guerra dos Cem Anos (1353-1356), BJR, XV, 1931.

Bossuat, A., "Literatura de propaganda no século XV : as memórias de Jean de Rinal, secretário do rei da Inglaterra, contra o Duque da Borgonha, 1435", *Cahiers d'Histoire* , I, 1956.

Broome, DM, ed., "O resgate de João II, Rei da França", CM, XIX, 1926.

Calendário de Registros Fechados , 45 volumes, 1892-1954.

Calendário de documentos relativos à Escócia , ed. J. Bain, 5 vols. (1881-1988).

Calendário de entradas nos registros papais relativos à Grã-Bretanha e Irlanda. Cartas papais , ed. WH Bliss e C. Johnson, 14 vols., 1894-1961.

Calendário dos livros de correspondência da cidade de Londres , ed. RR Sharpe, 11 vols., 1899-1912.

Calendário de registros de patentes , 70 volumes, 1891-1982.

Calmette, J., *Cartas de Carlos VII e Luís XI* , 1907.

Catálogo de contas reais dos reinados de Filipe VI e João II, 1328-1364 , ed. R. Cazelles, 1984.

Catálogo dos Registros Gascon, Normandos e Franceses preservados nos arquivos da Torre de Londres , ed. T. Certe, 1743.

Champollion-Figeac, LA, *Cartas de reis, rainhas e outras figuras das cortes da França e da Inglaterra* , 2 vols., 1839-1843.

Chaplais, P., *Prática diplomática inglesa medieval. Documentos e Interpretação* , 1982.

Chaplais, P., *A guerra de Saint-Sardos (1323-1325). Correspondência gascã e documentos diplomáticos* , 1954.

Chaplais, P., "Alguns documentos relativos ao cumprimento e à interpretação do tratado de Brétigny (1361-1369)", CM, XIX, 1952.

Clemente VI, *Cartas Fechadas, Patentes e Cartas Curiais relativas à França* , ed. E. Deprez, J. Glenisson, G. Mollat, 1901-1961.

Clemente VI, *Cartas fechadas, patentes e cartas judiciais relativas a países que não a França* , ed. E. Deprez e G. Mollat, 1960-1961.
Clemente VI, *Cartas de Clemente VI (1342-1352)* , ed. P. van Isacker e UB
Contas de receitas e despesas do Rei de Navarra na França e na Normandia de 1367 a 1370 , ed. E. Izarn, 1885.
Coopland, GW, *Carta ao Rei Ricardo II. Um apelo feito em 1395 pela paz entre a Inglaterra e a França* , 1975.
Cosneau, E., *Grandes tratados da Guerra dos Cem Anos* , 1885.
David II, *Os Atos de David II, rei da Escócia* , ed. B. Webster, 1982.
Delisle, L., *Mandements et actes divers de Charles V (1364-1380)* , 1874.
"Documentos contábeis dos Arquivos Gerais de Navarra referentes à Normandia durante o reinado de Carlos de Évreux (1328-1345) e Carlos, o Mau (1349-1387), reis de Navarra", ed. M. Baudot, CLD, XIV, 1965.
Documentos pontifícios sobre a Gasconha, pontificado de João XXII , ed. L. Guérard, 2 vols., 1896-1903.
Documentos relativos ao Clos des Galées de Rouen e aos exércitos marítimos dos reis da França de 1293 a 1418 , ed. A. Chazelas, 2 vol., 1977-1978.
Eduardo, Príncipe de Gales, "Cartas de Campanha", Arc, I, 1754.
Registros do Tesouro da Escócia , ed. J. Stuart, 23 volumes, 1878-1908.
Faucon, M., "Empréstimos feitos aos reis da França por Clemente VI, Inocêncio VI e o Conde de Beaufort" (1345-1360), BEC, XL, 1879.
Gálica Regia, ou lista de oficiais reais dos bailiados e senescais de 1328 a 1515 , ed. Dupont-Ferrier, 7 vol., 1942-1965.
Guesnon, AH, "Documentos não publicados sobre a invasão inglesa e os estados na época de Filipe VI e João, o Bom", BPH, 1897.
Inocêncio VI, *Cartas Secretas e Curiais* , ed. P. Gasnault, MH Laurent, N. Gotteri, 4 vols, 1959.
"Instruções para a defesa do Ducado da Borgonha contra as Grandes Companhias", ed. L. Mirot, *Annales de Bourgogne* , XIV, 1942.
Jacqueton, G., *Documentos relativos à administração financeira na França de Carlos VII a Francisco I* , 1891.
Jean XXII, *Cartas secretas e curiais... relativas à França* , ed. A. Coulon e S. Clémencet, 1900.
Jean IV, Duque da Bretanha, *Coleção dos Atos de Jean IV, Duque da Bretanha* , ed. M. Jones, 1980-1983.
Jones, M., "Alguns documentos relacionados à sucessão contestada do Ducado da Bretanha, 1341", CM, XXIV, 1972.
"Diário dos Estados Gerais reunidos em Paris em outubro de 1356", ed. R. Delachenal, RHDFE, 3ª série, XXIV, 1900.
Diários do Tesouro de Filipe VI de Valois , ed. J. Viard, 1899.
Kendall, PM, Ilardi, V., *Despachos com documentos relacionados de embaixadores milaneses na França e na Borgonha, 1450-1483* , 3 vols., 1970-1981.
Langlois, CV, "Instruções dadas aos deputados da comuna de Montpellier que foram enviadas ao rei durante seu cativeiro na Inglaterra (1358-1359)", *Mémoires de la Société Archéologique de Montpellier* , VIII, 1892.
Larson, A., "Embaixadas inglesas durante a Guerra dos Cem Anos", EHR, LV, 1940.
Le Bouvier, dit Berry, *Le Livre de la description des pays* , éd. E. Hamy, 1908.

La Cacheux, *Atos da chancelaria de Henrique VI referentes à Normandia sob domínio inglês, 1422-1435* , 2 vols., 1907-1908.
Cartas dos reis, rainhas e outras figuras das cortes da França e da Inglaterra, retiradas dos arquivos de Londres por Brequigny , ed. Champollion-Figeac, T. II, 1301-1515, 1867.
Maître, L., "Repertório analítico dos atos de Charles de Blois", BSAN, XLV, 1904.
Mandatos e vários atos de Carlos V (1364-1380) , ed. L. Delisle, 1874.
Mézières, P. de, *O Sonho do Velho Peregrino* , ed. GW Coopland, 1969.
Mirot, L., Deprez, E., *Embaixadas inglesas durante a Guerra dos Cem Anos. Catálogo cronológico (1327-1450)* , 1900.
Molinier, E., "Documentos relativos aos calesianos expulsos por Eduardo III", *Le Cabinet Historique* , XXIV, 1878.
Monumentos do processo de canonização do bem-aventurado Carlos de Blois, Duque da Bretanha, 1320-1364 , ed. F. Plaine, 1921.
Moranvillé, H., "Relatórios a Filipe VI sobre o estado de suas finanças", BEC, XLVIII, 1887, LIII, 1892.
Morice, PH, *Mémoires pour servir de preuves à l'histoire ecclésiastique et civile de Bretagne* , 3 vol., 1742-1746.
Ordenanças dos reis da França da terceira raça , ed. D. Secousse, 22 vols., 1729-1842.
Perroy, E., "Documentos selecionados. França, Inglaterra e Navarra de 1354 a 1364", BIHR, XIII, 1936.
Filipe VI, "Cartas encerradas, cartas "por ordem do rei" de Filipe de Valois", ed. R. Cazelles, ABSHF, 1958.
Julgamento da condenação de Joana d'Arc , ed. P. Champion, 2 vols., 1920.
"Relatório oficial de entrega a Jean Chandos, comissário do Rei da Inglaterra, dos locais franceses abandonados pelo Tratado de Brétigny", ed. A. Bardonnet, *Mémoires de la Société stat. Sci. et arts des Deux-Sèvres* , 2ª série , VI, 1866.
Registro de Eduardo, o Príncipe Negro , 4 volumes, 1930-1933.
"Índice analítico dos atos de Charles de Blois", ed. L. Maître, BSAN, XLV, 1904.
Richard, JM, "Instruções dadas aos comissários encarregados de arrecadar o resgate do Rei João (1360)", BEC, XXXVI, 1875.
Secousse, D., *Coleção de documentos que servem de prova para a memória sobre os problemas provocados na França por Carlos II, conhecido como o Mau, Rei de Navarra e Conde de Évreux* , 1755.
Stevenson, J., *Cartas e documentos ilustrativos das guerras dos ingleses na França durante o reinado de Henrique VI, Série Rolls* , 2 vols., 1861-1864.
Stevenson, J., *Narrativa da expulsão dos ingleses da Normandia, Série Rolls,* 1863.
Súplicas de Clemente VI (1342-1352). Textos e análises , ed. U. Berlière, 1906.
Timbal, PC, *A Guerra dos Cem Anos vista através dos registros do Parlamento (1337-1369),* 1961.
Urbano V, *Cartas secretas e da Cúria do Papa Urbano V (1362-1370) relativas à França* , ed. P. Lecacheux e G. Mollat, 1902-1955.
Viard, J., "Itinerário de Filipe VI de Calois", BEC, LXXIV, 1913.
Warner, G., ed., *The Libelle of Englysche polycye* , 1926.
Wrottesley, G., *Crécy e Calais dos Registros Públicos* , 1897.

Crônicas e fontes narrativas

Acta bellicosa… Edwardi regis Angliae , ed. J.Moisant, 1894.

Ayala, Pedro López de, *Crônicas de los Reyez de Castilla. Dom Pedro, Dom Enrique II, Dom Juan I, Dom Enrique III* , ed. De Llaguno Amirola, 2 vols., 1779-1780.

Basin, T., *História de Carlos VII* , ed. C. Samaran, 2 vols., 1964.

Bel, Jean le, *Chronicle* , ed. J. Viard e E. Deprez, 2 vols., 1904-1905.

Berry (arauto), *As crônicas do falecido Rei Carlos VII de mesmo nome (1403-1455)* , ed. Godefroy, 1661.

Berry (arauto), *A Recuperação da Normandia,* ed. Stevenson, em *Narrativa da expulsão dos ingleses da Normandia* , 1863.

Blondel, R., *De reductione Normanniae* , ed. Stevenson, em *Narrativa da expulsão dos ingleses da Normandia* , 1863.

Crônica de Bridlington , ed. W. Stubbs, 1883.

Bueil, Jean de, *Le Jouvencel* , ed. C Favre e L. Lecestre, 2 vols., 1877.

Cabaret d'Orville, *A crônica do bom Duque Luís de Bourbon* , ed. AM Chazaud, 1876.

Chandos (o arauto), *A Vida do Príncipe Negro* , ed. DB Tyson, 1975.

Charny, Geoffroy de, "Le livre messire Geoffroy de Charny", ed. A. Piaget, Rom., XXVI, 1897.

Chartier, J., *Crônica de Carlos VII, rei da França (1422-1450)* , ed. Vallet de Viriville, 3 vol., 1858.

Chastellain, Georges, *Obras* , ed. Kervyn de Lettenhove, 8 vols., 1863-1866.

Crônica da Donzela (1422-1429) , ed. Vallet de Viriville, 1859.

Crônica de Mont-Saint-Michel (1343-1468) , ed. S. Luce, 2 vols., 1879-1883.

Crônica catalã de Pedro IV de Aragão, III da Catalunha, conhecida como O Cerimonioso , ed. A. Pagès, 1941.

Crônica do bom Duque Loys de Bourbon , ed. AM Chazaud, 1876.

Crônica do religioso de Saint-Denis , ed. L. Bellaguet, 1839-1852.

Crônica parisiense anônima de 1316 a 1339 , ed. A. Hellot, MSHP, XI, 1885.

Crônica dos quatro primeiros Valois (1327-1393) , ed. S. Luce, 1862.

Crônica normanda do século XIV , ed. A. e E. Molinier, 1882.

Crônicas românticas dos Condes de Foix, compostas no século XV por Arnaud Esquerrier e Miégeville , ed. H. Courteault e F. Pasquier, 1893.

Continuação da crônica de Richard Lescot (1344-1364) , ed. J. Lemoine, 1896.

Cuvelier, *La Chanson de Bertrand Du Guesclin* , ed. JC Faucon, 3 vol., 1990-1991.

Davies, JS, ed., "Uma crônica inglesa dos reinados de Ricardo II, Henrique IV, Henrique V e Henrique VI", *Camden Society,* LXIV, 1856

Du Clercq, J., *Memórias (1448-1467)* , ed. Reiffenberg, 4 vols., 1823.

Escouchy, M. d', *Chronicle* , ed. Du Fresne de Beaucourt, 3 vol., 1863-1864.

Fenin, P. de, *Crônica (1407-1422)* , ed. Dupont, 1837.

Froissart, J., *Crônicas* , ed. S. Luce, G. Raynaud, A. Mirot, 15 vol., 1869-1975.

Grandes Crônicas de França , ed. J. Viard, 10 vol., 1920-1953.

Grandes Crônicas da França. Crônica dos reinados de João II e Carlos V , ed. R. Delachenal, 4 vols., 1910-1920.

Gruel, G., *Crônica de Arthur de Richemont, Condestável da França (1393-1458)* , ed. A. Le Vavasseur, 1890.

Guisborough, W. de, *Crônica* , ed. Rothwell , 1957.
Heminburgh, W. de, *Chronicon* , ed. HC Hamilton, 2 vols., 1948-1949.
Hocsem, J. de, *A Crônica de Jean de Hocsem* , ed. G. Kurth, sd.
Holinshed, R., *Crônica da Inglaterra, Escócia e Irlanda* , ed. H. Hellis, 6 vols., 1807-1808.
História e crônicas da Flandres , ed. Kervyn de Lettenhove, 2 vols., 1879-188.
Diário de um burguês parisiense (1405-1449) , ed. A. Tuetey, 1881.
Jouvenel des Ursins, J., *História de Carlos VI, Rei da França (1380-1422)* , ed. T. Godefroy, 1614.
Klerk, J. de, *Os gestos dos Duques de Brabante* , ed. JF Willems e JH Bormans, 3 vols., 1839-1869.
La Marche, O. de, *Mémoires (1435-1488)* , ed. Beaune e d'Arbaumont, 4 vols., 1883-1888.
O padeiro de Suynebroke, G., *Chronicon (1305-1356)* , ed. M. Thompson, 1889.
Lefèvre de Saint-Rémy, J., *Crônica (1408-1435)* , ed. Morand, 2 vols., 1876.
Lescot, R., *Crônica* , ed. J. Lemoine, 1896.
O Livro das Traições da França , ed. Kervyn de Lettenhove, 1880.
Machaut, G. de, *Obras* , ed. E. Hoepffner, 3 vols., 1908-1931.
Monstrelet, E. de, *Crônica (1400-1444)* , ed. Douët d'Arcq, 6 vol., 1857-1862.
Morosini, A., *Crônica (1396-1433)* , ed. Dorez e Lefèvre-Pontalis, 4 vols., 1898-1902.
Pisan, C. de, *O livro dos feitos e da boa moral do sábio rei Carlos V* , ed. S. Solente, 2 vols., 1936-1940.
Reading, J. de, *Chronica Johannis de Reading et Anonymi Cantuariensis, 1346-1367* , ed. J. Tait, 1914.
Coleção de historiadores da Gália e da França , ed. M. Bouquet, 24 vols., 1734-1904.
A Grande Crônica de Londres , ed. AH Thomas e ID Thornley, 1938.
Venette, J. de, *A crônica de Jean de Venette* , ed. RA Newhall, 1953.
Vigneulles, P. de, *Chronicle* , ed. C. Bruneau, 4 vols., 1927-1933.
Villani, M. e F., *Historia universalis* , ed. LA Muratori, RIS, XIV, 1729.
Walsingham, T., *Historia Anglicana* , ed. HT Riley, 2 vols., 1863-1864.
Westminster Chronicle, 1381-1394 , ed. LC Hector e BA Harvey, 1982.

História geral da Guerra dos Cem Anos

Allmand, C., *A Guerra dos Cem Anos. Inglaterra e França em guerra, 1300-1450* , 1988.
Bailly, A., *A Guerra dos Cem Anos* , 1943.
Contamine, P., *A Guerra dos Cem Anos,* 8ª ed ., 2002.
Curry, A., *A Guerra dos Cem Anos* , 1993.
Favier, J., *A Guerra dos Cem Anos* , 1980.
Fowler, K., ed., *A Guerra dos Cem Anos* , 1971.
Laguai, A., *A Guerra dos Cem Anos* , 1974.
Mitre Fernández, *La Guerra de los Cien Anos* , 1990.
Perroy, E., *A Guerra dos Cem Anos* , 1945.
Seward, D., *Uma breve história da Guerra dos Cem Anos* , 2003.
Sumption, J., *A Guerra dos Cem Anos* , 2 vols. Publicado: I: *Prova pela Batalha* , 1990; II: *Prova pelo Fogo* , 1999. Este estudo magistral sobre a Guerra dos Cem Anos está sendo publicado atualmente. Os dois primeiros volumes abrangem os períodos de 1337–1347 e 1347–1369, totalizando 1340 páginas. Um terceiro volume está previsto para abril de 2009. A obra é

notável por sua erudição magistral e análises perspicazes. Trata-se de um estudo praticamente exaustivo, mas sua data de conclusão é desconhecida.

Os aspectos políticos

Allmand, CT, "O assentamento de terras Lancastriano na Normandia, 1417-1450", EHR, XXI, 1968.

Allmand, CT, "Normandia perante a opinião inglesa no final da Guerra dos Cem Anos", BEC, CXXVIII, 1970.

Armstrong, CAJ, "A monarquia dual França-Inglaterra e a Casa de Borgonha (1420-1435): o declínio de uma aliança", *Annales de Bourgogne* , XXXVII, 1963.

André-Michel, R., "Inglês, bretões e routiers em Carpentras sob João o Bom e Carlos V", em *Mélanges d'histoire offerts à Charles Bémont* , 1913.

Atiya, AS, *A cruzada na Idade Média* , 1938.

Autrand, F. *O nascimento de um importante órgão estatal. O povo do Parlamento de Paris* , 1981.

Balfour-Melville, EWM, *Eduardo III e David II* , 1954.

Barber, R., *Eduardo Príncipe de Gales e Aquitânia* , 1978.

Bautier, RH, "Pesquisa sobre a chancelaria real na época de Filipe VI", BEC, CXXII, 1964.

Bertrandy, M., *Estudos sobre as crônicas de Froissart. Guerra da Guiana, 1345-1346* , 1870.

Blanchard, J., *Representação, poder e realeza no final da Idade Média* , 1997.

Bourassin, E., *La France Anglaise (1415-1453)* , 1981.

Breuils, A., "A campanha de Carlos VII na Gasconha, uma conspiração do delfim em 1446", RQH, janeiro de 1895.

Brill, R., "Os preparativos ingleses antes do Tratado de Arras: uma nova interpretação do relatório de Sir John Fastolf, setembro de 1435", *Estudos em História Medieval e Renascentista* , VII, 1970.

Brissaud, D., *Os ingleses na Guyenne* , 1875.

Calmette, J., *Queda e recuperação da França sob Carlos VI e Carlos VII* , 1945.

Calmette, J., Deprez, E., *Europa Ocidental do final do século XIV às Guerras Italianas;* TI: *França e Inglaterra em conflito* , 1937.

Campbell, J., "Escócia e a Guerra dos Anos Hubdred no século XIV", em *Europa no final da Idade Média* , ed. J. Hale, R. Highfield, B. Smalley, 1965.

Champion, P., Thoisy, P. de, *Borgonha, França, Inglaterra no Tratado de Troyes* , 1943.

Cazelles, R., *La société politique et la crise de la royauté sous Philippe de Valois* , 1958.

Chaplais, P., "Argumentos ingleses sobre o estatuto feudal da Aquitânia no século XIV", BIHR, XXI, 1948.

Chaplais, P., "Resolução dos conflitos internacionais franco-ingleses no século XIV (1293-1377)", MA, LVII, 1951.

Chaplais, P., "O Ducado-Payery da Guyenne. Homenagem e Serviços Feudais", AM, LXIX, 1957.

Contamine, P., *O Oriflamme de Saint-Denis nos séculos XIV e XV , 1975* .

Cordey, J., *Os Condes de Saboia e os Reis da França durante a Guerra dos Cem Anos* , 1911.

Coville, A., *Os Estados da Normandia. Suas origens e seu desenvolvimento no século XIV , 1894* .

Coville, A., *O primeiro Valois e a Guerra dos Cem Anos, 1328-1422* , em *História da França* , ed. Lavisse, 1902.

Daumet, G., *Estudo sobre a aliança entre França e Castela nos séculos XIV e XV , 1898* .

Delachenal, R., *História de Carlos V* , 5 vols., 1909-1931.

Deprez, E., *Os preliminares da Guerra dos Cem Anos. O papado, França e Inglaterra (1328-1342)* , 1902.
Deprez, E., «A dupla traição de Godefroy de Harcourt (1346-1347), RH, XCIX, 1908.
Deprez, E., "A Conferência de Avignon (1344)", em *Ensaios de História Medieval apresentados a Thomas Frederick Tout* , 1925.
Dickinson, JC, *O Congresso de Arras, 1435* , 1955.
Duparc, P., "A conclusão do tratado de Troyes", RHDFE, 1971.
Faral, E., "Robert Le Coq e os Estados Gerais de outubro de 1356", RHDFE, 1945.
Fwler, K., "Os tenentes do Rei da Inglaterra na França no final da Idade Média", em *Servidores do Estado na Idade Média. Atas do XXIX Congresso da SHMESP,* 1998.
A França inglesa na Idade Média (la), Atas do 3º Congresso Nacional de Sociedades Científicas , Poitiers, 1986.
Fryde, EB, "O Parlamento e a guerra francesa, 1336-1340", em *Ensaios de história medieval apresentados a Bertie Wilkinson* , 1969.
Fryde, EB, "As políticas financeiras do governo real e a resistência popular a elas na França e na Inglaterra, 1270-1420", RBPH, LVII, 1979.
Funck-Brentano, F., *As origens da Guerra dos Cem Anos. Filipe, o Belo, na Flandres* , 1896.
Garcia y Lopez, JC, *Castilla pendentes os reinados de Pedro I, Enrique II, Juan I e Enrique III* , 2 vols., 1891-1892.
Germain, A., *Plano para uma invasão concertada da Inglaterra entre o governo francês e o rei Waldemar III da Dinamarca para a libertação do rei João* , 1858.
Griffith, R. A, "Um espião bretão em Londres, 1425-1429", AB, LXXXVI, 1979.
Guénée, B., *A Loucura de Carlos VI* , 2004.
Guénée, B., *O Ocidente nos séculos XIV e XV . Estados Unidos,* 1971.
Guénée, B., *Um rei e seu historiador. Vinte estudos sobre o reinado de Carlos VI e a Crônica do monge de Saint-Denis* , 1999.
Guillemain, B., *A Corte Papal de Avignon, 1309-1376* , 1966.
Gutierrez de Velasco, A., "Los Ingleses en Espana", em *Estudios de Edad Media de la Corona de Aragon* , IV, 1951.
Harris, GL, *King, Parlamento e finanças públicas na Inglaterra medieval, até 1369* , 1975.
Henneman, JB, *Tributação real na França do século XIV. O desenvolvimento do financiamento da guerra, 1322-1356* , 1971.
Henneman, JB, *Tributação real na França do século XIV. O cativeiro e o resgate de João II, 1356-1370* , 1976.
Hewitt, HJ, *A organização da guerra sob Eduardo III, 1338-1362* , 1966.
Hillgarth, JN, *Os reinos espanhóis, 1250-1516* , 2 vols., 1976-1978.
Housley, N., *O papado de Avignon e as cruzadas, 1305-1378* , 1986.
Joana d'Arc. Atas do colóquio de Orléans , outubro de 1979, 1982.
Jones, M., *Bretanha Ducal, 1364-1399* , 1970.
Bretanha do século XIV : alguns documentos inéditos", AB, LXXXVII, 1980.
Jones, M., "Bretões de baixo nível e bons franceses. A linguagem e o significado da traição na França do final da Idade Média", TRHS, 5ª série , XXXII, 1982.
Jones, M., "Capitães de Eduardo na Bretanha", em *Inglaterra no século XIV. Atas do Simpósio de Harlaxton* , ed. W. M. Ormrod, 1986.
Jorga, N., *Philippe de Mézières, 1327-1405, e a cruzada no século XIV , 1896* .

Jugie, P., "A atividade diplomática do Cardeal Guy de Boulogne na França em meados do século XIV ", BEC, 1987.
Kaeuper, RW, *Guerra, justiça e ordem pública. França e Inglaterra no final da Idade Média* , 1994.
Keen, MH, Daniel, MJ, "Diplomacia inglesa e o saque de Fougères em 1449", His., LIX, 1974.
Kerhervé, J., *O Estado bretão nos séculos XIV e XV . Os Duques · Dinheiro e Homens* , 2 vols., 1987.
Knowlson, GA, *Jean V, duque de Bretagne, et l'Angleterre* , 1964.
Lennel, F., *História de Calais* , 3 vols., 1908-1913.
Leroy, B., "Em torno de Charles the Bad: grupos e personalidades", RH, CCLXXIII, 1985.
Lewis, P., *A recuperação da França no século XV* , 1971.
Lodge, EC, "O Condestável de Bordéus no reinado de Eduardo III", HER, I, 1935.
Loirette, G., "Arnaud Amanieu, senhor de Albret, e o apelo dos senhores gascões em 1368", em *Mélanges d'histoire offerts à M. Charles Bémont* , 1913.
Longnon, A., *Paris durante a ocupação inglesa (1420-1436)* , 1878.
Lot, F., Fawtier, R., *História das instituições francesas na Idade Média* , 3 vols., 1957-1962.
Marchandier, A., *Os Estados Gerais sob Carlos VII* , 1904.
Marquette, JB, *Les Albrets* , 1979.
McDougall, NAT, "Relações exteriores: Inglaterra e França", em M. Brown, ed., *A sociedade escocesa no século XV* , 1977.
McKenna, JW, "Henrique VI da Inglaterra e a monarquia dual: aspectos da propaganda política real, 1422-1432", *Journal of the Warburg and Courtauld Institute* , XXVIII, 1965.
Michel, F., *Os escoceses na França e os franceses na Escócia* , 2 vols., 1862.
Moisant, J., *O Príncipe Negro na Aquitânia, 1355-1356, 1362-1370* , 1894.
Mollat, G., *Os Papas de Avignon* , 10ª ed ., 1964.
Mollat, G., "Inocêncio VI e as tentativas de paz entre a França e a Inglaterra, 1353-1355", RHE, X, 1909.
Nicholson, R., *Eduardo III e os escoceses* , 1965.
Offler, HS, "Inglaterra e Alemanha no início da Guerra dos Cem Anos", HER, LIV, 1939.
Ormrod, WM, *O reinado de Eduardo III. Coroa e sociedade política na Inglaterra, 1327-1377* , 1990.
Palmer, JJN, *Inglaterra, França e Cristandade (1377-1399)* , 1972.
Patourel, J. le, "A ocupação inglesa de Calais", RN, XXXIII, 1951.
Patourel, J. le, "Eduardo III e o reino da França", His., XLIII, 1958.
Patourel, J. le, "As origens da guerra", em *A Guerra dos Cem Anos* , ed. K Fowler, 1971.
Patourel, J. le, "O tratado de Brétigny, 1360", TRHS, 5ª série , X, 1960.
Perroy, E., "As negociações anglo-francesas em Bruges, 1374-1377", CM, 3ª série , 19, 1952.
Perroy, E., "Charles V and the Treaty of Brétigny", MA, 2ª série , XXIX, 1928.
Perroy, E., "Eduardo III e os senhores gascões em 1368", AM, LXI, 1948-1949.
Petit-Dutaillis, C., e Collier, P., "Diplomacia francesa e o tratado de Brétigny", MA, 2ª série , I, 1897.
Petit-Dutaillis, C., *Carlos VII, Luís XI e os primeiros anos de Carlos VIII* , 1902.
Picot, G., *História dos Estados Gerais* , TI, 1872.
Prou, M., *Estudo sobre as relações políticas do Papa Urbano V com os reis da França João II e Carlos V* , 1887.
Puiseux, L., *Emigração normanda e colonização inglesa da Normandia no século XV ,* 1866.
Ribadieu, H., *História da conquista da Guiana pelos franceses* , 1866.

Russell, PE, *A intervenção inglesa em Espanha e Portugal na época de Eduardo III e Ricardo II* , 1955.
Templeman, G., "Eduardo III e os primórdios da Guerra dos Cem Anos", TRHS, 5ª série , II, 1952.
Thompson, GL, *Paris e seu povo sob o domínio inglês. O regime anglo-borgonhese, 1420-1436* , 1991.
Tourneur-Aumont, JM, *A Batalha de Poitiers e a Construção da França* , 1940.
Viard, J., "Os recursos extraordinários da monarquia sob Filipe de Valois", RQH, XCIV, 1888.
Viard, J., "Philippe de Valois. A sucessão à coroa da França", MA, XXIII, 1921.
Viard, J., "A Câmara de Contas durante o reinado de Filipe de Valois", BEC, XCIII, 1932.
Viollet, P., "Como as mulheres foram excluídas da sucessão à coroa na França", MAIBL, XXXIV, 1895.

Os aspectos militares

Alban, JR, "Defesa costeira inglesa: algumas modificações do século XIV dentro do sistema", em *Patronagem, a coroa e as províncias na Inglaterra do final da Idade Média* ; ed. RA Griffith, 1981.
Alban, JR, e Allmand, CT, "Espiões e espionagem no século XIV", em *Guerra, literatura e política* , 1976.
Allmand, CT, "Henrique V, o soldado e a guerra na França", em *Henrique V, a prática da realeza* , ed. GL Harries, 1985.
Allut, P., *Os mercenários no século XIV . Os retardatários e a batalha de Brignais* , 1859.
Armstrong, CAJ, "Sir John Fastolf e a lei das armas", em *Guerra, literatura e política* , 1976.
Autrand, F., "A Derrota. A Batalha de Poitiers (1356) através de alguns textos franceses dos *séculos XIV e XV", em Guerra e Sociedade na França, Inglaterra e Borgonha, séculos XIV-XV* , ed . P. Contamine , *C. Giry - Deloison* , M. Keen , 1991.
Barnie, J., *A guerra na sociedade inglesa medieval. Valores sociais na Guerra dos Cem Anos, 1377-1399* , 1974.
Bradbury, J., *O arqueiro medieval* , 1985.
Brown, RA, Colvin, HM, Taylor, AJ, *A história das obras do rei.* I: *A Idade Média* , 1963.
Burne, AH, *A guerra de Agincourt. Uma história militar da última parte da Guerra dos Cem Anos, de 1369 a 1453* , 1956.
Burne, AH, *A guerra de Crécy. Uma história militar da Guerra dos Anos Hubdred, de 1337 à Paz de Brétigny* , *1360* , 1955.
Carr, AD, "Welshmen and the Hubdred Years War", WHR, IV, 1968.
Cauchies, JP, "Os curtidores em Hainaut (1437-1445)", *Revista Belga de História Militar* , 20, 1974.
Chapelot, J., *O Castelo de Vincennes. Uma residência real na Idade Média* , 1994.
Chérest, A., *O arquipreste. Episódios da Guerra dos Cem Anos no século XIV , 1879* .
Contamine, P., "Froissart: arte militar, prática e concepção da guerra", em *Froissart: historiador* , ed. JJN Palmer, 1981.
Contamine, P., *Guerra, Estado e Sociedade no final da Idade Média. Estudo sobre os exércitos do Rei da França, 1337-1494* , 1972.
Contamine, P., *Guerra na Idade Média* , 1980.
Contamine, P., "Fortificações urbanas na França no final da Idade Média: aspectos financeiros e econômicos", RH, CCLX, 1978.

Contamine, P., "O Oriflamme de Saint-Denis nos séculos XIV e XV · Estudo do simbolismo religioso e real", AE, 1973.
Contamine, P., "Crécy (1346) e Azincourt (1415): uma comparação", em *Vários aspectos da Idade Média no Ocidente. Atas do Congresso de Calais* , 1977.
Curry, A., ed., *Agincourt 1415. Henrique V, Sir Thomas Epingham e o triunfo dos arqueiros ingleses* , 2000.
Curry, A., *A batalha de Agincourt. Fontes e interpretações* , 2000.
Debord, A., *Aristocracia e Poder. O Papel do Castelo na França Medieval* , 2000.
Dubled, H., "A artilharia real francesa na época de Carlos VII e no início do reinado de Luís XI (1437-1469): os irmãos Bureau", *Memorial da artilharia francesa* , 50, 1976.
Fino, JF, *Fortalezas da França Medieval* , 3ª ed ., 1977.
Finot, J., Pesquisa sobre as incursões *dos ingleses e das Grandes Companhias no ducado e condado da Borgonha no final do século XIV* , 1874.
Fowler, K., *O século dos Plantagenetas e dos Valois. A luta pela supremacia, 1328-1498* , 1968.
Fowler, K., "Dois empreendedores militares no século XIV : Bertrand Du Guesclin e Sir Hugh Calveley", em *O Combatente na Idade Média. Atas do 18º Congresso da SHMESP* , 1987.
Fowler, K., "Finanças e disciplina nos exércitos ingleses na França no século XIV ", em *Anais do Colóquio Internacional Cocherel de 16 a 18 de maio de 1964* , CV, nº 4 , 1964.
Fowler, K., "Truques", em *A Guerra dos Cem Anos* , ed. K. Fowler, 1971.
Fowler, K., "O uso de mercenários pelas potências ibéricas e intervenção militar em Espanha (cerca de 1361-cerca de 1379)", em *Realidad e imagenes del poder: Espana a fines de la edad media* , ed. A. Ruquoi, 1988.
Fowler, K., *Mercenários medievais. I* : *As Grandes Companhias* , 2001.
Garnier, E., "Notice on Robert de Fiennes, Constable of France (1320-1384)", BEC, 3rd series , III, 1852.
Goyhenecke, ME, "Bayonne, porto de embarque dos navarros rumo à Normandia", em *Atas do colóquio internacional de Cocherel* , CV, 4, 1964.
Heiduk, C., Höfert, A., Ulrichs, C., *Krieg und Verbrechen nach spätmittelalterlichen Chroniken* , 1997.
Hewitt, HJ, *A expedição do Príncipe Negro de 1355-1357* , 1958.
Hewitt, HJ, *A organização da guerra sob Eduardo III, 1338-1362* , 1962.
Hibbert, C., *Agincourt* , 1964.
Honoré-Duvergé, S., "Participação navarra na batalha de Cocherel", em *Atas do colóquio internacional de Cocherel, 16-18 de maio de 1964* , CV, nº 4 , 1964.
Housley, N., "As companhias mercenárias, o papado e as cruzadas, 1356-1378", Tra., XXXVIII, 1982.
Jones, M., "John Beaufort, duque de Somerset, e a expedição francesa de 1443", em Griffith, *Patronagem, a coroa e as províncias* , 1981.
Keen, M., *As leis da guerra no final da Idade Média* , 1965.
Labande, LH, "Bertrand Du Guesclin e os Estados Papais da França. Passagem dos mercenários no Languedoc (1365-1367). Guerra da Provença (1368)", *Mémoires de l'Académie de Vaucluse* , IV, 1904.
Lefèvre-Pontalis, G., "Episódios da invasão inglesa. A guerra partidária na Alta Normandia, 1424-1429", BEC, LIV, 1893.

Lewis, NB, “A organização de comitivas por contrato na Inglaterra do século XIV”, TRHS, 4ª série , XXVII, 1945.
Lewis, NB, “Recrutamento e organização de um exército contratado. Maio a novembro de 1337”, BIHR, XXXVII, 1964.
Lombard-Jourdan, A., *Flores de lis e oriflamme. Signes célestes du royaume de France* , 1991.
Luce, L., “Os preliminares da batalha de L’Ecluse”, *Boletim da Sociedade de Antiquários da Normandia* , XIII, 1885.
Mesqui, J., *Castelos e recintos da França medieval* , 2 vols., 1991-1993.
Miller, E., *Guerra no Norte. As guerras anglo-escocesas na Idade Média* , 1960.
Moranvillé, “Filipe VI na Batalha de Crécy”, BEC, I, 1889.
Newhall, R.A., *A conquista inglesa da Normandia, 1416-1424* , 1924.
Prince, AE, “O sistema de servidão por contrato sob Eduardo III”, em *Ensaios históricos em homenagem a James Tait* , 1933.
Renouard, Y., “A Ordem da Jarreteira e a Ordem da Estrela”, MA, 55, 1949.
Richmond, CF, “A manutenção dos mares durante a Guerra dos Cem Anos, 1422-1440”, His., 49, 1964.
Rigaudière, A., “O financiamento das fortificações urbanas na França desde meados do século XIV até o final do século XV ”, RH, CCLXXIII, 1985.
Rogers, CJ, *As guerras de Eduardo III: fontes e interpretação* 1999.
Roncière, C. de la, *História da Marinha Francesa* , 6 vols., 1899-1932.
Salch, CL, *Dicionário de castelos e fortificações da Idade Média na França* , 1979.
Sherborne, JW, “Retinues de servos e expedições inglesas à França, 1369-1380”, EHR, LXXIX, 1964.
Tuetey, A., *Les Écorcheurs sous Charles VII* , 2 vol., 1874.
Vale, MGA, “Relatório de Sir John Fastolf de 1435. Uma nova interpretação reconsiderada”, *Nottingham Medieval Studies* , XVII, 1973.
Viard, J., “A campanha de julho-agosto de 1346 e a batalha de Crécy”, MA, 2ª série , XXVII, 1926.
Viard, J., “O Cerco de Calais: 4 de setembro de 1346 - 4 de agosto de 1347”, MA, 2ª série , XXX, 1929.
Wright, NAR, “A árvore das batalhas de Honoré Bonet e as leis da guerra”, em *Guerra, literatura e política no final da Idade Média* , ed. CT Allmand, 1976.

Aspectos econômicos e sociais

Allmand, C. T., “Guerra e o não-comatante”, em *A Guerra dos Cem Anos* , ed. K. Fowler, 1971.
Barnie, J., *A guerra na sociedade inglesa medieval. Valores sociais na Guerra dos Cem Anos, 1377-1399* , 1974.
Berlioz, J., *Desastres e calamidades naturais na Idade Média* , 1998.
Berthe, M., *Fomes e epidemias no campo navarro no final da Idade Média* , 2 vols., 1984.
Bloch, M., “Mudanças monetárias na velha França”, AESC, 1953.
Bloch, M., *Sociedade Feudal* , 1939.
Boutruche, R., *A crise de uma sociedade. Senhores e camponeses da região de Bordéus durante a Guerra dos Cem Anos* , 1963.
Boutruche, R., *A devastação do campo durante a Guerra dos Cem Anos e a reconstrução agrícola da França* , 1947.
Burley, SJ, “O abastecimento de Calais, 1347-1365”, BIHR, XXXI, 1958.

Cazelles, R., *Sociedade Política, nobreza e coroa sob João, o Bom, e Carlos V* , 1982.
Contamine, P., "A nobreza francesa e a guerra", em *A Guerra dos Cem Anos* , ed. K. Fowler, 1971.
Contamine, P., *Vida diária durante a Guerra dos Cem Anos* , 1976.
Contamine, P., "A Guerra dos Cem Anos na França: uma abordagem econômica", BIHR, 48, 1974.
Coville, A., "Escritos contemporâneos sobre a peste de 1348 a 1350", em *História Literária da França* , XXXVII, 1938.
Denifle, H., *A Guerra dos Cem Anos e a desolação de igrejas, mosteiros e hospitais na França. I* : *Até a morte de Carlos V* , 1899.
Dieudonné, A., *Moeda real desde a reforma de Carlos V até a restauração monetária por Carlos VII* , 1912.
Diller, GT, *Atitudes cavalheirescas e realidades políticas em Froissart* , 1984.
Doucet, R., "Finanças inglesas na França no final da Guerra dos Cem Anos", MA, XXXVI, 1926.
Duby, G., Wallon, A., *História da França Rural* , *Vol. II* : *A Era Clássica dos Camponeses, 1340-1789* , 1977.
Duby, G., ed., *História da França Urbana, Vol. II* , 1980 .
Faucon, M., "Empréstimos feitos aos reis da França por Clemente VI, Inocêncio VI e o Conde de Beaufort (1345-1360)", BEC, XL, 1879.
Favier, J., ed., *Séculos XIV e XV : crises e gênese* , 1996.
Fourquin, G., *A paisagem rural da região de Paris no final da Idade Média* , 1964.
Fowler, K., "Guerra e mudança social na França e Inglaterra do final da Idade Média", em *A Guerra dos Cem Anos* , ed. K. Fowler, 1971.
Fryde, EB, "O monopólio da lã de Eduardo III: uma aventura comercial real do século XIV", His., XXXVII, 1952.
Fryde, EB, *William de La Pole, comerciante e banqueiro do rei* , 1988.
Gauvard, N., " *De grâce especial* ". *Crime, estado e sociedade na França no final da Idade Média* , 1991.
Geremek, B., *Les marginalaux parisiens aux XIVe et XVe siècles* , trad. franco. 1976 .
Gresser, P., *La Franche-Comté au temps de la guerre de Cent Ans* , 1989.
Haines, RM, "Um arcebispo inglês e o cérbero da guerra", em *A Igreja e a guerra* , ed. W. J. Sheils, 1983.
Heers, J., *O Ocidente nos séculos XIV e XV . Aspectos econômicos e sociais* , 1963.
Hennemann, JB, "Financiamento da Guerra dos Cem Anos: tributação real na França em 1340", Edição Especial, 42, 1967.
Hill, RMT, "Estrangeiros indesejáveis na diocese de York", em *A Igreja e a guerra* , ed. W. J. Sheils, 1983.
Lafaurie, J., *As moedas dos reis da França* , 2 vols., 1951.
Landry, A., *Ensaio econômico sobre as mudanças monetárias na França antiga, de Filipe, o Belo, a Carlos VII* , 1969.
Leguai, A., *Da senhoria ao Estado. Os Bourbonnais durante a Guerra dos Cem Anos,* 1969.
Leguai, A., "Revoltas rurais no reino da França de meados do século XIV ao final do século XV ", MA, 1982 .
Lloyd, TH, *O comércio de lã inglês na Idade Média* , 1977.
Mc Hardy, "O clero inglês e a Guerra dos Cem Anos", em *A Igreja e a guerra* , ed. W. J. Sheils, 1983.

McFarlane, KB, “Guerra e sociedade, 1300-1600. Inglaterra e a Guerra dos Cem Anos”, PP, 22, 1962.
McFarlane, KB, “O investimento dos lucros da guerra de Sir John Fastolf”, TRHS, VIII, 1957.
Marin, JM, ed., *La Normandie na guerra de Cent Ans, 1346-1450* , 1999.
Mollat, M., *Comércio marítimo normando no final da Idade Média* , 1952.
Newhall, RA, “As finanças de guerra de Henrique V e do duque de Bedford”, EHR, 36, 1921.
Ormrod, WM, “A coroa inglesa e os costumes, 1349-1363”, EcHR, 2ª série , XL, 1987.
Postan, MM, “Os custos da Guerra dos Cem Anos”, PP, 27, 1964.
Puiseux, L., *Levantes populares na Normandia durante a ocupação inglesa no século XV* , 1851 .
Renouard, Y., *Bordéus sob os reis da Inglaterra* , 1965.
Rey, M., *Finanças reais sob Carlos VI. As causas do déficit. 1388-1413* , 1965.
Rigaudière, A., “O financiamento das fortificações urbanas na França desde meados do século XIV até o final do século XV ”, RH, CCLXXIII, 1985.
Touchard, H., *Comércio marítimo bretão no final da Idade Média* , 1967.
Vale, J., *Eduardo III e a cavalaria* , 1982.
Williman, D., *A Peste Negra. O impacto da peste do século XIV* , 1982.
Wright, NAR, *Cavaleiros e camponeses. A Guerra dos Cem Anos no interior da França* , 1998.

Aspectos culturais

Ainsworth, PF, *Froissart e a estrutura da história* , 1991.
Allmand, CT, ed., *Guerra, literatura e política no final da Idade Média* , 1976.
Alphandéry, P., *Cristianismo e a ideia de cruzada,* 1954.
Babel, R., Moeglin, JM, *Identidade e consciência nacional na França e na Alemanha da Idade Média à era moderna* , 1997.
Barbey, J., *A função real, essência e legitimidade, segundo o "tractatus" de Jean de Terrevermeille* , 1983.
Beaune, C., *O Nascimento da Nação Francesa* , 1985.
Blanchard, J., *Representação, poder e realeza no final da Idade Média* , 1995.
Cardini, F., *A cultura da guerra* , trad. Franc. 1992.
Chartier, A., *O Quadrilogo Invectivo* , ed. 1950.
Contamine, P., “A teologia da guerra no final da Idade Média: a Guerra dos Cem Anos foi uma guerra justa?”, em *Joana d'Arc, colóquio sobre história medieval* , 1982.
Corvisier, A., *As danças da morte* , 1998.
Delaruelle, E., Labande, ER, Ourliac, P., *A Igreja na época do Grande Cisma e da crise conciliar (1378-1449)* , 2 vols., 1962.
J. , *O medo no Ocidente, séculos XIV - XVIII* , 1978.
Demurger, A., *A Cruzada na Idade Média. Ideia e Prática* , 1998.
Deschamps, Eustache, *Obras Completas* , ed. Queux de Saint-Hilaire e G. Raynaud, 11 vol., 1878, 1904.
Recordando. Lembrança e comemoração na Idade Média , 1999.
Gautier Dalcher P., “Um problema de história cultural: percepção e representação do espaço na Idade Média”, Med., 18, 1990.
Guénée, B, *A profissão do historiador na Idade Média* , 1977.
Guénée, B., *História e cultura histórica no Ocidente medieval* , 1980.
Guénée, B., *Opinião pública no final da Idade Média,* 2002.

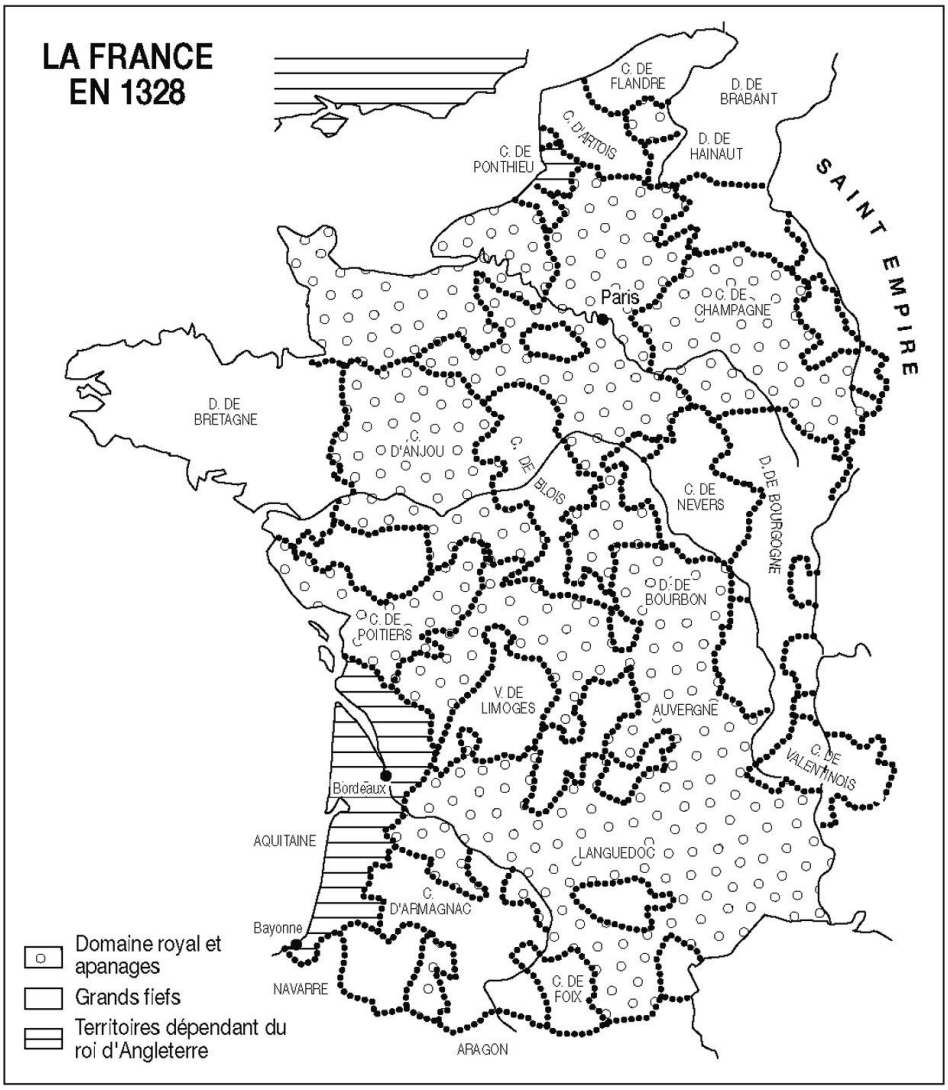
Guibal, P., *História do sentimento nacional na França durante a Guerra dos Cem Anos* , 1875.
"A Honra da Coroa da França." Quatro panfletos contra os ingleses (cerca de 1418-cerca de 1429) , ed. N. Pons, 1990.
Huizinga, J., *O declínio da Idade Média* , 1932.
Kantorowicz, EH, *Morrendo pela Pátria (na Idade Média) e outros textos* , 1984.
Krynen, J., *Ideal do príncipe e poder real na França no final da Idade Média (1380-1440). Estudo da literatura política da época* , 1981.
Krynen, J., *O Império do Rei. Ideias e Crenças Políticas na França, séculos XIII- XV , 1993* .
Lestocquoy, J., *História do patriotismo na França desde suas origens até os dias atuais* , 1968.
Martin, H., "Pregadores franceses do final da Idade Média entre a guerra e a paz", em *Pregando a paz e disciplinando a sociedade. Itália, França, Inglaterra, séculos XIII- XV . Coleção de estudos medievais de Nice* , vol. 5, 2006.
Martin, H., *Mentalidades Medievais. Séculos XI - XV , 2* vols., 1996 e 2001 .
Minois, G., *A Igreja e a Guerra* , 1994.
Mollat, M. e Vauchez, A., eds., *Um Tempo de Provações (1274-1449). História do Cristianismo* , Vol. 6, 1990.
Pons, N., "Propaganda de guerra francesa antes do aparecimento de Joana d'Arc", *Journal des savants* , abril-junho de 1984.
Raynaud, C., *Violência na Idade Média, séculos XIII - XV , 1990* .
Renome (o) , Med., edição especial, 1993.
Russell, FH, *A guerra justa na Idade Média* , 1975.
Werner, KF, "Nações e sentimento nacional na Europa medieval", RH, 244, 1970.

Biografias de figuras-chave

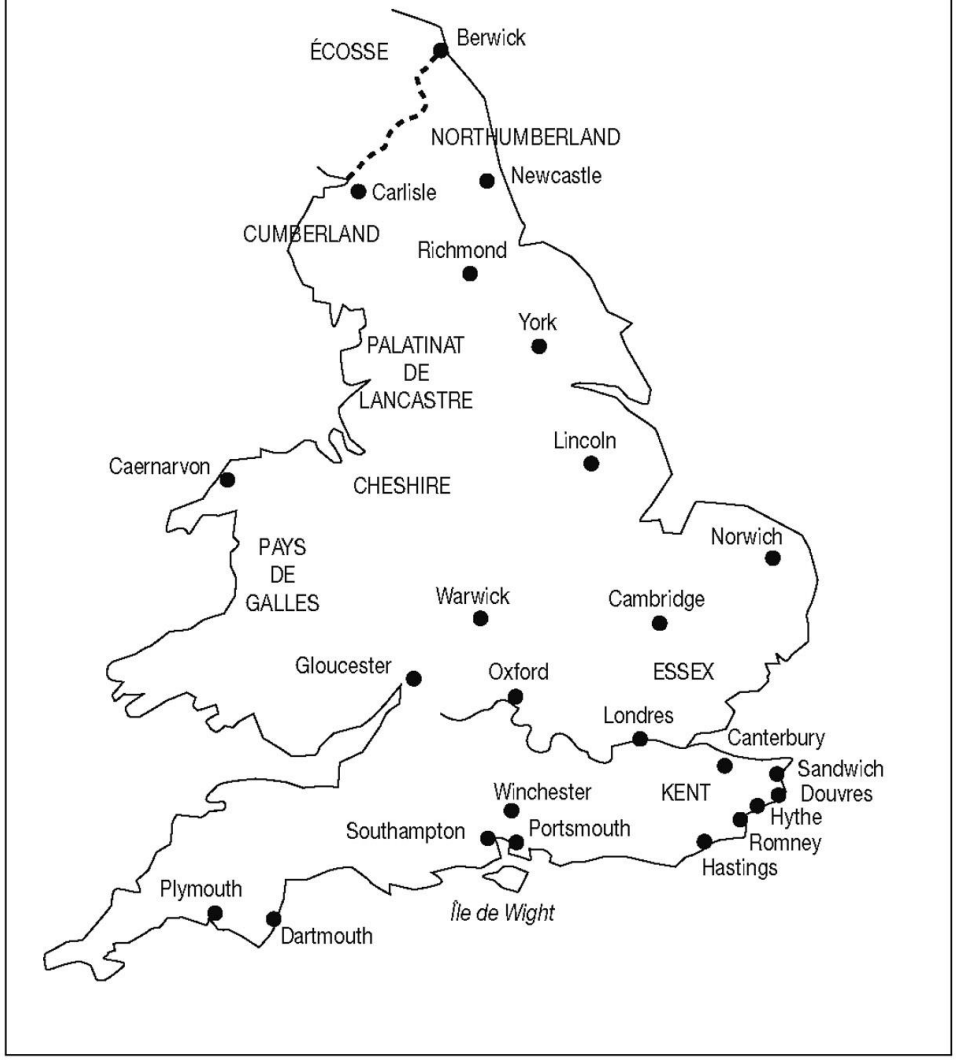
Armitage-Smith, S., *João de Gaunt* , 1904.
Autrand, F., *Carlos VI* , 1986.
Autrand, F., *Carlos V* , 1994.
Balfour-Melville, EWM, *Jaime I, rei dos escoceses, 1406-1437* , 1936.
Barber, R., *Eduardo Príncipe de Gales e Aquitânia* , 1978.
Barber, R., *A vida e as campanhas do Príncipe Negro* , 1986.
Beaune, C., *Joana d'Arc* , 2004.
Bossuat, A., *Perinet Gressart e François de Surienne, agentes da Inglaterra* , 1936.
Breuilh, "Jean I de Armagnac", RQH, LIX, 1896.
Bridge, JC, "Dois soldados da fortuna de Cheshire no século XIV: Sir Hugh Calveley e Sir Robert Knolles", *Jornal da sociedade arquitetônica, arqueológica e histórica do condado e cidade de Chester e do norte do País de Gales* , XIV, 1908.
Cammidge, J., *O Príncipe Negro* , 1943.
Cassard, JC, *Charles de Blois (1319-1364), duque da Bretanha e beato* , 1994.
Cazelles, R., *Etienne Marcel* , 1984.
Chavelot, B., *Isabel da Baviera* , 1965.
Choffel, J., *Duque Charles de Orléans* , 1950.
Clin, MV, Pernoud, R., *Joana d'Arc* , 1986.
Cosneau, E., *O Guarda de Richemont* , 1886.
Crosland, J., *Sir John Fastolf* , 1970.
Daumet, G., "Louis de La Cerda ou Espanha", BH, 1913.

Deviosse, J., *Jean le Bon* , 1985.
Du Fresne de Beaucourt, G., *História de Carlos VII* , 6 vols., 1882.
Etcheverry, JP, *Arthur de Richemont, o vigilante* , 1983.
Fillon, B., *Jean Chandos, Condestável da Aquitânia e Senescal de Poitou* , 1856.
Gillespie GJM, *Ricardo II* , 2003.
Kerhervé, J., "Uma existência em movimento perpétuo. Arthur de Richemont, Condestável da França e Duque da Bretanha (1393-1458)", em *Viageros, peregrinos, mercaderes en el Occidente Medieval* , 1992.
Kimm, H., *Isabel da Baviera, Rainha da França (1370-1435). Beitrag zur Geschichte einer Bayerischen Herzogtochter und des französischen Königshauses* , 1969.
Kingsford, CL, *Henrique V* , 1923.
Labande, D., *Jean II le Maingre, dit Boucicaut (1366-1421). Estudo de uma biografia heróica* , 1988.
Lefranc, A., *Olivier de Clisson, Condestável da França* , 1898.
Martin, LL, *Dunois, o bastardo de Orléans* , 1943.
McLeod, *Charles d'Orléans* , 1969.
Mercer, M., *Henrique V* , 2004.
Minois, G., *Du Guesclin* , 1993.
Minois, G., *Carlos VII* , 2005.
Molinier, E., *Estudo sobre a vida de Arnoul d'Audrehem, Marechal da França* , 1883.
Noulens, J., *Poton de Xaintrailles* , 1897.
Ormond, W.M., *Eduardo III* , 2004.
Plaisse, A., *Charles, conhecido como o Mau, Conde de Évreux, Rei de Navarra, Capitão de Paris* , 1972.
Plaisse, A., *Um líder de guerra no século XV , Robert de Flocques* , 1984.
Pollard, AS, *John Talbot e a guerra na França, 1427-1453* , 1983.
Ribeiro, SS, *Henrique IV,* 2003.
Sedgwick, H.D., *O Príncipe Negro* , 1994.
Steel, A., *Ricardo II* , 1941.
Suarez Fernandez, L., *El canciller Pedro López de Ayala e seu tempo, 1332-1407* , 1962.
Temple-Leader, J., Marcotti, G.O., *Sir John Hawkwood. História de um condottiere* , 1889.
Tucoo-Chala, P., *Gaston Fébus e o visconde de Béarn* , 1959.
Vaughan, R., *Filipe, o Bom. O apogeu da Borgonha* , 1970.
Vickers, KH, *Humphrey, Duque de Gloucester* , 1907.
Werveke, H. Van, *Jacques Van Artevelde* , 1942.

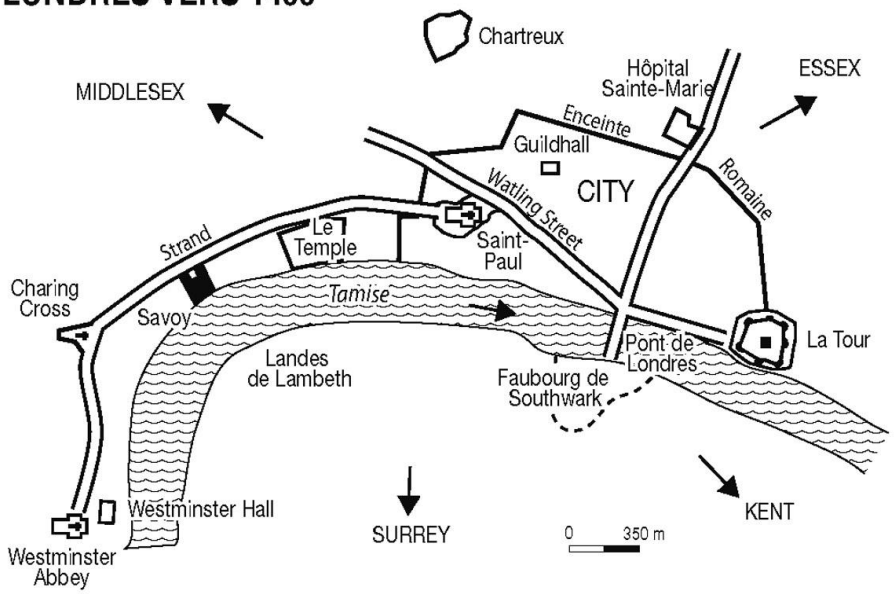
Mapas

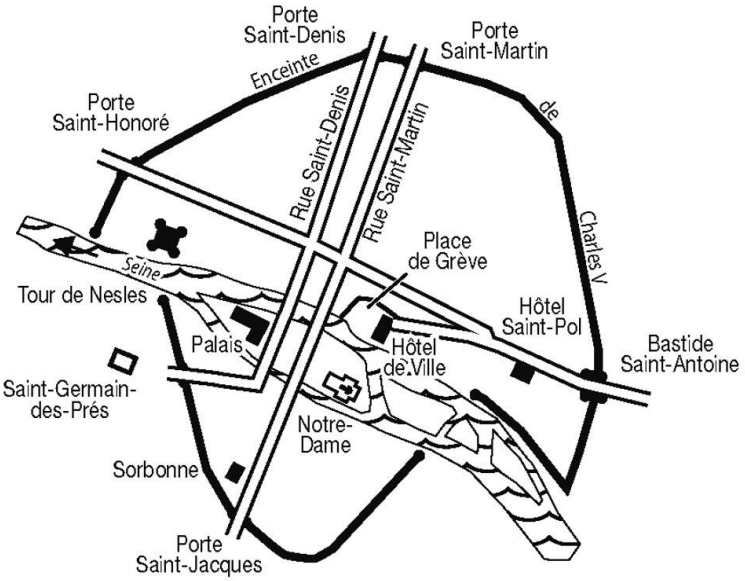

LA FRANCE
EN 1328
C. DE FLANDRE
D. DE BRABANT
C. D'ARTOIS
C. DE PONTHIEU
D. DE HAINAUT
SAINT EMPIRE
Paris
C. DE CHAMPAGNE
D. DE BRETAGNE
C. D'ANJOU
C. DE BLOIS
C. DE NEVERS
D. DE BOURGOGNE
D. DE BOURBON
C. DE POITIERS
V. DE LIMOGES
AUVERGNE
C. DE VALENTINOIS
Bordeaux
AQUITAINE
LANGUEDOC
C. D'ARMAGNAC
Bayonne
NAVARRE
C. DE FOIX
ARAGON
Domaine royal et apanages
Grands fiefs
Territoires dépendant du roi d'Angleterre

L'ANGLETERRE XIV^{e} - XV^{e} SIÈCLES

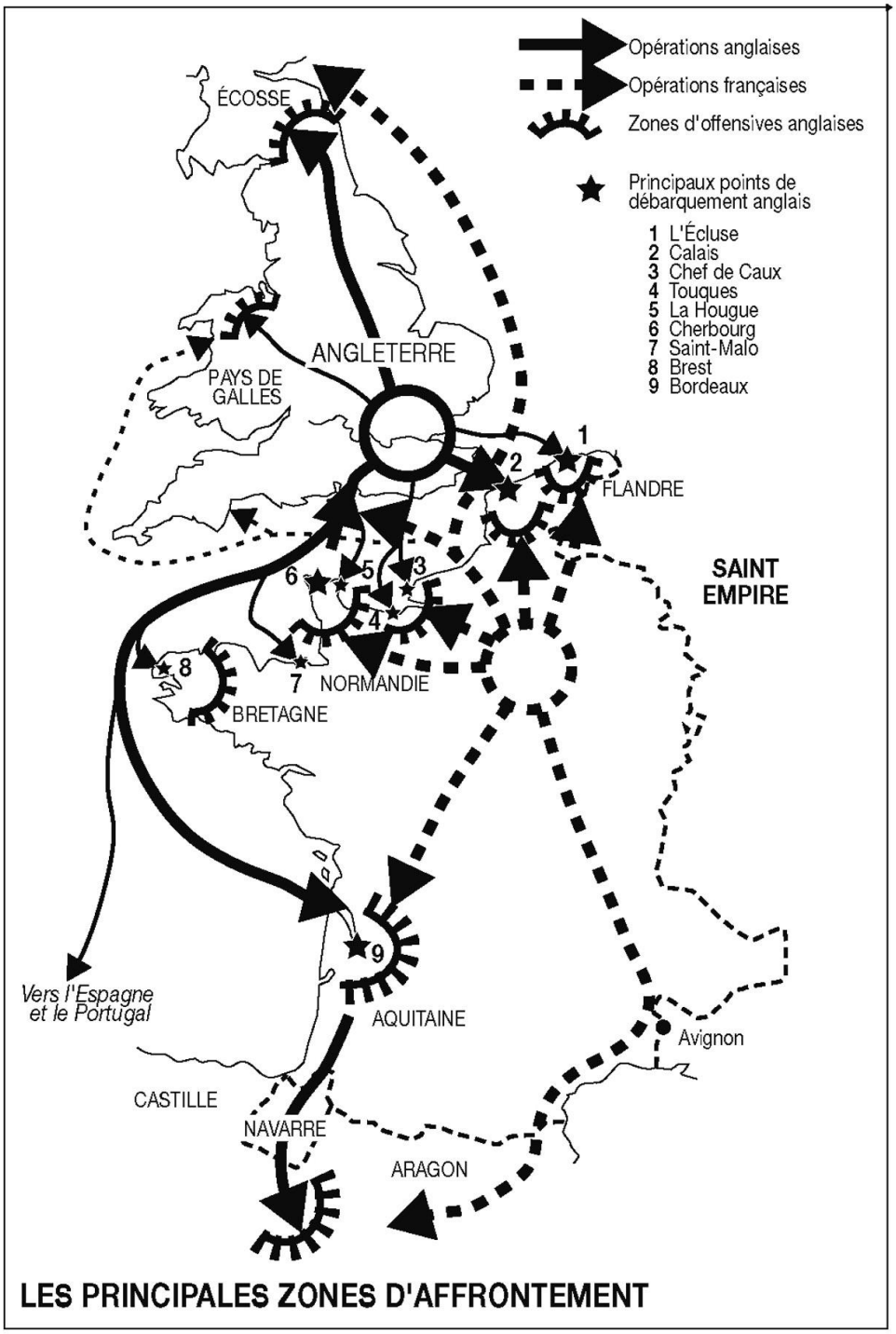


LONDRES VERS 1400

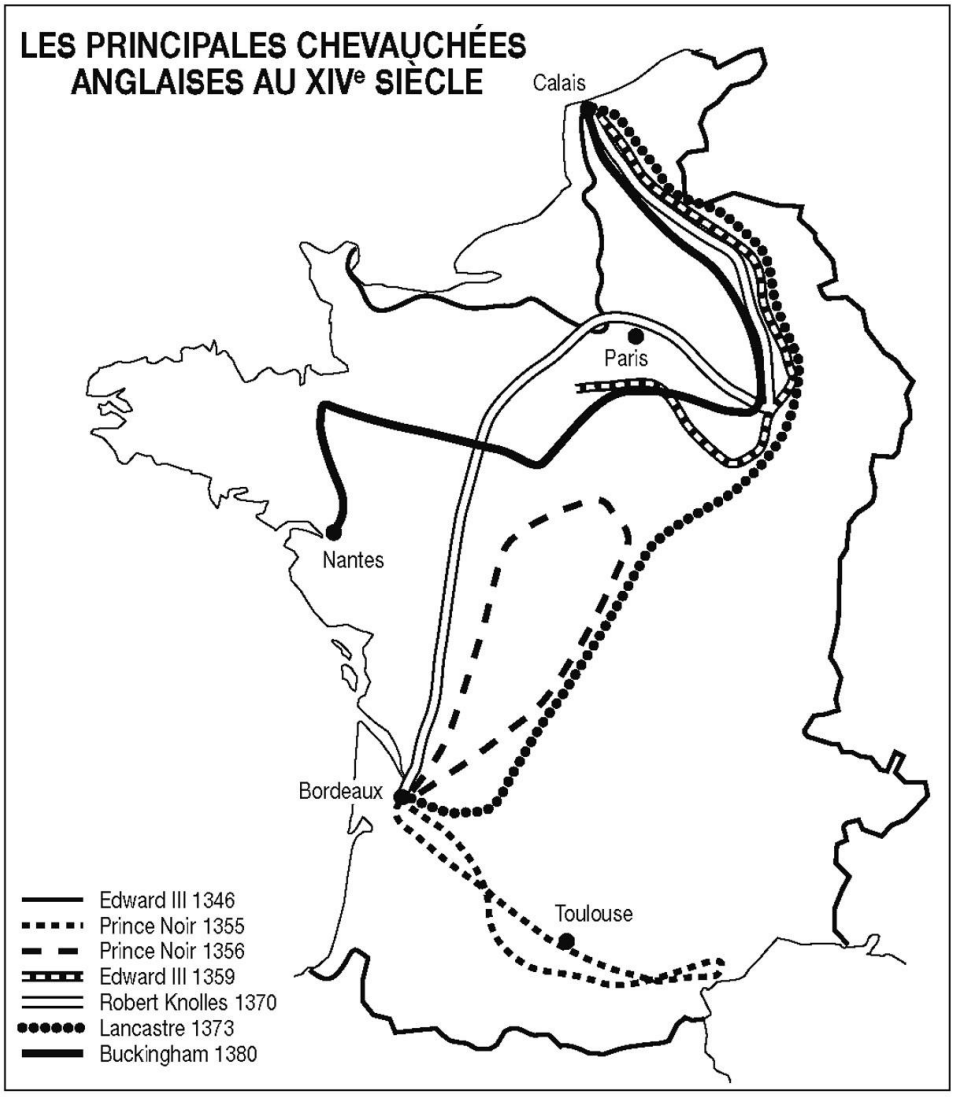


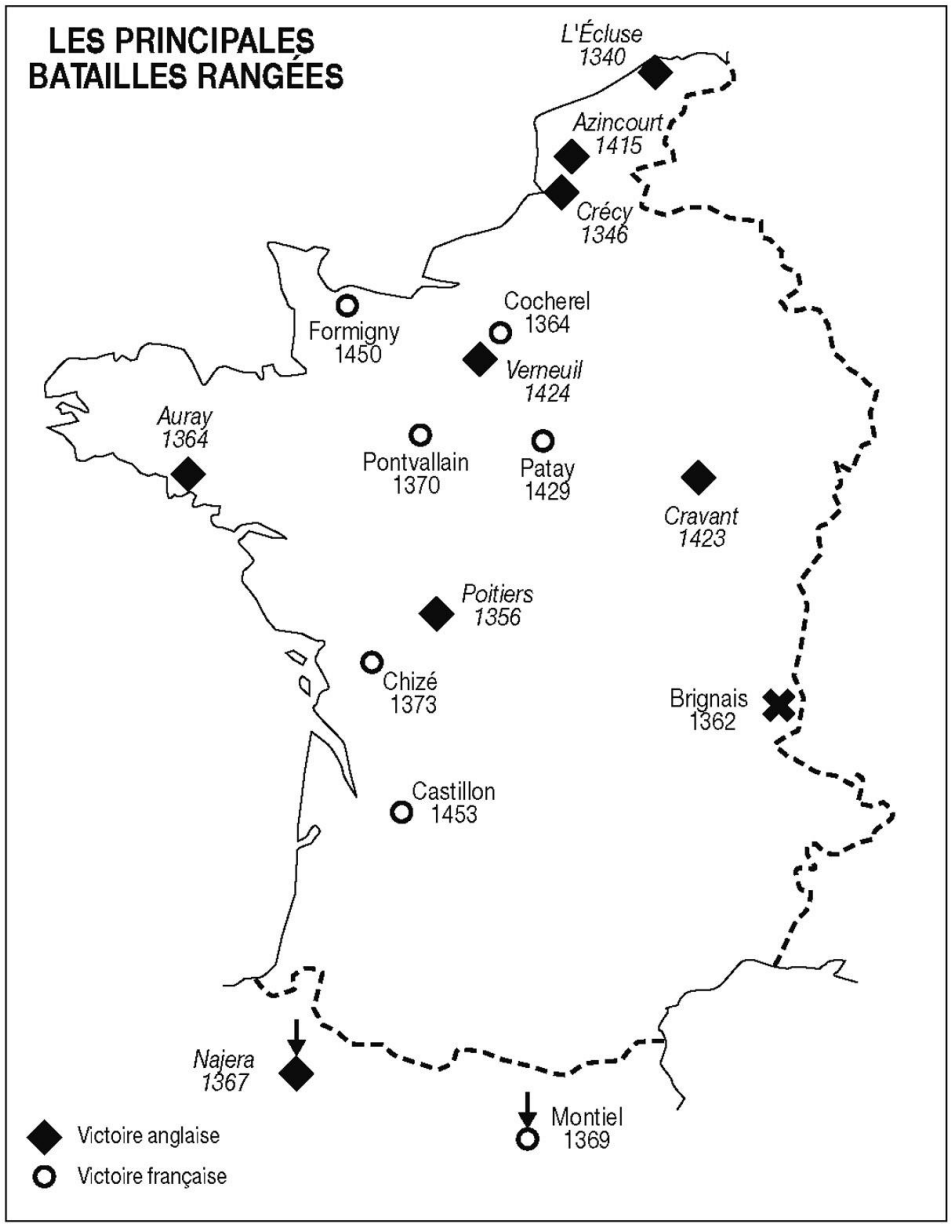


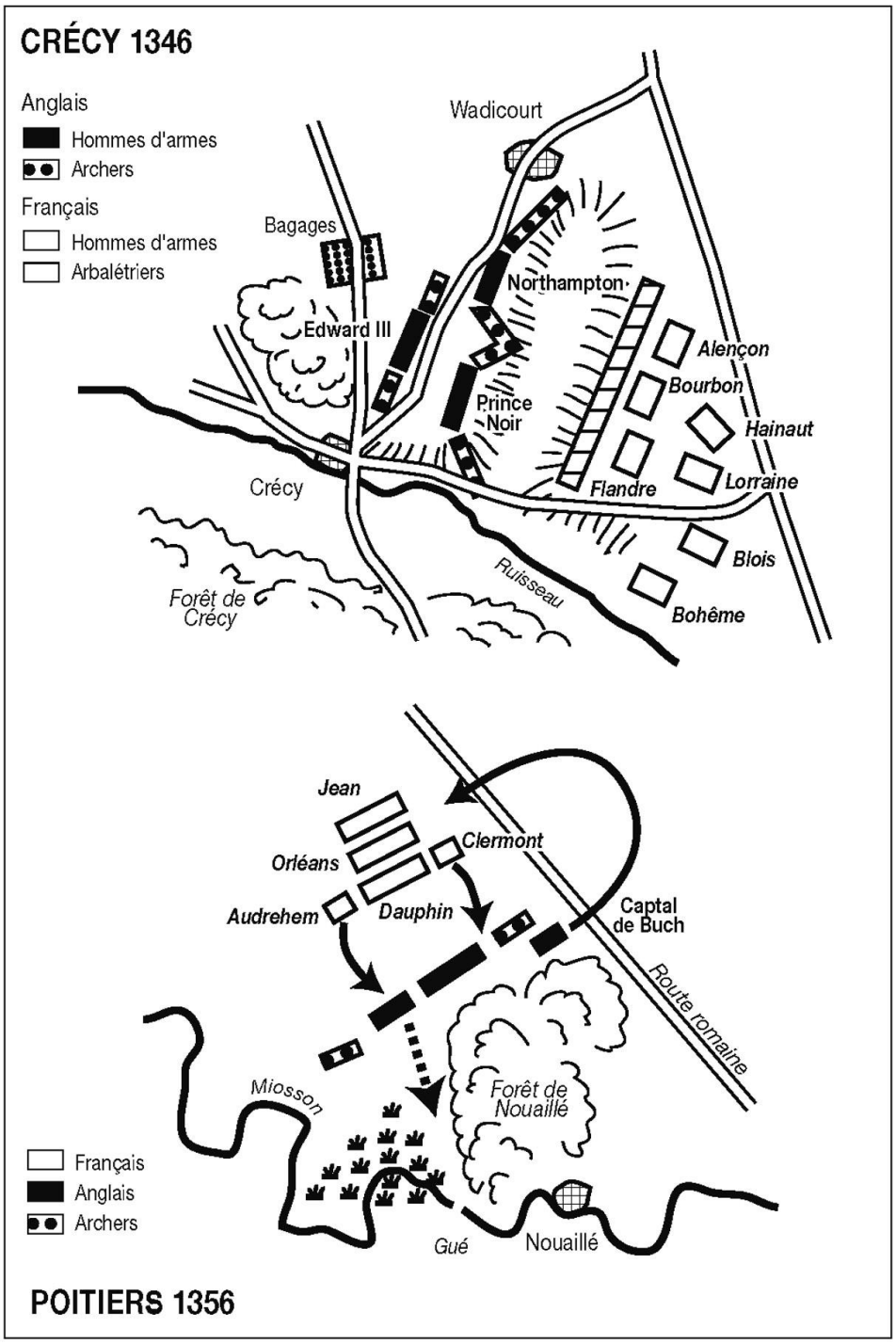
PARIS VERS 1400

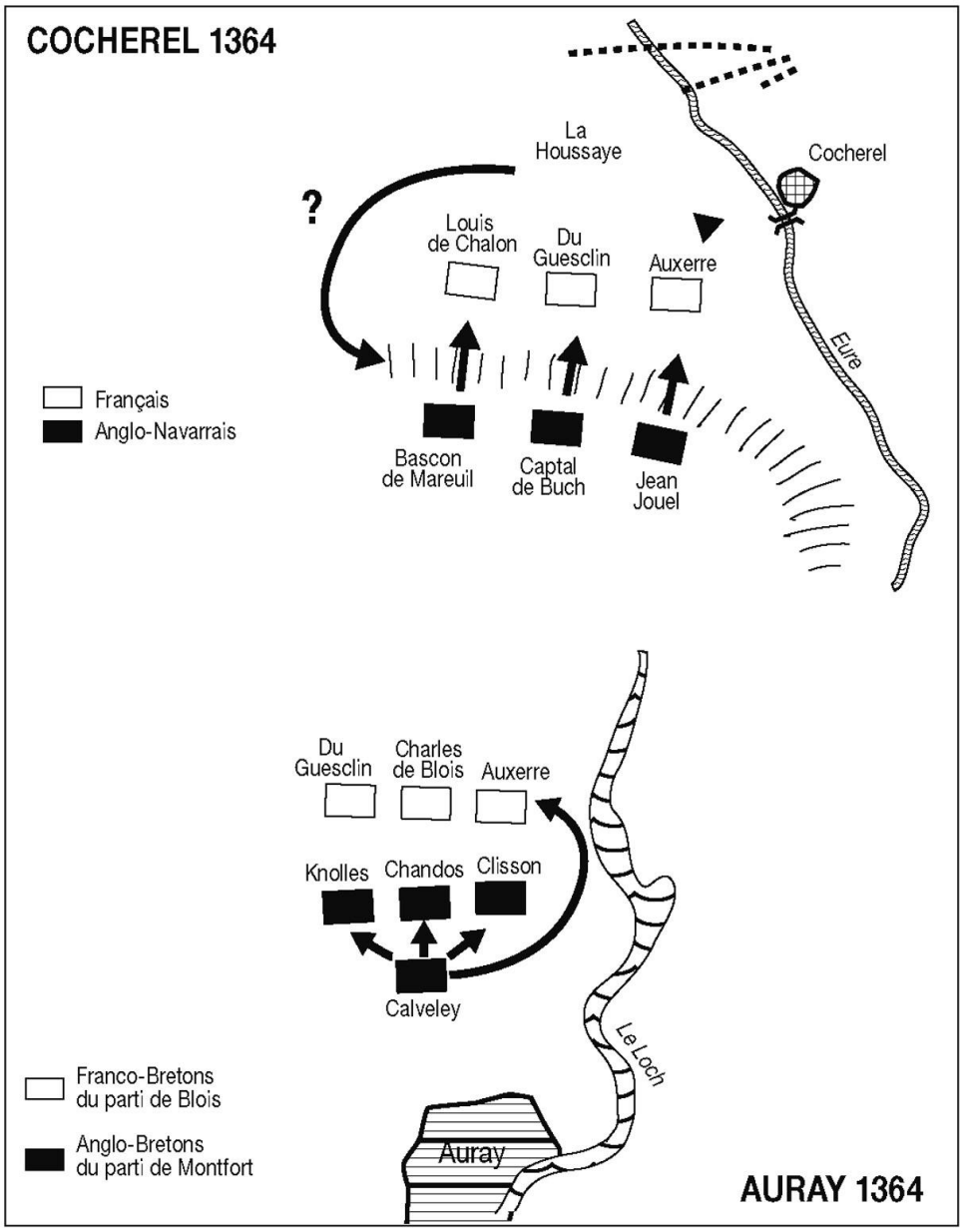


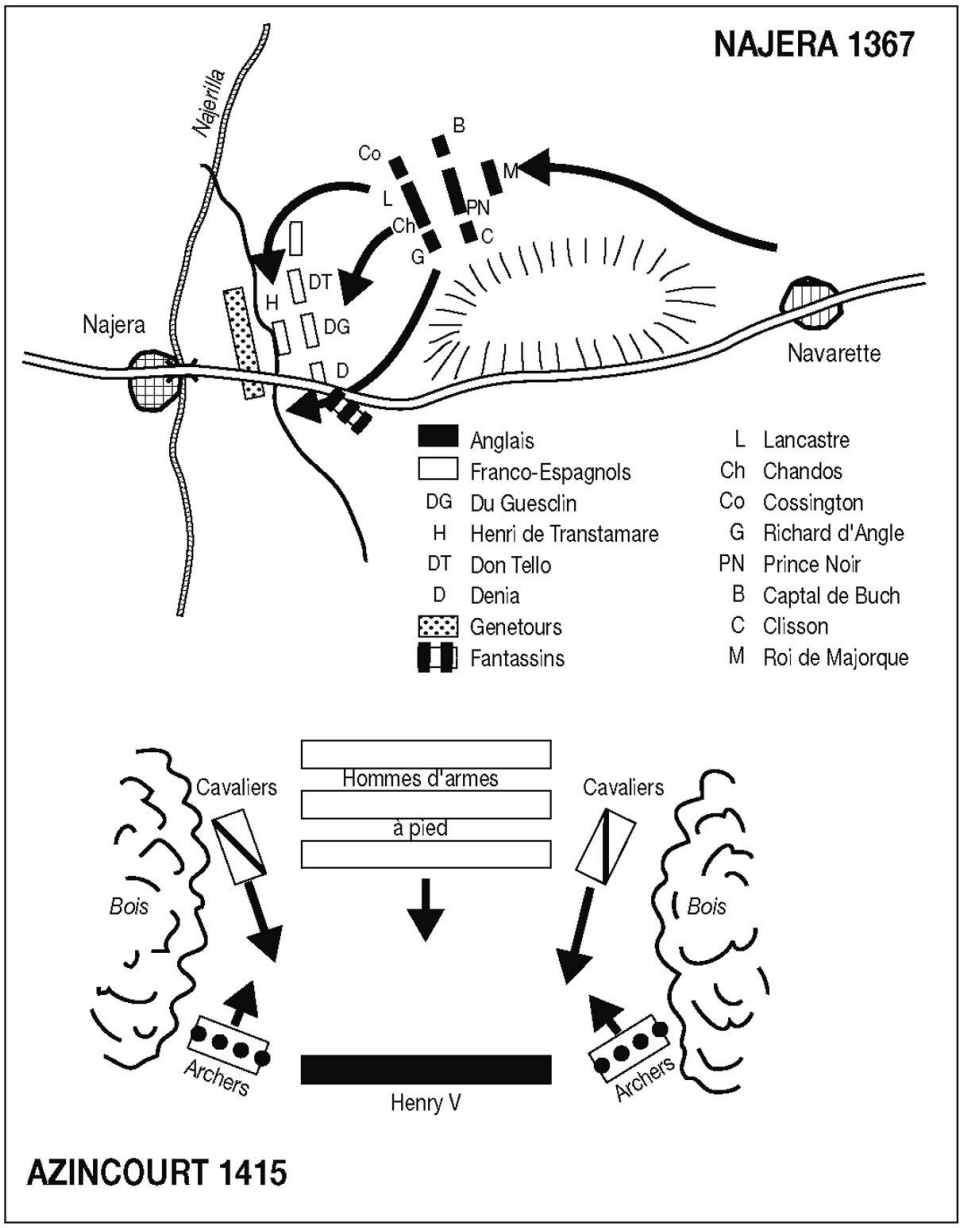
LES PRINCIPALES ZONES D'AFFRONTEMENT


LES PRINCIPALES CHEVAUCHÉES
ANGLAISES AU XIVe SIÈCLE
Calais
Paris
Nantes
Bordeaux
Toulouse
Edward III 1346
Prince Noir 1355
Prince Noir 1356
Edward III 1359
Robert Knolles 1370
Lancastre 1373
Buckingham 1380


LES PRINCIPALES BATAILLES RANGÉES
L'Écluse 1340
Azincourt 1415
Crécy 1346
Formigny 1450
Cocherel 1364
Verneuil 1424
Auray 1364
Pontvallain 1370
Patay 1429
Cravant 1423
Poitiers 1356
Chizé 1373
Brignais 1362
Castillon 1453
Najera 1367
Montiel 1369
Victoire anglaise
Victoire française


CRÉCY 1346
Anglais
Hommes d'armes
Archers
Français
Hommes d'armes
Arbalétriers
Wadicourt
Bagages
Northampton
Edward III
Alençon
Bourbon
Prince Noir
Hainaut
Lorraine
Flandre
Crécy
Blois
Ruisseau
Forêt de Crécy
Bohême
Jean
Clermont
Orléans
Audrehem
Dauphin
Captal de Buch
Route romaine
Miosson
Forêt de Nouaillé
Français
Anglais
Archers
Gué
Nouaillé
POITIERS 1356


COCHEREL 1364
La Houssaye
Cocherel
?
Louis de Chalon
Du Guesclin
Auxerre
Eure
Français
Anglo-Navarrais
Bascon de Mareuil
Captal de Buch
Jean Jouel
Du Guesclin
Charles de Blois
Auxerre
Knolles
Chandos
Clisson
Calveley
Le Loch
Auray
Franco-Bretons du parti de Blois
Anglo-Bretons du parti de Montfort
AURAY 1364


NAJERA 1367
Najerilla
Co
B
M
L
PN
Ch
C
G
DT
H
DG
D
Najera
Navarette
Anglais
Franco-Espagnols
DG Du Guesclin
H Henri de Transtamare
DT Don Tello
D Denia
Genetours
Fantassins
L Lancastre
Ch Chandos
Co Cossington
G Richard d'Angle
PN Prince Noir
B Captal de Buch
C Clisson
M Roi de Majorque
Cavaliers
Hommes d'armes
à pied
Cavaliers
Bois
Bois
Archers
Archers
Henry V
AZINCOURT 1415

Acompanhe todas as novidades da Éditions Perrin em
www.editions-perrin.fr

PERRIN

Siga-nos em